

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
ESCOLA DE BELAS ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA - PPGTU**

ISABELLA SOARES NASCIMENTO

**INSURGÊNCIAS URBANAS EM CONTEXTOS
TRADICIONAIS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO:
UM ESTUDO EM METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS**

CURITIBA

2022

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central
Luci Eduarda Wielganczuk – CRB 9/1118

N244i
2022 Nascimento, Isabella Soares
Insurgências urbanas em contextos tradicionais de planejamento e gestão :
um estudo em metrópoles latino-americanas / Isabella Soares Nascimento ;
orientador: Clovis Ultramari. – 2022.
389 f. : il. ; 30 cm

Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba,
2022
Bibliografia: f. 335-389

1. Planejamento urbano – Participação do cidadão. 2. Gestão urbana.
I. Ultramari, Clovis. II. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Programa
de Pós-Graduação em Gestão Urbana. III. Título.

CDD 20. ed. – 711.4

ISABELLA SOARES NASCIMENTO

**INSURGÊNCIAS URBANAS EM CONTEXTOS
TRADICIONAIS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO:
UM ESTUDO EM METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS**

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Gestão Urbana, ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Linha de Pesquisa: Planejamento e Projeto Urbano e Regional

Orientador: Prof. Dr. Clovis Ultramari

CURITIBA

2022

ISABELLA SOARES NASCIMENTO

INSURGÊNCIAS URBANAS EM CONTEXTOS TRADICIONAIS DE PLANEJAMENTO E GESTÃO: UM ESTUDO EM METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS

Tese apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Doutora em Gestão Urbana, ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Clovis Ultramari

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof^a. Dr^a. Luciene Pimentel da Silva

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof^a. Dr^a. Geisa Bugs

Pontifícia Universidade Católica do Paraná

Prof^a. Dr^a. Isabel Cristina Tobon Giraldo

Pontificia Universidad Javeriana

Prof^a. Dr^a. Carolina Pescatori Candido da Silva

Universidade de Brasília

Curitiba, 27 de maio de 2022.

RESUMO

Esta pesquisa discute a ocorrência de insurgências urbanas e suas contribuições na participação cidadã integrada aos planos e processos de gestão urbana. Para tal, cinco metrópoles latino-americanas de diferentes escalas foram escolhidas (Cidade do México, Buenos Aires, Bogotá, Santiago e Curitiba), com o objetivo de analisar e comparar, durante as décadas de 1990, 2000 e 2010: i) a atuação de grupos insurgentes; ii) os Novos Movimentos Sociais Urbanos; iii) os planos urbanísticos de cada cidade. A interpretação das teorias sobre o “espaço diferencial” e o “direito à cidade” – fundamentados por Lefebvre – e o conceito de “comum urbano” – abordado por Negri e Hardt, e Dardot e Laval – estruturaram o caminho percorrido e a perspectiva humanista adotada nesta pesquisa. Após análise de vinte e seis casos de organizações coletivas latino-americanas, o entendimento dos novos movimentos sociais multitudinários reforçou que as resistências contra o sistema neoliberal são importantes forças de transformação da sociedade, e a difusão dessas ações por meio das mídias sociais inovaram na forma de exigir o direito à cidade. Práticas em diferentes formatos e temporalidades ocuparam o espaço público das grandes metrópoles ampliando a participação ativa e a cocriação de espaços mais democráticos. Observou-se que em organizações do tipo *middle-up-down*, em que ocorre uma transferência de conhecimentos em dois sentidos – de cima para baixo (explícito) e de baixo para cima (tácito) – foram originados projetos com soluções mais criativas e possibilidades de maior permanência temporal no espaço urbano, além de terem recebido o reconhecimento do poder público e conseqüentemente adaptarem-se a propostas de políticas públicas.

Palavras-chave: Insurgências urbanas. Planos urbanísticos. Participação ativa.

ABSTRACT

This research discusses the occurrence of urban insurgencies and their contributions to citizen participation integrated into urban management plans and processes. To this end, five Latin American metropolises of different scales were chosen (Mexico City, Buenos Aires, Bogotá, Santiago and Curitiba), with the aim of analyzing and comparing, during the 1990s, 2000s and 2010s: i) the actions of insurgent groups; ii) the New Urban Social Movements; iii) the urban plans of each city. The interpretation of theories about the “differential space” and the “right to the city” – founded by Lefebvre – and the concept of “urban commons” – approached by Negri and Hardt, and Dardot and Laval – structured the path taken and the humanist perspective adopted in this research. After analyzing twenty-six cases of Latin American collective organizations, the understanding of the new multitudinous social movements reinforced that the resistance against the neoliberal system are important forces for the transformation of society, and the dissemination of these actions through social media innovated in the way to demand the right to the city. Practices in different formats and temporalities occupied the public space of large metropolises, expanding active participation and the co-creation of more democratic spaces. It was observed that in middle-up-down organizations, where there is a transfer of knowledge in two directions – from top to bottom (explicit) and from bottom to top (tacit) – projects with more creative solutions and possibilities were created. of longer permanence in urban space, in addition to having received recognition from the public power and consequently adapting to public policy proposals.

Key-words: Urban insurgencies. Urban plans. Active participation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 - Estrutura das diferentes escalas das e metrópoles LATAM.....	38
Figura 02 - A produção do espaço trialético - Henri Lefebvre.	45
Figura 03 - Produção trialética do espaço e o surgimento do espaço diferencial.....	47
Figura 04 - Trialética do espaço integrada aos conceitos de Direito à Cidade e Comum Urbano.....	48
Figura 05 - Síntese da integração de conceitos a partir de Lefebvre; Hardt e Negri; Dardot e Laval.....	66
Figura 06 - Similaridades entre as cinco metrópoles latino-americanas.....	73
Figura 07 - Índice de Gini nos cinco países da América Latina.....	77
Figura 08 - Movimento dos estudantes secundaristas (2006).....	103
Figura 09 - Movimento dos estudantes universitários (2011).....	103
Figura 10 - Protesto de outubro de 2019, em Santiago.....	104
Figura 11 - Assembleias populares.....	105
Figura 12 - Mobilização de estudantes em Bogotá (2011).....	109
Figura 13 - Protestos em bairros (2015).....	110
Figura 14 - Mobilização Nacional em Bogotá (2019).....	111
Figura 15 - Movimento Zapatista (2001).....	113
Figura 16 - Caravana da Dignidade Indígena (2001).....	114
Figura 17 - Marcha do Silêncio (2005).....	115
Figura 18 - Estrutura da pesquisa sobre processo de urbanização e planejamento urbano nas cinco metrópoles latino-americanas.....	133
Figura 19 - Grande Buenos Aires.....	139
Figura 20 - Região Metropolitana de BA.....	139
Figura 21 - Cidade Autônoma de BA.....	140
Figura 22 - Divisão das Comunas de BA.....	140
Figura 23 - Parque Indoamericano, 2010.....	143
Figura 24 - Parque Indoamericano, 2018.....	143
Figura 25 - Plataforma <i>BA Elige</i>	146
Figura 26 - Mapa administrativo e político de Bogotá (20 Localidades).....	150
Figura 27 - 114 Unidades de Planejamento Zonal - UPZ.....	150
Figura 28 - Dados da Pesquisa de Satisfação 2019 - Bogotá Cómo Vamos.....	155

Figura 29 - Plataforma Bogotá Abierta	156
Figura 30 - Primeiras Ruas da Cidadania em bairros periféricos do município	160
Figura 31 - Divisão Administrativa de Curitiba (9 regionais).....	160
Figura 32 - Lei Municipal n. 9800/ 2000	163
Figura 33 - Plataforma Digital “FALA Curitiba”	168
Figura 34 - Cidade do México (Distrito Federal)	170
Figura 35 - Zona Metropolitana do Vale do México	170
Figura 36 - Grande Região do Centro do México	170
Figura 37 - Parque em Santa Fé	172
Figura 38 - Cidade Central - Cidade do México	172
Figura 39 - ZEDECs (Cidade do México)	172
Figura 40 - PPDUs (Cidade do México)	173
Figura 41 - Localização das 5 ZODES	178
Figura 42 - Projeto do Corredor Cultural Criativo, em <i>Chapultepec</i>	178
Figura 43 - Apresentação da Lei de Participação Cidadã	181
Figura 44 - Parque Linear Gran Canal	181
Figura 45 - Região Metropolitana de Santiago	184
Figura 46 - Cidade / Província de Santiago.....	184
Figura 47 - Santiago-Centro ou Comuna de Santiago	184
Figura 48 - Piedra Roja - Chicoreo - ZODUC.....	187
Figura 49 - Localização das ZODUCs e PDUCs	189
Figura 50 - Plataformas de participação cidadã no Chile	195
Figura 51 - Cidade do México	197
Figura 52 - Buenos Aires.....	198
Figura 53 - Bogotá.....	199
Figura 54 - Santiago.....	200
Figura 55 - Curitiba.....	201
Figura 56 - Síntese comparativa das linhas do tempo nas cinco metrópoles latino-americanas analisadas	205
Figura 57 - Níveis de participação cidadã nas cinco metrópoles latino-americanas analisadas	206
Figura 58 - Esquema da estrutura analítica comparada das insurgências urbanas	219

Figura 59 - Esquema Cidadania Insurgente.....	224
Figura 60 - Esquema Planejamento Urbano Insurgente	227
Figura 61 - Esquema Espaço Público Insurgente	229
Figura 62 - Síntese da gênese das insurgências urbanas.....	233
Figura 63 - Mapeamento de conflitos urbanos em Santiago do Chile (2006-2011).....	245
Figura 64 - Horto Roma Verde	249
Figura 65 - Localização do Horto Roma Verde	250
Figura 66 - Manifestantes Vecinos del Pueblo de Xoco	252
Figura 67 - Coletivo Biciketas.....	253
Figura 68 - Lugares Públicos AC - LEA.....	255
Figura 69 - Moradores do bairro Colegialles em protesto pacífico	260
Figura 70 - Plaza Clemente (antes).....	261
Figura 71 - Plaza Clemente (depois).....	261
Figura 72 - Projeto Experimental Participativo (2020)	262
Figura 73 - Apresentações multitudinárias realizadas pelo coletivo FUNO	263
Figura 74 - Ações táticas realizadas pelos moradores de Bogotá.....	271
Figura 75 - Movimentos coletivos - Cidade do México, Buenos Aires, Bogotá e Santiago (1990-2020)	285
Figura 76 - Bairro Colegiales.....	286
Figura 77 - Localização do bairro Colegiales, Comuna 13 e falta de áreas verdes nesse local.....	287
Figura 78 - Praça Clemente	288
Figura 79 - Praça Clemente abandonada.....	288
Figura 80 - Projeto da Praça Clemente	288
Figura 81 - Manifesto dos moradores do bairro.....	289
Figura 82 - Convite para a mobilização no entorno da ferrovia	289
Figura 83 - Manifesto de Bicicletas dos moradores Comuna 13	290
Figura 84 - <i>Movimiento: La Ciudad Somos Quienes La Habitamos</i> (foto aérea).....	290
Figura 85 - <i>Movimiento: La Ciudad Somos Quienes La Habitamos</i>	290
Figura 86 - 1ª Audiência Pública com o setor público	291
Figura 87 - Primeira atividade de construção de mapeamento coletivo	291
Figura 88 - Intervenções no entorno da área da praça	292

Figura 89 - Intervenções no Local da praça	293
Figura 90 - Localização das insurgências em Curitiba	298
Figura 91 - Movimentos coletivos em Curitiba.....	298
Figura 92 - Página virtual do questionário aplicado.....	300
Figura 93 - Coletivos que atuam na periferia de Curitiba	302
Figura 94 - Coletivos que atuam em bairros pericentrais de Curitiba	304
Figura 95 - Coletivos que atuam no centro de Curitiba	305
Figura 96 - Perfil dos integrantes dos coletivos periféricos	307
Figura 97 - Associação dos Moradores 23 de Agosto e localização da área do Parque.....	310
Figura 98 - Localização de Residencial Parque Iguaçu III e da Horta Comunitária.....	310
Figura 99 - Ocupação Dona Cida (8º Sarau Peri, realizado pelo Coletivo Núcleo Periférico).....	310
Figura 100 - Localização da Cozinha Solidária, ns Ocupação Jardim Veneza (Tatuquara)	310
Figura 101 - Caracterização dos coletivos periféricos: tamanho, recursos e organização.....	312
Figura 102 - Perfil dos integrantes dos coletivos pericentrais	314
Figura 103 - Caracterização dos coletivos pericentrais: tamanho, recursos e organização.....	316
Figura 104 - Coletivo Mão Invisíveis e membros do coletivo Itinerante Resistência.....	321

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Etapas da pesquisa.....	31
Quadro 02 - Relação das cinco metrópoles latino-americanas e suas configurações territoriais	35
Quadro 03 - Estrutura da Fundamentação Teórica.....	39
Quadro 04 - Significados de Direito à Cidade	52
Quadro 05 - Distintos comportamentos de mobilizações sociais nos séculos XX e XXI.....	85
Quadro 06 - Níveis de ação coletiva	86
Quadro 07 - Tipologia de Lutas Cidadãs Contemporâneas.....	87
Quadro 08 - Principais Movimentos Revolucionários e Ondas de Protestos no Brasil: 1990 à 2019	94
Quadro 09 - Principais Movimentos Sociais Argentinos (1990 - 2019)	99
Quadro 10 - Principais Movimentos Sociais no Chile (1990 - 2019)	106
Quadro 11 - Principais Movimentos Sociais na Colômbia (1990 - 2019)	112
Quadro 12 - Principais movimentos sociais mexicanos a partir da década de 1990	120
Quadro 13 - Síntese comparativa dos movimentos sociais selecionados, em cinco países latino-americanos durante as décadas de 1990, 2000 e 2010	123
Quadro 14 - Planos de Ordenamento (1930 -1960)	126
Quadro 15 - Planos urbanos das cinco metrópoles latino-americanas (1960-1990).....	128
Quadro 16 - Planos e Projetos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na cidade de Buenos Aires e região metropolitana - Argentina.....	137
Quadro 17 - Planos e Projetos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na cidade de Bogotá e região metropolitana - Colômbia.....	156
Quadro 18 - Planos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na cidade de Curitiba e região metropolitana - Brasil	169
Quadro 19 - Políticas de desenvolvimento urbano na Cidade do México, 2000 a 2012	176
Quadro 20 - Planos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na Cidade do México - DF e região metropolitana - México	182

Quadro 21 - Planos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na cidade de Santiago e região.....	195
Quadro 22 - Categorização das insurgências com base em sujeitos sociais, organização, local da intervenção, tempo e recursos envolvidos	239
Quadro 23 - Níveis dos Estudos de Caso	241
Quadro 24 - Relação de casos de Insurgências Urbanas em Metrôpoles Latino-Americanas	246
Quadro 25 - Casos de insurgências urbanas na Cidade do México.....	256
Quadro 26 - Casos de insurgências urbanas na CABA	258
Quadro 27 - Insurgências Urbanas em Bogotá	272
Quadro 28 - Insurgências Urbanas na cidade de Santiago - Chile.....	280
Quadro 29 - Insurgências Urbanas e Categorias	281
Quadro 30 - Insurgências Urbanas em Curitiba	296
Quadro 31 - Questionário aplicado.....	300
Quadro 32 - Coletivos que atuam na periferia de Curitiba.....	303
Quadro 33 - Coletivos que atuam em bairros pericentrais de Curitiba	304
Quadro 34 - Coletivos que atuam no centro de Curitiba.....	305
Quadro 35 - Motivação e contexto das intervenções em áreas periféricas de Curitiba.....	309
Quadro 36 - Decepções e esperanças de cada coletivo periférico	313
Quadro 37 - Motivação e contexto das intervenções em áreas pericentrais de Curitiba.....	315
Quadro 38 - Decepções e esperanças de cada coletivo pericentral	319
Quadro 39 - Decepções e esperanças de cada coletivo central	322
Quadro 40 - Insurgências Urbanas do tipo “middle-up-down” e Categorias.....	324

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Índice de Democracia nos cinco países da América Latina	74
Tabela 02 - Atitudes em Direção à Democracia	75
Tabela 03 - Direito Político e Liberdades Civis nos cinco países LATAM	76
Tabela 04 - Índice de Gini nos cinco países da América Latina	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCM	Assembleia de Bairros da Cidade do México
AECID	Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
AGE	Áreas de Gestão Estratégicas
AL	América Latina
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANDHA	<i>Asociación Nacional de Deudores Habitacionales</i>
APH	Área de Proteção Histórica
APPO	Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca
AsBEA	Associação Paranaense dos Escritório de Arquitetura
ASC	Aliança Social Continental
AUDP	Áreas Urbanizáveis de Desenvolvimento Prioritário
BA	Buenos Aires
BCM	Barzón da Cidade do México
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BRT	<i>Bus Rapid Transit</i>
CABA	Cidade Autônoma de Buenos Aires
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAU	Conselho de Arquitetura e Urbanismo
CC	Conselhos Cidadãos
CCA	Conselhos Comunitários da Área
CCB	Câmara de Comércio de Bogotá
CCMDC	Carta da Cidade do México pelo Direito à Cidade
CEAV	Comissão Executiva de Atenção às Vítimas
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CEFE	Centros Felicidade
CEFURIA	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
CELS	Centro de Estudos Legais e Sociais
CEM	<i>Fundación Ciudad Emergente</i>
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CGP	centros de gestão e participação cidadã
CIAM	Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CIC	Cidade Industrial

CINEP	Centro de Investigação e Educação Popular
CIOM	Casa da Igualdade e Oportunidade para Mulheres
CIPPEC	<i>Centro de Implementación de Políticas Públicas para la Equidad y el Crecimiento</i>
CLACSO	<i>Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales</i>
CLOC	<i>Coordenadora Latino-americana de Organizaci�es do Campo</i>
CMDF	Cidade do México - Distrito Federal
CND	Convenção Nacional Democrática
CNPV	<i>Censo Nacional de Población y Vivienda</i>
COHAB	Companhia de Habitação Popular de Curitiba
COMEC	Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba
CONAMBA	Comissão Nacional da �rea Metropolitana
CORDESAN	Cooperação para o Desenvolvimento de Santiago
COS	Coordenador de Organizaci�es Sociais
COSOC	Conselho Comunitário das Organizaci�es da Sociedade Civil
CPAU	<i>Consejo Profesional De Arquitectura Y Urbanismo</i>
CPL	Conselho de Planejamento Local
CUFA	Central única das Favelas
CUT	Unidade Central dos Trabalhadores
DAPD	Departamento Administrativo de Planejamento Distrital
DF	Distrito Federal
DGAU	Direção Geral de Antropologia Urbana
DIY	<i>Do It Yourself</i>
EC	Encontros Cidadãos
EIU	<i>Economist Intelligence Unit</i>
EL	<i>Espacio Ludico</i>
EMAD	Escola Metropolitana de Artes Dramáticas
EUA	Estados Unidos da América
EZLN	Exército Zapatista de Libertaci�o Nacional
FARC	Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia
FAS	Fundação de Assistência Social
FIEP	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
FIIU	Foro Internacional de Intervenções Urbanas
FLASCO	Faculdade Latino-Americana de ciências Sociais
FMS	Fóruns Sociais Mundiais

FNEM	Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas
GaWC	<i>Globalization and World Cities Research Network</i>
GBA	<i>Gran Buenos Aires</i>
GPU	Grande Projeto Urbano
Hab.	Habitantes
HIC	<i>Habitat International Coalition</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDPAC	Instituto Distrital de Participação e Ação Comunitária
IDB	<i>Inter-American Development Bank</i>
IDU	Instituto de Desenvolvimento Urbano
IECM	<i>Instituto electoral Ciudad de México</i>
IGES	<i>Institute for Global Environmental Strategies</i>
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISSSTE	Instituto de Segurança e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Estado
JAL	Junta Administradora Local
LATAM	<i>Latin American</i>
LDO	Lei de Diretrizes Orçamentárias
LDUDF	Lei de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal
LEA	Lugar de Encontro entre Amigos
LOOT	Lei Orgânica de Ordenamento Territorial
MAT	Movimento pela água e pelos territórios
MDJ	<i>Movimiento Democrática Juvenil</i>
MGP	Mesas de Gestão Participativa
MINVU	Ministério da Habitação e Urbanismo
MIVU	Ministério da Habitação e do Urbanismo
MML	Movimento das Mulheres Agricultoras em Luta
MMM	Marcha Mundial das Mulheres
MNLM	Movimento Nacional de Luta pela Moradia
MNRU	Movimento Nacional pela Reforma Urbana
MOP	Plano de Concessões de Autopistas Urbanas
MP	Marcha Patriota
MPL	Movimento Passe Livre
MPJD	Movimento pela Paz com Justiça e Dignidade

MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra
MSUI	Movimentos Sociais Urbanos Insurgentes
MTD	Movimento dos Trabalhadores Desempregados
MTL	<i>Movimento Territorial de Liberación</i>
MTST	Movimento dos Trabalhadores Sem Teto
MUP	Movimento Popular Urbano
MUP	Movimento Urbano Popular
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio
NAU	Nova Agenda Urbana
NAU	Nova Agenda Urbana
NIMBY	Not in my backyard
NMS	Novos Movimentos Sociais
NMSU	novos movimentos sociais urbanos
NP	Nova Pátria
NUC	Núcleo Urbano Central
OCE	Organização de Cooperação Econômica
OCIPs	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
ODC	<i>Observatorio del Derecho a la Ciudad</i>
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIDP	Observatório Internacional da Democracia Participativa
OMS	Organização dos Movimentos Sociais
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OUC	Operação Urbana Consorciada
PD	Plano Diretor
PDI	Plano Integrador dos Municípios
PDUC	Projetos de Desenvolvimento Urbano Condicionado
PGDC	Plataforma Global pelo Direito à Cidade
PID	Planos Integrais de Desenvolvimento
PIDUZOB	Desarrollo Urbano de la Zona Oriental de Bogotá
PIRU	Projeto Integral de Reurbanização
PLADECO	Plano de Desenvolvimento Comunitário
PLAMEC	Plano Diretor de Equipamentos Culturais
PMBC	Programa de Melhorias de Bairros Comunitários
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida

PMEP	Plano Diretor do Espaço Público
PMM	Plano Diretor de Mobilidade de Bogotá
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Rural
PNDU	Política de Desenvolvimento Urbano
PNOT	Política Nacional de Ordenamento Territorial
POT	Planos de Ordenamento Territorial
PP	Planos Parciais
PPA	Plano Plurianual
PPDU	Programa Parcial de Desenvolvimento Urbano
PPS	Placemaking e de Project Public Places
PRC	Planos Reguladores Comuns
PRI	Partido Revolucionário Institucional
PRIS	Plano Regulador Intercomunal de Santiago
PRMS	Plano Regulador Metropolitano para a Cidade de Santiago
PRO	Partido Republicano
PROMEBA	programa foi denominado de Melhoramento de Bairros
PROT	Plano Regional de Ordenamento Territorial
PT	Partido dos Trabalhadores
PTDRS	Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável
PtyP	Zonas Típicas e Pitorescas
PUA	Plano Urbano Ambiental
PUC	Planejamento Urbano Compartilhado
PUCPR	Pontifícia Universidade Católica do Paraná
RCCCV	Rede Colombiana de Cidades Como Vamos
RECIA	Rede de Espaços Culturais Independentes e Alternativos
RIT	Rede Integrada de Transporte Público
RM	Região Metropolitana
RMBA	<i>Región Metropolitana de Buenos Aires</i>
RMC	Região Metropolitana de Curitiba
RMCM	<i>Región Metropolitana de Ciudad de Mexico</i>
SE	Setores Especiais Estruturais
SEDUVI	Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação
SEPLAN	Secretaria de Planejamento Comunitário
SERVIU	<i>Servicio de Vivienda y Urbanismo de Santiago</i>
SIAP	Sociedade Interamericana de Planejamento

SIBICO	Sistema de Bem-estar Comum
SIMEB	Sistema Metropolitano Bonaerense
Sindarq	Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do Paraná
SINDUSCON	Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná
SITP	Sistema Integrado de Transporte Público
SOL	Sociedade Organizada em Luta
TCP	Transferência do Potencial Construtivo
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TLC	Tratados de Livre Comércio
UAC	Unidades de Atenção Cidadã
UCP	União das Colônias Populares
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNILIVRE	Universidade Livre do Meio Ambiente
UPES	União Paranaense dos Estudantes Secundaristas
UPMS	Universidade Popular dos Movimentos Sociais
UPREZ	União Popular Emiliano Zapata
UPZ	Unidades de Planejamento Zonal
UTD	União de Trabalhadores Desocupados
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
WCCF	<i>World Culture Cities Forum</i>
ZEDEC	Zona Especial de Desenvolvimento Controlado
ZEIS	Zonas Especiais de Interesse Social
ZMVM	Zona Metropolitana do Vale do México
ZODES	Zonas de Desenvolvimento Econômico e Social
ZODUC	Zonas de Desenvolvimento Urbano Condicionadas
ZTyP	Zonas Típicas e de Valor Pitoresco
ZUCs	Zonas de Urbanização Condicionadas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	21
1.1	ESTRUTURA METODOLÓGICA.....	29
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	33
2.1	PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: TEORIAS E CONCEITOS	40
2.1.1	A produção do espaço: o conceito dialético de H. Lefebvre.....	42
2.1.2	Direito à cidade: recuperação do urbano como bem comum.....	50
2.1.2.1	A difusão do conceito de Direito à Cidade: um breve resgate historiográfico	54
2.1.3	Comuns Urbanos: agentes múltiplos e práticas colaborativas.....	58
2.2	PRESSUPOSTOS PARTICIPATIVOS EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA	67
2.2.1	Metrópoles latino-americanas contemporâneas: colonialidades globais	70
2.2.2	Os novos movimentos sociais urbanos na América Latina	79
2.2.2.1	Movimentos revolucionários e ondas de protestos na Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e México, 1990-2000	90
2.2.3	Planos Urbanos em metrópoles latino-americanas: em busca da participação cidadã e do direito à cidade.....	125
2.2.3.1	Modalidades de planejamento urbano: estratégico e participativo em Buenos Aires, Bogotá, Curitiba, Cidade do México e Santiago, entre 1990 e 2020.....	134
2.2.4	A importância da participação cidadã ampliada: considerações e debate	206
2.3	INSURGÊNCIAS URBANAS: INTERPRETAÇÃO DO FENÔMENO	215
2.3.1	A gênese das insurgências urbanas contemporâneas	220
2.3.2	Agrupamentos coletivos: categorização das insurgências urbanas.....	233
3	ESTUDOS DE CASO	241
3.1	INSURGÊNCIAS URBANAS NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO A PARTIR DE PESQUISA SECUNDÁRIA.....	243
3.1.1	Procedimentos Metodológicos.....	246

3.1.1.1	Cidade do México	249
3.1.1.2	Buenos Aires	257
3.1.1.3	Bogotá	265
3.1.1.4	Santiago.....	273
3.1.2	Discussão.....	281
3.2	INSURGÊNCIAS URBANAS EM CURITIBA: UM ESTUDO COM BASE EM PESQUISA PRIMÁRIA	294
3.2.1	Procedimento Metodológicos.....	295
3.2.2	Discussão.....	306
3.3	CONCLUSÕES DOS ESTUDOS DE CASO.....	322
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	328
	REFERÊNCIAS.....	338

1 INTRODUÇÃO

Grandes movimentos populares globais conduziram uma alteração no discurso ideológico a partir de 2011, quando multidões de cidadãos passaram a discutir, tanto no espaço público das cidades quanto nas redes sociais, a natureza do sistema no qual vivem (WALLERSTEIN, 2012). Segundo Wallerstein (2012), os principais temas que emergiram nas ruas das metrópoles globais foram as desigualdades, justiça social e colonialidades.

Em junho de 2013 foi a vez de o Brasil enfrentar tais movimentos: diversas manifestações ocorreram em várias cidades do país, sendo lideradas majoritariamente por grupos que, descontentes com a política vigente e contrários ao sistema econômico, reivindicavam direitos sociais e melhores condições de vida. Halbritter e D'Ávila Neto (2015) descrevem que milhões de pessoas aderiram às mobilizações nas ruas e nas redes sociais, paralisando as cidades e pedindo respostas dos poderes públicos às suas demandas. É possível constatar que existem similaridades entre esses movimentos que ocorreram no Brasil com aqueles dos países do Oriente Médio, América do Norte e Europa, em 2011 (HALBRITTER; D'ÁVILA NETO, 2015).

O cenário de tensões que emergiu nas ruas das grandes cidades brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife, foi retratado por uma diversidade de mobilizações espontâneas. Essas foram protagonizadas por grupos de cidadãos excluídos que resistiam às mudanças neoliberais e reivindicavam o bem comum diante de processos exacerbados de privatização e controle dos governos sobre os recursos naturais compartilhados (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017).

Halbritter e D'Ávila Neto (2015) reforçam que, na maioria dos casos, essas redes de mobilizações populares podem se esgotar em uma única manifestação, tornando-se um efeito de visibilidade e simbolismo do coletivo social. Tais eventos podem ser considerados como “insurgentes”, pois foram difundidos de modo espontâneo e volátil, tendo seu processo de mobilização articulado em distintas redes sociais (HALBRITTER; D'ÁVILA NETO, 2015).

Diante desses formatos de ocupações, onde se mobiliza um significativo número de pessoas em movimentos articulados em várias cidades, com temáticas semelhantes ou em tempos bastante próximos, busca-se compreender mais profundamente as chamadas insurgências urbanas. Ou seja, debruça-se sobre casos em que o espaço urbano público é utilizado como estratégia de luta pelo Direito à Cidade e como ponto de renascimento da democracia participativa.

Vale ressaltar que a ideia de “comum urbano”, segundo Tonucci Filho e Magalhães (2017), reapareceu de forma expressiva nesse ciclo de protestos globais. Esse contexto, deflagrado pela crise do capitalismo neoliberal, sustentou e orientou a construção de múltiplas experiências que podem ser consideradas autônomas, democráticas e autogeridas.

As jornadas insurgentes no Brasil tiveram a metrópole paulistana como principal exemplo, seja pelo volume de participantes, pelo número de eventos e/ou, reproduções coletivas¹. Os manifestantes declaravam-se apartidários e reivindicavam direitos sociais e civis; esse engajamento popular massivo reivindicando ações da governança pública que assegurassem dignidade de vida e direitos igualitários foi disseminado por meio de outras linguagens e escalas, reverberando até os dias atuais.

Os integrantes reelaboraram e reapropriaram os espaços e o tempo a partir de movimentos e gestos que descrevem seus conflitos e vidas cotidianas. Essas novas mobilizações populares organizadas por diversos grupos de cidadãos desafiaram os formuladores de políticas públicas, especialmente aqueles que ainda têm uma visão tecnicista sobre planejamento e gestão urbanos (KOSTER, 2019).

Segundo Lima (2017), esses movimentos questionam e confrontam as vertentes do planejamento urbano que são voltadas ao mercado e em detrimento das questões sociais. O autor entende esses movimentos dispersos e descentralizados como “nuvens” de coletivos e/ou grupos com a mesma ideologia libertária capazes de

¹ Reproduções coletivas são aquelas realizadas por múltiplos agentes; ocorrem de várias formas e são intensificadas por ações, movimentos e relações sociais, que podem ser conflituosas ou pacíficas. A atuação coletiva considera a perspectiva dos próprios sujeitos sobre o contexto em que estão inseridos e as ações que serão efetivadas nesses espaços (TEIXEIRA, 2000).

se mobilizar nos espaços públicos para tematizar a cidade e levantar questionamentos sobre o direito cidadão. O ativismo desses movimentos se apresenta contrário à lógica do “empresariamento urbano” (HARVEY, 2012) e, além de desafiar os planos urbanos nos contextos em que atuam, apontam outras possibilidades para práticas do urbanismo, do planejamento e gestão (LIMA, 2017).

Essas novas manifestações político-sociais podem ser observadas no cotidiano da vida urbana trazendo para o espaço público articulações entre o global e o local (MAGALHÃES, 2013). É diante dessas ocupações momentâneas que se justifica essa pesquisa: observar e analisar a organização dos coletivos heterogêneos em lugares públicos com o objetivo de expor reivindicações e opiniões políticas, de expressar solidariedade, ou de simplesmente celebrar um evento.

Diversos autores se debruçaram direta ou indiretamente a essa temática. Magalhães (2013) destaca que, para Fillieule e Pechu (1993), as ocupações momentâneas possuem dois atributos importantes: 1) seus conteúdos simbólicos e 2) a experiência cidadã que propiciam. Essa percepção é corroborada por Morán (2005), que definiu essa experiência como “prática de cidadania espacializada”.

De acordo com Chauí (1988), essas práticas exercem uma função de aprendizado cidadão; no mesmo viés, Santos (2002) observa-as como uma ação pedagógica significativa para a vivência política, e Magalhães (2013) as vê como uma tomada de consciência dos indivíduos como sujeitos históricos e de direito. A utilização do espaço público, estudada também por McAdam, Tarrow e Tilly (2009), abrange manifestações táticas e performáticas, repletas de simbolismos e itinerários, e que promovem diferentes formas de controle do espaço. Morán (2005) esclarece o significado de se manifestar em espaços públicos:

Manifestar-se significa essencialmente ‘sair à rua’, ocupar um espaço público que seja visível para o maior número de pessoas possível, e desfilar por ele. A ideia de movimento, de deslocamento, é consubstancial à manifestação; e sendo possível deve fazer-se através do espaço por excelência: a parte central da rua, e não tanto os passeios. Os lugares concretos onde se desenvolvem as manifestações têm também uma grande importância. Devem gozar de uma grande visibilidade e, além disso, estar carregados com um forte conteúdo simbólico. Daí a preferência por ‘invadir’ certas ruas ou praças do centro histórico, assim como por transportar a celebração de muitas manifestações desde os locais onde os conflitos são produzidos até cidades importantes, preferivelmente aquelas nas quais se concentra o poder político: as capitais dos Estados ou das províncias. [...] A eleição do lugar no

qual se levará a cabo é, pois, uma questão muito relevante para os organizadores, da qual depende em boa medida seu êxito; [...]. Congregar-se, mostrarem-se juntos, ser protagonistas e participantes 'em primeira pessoa' são dimensões constitutivas da manifestação. Daí que participar em uma delas seja uma experiência cidadã única com uma evidente função de aprendizagem. A importância de 'fazer-se visível' explica que seja uma das práticas de cidadania preferidas por aqueles grupos que lutam por seu reconhecimento e inclusão dentro da comunidade de cidadãos (MORÁN, 2005, p. 100, tradução livre).

A compreensão das subjetividades, contradições e conflitos desse cenário de lutas globais e dessas continuidades de expressões ao redor do mundo foi retratada por Miraftab no Congresso Mundial das Escolas de Planejamento Urbano, realizado no Rio de Janeiro em 2016. A pesquisadora ressaltou a necessidade de um novo tipo de planejamento urbano, propôs um olhar de reconhecimento das práticas que vão além daquelas sancionadas pelo Estado e poderes corporativos, e enfatizou como prioridades a descolonização da imaginação e a ampliação de possibilidades para o futuro de cidades mais humanas.

De maneira semelhante, Santos (2002) afirma que é necessário descolonizar o conhecimento para que se consiga ver invisibilidades, ouvir silenciamentos, dar forma a informalidades e transformar ausências em presenças. Miraftab (2016), no mesmo sentido, argumenta sobre questões que foram apropriadas como justificativas desta pesquisa; são elas: i) a falta de legitimidade do planejamento e gestão urbanos tradicionais, devido às crescentes desigualdades e injustiças espaciais; ii) as práticas insurgentes como um tipo diferente de planejamento e gestão urbanos.

Uma forma de se "ver as invisibilidades" urbanas se dá por meio dos novos movimentos de urbanização que se transformam em práticas socioespaciais altamente informativas e inovadoras, capazes de ressignificar o cotidiano das cidades por meio das reivindicações políticas e apropriações dos espaços públicos pelo cidadão comum. Uma variedade de terminologias é encontrada para essas modificações urbanas: ocupações, intervenções, práticas coletivas, derivas, ativismos; todas apresentam semelhanças em temas que mobilizam a sociedade, tanto nas estratégias de organização quanto nos meios utilizados para apresentar suas reivindicações (LIMA, 2017).

O trabalho elaborado por Tilly (1978) sinaliza que os repertórios das ações coletivas organizados por um conjunto de atores "em conflito" são criações culturais

assimiladas que emergem nas disputas políticas e que devem ser observadas sempre numa perspectiva relacional. Gohn (2013) descreve que essas ações se expandem, mudam de forma, podem perder o protagonismo e, ao mesmo tempo, ganhar novos conteúdos; trata-se de um quadro de grande dinamismo e em que interações caracterizam relações menos sólidas e mais fluidas.

A partir dos movimentos sociais contemporâneos que ocorreram global e localmente a partir de 2011, esta pesquisa pretende enfatizar o caráter político, ideologicamente mediado e socialmente contestado do espaço urbano. Deve-se destacar que grupos que constituem tais movimentos instigam investigações e debates sobre alternativas possíveis aos modelos de planejamento das cidades e outras formas de urbanização – mais democráticas e humanas, menos reprimidas por arranjos institucionais e ideológicos dominantes (BRENNER, 2018). É possível, pois, que no cerne dessas mobilizações, estabeleça-se uma nova educação política e uma nova percepção do cidadão em relação ao Estado, à cidade e ao seu lócus.

Esta pesquisa pretende expandir a compreensão sobre a complexa interação entre o espaço urbano e as práticas insurgentes. Concentra-se aqui em ações que empregam diferentes táticas de mobilização social, tanto aquelas culturais, artísticas, agroecológicas, performáticas, voltadas à mobilidade, à segurança ou ao protagonismo de mulheres e crianças, quanto às ações urbanísticas pedagógicas.

Essas sinalizações ou gestos, segundo Lima (2017), além de confrontarem os processos hegemônicos de planejamento e gestão urbana, apontam novos horizontes de interação coletiva nas ruas e novas possibilidades de usos na cidade. Ao analisar essas práticas, almeja-se reconhecer o poder do uso temporário dos espaços e da valorização dos movimentos sociais alternativos, ainda difusos nas cidades contemporâneas latino-americanas.

Em síntese, o estudo do fenômeno das insurgências urbanas se justifica, primeiramente, por não ser devidamente compreendido no meio científico como uma possibilidade de revisão do *modus operandi* do planejamento e gestão urbana tradicional; em segundo lugar, mas não menos importante, por permitir entender se as práticas coletivas engajadas politicamente em espaços públicos de metrópoles latino-americanas podem colaborar para a construção de um novo modelo de planejamento e gestão, na perspectiva da cidade como comunidade.

Esse entendimento sobre os novos movimentos sociais, inovadores e criativos e suas práticas insurgentes em espaços públicos se dá, nesta pesquisa, por meio de um recorte geográfico composto de cinco metrópoles latino-americanas: Cidade do México (México), Bogotá (Colômbia), Santiago (Chile), Buenos Aires (Argentina) e Curitiba (Brasil). A compreensão, o levantamento e as análises comparativas das ações ou eventos nos espaços públicos dessas cidades têm em vista a verificação – por meio do processo de organização dessas práticas – de possibilidades de formatação de um modelo de planejamento urbano transitório, cocriado pela sociedade civil, com características autogestionárias, e complementares ao planejamento e gestão urbana tradicional.

Habermas (1981) já apontava na sua teoria sobre os novos movimentos sociais e suas práticas organizativas que estes “seriam propositores de novas formas de cooperação e de comunidade” e “defenderiam formas autogestionárias, novos modelos participatórios e a criação de contra instituições, protegidas da influência dos partidos de massa, da indústria cultural e da mídia” (ALONSO, 2009, p. 63).

Em relação à ocupação dos espaços públicos, Castells (1983) salienta que “o ato de ocupar uma área, contrariando as normas institucionais, significa criar um espaço público em contraposição ao espaço público institucionalizado”. Segundo o autor, a ocupação de espaços públicos e prédios simbólicos é de fundamental importância para a efetivação de mudanças sociais; basicamente isso se dá por três motivos: i) a criação de uma comunidade que gera maior aproximação entre indivíduos, fortalecendo as lutas sociais frente ao medo da repressão e ampliando a participação ativa de mais pessoas – uma vez que não se exige que o indivíduo tenha uma convicção política ou ideológica pré-estabelecida; ii) o poder simbólico presente nas ações e que podem resgatar levantes populares; iii) a possibilidade de se concretizar um espaço de deliberação e, portanto, de um espaço político – visto que

Ao assumir e ocupar o espaço urbano os cidadãos reivindicam sua própria cidade, uma cidade da qual foram expulsos pela especulação imobiliária e pela burocracia municipal. Alguns movimentos sociais historicamente importantes, como a Comuna de Paris de 1871 ou as greves de Glasgow em 1915, começaram com boicotes aos aluguéis, contra a especulação na área da moradia. O controle do espaço simboliza o controle da vida das pessoas (CASTELLS, 1983, p.16)

Novos movimentos sociais comumente insurgem da ação coletiva de indivíduos comuns contra explicações deterministas e economicistas. Podem sinalizar a injustiça de determinadas conjunturas, enaltecer os aspectos simbólicos e cognitivos das ações, e expor a necessidade de se expressar em áreas públicas.

Assim, acredita-se que, a partir dos levantamentos das relações entre planejamento e gestão urbanos tradicionais e/ou convencionais e o avanço das práticas insurgentes, será possível alcançar outros modos de reordenamento dos espaços que considerem o direito à cidade, e conceda-o a todos os cidadãos. Para pavimentar esse caminho foi necessário buscar outros conhecimentos teóricos e conceituais a partir do entendimento sobre o espaço vivido Lefebvriano (LEFEBVRE, [1974] 2013). É possível que esta seja a arena das reivindicações pelo direito à cidade, bem como o local de expressão dos ideários em prol da construção de um “comum urbano”.

A realização de estudos comparados nas cinco metrópoles selecionadas busca ampliar o pensamento teórico crítico latino-americano sobre as diferenças e contradições entre as políticas de planejamento urbano participativo e insurgências urbanas em relação ao pensamento urbanístico hegemônico. A pesquisa procura associar a materialidade do tecido urbano e a subjetividade do tecido social.

Propõe-se um aprofundamento daquilo que se entende sobre o caráter plural dos novos agentes produtores da vida cotidiana, tanto fisicamente – por meio do uso e apropriação de espaços existentes e planejados pelos atores hegemônicos da disciplina urbana – quanto simbolicamente – pela construção efetiva de espaços alternativos diante da impossibilidade de acesso aos espaços ditos “formais”.

Reconhece-se que as ações táticas nos espaços públicos dessas cidades ainda são ainda experimentos limitados, mas sempre ressurgem para evidenciar as problemáticas socioespaciais. Dessa forma, com o acúmulo de conhecimentos, troca de saberes e o fortalecimento dos mecanismos de atuação em rede (locais ou globais), as ações tornam-se mais inovadoras e resistentes. São respostas criativas às forças neoliberais, mesmo que temporárias ou de pouca permanência.

A pesquisa avança para uma possível ressignificação desse fenômeno para o que se propõe denominar “**fragmentos táticos insurgentes**”. Isso porque diversos eventos observados ainda são descontínuos, pontuais e/ou locais, muitas vezes

interrompidos por falta de recursos financeiros e humanos, ou até por serem cerceados pelo poder público. Destaca-se, nesse sentido, o pensamento de Santos (2002) quando afirma que as lógicas da razão hegemônica ocidental nunca impediram as manifestações das outras formas sociais, apenas as desqualificaram a fim de mantê-las na relação de subalternidade.

As seguintes premissas foram consideradas ao longo do processo investigativo: i) a importância da reapropriação e apropriação dos espaços públicos urbanos para visibilizar uma determinada problemática social; ii) as ações táticas que denunciam o fortalecimento da mercantilização das cidades e propõem novos usos para determinados espaços; e iii) o fenômeno que contribui para abertura de outros caminhos para além do comum, contando com efetiva participação política cidadã e rompendo com teorizações importadas, bem como, com o colonialismo enraizado intelectualmente sobre os modelos de planejamento e gestão urbanos.

O percurso percorrido sugere também algumas hipóteses: i) existe um processo recente de fortalecimento do papel e multiplicação da atuação dos coletivos urbanos que exige uma maior inserção das questões sociais no processo decisório de planejamento urbano; ii) há melhor convivência e/ou maior aceitação por parte do planejamento e gestão urbanos institucionalizados, das práticas insurgentes, sendo possível identificar a reprodução/adaptação de modelos e ideias de insurgências; iii) outros agentes – setor privado, agências bilaterais e organizações civis – buscam caminhos colaborativos e de inclusão da sociedade por meio dos coletivos urbanos, ou seja, essa iniciativa não se dá apenas pela intermediação do Estado e do poder público local.

A pesquisa reconhece que o planejamento urbano tradicional – institucionalizado – não foi capaz de tornar as cidades mais humanas, hígdas e ordenadas democraticamente, nem tampouco foi capaz de ampliar a participação da população durante a elaboração dos planos urbanísticos. Devido a esse fato, insurgem forças coletivas apresentando ações inovadoras de participação, geridas e sediadas no âmbito da sociedade civil; são denominadas, aqui e por outros pesquisadores contemporâneos, como **insurgências urbanas**.

Espera-se com esta discussão concluir que os repertórios apresentados pelas insurgências urbanas podem se consolidar como um sinal favorável para abertura de

outras políticas públicas, bem como atuar para que a base da sociedade civil saia da subalternidade. Conjectura-se que, as redes formadas pelas iniciativas insurgentes podem influenciar e contribuir diretamente com os caminhos do planejamento e gestão urbanos em prol do fortalecimento da cidadania em metrópoles latino-americanas.

1.1 ESTRUTURA METODOLÓGICA

O objetivo principal dessa pesquisa é a investigação das insurgências urbanas na metrópole de Curitiba a partir dos modelos encontrados em quatro metrópoles latino-americanas. Para tanto, foi realizado um levantamento das intervenções singulares no espaço público da capital paranaense, buscando compreender: i) a relação entre a localização do território e as trocas de saberes relacionadas aos movimentos propostos; ii) como são construídas as relações e vínculos colaborativos entre os atores; e iii) se a reconstrução do espaço pós-intervenção alcança o significado pretendido. Em princípio, o fenômeno a ser analisado são os espaços físicos da cidade, particularmente aqueles que ao longo do tempo foram esvaziados pela cultura do capital, tornando-se despercebidos pela frenética dinâmica cotidiana, e que foram negligenciados pelo poder público.

Esta pesquisa é essencialmente qualitativa uma vez que tem como objeto o vínculo entre a cidade e as subjetividades sociais que ela abrange, não sendo possível traduzir essas leituras em números ou fórmulas. O caminho da investigação fundamenta-se na interpretação analítica e crítica dos processos e não simplesmente nos resultados e nos produtos. O espaço urbano é a fonte direta para coleta de dados; os fragmentos da cidade são observados em conjunto com as interações simbólicas entre os atores sociais responsáveis pelas práticas insurgentes no município de Curitiba.

Já o caráter exploratório da pesquisa (GIL, [1991] 2002) se justifica pelos seguintes fatores: i) a presença de um amplo levantamento bibliográfico (referencial teórico); ii) a elaboração de pesquisa analítica sobre modelos concretos em quatro metrópoles latino-americanas (estudo de caso 1) e; iii) a realização de questionário com indivíduos que integraram iniciativas insurgentes em espaços públicos de Curitiba (estudo de caso 2).

Diante da necessidade de realizar uma ruptura epistemológica principalmente sobre o planejamento e gestão urbanos ditos tradicionais, a pesquisa está estruturada em duas partes: o referencial teórico e os estudos de caso. O processo investigativo tem início na busca por modelos concretos daquilo que pode ser observado no espaço urbano latino-americano durante o período de grandes manifestações; interessa-se especialmente por ações conflituosas contra o sistema neoliberal vigente e em prol de transformações de ordem solidária, política e cidadã. Como não é possível entendê-los do ponto de vista racional (da ciência social aplicada), os fundamentos filosóficos de abordagem humanista foram revistos considerando a hipótese de que há uma perda de confiança nos princípios racionalistas do planejamento e gestão urbanos para solucionar problemas reiterados de desigualdades socioespaciais.

A pesquisa não foi desenvolvida de modo linear; diferentes percursos foram tomados para buscar a compreensão do fenômeno das insurgências urbanas, a partir de uma linha de pensamento indutiva. O caminho para o entendimento partiu inicialmente de: i) levantamentos de casos em metrópoles latino-americanas, publicados em artigos científicos; ii) análises direcionadas às teorias conceituais de produção do espaço e do direito à cidade de Lefebvre ([1968] 2006; [1974] 2013); iii) compreensão dos conceitos sobre os “comuns urbanos” apresentados pelos cientistas sociais contemporâneos Bollier (2016), Tonucci Filho e Magalhães (2017), Hardt e Negri (2011), e Dardot e Laval (2017) – pensadores dos movimentos antiglobalização, e; iv) revisão das teorias dos novos movimentos sociais que ocorreram na América Latina, bem como o entendimento do processo de planejamento urbano participativo nas metrópoles selecionadas.

Para investigar a ocorrência dos novos movimentos sociais e os instrumentos e ações de planejamento e gestão urbanos participativos foi necessário organizar uma linha histórica. Foram observados os principais programas e planos urbanos que incentivaram – ou não – a participação popular nas gestões públicas nessas cinco cidades-capitais da América Latina, a partir das décadas de 1990, 2000 e 2010.

A análise diacrônica das informações levantadas permite identificar a relação entre os novos movimentos sociais urbanos e as políticas urbanas de incentivo à participação popular. Acredita-se na possibilidade de que as insurgências urbanas aconteçam em maior ou menor escala em cidades com gestões públicas menos democráticas e em períodos de crise econômica. As informações encontradas sobre

os novos movimentos sociais urbanos, sobre as políticas públicas de participação popular, e sobre as práticas insurgentes realizadas nas cinco metrópoles latino-americanas corroboram para esse entendimento.

Os estudos de casos em quatro metrópoles latino-americanas – Cidade do México, Santiago do Chile, Buenos Aires e Bogotá – foram realizados por meio de pesquisa secundária; na cidade de Curitiba, a coleta de dados foi aprofundada a partir de pesquisas primárias. Em ambos os níveis foram mantidos os objetivos, os pressupostos e as hipóteses.

Em Curitiba foram escolhidos dez coletivos que realizam eventos em diferentes localidades a partir de duas categorias: i) mobilizações fluidas e temporais – aquelas que ocorrem em locais de relevância simbólica da cidade, e; 2) intervenções em espaços públicos existentes, consideradas práticas concretas, mas com variabilidade de duração – quando atores sociais conseguem realizar as ações táticas em um determinado espaço, mas a periodicidade é instável, sujeita a intercorrências.

No Quadro 01, pode-se observar as 03 etapas desta pesquisa e a descrição da metodologia utilizada em cada uma.

Quadro 01 - Etapas da pesquisa.

	ETAPAS	DESCRIÇÃO
1	<p>Revisão da Literatura</p> <p>Pesquisa Exploratória e Bibliográfica</p>	<ul style="list-style-type: none"> • São investigados livros, teses, dissertações e artigos científicos relacionados ao escopo definido, sendo utilizados os seguintes critérios: <ol style="list-style-type: none"> i. Autores considerados clássicos no âmbito dos Estudos Urbanos; ii. Artigos publicados em revistas e eventos científicos direcionados ao planejamento e gestão urbana; iii. Teses e Dissertações inclusas no banco da CAPES; iv. Artigos científicos publicados em revistas de qualidade reconhecida (recorte América Latina); v. Artigos publicados por pesquisadores contemporâneos sobre Insurgências Urbanas. • A coleta de dados é de natureza bibliográfica e documental, de fontes secundárias. • Os artigos foram encontrados nas seguintes plataformas: Scielo, Redalyc, Scopus, Google Acadêmico, Periódicos Capes, CLACSO e Academia.edu. • As teses e dissertações foram pesquisadas por meio das seguintes palavras-chave: “urbanização”, “planejamento urbano participativo”, “novos movimentos sociais”, “insurgências urbanas”, “ativismos urbanos”, “direito à cidade”, “comuns urbanos”. • Essa etapa da pesquisa resulta na fundamentação teórica e é subdividida em 3 partes: <ol style="list-style-type: none"> i. Teorias e Conceitos da Produção do Espaço: o conceito dialético de H. Lefebvre; Direito à Cidade; Comuns Urbanos; ii. Novos Movimentos Sociais e Planejamento Urbano Participativo em países da América Latina; iii. Insurgências Urbanas Contemporâneas.

(Continua)

Quadro 01 - Etapas da pesquisa.

ETAPAS		DESCRIÇÃO
2	Estudos de Caso 1 Insurgências Urbanas + 4 cidades latino-americanas	<ul style="list-style-type: none"> • Abrange a investigação nos webjornais de cada uma das 4 cidades latino-americanas selecionadas, em redes sociais e artigos científicos junto às revistas das universidades que oferecem cursos de pós-graduação em planejamento e gestão urbanos. • Critério adotado: quatro tipos de intervenções urbanas desenvolvidas de forma coletiva em cada metrópole. • A etapa foi desenvolvida em cooperação com a aluna de iniciação científica (PIBIC, 2019-2020).
3	Estudos de Caso 2 Insurgências Urbanas em Curitiba - PR/Brasil	<ul style="list-style-type: none"> • Compreende uma investigação junto às associações de bairros que desenvolvem atividades junto às suas comunidades. • As mídias sociais foram consultadas, obtendo-se um levantamento das plataformas onde esses coletivos se localizam e dos dados sobre atividades por eles desenvolvidas. • Realização de análises a partir de materiais confeccionados pelos coletivos, como manifestos e publicações, fóruns virtuais de discussão, matérias publicadas na imprensa e nas mídias sociais e possíveis artigos científicos produzidos sobre a intervenção. • Realização de questionários com os envolvidos e sistematização dos dados coletados. • Observação das intervenções, levantamento imagético e mapeamentos dos territórios.
4	Considerações Finais	<ul style="list-style-type: none"> • Leitura dos resultados e validação ou refutação das hipóteses listadas na introdução. • Discussão sobre as dificuldades encontradas e possíveis pesquisas futuras.

Fonte: A autora (2022).

Os procedimentos metodológicos do estudo de caso realizados nas quatro cidades latino-americanas e na cidade de Curitiba-PR serão aprofundados na parte que se desenvolve. Vale ressaltar que a investigação foi realizada em escala micro local, direcionada à dimensão humana; a compreensão do espaço urbano realiza-se em dois sentidos “*bottom-up*” e “*middle-up-down*”.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desta pesquisa se divide em três partes. A **primeira** abrange conceitos e teorias clássicas e contemporâneas, partindo de Lefebvre ([1974] 2013), sobre a produção do espaço. Trata-se de uma discussão determinante para a compreensão da triabilidade existente entre o espaço concebido pelos técnicos do planejamento urbano e os espaços percebidos e vividos pelo cidadão; também são abordadas questões relevantes sobre o direito à cidade (LEFEBVRE, [1968] 2006). O resgate desses conceitos se justifica pelo fato de o cidadão comum não vivenciar plenamente o espaço concebido no seu cotidiano e, por isso, procurar alternativas de ocupação e de luta pelo seu direito à cidade. Os espaços são utilizados como palco de ações, diálogos, políticas, cooperações e experiências sociais; desse modo insurgem no espaço público práticas autogestionadas que contestam a ordem hegemônica e apresentam uma nova proposta socioespacial. Essa compreensão é alimentada pelas teorias e conceitos sobre o comum urbano descritos pelos pesquisadores contemporâneos Bollier (2016), Tonucci Filho e Magalhães (2017), Dardot e Laval (2017), Harvey (2014), Negri e Hardt (2011).

Na **segunda** parte, discute-se: i) teorias dos novos movimentos sociais urbanos e espontâneos na América Latina, e as principais ocorrências desses movimentos e ondas de protestos sociais, e; ii) planejamento e gestão urbanos participativos na produção do espaço urbano. Todos esses conteúdos são direcionados às cinco metrópoles latino-americanas selecionadas e estão circunscritos ao recorte temporal de interesse (a partir da década de 1990)².

O entendimento do panorama sobre os Novos Movimentos Sociais (NMS) foi apoiado nos artigos apresentados por Pleyers (2018), que relatam o protagonismo do continente latino-americano no contexto de mobilizações coletivas. As abordagens sobre a teoria dos movimentos sociais são fundamentadas por Gohn (1997; 2013), Caldeira (2000) e Alonso (2009), cujo foco está em entendê-las no âmbito político e nos microprocessos da vida cotidiana do cidadão. Por meio das pesquisas desenvolvidas por Goirand (2009) é possível entender a trajetória do associativismo

² Destaca-se que para definição do recorte temporal da investigação (1990, 2000 e 2010), fez-se necessário realizar uma revisão histórica referente à implementação dos planos urbanos nas cinco metrópoles latinas também no período entre 1930 e 1990, com o intuito de confirmar o uso de modelos de planejamento urbano oriundos de países centrais.

latino-americano, que hoje é denominado de ativismo. Também foram consultados os artigos que relatam experiências e análises do direito à cidade como uma bandeira de luta e proposta de mudança política, principalmente aqueles apresentados pela (HIC) *Habitat International Coalition*, rede global de movimentos sociais.

Quanto ao planejamento e gestão participativos, foram sistematizadas as referências que consideram essa tipologia a única que avança para questões mais amplas e complexas quanto à realidade social e externalidades. Nas cinco metrópoles latino-americanas selecionadas – Cidade do México, Bogotá, Santiago do Chile, Buenos Aires e Curitiba – foram investigados os planos urbanos adotados pelo poder público que implementaram a participação popular nos processos de planejamento dessas cidades-capitais a partir de 1990. Esse recorte temporal se justifica devido ao fato de a maioria das Reformas Constitucionais desses países terem ocorrido a partir de 1988, com exceção do México³. A partir dessas reformas políticas uma gama de artigos passou a apontar a participação cidadã como direito (BAMBAROLO; ÁLVAREZ, 2018).

Com o desenvolvimento da pesquisa, verifica-se justamente uma necessidade de se expandir o entendimento sobre essa participação cidadã. Buscam-se, então, pesquisas que revelem experiências latino-americanas de participação social, como fez Milani (2008), bem como investigações que abordem essa temática, como as de Cunill-Grau (1998). Para a compreensão da implementação dos planos urbanos, destacam-se autores como Cuervo (2003) e Moreno (2014), que apresentam a história do planejamento urbano em Bogotá (Colômbia), e Ciccolella (2015), que descreve o planejamento urbano de Buenos Aires (Argentina). Para esta cidade, ainda, utilizam-se os dados apresentados pelo Observatório Metropolitano e pelo Conselho Profissional de Arquitetura e Urbanismo (CPAU) de Buenos Aires (2011).

Quanto à Cidade do México (México), Macedo (2007) e outros pesquisadores descrevem o planejamento territorial e relatam as transformações ocorridas a partir de 1980, a partir da instituição do Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano. Pavez-Reyes (2009) e Arizaga (2013), por sua vez, apresentam a história do planejamento urbano em Santiago (Chile), a partir do Planos Intercomunais e Microrregionais, e

³ A Constituição Política dos Estados Unidos Mexicanos de 1917, realizou a última reforma em 2021, sendo que desde 1934, altera capítulos no documento (CARPIZO, 2011). A cidade do México, por sua vez, aprovou a nova Constituição em 2017, e desde então passou a ser qualificada como cidade-estado.

apontam as principais alterações estruturais em razão das questões do Estado e da política nacional de desenvolvimento urbano.

Por fim, para ampliar o entendimento sobre o processo histórico de planejamento urbano da metrópole de Curitiba (Brasil), foram consultados autores como Firkowski (2002), Albuquerque (2007), Stroher (2014), Martins (2019) e Cestario (2021).

O Quadro 02 apresenta a relação das cinco cidades aqui pesquisadas e traz dados específicos acerca da configuração dos territórios, população e áreas tanto das cidades-capital quanto das regiões metropolitanas.

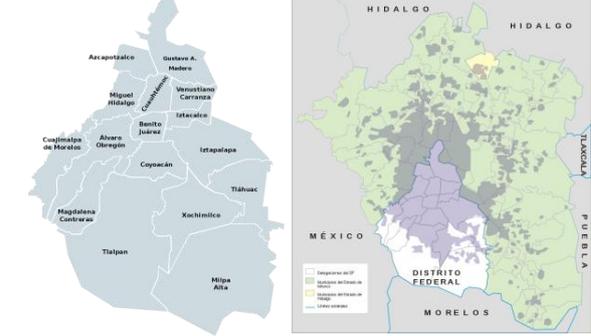
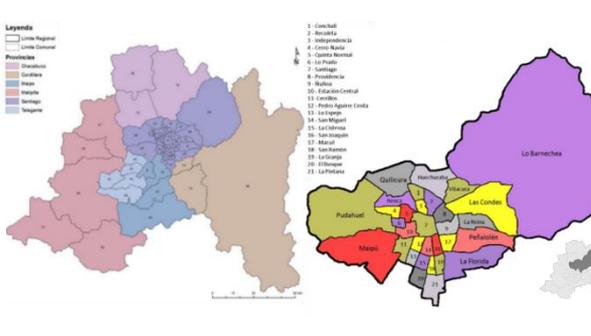
Quadro 02 - Relação das cinco metrópoles latino-americanas e suas configurações territoriais

METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS		POPULAÇÃO E TERRITÓRIO	ANO DA FUNDAÇÃO - CONSTITUIÇÃO FEDERAL	MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA E DAS CIDADES
01 - BOGOTÁ, COLÔMBIA	Bogotá	7.412.566 hab. (2018) 1.587,00 km ² 20 localidades 114 bairros	1538	
	Região Metropolitana de Bogotá	9.153.209 hab. (2018) 3.642,00 km ² 18 municípios	1991 ⁴	
02 - BUENOS AIRES, ARGENTINA	Cidade Autônoma de Buenos Aires - CABA	2.891,082 hab. (2010) 203 km ² 15 comunas 48 bairros	1536	
	Conurbado Bonaerense GBA - RMBA	14.819.137 hab. (2010) 3.833km ² 24 municípios	1994	

(Continua)

⁴ Na Constituição Colombiana, o povo recebe maior reconhecimento, podendo exercer direitos políticos de forma mais ampla; além de votar, participam ativamente das questões políticas. Os arts. 152 e 154, por exemplo, são bem claros ao garantir a esses cidadãos a livre intervenção em processos legislativos, isso significa que há a previsão de que, por iniciativa popular, ocorra a criação de leis ou mesmo a participação em sua elaboração (SILVA; PEREIRA, 2020).

Quadro 02 - Relação das cinco metrópoles latino-americanas e suas configurações territoriais

METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS		POPULAÇÃO E TERRITÓRIO	ANO DA FUNDAÇÃO - CONSTITUIÇÃO FEDERAL	MAPA DA REGIÃO METROPOLITANA E DAS CIDADES
03 - CIDADE DO MÉXICO, MÉXICO	Cidade do México	9.209,944 hab. (2020) 1,495 km ² 16 demarcações territoriais	1521	
	Zona Metropolitana do Vale do México - ZMVM	20.137.152 hab. (2010) 7.815 km ² 59 municípios do Estado do México e 1 do Estado de Hidalgo	1917	
04 - SANTIAGO, CHILE	Santiago-Centro	22 km ² 404495 hab. (2017)	1541	
	Província de Santiago	5.250.565 hab. (2017) 2.109,7 km ² 32 comunas	1990	
	Grande Santiago - RM	7.112.812 hab. (2017) 15.403,2 km ² 52 comunas	em alteração (2022)	
05 - CURITIBA, BRASIL	Curitiba	Curitiba 1.963.726 hab. (2021) 434,892 km ² 75 bairros	1693	
	RMC	3.731.769 hab. 15.913 km ² 29 municípios	1988	

Fonte: A autora (2022), com base em IBGE (2021), COMEC (2022), IPPUC (2020a; 2020b), BOGOTÁ (2018), Ciudad de México (2022), INDEC (2010), OECD (2015), Santiago (2022).

Como pode ser observado, as escalas geográficas e históricas das cinco metrópoles analisadas são distintas, e esse fator auxiliou no delineamento dessa pesquisa científica quanto à apreensão do fenômeno das insurgências urbanas. As diferentes escalas ampliaram o entendimento sobre as dinâmicas socioespaciais nestes territórios, tanto em relação às transformações urbanas e à aplicabilidade dos instrumentos de planejamento urbano, quanto à intensidade e visibilidade dos novos movimentos urbanos. Essas distintas escalas também permitiram analisar as relações

entre o espaço construído e as diversas práticas coletivas que insurgem a partir da década de 1990.

De fato, o levantamento dos planos urbanísticos implementados nas cinco capitais e dos novos movimentos sociais que ocuparam os espaços públicos ao longo das três décadas (1990 a 2010) permitiu variados níveis de análise que resultaram em interpretações sobre o processo de desenvolvimento desigual do capital na dimensão territorial. Segundo Grandi (2019), a escala geográfica se destaca pelo seu aspecto local-global; essa abordagem válida o que é verificado nesta pesquisa tanto nos processos de renovação urbana globalizantes a partir de parcerias público-privada realizadas nas cidades-capitais da seleção, como nos fenômenos insurgentes que se materializam no nível local. Haesbaert (1993) afirma que o intercruzamento entre diferentes escalas espaciais e temporais é um caminho fértil às pesquisas:

O que deve nos perturbar e incitar ao trabalho é perceber que muitos fenômenos participam de redes locais ou regionais, outros de redes nacionais/mundiais, e muitas são as discontinuidades e os entrelaçamentos. Delineá-los, destrinchar este confuso 'novelo' é o que a questão das escalas e da própria região nos propõe (HAESBAERT, 1993, p. 114).

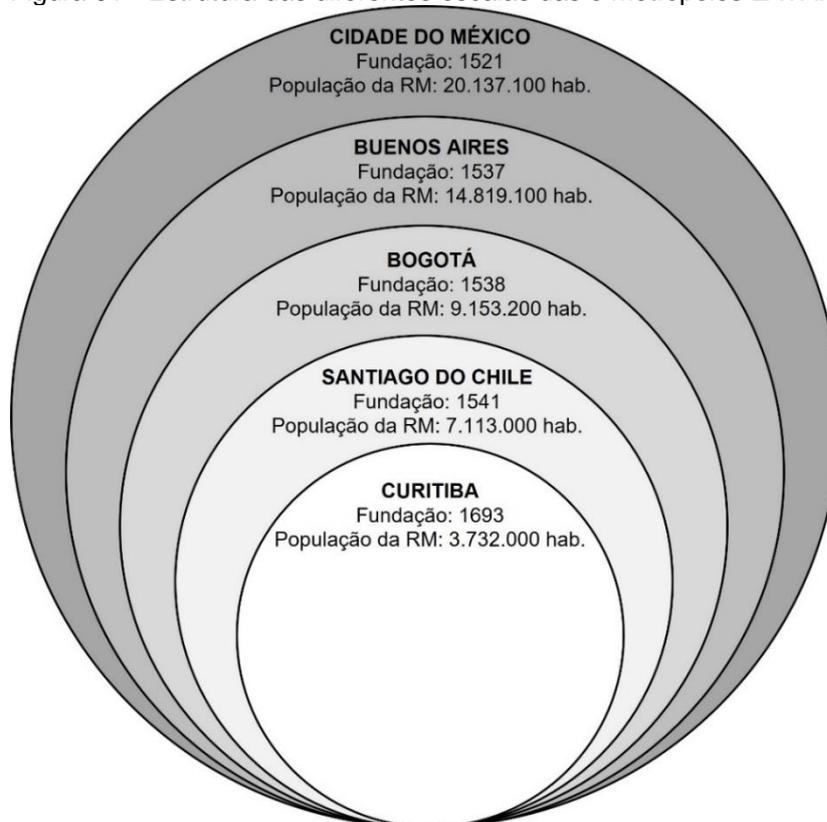
Esclarecendo a utilização dessas duas escalas – histórica e geográfica, adota-se o conceito de Santos ([1996] 2002) sobre horizontalidades, continuidades e verticalidades e discontinuidades. Segundo o autor o surgimento de horizontalidades e verticalidades é parte integrante do processo espacial e liga-se às dinâmicas do acontecer solidário, através do qual subespaços como a região e o lugar são criados. Esse processo, por sua vez, é mutável com o passar do tempo, conferindo à escala um caráter eminentemente temporal.

Em cada momento, há sempre um mosaico de subespaços, cobrindo inteiramente a superfície da terra e cujo desenho é fornecido pelo curso da história: a escala deixa de ser uma noção geométrica para ser condicionada pelo tempo (SANTOS, [1996] 2002, p. 168).

Outro referencial adotado quanto à escala é aquele introduzido por Souza (2002) sobre a identificação de análise e de planejamento de intervenções. O autor destaca a importância da atuação em dimensões distintas para a eficácia das práticas políticas de ativismos sociais e com a chamada política de “particularismo militante” em contraste com o “corporativismo territorial”. Complementa que essa articulação permite uma junção das grandes questões urbanas com a revalorização do local (SOUZA, 2002).

A Figura 01 mostra as cinco escalas territoriais que serão trabalhadas nesta pesquisa, evidenciando a relação de suas grandezas de acordo com o número de habitantes na região metropolitana. Acredita-se que as intensidades e grandezas do fenômeno das insurgências urbanas possam ser justificadas a partir do tempo de formação de cada cidade, pelo período de concretização do processo da globalização e pelos diferentes formatos adotados pelos gestores urbanos, ao longo do tempo, quanto à política de planejamento e participação cidadã.

Figura 01 - Estrutura das diferentes escalas das e metrópoles LATAM



Fonte: A autora (2022).

Para reforçar o entendimento sobre as diferenças entre essas cidades, a segunda parte do referencial teórico apresenta uma figura comparando as suas linhas do tempo ao longo das três décadas de interesse. O intuito dessa síntese é apontar as tipologias de planejamento adotadas pelos gestores públicos desde 1990 e suas intersecções com os principais movimentos sociais realizados pela população nessas cinco metrópoles. Procura-se responder a duas questões: i) Os programas voltados às políticas urbanas antecedem às reivindicações coletivas ou configuram-se como respostas aos novos movimentos sociais?; ii) Os percursos históricos sobre a

participação cidadã no espaço urbano nessas metrópoles latino-americanas podem revelar a gênese das insurgências urbanas?

Na **terceira** e última parte do referencial teórico são analisados os conceitos sobre as insurgências urbanas de acordo com as definições apontadas em publicações recentes, a partir da década de 2010, dos autores Hou (2012), Harvey (2014), Miraftab (2016), Brenner (2016) e Holston (1989; 2013; 2016). Ao longo dessa seção, investigam-se as características dessas práticas coletivas, organiza-se uma categorização dessas informações levantadas, e destacam-se os principais métodos e ferramentas adotados por esses grupos de atores sociais (coletivos urbanos).

É possível que as insurgências urbanas acompanhem as ações do planejamento e gestão urbanos – ora de forma estratégica, ora participativa, de modo a intensificar as forças de resistência contra as políticas neoliberais. Inicialmente, as mobilizações surgiram de forma insípida, com base em reivindicações por melhorias nas políticas públicas voltadas à habitação popular e a infraestruturas, mas, com o passar dos anos, passaram a abranger também reivindicações com foco no direito à cidade e discussões quanto às possíveis práticas autogestionárias nos espaços.

No Quadro 03, observa-se a estrutura da fundamentação teórica descrita e as principais referências teóricas adotadas em cada uma das partes.

Quadro 03 - Estrutura da Fundamentação Teórica.

FUND. TEÓRICA	TEORIAS E CONCEITOS	PRINCIPAIS AUTORES
2.1 Produção do espaço Urbano: Teorias e Conceitos	2.1.1 A Produção do Espaço: o conceito dialético de H. Lefebvre	Lefebvre (1974) e outros.
	2.1.2 Direito à Cidade: recuperação do urbano como bem comum	Lefebvre (1968) e outros.
	2.1.3 Comuns Urbanos: agentes múltiplos e práticas colaborativas	Bollier (2016); Tonucci Filho e Magalhães (2017); Hardt e Negri (2011); Harvey (2014); Dardot e Laval (2017) e outros.
2.2 Pressupostos Participativos em Países da América Latina	2.2.1 Novos Movimentos Sociais urbanos e espontâneos na América Latina: no Brasil, Argentina, Colômbia, Chile e México, 1990-2000.	Gorelik (2004); Milani (2008); Villaça (1999); Gohn (1997; 2013; 2019); Caldeira (2000); Alonso (2009); Goirand (2009); Pleyers (2018) e outros.
	2.2.2 Planejamento e Gestão Participativa em cinco metrópoles latino-americanas.	Gandin (2001); Milani (2008); Rolnik (2003); Harvey (2012, 2014); Souza (2014); Cuervo (2003); Ciccolella (2015); Macedo (2007); Arizaga (2013) e outros.
2.3 Insurgências Urbanas	2.3.1 Gênese das insurgências Urbanas	Hou (2012); Harvey (2014); Miraftab (2016); Brenner (2016); Holston (2013; 2016) e outros.
	2.3.2 Agrupamentos coletivos: categorização das insurgências urbanas	

Fonte: A autora (2022).

2.1 PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO: TEORIAS E CONCEITOS

Para compreensão sobre insurgências urbanas, buscam-se teorias e conceitos humanistas inicialmente fundamentados por Lefebvre ([1968] 2006; [1974] 2013) sobre produção dos espaços e direito à cidade. A escolha das teorias lefebvrianas embasa o entendimento sobre os processos de urbanização das metrópoles contemporâneas com práticas sociais e espaços-temporais, permitindo compreender e analisar o espaço urbano e suas variáveis em diferentes níveis e escalas.

O autor examina as relações histórico-sociais que se estabelecem entre o modo de produção capitalista e o Estado, abordando diferentes aspectos das lutas de classes, dos processos de acumulação do capital, das desigualdades de desenvolvimento, das ideologias e da reprodução das relações de produção (LEFEBVRE, [1974] 2013). O ponto de partida está em repensar a cidade a partir dos conflitos e das contradições existentes entre a acumulação do capital e a redistribuição social, e entre o controle do Estado e a autonomia da população. Os conceitos apresentados por Lefebvre respaldam uma relevante base teórica acerca da produção do espaço e constituem uma estrutura analítica que contribui para ampliar os significados das práticas urbanas que retratam a vida cotidiana dos indivíduos nas cidades.

Os fluxos contínuos de transformações sociais no espaço urbano latino-americano exigem interpretações e interações dialéticas complexas. Lefebvre (apud ARAÚJO, 2012) utiliza uma linguagem crítica para apresentar uma leitura analítica da diversidade dos ambientes construídos, principalmente daqueles ressignificados pelos cidadãos. Araújo (2012) ressalta que é preciso ter especial atenção com a guerrilha urbana e grupos de jovens ‘não violentos’, ávidos de contatos e detentores de transformações sociais. Lembra-se, ainda, que a condição inconstante e contraditória da cidade contemporânea, modelada pelos processos globais, admite que grupos de indivíduos introduzam, se apropriem e constituam, por meio de seus atos e acontecimentos, o que o autor define como “relações de imediaticidade”. Essas relações estabelecem uma maneira de viver e de habitar o cotidiano.

Os diferentes níveis de produção do espaço definidos por Lefebvre ([1974] 2013) estão conectados à realidade social e, segundo Schmid (2012), o autor avança com base em um conceito relacional de espaço e tempo que só pode ser compreendido no contexto de uma sociedade específica. Os três processos de

produção do espaço – concebido, percebido e vivido – estão interconectados dialeticamente e são de igual valor. Essa teoria é importante porque busca entender as relações de poder e conflitos relevantes em cada situação que se apresenta no espaço urbano.

Tais conceitos e leituras tornam-se determinantes para compreensão da problemática urbana a partir do fim do século XX, quando o espaço se tornou uma mercadoria. Em alternativa a isso, Lefebvre ([1974[2013) destaca a importância do espaço vivido, o sentido social dos processos urbanos e o direito à cidade; sua compreensão do direito cidadão não depende de uma ideologia ou plano urbanístico, muito menos de uma grandiosa intervenção arquitetônica. O autor defende que essa noção está, sim, relacionada à qualidade essencial do espaço, à centralidade como reunião cívica e simultaneidade, devendo-se apreciar tudo que influencia e permite a realização da vida urbana e sua apropriação (LEFEBVRE, [1974] 2013).

Para complementar essas teorias Lefebvrianas, recorre-se aos entendimentos filosóficos de Hardt e Negri (2011; 2018), e Dardot e Laval (2017) sobre a construção de “comuns urbanos”; suas ideias estão baseadas no princípio ético da cooperação, de trocas e saberes, com foco nas contribuições para que se possa reconstruir a sociedade de maneira mais justa e solidária. Dardot e Laval (2017) fortalecem a importância das práticas coletivas e o entendimento dos novos movimentos sociais e suas lutas democráticas contra o avanço do neoliberalismo, sendo o resultado dessas lutas a efetivação do comum. Os autores, ainda, descrevem “o comum” como sendo lugares da apropriação por meio de ação coletiva baseada na autogestão.

Tanto Bollier (2016) quanto Tonucci Filho e Magalhães (2017) se baseiam na ideia de um comum urbano para compreender as metrópoles do Sul Global⁵. Bollier (2016) trata esse “bem comum” como um sistema de autogestão e de direitos a partir de consensos, uma alternativa sustentável para administrar os recursos de maneira coletiva. O autor confirma que, sendo o bem comum um organismo vivo, é adaptável às contingências locais e às diversidades, e é capaz de flexibilizar ações e se modificar a cada situação. Tonucci Filho e Magalhães (2017) apontam para experiências de

⁵ Sul Global opera como “uma designação simbólica destinada a capturar uma imagem de coesão que emergiu quando antigas entidades coloniais se engajaram em projetos políticos de descolonização e avançaram para a realização de um internacional pós-colonial” (GROVOGUI, 2011, p. 176). Ballestrin (2020) salienta que o “Sul Global não é uma entidade monolítica, coesa, coerente, homogênea e ausente de conflitos e interesses”.

produção do espaço que, quando gestadas na vida cotidiana e baseadas em relações e práticas de cooperação, apropriação coletiva, uso e autogestão, convergem para a consolidação do direito à cidade, indo além do público e do privado, do Estado e do mercado.

2.1.1 A produção do espaço: o conceito dialético de H. Lefebvre

As ações humanas são indissociáveis da interação entre espaço e tempo, e se realizam enquanto modo de apropriação e reapropriação do urbano; o significado desse processo de compreensão das cidades sugere ser o caminho para que também se possa entender o fenômeno das insurgências. A construção de ações cotidianas cria identidades próprias e vínculos que se dão pela mediação entre sujeitos, fortalecendo os espaços relacionados às práticas sociais. As relações de sociabilidade e compartilhamento de saberes, bem como a intensidade dessas conexões resultam em um gatilho para as transformações urbanas e da sociedade.

Segundo Carlos (2017), o modo de apropriação e reapropriação dos espaços urbanos abrange um processo repleto de persistências, rupturas e transformações, que se estabelecem por meio do conflito entre a imposição de novos modelos culturais e os comportamentos, ocorrendo entre o mundo do capital e as especificidades de cada lugar. De forma concisa, tem-se que cada sociedade produziu e produz um determinado espaço urbano de acordo com a sua conjuntura histórica, em um processo inacabado de realidades em formação e de natureza dialética (LEFEBVRE, [1974] 2013).

Entender a produção do espaço urbano por meio da perspectiva fenomenológica de Lefebvre ([1974] 2013), a qual é diretamente dependente do sujeito e se baseia em uma materialidade concreta e produzida, revela que cada tempo da história possui interpretações específicas da tridimensionalidade espacial. O espaço, segundo Lefebvre ([1974] 2013), não existe em si mesmo, ele é produzido de forma sincrônica à realidade social. O tempo é ordem diacrônica, que colabora com a produção social no espaço e, com isso, envolve constantemente as relações de poder e conflitos. Nesse sentido, Schmid (2012, p. 3) descreve:

O espaço representa simultaneidade, a ordem sincrônica da realidade social. Tempo, por outro lado, denota a ordem diacrônica e, assim, o processo histórico da produção social. A sociedade, os seres humanos são centrais para a teoria materialista de Lefebvre, em sua corporeidade e sensualidade, sua sensibilidade e imaginação, seus pensamentos e suas ideologias; seres humanos que entram em relações entre si por meio de suas atividades e práticas.

Schmid (2012) e Alves (2019), a partir da leitura arguta das três dimensões da produção do espaço lefebvriano (o “concebido”, o “percebido” e o “vivido”), apresentam o significado de cada uma delas:

- i) **Espaço concebido:** sua representação é a imagem, a forma e a definição desse espaço propriamente dito. Isto é, são os espaços formais que se constituem daquilo que pode ser observado nas cidades – bairros, sistema viário, construções e tudo aquilo que é organizado/ ordenado de modo que, ao menos teoricamente, sejam facilitadas as práticas espaciais dos seres humanos ao longo do tempo. Trata-se de um espaço dominante que está diretamente relacionado às produções existentes em uma sociedade e à ordem que essas relações se impõem. Schmid (2012) e Alves (2019) salientam que as disciplinas especializadas envolvidas na produção desse espaço concebido são a Arquitetura, o Urbanismo, o Planejamento Urbano, a Geografia e as Ciências Sociais. Alves (2019) afirma, ainda, que é esse espaço que normatiza o que os cidadãos podem ou não fazer; aquilo que é representado como neutro ou como se não tivesse sido planejado acaba por consolidar uma estratégia de reprodução do capitalismo, não só na manutenção das desigualdades socioespaciais, mas também na busca pelo controle social.

- ii) **Espaço percebido:** é uma “prática espacial”, um sistema resultante de articulações, conexões e atividades. Apresenta-se por meio de redes de interação e comunicação que fluem durante a vida cotidiana; as relações de produção social e de reprodução se integram entre diferentes grupos de idade e gênero. Essa dimensão está diretamente relacionada às percepções que as pessoas têm do seu cotidiano (uso do tempo) como: lugares de encontro, fluxos, rotas, estrutura viária, políticas de mobilidade e transporte. O espaço percebido está intimamente articulado ao espaço vivido, pois toda experiência realizada na cidade é contextualizada e assimilada pelos

indivíduos em múltiplas camadas (geográfica, temporal, pessoal, social etc.). As percepções acerca do espaço se adaptam às normas, a códigos e símbolos, não necessariamente de forma plena, e muitas vezes não têm força para ocasionar mudanças revolucionárias (ALVES, 2019).

- iii) **Espaço vivido**: trata-se de espaços de abstração, com dimensão simbólica expressa por normas, valores e experiências sociais/pessoais. O espaço vivido / simbólico é considerado um termo filosófico para a cotidianidade; ele depende do espaço concebido, isto é, da representação tangível do espaço para se estabelecer. Segundo Ezquerria (2013), essa dimensão do urbano corresponde a um local evasivo, que a imaginação humana busca alterar e apropriar a partir de algo experimentado e dominado de forma passiva (ou não) pelo cidadão comum. Essa dimensão traduz o mundo assim como ele é vivenciado pelos indivíduos em seu cotidiano, sendo assim, o vivido é a experiência prática que não se deixa exaurir pela análise teórica (SCHMID, 2012). Schmid (2012) destaca que o conceito de espaço vivido não foi concebido por Lefebvre, mas sim por Merleau-Ponty. A noção de espaço vivido começou a ser considerada em observações sobre anomalias das experiências espaciais, em 1930, na psiquiatria. Em 1945, Merleau-Ponty (1962 apud SCHMID, 2012) desenvolveu uma teoria baseada nos conceitos de espaço, tempo e mundo vivido; o espaço físico seria aquilo percebido por meios geométricos, enquanto o espaço vivido seria a dimensão do sonho, e da arte, estando sorvido na corporeidade do sujeito. Alves (2019, p. 559) complementa que essa potência da dimensão do vivido,

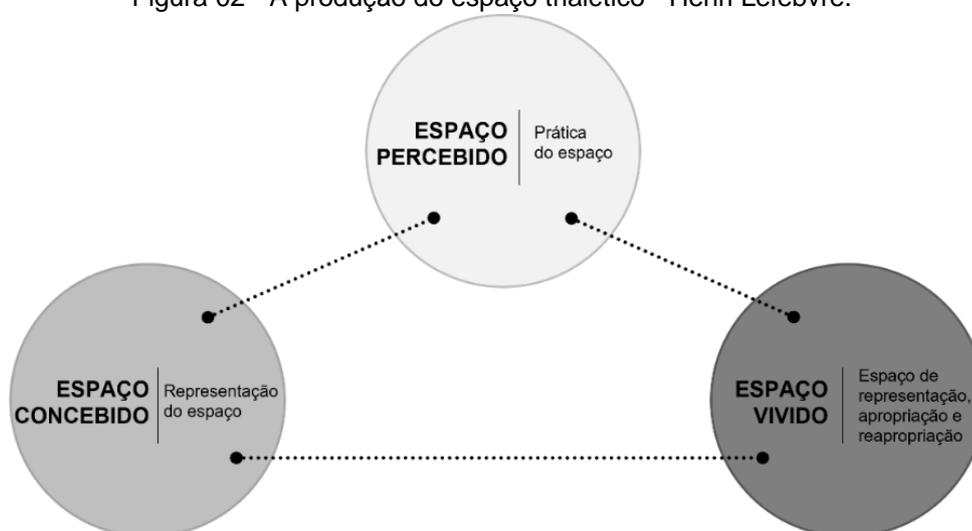
[...] pode criar espaços de representação que contêm o devir como uma possibilidade a ser criada pela práxis, aqui entendida como articulação indissociável entre a teoria e a prática social. Nesse sentido, surge o novo como potencialidade que emerge da vida, talvez na sua forma mais radical, dada pela necessidade da sobrevivência, do manter-se vivo [...] em nossa sociedade.

A autora destaca que, para Lefebvre ([1974] 2013), esses espaços interagem na troca, na comunicação, na linguagem e no discurso, e se articulam por meio da dimensão corporal. Ainda de acordo com os fundamentos lefebvrianos, é na dimensão da prática social que o corpo se realiza e movimenta; na dimensão do concebido, o corpo passa a ser

codificado e muitas vezes padronizado de modo a ter que, no capitalismo, se adaptar a formas preestabelecidas (ALVES, 2019). O corpo, na dimensão do vivido, alcança maior grau de complexidade e peculiaridades do sujeito coletivo, e são nas relações de trocas entre esses sujeitos que se encontram os aspectos afetivos e libertadores (LEFEBVRE, 1974).

Na Figura 02, baseada na interpretação proposta por Ezquerria (2013), verifica-se um esquema com a conexão das três dimensões identificadas na produção do espaço.

Figura 02 - A produção do espaço dialético - Henri Lefebvre.



Fonte: Ezquerria (2013).

As interpretações entre as três modalidades espaciais abrem possibilidades de reflexão sobre as práticas insurgentes, que remetem aos fundamentos definidos por Lefebvre ([1974] 2013). Ezquerria (2013) relata que o espaço é vivido antes de ser percebido e produzido, e é concebido antes de ser interpretado pelos indivíduos – isso coloca em dúvida a legibilidade do planejamento urbano.

A relação entre as três dimensões pode ser conflituosa: entre o espaço concebido pelos técnicos e o espaço vivido e/ou (re)apropriado pelo cidadão comum há uma relação dialética profundamente marcada pela política e pela ideologia. O espaço vivido é de experimentação por parte do indivíduo/comunidade, sendo ora dominado de forma passiva, ora marcado por conflitos e resistências. Essas práticas cidadãs incorporam, por sua vez, transformações temporais, espaciais e da natureza, de maneira a atender às necessidades sociais, simbólicas e utópicas.

A noção de apropriação da cidade deve sempre se opor à dominação por parte do poder político e de suas técnicas (LEFEBVRE, [1968] 2006). Segundo Ezquerria (2013), os espaços vividos tornam-se objetos de desejo por parte da classe dominante e de especialistas que buscam codificá-los e racionalizá-los, muitas das vezes desenvolvendo projetos sem a participação interpretativa do cidadão.

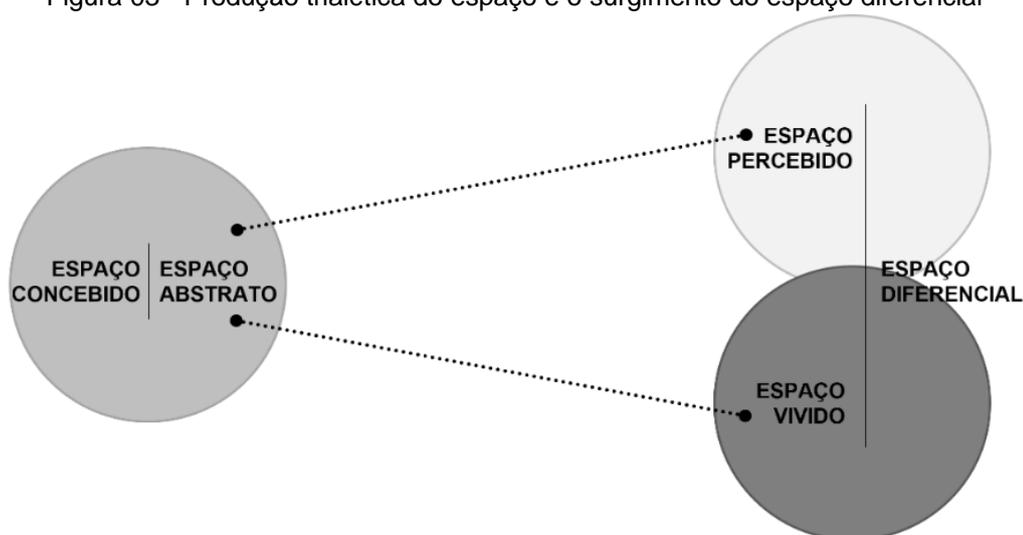
Lefebvre ([1974] 2013) articula os fundamentos espaciais também de acordo com critérios historicistas, gerando outra triplicidade que faz referência a etapas diacrônicas: espaço absoluto, espaço histórico e espaço abstrato. Para o autor, existe um processo evolutivo que é iniciado a partir de um espaço absoluto, essencialmente natural, que passa a ser colonizado por uma ação antrópica, tornando-se um espaço histórico, marcado pelo surgimento das cidades. Em seguida, com a imposição de diretrizes do capital, consolida-se o espaço abstrato.

Ainda segundo Lefebvre ([1974] 2013), deve-se atribuir uma importância maior para a produção e reprodução do espaço dominante (abstrato), pois é ele que revela a estratégia de dominação de classes, por meio da técnica, do planejamento, da racionalidade científica e dos mecanismos de controle. Salienta-se que o espaço abstrato é mediado pelas representações, pelos edifícios e grandes construções, transações imobiliárias e pensamentos em torno do capital e do mercado.

Outro conceito definido por Lefebvre ([1974] 2013) é o de **espaço diferencial**, oposto ao espaço abstrato. É, pois, composto pelo mosaico das múltiplas contradições apresentadas pelo espaço abstrato, admitindo diferenças e diversidades. O urbano em uma forma pura, fundamentada nas noções de centralidade e simultaneidade, oferecendo um espaço de reunião de pessoas semelhantes e diferentes, de onde emerge um espaço-tempo específico: o espaço diferencial. Busca-se nele reassociar as funções, os elementos e os momentos da prática social que o espaço abstrato desassocia. Os principais aspectos desse conceito são o combate à homogeneidade e à repetição desumanizada, e a busca por um espaço diferencial com identidade própria; as lutas de classes são o principal motor desse processo de (re)apropriação dos espaços diferenciais pelas minorias (LEFEBVRE, [1974] 2013).

Na Figura 03, verifica-se a interpenetração entre o espaço percebido e o vivido, tornando essa relação complexa e cada vez mais diferenciada. Tem-se uma representação do espaço ideal para surgimento de práticas experimentais (relacionais) insurgentes.

Figura 03 - Produção dialética do espaço e o surgimento do espaço diferencial



Fonte: A autora (2022).

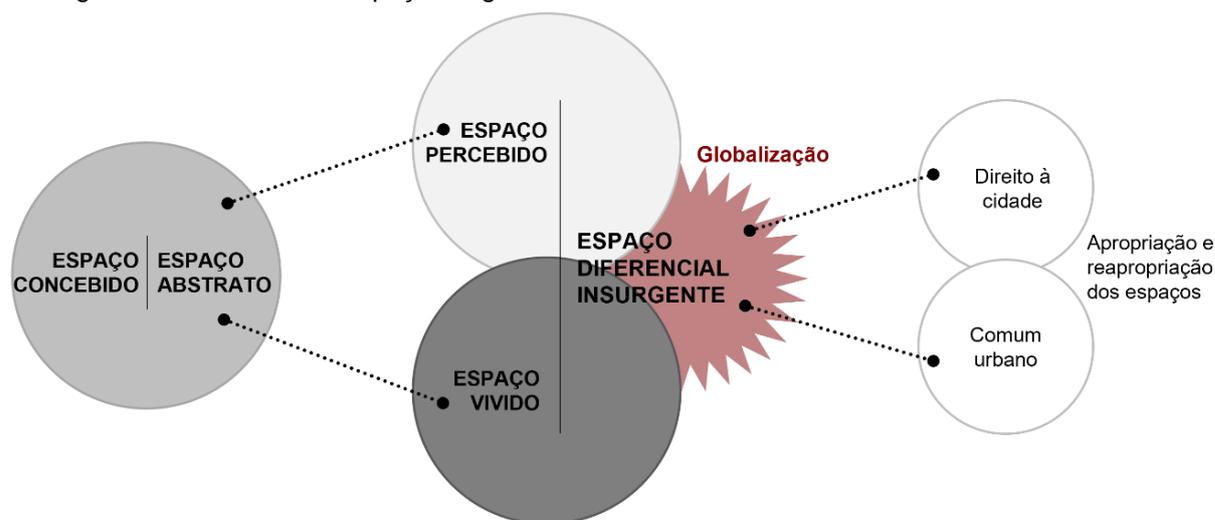
Diante dessa relação e da interpretação de conceitos fundamentados por Lefebvre ([1974] 2013), analisa-se o binômio formado pelo **espaço concebido** – aquele planejado, que incorpora o espaço abstrato e é definido pelo capital e pelo Estado – e o **espaço diferencial** – aquele que integra os espaços percebido e vivido, onde podem ocorrer as práticas insurgentes. Esse tema também foi abordado por Harvey (2014), que o caracterizou como espaço de heterotópicos, de contrastes, de contraposições e desmercantilizações. De acordo com o autor, nele são delineados

[...] espaços sociais limítrofes de possibilidades onde “algo diferente” é não apenas possível, mas fundamental para a definição de trajetórias revolucionárias. Esse “algo diferente” não decorre necessariamente de um projeto consciente, mas simplesmente daquilo que as pessoas fazem, sentem e percebem e terminam por articular à medida que procuram significados para sua vida cotidiana. Essas práticas criam espaços heterotópicos por toda a parte (HARVEY, 2014, p. 22).

Segundo Frúgoli Junior (2018) e outros autores que estudam os ativismos urbanos, é nesse espaço diferencial que insurgem manifestações urbanas demandando o direito à cidade e a (re)apropriação dos espaços públicos. Lefebvre (apud TONUCCI FILHO, 2020) defende que uma revolução deve necessariamente se dar *na* e *através da* vida cotidiana, no espaço diferencial e na concomitante produção de um outro espaço.

A Figura 04 ilustra essa vinculação dos conceitos postulados por Lefebvre, revelando que no espaço diferencial insurgem os novos experimentos urbanos em busca de significados do comum e do direito à cidade.

Figura 04 - Dialética do espaço integrada aos conceitos de Direito à Cidade e Comum Urbano



Fonte: A autora (2022).

Lefebvre ([1974] 2013) defende que o espaço diferencial poderia se impor sobre o espaço abstrato, entendendo o progresso da civilização como um campo de possibilidades. Entende-se que, apesar do caráter padronizador dos espaços abstratos, não é possível atingir uma homogeneidade absoluta, especialmente quando se trata de um objeto tão complexo como a cidade; por isso, é dessas brechas e bordas que surgem os espaços diferenciais.

A despeito dessa possibilidade, o que se observa atualmente ainda é um cenário de significativa segregação e/ou distanciamento entre o espaço diferencial e abstrato. Ainda assim, vê-se minorias de diversos estratos organizando ações no espaço diferencial por meio de apropriações e ressignificações do cenário urbano, não necessariamente em resistência deliberada, mas negando-se categoricamente à dominação e à padronização.

Vale ressaltar aqui, sem a pretensão de um aprofundamento sobre o tema, que o espaço diferencial se agigantou – ou foi fortemente impactado – devido ao fenômeno da globalização, a partir dos anos de 1980, com a transformação radical do consumismo. Terbon (2001) relata que esse evento permite diferentes discursos e perspectivas, sendo os principais deles de ordem econômica e sociopolítica; ambiciona-se um papel cada vez menor do Estado e de um tipo de organização social a ele associada. Esse padrão global de valores de consumo traz em si um grande potencial para explosões sociais. Quanto a isso, deve-se destacar o quanto o processo de globalização interferiu – e continua interferindo – no agravamento das

desigualdades entre os grupos sociais, com destaque especial para o cenário da América Latina (THERBORN, 2001).

Em relação à ampliação do espaço diferencial, Lefebvre ([1968] 2006) construiu hipóteses sobre a materialização do direito à cidade, acreditando nas possibilidades e capacidades do cidadão – principalmente de integrantes da classe trabalhadora – em criar e produzir a cidade como um bem comum. Observa-se, no entanto, que esses cidadãos – trabalhadores comuns – não acreditam em seu poder de influenciar e participar do desenvolvimento urbano: como produzem o espaço geralmente de forma espontânea e sem contar com o envolvimento de instituições públicas, não conseguem estabelecer um significado para a sua real colaboração na construção da cidade e das suas complexidades.

Os grupos de indivíduos, ao se reapropriarem de espaços modelados em outro contexto social e de produção, organizam essa espacialidade consolidada de acordo com suas próprias motivações; promovem, assim, modificações lentas e, por vezes, subvertem esse espaço com dinâmicas revolucionárias e/ou anárquicas. Essas transformações, a partir do que pode ser observado em experimentos comunitários, se dão majoritariamente em escala local e não recebem muita visibilidade, tanto pelo fortalecimento das relações estabelecidas pelo sistema capitalista quanto pela dimensão do Estado na escala global.

Acerca disso, Tonucci Filho (2020) descreve que, em países centrais, parte dos experimentos comunitários que envolvem a criação de uma “nova vida” em grupo pode ser creditada à ausência de “criatividade morfológica⁶”. Esses projetos experimentais acabam sendo idealizados por jovens de classe média (dominante), e não por cidadãos da classe trabalhadora; são, portanto, iniciativas de um grupo que já pertencia àqueles espaços existentes. Salvo esse caráter mais elitista, tal conjuntura não diminui a importância política das ações, especialmente por se tratar de uma busca por espaços de prazer e gozo, em recusa ao homogêneo, à massificação e à ética do trabalho.

Para dar sequência a esse raciocínio, o próximo item auxiliará na compreensão dos conceitos do direito à cidade, permitindo verificar se existe a possibilidade de se recuperar o espaço urbano como bem comum.

⁶ Criatividade morfológica é a ausência de uma nova solução para determinado problema complexo. Utiliza-se de princípios de decomposição e associação das partes para apontar possibilidades e criar ideias; trata-se de uma ferramenta voltada à inovação (PLENTZ, 2011).

2.1.2 Direito à cidade: recuperação do urbano como bem comum

Reavaliar o conceito sobre direito à cidade, fundamentado por Lefebvre ([1968] 2006), é um desafio, mas a literatura científica traz vários autores da área da sociologia urbana que, ao longo dos anos, já se dedicaram a interpretar e discutir esse assunto de forma crítica e analítica. Essa diversidade de interpretações não só amplia a compreensão sobre o conceito em si, como possibilita reflexões a partir de uma perspectiva utópica sobre o espaço urbano e a construção do comum.

Na perspectiva Lefebvriana, o direito à cidade contempla um entendimento sobre as reivindicações dos novos movimentos sociais urbanos, que ocupam as ruas das grandes metrópoles latino-americanas e vão além das necessidades básicas dos cidadãos, demandando por cidades mais democráticas. Holston (2013) ressalta a importância desse conceito ao conceber a vida cotidiana como uma arena de luta política; nas palavras dele:

Mais importante para a “guinada para os direitos” nos movimentos sociais urbanos foi a influência do trabalho de Henri Lefebvre sobre o “direito à cidade” e a “vida cotidiana” como arenas para a luta política; o de Manuel Castells sobre a “questão urbana e os movimentos sociais”, e; o de David Harvey sobre “a justiça social e a cidade”. Essas ideias conquistaram a imaginação de planejadores, arquitetos, advogados e cientistas sociais, que promoveram os movimentos sociais urbanos e acabaram se tornando líderes de ongs e de governos locais (HOLSTON, 2013, p. 438).

Revol-Buisson (2012) destaca que, ao longo dos anos, vários autores produziram releituras dos conceitos de Lefebvre – Castells (1983), Harvey (2014) e Soja (1989), por exemplo – e reforçaram outras possibilidades de discussões que constituem um horizonte de análise teórica e de ação política. Lefebvre (1968) desenvolveu suas observações opondo-se à alienação e à despolitização causadas pelo urbanismo moderno sobre a sociedade, acreditando que as experiências urbanas da classe trabalhadora e suas produções cotidianas não alienadas configurariam fontes para novas utopias urbanas.

Baseando-se nos trabalhos publicados pelos autores citados anteriormente, esta tese considera que o direito à cidade representa uma possibilidade de construção autônoma e coletiva da cidade frente ao mercado e ao Estado.

De fato, Lefebvre ([1968] 2006) parte da perspectiva de que a classe trabalhadora pode criar e produzir a cidade, porém não acredita no urbanismo moderno – aquele de Le Corbusier – criado por meio de uma ordem racional. Ainda

segundo o pensador, essa racionalização do espaço resulta em um grave quadro de segregação social, na promoção de um espaço mercantilizado e de consumo, e na impossibilidade de a classe trabalhadora participar da cidade dita “moderna”. Ao observar grandes planos de construção de moradias nas periferias francesas, Lefebvre ([1968] 2006) verificou um significativo aumento na precarização da vida urbana, cenário que fortaleceu sua crítica ao urbanismo baseado nos princípios do Congresso Internacional de Arquitetura Moderna (CIAM).

As propostas versavam, entre outras premissas projetuais, sobre a organização espacial das cidades a partir de funções distintas, fragmentando a vida em comum e delegando decisões sobre a vida urbana exclusivamente ao Estado e ao capital. Na perspectiva de Lefebvre, essa setorização impede a compreensão da cidade em sua totalidade e prejudica a realização da vida urbana como construção coletiva. Cabe ressaltar que essas análises se desenvolveram em um cenário de grandes transformações nas cidades europeias durante o pós-guerra, com industrialização exacerbada e com as cidades sendo convertidas em mercadorias – fenômeno que seria também verificado em cidades latino-americanas, anos depois.

Segundo Lefebvre ([1968] 2006), para que o direito à cidade seja efetivado, e a produção do espaço coletivo se dê democraticamente, torna-se primordial a retomada de uma visão social da totalidade, considerando outros atores sociais nessa luta. O direito à cidade é, portanto, um conceito concebido na perspectiva de um novo humanismo; uma nova práxis estabelecida pelo bem da sociedade urbana e que se apresenta como demanda, apelo ou exigência dos cidadãos. Nas palavras do autor, “o direito à cidade só pode ser formulado como direito à vida urbana, transformada, renovada” (LEFEBVRE, 2013, p. 117). De forma complementar, Santos Junior (2014, p. 118) aponta que o conceito em questão

[...] identifica-se com agendas e lutas dos movimentos sociais urbanos, que superam as reivindicações relacionadas ao direito à moradia. Como demanda ou exigência, o direito à cidade é uma dimensão que consiste em pensar uma cidade que ainda não existe, mas que pode existir, longe da lógica de produção e reprodução capitalista.

Harvey (2008) reafirma esta visão transformadora que é, por vezes, também emancipadora, ao enfatizar que o direito à cidade

[...] é muito mais do que a liberdade individual de acessar os recursos urbanos: trata-se do direito de mudar a nós mesmos, mudando a cidade. É, além disso, um direito comum antes de individual, já que esta transformação depende, inevitavelmente, do exercício do poder coletivo para remodelar os processos de urbanização. A liberdade de criar e recriar nossas cidades e a nós mesmos é [...] um de nossos direitos humanos mais preciosos, mas também um dos mais descuidados (HARVEY, 2008, p. 23).

Efetivamente, o direito à cidade “não é simplesmente o direito ao que já está na cidade, mas também o direito de transformar a cidade em algo radicalmente distinto” (HARVEY, 2011, p. 269). Nesse viés, Oliveira e Silva Neto (2020, p. 13) relatam a ligação entre o direito à cidade, os direitos políticos e os direitos humanos:

O direito à cidade, em sua abordagem mais imediata, enquanto realização do possível, conta com perspectivas próprias. De um lado, os que tecem uma associação aos direitos políticos acerca do poder decisório sobre as cidades; de outro, os que vinculam às melhorias na qualidade da vida urbana. Entre eles há um liame: a discussão sobre o direito à cidade no bojo dos direitos humanos.

Diversos autores se dedicaram a formular, complementar e detalhar significados do direito à cidade, é o caso de estudos elaborados por Carlos (2017), Colosso (2019), Santos Junior (2014), Harvey (2014), Marcuse (2014) e Saule Junior (2016). Uma breve síntese dessas leituras é apresentada no Quadro 04.

Quadro 04 - Significados de Direito à Cidade

AUTORES	SIGNIFICADOS DE DIREITO À CIDADE
Carlos (2017)	O direito à cidade se concretiza nos direitos da pessoa humana, nos direitos humanos e fundamentais.
Colosso (2019)	O direito à cidade tem três camadas: 1ª camada: acesso aos bens e serviços - direito à moradia. 2ª camada: direito de fruir os espaços para além de uma relação instrumental, como valor de uso. 3ª camada: direito à participação nos processos decisórios da cidade.
Santos Jr. (2014)	Projeto utópico de uma nova sociedade com espaços urbanos comuns, uma (des)mercantilização de bens e serviço, da vida.
Harvey (2014)	Direito coletivo mais do que individual, exercício coletivo sobre o processo de urbanização.
Marcuse (2014)	Direito amplo e abrangente, no sentido político, onde exige um sistema de benefícios da vida urbana a ser realizados.
Saule Jr. (2016)	Direito à cidade como um direito humano emergente, um novo direito fundamental, construção de uma ética urbana fundada na justiça social e na cidadania.

Fonte: A autora (2022).

Os seis pesquisadores apresentam significados similares sobre o tema, destacando a importância da coletividade e da participação de todos os cidadãos

sobre o processo de urbanização; seus enunciados são complementares ao conceito proposto por Lefebvre, como se vê no trecho a seguir:

[...] direito à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e trocas, aos ritmos de vida e empregos do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc. [...]. A proclamação e a realização da vida urbana como reino do uso (da troca e do encontro separados do valor de troca) exigem o domínio econômico (do valor de troca, do mercado e da mercadoria) [...] (LEFEBVRE, [1968] 2006, p.139),

Colosso (2019) retoma o entendimento de que a cidade é formada por camadas sobrepostas e interpenetradas, sendo o direito à cidade capaz de cruzar todos esses níveis. Borja (2003) complementa que a cidade é um espaço político, onde é possível a expressão de vontades coletivas para a solidariedade, mas também para o conflito.

Marcuse (2014), por sua vez, revela duas tipologias distintas de direito: *na* e *à* cidade. Isto é, os direitos *na* cidade – no plural – englobam o direito à moradia, ao transporte, ao uso dos equipamentos públicos, à participação nas decisões locais; o direito *à* cidade – no singular – permite instaurar uma organização social autogestionária. Para esse autor, o direito à cidade se afirma como um apelo ou uma exigência, cujas reivindicações estão vinculadas a necessidades básicas e outras demandas, tornando-se origem de um descontentamento generalizado na sociedade.

Reforça-se, como apontado no início desta pesquisa, a potência de mobilizações multitudinárias no espaço urbano – a exemplo daquelas que ocorreram a partir de 2010 na América Latina. Os cidadãos descontentes ocupam as ruas de várias metrópoles mundiais para reivindicar espaços públicos mais abertos e democráticos, fazendo emergir uma diversidade de práticas potencializadoras do direito à cidade. Esses movimentos revelam que o espaço não é apenas uma variável econômica subordinada ao valor de troca, tampouco é meramente um instrumento político homogeneizante (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017).

Segundo Mathivet (2010), o conceito estabelecido por Lefebvre fortalece o homem como protagonista da cidade, como principal ator. O direito à cidade significa, então, instaurar a possibilidade do “bem viver” para todos e propiciar espaços de encontro para a construção da vida coletiva.

Trata-se de uma teoria que ressurgiu quando o espaço urbano é tomado por interesses do capital e deixa de pertencer às pessoas. Grupos e movimentos passam a emergir nas ruas de grandes cidades, principalmente a partir dos anos 2010, visando alcançar maior participação popular nas políticas urbanas, e colocando-se contrários

ao domínio do capital, à gentrificação dos espaços e à degradação ambiental: assumir a cidade como espaço de criação coletiva e de realização da vida comum é, pois, um direito.

Diante das contínuas intervenções do poder econômico no espaço urbano, da privatização da terra e de serviços públicos, do fortalecimento das contradições sociais e das dificuldades de acesso às decisões sobre a cidade por parte dos cidadãos, reivindicar e difundir o direito à cidade tornam-se ações primordiais. Visando aperfeiçoar este debate teórico, o próximo subitem se dedica a auxiliar na compreensão de como o conceito estabelecido por Lefebvre no final da década de 1960, foi propagado ao longo dos anos.

2.1.2.1 A difusão do conceito de Direito à Cidade: um breve resgate historiográfico

A discussão sobre o direito à cidade se internacionalizou junto aos principais fóruns mundiais organizados pelas ONU (Organização das Nações Unidas), a partir de 2001 e dentro dos congressos internacionais do Habitat. O objetivo desses eventos era discutir um dos problemas mais prementes: a urbanização acelerada e seus impactos nas comunidades, cidades, economias, no clima e nas políticas urbanas. Com base nesses debates foi apresentado o documento denominado Agenda Habitat II, que estabeleceu como as cidades deveriam se transformar para serem habitáveis, inclusivas, saudáveis, sustentáveis, seguras, organizadas, compactas e resilientes aos fenômenos naturais.

Ainda em 1996, durante a conferência do Habitat II em Istambul, na Turquia, estabeleceu-se que o direito à moradia seria um tema central dos debates, e o direito à cidade consolidaria um eixo para discussões e aperfeiçoamento de ações e políticas públicas (COSTA, 2016).

No 5º Fórum Urbano Mundial, ocorrido em 2010, na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, sob o título “O Direito à Cidade: unindo o urbano dividido”, foi divulgado o relatório “O estado das cidades no mundo 2010/2011”, focado especialmente na questão urbana de segregação das cidades em partes ricas e pobres. O relatório evidenciou o desequilíbrio entre grupos sociais; observou-se a existência de “dois mundos”, um com grandes recursos, outro permanentemente excluído e empobrecido.

O direito à cidade continua sendo protagonista nas discussões e agendas internacionais. Tornou-se relevante quando da criação da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, elaborada por representantes de movimentos sociais urbanos, pesquisadores e profissionais, com base em três grandes eventos internacionais: i) Fórum Social das Américas em Quito (2004); ii) 2º Fórum Mundial em Barcelona (2004); iii) Fórum Social Mundial em Porto Alegre (2005).

Em 2009, a ONU publicou sua conhecida Carta como referência e, em 2010, apresentou o documento no 5º Fórum no Rio de Janeiro (ALOMAR, 2017). A Carta reafirma os direitos humanos e econômicos, sociais, culturais e ambientais reconhecidos no âmbito de tratados internacionais, relacionando-os com o espaço urbano. Foram apontadas ferramentas para garantia desses princípios, como os programas sociais de moradia, acessos a serviços, ação política e a participação na definição da agenda urbana.

Em 2014, quando da realização do 7º Fórum Urbano, em Medellín, na Colômbia, sob a temática “Equidade Urbana em Desenvolvimento, Cidades para a Vida”, o direito à cidade foi novamente discutido (COSTA, 2016). Durante o evento foram apresentadas boas práticas urbanas e debates sobre o papel transformador do governo e dos cidadãos na configuração de uma cidade mais equitativa, segura e inclusiva; também se reforçou a importância da cooperação para obtenção de uma urbanização sustentável e que garanta o direito à cidade também para a população de baixa renda (OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES, 2014).

Recentemente, em 2016, no Habitat III, realizado em Quito, no Equador, a temática do direito à cidade foi retomada, e uma Nova Agenda Urbana (NAU) foi adotada. Alomar (2017) relata que a localização desse evento foi significativa por refletir com bastante clareza os conflitos entre as duas realidades, há muito constatadas, de ricos e pobres. Outro fator de destaque foi a grande adesão da sociedade civil, de ONGs, do setor público e de profissionais da área da arquitetura e urbanismo no evento, evidenciando uma crise no modelo urbanístico dominante e notabilizando a relevância do papel de urbanistas nesse cenário (CARRION, 2016 apud ALOMAR, 2017).

A Nova Agenda Urbana foi o tema central do congresso; o documento inclui os seguintes elementos que fazem referência ao direito à cidade: i) visão abrangente do território; ii) respeito aos direitos humanos e à equidade de gênero; iii) função social da terra; iv) captura do valor gerado pelo desenvolvimento urbano; v) garantia do

envolvimento da cidadania e da sociedade no desenho urbano; vi) implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e orçamentos; vii) reconhecimento da contribuição do setor informal à economia urbana, e; viii) compromisso para a gestão responsável e sustentável dos recursos naturais, energéticos, patrimoniais e culturais (ZÁRATE, 2016).

De certo modo, pode-se afirmar que as diretrizes apresentadas no documento ainda estão distantes do real direito à cidade. Segundo Alomar (2017), a NAU apresenta uma série de limitações, mas oferece novas possibilidades à prática urbanística de propor ações inovadoras que reflitam diretamente no direito à cidade, isto é, de pensar iniciativas locais que submetam a propriedade pública ou privada ao bem coletivo. O autor reforça que a NAU incluiu uma questão importante e significativa quanto à participação cidadã, que deve ser entendida a partir da autogestão emancipada e autônoma, não como procedimento de participação e consulta pública para validar as decisões dos técnicos e gestores públicos.

Vale ressaltar o parágrafo 11º da Nova Agenda Urbana, que reforça a questão da promoção de espaços inclusivos, justos, seguros, saudáveis e resilientes, e destaca o direito à cidade como responsabilidade do poder público:

Compartilhamos uma visão de cidades para todos e todas, aludindo ao uso e ao gozo igualitários de cidades e assentamentos humanos, com vistas a promover a inclusão e a assegurar que todos os habitantes, das gerações presentes e futuras, sem discriminação de qualquer ordem, possam habitar e produzir cidades e assentamentos humanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis física e economicamente, resilientes e sustentáveis para fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos e todas. Registramos os esforços empenhados por alguns governos nacionais e locais no sentido de integrar esta visão, conhecida como “direito à cidade”, em suas legislações, declarações políticas e estatutos.

No Brasil, durante a década de 1980, foi constituído o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que tinha como principal interesse a questão do direito à moradia. Esse movimento foi protagonista na inclusão do capítulo sobre políticas urbanas na Constituição Federal de 1988. Na década seguinte, esse movimento passou a se configurar como fórum, no qual se buscava discutir os seguintes princípios, segundo Cafrune (2016): i) direito à cidade e cidadania; ii) gestão democrática da cidade, e; iii) função social da cidade e da propriedade.

Ressalta-se a relevante atuação desse movimento nos eventos organizados pela Organização das Nações Unidas. As instituições vinculadas ao MNRU passaram a atuar junto aos Fóruns Globais e, a partir de 2001, começaram a construir a

plataforma comum dos movimentos sociais que culminou no lançamento da Carta Mundial pelo Direito à Cidade (SAULE JUNIOR; UZZO, 2009). Neste mesmo ano, foi aprovada a Lei Federal n. 10.257 (BRASIL, 2001), conhecida amplamente como Estatuto da Cidade, que criou diversos instrumentos jurídicos que têm como objetivo a gestão democrática dos espaços urbanos, a justa tributação dos imóveis e o combate às desigualdades urbanas.

Outras iniciativas governamentais foram criadas no Brasil, como o Ministério das Cidades, em 2003, que ampliou o processo de participação política por meio das Conferências Nacionais das Cidades, realizadas entre 2003 e 2013. Também houve a formação de Conselhos Nacionais das Cidades, compostos por representantes governamentais, empresariais, sindicais, acadêmicos, de organizações não governamentais e de movimentos sociais, tornando-se essenciais no fortalecimento da participação ampliada dos diversos atores da sociedade (BRASIL et al., 2013).

Segundo Cafrune (2016), ocorreu uma ampliação significativa do debate público acerca do reconhecimento de direitos relacionados à vida na cidade, prevalecendo a dimensão relacionada ao direito de participar da produção do espaço urbano. A construção dessa ideia, no Brasil, nasce por meio da luta pela moradia, incorporando outras dimensões ao longo dos anos: o direito de viver em um território regular, abastecido por serviços públicos, conectado à cidade, além do direito de participar de processos de decisão política – uma vez que a cidade é o lugar de acesso aos bens, direitos e possibilidades disponíveis na sociedade contemporânea (SAULE JUNIOR; UZZO, 2009).

Apesar disso, segundo demonstra o relatório do IPEA, organizado por Costa (2016), as transformações esperadas a partir do Estatuto da Cidade, do desenvolvimento dos planos diretores municipais e da aplicabilidade dos instrumentos urbanos jurídicos não conseguiram reverter ou conter os processos dominantes de urbanização, evidenciando as limitações dos mecanismos de gestão democrática existentes. Duas décadas se passaram desde a publicação da Carta Mundial pelos Direitos à Cidade e da aprovação da Lei 10.257 (BRASIL, 2001), e essas questões ainda prevalecem como reivindicação do cidadão; concretizá-las, na verdade, exigiria uma transformação profunda e radical da realidade (HARVEY, 2011). O espaço urbano, portanto, deve ser transformado e revolucionado pelas pessoas, não pelo capital, mas isso impõe uma reconfiguração das relações sociais existentes.

Com base nas mobilizações em metrópoles brasileiras em 2013, pode-se notar que esse direito foi motivo da luta em prol de um espaço democrático, onde sujeitos coletivos pretendiam ressignificar a política urbana por meio da ocupação do espaço público das cidades (ALFONSIN et al., 2015). Nesse cenário, destaca-se o papel das redes sociais, que foram operacionalizadas como fórum para debates, tomadas de decisão, comunicação e agenciamento de atores, bem como canais para convocação de novas agendas. No Brasil dessas últimas décadas, foi reconhecido juridicamente o direito à cidade, possibilitando um diálogo entre os diferentes movimentos sociais urbanos. Neste sentido, a afirmação de Harvey (2013) sintetiza esse pensamento:

[...] a democratização desse direito e a construção de um amplo movimento social para fazer valer a sua vontade são imperativas para que os despossuídos possam retomar o controle que por tanto tempo lhes foi negado e instituir novas formas de urbanização. Lefebvre estava certo ao insistir em que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo do termo; do contrário, não será nada.

Outros pesquisadores contemporâneos já apresentam estudos aprofundados com o objetivo de compreender essa revolução urbana em prol do direito à cidade, de reconhecimento real das reivindicações comunais à propriedade da terra, e do direito aos comuns urbanos. Em 2013, foi criado um grupo de trabalho da CLACSO (Conselho Latino-americano de Ciências Sociais) sobre desigualdades urbanas e o direito à cidade na América Latina. No ano seguinte, elaborou-se um espaço digital conhecido como Plataforma Global pelo Direito à Cidade (PGDC), formado por diversas organizações e tendo como propósitos construir um movimento internacional de fortalecimento das lutas sociais urbanas locais e nacionais, bem como dar continuidade e aprofundar os debates sobre o direito à cidade diante dos desafios atuais (INSTITUTO POLIS, 2020).

2.1.3 Comuns Urbanos: agentes múltiplos e práticas colaborativas

No contexto de lutas pelo direito à cidade, principalmente a partir de 1999, grupos de pessoas desfavorecidas passaram a ocupar as ruas de grandes metrópoles em oposição ao sistema global. Esses novos movimentos sociais e ativismos urbanos empregaram politicamente correntes e teorias sobre o fenômeno dos comuns. Além de entender sobre o que efetivamente se trata tal fenômeno, também é preciso

interpretar experiências de construção de espaços autônomos, que fazem resistência aos cercamentos, privatizações e desposseções sociais associados ao capitalismo neoliberal.

Toma-se como base a leitura feita por Tonucci Filho e Magalhães (2017) das terminologias complementares sobre os “comuns urbanos”, apresentadas por autores contemporâneos como Bollier (2016), Hardt e Negri (2011; 2014), e Dardot e Laval (2017). Sinteticamente, esse “comum” pode ser definido como um regime de práticas, lutas, instituições e pesquisas que abrem portas para um futuro não capitalista; o fortalecimento da ideia do comum é uma reação ao neoliberalismo a partir de reivindicações por uma cidade mais aberta ao uso de todos.

Compreender esse fenômeno tem como objetivo identificar novas relações de poder entre Estado, mercado e sociedade civil, especialmente no que tange a produção do espaço urbano, além de indicar novas alternativas de participação social baseadas na coletivização e no associativismo. Espera-se encontrar outras lógicas, como solidariedade, cuidado e reciprocidade, como meio de reativar a esperança por um *outro* urbano (BOLLIER, 2016; HARDT; NEGRI, 2011; 2014; DARDOT; LAVAL, 2017).

Também em trabalhos elaborados por Acosta (2017), constata-se uma tentativa de desconstrução das ideologias dominantes e construção de resistências às práticas ligadas às reformas de mercado com inspiração neoliberal. O autor acredita na participação ativa da população na produção de outra realidade por meio de um projeto coletivo construído democraticamente, sendo necessário repensar o Estado a partir da pluralidade de visões étnicas e culturais.

As teorias e conceitos aqui investigados levantam possibilidades de desconstrução dos ideais desenvolvimentistas, homogeneizantes e progressistas impostos pelos países do Norte Global sobre os países do Sul. Sabe-se que estes ideais não se cumpriram principalmente nas metrópoles latino-americanas.

Esforça-se, portanto, em identificar caminhos outros que favoreçam o rompimento e reelaboração dos pensamentos civilizatórios conservadores e dominantes, priorizando relações mais humanas e da solução dos problemas urbanos. Nessa perspectiva, ressalta-se que, apesar da situação de dominação e exploração de vários séculos, muitos povos latino-americanos conseguiram sobreviver a partir da construção de projetos alternativos ao modelo dominante (ACOSTA, 2017).

O princípio dos comuns urbanos se estabelece nessa conjuntura, emergindo dentro dos novos movimentos sociais; primeiramente é preciso compreendê-lo pelo viés negrihardtiano da multidão e do comum a todos (HARDT; NEGRI, 2011), em seguida, parte-se para entendimento de cooperação das singularidades. Em Hardt e Negri (2011), tem-se a primeira teoria de cunho crítico desse comum, que propõe compreendê-lo em termos ontológicos e substantivos. O argumento central dos pesquisadores, segundo Tonucci Filho e Costa (2017), é de que a perda da hegemonia da indústria e do trabalho material sobre a economia e a sociedade abre espaço para o biopoder e a produção biopolítica.

Hardt e Negri (2011) afirmam que a produção do comum não pode ser considerada de propriedade pública ou privada, muito menos regulada pelo Estado. O comum é muitas vezes invisível, diferenciando-se dos conceitos de público e privado, considerados representações do capital. Segundo os autores, esse conceito é encontrado de forma difusa e fragmentada nas metrópoles globais, e se apresenta como resposta de resistência à cidade neoliberal.

Nessa conformação, o estado burguês garante o direito à propriedade privada como alicerce de uma sociedade capitalista; ao mesmo tempo, administra a propriedade pública de acordo com suas próprias leis governamentais (ELZENBAUMER, 2013), invisibilizando ações coletivas no urbano – que passam a ser vistas como ocupações desordenadas e sem representatividade legal.

Essas ocupações ditas desordenadas são encontradas em locais de grande diversidade e densidade populacional, em lugares específicos das cidades (BOLLIER, 2016). Os locais de produção do comum são deslocados para as metrópoles, denominadas de “usinas biopolíticas do comum” (TONUCCI FILHO; COSTA, 2017). As metrópoles, lócus privilegiados de ações e práticas coletivas, são potências de comunalidade, compartilhamento e cooperação, onde o comum encontra-se há muito tempo incorporado nos territórios populares urbanos (favelas, loteamentos informais, ocupações etc.). No Brasil e em outros países latino-americanos, a formação de territórios populares é uma constante; nesses espaços, verifica-se o entrelaçamento de estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva e reprodução social.

Hardt e Negri (2011) apontam um caminho teórico capaz de pensar novas formas de organização social por meio do evento da multidão. Essa multidão, conceitualmente, reúne grupos explorados e expropriados, isto é, a nova classe

trabalhadora precarizada, as minorias sociais e étnicas (homossexuais, mulheres, índios, negros etc.), os camponeses e a população pobre como um todo (TONUCCI FILHO; MAGALHÃES, 2017). O conceito de multidão redefine a práxis do comum e se propõe a extinguir a separação entre o público e o privado.

Ainda segundo Hardt e Negri (2011), essa multidão anseia por uma democracia radical ocasionada pela construção autônoma do comum. Essa proposta idealiza e fortalece o trabalho cooperativo, criativo e produtivo, alimentando-o com novas dinâmicas de vida e subjetividades, livres da representação e partícipes do social e do político. Nas palavras dos autores:

A multidão designa um sujeito social ativo, que age com base naquilo que as singularidades têm em comum. A multidão é um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum (HARDT; NEGRI, 2011, p. 140).

A multidão, portanto, é múltipla, composta de inúmeras diferenças internas que não podem ser reduzidas a uma única identidade: são diferentes raças, culturas, etnias, gêneros, orientações sexuais; diferentes formas de trabalho, diferentes maneiras de viver e ver o mundo, com distintos desejos. Pertence a essa multidão todo aquele que consegue construir laços sociais em meio às diferenças e agir de modo libertário.

Esses grupos de cidadãos aceitam e possuem tolerância às diferenças e não buscam uma unidade, o que existe entre os indivíduos do grupo é justamente o comum, e é por meio da cooperação e da comunicação que eles se conectam e adquirem força. O sujeito social ativo preocupa-se com o seu agir e com seu relacionamento com outras pessoas visando construir uma nova sociedade, por isso é importante a forma como se dá o convívio entre os diversos atores.

Por se tratar de uma multiplicidade de singularidades, a multidão é composta por diversos representantes de causas sociais, mas não necessariamente depende desses prepostos. A diversidade de sujeitos e temas é refletida em ações e práticas que surgem do reconhecimento dessas diferenças e do relacionamento entre as partes, gerando novos formatos de organização e apropriação do espaço. Para que a multidão se consubstancie, é necessário um ponto de encontro entre as singularidades, convergindo o que têm em comum com vista à idealização de um mundo melhor e possível. Enfim, trata-se de um movimento constituído por uma soma de afetividades (HARDT; NEGRI, 2011).

O que deu origem a essa noção de comum, segundo Ricci (2018), foi o conceito de solidariedade mecânica, difundido por Durkheim (2002), como identidade afetiva entre seus membros e semelhança da condição de existência entre eles; nesse conceito, a consciência individual depende da coletividade. Em sociedades que se baseiam em solidariedade mecânica, igualdade e semelhança entre os membros dos grupos, os valores e crenças dos indivíduos tendem a ser similares. Segundo Silva (2011), é no trabalho que se realiza a inserção do indivíduo no meio social, e sua identificação como homem / mulher, chefe de família; cria-se uma solidariedade orgânica – evolução da solidariedade mecânica – de acordo com Durkheim (2002).

Na mesma direção, Hardt e Negri (2011) apontam caminhos fundamentados na solidariedade orgânica, na interdependência entre as pessoas e na formação de um organismo único. Na multidão, portanto, pode-se viver e reconhecer as particularidades do outro, e é nesse contexto que as singularidades se coletivizam.

Diante de um grupo crescente de desempregados e socialmente excluídos, da precarização das condições de vida, da desresponsabilização do Estado e de crises econômicas recorrentes, vêm ocorrendo certos tipos de “anomalias”, isto é, episódios de agitações sociais e violências, escancarando desprezo cada vez maior pelas leis e políticas públicas desse contexto neoliberal. Nesse cenário de tantos conflitos, pode ocorrer tanto o aumento como a diminuição das possibilidades de construção de uma solidariedade comum, cabe à sociedade decidir por qual caminho deseja seguir.

Hardt e Negri (2014) afirmam que a autonomia das forças produtivas do comum vem sendo aumentada, mas as relações de trabalho e de propriedade continuam sendo definidas pelas regras capitalistas e individualistas, incapazes de captar a nova realidade produtiva do comum. Esse comum poderia, então, ser categorizado como artificial ou imaterial, abrangendo produções de subjetividades, trabalhos intelectuais, linguísticos e afetivos que resultam da interação social, um modelo comunicacional. Segundo os autores:

Um bem comum, que todos os cidadãos devem administrar e democraticamente tomar decisões a seu respeito, não é transcendental, como a vontade geral, mas imanente à comunidade. Um bem comum [...] é algo que deve ser construído, possuído, administrado e distribuído por todos. [...] A fim de construir a sociedade e gerar um processo constituinte, os cidadãos não são obrigados a imaginar e se subordinar a uma vontade geral imperial, mas podem criar o comum por intermédio de um processo que tece a vontade de todos (HARDT; NEGRI, 2014, p. 100).

Silvestrin (2014) argumenta que as análises de Hardt e Negri (2011) resultam de leituras feitas sobre a obra “Grunsdresse”, escrita por Marx em 1857, principalmente no que diz respeito ao conceito de trabalho imaterial denominado de “*general intellect*”. Essa seria uma das maiores expressões de cooperação e auto-organização, um modelo de trabalho comunicacional e uma relação de produção cada vez menos subordinada ao capital. Segundo Negri (2003), entender o “*general intellect*” e colocá-lo em prática poderia iniciar a transformação dos processos individuais e privados de trabalho imaterial e cooperativo, permitindo viver como associação subversiva, longe da subjugação do capital. Silvestrin (2014) defende que esse é um saber que pertence à multidão.

As teorias de Dardot e Laval (2017) também auxiliam no entendimento dos comuns – no plural – como projeto político baseado em colaboração e práticas de autogestão, consolidando um princípio de reivindicações que se torna articulador das lutas anticapitalistas em todo o mundo. Segundo a visão desses teóricos, o comum – no singular – diz respeito à transformação profunda da economia e da sociedade contra um sistema político complexo e ameaçador. Nesse cenário, os direitos coletivos devem ser libertados da hegemonia do Estado.

Dardot e Laval (2017) concordam e defendem que o princípio do comum emerge dentro das lutas coletivas e movimentos em contraposição ao sistema neoliberal, não apenas como resistência e protesto, mas como fonte para instituição de direitos. Para estes autores, o comum é um princípio político que exige a participação coletiva e constitui uma coobrigação política; deve ser instituído por meio de práticas com regras definidas de funcionamento.

A obrigação política, assim, procede ao agir comum, e sua força emerge daqueles que elaboram juntos as regras de uma determinada atividade, tornando-se um princípio político transversal às esferas social e política. Nessa conjuntura, Dardot e Laval (2017) verificam a existência de três dimensões distintas do comum, que se articulam entre si: o princípio político, a práxis instituinte e o autogoverno. Essa ideia é confirmada por Bollier (2016), que defende o comum como uma autogestão ativa e contínua, para além do governo eleito.

Também Queiroz (2020) explica que, como princípio político, o comum exige a participação coletiva em uma mesma atividade, possibilitando, entre outros resultados, a criação de instituições que se oponham ao direito de propriedade. Deve estabelecer, assim, o que não pode ser apropriado de modo privado; a norma de

impropriedade idealmente deveria ser definida pelo comum, ou seja, poder-se-ia proibir a privatização de determinados bens, visando seu melhor aproveitamento em caso de destinação social

Tonucci Filho e Costa (2017) ressaltam que isso representa uma experimentação do direito de uso coletivo contra o direito de propriedade, indo além da reivindicação de propriedade coletiva. É na dimensão social do compartilhamento, no engajamento de uma comunidade, que surge o caminho baseado na autogestão e autogoverno da comunidade (STAVRIDES, 2014). Na ausência de direitos de propriedade surgem práticas de fazer-comum alinhadas a uma determinada finalidade social, seguindo os princípios de coobrigação e reciprocidade (DARDOT; LAVAL, 2017).

Dardot e Laval (2017) apresentam, ainda, a concepção teórica de Proudhon sobre a força coletiva e a relevância da relação social como fonte de riqueza e como princípio de produtividade econômica, fecundidade intelectual e espiritual. A ideia proudhoniana é contrária à teoria do “*general intellect*”, fortalecendo o conceito de capital humano adquirido e acumulado pela sociedade e pela educação. Esse confronto entre Marx e Proudhon possibilita entender como se formam certas percepções sobre a gênese do comum.

Os caminhos adotados tanto por Hardt e Negri (2008; 2011; 2014) quanto por Dardot e Laval (2017) permitem assimilar o comum como força social espontânea, sem mediação constituída pela disciplina e pelo controle capitalista. Dardot e Laval (2017) estimulam análises além daquelas desenvolvidas por Marx e Proudhon, concebendo outro modelo teórico do comum, que explica a criatividade histórica dos homens e o formato operacional no plano estratégico.

Para aproximar esses conceitos acerca do comum do universo de interesse desta investigação – a produção do espaço – é possível recorrer aos trabalhos de Harvey (2014). Esse autor reconhece a destruição da cidade tradicional a partir do desenvolvimento capitalista e acredita na força dos movimentos anticapitalistas para transformar radicalmente a vida urbana por meio do cotidiano. Nesse sentido, considera, ainda, a confluência espontânea da prática urbana como possibilidade de ação coletiva em busca da construção de uma nova sociedade, superando as estruturas e a ordem espacial planejada pelo capital e pelo Estado.

Segundo Harvey (2014), a cidade é o lócus onde todas as pessoas de todas as classes se misturam para produzir uma vida comum, mas a urbanização capitalista se

desenvolve de maneira contrária, predatória e excludente. Hardt e Negri (2010, p. 159) sintetizam tal leitura ao afirmarem que

A cidade, bem entendida, não é somente uma construção ambiental constituída por edifícios e estradas, por metrô e parques, por sistemas de eliminação de resíduos e por uma rede de canais de comunicação, mas sobretudo, ela é uma vida dinâmica de práticas culturais, de circuitos intelectuais, de redes de afetos e de instituições sociais. Os elementos do comum na cidade não são somente os pré-requisitos da produção biopolítica, mas, também, os seus produtos. A cidade é a fonte do comum e o receptáculo no qual flui.

Harvey (2014) descreve o comum como um modelo de resistência ao repensar a política transitória para além do ideário capitalista. A criação de novas práticas sociais de reprodução é uma forma de resistência positiva, e traz novas contribuições à usual dicotomia entre mercantilização e controle estatal. O autor fortalece o conceito dos comuns como aqueles que se diferem dos espaços projetados e dos bens públicos por meio da ação política, de caráter coletivo, por parte dos cidadãos que se apropriam e/ou reapropriam de um determinado espaço da cidade para garantir seus direitos e usufrutos. Tem-se um benefício coletivo e mútuo por meio de reivindicações do direito à cidade de forma dialética, que resumidamente, segundo Santos Junior (2014, p. 197),

[...] podem abrir espaços, caminhos inovadores de se pensar as diferentes formas de apropriação dos espaços urbanos coletivos pelos distintos agentes sociais e os conflitos sociais daí decorrentes, além de iluminar novas possibilidades de ação e rebeldia coletiva.

Segundo Bollier (2016) e Soares (2019), os comuns são formas insurgentes na contemporaneidade, que revelam as contradições neoliberais e afloram os conflitos e lutas sociais por meio de contestações, além de contribuírem para uma reflexão sobre o direito à cidade e o verdadeiro sentido de participação social. Tonucci Filho (2017, p. 13) destaca:

o comum urbano geralmente se afirma nas práticas socioespaciais insurgentes e contra hegemônicas que povoam as dobras e interstícios do espaço abstrato, em emergentes processos de apropriação e experimentação espacial que cultivam o sentido do uso, da obra e da diferença contra o valor de troca e a dominação, nas aberturas e desestruturas que desafiam as tentativas de manter a cidade “na linha”.

Posteriormente, Tonucci Filho e Costa (2017) criticam o fato de que poucos pesquisadores do comum se propuseram a olhar para a urbanização contemporânea

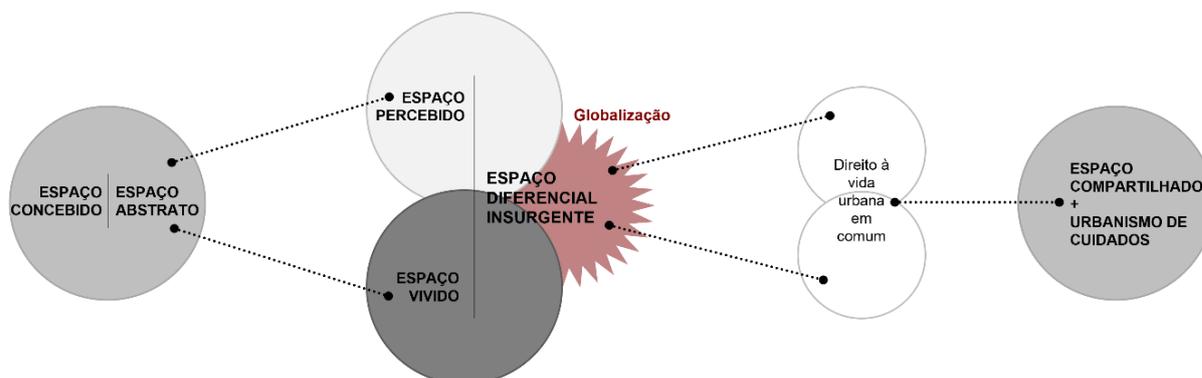
e a interrogar sobre como se produzem espaços comuns na metrópole. Foster e Iaione (2016), por exemplo, identificam a existência de uma ampla gama de comuns em diferentes escalas do espaço urbano, uma variedade de espaços abertos, de reapropriações e/ou apropriações de edifícios e estruturas, públicos ou privados, abandonados ou subutilizados. A tática de ocupação é uma importante forma de resistência contra cercamento dos comuns urbanos e reforça que tais recursos têm mais valor social quando abertos à sociedade.

Segundo Tonucci Filho e Costa (2017), os comuns não são apenas o território de uma nova geração de ativistas urbanos. Nas metrópoles latino-americanas, o fazer-comum é encontrado há muito tempo nos territórios periféricos, onde habita a população de baixa renda. Essas comunidades utilizam de estratégias de sobrevivência, informalidade, engenhosidade coletiva e reprodução social desde os primeiros momentos de ocupação.

Os autores e suas teorias aqui relacionados fortalecem a importância do encontro entre singularidades, da produção do comum, da reciprocidade comunicativa entre indivíduos e grupos, das capacidades e conhecimentos disponibilizados na formação de redes de cooperações, enfim, de uma cidade compartilhada e cuidada. A lógica do urbano, como definida por Lefebvre, que abrange o espaço vivido, do encontro e da produção das diferenças, pode se integrar à lógica do comum na luta pelo direito à cidade e contra a ordem da propriedade privada e pública.

A Figura 05 representa uma síntese gráfica dos conceitos apresentados até aqui, articulando-os ao comum e sugerindo a hipótese da produção de um novo urbano que pode insurgir como “urbanismo de cuidados”.

Figura 05 - Síntese da integração de conceitos a partir de Lefebvre; Hardt e Negri; Dardot e Laval



Fonte: A autora (2022).

Essa proposição sintetiza e conecta as três dimensões de produção do espaço fundamentadas por Lefebvre, aproximando os conceitos entre espaço diferencial e insurgente e permitindo visualizar possibilidades futuras que priorizam a construção de espaços compartilhados e cuidados.

Nesse sentido, segundo Tonucci Filho e Magalhães (2017), a produção do comum se aproxima da ideia lefebvriana, exigindo a transformação na vida cotidiana e recombinao o que foi separado pela divisão social e espacial do trabalho sob o capitalismo. Redefine-se, ainda, a reprodução do espaço sob moldes mais cooperativos, aproximando o pessoal do político, recriando laços e relações de compartilhamento e reciprocidade.

Alternativas ao desenvolvimento do comum já foram apresentadas pelos movimentos indígenas e camponeses latino-americanos, tendo sido apropriadas em marcos legais de países como Equador (2008) e Bolívia (2009), com base no “*buenvivir*”. Esse regime traz, pois, novos horizontes epistemológicos e abre novas agendas para a atuação da sociedade e do Estado na construção de “novos mundos” (ACOSTA, 2017).

2.2 PRESSUPOSTOS PARTICIPATIVOS EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

As experiências participativas pelo direito à vida urbana em comum, oriundas de cidadãos dos países latino-americanos, ora conseguem visibilidade, ora são invisibilizadas. As lutas sociais se expandiram enormemente para além do âmbito das disputas da classe trabalhadora, passando a envolver uma multiplicidade de resistências e movimentos cuja luta se define cada vez mais pela defesa, produção e organização do comum urbano (TONUCCI FILHO, 2019).

Segundo Dagnino (2004), a perspectiva de uma nova cidadania começou a ser formulada pelos movimentos sociais que, a partir do final dos anos 70 e ao longo da década de 80, se organizaram em torno de demandas de acesso a equipamentos urbanos como moradia, água, luz, transporte, educação e saúde, e depois evoluíram para questões ambientais, gênero, raça e etnia. A autora relata que esses movimentos se inspiraram inicialmente na luta pelos direitos humanos como parte da resistência à ditadura em países da região. Com o avanço da estratégia neoliberal, ocorreu uma profunda inflexão na cultura política principalmente nos países da América Latina.

Quijano (2005) revela que a América Latina foi a primeira entidade e identidade histórica do atual sistema-mundo colonial, bem como, de todo o período da modernidade. Segundo o autor, predominam nesses países latino-americanos pensamentos eurocentristas e, conseqüentemente a invisibilidade da produção de subjetividades, da memória histórica, da identidade dos povos indígenas, negros e mestiços, isto é, da população originária das Américas.

Almeida (2013) reforça que o encobrimento do outro subalternizado decorre desse processo moderno-colonial, responsável pela exclusão de muitos “rostos” do espaço público hegemônico. Souza (2014) confirma que as metrópoles latino-americanas se tornaram, desde o início do século XX, espaço de reprodução das relações sociais capitalistas gestadas no continente europeu.

Segundo Ribeiro (2018), a retomada da sociedade e dos movimentos sociais pela reconquista das cidades – mais objetivamente no sentido de liberá-las da crescente submissão às necessidades do capitalismo financeiro – veio se fortalecendo a partir da segunda metade dos anos de 1970. O autor aponta o aprofundamento da democracia participativa como caminho para minimizar a submissão ao capital e a problemática predominância de pensamentos eurocentristas.

Introduzidas essas questões mais amplas que afetam a realidade dos países latino-americanos, esta discussão parte da ideia de que os movimentos sociais são sinalizadores de outros formatos de participação cidadã. Para compreender melhor esse fenômeno, são aprofundados os seguintes conteúdos específicos:

- i) teorias sobre os Novos Movimentos Sociais (NMS);
- ii) levantamento e descrição dos principais movimentos sociais urbanos que ocorreram em cinco países latino-americanos de interesse;
- iii) caminhos adotados por gestores públicos latino-americanos para implementação de programas e planos urbanos que contaram com a participação popular em processos de planejamento, a partir do final da década de 1990.

Por ser uma pesquisa social empírica, antes de abordar a temática dos NMS propriamente, faz-se necessário delimitar o lócus da observação, ou seja, o local onde o fenômeno em questão ocorre. Segundo as considerações apresentadas pela ONU-HABITAT (COSTA, 2016), foi em países da América Latina que as estratégias ajudaram a fortalecer a expansão urbana, bem como intensificaram um processo de

padronização e reprodução dos espaços urbanos originados pela classe capitalista dos países centrais.

Tais reproduções socioespaciais evidenciaram as desigualdades a partir da expansão das áreas periféricas. Esse fenômeno de metropolização desigual e fragmentada foi primordial para definição do recorte geográfico e da escolha de cidades-capitais onde o fenômeno das insurgências urbanas ocorre: Bogotá, Buenos Aires, Curitiba, Cidade do México e Santiago do Chile. Essas cinco metrópoles foram capazes de se inserirem na dinâmica globalizada ao consolidarem uma localização estratégica no espaço mundial de acumulação pelas empresas transnacionais. Ainda, foram consideradas aptas a oferecer: externalidades⁷, infraestruturas e serviços, recursos humanos qualificados e diversificados e potencial inovador (MATTOS, 2010). O item 2.2.1, esclarece as principais conjunturas desse recorte geográfico.

Quanto ao recorte temporal, justifica-se com base nos anos das últimas reformas das Constituições Federais nos cinco países em questão (Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e México), a partir de 1990. Segundo Bambarolo e Álvarez (2018), o conjunto de bases de leis constitucionais apresentou uma gama de artigos associados à participação cidadã como direito; tem-se, pois, um “novo” constitucionalismo latino-americano que tenta (re)significar a ideia de decolonialidade constitucional (SPAREMBERGER, 2016).

Essas reformas constitucionais caracterizaram-se pela participação popular e foram formadas por uma série de novos mecanismos e espaços de deliberação que pretendiam envolver a sociedade civil, segundo Lissidini, Yanin e Zovatto (2014). O autor esclarece que elas resultaram de processos de mobilização social e de instalação de novos governos apoiados pelas maiorias populares.

Addor (2018), por sua vez, relata que nesse período a construção dos processos de renovação democrática estava em andamento em vários países da América Latina, mas a maioria ainda enfrentava: i) uma cultura política tradicional da região, que promovia a hierarquia e mantinha a sociedade distante da arena política; ii) o fortalecimento de práticas clientelistas; e iii) a manutenção de uma estrutura

⁷ Segundo Bartik et al. (1987), citado por Tavares, Moreira e Pereira (2010, p. 98), “entende-se por externalidades urbanas um conjunto de características específicas de uma localização com contribuição positiva ou negativa para satisfação dos indivíduos”.

democrática representativa conservadora e subjugada ao capital, o que dificultava uma ampla participação social.

Wolkmer (2019) observa, mesmo com os enfrentamentos apresentados por Addor (2018), que a cultura legal que emergiu na América Latina no século XXI esteve comprometida com a participação de novos sujeitos; as necessidades humanas foram satisfatoriamente atendidas, e buscou-se um processo verdadeiramente democrático, descentralizado, participativo e emancipatório de reprodução jurídico-social. Segundo o autor, as lutas populares até hoje representam reivindicações de epistemologias decoloniais que busquem questionar os cânones colonizadores e reconhecer novos paradigmas, como a democracia comunitária ou comunal (WOLKMER, 2019).

2.2.1 Metrôpoles latino-americanas contemporâneas: colonialidades globais

A delimitação do lócus de observação inicia a partir do entendimento do passado colonial comum entre as metrôpoles e a inserção destas na classificação de cidades-globais, apresentados pela rede de pesquisas *Globalization and World Cities* (GaWC, 2020). A análise pragmática de dados da Cooperação Chilena *Latinobarômetro* (2020), da Organização *Freedom House* (2021), da revista *The Economist Intelligence* (2019), da *Economist Intelligence Unit* (EIU, 2021) e do GINI (2020) permitiu compreender os índices de democracia em diferentes cidades. A ideia é entender como as cinco metrôpoles latino-americanas buscam mecanismos para enfrentar o cenário global diante de tamanhas fragilidades políticas e democráticas.

Segundo Mazzetti et. al (2021), a perspectiva decolonial se constituiu com mais força no final do século XX, a partir da análise dos processos de subalternização dos povos da América Latina pelas estruturas de modernidade colonial/eurocentrada. As contradições socioespaciais reproduziram a lógica de apropriação desigual dos espaços citadinos, de segregação urbana e de fortalecimento do fenômeno centro-periferia, com base no sistema-mundo – sendo este elemento estruturador da organização do espaço das metrôpoles latino-americanas contemporâneas. Diante dessa perspectiva, Quijano (2014) reconhece que a globalização fortalece o processo de padronização do poder, cujas estruturas ampliaram e aprofundaram as desigualdades sociais.

Nesse cenário, foi formado o Grupo Latino-Americano de Estudo Subalternos, tendo como marco inaugural o lançamento da obra “*Colonialidad y modernidad racionalidad*” (QUIJANO, 2000), posteriormente consolidando-se como Grupo Modernidade/Colonialidade (MAZZETTI et al., 2021). As teorias e estudos apresentados pelo grupo formaram um movimento denominado “Giro Decolonial” e fundamentam os entendimentos e observações referentes à realidade social, cultural e política, e ao conhecimento dos subalternizados e periféricos do Sul Global, abrangidos pelas análises econômicas cepalinas.

Esses estudos apresentam outras possibilidades conceituais como formas alternativas de vida, como a transmodernidade e o bem-viver. As pesquisas desenvolvidas pelo Conselho Latino-Americano de Ciências Sociais (CLACSO) complementam a compreensão sobre a realidade histórica-estrutural dos cinco países aqui analisados, afastando-se dos pensamentos hegemônicos e das teorias apresentadas pela CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe das Nações Unidas).

Quijano (2014) reforça a resistência dos povos subalternizados e originários, que tendem a desenvolver um novo modo de produção e existência social; essa população percebe cada vez que não se trata apenas de pobreza ou riqueza, mas sim sua própria sobrevivência. O autor acredita no horizonte emancipatório que poderá superar as contradições do Estado-nação pretensamente democrático; trata-se de um pensamento utópico em que a comunidade se consolida como a única variável capaz de concretizar os ideais democráticos de igualdade social, liberdade individual e solidariedade social.

Uma vez esclarecido de onde emergem os pensamentos epistêmicos decoloniais estruturados nesta pesquisa, é necessário analisar quatro índices internacionais que ajudam a justificar as similaridades entre as metrópoles selecionadas para a análise, são eles: democracia, desigualdades sociais, direitos políticos e liberdades civis. Mesmo sendo consideradas questões hegemônicas e dominantes por alguns autores, reforçam a potencialidade de conflitos e protestos em países da América Latina.

Foram consultados dados que classificam as cidades-globais apresentadas pela rede de pesquisa *Globalization and World Cities - GaWC* (2020); o ranking indica a importância das cidades e seus respectivos papéis na globalização contemporânea. Com essas informações, foi possível verificar e confirmar se as metrópoles

selecionadas para a pesquisa fazem parte do mapa de tomada de decisões econômicas da já debatida globalização neoliberal. Sabe-se que as cidades globais (SASSEN, 1998; LEVY, 1997; MARQUES; TORRES, 2000) são centralidades econômicas onde estão sediadas empresas altamente especializadas de prestação de serviço e de origem transnacional, por outro lado, também são lugares em que se organiza o desenvolvimento desigual da sociedade (PARNREITER, 2019).

A rede GaWC (2020) apresenta estudos de classificação das cidades latino-americanas que se articulam com a dinâmica da globalização, sendo definida em grupos: alfa (+, ++, -), beta (+ e -), gama (+ e -), alta suficiência e suficiência. Buenos Aires, Cidade do México e Santiago do Chile são consideradas “cidades alfa”; Bogotá, é uma “cidade beta”; Guayaquil, La Paz e Medellín estão categorizadas como “cidades gama”; já Curitiba e outras cidades brasileiras apresentam as classes “alta suficiência” e “suficiência”, isto é, estão evoluindo na direção de cidades globais.

As únicas cidades emergentes do Sul Global que se mantiveram na rede de cidades mundiais desde os anos 2000 foram São Paulo e Cidade do México, sugerindo um processo de urbanização contínuo inserido na globalização corporativa. São essas duas metrópoles que apresentam as maiores populações da AL, sendo 21.242.939 habitantes em São Paulo (FNEM, 2018) e 20.886.703 habitantes na Cidade do México (OECD, 2015).

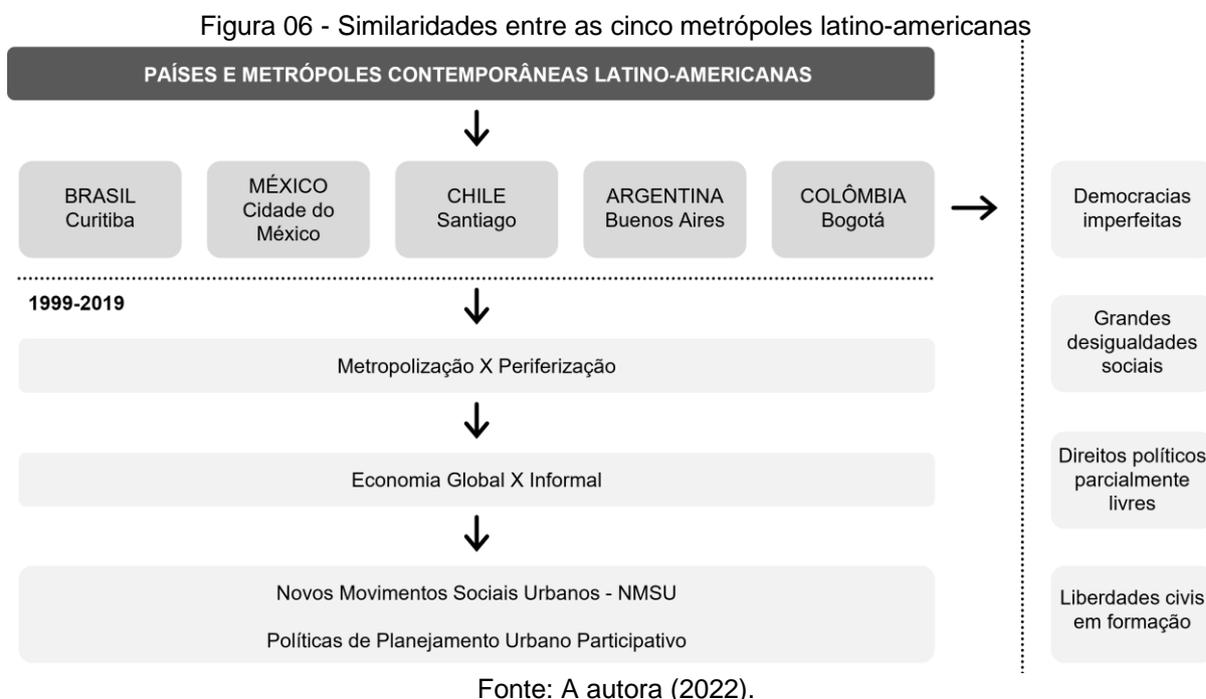
Nas Cidades Globais do Hemisfério Sul, Sassen (2008) destaca a relevância do fenômeno do crescimento das economias informais compostas por profissionais criativos e designers. Esse tipo de trabalho criativo, salienta-se, é mais possivelmente resultado da pobreza e da sobrevivência do que das necessidades de setores econômicos avançados. A autora descreve a crescente competição pelo espaço de trabalho que vem ocasionando conflitos urbanos e reforça como emergencial o fortalecimento de um novo tipo de política pública.

Segundo Quinto Junior (2003), essas cidades cresceram e se expandiram seguindo a lógica dos interesses privados, fazendo prevalecer a política de *laissez-faire* no que tange à relação entre Estado e mercado. Outra similaridade apresentada, a partir do domínio do capital nessas sociedades, é a dificuldade de implementação de políticas de participação cidadã; segundo Bobbio (1992), cidadania e capitalismo são polos antagônicos e quanto menor for à intervenção do Estado na vida econômica e social, maior é a tendência de se produzir uma sociedade desigual e injusta. Esse fato reforça o porquê de esses cinco países evidenciados possuírem democracias

imperfeitas e desigualdades sociais extremas: os cidadãos não possuem direitos sociais, seus direitos políticos ainda são parcialmente livres, e as liberdades civis ainda se encontram em formação.

Dagnino (2004) descreve que as forças neoliberais que se instalaram em grande parte dos países da América Latina contra o projeto de democracia participativa – que emergiu a partir das crises relacionadas aos regimes autoritários – impediram os programas de participação cidadã em processos de planejamento urbano, retardando resoluções referentes ao avanço da economia informal. Herman (1999) reafirma que o papel dos Estados-nações em prover o bem-estar social, o controle ambiental e o interesse democrático dos povos também diminuiu com o domínio da visão neoliberal.

A Figura 06 sintetiza as similaridades entre os cinco países e suas respectivas metrópoles latino-americanas. Salienta-se que, além de esses países possuírem cidades-capitais globais, de acordo com a rede GaWC (2020), outros fatores – como o ordenamento legal – desempenham historicamente ações decisivas na produção e reprodução das desigualdades sociais na América Latina (TRINDADE, 2013).



Para compreensão sobre os índices aqui analisados, são utilizados dados contidos no informe da Corporação Latinobarômetro (2020) e na revista *The Economist Intelligence* (2019). Adotam-se, então, cinco categorias para apresentação

do índice referente à democracia: i) processo eleitoral; ii) pluralismo; iii) liberdades civis; iv) funcionamento do governo, e; v) participação e cultura política.

Em 2019, os cinco países apresentavam democracias imperfeitas, sendo o Chile o único definido como uma democracia plena⁸. Desde 2006, de acordo com a revista, os países da América Latina apresentavam um índice de democracia médio em torno de 6,36.

A Tabela 01 mostra que, entre os cinco países, o México apresenta o maior índice de participação política; Chile possui o maior índice de cultura política (considerado com democracia perfeita). Chile e Colômbia têm maior índice de liberdade civil, isto é, nesses dois países as liberdades individuais e o exercício de cidadania são respeitados dentro dos limites da lei, exigindo-se respeito ao direito dos outros. Filosoficamente, tem-se que “a liberdade civil reside [...] na segurança de viver segundo leis consentidas, estáveis e comuns a todos, as quais garantam a ausência de submissão a um poder absoluto e arbitrário” (LOCKE, 2000 apud. BARROS, 2019, p. 284).

Tabela 01 - Índice de Democracia nos cinco países da América Latina

Países	Processo Eleitoral e Pluralismo	Funcionamento de Governo	Participação Política	Cultura Política	Liberdades Civis	Pontuação	Posição
Argentina	9,17	5,36	6,11	6,25	8,24	7,02	48º
Brasil	9,58	5,36	6,11	5,0	8,24	6,86	52º
Chile	9,58	8,57	5,0	8,13	9,12	8,08	21º
Colômbia	9,17	6,79	5,56	5,63	8,53	7,13	45º
México	7,83	6,07	7,22	3,13	6,18	6,09	73º

Fonte: *The Economist Intelligence* (2019).

O relatório do EIU (2021) apresentou queda quanto aos índices de democracia nos países da América Latina, sendo que apenas a Colômbia manteve sua pontuação equilibrada – mesmo com os contínuos protestos contra a reforma tributária e os abusos aos direitos humanos. Identifica-se um aumento do ceticismo quanto à capacidade dos governos democráticos para resolver problemas e uma tolerância

⁸ A Constituição Chilena passou a ser revista a partir de abril de 2021, tendo sido a anterior estabelecida durante o regime ditatorial (1980). Segundo alguns analistas a reivindicação popular por um novo processo constituinte se embasa no desejo por maior participação da população nos processos políticos. Em outubro de 2019, intensas revoltas e mobilizações tomaram as ruas da capital chilena para mostrar descontentamentos com a força da política neoliberal.

maior com governos autoritários. Segundo o relatório, a queda dos índices – principalmente no que tange a cultura política – foi considerada pior do que de países da Europa Oriental.

Segundo o EIU (2021), ocorreu o rebaixamento do Chile, que foi da classificação de “democracia plena” para “democracia defeituosa”, devido à desconfiança no governo, à baixa participação eleitoral e ao aprofundamento da polarização. O colapso de partidos centristas e crises de agitação social, particularmente após os protestos de 2019, foram ilustrativos da crescente polarização política chilena.

Os dados apresentados no informe de 2020, da Corporação Latinobarômetro, descrevem que os cinco países latino-americanos não apresentaram apoio integral à democracia, dificultando o fortalecimento da participação cidadã; entre 1995 e 2018, por exemplo, o apoio à democracia foi inferior ou igual a 50%. Na última década, o Brasil⁹ e o México apresentaram os mais baixos percentuais de apoio à democracia, isso significa que a maioria da população não se identifica com nenhuma ideologia e se mantém distante da política, resultando em uma participação muito incipiente. Quanto à atitude da população desses países em direção à democracia, o relatório indica valores preponderantemente baixos, sendo o Brasil aquele com pior resultado, como pode ser lido na Tabela 02.

Tabela 02 - Atitudes em Direção à Democracia

Países	Atitudes em direção à Democracia	Satisfação com a Democracia	Governa-se para o bem de toda a população	Liberdade para participar da política
Argentina	55	20	13	51
Brasil	40	21	25	36
Chile	60	18	08	55
Colômbia	43	17	18	32
México	43	33	29	40

Fonte: Latinobarômetro (2020).

Segundo os dados do Latinobarômetro (2020), a questão é complexa na América Latina: os indicadores de apoio à democracia são minoritários em vários países, havendo um número maior de pessoas que não apoiam esse tipo de regime,

⁹ Pesquisa realizada pelo Datafolha (2020) descreve que 75% dos entrevistados consideram a democracia o regime mais indicado.

ou seja, não são democratas como os países considerados desenvolvidos. De 2013 a 2020, a insatisfação com a democracia aumentou de 51% para 70%, chegando a atingir seu ápice em 2018, com 72% da população dizendo-se insatisfeita.

Ao mesmo tempo, apenas 25% da população latino-americana apoiavam seus governantes em 2020; essa é a maior fonte de protestos democráticos e ilustra o descontentamento da população com a política. A democracia instalada mostra-se degradada, sendo alvo de críticas e ataques por parte da população que considera que seus governantes atuam apenas em benefício próprio (LATINOBARÔMETRO, 2020).

Segundo o levantamento anual realizado pela Organização *Freedom House* (2021), houve um recuo dos direitos políticos e das liberdades civis. A entidade classifica mais de 200 países e territórios em três categorias: “livres”, “parcialmente livres” e “não livres”. O relatório anual global adota 10 indicadores de direito político e 15 indicadores de liberdades civis; a pontuação geral mais alta que pode ser concedida para direitos políticos é 40, e 60 para liberdades civis. Colômbia e México são classificados como parcialmente livres, enquanto Argentina, Chile e Brasil são países considerados livres.

Quanto às liberdades civis, as questões são agrupadas metodologicamente em quatro subcategorias: i) liberdade de expressão e crença; ii) direitos associativos e organizacionais; iii) estado de direito (regra de lei), e; iv) autonomia pessoal e direitos individuais. Segundo essa análise, o Chile apresenta a maior pontuação, e a Argentina aparece em segundo lugar, como mostra a Tabela 03.

Tabela 03 - Direito Político e Liberdades Civis nos cinco países LATAM

Países	Direito Político (0 a 40)	Liberdades Civis (0 a 60)	Pontuação
Argentina	35	49	84 - Livre
Brasil	31	43	74 - Livre
Chile	38	55	96 - Livre
Colômbia	29	36	65 - Parcialmente livre
México	27	34	61 - Parcialmente livre

Fonte: Freedom House (2021).

Mesmo sabendo que uma boa distribuição de renda não corresponde necessariamente a um quadro de justiça social, considerou-se importante observar o

índice de Gini – instrumento que mensura a distribuição de renda em 127 países – para analisar a evolução das desigualdades nos países da América Latina de interesse. Na Tabela 04, pode-se comparar o índice apresentado na década de 1990 e nos anos de 2017/2018; a desigualdade aparece com um valor constante apenas no Brasil ao longo das últimas duas décadas, e nos outros países constata-se uma pequena diminuição no grau de concentração de renda.

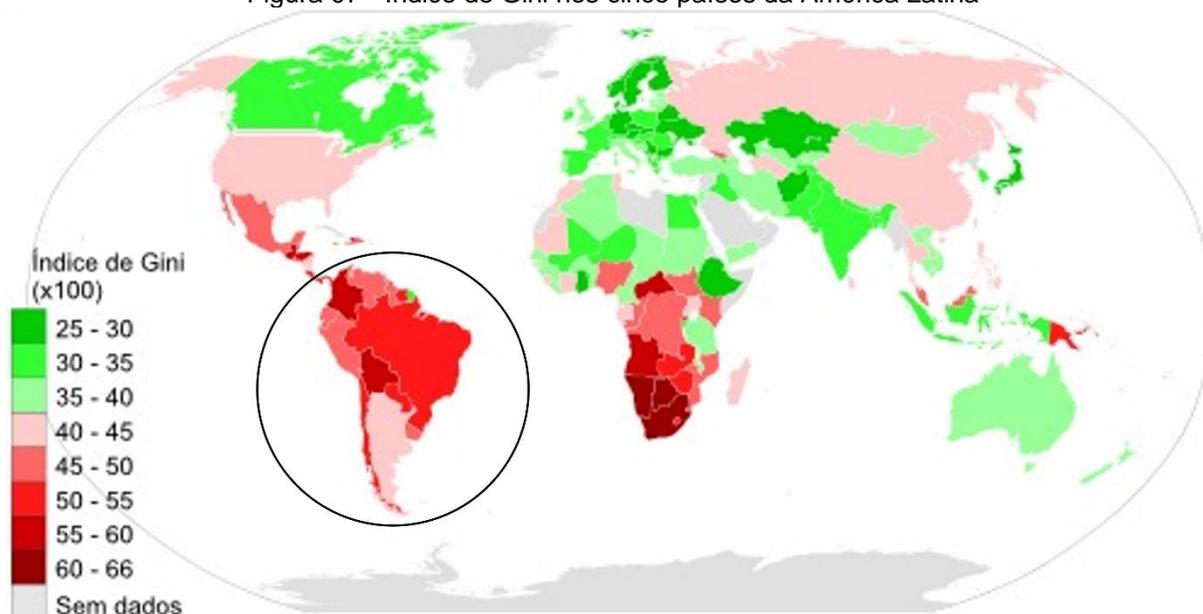
A Figura 07 demonstra o Índice de Gini mapeado. É possível identificar que os países do Sul Global estão com coloração avermelhada, com índices acima de 40, e confirmam que os países de interesse desta pesquisa – Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México – possuem altas taxas de desigualdades.

Tabela 04 - Índice de Gini nos cinco países da América Latina

Países	1990	2017 / 2018	
Argentina	46,8	41,4 (2018)	Diminuição das desigualdades
Brasil	53,2	53,3 (2018)	Manteve a desigualdade
Chile	57,2	44,4 (2017)	Diminuição das desigualdades
Colômbia	51,5	50,4 (2018)	Diminuição das desigualdades
México	53,7	45,4 (2018)	Diminuição das desigualdades

Fonte: Banco Mundial (2020).

Figura 07 - Índice de Gini nos cinco países da América Latina



Fonte: Moraes (2018).

Esses indicadores internacionais confirmam, pois, a imperfeição das democracias em análise, com recuos dos direitos políticos e liberdades civis, altas taxas de desigualdades, apontando que estes países são geradores de conflitos. Quijano (2000) esclarece que as lutas sociais não deram fim a esses conflitos; da colonialidade às desigualdades globais, as manifestações no espaço público continuam a efetivar e concretizar ações, dando visibilidade às problemáticas cotidianas dos cidadãos.

Os conflitos podem ser entendidos como desvios de obediência à ordem vigente, mas não se configuram como desordens constantes, apenas manifestando tensões políticas entre grupos humanos com objetivo de alcançar a democracia qualitativa (PEREIRA, 2012). A construção do mito do progresso por parte da classe hegemônica fez com que conflitos e movimentos sociais se tornassem ações condenáveis. Nesse sentido, Kowarick (1984) explica que, com o acirramento da crise econômica dos anos de 1980, a explosão popular e as rebeliões sociais foram vistas como transgressões.

De modo geral, ainda predomina a aceção de que esses movimentos se resumem a protestos públicos de participação extra institucional (CARLOS, 2011). Os dados do Latinobarômetro (2021) apontam que existe uma disposição para protestos nos países latino-americanos do recorte: 71% dos chilenos, 58% dos brasileiros, 53% dos mexicanos, 50% dos argentinos e 45% dos colombianos estão de acordo com essa forma de reivindicação.

Ainda no contexto de crise econômica da década de 1980, ocorreu um processo de despolitização da sociedade promovido pelo sistema liberal; idealizou-se a conservação de um campo neutro no qual a gestão administrativa deveria ser responsável por eliminar os conflitos entre os diferentes grupos sociais. Diante dessa realidade, o planejamento urbano tradicional manteve seu papel de neutralizar e ordenar as cidades, utilizando ferramentas em prol da construção de espaços higienistas e homogeneizantes, que não incentivassem a participação cidadã, ações coletivas e movimentos sociais.

2.2.2 Os novos movimentos sociais urbanos na América Latina

A compreensão sobre os movimentos sociais deve partir da leitura das mudanças na sociedade e, conseqüentemente, dos comportamentos coletivos e individuais de um determinado país. Para isso, é necessário rever os conceitos que partiram de uma visão eurocêntrica ou de teóricos europeus e norte-americanos que estudaram e produziram teorias a respeito desses movimentos segundo as realidades e especificidades de seus continentes. As pesquisas de Gohn (1997; 2013) foram extremamente importantes nesse sentido, pois apresentaram uma sistematização das principais teorias – algumas delas apontadas aqui – principalmente as que consideram questões culturais, de solidariedade, autonomia, bem como aquelas relacionadas aos Novos Movimentos Sociais.

Busca-se, então, compreender os desdobramentos desses movimentos ao longo do tempo e os caminhos adotados pelos grupos de manifestantes nos cinco países da América Latina focos desta pesquisa. Primeiramente, vale resgatar a discussão proposta pelo teórico norte-americano Oberschall (1993), que define os movimentos sociais como uma reação às mudanças ou às novas políticas que afetam negativamente os interesses ou modos de vida de muitas pessoas. Esse autor argumenta que os movimentos surgem devido ao aumento de experiências tidas como injustas ou desiguais, estimulando indivíduos a agirem coletivamente. Sinteticamente, a insatisfação e a solidariedade são fatores primordiais que provocam a erupção dos movimentos sociais (OBERSCHALL, 1993); esses estudos foram denominados como Organização dos Movimentos Sociais (OMS).

Outra teoria norte-americana que vale ser destacada devido à abordagem conceitual de solidariedade comunitária foi elaborada por Charles Tilly (1981); o autor considera os aspectos relativos à cultura para compreensão dos movimentos sociais. As mudanças dos comportamentos dos indivíduos e seus novos repertórios são ampliadas de acordo com o processo e a organização política de uma sociedade, assim, para esse autor, as ações coletivas pressupõem o desenvolvimento de autonomia comunitária e de espaços políticos dentro da sociedade civil.

Esses movimentos não se resumem às manifestações contra a ordem vigente; as ações podem acontecer com base em um conjunto de pessoas que investem

esforços e recursos para fins comuns, configurando-se como uma contraparte não-institucionalizada dos partidos políticos, sindicatos e associações (TILLY, 1981). Outros teóricos também compreendem que os símbolos e códigos culturais são relevantes para analisar os movimentos sociais. Para Fantasia e Hirsch (1995), por exemplo, a cultura da solidariedade vem sendo criada e recriada com base em um conjunto de representações no desenrolar das ações coletivas, levando à formação da consciência coletiva.

De fato, os movimentos avançaram ao longo do tempo para além de reivindicações por direitos civis e contra guerras e armas. Atualmente, foram intensificadas causas relacionadas à luta das mulheres, conflitos raciais, de povos originários, movimentos ecológicos, medicinas alternativas, direitos dos animais, religiosos, entre outros; trata-se de releituras de direitos civis e questões que acompanham as mudanças da vida real e que estão associadas aos meios de comunicação. Segundo Gohn (1997), o papel das mídias na mobilização das pessoas na sociedade contemporânea é preponderante como meio de difusão e disseminação de ideologias.

A teoria que trata dos Novos Movimentos Sociais é um modelo interpretado também por autores europeus como Touraine (1989), Melucci (1996) e Offe (1988), com bases marxistas – que se caracterizam pela importância de consciência, ideologia, lutas sociais e solidariedade na ação coletiva. Segundo esses autores, os NMS são uma reação às mudanças estruturais nas sociedades capitalistas ocidentais e os conflitos se dão por meio das estruturas de poder e desigualdades sociais, em que as questões econômicas são prioritárias (GOHN, 1997; 2013).

Gohn (1997) destaca que esses novos movimentos podem ser caracterizados como coletivos, difusos, não hierárquicos, descentralizados, contrários ao consumismo e seus efeitos nocivos, e fundamentam-se em valores solidários e comunitários. Ao longo do tempo, esses movimentos tornaram-se redes de trocas de informações e cooperação, utilizando-se de táticas diferenciadas de mobilização coletiva e buscando por reformas institucionalizadas com o intuito de ampliar o sistema de participação de seus membros nos processos de tomada de decisão.

De acordo com essa teoria, a política ganha centralidade e é utilizada no âmbito das relações microssociais e culturais. Outro diferencial é a questão da identidade

coletiva criada pelo grupo e não por estruturas sociais: os NMS se diferem dos movimentos tradicionais – aqueles realizados por operários, com estruturas associativas e organizacionais – tratando-se de um conjunto de representações significativas de expressões culturais (GOHN, 1997; 2013).

Evers (1983) afirma que esses movimentos se contrapõem ao poder do Estado, mas não se apresentam como alternativa a este poder, pois sua flexibilidade e inorganicidade contribuem para fragmentá-los e até limitá-los. Melucci (1996), teórico italiano, colabora para o entendimento sobre os NMS quando afirma que é necessário observar a parte da sociedade em que as relações ainda não foram cristalizadas em estruturas sociais, pois essa ação é a portadora imediata da tessitura relacional e do seu sentido. São sinais que visibilizam uma profunda transformação na lógica e no processo que guiam as sociedades complexas; os movimentos, assim, são capazes de produzir outros sistemas organizacionais, influenciar instituições e atores sociais públicos e privados (MELUCCI, 1996).

Ainda para esse teórico, as lideranças são elementos-chave na construção e manutenção da identidade coletiva de um grupo, e têm capacidade de inserção em espaços públicos autônomos representando novas formas de poder (MELUCCI, 1996). Segundo o autor, os movimentos sociais, a partir da década de 1990, formaram redes de pequenos grupos imersos na vida cotidiana que exigem um envolvimento pessoal na experimentação e na prática da inovação cultural.

Em síntese, os NMS recusam as políticas de cooperação entre o Estado e os sindicatos e se preocupam em assegurar os direitos sociais adquiridos, usam a mídia para mobilizar a opinião pública a favor do movimento, como forma de pressão aos órgãos públicos, e realizam ações diretas com o objetivo de transformar valores dominantes e alterar situações discriminantes na sociedade.

Para Mouffe (1988), por sua vez, a banalização e a homogeneização da vida social, a expansão das relações capitalistas na cultura e no lazer, e a burocratização da sociedade podem ser fatores que desencadearam esses NMS nos países do Norte Global. Nesses cenários, os novos problemas sociais têm relação com a qualidade de vida, igualdade de direitos, autorrealização individual e a participação (HABERMAS, 1995).

O teórico alemão Offe (1988) apoia-se em Habermas para esclarecer sobre as privações que afetam os planos fundamentais da vida física, pessoal e social dos indivíduos. Novas formas de controle social no âmbito das informações e a incapacidade das instituições políticas e econômicas para atuar de modo eficaz sobre as privações aumentam os riscos e as ameaças globais, causando a paralisação das capacidades de transformação e de aprendizagem criativa. O autor relata que, quando a sociedade entra em crise, o Estado perde a sua legitimidade diante dos cidadãos, acarretando um esgotamento do modelo de convivência entre as formas de atuação de governos e a operacionalização da democracia representativa (OFFE, 1988).

Offe (1988) cita os seguintes movimentos como aqueles enquadrados no novo paradigma do “modo da vida”: feministas, estudantis, de liberação sexual, cidadãos, ecológicos, de minorias étnicas, de comunidades, de contracultura e pela paz. O autor aponta que o paradigma da ação continua sendo de caráter político e que esses movimentos se assentam em estruturas organizativas frágeis, sem regras claras para resolver os conflitos, baseados em trabalho voluntário e sem lideranças marcantes.

Retomando as considerações de Gohn (1997; 2013), os NMS desenvolvidos por jovens da classe média e por grupos que possuem médio/alto grau educacional e de análise crítica são capazes de fazer oposição a projetos de renovação urbana como desejo de mudar a direção de políticas governamentais, isto é, são oposições às formas de controle centralizadas. Os NMS abrangem dimensões subjetivas da ação social, relativas ao sistema de valores do grupo, expressas por ações de solidariedade. Castoriadis (1981) descreve que a experiência de grupo – de compartilhamento de valores socialmente comuns – é um fator fundamental.

Na América Latina, os estudos sobre os movimentos sociais concentram-se em causas emancipatórias, ou seja, em prol da liberdade de participação dos índios, negros, mulheres e minorias em geral nos processos de tomada de decisão, nas lutas por bens e equipamentos coletivos, bem como acesso a moradias e à terra. As teorias dos Novos Movimentos Sociais (NMS) estabeleceram diálogos com os movimentos sociais nos territórios latino-americanos após 1970, segundo Gohn (1997; 2013). Ricci (2018) descreve que esses NMS emergiram na Europa Latina e nos países latino-americanos em 1980, expressando um anticonstitucionalismo e disseminando os valores entre os iguais e contra as estruturas de poder vigentes.

As teorias marxistas de Gramsci (1987) também contribuíram para as análises das lutas e movimentos populares urbanos realizados na América Latina nos anos de 1970 e 1980. As articulações entre questões estruturais e conjunturais foram se distanciando das análises mecanicistas e deterministas da história, sendo, ao longo dos anos de 1980, substituída pela teoria europeia dos Novos Movimentos Sociais (NMS), de Touraine (1989) e Castells (1983).

As reflexões realizadas por Touraine (1989) sobre os movimentos sociais latino-americanos – como os dos camponeses, indígenas, étnicos, de reivindicações urbanas, comunitárias e de lutas nacionais – objetivaram entender a modernidade, a democracia e o sujeito social. Scherer-Warren (2005, p. 41) esclarece:

A ideia de democracia, para Touraine, não se materializa unicamente no conjunto de garantias institucionais e formais, mas sim representa a luta dos sujeitos, na sua cultura e sua liberdade, contra a lógica dominadora dos sistemas sociais. Nessa concepção, resulta importante que os sujeitos protejam sua memória e que possam combinar o pensamento racional, a liberdade pessoal e a identidade cultural. Dessa maneira, a democracia deve tratar de seguir dois caminhos: por um lado, criar espaços para a participação cada vez mais perceptíveis e, por outro lado, garantir o respeito às diferenças individuais e ao pluralismo.

Ainda para Touraine (1989), os movimentos sociais não se reduzem à defesa coletiva de interesses, pois as mobilizações torná-los-ão fortes quando estiverem relacionadas aos valores do grupo, à solidariedade e à representação. O autor reforça que esse fenômeno é fruto de uma vontade coletiva, uma luta de reposição da ordem: “Eles falam de si próprios como agentes de liberdade, de igualdade, de justiça social ou independência nacional, ou ainda como apelo à modernidade ou à liberação de forças novas, num mundo de tradições, preconceitos e privilégios” (TOURAINÉ, 1998, p. 35). Para esse teórico, o importante é o conflito, as ações coletivas e os atores.

Um movimento social é, ao mesmo tempo, um conflito e um projeto cultural; para Touraine (1998), o Estado, ao responder a um determinado movimento social, estaria repondo a ordem e abrindo caminhos para mudança institucionalizada de novas formas de relação da sociedade. Esclarece-se que, a partir de 1994, os NMS estiveram mais relacionados à autogestão do que a um resgate histórico, mais sobre democracia interna do que sobre tomada de poder.

Diante dessas teorias abordadas, é necessário entender a história desses movimentos no continente latino-americano, mesmo considerando as mudanças

conceituais resultantes do impacto da globalização na territorialidade, conforme alertado por Touraine (1997). As pesquisas de Goirand (2009) permitem complementar essa visão sobre as ocorrências desses movimentos na década de 1990, e os estudos recentes de Pleyers (2018) ampliam o levantamento ao apresentar narrativas mais recentes.

Na América Latina, as contestações à ordem social se fortaleceram a partir do final dos anos 1970, principalmente contra os regimes autoritários. Na década de 1980, a presença da Igreja Católica da Teologia da Libertação fomentou e apoiou as mobilizações advindas das classes excluídas perante os poderes políticos e teve um papel importante principalmente na politização dos jovens marginalizados (GOIRAND, 2009). Gohn (1997; 2013) afirma que houve participação ativa e interação expressiva das lideranças religiosas no cotidiano dos grupos sociais; o engajamento e a vivência das reais necessidades foram primordiais para que se conseguisse desmobilizar os conflitos e equacionar as demandas.

Vale ressaltar que, nas décadas de 1970 e 1980, os movimentos sociais atuavam fundamentalmente no interior das fronteiras nacionais, e nos anos de 1990, os eixos de lutas se renovaram e se abriram a novas alianças, restabelecendo coalizões e (ou) redes de movimentos sociais (BRINGEL; FALERO, 2008). Segundo Goirand (2009), a partir de então, surgiram vários movimentos de base nos países latino-americanos, como o MST (Movimento dos Sem-Terra) no Brasil, em 1979; o Movimento dos Catadores de Materiais Reciclados, de 1985; o Movimento Ecologista, no Equador; o Movimento Popular Urbano (MUP) no México, criado em 1981; a União de Trabalhadores Desocupados (UTD), na Argentina, em 1997. Esses movimentos heterogêneos já apresentavam uma pluralidade de valores e demandas de mudança social, e geraram conflitos em torno das desigualdades e injustiças sociais.

Goirand (2009) descreve, ainda, que houve mobilizações nas ruas que tiveram alcance nacional, estando diretamente relacionadas a questões de mudanças políticas e a processos de democratização. Os estudos relatam que, por intermédio da mobilização e da pressão da sociedade civil e política, os países latino-americanos redirecionaram suas políticas internas, no final dos anos de 1980 (GOHN, 1997; 2013).

As mobilizações solicitavam o direito de participação e opunham-se à ordem institucional vigente, mas não objetivavam alterar as estruturas de poder. Segundo Goirand (2009), a fase de redemocratização dos países latino-americanos levou à institucionalização de alguns movimentos em secretarias governamentais, sendo que aqueles mais agressivos criaram estruturas próprias. Ademais, as Organizações Não Governamentais (ONGs) se fortaleceram nos anos de 1990 como articuladoras sociais no âmbito nacional.

O Quadro 05 traz a síntese elaborada por Ricci (2018) sobre os comportamentos dessas mobilizações no século XX e XXI, vinculadas às lógicas comunicativas e organizacionais.

Quadro 05 - Distintos comportamentos de mobilizações sociais nos séculos XX e XXI

MOBILIZAÇÕES DO SÉC. XX	MOBILIZAÇÕES DO SÉC. XXI
Preservação da individualidade	Predominância do coletivo
Adesão por convicção e emoção	Militância segue orientação da organização
Vincula-se pontualmente a uma ação	Vincula-se a um programa ou meta

Fonte: Ricci (2018).

Em meados dos anos de 1990 – recorte dessa pesquisa e período de consolidação da globalização –, os movimentos sociais latino-americanos apresentaram outras variáveis que se diferenciavam daquelas dos anos de 1970 e 1980. Gohn (1997; 2013) relata que naquele período os movimentos se fortaleceram qualitativamente por intermédio das ONGs internacionais, cursos de capacitação e uso da internet. Goirand (2009) argumenta que um modelo de movimento-organização foi estruturado com políticas internas de captação de recursos, articulação com a sociedade civil, políticas de parcerias, envolvimento em projetos sociais operacionais, e política de formação e qualificação dos partícipes.

Segundo Pleyers (2018), nesse período surgem vários movimentos globais denominados de “altermundialistas” e que foram marcados por contestações contra o neoliberalismo. O autor relata que, desde 2011, ocorrem grandes mobilizações globais que mostram seus descontentamentos com os processos democratizantes; citam-se

mobilizações como Primavera Árabe e outras como o Ocupa “Wall Street”, indignados da Espanha (15M), e outras mobilizações no Chile, Colômbia, Brasil e Argentina.

Para exemplificar esses novos formatos, Almeida (2020) apresenta quatro grandes movimentos que mais se destacaram nas últimas duas décadas: i) lutas de gênero, marcado pelas marchas das mulheres; ii) pelos direitos dos imigrantes; iii) reivindicações por formas econômicas mais equitativas, e; iv) causas ambientais que visam a justiça climática. O autor ainda classifica seis níveis de ação coletiva (Quadro 06): i) as formas cotidianas de resistência; ii) os movimentos locais de base; iii) movimentos nacionais sociais; iv) ondas de protesto; v) movimentos revolucionários, e; vi) movimentos transnacionais.

Quadro 06 - Níveis de ação coletiva

NÍVEIS		CARACTERÍSTICAS
1	Formas cotidianas de resistência	Pequenos atos de resistência. Interrompem rotinas em contextos limitados e altamente agressivos, às vezes só no plano simbólico. Baixo nível de ameaça ao poder nacional.
2	Movimentos locais e grupos de base	Grupos comunitários que lutam por uma mudança local. Enfrentam as elites a nível de bairro, cidade, estado. As mobilizações locais raramente atraem a atenção das autoridades nacionais.
3	Movimentos Nacionais Sociais	Lutas organizadas a nível nacional. Começam a atrair a atenção do poder central, se integram e organizam em uma escala ampla. Apontam o Estado e as grandes instituições como alvo das demandas. Países com democracias estáveis normalmente têm condições de tolerar as atividades dos movimentos sociais sem crises políticas.
4	Ondas de Protestos	Atraem grupos numerosos de múltiplos setores e regiões do país e atuam ao mesmo tempo. O descontentamento massivo dos diversos movimentos sociais que se integram em uma onda de protestos que atraem consideravelmente a atenção dos governos nacionais, tanto em países democráticos como não democráticos.
5	Movimentos Revolucionários	Estes buscam a saída do governo existente e representam uma ameaça para quem está no poder.
6	Movimentos Transnacionais	Organizam -se em múltiplos países e coordenam suas ações, além dos direitos humanos e justiça climática. São as redes de terrorismo internacional.

Fonte: Almeida (2020); *En apoyo...* (2019).

A pesquisa de Sherer-Warren (2014) também auxilia na diferenciação de cinco tipos de lutas cidadãs contemporâneas, especialmente no cenário brasileiro (Quadro 07).

Quadro 07 - Tipologia de Lutas Cidadãs Contemporâneas

DENOMINAÇÃO		CARACTERÍSTICAS	EXEMPLOS	ATORES	RECURSOS
1	Movimentos sociais organizados	Possuem um arranjo institucional e continuidade temporal e pautas específicas; Buscam significados políticos e culturais em comum; Objetivam transformações sociais.	Movimento Passe Livre (MPL); Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MTST) Movimento dos Sem-Teto (MST); Movimentos Feministas, estudantis, etnorraciais, urbanos, ecológicos, sindicais, entre outros.	Grupos Organizados; Associações; Entidades Cívicas; ONGs; Entidades articuladoras e mediadoras	Manifestações públicas de rua estruturadas em redes de militância
2	Manifestações históricas ou marchas dos movimentos sociais	Pautas específicas	Zumbi dos Palmares; Grito dos Excluídos; Marcha das Margaridas; Marcha Mundial das Mulheres; Marcha da Maconha, entre outros		Marchas em Espaço Público repetidas de forma ocasional ou regulares
3	Manifestações amplas da cidadania e/ou indignados	Reivindicações conjunturais, tendem a se extinguir com a temporalidade do fato histórico	Diretas Já; Fora Collor/Caras Pintadas; Copa do Mundo; Manifestações de julho de 2013, entre outros		Mobilizados por meio de redes sociais. Reapropriam dos espaços públicos
4	Manifestações, Bloqueios ou formas de ações nas ruas	Estratégia de luta de pequenos grupos; Anarquismos	Black Blocs; Anonymous, entre outros	Múltiplos coletivos heterogêneos	Usam o espaço público para se manifestar
5	Ação-manifestos Socioculturais	Expressão coletiva no espaço público para afirmação do direito sociocultural	Rolezinhos; Marchas das Vadias; Slams, entre outros		Reapropriam dos espaços públicos e semipúblicos

Fonte: Sherer-Warren (2014).

Outro fator preponderante no fortalecimento dos NMS latino-americanos foi a realização dos Fóruns Sociais Mundiais (FMS), a partir de 2001, com início na cidade de Porto Alegre (Brasil). Os grupos de jovens capacitados nesses fóruns marcaram a nova geração de ativistas, segundo Pleyers (2018) – que os denominou de “jovens alterativistas”. Foram aqueles grupos que realizaram ações simbólicas como ocupação de edifícios existentes e organização de festivais com objetivo de denunciar posicionamentos políticos e demonstrar que sonham com uma vida mais digna, um mundo menos desigual e mais democrático.

Haddad (2020) reforça que esses novos movimentos são estruturados junto aos FSM, e lideranças internacionais tiveram um protagonismo nas orientações e organizações das primeiras edições do evento (PLEYERS, 2018). Os encontros anuais, desde então, vêm sendo organizados por representantes de movimentos sociais brasileiros como um contraponto ao Fórum Econômico Mundial. O objetivo é chegar em alternativas para “um outro mundo possível”, diferente daquele proposto

pelo capital. Caracteriza-se por ser uma iniciativa da sociedade civil, independente de governos e partidos, constituída como rede, sem representantes ou porta-vozes (HADDAD, 2020).

A natureza dos movimentos sociais contemporâneos encontrou nos FSM mecanismos de empoderamento, construção de conhecimento e defesa dos seus direitos. Nos anos de 2002 e 2003, o Fórum também foi realizado em Porto Alegre, onde uma série de conferências e seminários foi apresentada em conjunto com muitas atividades autogestionadas. Ainda segundo o Haddad (2020), durante o Fórum eram apresentadas performances de artistas, poetas, dramaturgos, escritores e cineastas, bem como realizadas oficinas de educação popular e peças de teatro de rua: a cada FSM, novas aprendizagens eram disseminadas. O Fórum Social Mundial – que em 2019 e 2020 voltou a ser realizado em Porto Alegre – influenciou e disseminou métodos de produção de aprendizagens coletivas por meio do diálogo, ao longo das últimas duas décadas.

Para Gadotti (2007), o FSM é um espaço que educa cidadãos para um “outro mundo”, visibilizando ideias antes oprimidas e acolhendo discursos antes negligenciados. Esse autor reconhece, ainda, que o fórum atende à necessidade de se ter uma educação para a era da globalização, visando a obtenção de uma consciência planetária, que vai além da noção de Estados-Nação modelada pelo pensamento da modernidade.

Uma das temáticas recorrentes dos FSM foi a luta das mulheres, que alicerçou a Marcha Mundial das Mulheres e fortaleceu a agenda de gênero no movimento antiglobalização. Outra iniciativa que nasceu dentro do Fórum foi a Universidade Popular dos Movimentos Sociais (UPMS), em 2003, destinada a ativistas e dirigentes de movimentos sociais, membros de organizações não-governamentais, cientistas sociais, pesquisadores e artistas empenhados em transformações sociais progressistas.

As agendas desses encontros integram-se à nova geração de ativistas – os “alterativistas” – conectada às redes sociais digitais globais e muito ativa no nível local, permitindo implementar alternativas concretas no espaço urbano. Pleyers (2018) descreve esses indivíduos como aqueles que: i) contestam o capital e o consumo; ii) atuam como agentes do processo de mudança e buscam realizar experimentações criativas no espaço público; iii) se apoia nos valores horizontais de igualdade, e; iv) acredita nas possibilidades de configuração de outros mundos possíveis.

Essa denominação da cultura ativista é entendida por Pleyers (2018) como uma visão de transformação social, de movimentos e de maneiras de organização que configura os novos atores do mundo contemporâneo. O objetivo desses alterativistas é construir novas formas de sociabilidade, baseada na amizade e na convivência (ILLICH, 1985) e criar espaços de experiências livres de relação de poder e de dominação, distantes da ideologia mercantil (HOLLOWAY, 2002).

Deve-se destacar que a internet e as redes sociais têm um papel fundamental e transformador junto a esses novos movimentos sociais contemporâneos. Nesse sentido, Rodríguez-Suárez, Morán e Herrero-Olaizola (2021) salientam que os jovens alterativistas utilizam diversas redes sociais para mostrar suas ações e ativismos, incentivando outros indivíduos e fazendo circular informações quanto às situações de injustiças sociais.

Na América Latina, os movimentos sociais argentinos – como os piqueteiros, as assembleias de bairro e as fábricas ocupadas pelos operários – foram laboratórios de luta e modelos que anteciparam os debates sobre os novos formatos que iriam marcar a década de 2010. A Argentina foi precursora nas tentativas de transformar a democracia, depois da crise de 2001, por meio de práticas colaborativas que se destacaram sobre a política institucional. Segundo Pleyers (2018), esses movimentos alertam sobre a importância do nível local em um mundo globalizado.

Ricci (2018) afirma que as jornadas de 2013, no Brasil, também promoveram uma ruptura com as estruturas de poder, pois a lógica hegemônica foi contestada em prol de uma cultura antiinstitucionalista. Segundo o autor, no caso brasileiro, com a insurgência dos movimentos de extrema-direita e o impeachment da presidente Dilma Rousseff, em 2016, os movimentos sociais voltaram à prostração social.

Outras iniciativas latino-americanas estão esmiuçadas no item 2.2.2.1, mas vale evidenciar brevemente aqui a participação de ativistas na política. No Chile, por exemplo, segundo Torres-Ruíz (2020), vários dos líderes estudantis foram eleitos como deputados e senadores. No Brasil estão surgindo novos partidos que permitem a participação de ativistas nas eleições locais e conselhos municipais sem perder suas autonomias frente aos partidos políticos (FARIA, 2018). No México, há o caso de um jovem ativista que foi o primeiro candidato independente eleito deputado, no Estado de Jalisco (MEDEIROS, 2020).

2.2.2.1 Movimentos revolucionários e ondas de protestos na Argentina, Brasil, Colômbia, Chile e México, 1990-2010

O levantamento dos principais movimentos sociais nos cinco países de interesse, em particular daqueles ocorridos nas respectivas capitais, visa identificar: i) se podem ser enquadrados nas tipologias de lutas cidadãs contemporâneas definidas por Sherer-Warren (2014); ii) as causas apresentadas para sua organização, e; iii) se foi utilizado o espaço público para realização dos atos, buscando ter visibilidade frente ao Estado. Para sistematização desses eventos, um breve relato histórico a partir de 1990 se mostra necessário para contextualização política e econômica de cada país, abordados na seguinte ordem: Brasil, Argentina, Chile, Colômbia e México. Ao final, um quadro síntese é apresentado com as principais informações.

Bringel e Falero (2008) descrevem que as redes de movimento social, nos anos de 1990, em países da América Latina, possuíam quatro características: i) articulação de atores com os movimentos culturais; ii) pluralismo organizacional e ideológico; iii) atuação no campo cultural e político, e; iv) traços transnacionais. Destacam-se as conexões com as seguintes redes: Coordenadoria Latino-americana de Organizações do Campo (CLOC) e da Via Campesina; movimento feminista com a Marcha Mundial das Mulheres (MMM); luta contra a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA); Tratados de Livre Comércio (TLC) com a Aliança Social Continental (ASC).

Brasil

No Brasil, a Constituição de 1988 foi o marco teórico, em especial, sobre os direitos sociais. Sparemberger (2016) destaca que a lei federal manteve o modelo estadocêntrico e passivo de cidadania, não reconhecendo o pluralismo jurídico¹⁰ – o que reduziu a abertura às possibilidades de multiculturalismo. Apesar disso, a participação política no país se deu por meio de partidos políticos e sindicatos,

¹⁰ Pluralismo jurídico é a conjunção das expressões latinas *plural* (multiplicidade de elementos) e *juridicus* (relacionado ao Direito) relacionando-se a mais de uma realidade, expressando a coexistência de coisas ou elementos distintos, que não se reduzem entre si. Trata-se de uma condição que visa à equidade e a convivência harmônica de todas as culturas e de todos os grupos sociais, agindo contra o “individualismo e o estatismo”. Baseia-se na autonomia, na descentralização, na participação, no localismo, na diversidade e na tolerância (ALMEIDA, 2013).

estabelecendo um cenário que vem sendo modificado pela sociedade civil, principalmente pelos novos movimentos sociais, ao longo dos anos.

Os anos de 1990 exigiram o exercício da cidadania em termos coletivos, valorizando quadros de capacitação qualificada. Explica-se: segundo Gohn (1997; 2013), o setor informal foi considerado uma fonte de riqueza, ocorrendo uma retomada do crescimento econômico; com a promoção desse setor, o Estado se retirou da esfera social e transferiu grande parte de suas responsabilidades para a iniciativa privada e para ONGs. Ferraz (2019) relata que esse novo cenário exigiu que os movimentos sociais colocassem suas principais lideranças – aquelas mais qualificadas – à disposição da construção de arranjos participativos propositivos e colaborativos, empregando estratégias de negociação e cooperação.

Gohn (1997) corrobora com essa leitura e aponta as Organizações Não Governamentais (ONGs) como interlocutoras das organizações institucionalizadas. Uma vez que os movimentos populares perderam sua força e o Estado se isentou da responsabilidade de promover políticas sociais, ONGs internacionais passaram a criar sedes no Brasil; Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OCIPs) passaram a atuar com programas realizados diretamente com a população. Nesse período, segundo Ferraz (2019), observou-se um alto nível de institucionalização dos movimentos sociais, tanto no sentido da sua formalização, quanto nas parcerias com os governos e ONGs, e na inserção nos espaços institucionalizados.

As movimentações dessas redes passaram a girar em torno de processos de produção que gerassem empregos e produtos além da economia informal. Os programas objetivaram ações de cidadania contra a fome e a miséria, consolidando redes de poder social local lideradas pelos antigos movimentos populares, que assumiram novos papéis dentro das organizações. As articulações se deram principalmente por meio de fóruns, encontros e plenárias, além de terem sido assimiladas estratégias de transnacionalização¹¹ (FERRAZ, 2019).

Gohn (2013) relata que historicamente os programas sociais foram implantados no Brasil como serviços sociais, desvinculados de qualquer conteúdo político, retrocedendo à problemática da cidadania e seus significados sobre coletividade, e fortalecendo a cidadania individual. As agendas dos órgãos públicos conseguiram

¹¹ Movimento para além das fronteiras Estado-Nação, deslocando a escala de intervenção política a fim de lutar pela justiça social global (BRINGEL; FALERO, 2008).

contemplar a participação da sociedade civil, mas apenas segundo os interesses e regras estabelecidas pelas elites dos grupos que se mantiveram no poder (GOHN, 1997; 2013). O que importou na década de 1990 foi a nova cultura política gerada pela globalização; Krischke (2003) destaca que, além dos ideais globais, ocorreu o crescimento de uma cultura cívica, principalmente gestada por jovens, e a incorporação de dimensões subjetivas como felicidade, liberdade e igualdade.

Ainda nos anos 1990, a principal causa debatida no país foi a reforma agrária e o fortalecimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que passou a ser considerado um interlocutor para a formulação de uma agenda fundiária. As consequências das políticas neoliberais no campo e nas cidades acabaram fornecendo uma base social para a expansão do MST (COLETTI, 2002), ampliando sua luta e possibilitando a conquista e a construção de novos territórios. O MST incorporou grupos de desempregados urbanos e trabalhadores informais, além de camponeses expulsos de suas terras. Em outras palavras, como reflexo da política neoliberal incapaz de acomodar ex-camponeses e assalariados rurais nas cidades, grupos sociais que não conseguiram ser empregados, nem mesmo no setor informal, juntaram-se ao MST.

Segundo Bringel e Falero (2008), o MST possui um papel central na composição e articulação da resistência camponesa em âmbito latino-americano, desde a primeira plenária da CLOC, realizada em 1995, e difusão de ações coletivas na América Latina. Os autores destacam a força que esse movimento tem para fomentar estratégias políticas de territorialização, para a construção de novas subjetividades coletivas, e para projetos transnacionais voltados à educação e formação de base.

Outro movimento brasileiro considerado revolucionário foi o “Caras Pintadas”, que tomou as ruas das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília (entre outras cidades pelo país), em agosto de 1992. Organizado por estudantes, tratou-se de uma iniciativa que tinha como objetivo a retirada do presidente Fernando Collor de Mello¹² do poder, por causa das medidas econômicas tomadas em seu governo; desemprego e baixo crescimento econômico geraram descontentamento social e levaram os

¹² Collor foi eleito em 1990, na primeira eleição por voto direto e popular após o Regime Militar (1964-1985). Com a pressão popular pedindo pelo seu impeachment, acabou renunciando em 1992 para evitar a perda de direitos políticos. Itamar Franco, seu vice, assumiu a presidência em 29 de dezembro daquele ano. Atualmente Collor é senador pelo estado de Alagoas.

movimentos sociais às ruas (SANTOS, 2006). O protagonismo dos estudantes remonta aos anos de 1980, quando das campanhas pelo passe livre dos transportes e da luta pela aprovação da lei orgânica dos municípios. As mobilizações desses jovens já se apresentavam contra o projeto neoliberal, e o “Fora Collor” foi uma bandeira significativa para reivindicar o aprofundamento da democracia. A luta estudantil se fortaleceu nos anos seguintes, principalmente em favor da garantia de acesso e direitos tanto às universidades públicas quanto às privadas (SANTOS, 2006).

Surgem no Brasil, também nessa década, campanhas centradas em valores de solidariedade humana, e menos dedicadas a projetos político-partidários como nos anos de 1980 (GOHN, 1997). Sobre isso, vale destacar o Movimento “Viva o Rio”, fundado em 1993, que buscou alternativas para enfrentar os graves problemas de violência da cidade do Rio de Janeiro. Segundo Bayma (1997), o movimento vem mobilizando, desde então, entidades de classe, meios de comunicação, entidades religiosas e associações dos moradores, artistas, intelectuais e demais segmentos da sociedade. Na luta contra a violência, o projeto apoia a polícia comunitária nos bairros e a mobilização de voluntários para fiscalizar a ação dos policiais, incentivando moradores a se engajarem nos Conselhos Comunitários da Área (CCA). Ainda segundo Bayma (1997), a riqueza do movimento está no despertar da importância da cidadania, da solidariedade e da união das comunidades em solucionar problemas complexos.

Em Curitiba, Bega (1999) ressalta a ação de grupos de discussão organizados pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEB), na região sul da cidade, que originou o Movimento por Moradias Xapinhal, associação dos moradores dos bairros Xaxim, Pinheirinho e Alto Boqueirão – bairros que concentravam as lutas pela terra urbana e moradia. Tal movimento teve origem com apoio de uma assessoria vinculada à Igreja Católica e manteve laços com grupos políticos progressistas associados a vários partidos. Nos anos seguintes, segundo Tonella (2010; 2013), novas ocupações urbanas se alastraram pelo município, com o apoio de entidades como a ONG Terra de Direitos, a Ambiens Cooperativa, a Coordenação dos Movimentos Sociais do Paraná e a Marcha Mundial das Mulheres.

Leher et al. (2010), por sua vez, analisam as lutas sociais no Brasil nos anos 2000, consideradas transformadoras em virtude da ascensão política do Partido dos Trabalhadores, do fim da centralidade do trabalho e do arrefecimento das lutas

sindicais. As lutas dos movimentos sociais foram intensificadas, e diversas categorias e movimentos ganharam relevância discursiva – como as causas dos indígenas, de gênero, questões raciais e a luta pela moradia.

Vale ressaltar que esse período, cujas pautas de luta eram predominantemente de cunho político e econômico, foi marcado pelas marchas e/ou ondas de protestos contra a reforma da previdência, a favor da reforma agrária e dos trabalhadores sem teto. Com o agravamento da crise, em 2008, as pautas de ampliação de direitos e de reposição de perdas salariais voltaram a aparecer de modo significativo, como é o caso do Movimento dos Trabalhadores Desempregados (MTD) (LEHER et al, 2010).

Na década de 2010, o descontentamento com a política e com as condições de vida resultou em novas mobilizações, como o Movimento Passe Livre e outras estruturas descentralizadas e autogestionadas, como as Jornadas de Junho de 2013. O Quadro 08 apresenta os principais movimentos sociais que revolucionaram a política brasileira e as mais significativas ondas de protestos entre 1990 e 2019.

Quadro 08 - Principais Movimentos Revolucionários e Ondas de Protestos no Brasil: 1990 à 2019

DÉCADA DE 1990	DÉCADA DE 2000	DÉCADA DE 2010
<ul style="list-style-type: none"> • Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST; • Movimento dos Estudantes: Caras Pintadas (1992); • Contra o presidente da República Collor de Melo; • Movimento Viva o Rio (1993); • Marcha Zumbi dos Palmares (1995). 	<ul style="list-style-type: none"> • Marcha Nacional pela Reforma Agrária o MST (2005); • Marcha Assembleia Popular: mutirão para um novo Brasil (2005); • Marcha Zumbi dos Palmares + 10 (2005); • Movimento de Libertação dos Sem-Terra (2006); • Movimento dos Trabalhadores Sem Teto MTST (2007); • Dia da Consciência Negra (2007); • Aliança dos Povos Indígenas das Florestas (2007); • Movimento Nacional de Luta pela Moradia MNLN (2008); • Marcha do “Sem” (2008); • Parada Gay (2008); • Movimento dos Trabalhadores Desempregados (2009). 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento Passe Livre - Jornadas de Junho 2013; • Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (2014); • Mobilizações Feministas (2015); • Movimento Brasil Livre (2014) - “Vem pra rua” • Mobilização a favor e contra Impeachment da Presidente Dilma Rousseff (2015); • Mobilização Frente Povo Sem Medo (2016); • Movimentos Estudantis contra a Reforma do Ensino Médio (2016); • Mobilização Fora Temer (2017); • Movimentos contra o presidente da república (2018); • Tsunami da Educação (2019) - Movimentos estudantis contra os cortes de verbas estudantis; • Marcha Zumbi dos Palmares (2019).

Fonte: A autora (2022).

O Movimento Passe Livre (MPL) fundado nacionalmente em 2005, em uma plenária do Fórum Social Mundial, ganhou destaque nos primeiros protestos ocorridos em São Paulo, em junho de 2013. Foi a partir de 2002 que um grupo de jovens da cidade de Florianópolis (Santa Catarina), vinculados ao Partido dos Trabalhadores (PT), organizou a “Juventude da Revolução”, passando a realizar manifestações de

pequeno e médio porte que se espalharam para outras cidades brasileiras. A “Campanha pelo Passe Livre”, em prol do passe livre estudantil, partia da premissa de que o transporte é um direito da população e defendia a criação de um sistema de mobilidade “público de verdade”, que permitisse o acesso pleno dos cidadãos aos equipamentos e serviços disponíveis na cidade (FERNANDES, 2016).

O movimento adotou princípios de horizontalidade como pilares constitutivos, prezando por estruturas descentralizadas e autogestionadas. Segundo Fernandes (2016), trata-se de uma entidade federada e gerida pelos próprios ativistas, que delega igual poder de decisão a todos os seus membros, têm tarefas organizadas por meio de revezamento de funções, não havendo cargos instituídos nem lideranças.

Ativistas do MPL utilizam o método da ação direta, caracterizado pela espontaneidade e autonomia; suas estratégias compreendiam o ato de pular as catracas dos ônibus sem pagar as tarifas (“catracações”), ocupações de terminais de ônibus e fechamento de vias de circulação de automóveis (ESPÍRITO SANTO; DINIZ; RIBEIRO, 2016).

Para fortalecer o movimento e as ações políticas, além de agregar uma dimensão estética e criativa às iniciativas, foram incorporados outros coletivos artísticos que participaram das ações em outras frentes, como o grupo teatral “Servos da Catraca” e o musical “Fanfarra do Movimento Autônomo Libertário”. Scherer-Warren (2014) descreve que o formato emergente desses movimentos articula demandas do “aqui e agora” a um projeto (utópico) de transformação mais ampla em prol do direito universal de mobilidade urbana.

Em junho de 2013, o movimento liderou as manifestações na capital paulista conhecidas como Jornadas de Junho, desencadeadas pelo reajuste da tarifa de transporte de ônibus, e que se espalharam para outras cidades brasileiras. Espírito Santo, Diniz e Ribeiro (2016) destacam a importância da comunicação nas mídias digitais, realizada pelos próprios ativistas do movimento, para potencialização desses atos e repercussão nas redes.

Nos outros países da América Latina objetos desta pesquisa, os movimentos sociais também desempenharam um papel crítico na luta política, dando-se em torno dos parâmetros da democracia e das conjunturas particulares de cada nação. Para compreender esses movimentos, foi necessário conhecer alguns de seus participantes, instituições, processos, agendas e campos de ação, por isso, os principais movimentos descritos aqui, partem da visão dos seguintes atores: Hernán

(2008), Quijano (2005), García Velandia (2004), Archila Neira (2006; 2008; 2012), Galvão (2008), Trenta (2017), Torres-Ruíz (2018), Sotomayor López (2019), Aguiar e Rojas (2020), Palacios-Valladares (2020), entre outros.

Argentina

Na Argentina, o impacto da globalização afetou não apenas a classe operária, mas as classes médias e os grupos de burguesia vinculados ao mercado interno (QUIJANO, 2014). A luta social foi visível em diferentes movimentos durante as décadas de 1990 e 2010, alguns dos mais significativos, segundo Galvão (2008), foram os clubes de trocas, os desocupados-*piqueteros*, as organizações pelos direitos humanos – como as Mães da Praça de Maio –, e os operários que ocuparam as fábricas. Trata-se de movimentos que reagiram ao desemprego, à precarização, à violência e à pobreza, reforçando o descontentamento com as falsas promessas do neoliberalismo e os sonhos de modernidade.

Segundo Almeyra (2005), a atual sociedade argentina divide-se em três camadas: os trabalhadores (empregados ou desempregados), as classes médias e uma forte oligarquia conservadora e nacionalista que ainda fornece a base de sustentação para uma burocracia sindical forte e corrupta – apesar do enfraquecimento dos sindicatos provocado pelas políticas neoliberais.

Durante os anos de 1980 e 1990, segundo Svampa (2017), os governos e os organismos internacionais estimularam o desenvolvimento das ONGs com o objetivo de fomentar a implementação de políticas direcionadas à luta contra a pobreza. Já no início da década de 1990, teve-se a grande marcha camponesa até a Praça Buenos Aires, que culminou na greve agrária de 1994. Em 1995, foi constituído o Movimento das Mulheres Agricultoras em Luta (MML), cujos objetivo eram fortalecer a luta pela terra, resistir às políticas voltadas à agropecuária e ampliar as questões econômicas nacionais.

Assim como no Brasil, o caráter urbano-rural foi privatizado causando novas ondas de desemprego (ALMEYRA, 2005). Nesse contexto, surgiram os clubes de troca (1995) e os *piquetes* (1997), movimentos organizados por desempregados para demandar subsídios ao governo. Como eram muito heterogêneos em sua composição, dividiram-se em três grandes orientações políticas distintas: i) a sindical, que optou por estratégias de negociação e institucionalização; ii) a partidária, ligada a grupos de esquerda e dispostos a participar da competição eleitoral, e; iii) a

autonomista, que priorizou a ancoragem territorial e o confronto com o poder público (SVAMPA, 2017). As organizações piqueteras autonomistas continuaram a enfrentar o Estado e a demandar a criação de planos sociais entre os anos de 2002 e 2005 (SVAMPA, 2017); segundo dados do CELS (2017), a crise de 2001-2002 aumentou cada vez mais o número de protestos. Em 2005, por exemplo, foram registrados aproximadamente 702 protestos em grandes cidades argentinas (CELS, 2017).

Outro movimento muito significativo no país ocorreu entre 1996 e 1998, organizado por trabalhadores que buscaram recuperar seus empregos. Segundo Galvão (2008), esse movimento objetivou a manutenção de postos de trabalho e de mudanças no regime de propriedade, isto é, uma tentativa dos ex-funcionários para recuperar as empresas, mantê-las como fonte de trabalho e a assegurar suas subsistências. O autor descreve que as reivindicações se deram de maneiras distintas: alguns operários demandaram ao governo um novo regime jurídico que abrangesse a reforma da lei de falências a fim de terem proteção legal; outros constituíram cooperativas, e um terceiro grupo pleiteou pela estatização das empresas para que ficassem sob controle dos operários.

Destacam-se, ainda as contribuições dos movimentos argentinos organizados por mulheres em relação às lutas democráticas no país: desde as manifestações organizadas por mães e avós durante o período ditatorial (1976-1983) – contra a violência do Estado e em busca de respostas sobre os desaparecimentos de seus filhos e netos – ao movimento mais atual de mulheres que, desde 2006, lutam pelo direito ao aborto legal (AGUIAR; ROJAS, 2020). Essa agenda de lutas feministas se articula de maneira complexa e reforça o papel dessa parcela significativa da população na luta contra o capitalismo e o conservadorismo colonizador. Segundo Aguiar e Rojas (2020), a marcha *Ni Una Menos* vem repercutindo mundialmente desde 2014, quando foi convocada a primeira passeata de mulheres lésbicas e trans, que culminou na primeira marcha internacional em 2016.

No âmbito local, as assembleias de bairro são práticas que surgiram espontaneamente a partir da crise institucional de dezembro de 2001 para reivindicar mudanças no sistema político. Em março de 2002, existiam mais de 270 assembleias de bairro na área urbana de Buenos Aires (SCHWARTZ, 2017), constituindo uma nova forma de apropriação do espaço urbano (TRIGUBOFF, 2011) além de buscarem autonomia e independência em relação aos partidos políticos. Nesse cenário, consolidaram-se atividades como *merenderos* e *comedores*, serviços como centros

de ajuda escolar, atividades culturais, ocupações para os desempregados, e mecanismos para democratizar o processo decisório – dentre esses, ampliou-se a rotatividade de coordenações e as decisões passaram a ser tomadas por consenso e não por voto (GALVÃO, 2008). Segundo Hernán (2008), a composição social desses movimentos era predominantemente de jovens da classe média, de bairros como Belgrano, Palermo, Almagro e Flores.

As assembleias representaram instâncias de desprivatização do social e permitiram resgatar a ideia do público como algo que ultrapassa as questões estatais. A maioria delas foi realizada em áreas abertas e, em muitos casos, reapropriaram os espaços anteriormente definidos pela lógica privada; essa recuperação ativa de áreas públicas foi imprescindível para a superação da dinâmica comercial da sociedade capitalista. As ações eram diariamente colocadas em prática pelos vizinhos de um determinado bairro da Cidade Autônoma de Buenos Aires (CABA) (HERNÁN, 2008), reafirmando o cidadão como verdadeiro protagonista do movimento; as pessoas estavam envolvidas com o território do bairro em que viviam, e defendiam a ideia de “*que se vayan todos, que non quede ni uno solo*”¹³. Os espaços, que eram auto-organizados, a partir dessas reuniões desenvolveram projetos coletivos com base nas práticas do cotidiano, em que a experiência de aprendizagem se dava por meio da convivência. Hernán (2003) destaca que a ocupação de prédios e espaços públicos foi uma das partes mais originais desse movimento.

Diante ao colapso econômico e do desgaste do modelo político, surgiram também movimentos de solidariedade que buscavam fornecer apoio local. Atualmente algumas assembleias desapareceram, outras sofreram divisões, mutações ou sobreviveram de forma fragmentada. De fato, segundo Hernán (2008), alguns vizinhos continuam lutando para construir um novo modo de fazer política, visto que, de acordo com Mignaqui (2012), experiências anteriores ajudaram a consolidar algumas ONGs e associações de bairro, que juntas seguem cumprindo o papel de discutir sobre a agenda pública da cidade. Destacam-se, nesse cenário, a *Protocomuna de Caballito*,

¹³ Mignaqui (2009) relata que a CABA tem aproximadamente 1.500 organizações comunitárias, dentro das quais mais de cem correspondem a associações de vizinhos e ONGs cuja participação está direcionada a problemas de planejamento urbano, moradia, demandas de espaços verdes, proteção ao patrimônio arquitetônico e cultural, questões ambientais, desenvolvimento sustentável, controle da gestão pública, entre outros temas.

a Associação de Vizinho da *Calle Irala*, a Associação de Vizinhos para o Ressurgimento de *La Boca*, e o Movimento Territorial de Libertação (MTL).

Outro momento importante da história do país é marcado pela Lei 1.777 (CABA, 2005), das Comunas, aprovada em 2005; posteriormente, em 2010, foi aprovada também a divisão da cidade em quinze comunas. No ano seguinte, em 2011, foram eleitas as primeiras autoridades de cada uma, institucionalizando o processo.

As novas formas de luta na Argentina, principalmente aquelas que suscitaram a necessidade de renovação política, valorizam práticas de autogestão. É o caso das fábricas recuperadas pelos trabalhadores, das ações de solidariedade – dentre as quais se destacam os clubes de troca (espaços destinados à troca de bens e serviços, que têm moeda própria: o crédito social) – e dos *merenderos* e *comedores*, promovidos pelas Assembleias Populares de Bairro.

O Quadro 09 apresenta os principais movimentos citados, ocorridos na Argentina desde 1997 até as ondas de protestos contra o governo de Macri, de centro-direita, em 2018.

Quadro 09 - Principais Movimentos Sociais Argentinos (1990 - 2019)

DÉCADA DE 1990	DÉCADA DE 2000	DÉCADA DE 2010
<ul style="list-style-type: none"> • Clube de Trocas (1995); • Movimento dos Piqueteiros (1997); • Movimento Nacional da Empresas Recuperadas MNER (1996 -1998); • Movimento das Mulheres Agricultoras em Luta - MML (1995). 	<ul style="list-style-type: none"> • Jornadas de 2001; • Mobilização dos “Poupadores” congelamento da poupança da população (2001); • Assembleias Populares de Bairro (2002 - 2003); • Movimento Nacional do Camponês Indígena - MNCI (2003); • Movimento Evita (2005-2009); • Movimentos pela luta da liberação do aborto (2006-2020). 	<ul style="list-style-type: none"> • Ocupação do Parque Indoamericano pelos imigrantes paraguaios e bolivianos (2010); • Movimento dos “cacerolazos” contra a reeleição da presidente Kirchner (2012-2013 -2014); • Jornadas de Luta Mundial contra agrotóxicos e transgênicos (2012); • Marcha “<i>Ni Uma Menos</i>” (2015-2016); • 25ª Marcha do orgulho LGBTIQ (2016); • Mobilização contra o governo Macri (2018); • Marcha a favor do aborto (2018); • Marcha contra a violência de gênero (2019).

Fonte: A autora (2022).

Desde a década de 2000, novos atores argentinos se juntaram aos movimentos sociais, principalmente por meio do uso de tecnologias digitais, buscando tanto fortalecer e potencializar as reivindicações, quanto ampliar e aprimorar a autonomia das pessoas e suas organizações sociais (LAGO MARTÍNEZ; GENDLER; MÉNDEZ, 2020). Profissionais do jornalismo, do design gráfico, da arte, da política e de coletivos culturais, bem como pesquisadores e ativistas da classe média criaram uma relação com diversos movimentos. Sua atuação esteve especialmente voltada transcrever e

propagandear as ações executadas, auxiliar na realização de vídeos, fotos e áudios, e implantar ferramentas de divulgação e difusão das ações; as causas mais evidenciadas foram a de Evita, dos trabalhadores, de indígenas, dos direitos humanos, do meio ambiente, de gênero, de resistência global e das assembleias populares.

O movimento Evita, ressalta-se, está integrado aos programas sociais kirchneristas que, de 2002 a 2010, organizaram várias cooperativas em bairros populares da Grande Buenos Aires. Criou-se, assim, uma ampla rede territorial em áreas conurbadas e periféricas da cidade cujo objetivo era mobilizar a população pobre dos bairros para distintos atos políticos (TRENTA, 2017). Com os conflitos sociais potencializados pelas tecnologias digitais, na década de 2010, também se deu o fim da era Kirchner (2013-2014) e a desmobilização do movimento Evita.

Lago Martínez, Gendler e Méndez (2020) destacam, ainda, uma tipologia de organização autônoma, representada pelo coletivo *Iconoclastas*; em 2008, o grupo utilizou-se de ferramentas cartográficas e outros mapas coletivos para recuperar saberes, experiências e problemáticas territoriais de comunidades argentinas. Outro coletivo apontado pelos autores é de ações urbanas artísticas, conhecido como “*Fin de un Mundo*”, criado em 2012; esse grupo utiliza ferramentas digitais e performances nas ruas para conscientizar sobre problemáticas de gênero e direitos humanos.

Pode-se citar, ainda, os protestos multitudinários, realizados em junho de 2015, que tomaram as ruas das principais cidades argentinas para demonstrar a revolta popular diante da violência de gênero e de casos de feminicídios (BACCI, 2017). A marcha “*Ni Una Menos*”, como citado anteriormente, tinha como objetivo reforçar a necessidade de uma profunda mudança cultural no que tange às causas das mulheres; o ponto de encontro foi na Praça dos Congressos, na Cidade Autônoma de Buenos Aires. Sob a mesma motivação, o Coletivo *Fin de un Mundo* e outros grupos feministas levaram multidões de mulheres às ruas em 2019, utilizando-se do formato artístico e cenográfico para manifestar.

Chile

Os anos de 1990, no Chile, foram marcados pelo início do período democrático; uma década adormecida em termos de movimentos sociais e coletivos, pois não havia

disposição por parte de diferentes membros da sociedade e o governo não colocaria em risco no novo sistema político em vigor (GARRETÓN, 2001). Spinoza, Negrete e Dattwyler (2019) relatam que, entre 1990 e 1999, houve a construção massiva de habitações sociais na região metropolitana de Santiago, consolidando uma política de prevenção de ocupações irregulares. Ao final da década, os movimentos sociais começaram a se manifestar, mas apenas centralmente; as lutas por moradias tomaram um novo impulso apenas em 2003 (SPINOZA; NEGRETE; DATTWYLER, 2019).

Em 1999, iniciou-se um quadro de tensão entre as comunidades Mapuche¹⁴ e as empresas florestais (CARRASCO SOTO, 2019), que resultou na ocupação de mais de cem propriedades privadas por famílias Mapuche e na queima de prédios públicos e igrejas nas cidades de Temuco e Osorno, ao sul do Chile. O conflito teve como diferencial a presença de novos protagonistas, principalmente estudantes universitários e jovens profissionais da comunidade originária do país.

Outra ocupação descrita por Spinoza, Negrete e Dattwyler (2019) foi iniciada na Comuna de Peñalolén, entre 2004 e 2006, e resultou no Movimento da População em Luta de Peñalolén (MTL- Peñalolén). Na década de 2010, esse movimento se uniu a outros, com o Movimento UKAMAU, articulando-se em uma Frente de Resistência Urbanas que integrou as reivindicações.

Salgado (2015) aponta outra tipologia de movimentos que insurgem em Santiago, ao final da década de 1990: os de cidadãos em defesa da cidade, que se organizaram quando o Ministério das Obras Públicas anunciou um plano de infraestrutura baseado no modelo de concessão. O projeto propunha a construção de três sistemas rodoviários urbanos: o anel viário em Américo Vespucio, a Avenida Kennedy e a Costanera Norte, que cruzaria Santiago de leste a oeste ao longo da margem norte do rio Mapocho. A insatisfação dos moradores dos bairros Bellavista e Pedro de Valdivia Norte produziu um conflito de tamanha magnitude que foi feita uma modificação na rota do anel viário. Esse caso pontual deu origem a uma organização cidadã denominada de “*Ciudad Viva*” (PODUJE, 2008).

¹⁴ Povo originário do sul do Chile. Os protestos continuam na região de Araucanía, no centro do país.

Pode-se citar também o conflito contra a construção de estacionamento subterrâneo sob a *Plaza Peru*, no exclusivo bairro *El Golf* (SALGADO, 2015). Os moradores da região organizaram-se para impedir que o projeto fosse executado e evitar os efeitos negativos sobre a vegetação da praça; apesar de a tentativa de suspender a obra ter sido frustrada, esse episódio resultou na criação de outro movimento emblemático: a “*Fundación Defendamos la Ciudad*”.

Tanto a “*Ciudad Viva*” quanto a “*Fundación Defendamos la Ciudad*” foram formadas por grupos de classe média e média baixa, residentes de zonas centrais e pericentrais da cidade de Santiago. Juntas, criaram mais de trinta movimentos cidadãos contrários a iniciativas públicas e privadas que afetam negativamente a cidade e os bairros. No mesmo âmbito, vale destacar o movimento “*Vecinos por la defensa del barrio Yungay*”, que conseguiu alterar o coeficiente de aproveitamento do bairro em questão para cinco pavimentos.

Essas organizações de movimentos cidadãos, observando as mudanças nos processos de renovação urbana das décadas de 1990 e 2000, buscaram proteger seus bairros contra as ações especulativas do mercado imobiliário, a partir do instrumento legal denominado “Zonas Típicas e de valor Pitoresco” (ZTyP) (LEAL-YÁÑEZ, 2018). Esse tipo de ação funciona como veículo democratizador da cidade e está vinculado à participação do ordenamento do território e do desenvolvimento desejado, principalmente na Região Metropolitana do Chile (SALGADO, 2015).

No ano de 2004, ocorreu mais um movimento, dessa vez encabeçado por inquilinos devedores das habitações subsidiadas pelo governo chileno; criou-se, então, um grupo nacional pelo direito à moradia (ANDHA – *Agrupación Nacional de Derechos Habitacionales*), que denunciou a política habitacional chilena, estruturada a partir dos interesses de bancos e especuladores imobiliários (SOTOMAYOR LÓPEZ, 2019). Destaca-se também o Movimento dos Trabalhadores Subcontratados, que se organizou em uma ampla base social, entre 2004 e 2007, para reivindicar por melhores salários e condições de trabalho. Os profissionais eram subcontratados por empresas privadas que vendiam mão de obra para grandes empresas produtoras de madeira, cobre e salmão. Esses exemplos de lutas sociais demonstram como a aplicação ortodoxa das demandas do mercado como único regulador das interações humanas gera um contexto fortemente prejudicial para a população.

Dois outros movimentos foram protagonistas no cenário chileno: as mobilizações dos estudantes secundaristas, iniciadas em 2006 e denominadas de “*movimiento pinguino*”; e as manifestações dos estudantes universitários, em 2011, conhecidas como “*el invierno estudiantil chileno*” (Figuras 08 e 09). A primeira destaca a necessidade de transformação do processo de educação pública no país, apresentando como suas principais reivindicações o acesso gratuito à educação e melhorias no sistema educacional; essa foi a primeira ação social massiva e de caráter nacional desde o retorno da democracia chilena (SOTOMAYOR LÓPEZ, 2019).

Figura 08 - Movimento dos estudantes secundaristas (2006)



Fonte: Vielmas (2013).

Figura 09 - Movimento dos estudantes universitários (2011)



Fonte: Vielmas (2013).

Para González (2009), o movimento estudantil se constituiu como expressão de movimentos sociais cidadãos, e se caracterizaram pela prática da autogestão. Tais mobilizações viriam a ocupar o lugar dos atos em prol da democracia e dos direitos humanos realizados durante a ditadura e que se somaram ao movimento trabalhista durante o século XX (GONZÁLEZ, 2009).

O surgimento do movimento de estudantes secundaristas foi responsável pela reativação do espaço comunitário e pela construção de uma nova forma de cultura, oriunda do sujeito e não do objeto. Em 2011, foi a vez de os universitários preencherem as ruas com protestos, marchas e ocupações de estabelecimentos (SOTOMAYOR LÓPEZ, 2019); diferentemente dos estudantes secundaristas, os universitários tiveram suas reivindicações atendidas pelo poder público.

No caso de sociedades altamente mercantilizadas, como a do Chile, a lógica do mercado acaba ditando o ritmo de vida da população; insatisfeitos com a realidade privatizada e com o elevado custo de vida, organizou-se a maior manifestação da história do país, em outubro de 2019 (Figura 10).

Figura 10 - Protesto de outubro de 2019, em Santiago



Fonte: Politize (2019).

Segundo Palacios-Valladares (2020), o movimento foi desencadeado pelos estudantes do ensino médio contra o aumento das tarifas de metrô na capital chilena, somado a outro conflito denominado de “*Sala de Aula Segura*”, que pedia para que os professores expulsassem alunos acusados de portar armas e de participarem de ocupações escolares. Nesse cenário de ebulição social, somou-se o descontentamento com as crescentes desigualdades sociais e segregações econômicas, além da estagnação da classe média e da falta de perspectivas quanto à mudança do cenário mercantil. A ação acabou integrando diferentes organizações – ONGs, sindicatos e outros movimentos sociais. Essa coalizão autônoma foi denominada de “*Mesa de Unidad Social*” e gerou assembleias de bairro autogeridas. Ao longo do processo, o movimento levantou a bandeira indígena, que virou a identidade principal do discurso: “Mapuche contra o colonialismo e a violência estatal”.

Palacios-Valladares (2020) ressalta a existência de demandas por uma reforma constitucional – eliminando a que havia sido herdada do governo do presidente Pinochet e ainda estava em vigor – e pela modificação das políticas dominantes dos serviços básicos. Esse movimento foi fortalecido por apresentações de outros formatos e expressões (culturais, música e arte pública).

Lacoste e Bravo (2020) descrevem que as organizações sociais de vários bairros da capital convocaram reuniões para desenvolver estratégias para lidar com a escassez de alimentos e a violência; organizaram-se, ainda, protestos contra o Estado e discussões em prol de uma convenção constituinte liderada por cidadãos.

Estas assembleias (Figura 11) foram abertas a todos que desejassem se associar. Uma série de indivíduos e organizações que operam no nível de base local, incluindo estudantes, reuniu-se em debates declarados não partidários. Durante os meses de novembro e dezembro de 2019, e janeiro de 2020, foram organizadas 164 assembleias ativas em todo o país. Essas Assembleias Territoriais são autoconvocadas, segundo Lacoste e Bravo (2020), e representam o primeiro movimento organizado de democracia direta que surgiu em resposta aos atos de violência do governo de Sebastián Piñera.

Figura 11 - Assembleias populares



Fonte: Revuelta... (2018).

Esses espaços foram organizados pelas mesmas pessoas que estavam nas ruas e, embora sua convocação tenha sido espontânea, nasceram de anos de lutas e aprendizados acumulados. Além das diferenças de linguagem, a maioria das assembleias possui comissões de comunicação, autocuidado, educação popular, articulação e mobilização; por meio delas foram geradas várias instâncias de organização para: protesto, marchas territoriais, dias de autoformação e discussão, atividades culturais e de saúde, e reencontro entre vizinhos e moradores.

Segundo Lacoste e Bravo (2020), esses ambientes têm caráter popular, autoconveniente, autônomo, horizontal, democrático, e são orientados para coordenar as propostas e demandas comuns, que emergem dos territórios, para a construção de uma vida digna. Também se propõe a contribuir para fortalecer o desenvolvimento e a autonomia dos grupos, suas articulações e mobilizações, unindo as demandas do local ao nacional, na perspectiva de alcançar uma ampla Assembleia Popular Constituinte.

Tornou-se uma necessidade primária e emergencial o levantamento de propostas e demandas idealizadas por toda a população; esse processo de coleta ocorreria por meio da realização de muitas palestras, fóruns e discussões procurando abordar e aprofundar o tema da constituição (LACOSTE; BRAVO, 2020). O espectro, contudo, foi ampliado progressivamente, e passou a incluir questões com base em uma perspectiva feminista, de direitos humanos e de direitos sociais. Nas assembleias foram fortalecidos os princípios de Educação Popular ou Autoeducação, e a importância da formação política para a transformação das relações de dominação.

O Quadro 10 organiza os principais movimentos chilenos entre 1990 e 2010, revelando a expressividade dos protestos de 2019.

Quadro 10 - Principais Movimentos Sociais no Chile (1990 - 2019)

FINAL DA DÉCADA DE 1990	DÉCADA DE 2000	DÉCADA DE 2010
<ul style="list-style-type: none"> • Movimento dos Mapuches (1999); • Organização de bairros contra as ações do mercado imobiliário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento dos inquilinos/devedores habitacionais (2004); • Movimento dos trabalhadores subcontratados (2004 - 2007); • Movimento de Colonos em Luta (2006); • Movimento dos estudantes secundaristas (2006); • Organização de bairros contra as ações do mercado imobiliário. 	<ul style="list-style-type: none"> • Movimento dos estudantes universitários (2011); • Movimento Ukamu pela luta da moradia (2011); • Movimento pela água e pelos territórios - MAT (2013); • Frente de Resistência Urbana (2018); • Mobilizações e protestos (2019); • Assembleias Territoriais (2019 / 2020).

Fonte: A autora (2022).

Colômbia

Na Colômbia, a Constituição de 1991 foi o marco do multiculturalismo, ampliando o horizonte da participação das comunidades, instaurando-as como sujeitos de direitos políticos. Esse marco estabeleceu um vínculo cultural que relaciona o Estado e a sociedade civil, permitindo a manifestação de grupos populacionais e ações coletivas como uma nova forma de entender, fazer e viver a política.

Os protestos populares foram considerados um direito constitucional, contemplados por artigos específicos que descrevem os direitos à liberdade de expressão, à associação, à reunião e aos sindicatos. Na Colômbia, contudo, não são todos os protestos que têm proteção constitucional em virtude do contexto histórico

de conflitos armados, da luta contra o narcotráfico e da infiltração de grupos guerrilheiros nas mobilizações sociais (CORTES; CANO, 2019). Com efeito, os protestos colombianos têm conotação associada a grupos ilegais, por mais que apresentem reivindicações de trabalhadores, camponeses e estudantes (CORTES; CANO, 2019).

Para entender melhor como se deu esse processo depreciativo da manifestação popular no país, retomam-se os trabalhos de Archila Neira (2008), que apontam, a partir dos anos de 1990, a inserção de políticas neoliberais no país, provocando paulatinamente uma crise humanitária generalizada. A deterioração da vigência dos direitos humanos, apesar da nova Constituição, aumentou o deslocamento forçado de áreas de conflito armado. As mobilizações não eram mais em razão das deficiências materiais, mas quanto à disputa sobre os planos de desenvolvimento e políticas estaduais e a exequibilidade dos direitos do Estado.

Os movimentos dos trabalhadores e camponeses, segundo Archila Neira (2006), perderam visibilidade e os conflitos armados se sobressaíram. Efetivamente, antes, as reivindicações da classe trabalhadora somadas às manifestações realizadas por estudantes e pela população urbana compunham mais de 90% dos protestos no país; as demandas iniciais estavam relacionadas a melhores salários, oportunidades de empregos e acesso a terras, moradias e serviços públicos de qualidade. De 1990 em diante, contudo, surgiram exigências mais políticas, questões de direitos humanos e referentes ao conflito armado, bem como a construção de cidadania civil e política.

García Velandia (2004) apresenta uma pesquisa significativa, com recorte temporal similar ao proposto nesta tese. Demonstra-se que as lutas sociais se agravaram na Colômbia no final do século XX, precisamente no ano de 1998; problemas estruturais emergiram e revelaram os conflitos sociais e políticos vivenciados no país, evidenciando a incapacidade do governo em atender as demandas sociais. As lutas sociais registradas no período entre 1998 e 2003 tiveram como motivo principal a reivindicação por proteção e garantia de direitos, sendo o respeito à vida uma prioridade (GARCÍA VELANDIA, 2004).

No início do século XXI, o campo de batalha militar voltou ao cenário e a população civil tornou-se alvo de diferentes estratégias (mecanismo de terror, consolidação política e social, repovoamento e o financiamento de guerra) (CINEP, s./d.). Archila Neira e Cote (2015) revela que o fracasso das negociações de paz com as FARC, no início de 2002, alterou a percepção da opinião pública pela primeira vez

em vinte anos, beneficiando a opção bélica. A política de segurança democrática do presidente Uribe Vélez (2002-2010) foi ambígua, pois buscava medidas contra a insurgência das facções ao mesmo tempo que realizava conchavos com os paramilitares. Foi apenas durante o governo de Juan Manuel Santos (2010-2018) que ocorreu uma negociação verdadeiramente política do conflito armado e diálogos entre as FARC.

Vale ressaltar que em 4 de fevereiro de 2008, milhões de cidadãos das principais cidades do país se mobilizaram contra as ações das FARC, reivindicando a liberação de todos os sequestrados. A ideia de uma marcha contra a organização guerrilheira partiu de um agrupamento de jovens que, por meio de um grupo no Facebook, conseguiram mobilizar os colombianos em poucos dias (EM APOYO..., 2019).

Outra grande mobilização patriota ocorreu em julho de 2010, quando da Marcha do Bicentenário ou Marcha Patriota (MP), dia da comemoração da Independência da Colômbia (RODRÍGUEZ; SILVA, 2017). Esse evento representou a luta pela paz e uma aposta na transformação estrutural do país, segundo os autores Rodríguez e Silva (2017). O ato teve grande importância para a retomada da atuação dos movimentos sociais, que tinham atravessado um período de ausência de vias democráticas. O chamado uniu mais de 150 organizações sociais de diferentes temáticas: sindical, camponês, estudantil e popular.

A mobilização foi um marco na história de mobilizações da Colômbia, pois construiu uma rede de comunicação e articulação de inúmeras organizações sociais em torno das mesmas pautas: autonomia territorial, cultural e defesa dos direitos humanos. Essas marchas foram realizadas ao longo dos anos de 2012 a 2015, e geraram estratégias organizacionais e marcos de ação coletiva que contribuíram para articular as diversas expressões em torno de um projeto comum, assim como obter apoio de outros atores sociais e políticos (RODRÍGUEZ; SILVA, 2017).

Na Colômbia, os protestos realizados pelos estudantes universitários datam desde os tempos coloniais, segundo Archila Neira (2012), tornando-se massivos durante o século XX, quando a América Latina intensificou os processos de urbanização e o fortalecimento da classe média. Em 1999, a comunidade educacional demonstrou grande capacidade de mobilização contra o plano de desenvolvimento do governo Pastrana Arango, que pretendia eliminar o caráter público da educação, modificando as contribuições do Estado às universidades públicas e minando a

autonomia universitária. No ano 2000, novos protestos contra o autoritarismo do presidente Uribe Vélez e contra os cortes nas liberdades democráticas se intensificaram. Archila Neira (2012) descreve que os protestos conseguiram romper com o unanimismo que o governo queria impor e seguiram lutando contra a privatização da educação pública.

Em 2011, quando o movimento estudantil completou 40 anos, várias marchas foram organizadas para celebrar; no mês de novembro ocorreu a mobilização mais multitudinária, denominada de “*Toma de Bogotá*”, que celebrava a retirada do projeto de lei federal que alteraria a política educacional (Figura 12). Ainda no mesmo mês realizou-se uma jornada continental com estudantes chilenos e latino-americanos. Essas marchas foram pacíficas e os estudantes valeram-se de formas lúdicas e simbólicas para se manifestarem, seja usando fantasias carnavalescas seja propondo ações como os “*abrazatones e bezatones*”¹⁵ (ARCHILA, 2012).

Figura 12 - Mobilização de estudantes em Bogotá (2011)



Fonte: Movimiento... (2011).

Ao longo da história do país, os estudantes continuaram a ser os porta-estandartes da solidariedade com outros setores em conflito. Segundo Tarazona e Lugos (2017), o governo ignorou que os jovens colombianos estavam imersos na onda de indignação planetária em sintonia com estudantes chilenos, manifestantes africanos e do Oriente Médio, indignados da Europa e outros grupos heterogêneos ao redor do planeta. Trata-se de um cenário de comunicação consolidado e que tende a

¹⁵ Estratégia de abraçar e beijar cidadãos de diferentes locais da AL, para construção de redes de apoio e acolhimento aos imigrantes e refugiados.

ser cada vez mais amplo e influente, resultante da propagação da tecnologia da internet e do uso massivo das redes sociais – como o Facebook, Twitter etc.

Segundo García Velandia (2004), de 1999 a 2003, os problemas de financiamento habitacional também geraram ondas de protestos. A população devedora de crédito teve que devolver os imóveis como pagamento em virtude da impossibilidade de custear as despesas da dívida. Os efeitos da privatização da administração e da distribuição e faturamento dos serviços públicos domiciliares refletiram na falta de qualidade das moradias, no aumento das taxas e na presença de fontes de contaminação no entorno das áreas de convivência, o que motivou ações coletivas dos moradores. Somado a esse contexto, as administrações locais mostraram-se incapazes de enfrentar o crescimento urbano, que se fortaleceu com a chegada de centenas de pessoas deslocadas de países vizinhos que, além de abrigo, precisavam e mereciam um ambiente digno para morar.

Cortés e Cano (2019) descrevem que os protestos realizados contra o aumento do imposto predial, durante os anos de 2014 e 2015, se mantiveram recorrentes enquanto o governo local não baixou as taxas e alterou de forma individual as respostas à reivindicação (Figura 13). No caso de Bogotá, em maio de 2015, o Conselho Municipal se reuniu para tomar medidas para impedir o aumento excessivo dos impostos sobre a propriedade em certas áreas. Essas medidas incluíram métodos de divulgação quanto ao aumento das taxas, descontos, extensão dos prazos, acessos aos benefícios, e limites de base tributável.

Figura 13 - Protestos em bairros (2015)



Fonte: Controversia... (2015).

Outros movimentos também têm se destacado, como os realizados por camponeses e indígenas pela posse e titulação de suas terras. Estes adquiriram um protagonismo e autonomia, marcando seu papel de resistência entre atores sociais da Colômbia.

Segundo García Velandia (2004), a questão da propriedade tem permitido novos usos da terra por grupos armados ilegais e empresas multinacionais que entraram na disputa pelo controle de terras rurais. No entanto, organizações camponesas, mulheres afro-colombianas e indígenas realizaram uma mobilização nacional em 2003, reivindicando os direitos à terra, proteção ao meio ambiente e um acordo de políticas vinculadas à produção de safras para uso ilícito (GARCÍA VELANDIA, 2004). As mobilizações agrárias se repetiram em 2013 e 2014, segundo Rodrigues (2017), confirmando a desarticulação entre a política e as questões sociais.

De acordo com o Centro de Investigações e Educação Popular (CINEP, s./d.), 2013 foi um ano em que várias manifestações ocorreram; foram 1.027 protestos no total, que demonstram um significativo quadro de convulsão social na Colômbia. Durante essa década, os movimentos se expandiram e passaram a abranger também outras causas como a luta contra o racismo, em 2015, e a realização do grande protesto nacional, ocorrido em 2019 (Figura 14).

Figura 14 - Mobilização Nacional em Bogotá (2019)



Fonte: En apoyo... (2019).

O protesto nacional foi convocado por vários movimentos sociais, sindicais e populares colombianos em repúdio ao governo do presidente Iván Duque, ao sistema neoliberal e ao cumprimento do Acordo Final de Paz. Os slogans dos manifestantes

nas ruas abrangiam demandas: i) em defesa da paz e dos direitos humanos; ii) de proteção da vida de líderes sociais e defensores dos direitos humanos; iii) de cuidado dos bens comuns e da natureza; iv) de repúdio à expropriação, exclusão e precariedade; v) da exigibilidade do cumprimento dos acordos firmados pelo governo com o magistério, com o movimento estudantil e com os docentes universitários; vi) de rejeição de todas as formas de violência contra mulheres e crianças; vii) de oposição aos altos níveis de concentração da riqueza; e viii) contra a deterioração das condições de vida da população (BAUTISTA, 2021).

No Quadro 11, observa-se que na última década as mobilizações nacionais foram constantes, evidenciando maior capacidade de articulação entre os diversos atores. Segundo Rodríguez e Silva (2017), esse fenômeno é inédito na história da Colômbia e os atores cada vez mais acreditam nos potenciais e benefícios dessas paralisações maciças para visibilizar pautas, demonstrar descontentamentos e instrumentalizar o alcance das transformações culturais e sociais reivindicadas.

Quadro 11 - Principais Movimentos Sociais na Colômbia (1990 - 2019)

DÉCADA DE 1990	DÉCADA DE 2000	DÉCADA DE 2010
<ul style="list-style-type: none"> • Mobilização dos Educadores (1992); • Movimentos Agrários (1995); • Movimento dos Trabalhadores (1998); • Movimentos Estudantis (1999). 	<ul style="list-style-type: none"> • Protestos contra as taxas referente ao financiamento das habitações (2003); • Mobilização dos camponeses e indígenas (2003); • Mobilização dos Professores (2007); • Marcha Contra a FARC (2008). 	<ul style="list-style-type: none"> • Marcha do Bicentenário e/ou Patriota (2010); • Movimento Estudantil (2011); • Mobilizações Agrárias (2013); • Protestos contra o imposto territorial (2014); • Protestos contra o racismo e xenofobia (2015); • Mobilização Nacional contra o presidente (2019).

Fonte: A autora (2022).

México

Desde o final dos anos de 1980, ocorreu no México a desestabilização do sistema neoliberal. Esse cenário agravou as desigualdades sociais e a pobreza, mas não alterou a hegemonia do modelo político representativo, fazendo com que a sociedade civil organizasse mobilizações urbanas e étnicas, com o intuito de promover mudanças no governo ou nas políticas públicas. Os casos trazidos neste levantamento, como se verá, não tiveram impacto substantivo na construção de uma sociedade mais justa e equitativa, conforme aponta Torres-Ruíz (2018; 2020). Com efeito, foram iniciativas que não conseguiram diminuir a violência que afeta o cotidiano

de todas as regiões do país e ameaça continuamente a estabilidade social. Os novos ativistas mexicanos tentam contribuir com as transformações do sistema político e buscam abrir caminhos para que se estabeleça uma verdadeira democracia.

Apesar dessa dificuldade, é possível apontar movimentos sociais significativos, que repercutiram na sociedade e continuam servindo de inspiração e objeto de análise. Os zapatistas de Chiapas (Figura 15), por exemplo, tornaram-se mundialmente conhecidos a partir do levante de 1º de janeiro de 1994, quando insurgiram contra a entrada em vigor do Tratado de Livre Comércio da América do Norte. Trata-se de um modelo de luta pelo resgate da identidade e da autonomia, pela dignidade, pela recuperação e defesa da cultura, do fortalecimento dos direitos humanos individuais e coletivos, assim como pela geração de novas formas democráticas de participação nos assuntos públicos (GÁNDARA, 2004). A insurgência do Exército Zapatista de Liberação Nacional (EZLN) teve um grande impacto sobre o movimento altermundialista e demarcou a chegada da arena política do México, propondo a toda comunidade mundial que fossem repensados os rumos do planeta (NOGUEIRA, 2009).

Figura 15 - Movimento Zapatista (2001)



Fonte: Martins (2016).

Para Le Bot (1997), o zapatismo foi o primeiro movimento mexicano e latino-americano que, por um lado, se distinguiu radicalmente dos movimentos revolucionários que haviam sido dominantes no continente (que buscavam o poder político e se propunham a mudar a sociedade); por outro lado, distingue-se também dos movimentos indígenas e de grupos que queriam obter algo a partir de concessões

do governo (terras, serviços, preços justos para seus produtos etc.). O zapatismo, portanto, significou uma mudança de paradigma, pois não reivindicou o poder do Estado, nem mesmo se dirige ao Estado para exigir algo dele.

Segundo Torres-Ruíz (2018), o coletivo de indígenas se mobilizou novamente em 2001 para reivindicar seus direitos por meio de uma caravana que percorreu treze estados da República durante 16 dias (Figura 16). Ao longo do trajeto, recebia inúmeros apoios da população, tanto de políticos como de estudantes e da sociedade como um todo, que saíam às ruas das suas cidades para recebê-los, protegê-los e acompanhá-los. A solidariedade de importantes segmentos da sociedade mexicana com a causa zapatista se espalhava por todo o continente (TORRES-RUÍZ, 2018).

Figura 16 - Caravana da Dignidade Indígena (2001)



Fonte: Argueta (2018).

Bizberg (2015) descreve que a sociedade civil mexicana, nos anos de 1990, esteve ausente e pouco representada nos processos de democratização. Segundo o autor, isso aconteceu em razão da perda da centralidade dos sindicatos, das organizações dos movimentos agrários e populares, da liberação da economia e da informalização do trabalho. A democracia no México é denominada de partidocracia, isso porque os partidos políticos estão desvinculados da sociedade enquanto as organizações vinculadas aos partidos não são capacitadas o bastante, fragilizando as iniciativas e processos de participação da população.

Destaca-se que no México, como na Colômbia, as questões referentes às guerras contra o narcotráfico e ao avanço das organizações criminosas têm sido

aprofundadas ao longo de décadas; os conflitos levam o país a uma degradação da segurança e a abusos contra os direitos humanos.

Nos últimos anos, de 2000 a 2017, emergiram no país movimentos sociais que têm demonstrado grande capacidade de resistência e luta social, e apresentaram processos inovadores quanto aos repertórios de mobilizações e estratégias para as disputas. Estes ciclos de ação coletiva entraram em confronto com os chamados “poderes fáticos autoritários”¹⁶ e com o Estado, pois reconhecem que a democracia precisa ser aprofundada. Torres-Ruíz (2020) explica que os novos movimentos sociais permitem a constatação e o exercício pleno dos direitos de cidadania, que em mais de uma ocasião foram os gatilhos para diversas mobilizações e protestos.

Como exemplo da relevância do sentido democrático, em 2005, na Cidade do México, ocorreu uma grande manifestação política, pacífica, denominada de “Marcha do Silêncio” (Figura 17). Andrade e Zarza (2012) descrevem que centenas de milhares de cidadãos percorreram o trajeto do Museu de Antropologia ao Zócalo da capital – coração político da República Mexicana – para protestar contra a calúnia sobre o candidato a presidente Andrés Manuel López Obrador, realizado pelo chefe de Governo do Distrito Federal.

Figura 17 - Marcha do Silêncio (2005)



Fonte: Severiano (2005).

¹⁶ Poderes Fáticos são considerados aqueles grupos de pressão, com força ou potência para alterar o curso normal dos acontecimentos, contrariando decisões de instâncias ou instituições devidamente acreditadas ou com solidez democrática. No México, a Igreja Católica e as organizações empresariais, principalmente a relacionada à televisão privada – Televisa, são consideradas poderes fáticos (GUZMAN-CONCHA et al., 2019).

Os principais slogans eram a defesa do sufrágio efetivo, sua legalidade e institucionalidade; o silêncio se mostrou como expressão de indignação generalizada. Andrade e Zarza (2012) revelam que o silêncio dos manifestantes foi completado com uma ampla gama de objetos e elementos gráficos; um grande complexo semiótico com o qual milhares de cidadãos expressaram sua indignação por um fato que, além de ofender uma figura política, representou uma afronta à democracia.

Essa Marcha foi realizada também contra fraude eleitoral, ficando conhecido como Movimento de Resistência Civil Pacífica, integrado ao Movimento Urbano Popular (MUP); foi o início de um processo de reestruturação política nacional a partir da luta por uma nova Constituição que criou a Convenção Nacional Democrática (CND), em 2006. Algumas das principais organizações civis e sociais, membros do MUP-CND, são: União Popular Emiliano Zapata (UPREZ); Nova Pátria (NP); El Barzón da Cidade do México (BCM); a Unidade Central dos Trabalhadores (CUT); União das Colônias Populares (UCP); Sociedade Organizada em Luta (SOL); Assembleia de Bairros da Cidade do México (ABCM); Coordenador de Organizações Sociais (COS), entre outros (RAMÍREZ ZARAGOZA, 2017).

Os novos movimentos sociais, segundo Bizberg (2015), intensificaram-se no México entre 2006 e 2012, sendo os principais deles: o Movimento pela Paz com Justiça e Dignidade (MPJD), que se formou frente à luta contra as drogas; a Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO); o movimento dos estudantes “#YoSoy132”, que representa a não aceitação do retrocesso do sistema político mexicano representado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI), e; as marchas por Ayotzinapa nos anos de 2014 a 2017, contra o desaparecimento de 43 estudantes da Escola Normal Rural Raúl Isidro Burgos.

A mobilização da Assembleia Popular dos Povos de Oaxaca (APPO), em 2006, apesar de ter sido reprimida pelo Estado, evidenciou uma população capaz de tomar decisões e de colocar em prática sua capacidade de se posicionar em um cenário de mobilização social, segundo Torres-Ruíz (2018). O autor revela que esse movimento também exprime uma reação ao governo corrompido do PRI e à deterioração das condições de vida da população Oaxaca, sendo que cerca de 67% da população deste estado é indígena e 75% vivem na pobreza (TORRES-RUÍZ, 2018).

Essa situação socioeconômica foi agravada pelo NAFTA, que piorou as condições de vida no campo e levou essa parcela de cidadãos a migrarem para outros lugares. No México, tanto os zapatistas quanto a comuna de Oaxaca insurgiram contra

o monopólio do PRI, evidenciado quão danoso esse domínio político foi para a população mexicana como um todo, ao longo dos 70 anos do partido no poder.

O MPDJ, segundo Bizberg (2015), é distinto das mobilizações anteriores pela sua autenticidade e valor ético, pelo seu significado e pela sua durabilidade. As manifestações de 2011 a 2013 refletiram uma preocupação legítima de vários setores da sociedade civil em combater o crime organizado, conseguindo reunir centenas de milhares de pessoas de diferentes esferas da sociedade; o movimento foi organizado por diversas associações, além do poeta Javier Sicilia. O “Movimento pela Paz com Justiça e Dignidade” expressou uma crítica às políticas repressivas baseadas nas ações do exército e exigiu soluções alternativas multidimensionais para o problema da violência. O diferencial do MPJD foi dar voz e visibilidade às vítimas e provocar uma tomada de consciência sobre os efeitos perversos das drogas, desde questões de saúde até abusos aos direitos humanos.

Torres-Ruíz (2018) descreve que esse movimento conseguiu, através dos diálogos com o poder público, aprovar a Lei Geral das Vítimas em 2011, que por sua vez possibilitou a criação da Comissão Executiva de Atenção às Vítimas (CEAV)¹⁷. O MPJD obteve um aparente triunfo, mas seus resultados não foram integralmente atingidos: o Estado demonstrou que possui força e ferramentas suficientes para resistir às pressões por demandas de diferentes grupos sociais (TORRES-RUIZ, 2018).

Pode-se destacar o movimento “#YoSoy132”, que nasceu como uma manifestação contra a manipulação da informação no caso específico dos acontecimentos da Universidade Ibero-Americana, quando da visita do candidato do PRI à instituição, em 2012. O movimento questionou os meios de comunicação sobre a capacidade de impor representações culturais que veiculavam e a extensão gerada pela mídia. Por isso, desde os primeiros momentos do movimento, a democratização dos meios de comunicação surgiu como a principal demanda.

O movimento se assemelhava ao dos Indignados, ao “*Occupy Wall Street*”, entre outras iniciativas que reuniam demandas relacionadas a insatisfações e frustrações populares, bem como reivindicações de emprego, educação, sistema

¹⁷ O CEAV é a instituição encarregada por administrar o Fundo de Ajuda Integral, Assistência e Reparação, o Registro Nacional de Vítimas e a Assessoria Jurídica Federal de Atenção às Vítimas. A comissão é também responsável pelo desenvolvimento de políticas públicas de proteção, socorro, assistência e reparação integral às vítimas, tanto no âmbito federal como local.

político e econômico (BIZBERG, 2015). Torres-Ruíz (2018) aponta que, nesse processo, jovens mexicanos demonstraram além de terem tido acesso às novas tecnologias, também souberam utilizá-las para mobilizar a população do país socialmente e politicamente. Por meio de redes horizontais foi possível o surgimento daquilo que Castells (2013) chamou de “autocomunicação de massa”; quando uma parcela da população, ao estar integrada às redes sociais, é capaz de somar vozes e aderir a novas abordagens diante da perda da confiança na mídia tradicional.

Esse movimento agrupou estudantes de universidades públicas e privadas, assim como jovens que não conseguiam integrar o sistema econômico neoliberal (desempregados). O movimento se declarou apartidário e contrário aos partidos políticos mexicanos, propondo-se a desenvolver espaços para a participação cidadã ativa. Segundo Bizberg (2015) e Torres-Ruíz (2018), mesmo com o candidato do PRI ganhando as eleições, os estudantes conseguiram influenciar a cultura política e tornar certas camadas sociais mais conscientes sobre a realidade política do país – corrupta, vertical, autoritária e excludente. Os dois movimentos – MDJ e “# YoSoy132” – expressam um desencanto com os partidos políticos e com a política vigente, e buscaram recuperar o espaço público para a sociedade civil a partir de mecanismos para sua expressão.

Mais um movimento relevante para esse debate foi aquele organizado por pais de alunos desaparecidos, tendo sido realizado entre 2014 e 2017, envolvendo familiares de 43 jovens desaparecidos da escola rural de Ayotzinapa, município de Iguala (Estado de Guerrero). Segundo Torres-Ruíz (2020), esse episódio representou a barbárie que se estabeleceu no país – e que permanece até os dias de hoje – em relação à guerra contra o narcotráfico e o crime organizado. Alzate Zuluaga (2017) declara que o movimento dos pais dos alunos fortaleceu a solidariedade de diferentes organizações nacionais e internacionais, e exemplificou a potência das ações coletivas:

La actitud del colectivo de padres de los estudiantes desaparecidos permite destacar la fuerza y voluntad de una de las dimensiones humanas, la de la lucha por la supervivencia y la responsabilidad por la vida misma. Esta es la importancia que tiene el acto de decidirse a la manifestación colectiva, en las circunstancias concretas en las que se dio esta elección frente a la vulnerabilidad de la vida misma. Estos padres y familiares de los estudiantes desaparecidos rápidamente comprendieron la oportunidad histórica de acciones colectivas masivas, que contaban con una mayoritaria participación de jóvenes estudiantes, altamente sensibilizados y solidarizados por el dolor e indignación de la desaparición de los normalistas (ALZATE ZULUAGA, 2017, p. 145).

Zamorano (2019) ressalta outros movimentos sociais urbanos que aconteceram na Cidade do México. A primeira é o Coletivo *Zacahuitzco*, que corresponde a uma cooperativa agroecológica composta por membros que vivem no sul da área metropolitana e lutam pelo direito à alimentação de qualidade; possuem vínculos com a rede transnacional Greenpeace, com redes internacionais do Cone Sul e com ONGs europeias, enquanto que, nacionalmente, fazem parte da Campanha *Sin Maíz No Hay País* e outras iniciativas que se dedicam ao mesmo objetivo. A outra compreende o Movimento *Okupa Chanti Ollin*, formado por um grupo de jovens de origem indígena que, desde 2004, ocupou uma casa na área urbana do DF, próxima a *Chapultepec*, e viveu com recursos de eventos culturais, oficinas e sessões de cinemas que organizavam; tinham um posicionamento autonomista e favorável ao movimento zapatista. Até 2012, fizeram parte da Rede de Espaços Culturais Independentes e Alternativos (RECIA); em 2016 os jovens foram expulsos da casa depois de uma ação com grande aparato militar.

Há também grupos que realizam movimentos pré figurativos, que querem participar das decisões de políticas urbanas sobre a cidade que habitam; Zamorano (2019) observa aqueles que participaram dos fóruns populares convocados pelos ativistas do Movimento Urbano Popular (MUP) com objetivo de discutir sobre a nova Constituição da Cidade do México, em 2016. Destaca-se o Colectivo Bicitikas, formado por cicloativistas, ou seja, um coletivo de usuários de bicicletas que buscam melhores condições de mobilidade no DF e RMCM, e organizam ações multitudinárias no espaço público de formato inovador. Também há grupos formados para resistir a determinados projetos imobiliários ou grandes projetos urbanos; são organizações que emergem em uma localidade/ bairro específico contra intervenções propostas pelo poder público e empresas privadas que ameaçam o bem estar e forma de vida da população. Zamorano (2019) verificou quatro organizações de moradores: i) Contra a *Supervía Poniente* – luta de 300 moradores, somado a movimentos urbanos ecologistas, ONGs e assessores jurídicos; ii) Vizinhos do *Parque Hundido* – contra a construção de um grande edifício, destacando os eventos realizados para o fortalecimento da comunidade e o movimento nas redes sociais; iii) Vizinhos de *Pueblo de Xóco* – contra a construção do projeto *Ciudad Mítikan*, um conjunto de sete edifícios (hospitais, bancos, centro comercial, etc.), e; iv) movimento de vizinhos contra o Corredor Cultural *Chapultepec* – projeto de regeneração da Avenida

Chapultepec, uma barreira viária que divide a Zona Rosa (ao norte) e Roma Condesa (ao sul).

O Quadro 12, sintetiza os principais movimentos sociais no México a partir da década de 1990 até o ano de 2017, evidenciando novas possibilidades de reivindicações e lutas urbanas a partir da última década.

Quadro 12 - Principais movimentos sociais mexicanos a partir da década de 1990

DÉCADA DE 1990	DÉCADA DE 2000	DÉCADA DE 2010
<ul style="list-style-type: none"> • Movimento Zapatista (1994). 	<ul style="list-style-type: none"> • Caravana da Dignidade (2001); • Marcha do Silêncio (2005); • Mobilização APPO (2006); • Colectivo Bicitekas (2001); • Movimento okupa <i>Chanti Ollin</i> (2004); • Cooperativa Estela (2009). 	<ul style="list-style-type: none"> • MPDJ (2011 - 2013); • “#YoSoy132” (2012); • Movimento dos pais dos alunos desaparecidos (2014 - 2017); • Colectivo <i>Zacahuitzco</i> (2015); • Grupos de vizinhos contra grandes projetos urbanos (2012 - 2017); • Movimentos Urbanos Popular - MUP em prol de uma ocupação de indígenas residentes na cidade e a favor da nova Constituição da Cidade do México.

Fonte: A autora (2022).

A revista mexicana de estudos dos movimentos sociais, fundada em 2015, apresenta trabalhos científicos que buscam compreender essas mobilizações a partir da década de 2000. Nela, encontra-se o artigo de Ramírez Zaragoza (2017) sobre as transformações dos movimentos sociais urbanos na cidade do México, de 1970 a 2016. O texto descreve as lutas contra os megaprojetos de urbanização e as práticas inovadoras no espaço urbano a favor do direito à cidade, isto é, as ações táticas ou pontuais, de baixo custo e de curto prazo, também chamadas por “urbanismo tático”.

No caso da Cidade do México, evidenciam-se outras iniciativas relevantes que se enquadram nessa denominação, como a criação da Carta da Cidade do México pelo Direito à Cidade (CCMDC), o fortalecimento do Movimento Urbano Popular (MUP), o restabelecimento da Convenção Nacional Democrática (CND) e a reformulação da Constituição da Cidade do México a partir de 2017. Vale ressaltar que o MUP é um movimento que busca defender a legitimidade histórica de habitar e fortalecer a legalidade da moradia (ZAMORANO, 2019).

Por meio dessas investigações e levantamentos a respeito dos principais movimentos sociais que ocorreram nas últimas três décadas nos cinco países latino-americanos de interesse desta pesquisa, foi possível entender a trajetória e as novas

configurações daquilo que hoje é denominado de ativismos urbanos. Segundo Gohn (1997), essas ações estão relacionadas àqueles militantes que utilizam de meios de comunicação para se organizarem coletivamente e pautarem temas referentes aos problemas sociais contemporâneos como gênero, raça, rejeição ao sistema econômico dominante e questões ambientais e culturais. Pleyers (2018) reafirma que esses novos atores estão constantemente conectados às redes sociais, com alcance a informações globais e tornando visíveis suas práticas e experiências a nível local.

De acordo com os casos apresentados, confirma-se o que Gohn (1997; 2013) aponta sobre as cinco diferentes correntes ideológicas que sustentam as diferentes mobilizações nesses cinco países: i) formas do anarquismo do século XIX, organizadas agora em torno da ideia de desobediência civil; ii) concepções radicais de grupos articulados a partidos políticos democráticos; iii) práticas de compromisso e responsabilidade social das organizações não governamentais (ONGs) e entidades de perfil mais assistencial; iv) movimentos populares herdeiros do movimento associativista dos anos 1970-1980; v) ativismos insurgentes, caracterizados por serem organizações fluidas, descentralizadas e flexíveis, não hierarquizadas.

Nesta tese foram adotadas três dessas tipologias, a saber:

- i) movimentos populares herdeiros do movimento associativista dos anos 1970-1980, denominado de Movimentos Sociais Urbanos Estruturais – aqueles que lutam por infraestrutura básica, moradia, alimentação, emprego, energia elétrica, transporte, educação e questões de ordem política econômica e partidária, fomentados por grupos articulados a partidos democráticos;
- ii) práticas de compromisso e responsabilidade social das organizações não governamentais (ONGs) e entidades de perfil assistencial, denominados de Movimentos Sociais Urbanos Cidadãos, e;
- iii) ativismos insurgentes, caracterizados por serem organizações fluidas, descentralizadas, flexíveis e não hierarquizadas. Essas manifestações podem ser também apoiadas por ONGs, pois muitas delas podem decorrer de fatos históricos relacionados a crises econômicas ou sanitárias. São denominadas manifestações amplas da cidadania, formadas por múltiplos coletivos, que ocupam espaços públicos e apresentam reivindicações conjunturais e/ou protestos heterogêneos (SHERER-WARREN, 2014).

Nesta tese recebem a denominação de “Movimentos Sociais Urbanos Insurgentes”, e compõem o objeto principal de análise.

Resumidamente, reforça-se que no Brasil, principalmente nas grandes cidades (São Paulo e Rio de Janeiro) somente na década de 2010, que os Movimentos Sociais Urbanos Insurgentes (MSUI) se materializaram no espaço público, somados aos Estruturais e Cidadãos. As questões de gênero, étnicas, raciais e ambientais ainda são pouco representativas no que diz respeito ao espaço público propriamente dito. As Jornadas de 2013, ilustraram o início dos MSUI em várias metrópoles brasileiras.

Na década de 2000 já se verificava a ocorrência de MSUI, na Argentina, particularmente na cidade de Buenos Aires. Foram manifestações amplas de cunho solidário, autogestionadas, realizadas em espaço público; apresentaram-se de forma organizada a partir da forte crise econômica de 2001. Na década de 2010, as lutas foram ampliadas e somadas a outras causas – contra agrotóxicos, questões de gênero, feminicídio e aborto.

No Chile, na cidade de Santiago, desde a década de 1990 já ocorriam manifestações amplas de cunho cidadão e político, contra a baixa qualidade das construções das habitações sociais realizadas pelo poder público e construtoras, também em oposição aos megaprojetos realizados pelo setor privado. Em Bogotá (Colômbia), desde 1991, a nova Constituição já se apresentava tolerante às mobilizações e manifestações políticas. Com a aprovação da Lei 1757/2015, Estatuto Nacional de Participação Democrática, e do Decreto 563/2015, ficou instituído que as mobilizações e os protestos sociais são expressões legítimas da cidadania, ampliando os movimentos para outros ativismos insurgentes no espaço público. No México, os ativismos insurgentes são reconhecidos desde a década de 1990, com os movimentos dos povos originários que estabelecem o protagonismo frente aos retrocessos políticos.

No Quadro 13, tem-se uma síntese do que foi apresentado até aqui; são destacados os Movimentos Sociais Urbanos (MSU) com maior expressividade, de acordo com as três tipologias definidas: Estruturais, Cidadãos e Insurgentes, nos cinco países latino-americanos do recorte.

Quadro 13 - Síntese comparativa dos movimentos sociais selecionados, em cinco países latino-americanos durante as décadas de 1990, 2000 e 2010

PAÍSES	DÉCADA 1990	DÉCADA 2000	DÉCADA 2010
BRASIL	MSU - ESTRUTURAIS Ex1: Movimento dos Estudantes- Caras Pintadas.	MSU - ESTRUTURAIS Ex1: Movimento Nacional de Luta pela moradia	MSU - ESTRUTURAIS, CIDADÃOS E INSURGENTES Ex1: Jornadas de 2013 Ex2: Mobilizações partidárias e de cunho econômico e político # Fora Dilma. #Fora Temer #Fora Bolsonaro, Tsunami da Educação.
ARGENTINA	MSU - ESTRUTURAIS Ex1: Movimento das Mulheres Agricultoras em Luta (MML) Ex2: Movimento dos Piqueteiros.	MSU - ESTRUTURAIS E INSURGENTES Ex1: Jornadas de 2001 Ex2: Assembleias de Bairros (2002-2003)	MSU - ESTRUTURAIS E INSURGENTES Ex1: Mobilizações contra violência de gênero, feminicídios e aborto (2018 - 2019). Ex2: #ForaMacron #Kirchen Ex3: Ocupação do Parque Indoamericano Ex4: Coletivos de Vizinhos contra projetos público-privados e ações do mercado imobiliário
CHILE	MSU - ESTRUTURAIS E INSURGENTES Ex1: Organização de moradores de conjuntos habitacionais reivindicando melhor qualidade construtiva. Ex2: Organização de bairros contra as ações do mercado imobiliário.	MSU - ESTRUTURAIS E INSURGENTES Ex1. Movimento Mapuche (1999) Ex2: Movimento dos Estudantes Secundaristas (2006) Ex3: Organização de bairros contra as ações do mercado imobiliário	MSU - ESTRUTURAIS E INSURGENTES Ex1: Movimento dos Estudantes Universitários (2011) Ex2: Jornadas de 2019 Ex3: Assembleias de Bairros
COLÔMBIA	MSU - ESTRUTURAIS Ex1: Movimentos agrários e de trabalhadores	MSU - ESTRUTURAIS E CIDADÃOS Ex1: Marcha Contra a FARC	MSU - ESTRUTURAIS, CIDADÃOS E INSURGENTES Ex1: Movimento dos Estudantes "Toma de Bobotá" (2011)
MÉXICO	MSU - INSURGENTES Ex1: Movimento Zapatista (1994)	MSU - INSURGENTES E ESTRUTURAIS Ex1: Mobilização OAXACA (2006) Ex2: Colectivo Bicitekas Ex3. Cooperativa Estela Ex4: Marcha do Silêncio	MSU - INSURGENTES, ESTRUTURAIS E CIDADÃOS Ex1: MPDJ - Paz (2011) e Movimento dos pais dos alunos desaparecidos (2014 - 2017) Ex2: # YoSoy132 (2012) Ex3: Moradores contra Grande Projetos Urbanos

Fonte: A autora (2022).

Os movimentos sociais mais significativos que conseguiram apresentar uma gama heterogênea de experiências de resistências nos espaços públicos urbanos, e adquiriram visibilidade nessas três décadas analisadas, são os argentinos. Segundo dados do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS, 2017), desde os anos de 1980, as organizações e ações de grupos de protestos tornaram-se uma experiência cotidiana dos argentinos nas grandes cidades: entre 1984 e 2007, foram registrados mais de um protesto por dia. A persistência desse fenômeno indica um processo crescente de legitimação do protesto como recurso para sustentar as demandas sociais.

Desde a década de 1990, com o movimento de trabalhadores desempregados/ *piqueteros*, a população apresentou estratégias inovadoras para reivindicação de

suas demandas, e que se tornaram mais potentes com a grande recessão econômica e política de 2001. O movimento dos *piqueteros* conseguiu se integrar às assembleias territoriais de bairro, e estas ações foram capazes de obter visibilidade e convocar diferentes atores sociais na escala local, em busca de alcançar respostas às demandas vinculantes.

Os movimentos adotaram outras estratégias de luta como os *cacerolazos*, avançando para lutas globais significativas como as de gênero e do aborto, apoiadas por coletivos artísticos e culturais que inovaram na maneira de ocupar e evidenciar as diversas reivindicações da população argentina. As assembleias conseguiram repolitizar os espaços (os bairros, as praças, as ruas) e as relações sociais de forma diversa, isto é, fora dos canais tradicionais de participação política e da lógica estatal.

Segundo dados da Organização Latinobarômetro Chilena, entre 1998 e 2008, a proporção de pessoas que participaram ou participariam de uma manifestação aumentou de 25% para 51%. O ano de 2005 registrou mais de 702 protestos, sendo 37% foram convocados por sindicatos; 30% organizações sócio-territoriais (*piqueteras*) e 24% organizações civis (CELS, 2017).

Os movimentos sociais argentinos evidenciaram, ao longo dessas três décadas, a capacidade de ação do protesto de colocar no espaço público as demandas dos movimentos sociais, mesmo em contexto de repressão pelas autoridades políticas. Retamozo (2011) acredita que ocorreu uma revisão dos movimentos sociais durante o Kirchnerismo, e o novo cenário hegemônico provocou um campo de oposição onde sobressaíram reivindicações de esquerda e outras neoliberais-conservadoras de direita. Incluem-se nesse contexto os movimentos camponeses e indígenas que vêm enfrentando, desde então, o avanço da monocultura da soja, bem como o movimento de assembleias de cidadãos que se opõem à instalação de megaempreendimentos imobiliários. Vidoso et al. (2016) reforçam que a experiência argentina foi pioneira quanto às manifestações de cunho civil na primeira década do século XXI.

A resistência da população argentina mostra que os protestos, piquetes, marchas, assembleias, entre outras ações coletivas realizadas no espaço público das grandes cidades fortalecem a civilidade política, a inventividade para continuar a luta e a união em prol de direitos comuns. Os atores sociais argentinos buscam estabelecer um marco legal e um conjunto de políticas e princípios que permitam o efetivo exercício de direito ao protesto (CELS, 2017).

No Chile, a grande revolução só explodiu em 2019; no Brasil, o início se deu com as Jornadas de junho de 2013. Na Colômbia, os protestos e as mobilizações são

contínuos, mas as características insurgentes começam a se consolidar apenas a partir do movimento dos estudantes, em 2011. Esses três movimentos apresentaram características de transformação cultural e social ampliadas para novos usos dos espaços públicos. No México, por sua vez, apesar do regime político autoritário do país, o movimento dos estudantes “#YoSoy132”, de 2012, também buscou legitimar uma nova perspectiva política para o país, bem como outras organizações de cunho institucionalizado.

2.2.3 Planos Urbanos em metrópoles latino-americanas: em busca da participação cidadã e do direito à cidade

O grupo dos cinco países e cidades-capitais que são investigados aqui não é homogêneo, mas passaram por momentos de urbanização e desenvolvimentismo similares, conforme demonstra a perspectiva evolutiva proposta por Gorelik (1999). Os estudos sobre as cidades latino-americanas desenvolvidos pelo autor são marcados pela discussão política e pela interdisciplinaridade dos campos científicos. Estes processos de modernização ocorreram sobretudo em virtude do protagonismo da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (CEPAL), mais efetivamente a partir dos anos de 1970 (NEGRELOS, 2017).

Gorelik (1999) divide a evolução dos processos de urbanização em três momentos. O primeiro se dá a partir do final do século XIX à década de 1930, quando ocorre a reação ao crescimento espontâneo das cidades, entendido como precursor de desordem e destruição das estruturas sociais, estabelecendo a adoção da modernização conservadora e modelos eurocêntricos.

O segundo momento corresponde ao período de 1930 a 1960, cujas ações do planejamento urbano são fundamentadas nos preceitos modernistas, aqueles voltados às referências e teorias corbusianas. Os técnicos que representavam a vanguarda da arquitetura e do urbanismo tiveram como tarefa a construção das cidades e da sociedade junto com o Estado; foi nesse período que ocorreu a busca de soluções para os problemas de moradia da população operária e daqueles de infraestrutura viária. Valorizou-se nesses anos a otimização do método-regulação como solução para o planejamento urbano, sendo o planejador visto como “orientador”, isto é, regulador do solo a partir de normas e pressupostos modernistas (DELGADILLO POLANCO, 2012; 2014). A partir da década de 1970, foram reproduzidas políticas urbanas incentivadas por agências bilaterais como o BID,

principalmente programas de melhoramentos de bairros que apresentassem grandes vulnerabilidades.

No Quadro 14 foi possível sintetizar as linhas gerais adotadas pelos modelos urbanísticos oriundos dos países do Norte Global e pelas metrópoles latino-americanas aqui definidas como objeto de estudo.

Quadro 14 - Planos de Ordenamento (1930 -1960)

METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS	ANO	PLANOS URBANOS	DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO EXECUTADAS
Buenos Aires Modelo urbanístico europeu	1932	1º Plano Regulador	1. Desenvolvido pela <i>Oficina Pública del Plan de Urbanización</i> com foco na construção de avenidas e conjuntos habitacionais para a população de baixa renda (SEGRE, 2009). 2. Setorização: a) Habitar ao Norte; b) Lazer ao Leste; c) Trabalho ao Sul e Expansão industrial e construção do aeroporto.
	1938	Plano Diretor Le Corbusier	Não saiu do papel
	1948	Estudo para Plano de BA - EPBA	Consolidação dos projetos para fins de moradia.
	1958	Plano Regulador de BA (modelo de Londres)	1. Estabeleceu três escalas: regional (100km), metropolitana (300km) e cidade. 2. Fortalecimento do crescimento norte-sul.
Bogotá Modelo urbanístico europeu	1951	Plano Piloto Le Corbusier (no papel)	1. Configuração já estabelecida em 1950: Norte bairros das elites e ao sul bairros dos trabalhadores; 2. Definição da Setorização; 3. Construção de grandes avenidas e Conjuntos Habitacionais Verticalizados para população de baixa renda na zona oeste (autoconstrução); 4. Expansão Industrial - zona leste e construção do aeroporto; 5. Processo de expansão X conurbação.
	1953	Plano Regulador	
	1961	Plano Vial	
Cidade do México Modelo urbanístico americano	1933	Plano Regulador (modelo de Chicago e Nova Iorque)	1. Início das grandes construções de infraestrutura viária e do aeroporto; 2. Setorização: zona oeste e sul bairros das elites e zona norte e leste bairros da classe trabalhadora; 3. Início do processo de expansão X conurbação; 4. Padrão de Urbanização - 03 características: ocupação horizontal, povoados indígenas, propriedade privada; 5. Totalidade do Estado (PRI - Partido Revolucionário Institucional); 6. Expansão Industrial - Zona Norte; 7. Processo de expansão X conurbação.
	1936	Lei de Planejamento e Zoneamento do Distrito Federal – DF	
	1952	Plano Regulador e Lei de Planificação do DF	
Santiago do Chile Modelo urbanístico europeu	1939	Plano Regulador (modelo de Viena)	1. Fragilidades no solo - terremotos (1939); 2. Setorização: bairros de elite localizados no leste da cidade; 3. Estruturação viária e construção de edifícios públicos representativos; 4. Estruturação da zona Industrial e construção de conjuntos habitacionais para população de baixa renda.
Curitiba Modelo urbanístico europeu	1943	Plano Urbano - Agache (modelo francês)	1. Setorização funcional: moradia, trabalho, lazer e circulação; 2. Construção de avenidas perimetrais ligando aos bairros mais adensados - Plano de Avenidas; 3. Planejamento de praças e centros administrativos; 4. Resolução dos problemas de enchentes Rio Belém e Ivo; 5. Definição do eixo principal: Rua XV de Novembro (centro da cidade). 6. Ordenamento radiocêntrico, embelezamento e melhores condições de vida.

Fonte: A autora (2022).

Ainda sobre o período de 1930-1960, tem-se o mesmo padrão urbanístico nas cinco metrópoles: i) expansão industrial; ii) fragmentação do espaço urbano em áreas setorializadas e segregação social; iii) construção de infraestrutura viária, e; iv) construção de habitações para população de baixa renda. Segundo Geraiges de Lemos (2015), as cinco cidades-capitais foram construídas e estruturadas tendo o sistema viário como valor, pois os fluxos foram progressivamente prevalecendo sobre os lugares e as paisagens; as rupturas territoriais foram definidas, e a circulação tornou-se o fator preponderante. Ao longo dos anos, a incorporação dos princípios do funcionalismo de Le Corbusier fez valorizar as questões do sistema viário, e aplicou-se o simbolismo referente às quatro funções que sustentaram as propostas urbanas do arquiteto francês: morar, trabalhar, lazer e circular.

Por fim, o terceiro momento descrito por Gorelik (1999) vai de 1960 a 1990; trata-se de um período marcado pela metropolização intensa e desigual, sendo que a modernização das cidades latino-americanas não conseguiu assimilar as normas ditadas pela cultura ocidental e a chave do desenvolvimento foi substituída pela dependência (GORELIK, 2005).

O autor descreve que durante esse período, altera-se a proposta técnica pela crítica; os técnicos objetivavam colaborar com ações populares, principalmente a partir dos anos de 1970, quando se iniciou o debate sobre a cultura da pobreza. Esse olhar foi capaz de oferecer uma alternativa global aos valores burgueses da civilização ocidental e instaurou um valor autônomo e radical, tanto assimilando elementos irreduzíveis da ruralidade em contextos metropolitanos quanto debatendo a contradição dialética interna à grande cidade.

Pradilla Cobos (2014) descarta novas alternativas socioespaciais confirmando que as metrópoles latino-americanas passam a ser organizadas, a partir dos anos de 1970, sob a ordem do capital, sendo as lutas populares reprimidas e as leis de mercado impostas. Esse é um período de grande crescimento populacional e de expansão urbana desordenada; as problemáticas quanto ao êxodo rural e aos desafios urbano-industriais emergentes se agigantaram nas cinco capitais em questão. Foi também uma fase marcada por processos ditatoriais e pelo autoritarismo do Estado em alguns países e, aproveitando-se disso, o mercado assumiu o protagonismo dos processos de planejamento urbano e o controle sobre a forma como se organiza e distribui a renda urbana.

A Sociedade Interamericana de Planejamento (SIAP) passou a ser referência no campo político e urbanístico dessa quadra histórica. E é com base nas discussões realizadas nas conferências e seminários pan-americanos, desde 1956, que os estudos urbanos coordenados por Jorge E. Hardoy e Richard Morse, difundiram diretrizes para os planos diretores das metrópoles latino-americanas. A ampla divulgação internacional da produção dos profissionais da América Latina e a realização de congressos de planejamento, realizados em importantes da região, até 1980, contribuíram com o processo de institucionalização do urbanismo (FARIA; LANER, 2015).

No Quadro 15 é possível observar uma síntese das principais diretrizes de planejamento urbano adotadas nas cinco metrópoles analisadas, mesmo quando envolvidas em regimes ditatoriais e falhas geológicas intensas.

Quadro 15 - Planos urbanos das cinco metrópoles latino-americanas (1960-1990)

METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS	ANO	PLANOS URBANOS	DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO EXECUTADAS
Buenos Aires	1966	Esquema Diretor para o ano 2000 (não executado)	1. Sofreu influência do Plano Regional de Paris, proposição de um eixo de crescimento linear no sentido NW-SE.
	1977	Sistema Metropolitano Bonaerense – SIMEB	1. SIMEB foi realizado em conjunto com empresas francesas e consultores da PNDU; 2. Definição de dois eixos: um metropolitano e outro relacionado ao eixo fluvial industrial; 3. Plano de Autopistas Urbanas: Vias expressas elevadas (projeto interrompido);
		Código de ordenamento urbano - Zoneamento Decreto Lei 8912	4. Definição de uma política de higienização urbana (1978), devido à quantidade de áreas precárias no entorno da capital; 5. Grande evento esportivo: BA foi sede da Copa do Mundo, execução de grandes investimentos urbanos.
	1984	Democracia	
	1989	Projeto 90 e Reforma do Código de ordenamento urbano - flexibilização da normativa urbanística.	1. Concurso: 20 ideias arquitetônicas e urbanas para BA (1986); 2. Criação da Comissão Nacional da Área Metropolitana - CONAMBA (1987); 3. Previsão de cinco centros direcionais cujo objetivo era levar a todas as áreas urbanas da região metropolitana os equipamentos e serviços necessários, gerando empregos próximo ao local de residência.
1990	Lei 44837/90	Estabelecimento de normativas específicas para a Villa 31 (GONZÁLEZ et al., 2013).	

(Continua)

Quadro 15 - Planos urbanos das cinco metrópoles latino-americanas (1960-1990)

METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS	ANO	PLANOS URBANOS	DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO EXECUTADAS
Bogotá	1970	Programas Integrales de Desenvolvimento Urbano	<ol style="list-style-type: none"> 1. Criação do Instituto de Desenvolvimento Urbano (IDU), 1972. Definição do novo zoneamento e de subcentros em diferentes regiões; 2. Principal Programa: <i>Desarrollo Urbano de la Zona Oriental de Bogotá</i> (PIDUZOB), financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o qual foram construídas novas vias, autopista para Medellín e bairros populares.
	1979	Plano Geral de Desenvolvimento - Acordo 7	<ol style="list-style-type: none"> 1. O objetivo do Acordo 7 (CONCEJO DE BOGOTÁ, 1979) foi impulsionar o mercado imobiliário por meio de um zoneamento focado nos interesses dos proprietários de terra privada; 2. Influência de agências bilaterais, sendo as políticas de moradia utilizadas como estratégias para reativar a economia, bem como o sistema de transporte em massa. 3. 1982-1984, segunda fase do <i>Desarrollo Urbano de la Zona Oriental de Bogotá</i> (PIDUZOB) - Ciudad Bolívar; Plano para o centro de Bogotá e implantação do Programa de <i>Mejoramiento Integral de Asentamientos Populares</i>. 4. 1986- Plano de revitalização para a área central de Bogotá: espaço público como estruturador.
	1989	Reforma Urbana	<ol style="list-style-type: none"> 1. O acordo foi elaborado pelo Departamento Administrativo de Planejamento Distrital (DAPD) com aprimoramento das questões jurídicas sobre a concepção urbanística. 2. O zoneamento foi organizado em dois níveis: 1 nível: espaços públicos, de caráter coletivo; 2 nível: diferenças entre as áreas urbanas, suburbanas e rurais e 3 nível: áreas de atividades permanentes. 3. Os procedimentos serviram para regulamentar juridicamente as relações entre os proprietários das terras, os construtores, as imobiliárias, o espaço urbano e o Estado.
	1990	Estatuto para o Ordenamento Físico do Distrito Especial - Acordo 6	
	1991	Democracia	
Santiago do Chile	1960	Plano Regulador Intercomunal de Santiago - PRIS	<ol style="list-style-type: none"> 1. O PRIS foi estruturado com base em estudos sobre as regiões metropolitanas emergentes com foco nas escalas territoriais, nos assentamentos humanos urbanos e rurais, nos modos de vida, e visando o bem comum (PAVÉS, 2009). O objetivo do plano seria regular o território com horizonte para o ano 2000, e para uma população em torno de seis milhões de habitantes. Não foi viabilizado na íntegra.
	1979	PNDU -Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	<ol style="list-style-type: none"> 2. O PNDU incentivou as novas formas privadas de produzir a cidade, com objetivo de transformar a vida econômica, política e social da população. Ocorreu a privatização da cidade e investimentos em infraestrutura de transporte de última geração, conectividade e controle dos fluxos.
	1985	Reforma da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano	<ol style="list-style-type: none"> 3. A reforma determinou que o direito de propriedade poderia se restringir em função do bem comum, sujeitou projetos imobiliários à regulação estatal e admitiu a necessidade de promover o uso intensivo do solo em regiões centrais (MATTOS, 1992).
	1985	Terremoto	<ol style="list-style-type: none"> 4. Os programas voltados à moradia popular promoveram a venda de terras muito distantes dos centros urbanos e a progressiva valorização das propriedades fundiárias (HIDALGO, 1997).
	1990	Democracia	

(Continua)

Quadro 15 - Planos urbanos das cinco metrópoles latino-americanas (1960-1990)

METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS	ANO	PLANOS URBANOS	DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO EXECUTADAS
Cidade do México - DF	1970	Lei Orgânica do DF	1. A Lei estabeleceu mecanismos de participação comunitária, que se apresentou frágil e limitada ao longo dos anos. Uma atividade de consulta que não determinava nenhum poder executivo ao cidadão comum (ZICCARDI, 1998).
	1976	Sistema Nacional de Planejamento	2. A Lei definiu ações para ordenar os assentamentos, homogeneizando a legislação e a administração urbana no país. Função: regular a cidade e conseguir um ordenamento territorial mais efetivo por meio da regulação da intensidade do uso do solo, que passou a ser o elemento central do planejamento, ou seja, o zoneamento (AGUILAR, 1987).
		Lei de Desenvolvimento Urbano do DF e de Assentamentos Humanos	
	1977	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e de estrutura viária e transporte	3. O Plano fortaleceu a expansão ao sul do território, devido às falhas geológicas e problemas ambientais no setor oeste do DF, bem como, o processo de conurbação com outros municípios. Geração de ocupação informais e incentivo de mecanismos de mecenato por parte dos representantes do governo (DUHAU, 1988).
	1978	Plano Nacional de Desenvolvimento Urbano	
	1980 1982	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano do DF e Planos Parciais	4. Objetivo: regular o crescimento da capital. Propunha três grandes zonas: a área urbana, zona de amortecimento e zona de conservação. O plano foi o primeiro vinculado à política urbana nacional (AGUILAR, 1987).
	Intervenção das políticas de Estado		
	1983	Plano de Desenvolvimento Nacional e Lei de Reforma do Desenvolvimento Urbano do DF	5. Em 1983 foi necessária a promoção da reforma legislativa municipal na cidade do México, em razão do processo de conurbação. A reforma tinha como objetivo a descentralização dos recursos e dos poderes para criar um governo local. Essa questão agravou os problemas de regulamentação e, conseqüentemente, o planejamento da Zona Metropolitana do Vale do México - ZMVM (ZICCARDI, 1998).
	1984	Programa de Reordenação Urbana e Proteção Ecológica	
	1985	Terremoto, evento de Calamidade pública	
	1985	Reforma da Lei de desenvolvimento urbano do DF com foco na habitação social.	6. Aprovação de um novo zoneamento, revisão do código de obras para melhorar a segurança das construções e dos planos parciais definindo zonas mais homogêneas e de hierarquização funcional. Cria as Zonas Especiais de Desenvolvimento Controlado - ZEDEC.
	1987	Novo Programa Diretor para o Desenvolvimento Urbano do DF	

(Continua)

Quadro 15 - Planos urbanos das cinco metrópoles latino-americanas (1960-1990)

METRÓPOLES LATINO-AMERICANAS	ANO	PLANOS URBANOS	DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO EXECUTADAS	
Curitiba	1965	Criação do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba – IPPUC	1. Concepção de crescimento linear, baseada em eixos estruturais lineares - eixos trinários, determinando a expansão urbana, nordeste-sudoeste. Planejamento definido pelo uso do solo - 15 zonas, transporte público e sistema viário. 2. Transferência da área industrial para o setor Sul da cidade (MEDEIROS, 2011). 3. Bairros mais vulneráveis não foram inseridos no Plano, sendo de responsabilidade da Companhia de Habitação do município.	
	1966	Plano Preliminar de Urbanismo - Jorge Wilhelm		
	1969	Lei.3503 - Revisão do Zoneamento		
	1971	Lei 3943 - Regulamenta o uso do solo e o sistema viário	4. Definição pelo IPPUC dos Eixos Estruturais, denominado de Trinários.	
	1972	Lei 4199 - Novo Zoneamento	5. O uso do solo passa a ser integrado aos eixos estruturais e do Sistema de Transporte Coletivo. Implantação do BRT na cidade.	
	1973	Lei Federal 12 - definição da RMC - 14 municípios		
	1974	Lei 4773 e Decreto 641 - CIC	6. Implantação da Cidade Industrial - CIC, com zoneamento próprio. 7. Aprovação do instrumento de solo criado: Transferência do potencial construtivo.	
	1975	Lei 5234 - Novo Zoneamento		
	1978	I Plano de Desenvolvimento integrado da RMC		
	1982	Lei 6.337 - preservação de imóveis de valor cultural, histórico e arquitetônico.		
	1985	Democracia		
	1985	Plano Municipal de Desenvolvimento Urbano PMDU – IPPUC	8. Expansão do modelo de crescimento linear, implantação de um novo trinário viário e o fortalecimento de sub-centros (CESTARO, 2021). 9. Construção de loteamentos populares nas áreas periféricas da cidade (SILVA, 2012). 10. Criação de nove sedes de administrações regionais.	
	1986	Descentralização dos serviços da PMC.		

Fonte: A autora (2022).

Essa síntese reforça a padronização do planejamento urbano nas cinco metrópoles latino-americanas em questão: quando foram desenvolvidos planos para os espaços das cidades, não eram consideradas relevantes as características

territoriais, socioespaciais e ambientais, ignorando também a formação de assentamentos informais e valorizando apenas as questões econômicas e desenvolvimentistas.

Ainda sobre o terceiro momento proposto por Gorelik (1999), constata-se uma tendência que também se repete nas cinco cidades de interesse em relação à expansão urbana e à definição de seus respectivos sistemas viários. O planejamento, por sua vez, objetivou o zoneamento e ocasionou uma fragmentação do espaço em duas grandes partes: áreas elitizadas e áreas marginalizadas / centrais e periféricas / formais e informais.

Ciccolella (2014) relata que os últimos trinta anos de transformações nas principais metrópoles latino-americanas resultaram no agravamento das desigualdades e da fragmentação das estruturas socioeconômica-territoriais. O autor concorda com a constatação de Dematteis (1998) de que os países da América Latina incorporaram o modelo de cidade anglo-saxão-americano, disperso, segmentado, estruturado em ilhas conectadas pelo sistema viário. Pode-se afirmar que ocorreu a difusão da tipologia suburbanização difusa, tanto de elites como de classes baixas e/ou populares.

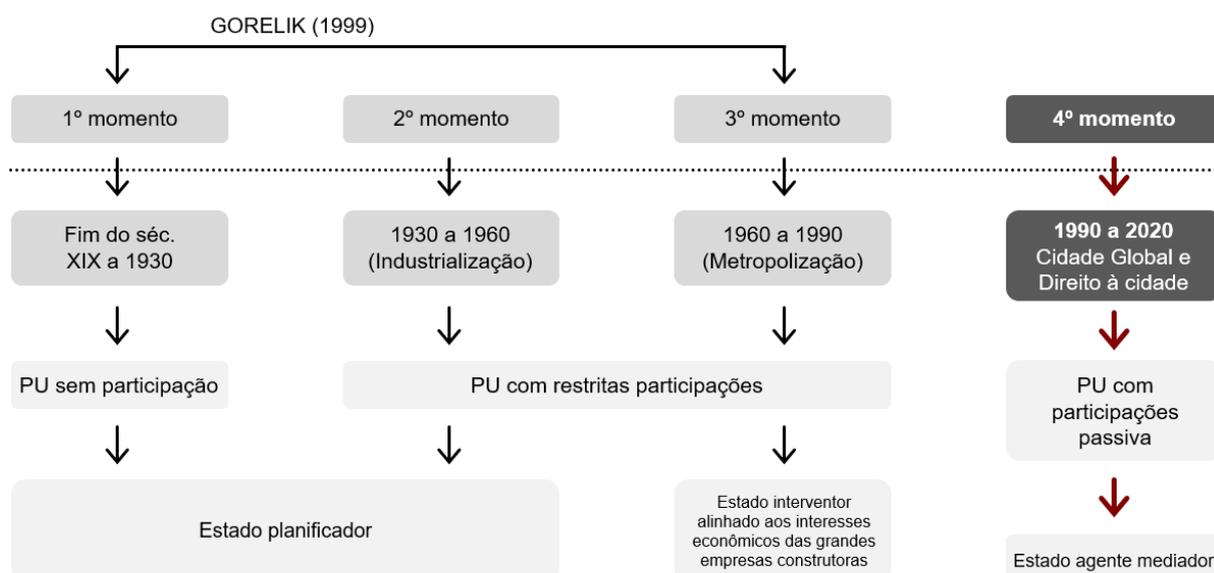
A revisão dos dois momentos – que resultam no recorte entre 1930 e 1990 – mostram que o processo de acumulação do capital, implantado pelo sistema neoliberal, impulsionou grandes transformações socioespaciais, incorporando a terra rural no processo expansão urbana, tornando necessária a intensificação da mobilidade urbana para além da escala da cidade, em direção a municípios vizinhos (PRADILLA COBOS, 2016).

Diante dessa complexa transformação urbana, a partir dos anos de 1960, segundo Lechner (1999), iniciaram-se as revoluções oriundas de grupos sociais subalternos, que, nos anos de 1980, retomam o espaço público, contestando os princípios desenvolvimentistas e buscando o fortalecimento da democracia. O processo urbano, pois, foi impulsionado por forças econômicas que foram até o final da década de 1980 em direção oposta à da democracia participativa e da inclusão social: as soluções urbanas apresentadas pelos planejadores priorizaram a estética e a regulação das funções urbanas. Nas décadas seguintes, foi introduzida a noção de planos diretores, que passaram a priorizar principalmente a funcionalidade dos sistemas viários e de transportes, a definição do parcelamento do uso e ocupação do solo, a regularização dos lotes urbanos e algumas questões ambientais.

O Estado ficou responsável pelo planejamento urbano, atuando em conformidade com as leis do mercado que desde antes operavam com grande influência. No final da década de 1980, inicia-se a perda da legitimidade do planejamento tecnocrático-normativo e dos governantes burocratas; novos caminhos passam a emergir de conflitos e movimentos sociais, exigindo a ampliação dos direitos à cidade.

Ao longo da história, reconhece-se, apesar das parcialidades dos resultados e das debilidades de muitas soluções adotadas, um esforço de constante adequação do planejamento urbano à realidade social que se impõe. Para dar continuidade nesta análise, define-se a existência de um quarto momento histórico para o planejamento urbano nestas metrópoles abrangendo as décadas de 1990 a 2020. A Figura 18 reforça a estrutura temporal adotada por esta pesquisa.

Figura 18 - Estrutura da pesquisa sobre processo de urbanização e planejamento urbano nas cinco metrópoles latino-americanas



Fonte: A autora (2022).

O quarto momento (1990 a 2020) foi marcado pela virada do século, quando o processo de metropolização se consolidou como nova economia política mundial. O espaço urbano foi palco de desencadeamento de deseconomias, de aglomeração e externalidades negativas, que passaram a repercutir no século XXI. Configurou-se uma busca por um ideário de redefinição das cidades, visando torná-las mais acessíveis e sustentáveis (GOMES et al., 2020).

Essa parte da pesquisa é fundamentada a partir de marcos legais: foi a partir dos anos de 1990 que as Constituições da maioria dos países latino-americanos foram alteradas. As novas leis deram legitimidade às políticas urbanas e à democracia, fortalecendo-as mesmo diante de novas possibilidades regulamentares, as desigualdades sociais foram aumentadas diante do sistema econômico adotado.

2.2.3.1 Modalidades de planejamento urbano: estratégico e participativo em Buenos Aires, Bogotá, Curitiba, Cidade do México e Santiago, entre 1990 e 2020

O planejamento e a gestão tecnocráticos e normativos adotados anteriormente foram questionados sobre sua legitimidade e eficácia tanto por setores do capital quanto pelos interesses da cidadania. Outras modalidades foram constituídas: uma que corresponderia mais aos interesses do capital (o planejamento estratégico), e outra que respeitaria aos interesses da sociedade (o planejamento participativo) (GANDIN, 2001).

Diante desses dois modelos de planejamento adotados nesse quarto momento, busca-se compreender também se os gestores das cinco metrópoles aqui definidas elegeram o planejamento urbano participativo como instrumento principal. As cidades-capitais em questão tornaram-se, ao longo dos anos, repletas de complexidades muitas vezes de difícil compreensão, principalmente pela predominância do capital sobre o Estado e do privado sobre o público, pelo fortalecimento do processo de globalização e pela importância dada ao marketing urbano.

Segundo Ciccolella e Mignaqui (2009), esse conjunto de políticas favoreceram a imagem construída sobre as cidades, especialmente por seu conjunto de infraestruturas e atrativos – seja em matéria de qualidade de vida ou de ambiente de negócios. Estabeleceu-se, assim, uma competição entre cidades visando atrair capital estrangeiro; o resultado foi um profundo e preocupante processo de desumanização das cidades e de gentrificação dos espaços urbanos. Os planos urbanos estratégicos tomaram o lugar dos planos tradicionais e regulamentares, e também tornaram-se elitistas e excludentes (CICCOLELLA; MIGNAQUI, 2009).

Essa tipologia de plano submeteu-se ao capital especulativo promovendo uma modernização sem a democratização do solo urbano. Surgem, nesse período,

serviços privados dirigidos às classes média e alta, e que tornaram o espaço público objeto de mercantilização. Também se propagam as construções das chamadas urbanizações fechadas ou privadas nas áreas periféricas das cidades-capitais, sendo as mais comuns delas os clubes de campo, bairros fechados e/ou condomínios e os grandes empreendimentos (shopping centres, hipermercados, sedes de empresas, hotéis de luxo, cemitérios-parque).

Uma outra forma estratégica, de conceber as cidades-capitais latino-americanas se manifestou a partir dos modelos americanos e europeus de revitalização urbana, principalmente das cidades de Nova York, Boston, Londres e Barcelona – sede das Olimpíadas, em 1992 (MATZKIN, 2006). Os projetos de renovação urbana das cidades globais foram amparados pela indústria de transformação; foram deslocadas suas unidades de produção para outras regiões afastadas, resultando em grandes áreas ociosas ou subutilizadas, a exemplo de diversas regiões portuárias. Essas cidades assistiram ao esvaziamento de antigas instalações industriais situadas em zonas relativamente privilegiadas e, por meio de projetos estratégicos, foram capazes de aumentar o potencial urbanístico e imobiliário dessas áreas (SOMEK; CAMPOS NETO, 2005).

Segundo Matzkin (2006), os mega-empreendimentos privados e os Grandes Projetos Urbanos (GPU) oriundos de parcerias público-privadas marcaram as décadas de 1990, 2000 e 2010, sendo possível citar os seguintes exemplos: o Porto Madero e os Distritos Criativos, em Buenos Aires; o Parque Terceiro Milênio, as Bibliotecas Públicas, os Centros Felicidade (CEFE), e a renovação urbana do centro histórico, em Bogotá; o Jardim Botânico, a Ópera de Arame, as Estações Tubo, as Ruas da Cidadania e a renovação urbana do bairro Rebouças, em Curitiba; os condomínios de alto luxo na região metropolitana e o vertiginoso processo de verticalização, na Comuna de Santiago do Chile; Santa Fé, o Centro Histórico e a área de *Polanco*, na Cidade do México.

Capron e Arellano (2006) denominaram esse fenômeno de “suburbanização da elite”, enquanto Ciccolella e Mignaqui (2009) chamou de “nova modernização”; Gorelik (2004) denominam de “urbanização do capital privado”, e Harvey (2005) como “empresarialismo urbano”, em que se tem o Estado como principal agente mediador, isto é, facilitador dos interesses capitalistas. Na medida em que os projetos urbanos passaram a integrar a agenda das grandes cidades no final do século, esse modelo

foi se sofisticando e a competição entre cidades ficou cada vez mais acirrada na disputa pelos investimentos voláteis no novo processo de financeirização mundial (SOMEK; CAMPOS NETO, 2005). Os autores ressaltam que os grandes projetos de renovação urbana inseridos no cenário do planejamento estratégico não resolveram os problemas dos países do Sul Global como a integração econômica, o desemprego e o combate à exclusão social.

Segundo Ultramari e Rezende (2008), o planejamento não se resume apenas ao ordenamento do solo, isto é, não pode se limitar à uma imposição de modelos de ocupação físico-territorial, ou simplesmente reduzir-se à lei de zoneamento. Foi justamente essa tentativa de imposição de estratégias e cópias de modelos derivados de países centrais que culminaram no fracasso dos Planos Diretores em países latino-americanos.

As pesquisas de autores latino-americanos auxiliaram no entendimento desses modelos de planejamento urbano nas metrópoles aqui definidas. Citam-se trabalhos como os de Ciccolella (1999; 2014; 2015), Mignaqui (2007; 2012), Canese (2013), Goicochea e Giusti (2014), Rodrigues (2017) e Zukerfeld (2020), para Buenos Aires; Ceballos Ramos e Roa (2015) Cortés Solano (2007), Quintero Galindo (2013), Velásquez (2016) e Duque-Cante (2019) para Bogotá; Firkowski (2002), Albuquerque (2007), Stroher (2014), Martins, (2019), Cestario (2021), para Curitiba; Aguilar (1987), León (2006), Valenzuela (2007), Vassalli e Sánchez (2009), Ayala (2016), Castro Martínez (2018) e Delgadillo Polanco (2020), para a Cidade do México; Sáenz e Pérez (2006), Arizaga (2013), Vicuña (2017), e Ossandon, Vicuña e Moris (2017), para Santiago.

Para melhor compreensão dos planejamentos urbanos de cada metrópole de interesse, um breve resgate histórico a partir de 1990 se mostra necessário, sendo abordadas na seguinte ordem: Buenos Aires, Bogotá, Curitiba, Cidade do México e Santiago.

Buenos Aires

O Quadro 16 resume as principais diretrizes de planejamento urbano adotadas, durante as décadas de 1990, 2000, e 2010, na Cidade de Buenos Aires (Argentina).

Quadro 16 - Planos e Projetos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na cidade de Buenos Aires e região metropolitana - Argentina

PLANOS URBANOS E PROJETOS EXECUTADOS BUENOS AIRES - CABA E RMBA	
DÉCADA DE 1990	
1991 1992	<ul style="list-style-type: none"> Planejamento Estratégico para a área portuária da cidade - Puerto Madero; Foi realizado um concurso nacional de ideais para urbanização do antigo Porto em 1991 denominado de Projeto urbano para o Puerto Madero. O objetivo inicial foi resgatar a área central de Buenos Aires e revitalizar a zona portuária. Gestão público-privado; Plano Urbano para a Área de Proteção Histórica - APH da CABA e definição do Circuito de Interesse Turístico inserindo a área de <i>La Boca</i>.
1994	<ul style="list-style-type: none"> Nova Constituição Federal.
1996	<ul style="list-style-type: none"> Nova Constituição - CABA; Formulação hierárquica dos instrumentos de planejamento e promoção do processo de participação da população. Organização de centros de gestão e participação cidadã - CGP; Plano de Pressupostos Participativos; O objetivo foi implementar um sistema de participação direta e semidireta, aberta a todos habitantes da CABA, com intuito de buscar o controle democrático da gestão pública. Estes planos não foram apoiados pelos gestores públicos (MIGNAQUI, 2012).
1998 2000	<ul style="list-style-type: none"> Lei 71 - define o Conselho do Plano Urbano Ambiental - PUA; Deu-se o início da elaboração do PUA, com o objetivo de ampliar a perspectiva para a região metropolitana de BA e equilibrar a cidade e o Corredor Sul; buscou privilegiar o uso público dos espaços como a Orla do Rio da Prata e o melhoramento dos espaços verdes existentes; O Plano não foi aprovado no ano de 2000; Lei 449 - Retificação do Código de Ordenamento Urbano e Plano de Ocupação do Solo, tornando a cidade insustentável economicamente e entregue às grandes empresas privadas (CANESE, 2013).
DÉCADA DE 2000	
2002	<ul style="list-style-type: none"> Plano dos Distritos Criativos - DC; Elaboração de um plano estratégico, que deu continuidade ao projeto de requalificação do Mercado de Peixes/bairro Barracas, atual Centro Metropolitano de Design (2001) na zona Sul; O Plano possuía duas fases: primeira de 2002 a 2006, para estudos e pequenas ações culturais estruturadoras, e a segunda de 2006 a 2010, consolidação da política de geração dos Distritos Criativos na zona Sul de CABA. Em 2003 foi criado o Observatório de Indústrias Culturais e outros Festivais que buscavam reconhecer a energia criativa de cada região da cidade. Em 2008 o primeiro Distrito Tecnológico no Parque Patricios foi entregue a população (MIGNAQUI, 2012; FONSECA 2020).
2004	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico Buenos Aires 2010; Criado pelo Conselho de Planejamento Estratégico CoPE, definido pela Constituição da CABA em 1996, com foco na integração da zona sul da CABA.
2005	<ul style="list-style-type: none"> Lei Orgânica de Comunas n. 1.777; Criação de 15 novas instituições de gestão descentralizada e Conselhos Consultivos Comunais; A Lei Orgânica das Comunas estabelece, entre as funções da Comuna, competência exclusiva no planejamento, execução e controle de obras de manutenção viária e espaços verdes; bem como poderes concorrentes com o governo central no planejamento, prestação e controle de serviços; a decisão, contratação e execução de obras públicas, projetos e planos de impacto comunitário; e na implementação de programas locais de reabilitação e desenvolvimento urbano (GOICOCHEA; GIUSTI, 2014).
2008	<ul style="list-style-type: none"> Plano Estratégico Territorial - PET para RMBA; O Plano foi direcionado à região metropolitana de Buenos Aires com objetivo de integrar a Acumar (bacia hidrográfica de Matanza-Riachuelo) para controlar as sucessivas enchentes. Não ocorreu a participação formal dos representantes dos municípios e da sociedade civil. Ocorreram discordâncias políticas na três escalas territoriais, fortalecendo a fragmentação socioespacial (BATAKIS; NARODOWSKI, 2021); O PET segue sendo revisto anualmente, sob a responsabilidade dos membros do Programa de Cidades do Centro de Implementação de Políticas Públicas para Equidade e Crescimento de Buenos Aires - CIPPEC e pelos técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID (CIPPEC, 2017).
2008	<ul style="list-style-type: none"> Revisão do Plano Urbano Ambiental - PUA; Lei 2930 - Aprovação do PUA; Revisão do Plano Distritos Econômicos (até 2017).
2009	<ul style="list-style-type: none"> Plano de Mobilidade Sustentável - Implantação do BRT e Programa de Ciclovias; Modelo Territorial Buenos Aires 2010-2060: Perspectiva de criação do Projeto Corredor Verde Oeste e Projeto do Parque Cívico - zona Sul; Lei 3343/2009 - Aprovação da urbanização da Villa 31.

(Continua)

Quadro 16 - Planos e Projetos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na cidade de Buenos Aires e região metropolitana - Argentina

PLANOS URBANOS E PROJETOS EXECUTADOS BUENOS AIRES - CABA E RMBA	
DÉCADA DE 2010	
2011	<ul style="list-style-type: none"> • BRT: Início dos projetos para implantação do Sistema de Transporte Norte e Sul - Metrobus - faixas exclusivas para ônibus; • PIU: Estruturação do Projeto Urbano Integral em 05 escalas: Metropolitana, Cidade, Comunas, UTIU (Unidade Territorial de Inclusão Urbana) e bairro. Referência ao modelo de urbanismo social implantado em Medellín - Colômbia. Criação da Secretaria do HABITAT e Inclusão para estruturação dos planos para a Comuna 8, onde se localiza a Villa 20; • Projetos de intervenção na Comuna 8: Construção do parque e da vila olímpica (1.050 apartamentos) para a realização dos Jogos Olímpicos Juvenis em 2018 e como política de habitação social (ROLDÁN, 2020).
2016	<ul style="list-style-type: none"> • Pacto com a ONU-HABITAT para implementar a Agenda 2030, os 17 ODS e a NAU; • Plano Verde: Criação de espaços públicos verdes em toda CABA; • Plano Integral de Urbanização Retiro/Porto: Requalificação de assentamentos informais - Projeto Villa 31 - Bairro 31.
2017	<ul style="list-style-type: none"> • Concurso para Bairro 31: Parque da Altura do Retiro (modelo <i>High Line</i> de Nova Iorque - EUA), objetivo de integração do bairro ao restante da cidade. Realizado pelo governo da CABA - Secretaria de Integração Social e Urbana e Universidade de Buenos Aires.
2019	<ul style="list-style-type: none"> • Concurso para o bairro San Telmo: organizada pelo LAB Ciudades- BID, com parceria com o governo de CABA e a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - AECID.

Fonte: A autora (2022).

Na década de 1990, a Argentina sofreu com uma crise econômica e grande endividamento externo, conseqüentemente os governos locais também ficaram endividados e precisaram paralisar projetos de desenvolvimento das cidades. A Capital Federal, CABA, concentrou capitais imobiliários vultuosos, destinando os negócios principalmente para a construção de bairros fechados, shopping centers, marinas, centros de logística e compras de terras urbanas nas áreas da Região Metropolitana de Buenos Aires (FERNÁNDEZ WAGNER, 2018).

A nova Constituição Federal, aprovada em 1994, introduziu um novo capítulo sobre as garantias dos cidadãos, reconhecendo seus direitos à iniciativa popular e a um ambiente saudável. Segundo Fridka (2021), uma mudança importante ocorreu com a incorporação de mecanismos de democracia semidireta por meio de iniciativa e consulta populares. O artigo 129 da Constituição apresentou, ainda, a necessidade da adoção do regime autônomo para a cidade de Buenos Aires, enquanto capital da nação.

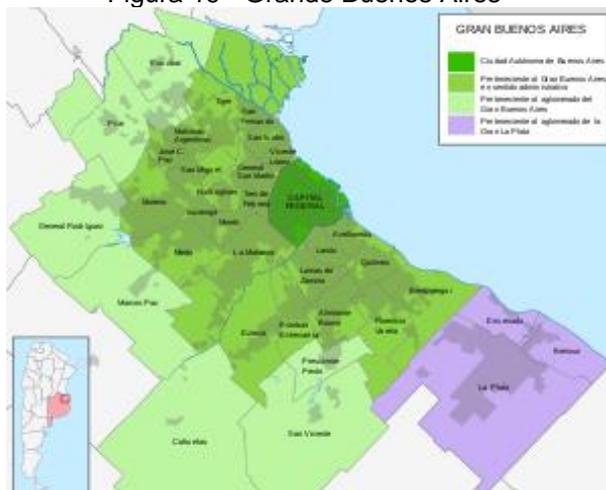
Foi em 1996, por fim, que ficou estabelecida especificamente a Constituição da Cidade Autônoma de Buenos Aires. Em seu artigo 27, estabeleceu-se o dever de o

governo desenvolver de forma indelegável uma política de planejamento e gestão do ambiente urbano integrada às políticas de desenvolvimento econômico, social e cultural, contemplando sua inserção na região metropolitana. Segundo Roca (2005), na prática foram desenvolvidos sucessivos planos urbanísticos elaborados para a CABA e a RMBA que não oportunizaram amplas transformações, mas apenas intervenções pontuais na configuração do espaço urbano, como o Projeto de Revitalização da Área Portuária do Porto Madero.

O Plano Urbano Ambiental (PUA), elaborado na década de 1990 e aprovado somente em 2008, buscou integrar visões estratégicas e participativas, mas se restringiu a atuar em elaborações e alterações da lei de uso e ocupação do solo. A relação dessas propostas com as correntes urbanísticas oriundas do Norte Global foi ainda muito expressiva, homogeneizando os espaços urbanos da cidade. Mesmo com as iniciativas institucionalizadas de participação popular, o envolvimento da sociedade nos processos decisórios dos planos e projetos urbanos não foram colocadas em prática pelos gestores públicos; a população precisou recorrer a contestações públicas para demonstrar que rejeitava a perda da genuína cultura baronense.

Como demonstrado no Quadro 16, durante a década de 1990, os espaços urbanos de CABA e da RMBA foram tomados pelos projetos privatizados. As Figuras 19 a 22 representam as diferentes escalas desses dois territórios aqui investigados.

Figura 19 - Grande Buenos Aires



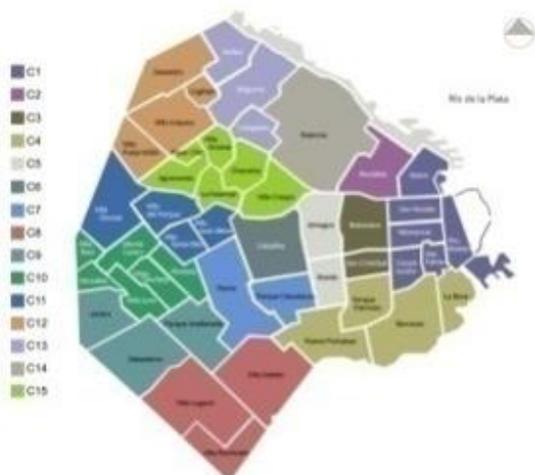
Fonte: Las Comunas... (s.d.).

Figura 20 - Região Metropolitana de BA



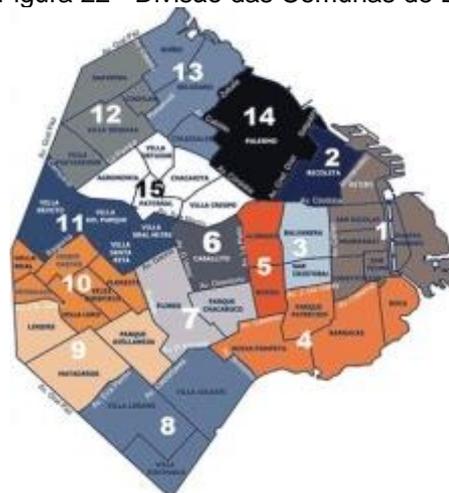
Fonte: Las Comunas... (s.d.).

Figura 21 - Cidade Autônoma de BA



Fonte: Las Comunas... (s.d.).

Figura 22 - Divisão das Comunas de BA



Fonte: Las Comunas... (s.d.).

Os empreendimentos privados foram construídos nas regiões periféricas principalmente ao norte, ocupadas pela classe alta, junto ao rio Tigre. Até o final do ano 2000, segundo Vidal-Koppman (2007), em toda a RMBA existiam mais de 400 projetos de urbanização privada. O território periférico resumiu-se em fragmentos do solo urbano, com empreendimentos imobiliários rodeados de assentamentos ilegais; essa paisagem fragmentada caracterizou profundamente a cidade durante as décadas de 1990 e 2000.

O zoneamento – Decreto Lei 8912 de 1977 (CABA, 1977) – foi várias vezes alterado para adaptar a gestão política à cidade do capital. Segundo Peri Vecslir (2019), novas centralidades foram reconfiguradas na CABA e os subcentros de RMBA foram fortalecidos; a permanência dos conceitos “centro direcional” e “cidade compacta radiocêntrica” se mantiveram face às novas configurações urbanas.

Os projetos de renovação de parte da cidade, como o Puerto Madero, adaptaram o modelo espanhol de novas centralidades, mas não propiciaram o acesso para a população de baixa renda, intensificando um cenário de exclusão social (RODRIGUEZ, 2018). CABA e RMBA tornaram-se grandes mosaicos de projetos urbanos durante as décadas de 1990 e 2000, sofrendo, segundo aponta Redondo (2020), com o esvaziamento simbólico de espaços urbanos, para posterior apresentação de novos projetos de (re)preenchimento, dando origem a políticas de renovação.

O século XXI iniciou com a grande crise econômica de 2001-2002, e com a recuperação econômica a partir de 2003; foram, então, iniciadas ou retomadas as

construções privadas que vieram acompanhadas de uma série de protestos populares, entre os anos de 2005 e 2009. A população se colocava contra a densificação dos bairros da CABA e as demolições de edifícios de valor arquitetônico (GONZÁLEZ et al., 2013). O que se viu, por fim, foram sucessivas distorções entre a cidade projetada e a cidade existente, além de uma crise de legitimidade do planejamento urbano com foco no zoneamento. O inovador projeto dos Distritos Criativos se tornou parte de uma aliança estabelecida entre o capital e a cultura para reposicionar a perspectiva econômica de modo a representar menores conflitos para o poder local (SOCOLOFF, 2017).

Quanto ao planejamento de bairros para população de baixa renda na área metropolitana de Buenos Aires, a política da habitação acabou sendo (re)estruturada pelo Estado a partir de 2004. Foi criado o programa denominado de “Melhoramento de Bairros”, o PROMEBA; seu objetivo era regularizar os assentamentos informais, a partir de recursos advindos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Junto a esse programa foram obtidas várias experiências de participação comunitária que colaboraram com a organização de associações de bairros locais (VARELA; WAGNER, 2012).

Vale ressaltar que, a partir de 2005, se deu o início o processo de descentralização da gestão urbana em unidades geográficas menores, conhecidas como Comunas, configurando os Centros de Gestão e Participação Cidadã (CGP) já instituídos pela Constituição (GOICOCHEA; GIUSTI, 2014). Esses CGPs fortaleceram a gestão de Aníbal Ibarra (2000-2006) pois permitiram a realização de diversas assembleias de vizinhança, que agrupavam moradores em escolas ou outros lugares públicos para debater quais seriam as prioridades de ação para o bairro (GHIGLIONE, 2019). Ao longo dos anos, no entanto, esses encontros foram perdendo força de articulação devido às dificuldades para implementação das ações.

Goicochea e Giusti (2014) argumenta que as CGPs e a valorização das Comunas compõem um cenário de promoção da democracia direta e de ampliação da participação da população nos processos decisórios; esse formato, institucionalizado a partir de 2005, tornou-se um modelo a ser ampliado e replicado. As Comunas contemplam, pois, órgãos colegiados de governo compostos por representantes da comunidade, eleitos diretamente pelo voto dos vizinhos: cada Comuna é formada por Chefe e Vice-chefe, além de 30 legisladores, segundo Ghiglione (2020). Salienta-se que foram criados regulamentos formais para

implementar e orientar essa participação nos Conselhos Consultivos Comunais. Ascher (2004) descreve que o quadro político participativo argentino sobre as questões urbanas se encontra alinhado às tendências globais que defendem um planejamento mais humano e reflexivo, e procura responder às múltiplas necessidades da população, recriando economias de variedade e realizando intervenções mais particularizadas.

Enquanto as Comunas desenvolveram mecanismos de participação, o Plano Urbano Ambiental (PUA) foi aprovado definitivamente apenas em 2008, estabelecendo o macrozoneamento e a ampliação dos mecanismos de participação cidadã. Os instrumentos apresentados pelo PUA, no entanto, não alcançaram um envolvimento popular de forma autêntica e eficaz, pois, de acordo com o Conselho Profissional de Arquitetura e Urbanismo (CPAU, 2013), o plano continha inconsistências em sua formulação, especialmente entre a parte operacional e sua concepção.

Mignaqui (2012) corrobora com essa versão, apontando que o PUA não apresentou metas e ações precisas no curto, médio e longo prazos, muito menos quanto aos orçamentos que seriam alocados para realização de programas e projetos. O PUA se limitou a um conjunto de propostas voluntárias, além de não incluir uma cartografia temática que apontasse essas intenções, conseqüentemente, isso não serviu para orientar os investimentos públicos ou regular a localização dos investimentos privados. Deve-se admitir que um plano que levou dezoito anos para ser aprovado e ainda assim não conseguiu alcançar seus objetivos enquanto instrumento orientador do uso e ocupação do solo só reforça o poder dos agentes privados sobre os territórios Baroense. Diante desse cenário, o processo de adensamento avançou seguindo a lógica do mercado, produzindo uma verticalização desproporcional em alguns bairros da cidade (SZAJNBERG, 2010).

A década de 2010 tem início com uma grande agitação e ocupação¹⁸ do Parque Indoamericano (Figuras 23 e 24), junto aos bairros *Sapotti* e *Lugano*, na zona Sul de Buenos Aires; 13 mil pessoas ocuparam o parque e mais de 60 mil ocuparam o edifício do Clube da *Villa Lugano*. Os atores – imigrantes peruanos, paraguaios e bolivianos (LA CIUDAD..., [2012?]) – reivindicavam por habitações ou terrenos na cidade

¹⁸ Esta tese considera que essa mobilização é uma representação da problemática que se consubstancia quando há falhas na efetividade do direito à cidade.

portenha. Zukerfeld (2020) salienta que um ano depois da ocupação, em 2011, o governo local apresentou um plano de recuperação para o parque, com a instalação de várias soluções de lazer. A questão da gentrificação dos espaços públicos em CABA acabou sendo deixada de lado diante do poder das autoridades – que além de dominarem o discurso sobre a ordem urbana, continuaram promovendo soluções higienistas e excludentes (ZUKERFELD, 2020).

Figura 23 - Parque Indoamericano, 2010



Fonte: Villa Soldati... (2018).

Figura 24 - Parque Indoamericano, 2018



Fonte: Villa Soldati... (2018).

Cravino et al. (2014) destacam que essa ocupação feita pelos imigrantes, além de ocasionar um conflito com os governos local e federal, também resultou num confronto entre os manifestantes e moradores argentinos (vizinhos daquele espaço da ocupação) – principalmente com a população da Villa 20 - Lugano, um assentamento informal já consolidado no setor sul da cidade. Esse evento gerou um policlassismo em torno de valores como propriedade, medo, consumo e segurança. A ocupação só se desfez totalmente em 2014, e o saldo não foi positivo para os manifestantes: os imigrantes não conseguiram um lugar que pudessem habitar e diminuíram a possibilidade de legitimação em uma eventual próxima ocupação. O episódio reforça o caráter excludente das políticas públicas, que segue aprofundando a segregação e a polarização em diversos setores (CRAVINO et al., 2014).

A partir do final de 2015, a Cidade Autônoma de Buenos Aires começou a ser administrada por uma nova gestão. Segundo Zapata (2021), observa-se um novo rumo da política, agora com um olhar mais voltado para os assentamentos informais. Com efeito, em 2016 deu-se início ao projeto de requalificação do assentamento Villa 31, o mais antigo da capital (ocupado desde 1930); localizado na zona norte, entre o bairro Recoleta e o Porto Madero, comporta cerca de 40 mil pessoas, de acordo com

o Censo de 2016 (GOMES et al., 2020). Os processos de participação, planejamento e gerenciamento inseridos no conjunto de projetos de reurbanização dos assentamentos informais apresentados pelo poder local mostram experiências a serem analisadas como veículo de geração de sociedades mais justas e igualitárias (GABOSI, 2021).

A questão da gestão pública e o fortalecimento da participação cidadã reaparecem nesses grandes processos de integração sócio urbana dos bairros populares, nos projetos de reurbanização da Villa 20, Villa 31, Playón de Chacarita e Rodrigo Bueno (ONS, 2021). A participação cidadã proposta funciona por meio de Mesas de Gestão Participativa (MGP), segundo a Lei n. 5705/2016, onde os encontros tratam das etapas projetuais, dos diagnósticos, elaboração, execução, controle, monitoramento e avaliação dos devidos Projetos de Integração e Requalificação dos bairros. Nesse espaço, são desenvolvidas atividades que estimulam a participação dos moradores em discussões sobre diversos assuntos e problemáticas correlatas ao local. Fazem parte desse processo os técnicos da MTGP e das Oficinas de Projeto Integral de Reurbanização (PIRU), compondo a instância central do processo de planejamento participativo. São realizadas, ainda, reuniões com as famílias locais visando a elaboração em conjunto do projeto de reordenamento da área (MOTTA et al., 2018).

Esses projetos, portanto, são orientados pelo eixo do planejamento-gestão e viabilizados por um processo participativo (MOTTA et al., 2018). A reurbanização da Villa 20 - Lugano, por exemplo, retomado a partir de 2016, resgata essa questão da participação e envolve um conjunto de instrumentos, dispositivos e espaços que, em diferentes níveis, são destinados à inclusão dos moradores e organizações locais. Atuam também profissionais de diversas áreas da administração pública, abrindo oportunidades para tomada de decisão como um exercício de direito à cidade.

Paralelamente, outros projetos estratégicos continuam em andamento, como o caso do Parque Olímpico, inaugurado no ano de 2018 para a realização dos Jogos Olímpicos Juvenis. Segundo Roldán (2020), esse projeto tornou-se catalisador de um amplo e silencioso processo em que o capital ocupou espaços marginais para transformá-los em áreas aptas para operações imobiliárias (ROLDÁN, 2020).

Essa leitura cronológica e histórica dos planos, projetos e propostas urbanas estratégicas da Cidade Autônoma de Buenos Aires permitiu reconhecer discussões voltadas à renovação urbana que endossaram ou rechaçaram as políticas públicas de

fragmentação do espaço urbano. Reconhece-se que os fluxos financeiros e empreendimentos imobiliários permanecem ditando suas regras num cenário em que predominam interesses políticos e econômicos, ora resultando na gentrificação dos espaços, ora atendendo às demandas e direitos de cidadãos comuns. Os gestores públicos potencializaram a visão estratégica a partir da perspectiva global, voltada às viabilidades financeiras que promovem os investimentos na cidade e na Região Metropolitana de Buenos Aires.

Quanto ao processo de descentralização da gestão ocorrido após a divisão das 15 Comunas, Ghiglione (2019) argumenta que se trata de uma medida que vem sendo limitada a partir da década de 2010. Explica-se: o corte de recursos definido pelo governo central vem diminuindo a autonomia financeira das instâncias de menor poder; os moradores dos bairros, insatisfeitos com essa situação, mobilizaram-se para criar um movimento que busca recuperar a autonomia das Comunas para o povo da cidade de Buenos Aires. A notícia publicada em fevereiro de 2015, retrata a indignação destes moradores:

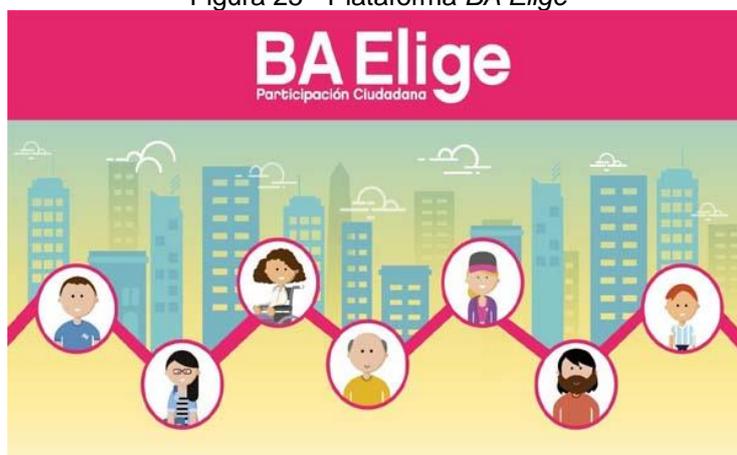
O atual governo da cidade cerceou os poderes desses espaços de democracia participativa local que são as Comunas. Pretendemos recuperar as Comunas para o povo da Cidade de Buenos Aires. Queremos que a democracia participativa estabelecida na Constituição da CABA se torne uma realidade. Construir programas participativos comunitários em diálogo com os vizinhos, realizando consultas, reuniões e assembleias comunitárias de bairro para propor, debater e gerar propostas reais e concretas em cada comunidade para a gestão comunitária 2015/18. De baixo, da diversidade, construindo consensos, apostando numa cidade construída pelos moradores e para os moradores (*MOVIMIENTO...*, 2015).

Apesar deste quadro restrito em relação aos recursos, deve-se destacar algumas iniciativas do governo central que beneficiam a população. Um exemplo que pode ser apontado é um programa voltado à primeira infância (de 3 a 10 anos), denominado de “Cidade Amiga das Crianças”, lançado em 2019. Trata-se de uma experiência apresentada pelo Observatório Internacional da Democracia Participativa (IOPD), voltada ao protagonismo das crianças; foram reunidos 656 meninos e meninas em 06 praças da cidade para discutir sobre projetos de remodelação dos parques infantis por meio de atividades de cocriação. Segundo o ODP (2020), o aspecto inovador foi a garantia de um efetivo cumprimento dos direitos de meninos e meninas de serem ouvidos e de participarem ativamente da transformação da cidade, por meio de dinâmicas lúdicas. Os espaços públicos somados ao imaginário das

crianças – protagonistas da reflexão sobre a cidade – é de grande importância para mudanças estruturais relativas à cidadania e a ideia de pertencimento.

Outro mecanismo promovido pelo governo central foi a criação da plataforma de participação digital, no ano 2017, denominado de Programa *BA Elige* (Figura 25). Ano após ano, essa plataforma digital vem reunindo um conjunto de propostas que podem ser votadas pelos moradores da cidade; as ideias vencedoras se transformam em compromisso governamental da cidade (GHIGLIONE, 2019).

Figura 25 - Plataforma *BA Elige*



Fonte: BA Elige (2022).

Alguns dos projetos vencedores do *BA Elige* incluem a implementação de Wi-Fi nas praças, aulas de ioga nos parques, dispensador de ecobags para animais de estimação e campanhas de conscientização para ciclistas de Buenos Aires. São participações individuais que se propõem a melhorar questões pontuais, mesmo se tratando de uma realidade e um contexto totalmente globalizado (GHIGLIONE, 2019).

Destaca-se que a versão inicial do programa não propunha o intercâmbio de opiniões entre os participantes, tampouco uma apresentação de ideias em formato coletivo/colaborativo. Em 2019, contudo, uma nova versão foi lançada, possibilitando que os moradores colaborem e agreguem ideias aos projetos de outros cidadãos. As propostas passaram a ser divididas nas seguintes categorias: Inovação; Educação; Cultura; Praças e Parques; Mobilidade e Trânsito; Animais de estimação; Reciclagem; Esporte e Qualidade de Vida; Feiras e Mercados; Arte Urbana e Segurança (BUENOS..., 2019).

Bogotá

Na década de 1990, a capital colombiana passou por um processo de deterioração urbana relacionada ao caos viário, poluição ambiental, deslocamento das classes abastadas para áreas periféricas e degradação do centro histórico (LUSRY-ABULATIF, 2017). Ferro (2007) confirma que, em 1994, Bogotá enfrentava grandes problemas, não só relacionados às finanças, mas também um déficit de habitações para a população de classe baixa, dificuldades para construir novas estruturas viárias e um sistema obsoleto de transporte público.

Cortés Solano (2007) também adverte sobre a crise no planejamento urbano no Distrito Bogotano; antes havia a ideia promissora da execução de plano integral, mas, a partir dos anos de 1990, passou a ser subordinada ao plano econômico, perdendo sua identidade histórica e cultural. Segundo o autor, os Planos Integrais de Desenvolvimento (PID) não passaram de estudos voltados à estruturação de instrumentos normativos sem apresentar soluções de continuidade, desde 1976 e principalmente após os Acordos 6 e 7 (1990). A Lei 9/1989, de Reforma Urbana, buscou um resultado híbrido entre esses dois acordos, tentando somá-los à lógica do mercado imobiliário, abrindo caminhos para a desregulação do sistema urbano (CORTÉS SOLANO, 2007). A recuperação econômica só aconteceu no final da década de 1990, com a integração de novas fontes de captação financeira; possibilitou-se, assim, a criação de parcerias público-privadas para dar continuidade no desenvolvimento urbano da cidade.

Santoro (2011) destaca que o planejamento urbano na Colômbia foi construído a partir de uma visão tecnicista, centrada nas questões jurídicas e na criação de marcos legais e institucionais, que parecem ter sido pensados longe do debate com a população. Reitera-se que apenas no começo da década de 1990 ocorreu a aprovação da nova Constituição Federal (1991), que veio reconhecer o município como o ente fundamental da divisão político administrativa do Estado (SANTORO, 2011). Como Bogotá é distrito-capital, ficou estabelecido, por meio do Decreto 1421 (COLÔMBIA, 1993), um tratamento diferenciado à metrópole, com o objetivo de facilitar sua gestão urbana e o desenvolvimento de planos locais para suas doze localidades (DUQUE-CANTE, 2019). Foi a partir da nova Constituição que os espaços de participação foram criados, permitindo a entrada das comunidades no cenário da gestão pública.

O Acordo 6 (CONCEJO DE BOGOTA, 1990), aprovado em 1990, buscou a integração com a Lei da Reforma Urbana, resgatando a função espacial e social do espaço público, bem como, regulamentando o zoneamento do solo para fortalecer o desenvolvimento espacial progressivo (CEBALLOS RAMOS; ROA, 2015); foi um processo de desenvolvimento centrado na construção de habitações para classe baixa. Lopez-Borbon (2018) descreve que foram os investimentos realizados pelas agências bilaterais a partir de programas de melhoramentos de bairros de origem informal que conseguiram reerguer o crescimento econômico de Bogotá. Os programas foram iniciados em 1995 e se mantiveram até os anos 2000, ampliando as visões institucionais, a participação cidadã e os recursos financeiros. Essas iniciativas, contudo, foram perdendo força ao longo dos anos seguintes devido às constantes trocas na sua gestão institucional e à falta de integração com as políticas públicas vigentes (LOPEZ-BORBON, 2018).

O Estatuto para o Ordenamento Físico do Distrito Especial de Bogotá (Acordo 6) previa corrigir as problemáticas urbanas durante dez anos; os instrumentos regulatórios, por sua vez, foram conduzidos de forma a adaptar as leis do mercado e consequentemente sofreram vários ajustes ao longo do tempo. O planejamento se reduziu a um conjunto de procedimentos e estratégias de flexibilização do zoneamento, que regulava as relações entre os proprietários da terra, produtores imobiliários e o Estado (CORTÉS SOLANO, 2007). Segundo o autor, a inovação do Acordo 6 (CONCEJO DE BOGOTÁ, 1990) estava em dar caráter coletivo ao espaço de uso público, sendo este definido como elemento estruturador do território urbano.

Essa inovação objetivava a autorregulação das leis de mercado do solo e o fortalecimento da administração pública quanto ao direito e à responsabilidade de intervir no planejamento urbano. Os direitos não seriam absorvidos pela propriedade privada, mas iriam adquirir valor por meio da “mais valia fundiária”, a partir de negociações administrativas com objetivo de equilibrar as leis de mercado.

Destaca-se a retomada da noção de direitos e deveres apresentada pela Constituição Nacional ainda de 1886; onde os direitos coletivos no campo urbanístico e ambiental, fomentaram outra visão sobre papel da propriedade e redefiniram a função social (MALDONADO, 2016). Em 1997, foi constituída a Lei Nacional n. 388, de Desenvolvimento Territorial, que adotou um novo marco legal e institucional para o planejamento urbano dos municípios colombianos. Tal lei exigia a formulação de

Planos de Ordenamento Territorial (POT) para todos os gestores públicos (SALAZAR; CASTILLO, 2001).

Destaca-se, no final da década de 1990, a eleição de Antanas Mockus (1995-1997) para a prefeitura de Bogotá, dando início a um período em que foi estabelecida a cultura cidadã – que durou até 2003 – e a execução do Plano Estratégico Bogotá 2000 (MORENO, 2014). O foco da gestão de Mockus foi a regularização das ocupações, bem como a recuperação e valorização dos espaços públicos (LUSRY-ABULATIF, 2017). Outras iniciativas como estudos para a ampliação da estrutura viária e viabilidade para o sistema de metrô também foram analisadas nesse período. Posteriormente, na gestão de Peñalosa (1998-2000), foi concebido o Sistema Transmilênio, na concepção BRT, para concretizar as ações no âmbito da mobilidade. Esses gestores seguiram as diretrizes do Plano Estratégico para construção de uma cidade de acordo com a percepção dos habitantes e para torná-la competitiva e com equidade (BARRERA, 2012).

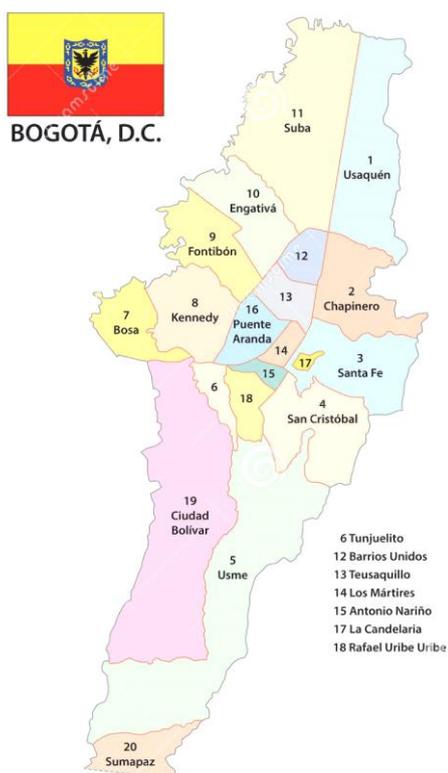
Segundo Lusry-Abulatif (2017), os gestores públicos da década de 1990 até 2007 deram sequência às ações relacionadas aos seus predecessores, fortalecendo os valores de cidadania, ética e transparência, bem como o alinhamento de práticas de gestão e de direitos da população. Barrera (2012) confirma que os prefeitos Mockus, Peñalosa e Garzón deram continuidade a um discurso direcionado ao espaço público, integrando visões estratégicas e setoriais; durante quatro gestões (1994-2008). Dessa forma foi possível criar, em sequência, mecanismos para melhorar o comportamento cidadão nos espaços comuns, para a construção de novas áreas públicas e por fim, para orientar quanto ao uso legal e produtivo destes locais.

No contexto de consolidação da cidadania e do desenvolvimento local, de acordo com as disposições da Constituição Nacional e da Carta Magna, a implementação dos projetos voltados às bibliotecas públicas, desde os anos de 1990, também fortaleceu o papel sociocultural e político do espaço público em Bogotá (JARAMILLO; ZAPATA; MONCADA, 2005). Todavia, o início do século XXI, segundo Moreno (2014), foi marcado pela violência das forças de guerrilha e paramilitares, e o deslocamento de milhões de pessoas para as periferias das grandes cidades colombianas.

O POT de Bogotá foi aprovado por meio do Decreto 190, em 2004 (BOGOTÁ, 2004), introduzindo novos conceitos para alcançar um ordenamento mais eficiente do território e limitar a expansão urbana. Incorporou, ainda, o conceito de

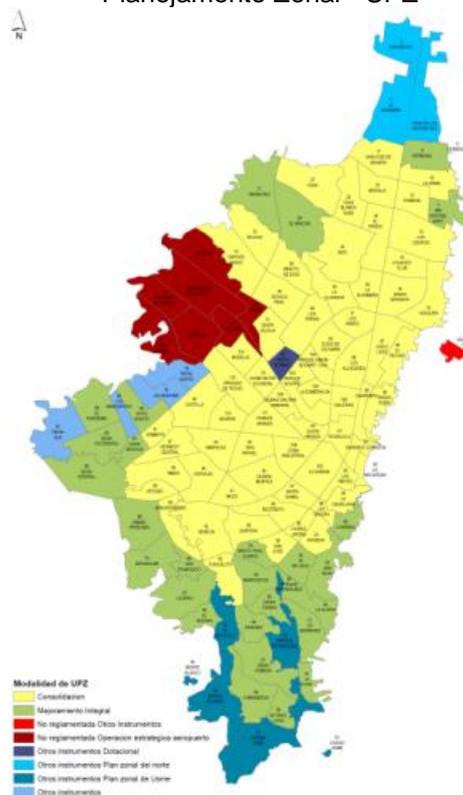
sustentabilidade e definiu o crescimento de forma mais compacta; o espaço público se manteve como elemento estruturante do urbano. Para além das 20 localidades de Bogotá, o POT estabeleceu 114 Unidades de Planejamento Zonal (UPZ) (Figuras 26 e 27) e uma série de planos, caso dos Planos Parciais (PPs), desenvolvidos mediante Unidade de Atuação Urbanística, Macroprojetos e Operações Urbanas Especiais que envolvem financiamento e gestão específicas (SANTORO, 2011).

Figura 26 - Mapa administrativo e político de Bogotá (20 Localidades)



Fonte: Bogotá (2020).

Figura 27 - 114 Unidades de Planejamento Zonal - UPZ



Fonte: Bogotá (2020).

Ferro (2007) descreve que toda obra pública ou intervenção privada deveria ser definida nos Planos e junto aos Conselhos, com prévio conhecimento e debate com a população. Contudo, segundo o autor, esse procedimento não ocorria na prática, devido ao fato de muitas obras privadas serem executadas fora das normas estabelecidas.

Os Encontros Cidadãos (EC) foram criados pelo poder público local com o objetivo de discutir com a população sobre as problemáticas urbanas, as propostas e soluções para os planos locais. Os atores que integram esses encontros são as autoridades locais, a Junta Administradora Local (JAL), o Conselho de Planejamento

Local (CPL) e a comunidade (DUQUE-CANTE, 2019). Segundo Quintero Galindo (2013), muitas vezes as estruturas propostas pelos técnicos municipais não são alteradas e ocorre um desconhecimento sobre os temas técnicos pelos cidadãos. Durante a gestão 2004-2007, foram realizadas assembleias participativas em que foi constatada a falta de credibilidade nas instituições públicas e um grande desinteresse pelas questões técnicas (QUINTERO GALINDO, 2013).

Outra definição estabelecida pelo POT foram os Planos Zonais e de Ordenamento Zonal, direcionados às áreas de expansão urbana. Citam-se os planos de Usme (2007) – pensado para gerar solo urbanizado para habitações de interesse social; do Norte (2010) – direcionado a melhorias dos equipamentos de serviço e viário da região e construção do Parque Metropolitano Torca-Guaymara (2010); do Centro (2007) – voltado à melhoria dos espaços na região central; do Aeroporto Eldorado e de Ponte Aranda. Segundo a Câmara de Comércio de Bogotá (CCB, 2010), essas propostas se constituem em zonas de oportunidades para a internacionalização e desenvolvimento de novas tecnologias.

Outra ferramenta definida pelo POT foi o desenvolvimento de planos diretores específicos como do Espaço Público (PMEP) e de Mobilidade (PMM), elaborados nos anos de 2005 e 2006, respectivamente. O PMEP define a gestão dos espaços públicos gerados pelos empreendimentos privados, bem como a questão da sustentabilidade e manutenção destas áreas em conjunto com as comunidades locais. As localidades mais beneficiadas em 2009 foram Engativá e Kennedy, com 315.165 m² e 298.596 m² de espaços públicos, respectivamente. Já o PMM definiu os corredores logísticos e as principais rotas e eixos para implantação do Transmilênio, segundo a Câmara de Comércio de Bogotá (CCB, 2010).

A organização intraurbana, definida pelo POT, partiu do conceito de centralidades de integração em três escalas: internacional-nacional, regional e urbana, que inseriu a cidade no cenário competitivo global (BEUF, 2016). O objetivo dessa macro organização foi fortalecer o eixo centro-aeroporto como uma nova estratégia em escala metropolitana, por meio da identificação de três centralidades ao longo de seu percurso: Centro-Histórico-Centro Internacional; Salitre-Zona Industrial e Aeroporto Fontibón-Eldorado-Engativá (BEUF, 2016). Constatou-se, porém, que as centralidades definidas no Plano não se ajustaram à realidade do espaço urbano, sendo necessário revisá-las na década de 2010. Segundo Suárez (2012), a primeira década do novo século foi também marcada por projetos higienistas, pela privatização

dos direitos dos cidadãos e pela procura por investimentos internacionais com objetivo de manter a imagem globalizada de Bogotá. Por mais que os gestores públicos mantivessem as diretrizes e ideologias de valorização da cultura cidadã, as estruturas neoliberais se agigantaram a nível global.

Na década de 2010, Bogotá alcançou o auge imobiliário e de parcerias público-privadas com objetivo de consolidar sua expansão urbana. O Estado estabeleceu a Lei Orgânica com as normativas de ordenamento territorial direcionadas à gestão do turismo em nível global e nacional; a partir de então o turismo passou a ser ampliado como condição econômica, impactando na organização do planejamento urbano. Diante desse cenário a gestão de Bogotá apresenta possibilidades concretas de implantação do Plano Zonal do Centro Histórico por meio de projetos de revitalização desta área da cidade, com objetivo de seguir as normativas pertinentes à Lei Federal e fortalecer a vocação turística e cultural.

Durante essa década, outra prioridade constatada foi a da continuidade na estruturação da mobilidade urbana de norte a sul, acreditando minimizar a segregação socioespacial. Houve também a formulação dos Planos de Desenvolvimento Econômico, Social, Ambiental e de Obras Públicas (2012-2016), intitulado Bogotá Humana, e do Plano Bogotá Melhor para Todos (2016-2020).

Com efeito, durante o período de 2012 a 2016, na gestão de Gustavo Petro, a evidência foi dada ao Plano Decenal de Cultura (2012-2021), considerado de grande importância para a descentralização e democratização da oferta de bens de serviços culturais (FRANCO, 2015). Em 2012, conforme aponta Franco (2015), a UNESCO reconheceu Bogotá como uma das 69 cidades do mundo que integram a Rede de Cidades Criativas, destacando-se pelos festivais gratuitos de música ao ar livre, como o “Rock no Parque”, realizado desde 1995. Em 2013, a cidade foi reconhecida pelo *World Culture Cities Forum* (WCCF) como parte da rede de cidades culturais.

Segundo Franco (2015), a articulação entre a cultura e o planejamento urbano se traduziu na (re)valorização da estrutura existente e na construção de novos espaços públicos destinados a melhorar a qualidade de vida da população e à promoção internacional da cidade. Além disso, já haviam sido construídas 04 megabibliotecas¹⁹ integradas a outros espaços públicos, como elemento articulador

¹⁹ O Centro Cultural Biblioteca Julio Mario Santodomingo, inaugurado em 2010, está localizado no bairro de Suba, setor norte da cidade; a Biblioteca Virgilio Barco Vargas, por sua vez, foi

desse modelo territorial. Como é possível perceber, nessa década, Bogotá conseguiu estar inserida em tendências globais por meio da união entre cultura, mobilidade e planejamento urbano. O caminho da cultura é uma opção apresentada pelas agências bilaterais para momentos de crise e reestruturação econômica como resposta a contextos críticos em termos de segurança e convivência, exclusão e governança; por isso, a cultura cívica, deve ser continuamente fortalecida como essência e condição de transformação das cidades.

Entre 2016 e 2020, na gestão de Peñalosa, a preocupação maior esteve focada na viabilização de uma cidade onde os cidadãos pudessem “alcançar a felicidade”. O marco dessa gestão foi justamente a construção dos Centros Felicidade (CEFES), além de espaços recreativos e culturais²⁰ em bairros do Sul da cidade como Suba e Chapinero, Santa Fé e Kennedy, San Cristóbal e Tunjuelito. Em síntese, a renovação urbana se fez a partir da construção de equipamentos públicos.

Segundo Galvis Gómez (2021), a governabilidade de Bogotá, de 1998 até 2018, acontece por meio da continuidade de um sistema de planejamento urbano, e da utilização de instrumentos considerando as potencialidades dos territórios. Na prática, a cidade contou com uma coordenação diacronicamente encadeada, com poucas rupturas na trajetória de gestão do uso do solo e utilizando estratégias de minimização da segregação socioespacial. Os gestores conseguiram configurar um modelo de cidade em que predominou a ação conjunta entre o público e o privado, a renovação urbana e a expansão da cidade de modo planejado, na perspectiva de estimular os fluxos de mercado (ARIAS SÁNCHEZ, 2018).

Quanto ao processo de planejamento participativo durante os anos de 2012 a 2016, é possível reconhecer que não demonstraram comprometimento quanto à efetiva participação cidadã, principalmente relacionado à falta de sincronia quanto aos prazos de desenvolvimento do planejamento distrital e local. Essa questão dificultou a comunicação entre os atores, bem como, aprofundou inconsistências no formato do processo decisório por meio do voto, ocorrendo desequilíbrios entre os mecanismos

construída no Parque Metropolitano Simón Bolívar, em 2001. Na zona Sul, onde vive a parcela da população de baixa renda, foram construídas outras duas bibliotecas: *El Tintal*, em 2002, próxima aos bairros Kennedy, Fontibón e Bosa; e a Biblioteca Gabriel García Marques, em 2001, no Parque *El Tunal*.

²⁰

Concursos foram abertos para a idealização e execução dessas iniciativas.

de participação utilizados nos Encontros Cidadãos (DUQUE-CANTE, 2019). De fato, segundo aponta Duque-Cante (2019), os cidadãos que participaram dos EC nessa década desconheciam a verdadeira importância do exercício de participação cidadã dentro da gestão da localidade e da cidade.

Segundo Ceballos Ramos e Roa (2015), e Grandett (2017), mesmo com os esforços institucionais e econômicos do Estado colombiano, a adoção de instrumentos de gestão do solo e as parcerias público-privadas, persistiu o cenário de crescimento desordenado e com déficit habitacional principalmente em áreas da região metropolitana, ainda não institucionalizada. A lei que regulamenta a Região Metropolitana Bogotá - Cundinamarca foi aprovada somente em 2021.

Para finalizar o entendimento sobre as ações de planejamento urbano e participação cidadã, reconhece-se que em 2016 o governo criou a plataforma digital de participação cidadã *Bogotá Abierta*. Já existia, contudo, a *Rede Bogotá Cómo Vamos*²¹, criada em 1998 por organizações da sociedade civil, da Pontifícia Universidade *Javeriana*, da Câmara de Comércio de Bogotá e do Jornal *El Tiempo*. Essa plataforma mais antiga se propõe a verificar a percepção dos cidadãos quanto à qualidade de vida na cidade.

Pesquisas realizadas em 2019 mediram a satisfação dos cidadãos sobre distintas categorias: bairro, espaço público, segurança e convivência, mobilidade, cultura e esporte, meio ambiente, participação cidadã e corresponsabilidade, governança, entre outros. No que tange o espaço público, apenas 37% dos cidadãos se sentem satisfeitos; entre moradores dos bairros ao norte da cidade – população de baixa renda – a satisfação foi maior. Quanto à mobilidade, mesmo com toda a infraestrutura empreendida nos últimos anos com o Transmilenio e atualmente com o Transmicable, os dados apontam que predominam os insatisfeitos. No que se refere à participação cidadã – temática que mais interessa para esta tese –, a maioria dos entrevistados (52%) não participou de iniciativas, organizações, espaços ou redes no ano de 2019, como mostra a Figura 28.

²¹ É uma rede idealizada por entidades privadas, iniciada em 1998 para promover a cidadania ativa, realiza programas de monitoramento e avaliação da qualidade de vida urbana. Em 1999 transformaram-se em redes que passaram a monitorar várias cidades colombianas.

Figura 28 - Dados da Pesquisa de Satisfação 2019 - Bogotá Cómo Vamos



Fonte: Bogotá Cómo Vamos (2019).

A participação cidadã foi uma temática incorporada na gestão de Mockus e se manteve durante as demais gestões; na década de 2010, foram apenas planos repletos de “boas intenções”. De 2012 a 2016, na gestão Petro, a “Bogotá Humana” buscou novamente o fortalecimento da participação cidadã e o exercício da cidadania ativa nos espaços públicos em nível micro territorial (VELÁSQUEZ, 2016). Nesse sentido, destaca-se a definição de 172 microterritórios urbanos e 14 rurais com base em critérios técnicos cartográficos e socioespaciais para viabilizar o projeto voltado às demandas sociais; a proposta que romperia com o modelo institucional, no entanto, acabou perdendo força durante a gestão. A chave para o sucesso, de acordo com as percepções analíticas de Velásquez (2016), deveria estar na articulação entre a oferta estatal e iniciativa cidadã, independentemente da lógica dominante ser a institucionalização ou a mobilização. O importante seria buscar o equilíbrio entre a vontade política de democratizar a gestão pública e a capacidade de participação cidadã, pois a combinação entre essas duas lógicas se tornaria um contrapeso permanente às decisões das elites dominantes. O equilíbrio poderia ser alcançado por meio de instituições participativas consolidadas ou processos de mobilização cidadã que diretamente atuam como poder soberano na tomada de decisões. Atualmente, em Bogotá, ocorre o dualismo quase maniqueísta entre institucionalização e mobilização (VELÁSQUEZ, 2016).

Quanto à plataforma criada pelo governo em 2016, a *Bogotá Abierta* (Figura 29), trata-se de um novo canal de participação cidadã sob responsabilidade do Instituto Distrital de Participação e Ação Comunitária (IDPAC). O mecanismo teve um

papel decisivo no diagnóstico do POT 2022-2035 integrado ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Figura 29 - Plataforma Bogotá Abierta



Fonte: Bogotá Abierta (2022).

No Quadro 17, visualizam-se as principais diretrizes de planejamento urbano adotadas em Bogotá - Colômbia, de 1990 a 2020.

Quadro 17 - Planos e Projetos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na cidade de Bogotá e região metropolitana - Colômbia

PLANOS URBANOS E PROJETOS EXECUTADOS BOGOTÁ	
DÉCADA DE 1990	
1990	• Acordo 6 - Estatuto para o ordenamento físico do Distrito Especial de Bogotá.
1994	• Lei 159 - Lei do Plano Integral de Desenvolvimento - PID - Lei Orgânica.
1995	• Acordo 25 - Previa a contribuição de valorização por benefício relacionado às construções de imóveis, de acordo com a localização.
1997	• Lei Nacional 388: Lei de desenvolvimento territorial, definindo que todos os municípios devem formular seus Planos de Ordenamento Territorial - POT; • Plano Estratégico Bogotá 2000: Finalização do documento iniciado em 1994. Primeira experiência de planejamento estratégico inspirado no modelo de Barcelona.
1998	• Estudos Urbanos: Concepção do sistema de transporte público - BRT - Transmilenio; • Acordo 5: Criação da Metrovivienda: órgão governamental voltado à construção de habitações de interesse social; • Rede Cómo Vamos Bogotá: lançamento de uma rede idealizada por entidades privadas para realizar programas de avaliação e monitoramento da vida urbana e promover a cidadania ativa. Anos depois se expandiu para outras cidades colombianas e em 2013 ocorreu a criação da Rede Colombiana de Cidades Cómo Vamos - RCCCW.
1999	• Acordo 33: Constituição da Empresa de Renovação Urbana

(Continua)

Quadro 17 - Planos e Projetos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na cidade de Bogotá e região metropolitana - Colômbia

PLANOS URBANOS E PROJETOS EXECUTADOS BOGOTÁ	
DÉCADA DE 2000	
2000	<ul style="list-style-type: none"> Decreto 619: Definição das Políticas de Renovação Urbana - Parque Terceiro Milênio (remoção massiva de indigentes sob a justificativa da recuperação do espaço público (SUÁREZ, 2012); Acordo 13 - Regulamenta a participação cidadã nos Encontros Cidadãos - EC.
2003	<ul style="list-style-type: none"> Acordo 118 - Atualiza o Acordo 25 e limita o direito de propriedade privada e define a arrecadação de mais valias fundiárias urbanas e da repartição equitativa de cargas e benefícios pelo uso do solo; Política Nacional de Transporte Urbano e Massivo.
2004	<ul style="list-style-type: none"> Decreto 190 - POT: Aprovação do Plano de Ordenamento Territorial para os próximos 12 anos, onde deveriam ser definidos os planos locais (20 localidades), mestres (infraestrutura e orçamentos), planos regionais e planos setoriais como: moradia, mobilidade, serviços públicos, educação, etc.
2005	<ul style="list-style-type: none"> Acordo 180 - Revisão da contribuição de valorização dos imóveis por benefício local; Decreto 215: Plano Diretor do Espaço Público - PMEP com objetivo de criar e consolidar 20 redes de gestão social do espaço público (2005-2007) e 60 redes (2008-2010) das 20 localidades e nas 114 unidades de planejamento por zonas. As primeiras redes estabelecidas foram na Cidade Bolívar (área periférica da cidade, ocupada pela população de baixa renda); Programa de participação no desenho e construção e manutenção do espaço público.
2006	<ul style="list-style-type: none"> Acordo 257 - Estabelece um desenho de um sistema de pressupostos participativos; Ocorreu a criação de Encontros Cidadãos; Comissão Intersectorial de Participação e os Espaços Cívicos, para integrar as ações de planejamento participativo; Plano Diretor de Mobilidade de Bogotá - PMM - definiu o Sistema Integrado de Transporte Público - SITP como o sistema de transporte público; Projeto de Renovação Urbana: Cidade Saúde integrado ao edifício-Hospital San Juan de Dios que seria restaurado.
2007	<ul style="list-style-type: none"> Realização de Planos Zonais: Centro, Usme e Norte; Plano Diretor de Equipamentos Culturais – PLAMEC.
DÉCADA DE 2010	
2011	<ul style="list-style-type: none"> Lei 1454 - Lei Orgânica de Ordenamento Territorial - LOOT, define competências em matéria de ordenamento territorial entre a Nação e os entes territoriais e as áreas metropolitanas e estabelece as normas gerais de ordenamento do território vinculadas às diretrizes nacionais e de gestão do turismo em nível global e nacional.
2013	<ul style="list-style-type: none"> Decreto 313: Alteração do POT com objetivo de eliminar a zonificação como princípio de adaptar a cidade às novas práticas sociais, às mudanças climáticas e aumento da arrecadação de mais valias fundiárias urbanas. Foi suspenso.
2015	<ul style="list-style-type: none"> Lei 1757 - Estatuto Nacional de participação democrática da Colômbia, onde as entidades locais deveriam formular um plano institucional anual para promover a participação cidadã; Decreto 563 - Protocolo de atuação para as mobilizações sociais em Bogotá - As mobilizações e os protestos sociais são expressões legítimas da cidadania, um exercício de projeto democrático.
2016	<ul style="list-style-type: none"> Reinício do Programa de Melhoramento de Bairro informais com objetivo de legalizar 69 bairros; Retomada da Reestruturação de parques metropolitanos e vicinais.
2017	<ul style="list-style-type: none"> Início da execução do Plano Especial de Manejo do Centro Histórico com a consolidação das seguintes iniciativas: Cinemateca, Museu, Galeria Santa Fé (centro cultural), Parque Terceiro Milênio (atividades esportivas), e Projeto Bronx - Distrito Criativo.
2018	<ul style="list-style-type: none"> Início das operações do <i>Transmicable</i> - Ciudad Bolívar.
2019	<ul style="list-style-type: none"> Ordenamento territorial: Aprovação de planos parciais com iniciativa público-privada: 1) Fábrica Bavaria - Cidade Kennedy (Público); 2) Tintalito Mazuera Oriental e Ocidental - Cidade Kennedy (Privado); 3) Cidade do Salle - Usaquén (Privado); 4) El Chaco - Fontibón (Privado); 5) La Arboleda - San Cristóbal (Privado) e 6) El Bosque - Suba (Privado); Reapresentação do POT para aprovação nos devidos Conselhos - inclusão da relação de Bogotá com os municípios vizinhos; Outros: 1) Discussão da proposta para criação da Região Metropolitana; 2) Assinatura do contrato para construção da primeira linha de metrô; 3) Previsão para construção do Centro Administrativo Distrital; 4) Finalização da construção de 03 Centros Felicidade; 5) Formulação de Política Pública para o transporte em bicicletas; 6) Aprovação da política pública de cultura cidadã; 7) Aprovação e Implementação da política de Direitos Humanos;

Fonte: A autora (2022).

Curitiba

No Brasil, a crise econômica assolou o país na década de 1990 e retraiu os investimentos em planejamento urbano. Antunes (2001) descreve que a economia brasileira estava em um momento delicado, com alta inflação, péssima distribuição de renda e uma enorme dívida externa. A eleição do presidente Fernando Collor significou uma abertura comercial e financeira para que o país montasse a estrutura institucional para o pleno funcionamento do sistema neoliberal, tal como em outros países latino-americanos.

Dantas (1997) relata que a partir dessa década estava sendo construído um novo padrão de planejamento das cidades, denominado de “planejamento por negociações”, comprometido com o estabelecimento de parcerias entre os atores públicos e privados. A autora destaca o rompimento do padrão universalista de intervenção sobre o urbano, deixando de lado a regulação que se impunha de forma universal e impessoal sobre a sociedade; a norma tornou-se flexível e negociável para atender os parceiros da iniciativa privada. Acabam sendo descartados princípios de equidade, impessoalidade e universalismo, valores que sempre legitimam a intervenção pública (DANTAS, 1997).

Diante desse contexto de incertezas e imprevisibilidades, a Constituição Federal aprovada em 1988 apontou uma nova maneira de governança urbana, apresentando um capítulo sobre Política Urbana, composta por seus artigos 182 e 183. O primeiro dispõe sobre a política de desenvolvimento urbano por meio do Plano Diretor, a ser executado pelo poder público municipal para ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. O outro artigo trata da possibilidade de usucapião, que facilita a regularização de posse sobre imóveis ocupados. A partir da promulgação da Constituição, os municípios passaram a ter mais responsabilidades, ampliando seu poder e autonomia, e criando possibilidades de atuação na escala local. Iniciou-se também um processo de abertura institucional à participação social, seja em espaços como Conselhos e Fóruns, seja em políticas públicas que se estenderam ao longo dos anos 2000, dando forma a uma trajetória institucional de caráter participativo.

Segundo Arretche (1996), o processo de descentralização objetivou tornar os municípios autônomos por meio de dotação tributária para que pudessem arcar com políticas sociais. O autor esclarece que a participação social local seria condicionante para que se legitimasse o funcionamento dessa autonomia; dentre as novas

demandas estaria a promoção do adequado ordenamento territorial através do planejamento e controle do uso do solo. Harvey (1989) previa que, com o fortalecimento dos processos globais, os governos locais deveriam assumir o protagonismo frente ao desenvolvimento capitalista, tanto por meio da potencialização dos investimentos empresariais existentes e quanto pela atração de novos investimentos.

De acordo Stroher (2014), na capital paranaense a situação não foi diferente, pois a partir da década de 1990 ocorreu uma nova onda de investimentos na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), principalmente no setor automobilístico – fruto da reestruturação produtiva territorial do capitalismo em curso. As transformações em decorrência da instalação desses novos empreendimentos, aliadas à contração dos investimentos públicos para infraestrutura urbana e habitação, fomentaram diversos conflitos socioambientais na metrópole, que colocaram em xeque o discurso hegemônico sobre Curitiba. Firkowski (2002) descreve que os setores de serviço e comércio mais complexos e sofisticados – shopping centers, redes de hotéis, hipermercados, dentre outros – intensificaram-se com a instalação das montadoras e devido ao mercado constituído pelo fluxo de executivos e profissionais especializados.

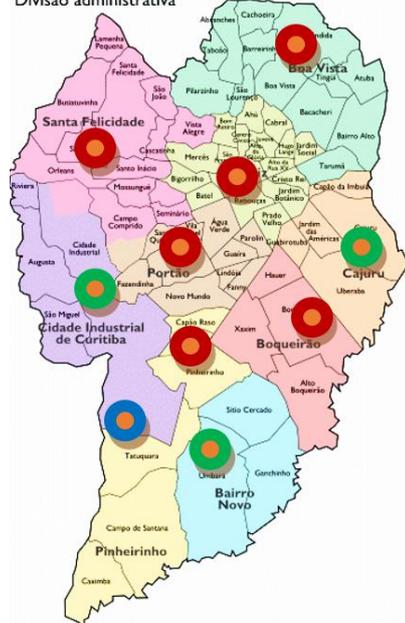
Curitiba, para se tornar uma cidade mais competitiva e atrair os capitais internacionais, utilizou-se de estratégia de *city marketing* e da criação de propagandas a partir de espaços urbanísticos. Nessa década foi reconhecida como Capital Ecológica devido à construção dos parques urbanos, inicialmente construídos como reguladores de vazão e amortecedores de cheias com objetivo de evitar enchentes na região central da cidade (MARTINS, 2019). Ressalta-se que os parques Barigui e São Lourenço, datam de 1972 e já eram estruturas urbanas existentes, e o Bosque João Paulo II, de 1980, foi construído para homenagear a colônia polonesa; os demais parques foram instaurados durante a década de 1990²². Segundo Castelnou (2006), a estratégia de intervenções pontuais no espaço urbano foi mais comum do que planos gerais e abrangentes. O intuito de melhorar a imagem da cidade era executado em diversas ações fragmentadas, mas acabou incrementando a economia local, o

²² O Parque do Passaúna, localizado na região Sul, foi construído para fortalecer o sistema de abastecimento de água do município em 1991, sendo incorporado ao bojo de equipamentos mercadológicos junto ao Jardim Botânico. O Parque das Pedreiras, onde se encontra a Ópera de Arame, foi construído em 1992 e ajudou a fortalecer a imagem da cidade como Capital Ecológica junto com os Parques Tingui, de 1994, e Tanguá, em 1996.

desenvolvimento do turismo e a atração de investimentos (CASTELNOU, 2006). Outro equipamento de grande relevância construído para fortalecer a imagem ecológica foi a Universidade Livre do Meio Ambiente (UNILIVRE), fundada em 1991, com o propósito de disseminar conhecimentos ambientais.

Foi na gestão do prefeito Rafael Greca (1993-1996) que a questão ambiental se associou mais profundamente à cultura; os parques tornaram-se espaços para manifestações culturais, eventos étnicos, folclóricos e religiosos, promovendo a cidade também no cenário turístico (MARTINS, 2019). Durante essa gestão também se materializou a descentralização política e administrativa por meio das Ruas da Cidadania (Figura 30) nas nove regionais do município (Figura 31).

Figura 30 - Primeiras Ruas da Cidadania em bairros periféricos do município²³
Divisão administrativa



Fonte: IPPUC (2020b).

Figura 31 - Divisão Administrativa de Curitiba (9 regionais)



Fonte: IPPUC (2020b).

Essas Administrações Regionais permitem até hoje uma atuação intersetorial alinhada às diretrizes traçadas pelo município, mantendo a capacidade gestora para solucionar demandas e propor avanços voltados à melhoria da qualidade de vida da

²³

As marcações em verde indicam que as Ruas da Cidadania bairro Novo, Cajuru e CIC foram construídas na década de 2000 e 2010. A marcação azul indica a criação da 10ª Regional Tatuquara, em 2013, agregando os bairros: Tatuquara, Caximba e Campo de Santana, sendo uma região de grande adensamento de população de baixa renda. Um terminal de transporte foi inaugurado em junho de 2021, integrando as obras do bairro Novo Caximba, desenvolvidas pelo IPPUC e pela Companhia de Habitação de Curitiba (COHAB).

população contando ainda, com a sua efetiva participação. Esses equipamentos foram conectados pela Rede Integrada de Transporte Público (RIT), que também contemplou áreas de transferências para os municípios vizinhos, bem como, áreas de esporte, lazer e cultura para os moradores dos bairros. As Ruas da Cidadania, nessa década, foram construídas em áreas periféricas da cidade com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da região; a primeira foi construída no bairro Boqueirão, em 1995, e outras quatro estão localizadas nos bairros Portão, Santa Felicidade, Fazendinha e Pinheirinho, desde 1996. A Matriz, no centro da cidade, e a do bairro Boa Vista foram inauguradas em 1997, sempre com o objetivo de democratizar o acesso aos serviços e às informações, e de encurtar distâncias entre governo e comunidade (CURITIBA, 1996).

Quanto à imagem de Capital Tecnológica, segundo Meiners e Firkowski (2019), destaca-se a produção de inovações como o Parque do Software, idealizado na Cidade Industrial de Curitiba em 1996, e o Tecnoparque (FIEP, LACTEC, PUCPR, UFPR, UTFPR), implantado no eixo estrutural da Av. Marechal Floriano Peixoto em 2007. Atualmente foi instaurado também o Vale do Pinhão, em 2017, localizado no bairro Rebouças.

Considera-se que essa década representou o período de maior fortalecimento da imagem de Curitiba, mantendo-se até hoje em discursos de diversos setores (políticos, turísticos, gerenciais, urbanos, sociais etc.). O icônico modelo de mobilidade urbana, promovido amplamente pelo design das estações tubos, foi implantado em 1991 e reforçou o *marketing* da “cidade modelo”; as estações com características futuristas foram pensadas para otimizar o embarque e desembarque dos usuários, bem como, a integração e o acesso às outras linhas de ônibus.

O Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) continuou elaborando e aprovando normativas reguladoras, instituídas pelas Leis 7.420/1990 e 7.841/1991, e pelo Decreto 380/1993 (CURITIBA, 1993). O objetivo era empregar mecanismos como de Transferência do Potencial Construtivo (TCP) vinculados a parcerias público-privadas e o instrumento de outorga onerosa pelo direito de construir – os pagamentos, em contrapartida, seriam destinados à implantação de programas habitacionais de interesse social (STROHER, 2014).

A dinâmica do mercado imobiliário foi muito intensa da década de 1990, incluindo alterações no zoneamento, para incluir a Zona Nova Curitiba, em 1994, a partir dos eixos de estrutura viária (ligando o centro da cidade a porção oeste), sendo

denominada de Ecoville (SILVA; CARVALHO, 2013). No fim, essa zona acabou sendo destinada à construção de empreendimentos verticalizados para a classe alta, tornando-se uma das regiões mais nobres da cidade.

Segundo Stroher (2014), foi também um período de grandes transformações econômicas em Curitiba, acentuando-se um quadro de contradições sociais. Na “cidade modelo” dos parques urbanos e centros tecnológicos emergiram inúmeras ocupações irregulares em áreas periféricas e da Região Metropolitana de Curitiba – fenômeno característico da urbanização em metrópoles latino-americanas. Apesar disso, Albuquerque (2007) entende que a consolidação e perpetuação do discurso de cidade ecológica ou tecnológica, tanto pela elite dominante quanto pelo grupo político da época, evitou que Curitiba tivesse sua imagem diretamente vinculada ao padrão de crescimento desigual, como ocorreu com outras cidades brasileiras.

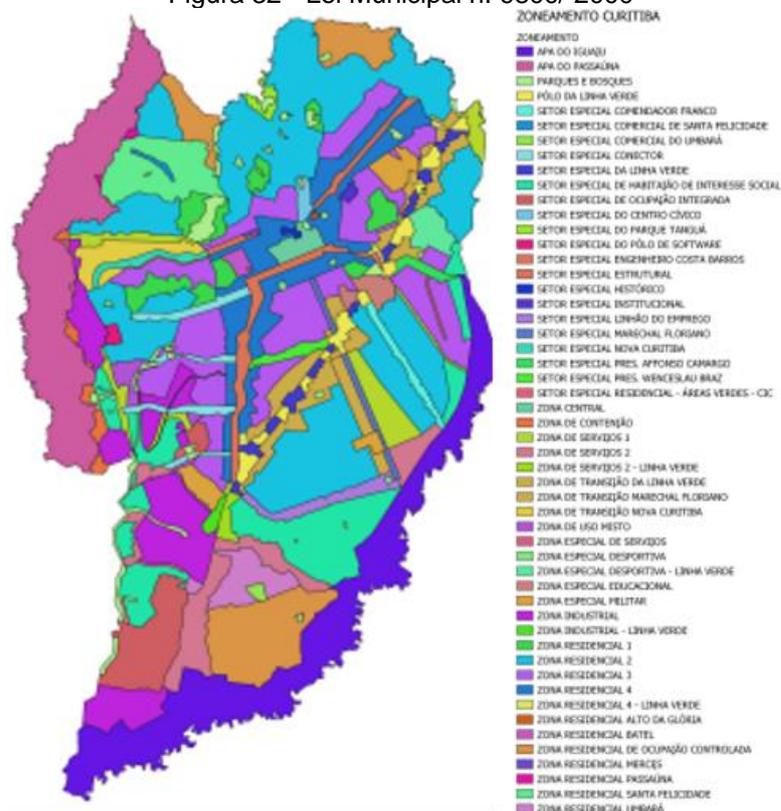
No início do século XXI, em 2001, o Governo Federal aprovou o Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257), com o intuito de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal. A nova lei contemplava 58 artigos distribuídos em cinco capítulos, reforçando a tendência da diminuição ao discurso desenvolvimentista e reduzindo o papel do Estado Nacional na determinação da política urbana no território brasileiro. O Estatuto da Cidade trouxe a descrição dos instrumentos urbanísticos que normatizam o uso e ocupação do solo, fortaleceu a importância da participação do cidadão nos processos decisórios sobre o futuro da cidade, e ampliou as possibilidades de regularização das posses urbanas (ROLNIK, 2003).

Essa década foi considerada por alguns autores como “social-desenvolvimentista” devido à regulamentação de leis e criação de programas nacionais voltados a romper com o padrão espacial seletivo de intervenção territorial brasileiro. A realidade mostrou distorções na elaboração e execução de Planos Diretores, bem como na aplicabilidade dos instrumentos. Rolnik e Klink (2011) comenta sobre a ocorrência de planos desconectados da realidade dos municípios em que muitos não viabilizaram ou priorizaram a função social da propriedade.

No começo dos anos 2000, Curitiba consolida o discurso de “cidade modelo” e aprova a nova lei de zoneamento (Lei Municipal n. 9800), que ordenou o município em nove zonas (Figura 32). Posteriormente, o Plano Massa (Decreto n. 190 – CURITIBA, 2000) e o Plano Diretor do município (Lei n. 11.266/2004) fortaleceram as diretrizes fundamentadas nos eixos estruturais de transporte público. Destaca-se

também o Plano Integrador dos Municípios da Região Metropolitana de Curitiba (PDI da RMC) desenvolvido pela COMEC.

Figura 32 - Lei Municipal n. 9800/ 2000



Fonte: IPPUC (2020a).

A nova lei de zoneamento, segundo Stroher (2014), passou a ser utilizada com o intuito de proteção ambiental e preservação do patrimônio natural. Ademais, a lei seguiu as diretrizes do Plano Massa definindo os setores especiais estruturais (SE) e estabeleceu os eixos de crescimento da cidade a partir do sistema trinário de circulação e do transporte coletivo.

A revisão do Plano Diretor de 1966 se concretizou em 2004, incorporando os instrumentos jurídicos trazidos pela Lei Federal do Estatuto da Cidade, conforme descreve Cestaro (2021). Durante o processo de revisão, predominou o discurso do planejamento enquanto questão técnica, restrita a um seleto círculo de especialistas e ao próprio quadro de servidores técnicos municipais. O período de discussão sobre o plano levou à instituição de dois novos eixos estruturais: centro-aeroporto (ligação do bairro Boqueirão ao município de São José dos Pinhais); e BR-116, denominado de Eixo Metropolitano – marco do retorno dos grandes projetos urbanos (STROHER, 2014).

Quanto ao processo participativo da Revisão do Plano Diretor, as questões centrais estavam relacionadas à descentralização da cidade, ao uso dos transportes coletivos e à verticalização da cidade (CURITIBA, 2015). A participação da população ocorreu em 8 audiências públicas realizadas nos meses de outubro e novembro de 2003 (MARTINS, 2015). As reuniões foram realizadas nas Ruas da Cidadania das Administrações Regionais, junto ao SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção Civil do Paraná) e às universidades do município. Os dados sobre esses encontros compõem os documentos oficiais do IPPUC (2004), e contabilizam um total de 1.463 participantes e 142 sugestões para serem incorporadas ao Plano (CESTARO, 2021).

Quanto à Região Metropolitana de Curitiba (RMC), destaca-se que o II Plano Plano Integrador dos Municípios (PDI) abordou mais detalhadamente as particularidades das 26 cidades que pertencem à região e a relação direta da capital com as 14 cidades pertencentes ao Núcleo Urbano Central (NUC). Outra questão apontada por Pereira e Silva (2009) foi o agravamento da periferização, materializada pelo processo de expansão urbana para além dos limites territoriais da capital.

De acordo com a pesquisa de Stroher (2014), as propostas de planejamento urbano de Curitiba foram conflitantes com a escala metropolitana. Explica-se: o PDI da RMC apresentou diretrizes de ordenamento territorial que propunham a expansão urbana no sentido sudeste-sudoeste (Fazenda Rio Grande). Já no âmbito da expansão industrial, o plano indicou o novo trecho do Contorno Leste (via expressa ligando a zona sul – Cidade Industrial à rodovia BR-376, ao município de São José dos Pinhais). Não houve, assim, a integração da proposta do Eixo Metropolitano, denominado também de Sexto Eixo Estrutural, conforme definido anteriormente pelo Plano Diretor.

Mais tarde, na década de 2010, tem-se a aprovação da Lei 13.909/2011, criando a Linha Verde – ligação norte-sul –, Operação Urbana Consorciada (OUC) que propôs mudanças no uso e na paisagem da BR 116 (projeto ainda em execução). Segundo Silva (2018), esse Grande Projeto Urbano (GPU) visava transformar o novo eixo estrutural, semelhantemente aos demais eixos estruturantes da cidade, ou seja, seguindo o princípio de planejamento que une uso do solo (diversificação de usos, priorizando o residencial, e adensamento), transporte coletivo (BRT) e sistema viário (implantação de canaleta e vias para automóveis). Um zoneamento específico foi

definido para o entorno deste grande eixo para fortalecer os usos comerciais, de serviço e habitacionais.

O IPPUC (2012) descreve que esse novo eixo, com 22 km de extensão e que corta 22 bairros, significou outras possibilidades de adensamento, visto que os municípios da Região Metropolitana de Curitiba apresentam fragilidades ambientais, que limitam a ocupação urbana. Stroher (2014) se contrapõe quanto à criação desse eixo estruturais; para a pesquisadora, esses eixos além de não alterarem a situação da ocupação irregular de áreas com vulnerabilidades ambientais nos municípios de Pinhais e Piraquara, também não compreenderam diretrizes para a promoção de equilíbrio social. Silva (2018) complementa que as grandes decisões relacionadas aos investimentos foram tomadas em campos de disputa distantes da participação social, isso revela, portanto, que esse projeto não contou com a participação do órgão responsável pela gestão metropolitana (COMEC), muito menos dos gestores dos municípios vizinhos e da população que habita esse espaço.

Quanto ao Plano Diretor (PD) propriamente dito, sabe-se que a legislação prevê sua revisão a cada dez anos, tendo sido iniciado esse processo em 2013. Cestaro (2021) descreve que a revisão foi iniciada junto à 5ª Conferência da Cidade de Curitiba (COMCuritiba), encontro em que foram realizados debates sobre “A Cidade que Queremos” e a eleição de conselheiros que deveriam acompanhar o desenvolvimento do Plano junto ao IPPUC. No início de 2014 foi realizada a 1ª Audiência Pública de Revisão do PD, seguida de outras reuniões junto às Unidades Administrativas – 9 Regionais e Ruas da Cidadania. Também foram colocados em prática outros eventos e estratégias, como oficinas e consultas populares, plenária expandida do ConCitiba e acesso à página eletrônica da prefeitura; ademais, outras audiências realizadas junto à Câmara Municipal permitiram a participação da população (CESTARO, 2021). Apesar disso, reconhece-se que o número de participantes não foi expressivo, nem entre os funcionários públicos, tampouco entre representantes de movimentos sociais²⁴. Embora a população tivesse o costume de participar de reuniões desse tipo

²⁴ Em novembro de 2013, a organização Terra de Direitos realizou uma oficina com diversos atores para organizar as discussões sobre o PD de Curitiba e a formação da Frente pelo Plano Diretor Participativo (Mobiliza Curitiba). Em fevereiro de 2014, a carta de apresentação da Frente Mobiliza Curitiba foi entregue ao gestor público, demonstrando o interesse desta articulação da sociedade civil em participar ativamente na discussão do planejamento urbano; a organização, contudo, não obteve respostas. Nas Plenárias Expandidas realizadas em 2015 foi negada a participação de entidades e representantes de movimentos sociais.

de forma mais expressiva desde a COMCuritiba, em 2013, esse episódio fez Cestario (2021) se questionar quanto à efetividade da participação popular na tomada de decisões.

Pinheiro (2016) apresenta uma análise aprofundada sobre o PD regulamentado em 2015, ressaltando como ponto principal a integração do transporte público e do sistema viário com o uso e ocupação do solo, como descreve o artigo 17 da lei.

[...] o município se propõe a “consolidar o crescimento e o adensamento da cidade com a integração do uso do solo, o sistema viário e os transportes, valorizando os aspectos sociais, econômicos e naturais” em uma clara atitude de tornar social à cidade a partir das áreas residenciais menos favorecidas pelos aparelhos urbanos (CURITIBA, 2015).

O macrozoneamento apresenta os eixos estruturantes que seguem a expansão do transporte coletivo, áreas por níveis de adensamento e de preservação ambiental. Com relação às ocupações irregulares, localizadas em regiões periféricas, o Plano traz a urbanização do bairro Caximba e fortalece a importância de regularização de assentamentos de interesse social já consolidados, incorporando-os à estrutura urbana (PINHEIRO, 2016).

O elemento inovador apresentado pelo Plano, segundo Pinheiro (2016) foi a Cota de Habitação de Interesse Social: a Prefeitura Municipal de Curitiba ficou responsabilizada de estabelecer cotas de habitação de interesse social para os grandes empreendimentos imobiliários. A contrapartida obrigatória exigida para a implantação desses projetos é a doação de áreas para a construção de unidades de habitação de interesse social, preferencialmente próximas desses locais, favorecendo a diversidade social; essa compensação também pode ser transformada em pagamento em dinheiro ou em unidades habitacionais construídas (CURITIBA, 2015). Outros dois projetos que se destacaram no PD de 2015 foram a renovação da área denominada de Novo Rebouças pelo Decreto Municipal n. 223/2003 (CURITIBA, 2003), localizada no centro da cidade, e o Programa de Gestão de Risco Climático, no bairro do Caximba, área periférica da cidade, localizada na zona sul.

As questões climáticas estão sendo discutidas desde 2009, com a criação do Fórum sobre o tema, por meio do Decreto n. 1186. A partir de então, define-se o Plano de Ações, com metas de reduções das emissões dos gases de efeito estufa; foi instituído o Decreto n. 486/2016 (MENDES, 2020).

O Projeto de Renovação Urbana de parte do Rebouças teve início em 2003, e atualmente busca novos mecanismos de consolidação por meio do projeto Vale do

Pinhão, sediado no Engenho da Inovação, antigo Moinho Rebouças em Curitiba (CURITIBA, 2003). Segundo Vacovski, Polli e Lima (2019), trata-se do Ecossistema de Inovação de Curitiba devidamente apoiado pela Prefeitura Municipal através da Agência Curitiba de Desenvolvimento e Inovação S/A – criada com a finalidade de integrar o ecossistema ao plano de cidade e às estratégias de reurbanização do IPPUC. Segundo Medeiros (2011), esse projeto traduz uma visão de cidade a partir de referências históricas, reconhecendo a força da arquitetura como suporte para o seu crescimento. O autor relata que as experiências em intervenções arquitetônicas e urbanísticas acumuladas na capital paranaense merecem destaque no que tange os impactos territoriais nas perspectivas econômica, cultural e social. Em 2019, o IPPUC projetou um novo edifício para o local, com estruturas para eventos e exposições de acordo com as normativas de sustentabilidade, com objetivo de fortalecer o Projeto Vale do Pinhão.

Já o Projeto de Requalificação do bairro Caximba, apresentado à comunidade em 2019, incorpora uma grande intervenção de caráter social e ambiental para melhorar a qualidade de vida das famílias que vivem nesta região. Mendes (2020) destaca que o Plano de Mitigação e Adaptação às Mudanças do Clima foi incorporado ao planejamento urbano em busca de uma experiência mais equitativa da cidade (CURITIBA, 2019a). O Novo PD originou a nova Lei de Zoneamento, em vigor desde 2019, com objetivo de integração com a Nova Agenda Urbana (NAU), aprovada em 2016 pela ONU. As mudanças principais são reequilibrar o uso misto dos espaços, alterar coeficientes básicos e priorizar o uso habitacional na Zona Central, estimulando a revitalização do centro tradicional, por meio da requalificação de prédios antigos (CURITIBA, 2019a).

Quanto à participação, desde 2016 o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) promove debates no formato institucionalizado de audiências públicas, com a presença de representantes de órgãos municipais, vereadores, representantes do Concitiba, líderes comunitários e de movimentos sociais, representantes da Asbea-PR e do Sindarq-PR. A consulta pública realizada de março a junho de 2016, por meio de endereço eletrônico, permitiu que o projeto de lei fosse apresentado junto à 6ª Conferência da Cidade (COMCuritiba) em junho de 2016; o evento contou com a participação representativa de 500 delegados e abertura de 100 vagas para participação cidadã durante os debates.

A Comissão de Urbanismo da Câmara Municipal também promoveu, a partir de 2019, novas audiências públicas sobre a Lei de Zoneamento, Uso e Ocupação do

Solo, reunindo cerca de 150 pessoas (CURITIBA, 2019b). Entre os presentes estiveram lideranças comunitárias e representantes do setor produtivo, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), do Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas do Estado do Paraná (Sindarq-PR), do Sindicombustíveis-PR, além de técnicos do IPPUC e da Secretaria Municipal de Urbanismo (IPPUC, 2019). De certa forma, é possível concordar com a leitura feita por Cestario (2021) anteriormente: quando o assunto é a participação cidadã em Curitiba, mesmo com a criação do Concitiba a colaboração por parte dos cidadãos não se dá de forma efetiva; sinteticamente, sustenta-se que as decisões ainda são tomadas grupos técnicos e hegemônicos de forma restrita, facilitando os consensos entre esses atores e perpetuando uma linguagem inacessível ao cidadão comum sobre as diretrizes urbanas.

A plataforma digital “Fala Curitiba” lançada em 2017 (Figura 33), é uma tentativa de mudar esse cenário. Apesar de ser um meio novo de consultas públicas, os cidadãos já tiveram a oportunidade de participar do Plano Plurianual (PPA) 2022-2025 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) 2022 (CURITIBA, 2021). Ferreira e Coelho (2021) esclarecem que o sistema apresenta, de maneira georreferenciada, quais são as políticas públicas mais requisitadas por regional, cruzando informações de localização dos endereços dos cidadãos que participaram da consulta e de avaliação dos equipamentos públicos da cidade – o trabalho dos servidores municipais acaba sendo facilitado e otimizado e simultaneamente aumenta-se o envolvimento popular no planejamento e nas tomadas de decisão.

Figura 33 - Plataforma Digital “FALA Curitiba”



Fonte: Curitiba (2022).

No Quadro 18, visualiza-se as principais leis e decretos de planejamento urbano adotadas em Curitiba – Brasil, de 1990 a 2020.

Quadro 18 - Planos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na cidade de Curitiba e região metropolitana – Brasil

PLANOS URBANO E DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO EXECUTADAS CURITIBA – BRASIL	
DÉCADA DE 1990	
1990 1991	<ul style="list-style-type: none"> Leis n. 7.420/1990 e 7.841/1991 – Instituem os instrumentos de transferência do potencial construtivo – TCP e de outorga onerosa pelo direito de construir, sendo que o pagamento (a contrapartida) seria destinado para a implantação de programas habitacionais de interesse social; Leis n. 7.447 e 7.833 – definiam a política ambiental do município.
1993	<ul style="list-style-type: none"> Decreto n. 380 – Os recursos oriundos de transferência de potencial construtivo – TCP, passou a ser utilizados também para recuperação de imóveis públicos classificadas como Unidade de Interesse e Preservação – UIEPs.
1994	<ul style="list-style-type: none"> Lei n. 9412 – aprovação do Programa Parceria com a iniciativa privada, onde foi permitindo ao loteador de loteamentos populares a permissão de construção de lotes menores e com infraestrutura reduzida; Decreto n. 901 – criação do novo setor estrutural oeste – Zona Nova Curitiba; Lei Estadual n. 11.027 – alteração dos limites da RMC e inclusão do município de Cerro Azul, totalizando 15 municípios.
DÉCADA DE 2000	
2000	<ul style="list-style-type: none"> Lei n. 9.800 – Foi definido o zoneamento: Zona Central, Zonas Residenciais, Zona de Serviços, Zona de Transição, Zona Industrial, Zona de Uso Misto, Zonas Especiais, Setores Especiais, Zona de Contenção, Área de Proteção Ambiental e Operação Urbana Consorciada Linha Verde; Decreto 190/2000 – Plano Massa definiu os critérios de uso e ocupação do solo nos setores especiais estruturais.
2001	<ul style="list-style-type: none"> Lei Nacional 10.257 – Estatuto da Cidade – obrigatoriedade da realização de planos diretores municipais para aqueles com mais de 20.000 habitantes.
2002	<ul style="list-style-type: none"> Lei Estadual 13.512 – Definição de 26 municípios na RMC.
2003	<ul style="list-style-type: none"> Decreto 223 – Estabelece condições para o licenciamento de atividades econômicas, entretenimento, cultura e lazer, sobre a área do Setor Especial Novo Rebouças.
2004	<ul style="list-style-type: none"> Lei 11.266 - Plano Diretor: incorporação dos instrumentos jurídicos: do parcelamento edificação ou utilização compulsórias; do direito de preempção; da outorga onerosa do direito de construir; da transferência do direito de construir; estudo de impacto de vizinhança; e da Operação Urbana Consorciada aplicada no Setor Histórico, Parolin, no Rebouças e na Rodovia BR 476 (antiga BR 116); Lei 11.095 – Código de Posturas.
2005	<ul style="list-style-type: none"> Decreto 1309 – definição da Sede da Fundação Cultural de Curitiba – FCC, no antigo Moinho Paranaense, localizado no bairro Rebouças.
2006	<ul style="list-style-type: none"> II Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba – PDI da RMC.
2007	<ul style="list-style-type: none"> CONCITIBA – Criação do Conselho da Cidade de Curitiba, um órgão colegiado municipal de política urbana com finalidade de atuar na formulação, elaboração e acompanhamento da política urbana municipal; Lei 12450 – Institui as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS a Vila Formosa (bairro Novo Mundo) e Vila Parolin.
2009	<ul style="list-style-type: none"> Lei Nacional 11.977 – Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV, voltado a construção habitacional para população de baixa-renda e as questões de irregularidade fundiária; Lei 74 – regulamentação do instrumento Parcelamento, Edificação ou Utilização Provisórios – PEUC e aplicabilidade do IPTU progressivo.
DÉCADA DE 2010	
2011	<ul style="list-style-type: none"> Lei 13.909, criou a Linha Verde, operação urbana consorciada que propôs mudanças no uso e na paisagem da BR 116; Lei Estadual 139 – Formação da RMC com 29 municípios.
2015	<ul style="list-style-type: none"> Lei 14.771 – Plano Diretor de Curitiba.
2015	<ul style="list-style-type: none"> Lei Federal 13.089 – Estatuto da Metrôpole.
2018	<ul style="list-style-type: none"> Lei 15.325 – Incentivos à inovação e a pesquisa tecnológica no ambiente produtivo – Vale do Pinhão.
2019	<ul style="list-style-type: none"> Lei 15.511 – Dispõe sobre zoneamento, ocupação do solo do município de Curitiba.

Fonte: A autora (2022).

Cidade do México

A megalópole mexicana inicia a nova década de 1990, com leis de desenvolvimento urbano voltadas à requalificação principalmente das áreas centrais, e construção de megaprojetos privados. Diante do novo contexto de consolidação dos projetos neoliberais, os programas, leis e instrumentos de planejamento urbano elaborados para a Cidade do México – DF e para a Zona Metropolitana do Vale do México (ZMVM), foram ignorados pelas iniciativas privadas (PRADILLA COBOS, 2011). A existência de marcos regulatórios diferenciados entre o Distrito Federal e outros municípios conurbados de outras entidades federativas, como é o caso do Estado do México e Hidalgo, aprofundam os problemas de planejamento, principalmente da ZMVM.

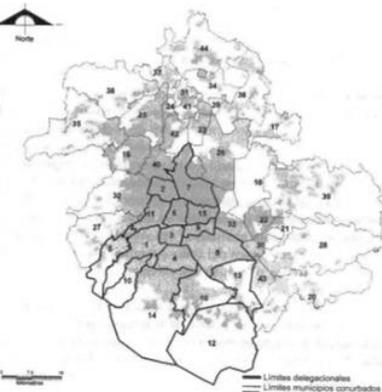
A partir das Figuras 34 a 36 é possível entender as três escalas territoriais: Cidade do México Distrito Federal (CMDF), Zona Metropolitana do Valle do México (ZMVM) e a Grande Região do Centro do México, dividida em sete estados. Esta discussão se dedica a entender os processos de participação popular apenas da CMDF e da ZMVM.

Figura 34 - Cidade do México (Distrito Federal)



Fonte: SEDUVI (2021)

Figura 35 - Zona Metropolitana do Vale do México



Fonte: SEDUVI (2021)

Figura 36 - Grande Região do Centro do México



Fonte: SEDUVI (2021)

A incorporação do país às grandes potências internacionais ocorreu em 1994, segundo Castro Martínez (2018). O processo de terceirização da economia foi muito acentuado no Distrito Federal no mesmo período em que o setor industrial se colocava para fora da cidade, uma vez que o Valle do México apresentava altos índices de contaminação e fragilidades ambientais, o que fortaleceu o processo de desindustrialização frente ao aumento de serviços especializados (GARZA, 2007).

Castañeda e Mackinkay (2015) revelam que, em 1992, o governo mexicano modificou em escala nacional vários artigos constitucionais, como o de n. 27 – referente à liberação de propriedade social do “ejido” e da terra comunal. Também foram feitas alterações em escalas nacional e local. Desde então têm sido frequente a utilização de mecanismos que vêm liberando o solo urbano, para grandes projetos urbanos de cunho privado.

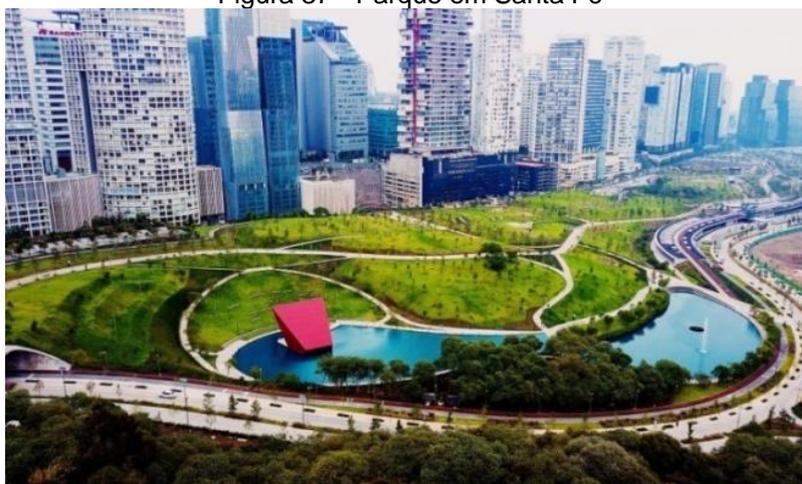
Artículo 27. La propiedad de las tierras y aguas comprendidas dentro de los límites del territorio nacional corresponde originariamente a la Nación, la cual ha tenido y tiene el derecho de transmitir el dominio de ellas a los particulares, constituyendo la propiedad privada.

Surgiram, nessa década, várias políticas de renovação urbana em áreas estratégicas, permitindo o crescimento econômico mediante atração de capital internacional e promoção do turismo. Destaca-se o desenvolvimento da Zona Especial de Desenvolvimento Controlado (ZEDEC), de Santa Fé, denominada de “Cidade Modelo”, onde foram construídos grandes complexos corporativos de nível mundial e desenvolvidos empreendimentos imobiliários de grande escala urbana, beneficiados pela estrutura viária que liga a região à cidade de Toluca (HERNANDÉZ, 2004).

Esse projeto foi gerenciado no final dos anos de 1980, em uma área considerada das mais insalubres, deterioradas e instáveis da cidade, devastada pelas atividades de mineração e resíduos sólidos. Diante desse contexto, foi necessário um projeto de regeneração ambiental, com objetivo de reestruturação do solo (VALENZUELA, 2007). Castro Martínez (2018) reforça que as ZEDecs foram criadas como mecanismo estratégico para intervir em espaços com problemas urbanos e ambientais, tornando-se um instrumento de administração do uso do solo – que, no entanto, podia ser aplicada de forma flexível, dependendo do nível de complexidade e possibilidades de regulação de certos usos (VALENZUELA, 2007).

Em 1989, foi lançado o empreendimento Santa Fé (Figura 37), com áreas para torres corporativas, comerciais e habitacionais, áreas verdes e de preservação ambiental, para a Implantação da Universidade Iberoamericana e para o conglomerado de mídia mexicano-Televisa. Tratava-se de uma cidade corporativa de acordo com os padrões globais, cujas similaridades – e generalidades – urbanísticas e arquitetônicas não permitem distinguir se de fato o empreendimento está localizado na cidade do México, São Paulo ou Miami (EUA).

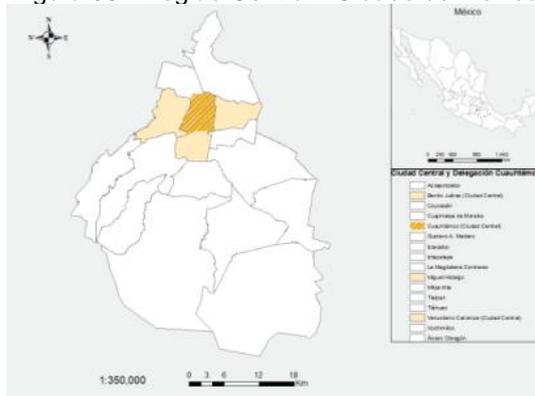
Figura 37 - Parque em Santa Fé



Fonte: Kochen (2018).

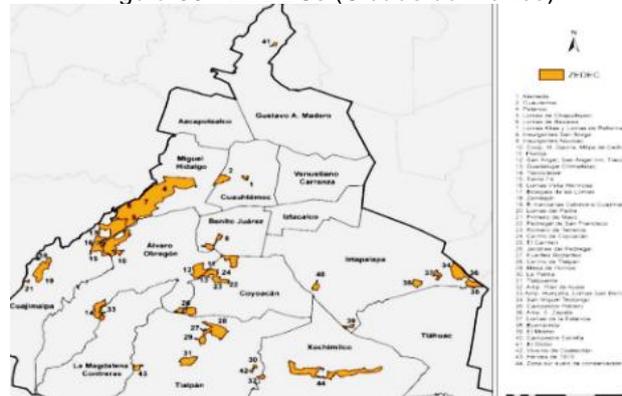
Valenzuela (2007) relata que, até 1988, se estabeleceram 31 ZEDECs; em 1995, foram implantadas outras 27, como San Pedro Xalpa, Rincón del Valle, Bosques de Aragón e Olivar de los Padres, distribuídas espacialmente em áreas do centro e sul da Cidade do México, conforme mostram as Figuras 38 e 39 (CASTRO MARTÍNEZ, 2018).

Figura 38 - Região Central - Cidade do México



Fonte: Castro Martínez (2018).

Figura 39 - ZEDECs (Cidade do México)

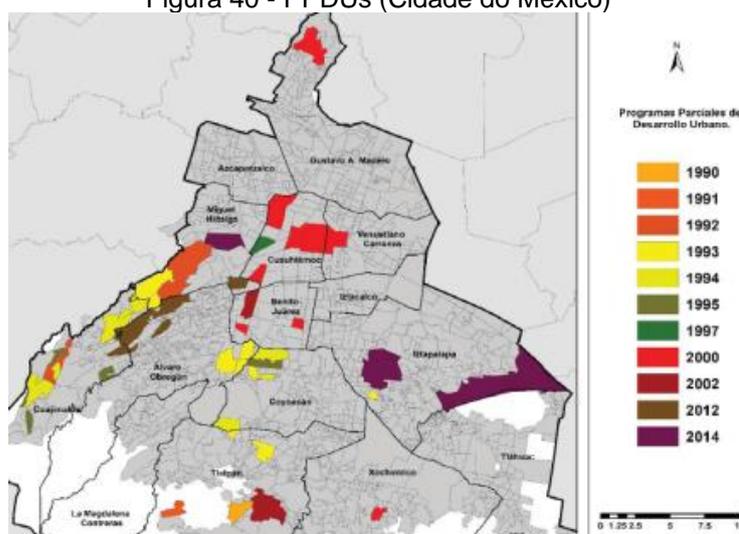


Fonte: Castro Martínez (2018).

O território desde essa década de 1990 foi desenhado pelas políticas neoliberais, sobrepondo a história da cidade e as relações sociais, fortalecendo a segregação espacial. Outras dinâmicas de renovação urbana se manifestam durante a década de 2000, na região de Alameda, La Merced e Polanco (CASTRO MARTÍNEZ, 2018). Esses pontos estratégicos da cidade formaram ilhas globais, com infraestrutura e serviços de alta qualidade, que contrastam com áreas desfavorecidas, desvinculadas do conjunto urbano.

Segundo o autor, os aparatos jurídicos e legais foram aprovados para justificar e favorecer as parcerias público-privadas, sendo necessária a aprovação da Lei de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal (LDUDF), em 1996. O objetivo era reocupar as áreas centrais com aproveitamento das infraestruturas existentes, de modo a conter a expansão ao sul. A LDUDF reavaliou as ZEDECs, convertendo-as em programas especiais; o expediente empregado pretendia reduzir riscos judiciais passíveis ao instrumento. A nova denominação estabelecida foi “Programas Parciais de Desenvolvimento Urbano”, ou PPDU, e estavam voltados ao planejamento do desenvolvimento urbano e ordenamento territorial em áreas específicas. Durante o período de 1990 a 2014, criaram-se 47 PPDU nas localidades de Miguel Hidalgo, Cuajimalpa e Cuauhtémoc, como observado na Figura 40 (CASTRO MARTÍNEZ, 2018).

Figura 40 - PPDUs (Cidade do México)



Fonte: Castro Martínez (2018).

A década de 2000 inicia com os PPDU e com um regulamento específico – Bando n. 2, cujos objetivos eram impulsionar o crescimento da zona central, diminuir a expansão urbana para os setores sul e a leste, e ampliar a construção de habitações de baixo custo para a população de baixa renda (AYALA, 2016). Com esse regulamento, a segregação socioespacial se institucionalizou e agravou, pois foram construídas as habitações de interesse social apenas nos bairros populares, enquanto os bairros de classe média e alta receberam projetos de renovação urbana de alta qualidade, como o Nuevo Polanco. Os anos 2000 criaram uma dicotomia entre os novos centros verticalizados e dinâmicos e a periferia horizontalizada, que foi

retratada em uma paisagem sem unidade, totalmente fragmentada e que acentuou as desigualdades e os preconceitos entre classe alta e baixa.

Entre 2000 e 2012, o governo federal foi responsável pela produção de milhares de casas em áreas distantes do centro da cidade, e o setor privado se converteu no principal executor desses projetos habitacionais em massa (VASSALI; SÁNCHEZ, 2009). Essa política federal e local permitiu o financiamento de unidades residenciais, tanto em áreas periféricas e quanto centrais, visando fins econômicos e alta rentabilidade para o setor imobiliário; entre 2001 e 2005, por exemplo, Villalobos (2015) revela que o governo do DF, autorizou aportes a 110 mil habitações. Como consequência, a paisagem urbana se transformou com a presença dos diversos conjuntos habitacionais de baixa renda, caracterizados por pequenos edifícios de 6 pavimentos, que densificaram os bairros populares no entorno do centro histórico do DF.

Segundo Vassalli e Sánchez (2009), essa produção de habitação para a classe média e baixa no coração da cidade – um dos objetivos explícitos do Bando n. 2 – garantiu que os “mais humildes” pudessem morar no centro da cidade. Esse contexto, segundo o autor, não representou um *boom* imobiliário nessas áreas centrais, pois nesses casos não ocorreu densificação e sim uma redução da taxa de crescimento habitacional, nesse período. Como se sabe, os projetos de renovação urbana de áreas centrais possuem caráter excludente devido aos altos custos dos comércios e serviços; essas áreas, então, começaram a ser ocupadas por grupos socioeconômicos de classes média e alta, ou seja, a população de classe mais baixa acabou renegada para as periferias remotas de caráter monofuncional.

Delgadillo Polanco (2020) destaca outro programa federal importante, o de “Melhorias de Bairros Comunitários” (PMBC), introduzido na capital mexicana em 2007 para atender as necessidades da população dos bairros autoproduzidos. O programa reconheceu a capacidade das pessoas de construir sozinhas suas casas, conformando bairros inteiros, mas, como esperado, os locais ainda apresentavam carências de infraestruturas básicas. A meta do programa era desenvolver a construção de centros comunitários de forma participativa; infelizmente, os orçamentos destinados pelo governo central a esse projeto foram reduzidos devido a disputas internas (DELGADILLO POLANCO, 2020).

Os governos local e federal, nessa década, foram pressionados pelo crescimento da frota de veículos, favorecendo os investimentos em obras viárias

(rodovias urbanas subterrâneas e elevadas) e ao mesmo tempo gerando problemas quanto à saturação do tráfego e suas consequências ambientais (poluição atmosférica). Segundo Pradilla Cobos (2016), essas obras viárias também foram construídas e geridas através de parcerias público-privadas, mas os investimentos em transporte público sustentável foram menores do que os rodoviários, ou seja, insuficientes para recuperar o atraso quanto à acessibilidade e para atender as necessidades crescentes derivadas do crescimento populacional. A política da mobilidade dos anos 2000 favoreceu o automóvel privado.

Quanto ao projeto de renovação do centro histórico, destaca-se que foram pensadas várias estratégias de regeneração urbana desde a década de 1990, mas só em 2002 ocorreu à implementação do Programa Parcial de Desenvolvimento Urbano (PPDU) para a área central, produzindo um impacto de grande relevância no espaço urbano (MUÑOZ CERDA, 2008). A gestão desse projeto contou com a participação cidadã, estabelecida de acordo com a Lei de Participação Cidadã do Distrito Federal²⁵, de 1998. O objetivo foi promover e acompanhar as execuções dos projetos do Programa, as operações e os investimentos, para tanto, fez-se necessária a criação de uma Comissão de Acompanhamento do Programa, onde foram realizados oficinas e workshops coordenados pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEDUVI).

Na mesma década, vários órgãos municipais e federais realizaram ações direcionadas a tematizar os espaços públicos do centro histórico para incentivar o turismo. Benítez e López (2019) relatam que o projeto de regeneração urbana da área central criou dois corredores culturais-recreativos de grande importância turística: Regina-San Jerónimo (2007) e Madero-Gante-Condesa (2010) – esse último integrado à Praça do Zócalo e à Praça da República. Os autores descrevem que a criação de rotas fez parte de uma política para impulsionar o centro como espaço gastronômico e recreativo noturno. Os dois projetos transformaram e elitizaram o espaço urbano do centro histórico e fomentaram a abertura de outros espaços voltados ao consumo, revitalizando a estética do patrimônio arquitetônico existente, com o fim de ampliar a demanda econômica a partir do turismo, lazer e cultura.

²⁵ A Lei de Participação Cidadã do DF, de 1998, introduziu as formas não permanentes de participação, isto é, as estratégias da democracia direta: plebiscito, *referendum*, iniciativa popular, consulta vicinal, colaboração entre vizinhos, entre outras.

Delgadillo Polanco (2014) sintetiza as políticas de desenvolvimento urbano durante os anos de 2000 a 2012, no Quadro 19.

Quadro 19 - Políticas de desenvolvimento urbano na Cidade do México, 2000 a 2012

GOVERNO	2000-2006	2007 -2012
Política	Bando n. 2 - Programas e Planos Parciais de Desenvolvimento Urbano.	Desenvolvimento urbano competitivo, equitativo e sustentável.
Eixo Condutor	Política Habitacional Centro Histórico e Corredores Turísticos - Culturais.	Projetos imobiliários privados; Renovação de espaços públicos e construção de moradias.
Objetivos	Densificar a Cidade Central e evitar a expansão urbana desorganizada.	Redensificar toda a cidade e manter o crescimento da mancha urbana.
Estratégias	Construção de conjuntos Habitacionais.	Incentivo ao uso intensivo do solo em zonas com infraestrutura consolidada; aumentar o coeficiente de aproveitamento do solo.
Programas	Melhoramento Habitacional.	Melhoramento habitacional, Programa Comunitário de Melhoramento Barrial, Programa de Recuperação do Espaço Público, Introdução ao programa de EcoBici.

Fonte: Delgadillo Polanco (2014).

Cobo (2016) argumenta que a conformação da Cidade do México reflete o esquema centro-periferia, onde o centro ampliado é dotado de infraestruturas e equipamentos de serviços sociais e culturais, com uma grande área mercantil de comércios e serviços, sendo predominantemente ocupada pela população de classe alta e média. A periferia, ao contrário, está distante das atividades comerciais, demanda por melhorias, carece de infraestruturas, e abriga uma população de baixa renda que se submete a ocupar terras irregulares e a construir suas casas de forma precária.

Na década de 2010, o complicado panorama urbano e social do DF se mantém, especialmente no que tange problemas de expansão urbana irregular, ocupação de áreas de conservação ambiental e construção de megaprojetos privados em áreas de infraestrutura. Identifica-se também um aprofundamento das disparidades socioeconômicas, promovidas por um modelo de desenvolvimento urbano exclusivista, conduzido pela lógica do mercado imobiliário.

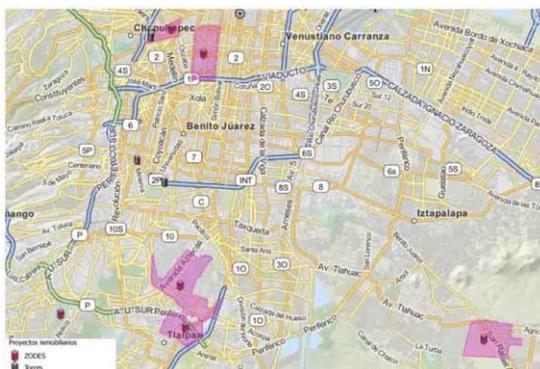
Nesse período, um conjunto de entidades civis assinou a Carta da Cidade do México pelo Direito à Cidade, um avanço nas questões referentes aos direitos dos cidadãos. A formatação desse instrumento defendeu o pressuposto público da cidade, na tentativa de formalizar uma Constituição própria para a Cidade do México – DF. Delgadillo Polanco (2012, p. 131) esclarece:

[...] a carta reivindica que a cidade é uma construção, um produto, um processo social; um lugar de encontro, intercâmbio e complementação humana; e um espaço de diversidade social, econômica e política. Expressamente admite que a cidade não é uma mercadoria e sim um espaço de desenvolvimento do ser humano de interesse coletivo e com uma função social, que abrange o solo e todo o regime de propriedade do solo. Reivindica a gestão democrática da cidade e inclui a verdadeira participação cidadã em todos os âmbitos da gestão urbana e das políticas públicas.

Os autores apontam, contudo, que essa carta não passou de um episódio de *marketing* político, não impondo o cumprimento do conteúdo estabelecido a nenhuma das partes; o documento foi, como tantos outros, ignorado pelo poder público. Pouco tempo depois, o governo local aprovou a nova Lei de Desenvolvimento Urbano, reduzindo os espaços e formas de participação cidadã e facilitando a participação do setor privado. Segundo Novoa Gutierrez (2018), essa lei permitiu que o Ministério de Desenvolvimento Urbano e da Habitação (SEDUVI) autorizasse as mudanças do uso do solo para liberação de novas intervenções e outros megaprojetos urbanos.

Diante desse objetivo governamental foram criadas as Áreas de Gestão Estratégicas (AGE), que não consideravam as normativas urbanísticas e ampliavam os retornos financeiros dos investidores imobiliários. Em 2013, foi tomada uma nova ação jurídica, transformando as AGE em ZODES (Zonas de Desenvolvimento Econômico e Social – Figura 41); um dos objetivos principais dessa alteração foi modificar a mobilidade da cidade e ampliação do sistema de transporte (REYS SÁNCHEZ, 2017). Tais zonas definiram cinco áreas prioritárias de intervenção e renovação urbana: a Cidade da Saúde, em Tlalpan; a Cidade da Tecnologia ou do Futuro, em Coyoacán; o Corredor Cultural Criativo, em Chapultepec (Figura 42); a Cidade Verde ou Agroindustrial, em Azcapotzalco, e a Cidade Administrativa, em Cuauhtémoc-Doctores.

Figura 41 - Localização das 5 ZODES



Fonte: Macias (2015).

Figura 42 - Projeto do Corredor Cultural Criativo, em Chapultepec



Fonte: Macias (2015).

A proposta das ZODES foi pensada sem a inclusão dos cidadãos; na verdade, previa-se a participação apenas em determinadas fases do processo. Segundo Sánchez (2017), essas contribuições seriam limitadas a membros da elite – aqueles com títulos universitários de grandes universidades, empresários, especialistas em temas econômicos e urbanísticos, ex-políticos. Com efeito, o Conselho de Desenvolvimento Urbano Sustentável (CONDUSE), encarregado de analisar os projetos de desenvolvimento estratégico acabou sendo formado por personalidades da sociedade civil, da academia e dos setores empresariais e governamentais.

Considerando essa falta de representantes dos cidadãos no Conselho, as definições dos megaprojetos estratégicos pelo poder público provocaram a insurgência de movimentos em oposição às intervenções propostas. Grupos foram organizados por moradores das zonas afetadas, buscando enfrentar o poder público a partir de encontros e assembleias. As principais questões abordadas por esses cidadãos eram referentes ao abastecimento de água, rede de drenagem, aumento do número de automóveis, destruição do tecido social e fortalecimento da desigualdade (NOVOA GUTIERREZ, 2018). Os primeiros encontros aconteceram junto à Faculdade de Arquitetura UNAM, e receberam o nome de “Encontros de Resistências Territoriais no Distrito Federal e Estado do México”.

Segundo Reyes Sánchez (2017), no caso da Cidade do Futuro, em *Coyoacán*, durante todo o conflito (de 2013 a 2016), foi necessário integrar atores de diversas áreas para conseguir o cancelamento do projeto. A resistência às propostas foi potencializada com a ajuda dos meios digitais de comunicação (internet e mídias sociais) e do contexto eleitoral da época. O projeto do Corredor Cultural Criativo, em *Chapultepec*, também foi cancelado após uma consulta pública, em 2015; os

moradores não só votaram contra a implantação do projeto e como também manifestaram a necessidade de se pensar uma nova proposta para a avenida.

A questão da participação cidadã já estava estabelecida no México, desde 1970, mas ocorreram alterações em 1978, a partir da Lei Orgânica, que retiraram os direitos dos cidadãos e concederam a eles apenas o “direito da audição” (AGUILAR,1987). Segundo Espinosa (2004), a década de 1980 apresentou uma revitalização do quadro de participação cidadã, tanto em relação à organização autônoma dos espaços quanto na expressão independente das necessidades e demandas das comunidades. Delgadillo Polanco (2020) aponta que as ações de moradores de bairros históricos centrais e populares do DF, no início da década de 1980, já se estabeleciam em grupos para discutir melhorias para seus bairros – auxiliados por parcerias técnicas com a Escola de Arquitetura, da Universidade Nacional Autônoma do México.

Os anos de 1980 testemunharam uma grande efervescência política e social na Cidade do México. As grandes mobilizações urbanas realizadas pelo Movimento Urbano Popular (MUP), Coordenadoria Única de Vítimas e Assembleias de Bairro estimularam a participação autônoma dos moradores da capital e criaram canais novos e alternativos para expressão cidadã independente por meio dos quais tornou-se possível questionar a forma como a institucionalidade permitia a participação cidadã (ESPINOSA, 2004). Os cidadãos criaram, assim, disputas contra a hegemonia territorial das “intocáveis” organizações do Partido Revolucionário Institucional, com as quais, até então, os órgãos governamentais controlavam rigidamente as estruturas de participação e expressão populares.

Na década de 1990, foi apresentado para Câmara dos Deputados um parecer pela criação dos Conselhos Cidadãos do DF (CC), com a previsão de representantes em todos os bairros, para discutir sobre os projetos de renovação urbana e formalizar as relações entre o poder local e os grupos organizados. Segundo Espinosa (2004), os CCs, no entanto, não cumpriram seu propósito, e em 1998, logo após a primeira eleição direta para a gestão da Cidade do México-DF, foi aprovada uma nova Lei de Participação Cidadã, que objetivou a criação de Comissões de Bairros. Estas seriam os novos órgãos de representação cidadã formalmente constituídos por eleição livre, secreta e direta em cada bairro ou unidade habitacional; seu objetivo era fiscalizar,

avaliar, informar e opinar sobre a gestão e os atos de governo realizados pelos referidos órgãos político-administrativos (ESPINOSA, 2004). Mesmo com essa nova institucionalização da participação cidadã, criada em outro contexto político – mais democrático –, houve pouca aceitação por parte dos cidadãos.

Já na década de 2010, o principal marco foi a aprovação da Constituição Política da Cidade do México (CPCM), em 2017; conceituada, em seu art. 13, como republicana, democrática, representativa, laica e popular, atuou sob um sistema de divisão de poderes, pluralismo político e participação social. Segundo Rapoport (2017), o documento reconhece os direitos humanos e inclui: direito à cidade, autodeterminação pessoal e morte digna, matrimônio igualitário, direito a protestos sociais, uso da cannabis para fins médicos e terapêuticos e proibição da privatização da água. Apresenta-se, ainda, uma abertura para a participação cidadã ativa, mas, ao longo dos anos, a construção da participação cidadã na Cidade do México foi paradoxal e frustrante devido ao fraco histórico democrático na configuração político-administrativa do Distrito Federal como capital da República. Rendón Corona (2020) destaca que a nova cultura participativa é consubstancial à formação da vontade popular, mesmo a partir de pequenas unidades de territórios ou em grande escala. Segundo o autor, o artigo 25 da CPCM esclarece quanto ao direito de consultar o cidadão:

1. Os cidadãos têm o direito e o dever de participar na resolução de problemas e questões de interesse geral e no aperfeiçoamento das normas que regulam as relações na comunidade, através dos mecanismos de democracia direta e participativa reconhecidos por esta Constituição. Esses mecanismos podem ser apoiados pelo uso intensivo de tecnologias de informação e comunicação.
2. As autoridades da Cidade garantirão a democracia participativa, entendida como o direito das pessoas de influenciar, individual ou coletivamente, as decisões públicas e na formulação, execução, avaliação e controle do exercício da função pública (RENDÓN CORONA, 2020, p. 108).

A Constituição da Cidade reconhece o direito do cidadão de propor leis, decretos e emendas à Constituição perante o Congresso Municipal, reconhecendo três formatos da democracia direta: referendo constitucional, plebiscito e consultas cidadãs e populares. Sem dúvida a aprovação da CPCM constitui um importante precedente no caminho da democratização da cidade. Segundo Rendón Corona (2020), para a formatação de um movimento cidadão autêntico, será necessário um

grande esforço para obtenção de um amplo apoio em favor de uma proposta de consulta cidadã ou popular – especialmente se considerado o histórico de despolitização e passividade do cidadão mexicano. A solução mais profícua para a democracia participativa nesse cenário estaria na atuação em escalas menores de territórios, tanto para estimular a participação da população quanto para gestores pensarem sobre suas propostas.

Alguns passos já foram observados: a aprovação de uma nova Lei de Participação Cidadã, em 2019; o lançamento da plataforma digital para participação popular (Figura 43); a construção do megaprojeto de regeneração ambiental, em local habitado por população de menor renda, transformando o entorno da Avenida *Del Peñón* no Parque Linear-Gran Canal (Figura 44). O projeto do Parque faz parte do Programa Ambiental e de Mudanças Climáticas da Cidade do México 2019-2024, denominado de *Sembrando Parques*, que visa recuperar 16 espaços públicos do DF (CIDADE DO MÉXICO, 2022).

Figura 43 - Apresentação da Lei de Participação Cidadã



Fonte: IECM (2019).

Figura 44 - Parque Linear Gran Canal



Fonte: IECM (2019).

Quanto à lei de participação cidadã, definiu-se três tipos de democracia, segundo o Instituto Eleitoral da Cidade do México (2022): direta (6 mecanismos), participativa (6 instrumentos) e representativa (8 instrumentos de gestão, avaliação e controle da função pública). Destaca-se que a plataforma digital de participação cidadã também é programada para fornecer aos cidadãos informações sobre os 20 instrumentos referentes às três democracias citadas.

No Quadro 20, visualizam-se as principais leis e decretos de planejamento urbano adotados na Cidade do México, de 1990 a 2020.

Quadro 20 - Planos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na Cidade do México - DF e região metropolitana - México

PLANOS URBANO E DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO EXECUTADAS CIDADE DO MÉXICO – MÉXICO	
DÉCADA DE 1990	
1992	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração no artigo 27 da Constituição - as terras comunais seriam de propriedade do Estado.
1996	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal com objetivo de recuperar as áreas centrais junto com as infraestruturas existentes, de modo a conter a expansão da zona sul. Estabelece um programa geral, programas delegáveis e programas parciais.
1998	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Participação Cidadã do Distrito Federal.
DÉCADA DE 2000	
2000	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um regulamento específico - <i>Bando n. 2</i>, com o objetivo de impulsionar o crescimento da zona central e a construção de habitações de baixo custo.
2003	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do Programa Geral de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal.
2004	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Desenvolvimento Urbano do Distrito Federal - Planos Parciais, com objetivo de recuperar a paisagem urbana tradicional por meio de corredores culturais, incentivo ao turismo; • Lei de Cultura Cívica: institui instrumentos jurídicos para eliminar as atividades indesejáveis como o comércio ambulante e serviços informais em áreas selecionadas como: o Centro Histórico e Avenida Paseo da Reforma.
2005	<ul style="list-style-type: none"> • Elaboração do Plano de Mobilidade e implantação do Metrobús.
2007	<ul style="list-style-type: none"> • Criação da Agência de Promoção, Inversão e Desenvolvimento para a Cidade do México - PROCDMX: uma empresa paraestatal com capital público e distintas modalidades de financiamento privado que incentiva a construção de obras e serviços urbanos; • Construção da linha 12 do Metrô.
DÉCADA DE 2010	
2010	<ul style="list-style-type: none"> • Assinatura da Carta da Cidade do México pelo Direito à Cidade; • Aprovação da nova Lei de Desenvolvimento Urbano do DF - reduz os espaços e formas de participação cidadã e facilita a participação do setor privado, confere ao GDF o controle total sobre a mudança de zoneamento de áreas específicas; • Retomada do Projeto Viário: <i>Super Via del Poniente</i> - atravessa o oeste da Cidade do México, facilitando o acesso para o Complexo de Santa Fé e liga ao Anel Periférico (DELGADILLO POLANCO, 2012).
2013	<ul style="list-style-type: none"> • Programa Geral de Desenvolvimento do Distrito Federal - PGDDF - desenvolvimento das zonas com potenciais econômicos e sociais, localizadas em espaços deteriorados ou subutilizados, com a finalidade de estimular a inversão. Criação de zonas de desenvolvimento econômico e social - ZODES voltado às áreas coloniais, centrais, populares e de classe média; • Criação da Agência de Gestão Urbana - órgão descentralizado criado para garantir a coordenação entre ações governamentais, das paraestatais, com a finalidade de fomentar uma cidade criativa por meio de projetos urbanos.
2014	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Mobilidade do DF (revista em 2020); • Expansão do Projeto do trem interurbano: Cidade do México - Toluca.

(Continua)

Quadro 20 - Planos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na Cidade do México - DF e região metropolitana - México

PLANOS URBANO E DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO EXECUTADAS CIDADE DO MÉXICO – MÉXICO	
2015	<ul style="list-style-type: none"> • Criação do SAC - Sistema de Atuação por Cooperação, instrumento previsto pela Lei de Desenvolvimento Urbano do DF, com o objetivo de discutir projetos em um espaço denominado de <i>Mesa de Seguimiento Permanente</i>, e foram instalados nos seguintes locais: <i>Granadas, Tacubaya, Alameda - Reforma, Doctores, La Mexicana, Distrito San Pablo</i>; • Criação do Conselho de Desenvolvimento Urbano Sustentável - CONDUSE.
2017	<ul style="list-style-type: none"> • Nova Constituição da Cidade do México; • Reconhecimento Constitucional dos Povos Originários.
2019	<ul style="list-style-type: none"> • Lei de Participação Cidadã da Cidade do México e Participação Digital; • Programa Ambiental e de Mudanças Climáticas da Cidade do México 2019-2024.

Fonte: A autora (2022).

Santiago

O Chile, na década de 1990, completou seu processo de privatização a partir da venda das últimas empresas estatais e da incorporação do capital privado em setores de infraestrutura, estabelecendo-se como um estado democrático neoliberal (ESTÉVEZ, 2005); a privatização continua sendo uma questão central na política latino-americana, como requisito necessário para uma economia aberta e globalizada. Durante os primeiros anos dessa década, o país teve um forte crescimento econômico, ao mesmo tempo em que apresentou profundas crises e deteriorização da qualidade de vida nos setores sociais e ambientais, além de criar instabilidade política (MARTINS, 2005). Segundo López (2017), o déficit habitacional atingiu a marca de 900.000 famílias, e o governo buscou consolidar inicialmente a política da habitação social e depois voltou-se a melhorar as políticas urbanas. Rovira-Rubio (2017) confirma que o eixo principal era a superação da pobreza e o estabelecimento do mínimo de qualidade de vida.

Protestos foram realizados ao final do decênio contra o Ministério da Habitação e Urbanismo (MINVU) e as construtoras dos novos conjuntos habitacionais devido à falta de qualidade das moradias, dos serviços e dos equipamentos públicos ofertados – essa insatisfação foi impelida especialmente pelas inundações que ocorreram em 1997 (SUGRANYES; RODRÍGUEZ, 2009). Diante desse fato, foi aprovada uma lei de qualidade das construções visando padronizar os processos técnicos e construtivos das habitações sociais. O governo chileno cria, assim, uma “política de prevenção de ocupações” (CASTILLO; FORRAY, 2014), implementada entre 1990 e 1999, que

determina o aumento dos subsídios habitacionais e intensificação de alianças com o setor privado. Ainda nesse cenário de retorno do regime democrático, destacam-se as políticas urbanas que passaram a estabelecer planos de ordenamento do solo, tanto propondo novas leis de zoneamento e redefinindo limites urbanos, quanto implementando instrumentos de transformação do espaço urbano da Cidade de Santiago (ARIGAZA, 2013).

Ressalta-se que esta tese se propõe a investigar tanto a Cidade de Santiago, formada por 37 comunas-localidades – dentre as quais está a comuna de Santiago, denominada de Santiago-Centro, quanto a Região Metropolitana de Santiago (Grande Santiago), composta por 52 comunas, dividida em 6 províncias – Santiago, Cordilheira, Talagante, Maipo, Chacabuco e Melipia, esta última com maior área rural. As Figuras 45, 46 e 47 permitem compreender essas diferentes escalas territoriais.

Figura 45 - Região Metropolitana de Santiago



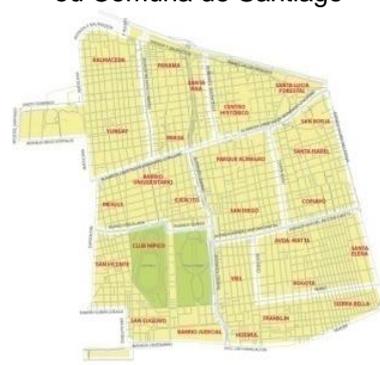
Fonte: Santiago (2022).

Figura 46 - Cidade / Província de Santiago



Fonte: Santiago (2022).

Figura 47 - Santiago-Centro ou Comuna de Santiago



Fonte: Santiago (2022).

Ossandon, Vicuña e Moris (2017) descrevem a criação de um modelo híbrido na condução do desenvolvimento urbano chileno que configurou as ações dos setores público e privado: um planejamento tradicional, vertical e hierarquizado, mas integrado aos novos modelos horizontalizados. As autoras relatam, contudo, que a Cidade de Santiago se caracteriza por um cenário urbano significativamente desigual, abrigando grandes condomínios residenciais em contraste com diversos conjuntos de habitação social. Esse desequilíbrio, frisa-se, é produto da consolidação do modelo neoliberal e de um marco regulatório favorável a essa dinâmica econômica, que sempre contou com a postura condescendente do Estado.

No Chile, os Planos Reguladores Comunais (PRC) são responsáveis pelo uso do solo e pelas edificações de acordo com o modelo de desenvolvimento capitalista

definido pelo Estado. Ossandon (2009) descreve as três formas como os PRCs atuam: i) no mecanismo regulador (urbanismo *ex post*); ii) instrumento *ad hoc* aos interesses de empresários privados; iii) no mecanismo para frear a inversão imobiliária em prol dos interesses das comunidades. A autora também apresenta três modelos de gestão que estão presentes em municipalidades chilenas: o prestador de serviço, o promotor e o participativo. No caso da Cidade de Santiago, o modelo do urbanismo pró-empresarial foi adotado para o desenvolvimento urbano – aquele onde as parcerias público-privadas são a engrenagem central na tomada de decisões (LÓPEZ-MORALES; KLETT; CORVALÁN, 2012).

A Lei Nacional n. 18.595, de 1990, determinou que a Comuna de Santiago (Santiago-centro) seria uma Zona de Renovação Urbana (ZRU) e sendo assim, a municipalidade de Santiago, em 1991, apresentou o Plano de Desenvolvimento Urbano. Segundo Arizaga (2013), a ausência de um projeto urbano que ancorasse a política de renovação urbana proposta gerou uma série de densidades díspares que afetam a rigidez da trama viária existente, que por sua vez não tinha previsto tais transformações.

Ainda no início da década, a Comuna de Santiago foi gerida pelo prefeito Jaime Ravinet (1990-1996), que buscou incorporar um novo discurso com objetivo de recompor o tecido social. O político foi responsável também pelo Plano de Desenvolvimento Comunitário (PDC), discutido de forma mais ampla com a comunidade; segundo Zárate (2013), 16.000 pessoas participaram das 60 assembleias participativas, 46 conselhos e 13 reuniões – denominadas de seminários funcionais. A mesma autora revela, no entanto, que essa intensa participação no processo de planejamento, incitada por Ravinet, foi uma estratégia neoliberal cujo objetivo era romper resistências às tomadas de decisão; os encontros com cidadãos, assim, tinham caráter meramente consultivos e não deliberativos.

Como resultados dessa iniciativa, tem-se o plano desenvolvido pela Universidade Católica, que direcionou a recuperação do bairro histórico Yungay e do setor Santiago Poniente – com a implantação do Parque de los Reys –, e a construção dos projetos habitacionais Esperanza I e II, no bairro Yungay. Diante de tamanhas transformações urbanas, a gestão de Ravinet fortaleceu ainda mais a aliança do setor público com o privado.

Durante os anos de 1992 a 1997, deu-se início ao Plano de Repovoamento da Comuna de Santiago devido à intensa deterioração dos vários bairros centrais, como Lastarria e Yungay-Brasil, além de áreas do Setor Poniente e do entorno da Autopista Central (Norte e Sul); a saída de grande parte da população em direção às áreas periféricas agravou a situação de abandono em que se encontrava o núcleo histórico. O plano foi gerenciado pelo CORDESAN (Cooperação para o Desenvolvimento de Santiago), uma sociedade sem fins lucrativos financiada com recursos públicos e privados, que tinha como objetivo promover o dinamismo do setor imobiliário (PAVLICK, 2010). Os primeiros projetos se concentraram no setor Poniente, com 3.582 unidades habitacionais construídas. Segundo Sáenz e Pérez (2006), o Plano teve forte impacto nos bairros, produzindo rupturas de escalas, aumento de densidades e de congestionamento de veículos, desaparecimento dos imóveis de valor arquitetônico, perda das condições de habitabilidade e alteração na paisagem urbana. Destaca-se que o Plano Regulador da Comuna de Santiago sofreu várias modificações entre 1993 e 1996 para se adaptar a esse Plano de Repovoamento.

Simultaneamente, em 1994, aprovou-se o Plano Regulador Metropolitano para a Cidade de Santiago (PRMS), definindo 37 comunas – incluindo a província de Santiago. O adensamento de localidades distantes da capital e a intensidade do processo de expansão urbana levaram à criação de regulamentos específicos para as comunas inseridas na região, bem como a aprovação da Lei Ambiental n. 19.300. Em 1997, o conceito de “condicionamento urbano” foi incorporado ao PRMS, instaurando zonas urbanizáveis cujo desenvolvimento estava condicionado ao desenho de seu respectivo plano diretor e à provisão privada para equipamentos e infraestrutura (PAVEZ-REYES, 2011).

Vicuña (2017) esclarece que o desenvolvimento urbano por condicionantes busca canalizar os recursos do mercado controlando e mitigando os impactos dos empreendimentos, alocando os custos de urbanização às incorporadoras. Nesse contexto, foram criadas duas categorias de propostas: as Zonas de Desenvolvimento Urbano Condicionadas (ZODUCs) e as Áreas Urbanizáveis de Desenvolvimento Prioritário (AUDPs). As ZODUCs correspondem a um modelo de relação horizontal entre poder público e privado, em outras palavras, trata-se de um mecanismo de negociação das condições que o setor privado deve cumprir para promover o desenvolvimento imobiliário em regiões estabelecidas, mitigando os impactos e

externalidades que podem gerar. Um exemplo de ZODUC é Piedra Roja, em Chicoreo (Figura 48).

Figura 48 - Piedra Roja – Chicoreo – ZODUC



Fonte: Comuna... (2018).

O setor público promoveu as ZODUCs destacando a integração socioeconômica por ela proporcionada, exigindo percentuais de produção tanto de habitação social e subsidiada, quanto de equipamentos de serviço, infraestrutura e áreas verdes. O processo de expansão da malha urbana começou a ocorrer em direção às áreas rurais e se concretizou principalmente com o projeto de construção de autopistas (Plano de Concessões de Autopistas Urbanas – MOP), em 1995, que promoveu o uso de veículos privados.

Um novo momento de expansão urbana horizontalizada se deu na década de 2000, com a população se consolidando nessas áreas e levando à origem de uma mobilidade intra-urbana. Dados apresentados por Hidalgo, Borsdorf e Sanchez (2007) apontam que, de 1997 a 2002, mais de 150.000 pessoas se deslocaram anualmente dentro da área metropolitana de Santiago; esse fenômeno foi denominado de “deslocalização para comunas periféricas”. Com relação à isso, destaca-se que, entre 1992 e 2002, as áreas centrais e pericentrais perderam sua população, e as localidades periféricas de Puente Alto, Maipú e Lampa tiveram um aumento significativo do seu número de habitantes – grupos que foram morar em condomínios fechados desses bairros, segundo Heinrichs, Nuissl e Seeger (2009).

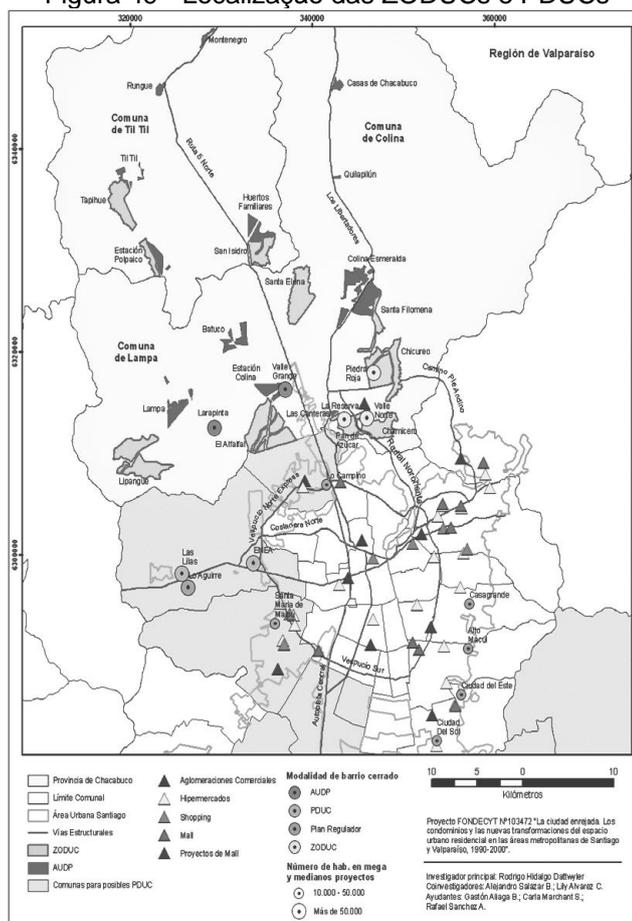
Alguns autores apontam que essa dispersão da população no espaço urbano se deve ao fato de que as elites latino-americanas – neste caso, chilenas – acreditam que a “vida ideal” é suburbana, ou seja, distante das aglomerações do centro da

cidade, da violência e da criminalidade. Em Santiago, esse processo teve início a partir dos deslocamentos para as comunas pericentrais de Las Condes, Vitacura e Providencia, localizadas ao norte da cidade.

Quando o contexto passa a ser o novo século, reconhece-se que o papel determinante exercido pelo ambiente de recessão econômica, pelo cenário internacional e pela crise asiática foi impulsionado pela abertura indiscriminada da economia chilena. Nos anos 2000, o país foi governado por Lagos (2000-2006) e Bachelet (2006 -2010); durante o mandato de Lagos, fez-se uma reforma no setor da saúde e criou-se o Programa Chile Solidário, com foco nas famílias indigentes. Segundo Carrasco Soto (2021), nesse período, ainda, foram formuladas diretrizes sobre a participação cidadã que resultaram na criação da Mesa Intergovernamental de Participação Cidadã e do Conselho Cidadão para o Fortalecimento da Sociedade Civil; esse conselho gerou propostas para elaboração da lei de participação cidadã e definição de processos para efetivação da democracia direta. O governo de Bachelet, por sua vez, caracterizou-se pela implementação de políticas voltadas à cidadania e à inclusão social (BUGLIO, 2014), e a participação popular se estabeleceu como um dos princípios fundamentais que nortearam o governo nacional.

No que tange às questões urbanas – contexto em que esta tese é inserida –, destaca-se que esses governos reviram os instrumentos normativos de expansão urbana e do PRMS, e, em 2003, definiram os Projetos de Desenvolvimento Urbano Condicionado (PDUCs). Essas propostas não precisavam contar com uma definição territorial, podendo ser localizadas em qualquer setor das comunas; tal modificação no ordenamento ampliou as possibilidades de transformações na política urbana, onde o setor privado tornou-se definitivamente responsável pelo uso do solo (HIDALGO; BORSDORF; SANCHEZ, 2007). A Figura 49 espacializa as Zonas de Desenvolvimento Urbano Condicionadas (ZODUCs) e os Projetos De Desenvolvimento Urbano Condicionado (PDUCs). Os autores descrevem que outro recurso jurídico denominado Área de Desenvolvimento Urbano Prioritário – AUDP, colaborou com o fortalecimento da expansão urbana. A figura 49 espacializa as Zonas de Desenvolvimento Urbano (ZODUC's), Áreas de Desenvolvimento Prioritários (AUDP's) e Projetos de Desenvolvimento Urbano Condicionado (PDUC's).

Figura 49 - Localização das ZODUCs e PDUCs



Fonte: Heinrichs, Nuissl e Seeger (2009).

Foram aprovados três PDUCs junto à região oeste, nas comunas de Pudahuel, Enea e Las Lilas. Segundo Hidalgo, Borsdorf e Sanchez (2007), esses instrumentos acarretaram um aumento do valor da terra urbana, inviabilizando a construção de habitações de interesse social. A população de classe baixa, então, acabou sendo transportada para áreas mais distantes dos centros e das oportunidades urbanas, onde os preços eram compatíveis com os pressupostos disponíveis para a construção de moradias para baixa renda. A segregação socioeconômica espacial passou, assim, de uma escala intraurbana para uma expressão territorial em escala regional.

Esse modelo neoliberal de consolidação suburbana acentua a segregação e a formação de cidades-regiões caracterizadas pela fragmentação e pela dificuldade de definição de limites, formando territórios funcionais cada vez mais complexos. A criação destes enclaves de alta renda gerou uma importante reestruturação no solo, na forma urbana e nas relações sociais (IRIZARRI, 2021).

Quanto ao ordenamento da Comuna de Santiago, pode-se apontar que as transformações causadas pelo Plano de Repovoamento, iniciadas na década de 1990, resultaram na verticalização do espaço urbano. O setor Santa Isabel, localizado no

coração da capital, experimentou uma das formas mais representativas desse cenário (MORALES; CORVALÁN; KLETT, 2012): houve um aumento do coeficiente de aproveitamento de 6, em 1990, para 9, nos anos 2000. Nesse período, as imobiliárias passaram a concentrar sua capacidade técnica na produção de obras simultâneas, ou seja, não eram mais produzidos um grande número de metros quadrados por projeto, mas sim uma série de projetos paralelos coordenados em etapas. Reforça-se que o Plano Regulador da Comuna (PRC) foi o maior responsável por essa consolidação dos processos de renovação urbana, limitando a altura das construções e estabelecendo normativas para os imóveis de valor arquitetônico em áreas específicas, como o bairro histórico Yungay.

Ainda na década de 2000, marcada pela verticalização, ocorreu a regulação *ex post* da atividade imobiliária, permitindo o deslocamento das construções para outras zonas sem que o poder público direcionasse espacialmente as possíveis e futuras áreas de intervenção. Fez-se necessário, assim, que se aplicasse, outros regulamentos restritivos para áreas como: as saturadas de arranha-céus; com espaços destinados à conservação para fins sociais e políticos; as que abrangiam demandas patrimoniais ou ambientais; e as que já continham população residente (MORALES; CORVALÁN; KLETT, 2012).

Para o setor junto à avenida Santa Isabel, os regulamentos foram apresentados no final da década de 1990 – como o Plano de Remodelação de Zonas de Construção Obrigatória –, mas se apresentaram flexíveis quanto às alterações dos índices construtivos. No ano de 2007, Santa Isabel representava 60% da área residencial construída no município, com uma produção total próxima de 370 mil metros quadrados; tornou-se, assim, uma zona de grande atração para grandes capitais imobiliários (MORALES; CORVALÁN; KLETT, 2012).

Salgado (2015) descreve que os movimentos sociais ou manifestações cidadãos contra a verticalização descontrolada e a venda do uso do solo se acentuaram no final da década de 1990 e durante os anos 2000. Grupos de moradores organizados – como apresentado no item 2.2.1.1. – estruturaram um instrumento que protege certas áreas de seus bairros classificadas como ZTyP (Zonas Típicas e Pitorescas) (LEAL-YÁÑEZ, 2018). A partir desse momento, Salgado (2015) aponta que o Ministério da Habitação e do Urbanismo (MIVU) começou a formular uma nova política de desenvolvimento urbano, centrada no direito à cidade, na sustentabilidade dos bairros e na proteção das edificações de valor patrimonial.

Morales, Corvalán e Klett (2012) citam outros projetos estratégicos: *Sector Norponiente* (2003), *Triángulo Central* (2008), *Expansión del Centro* (2011) e *Club*

Hípico-Parque O' Higgins (2012), construídos em diferentes localidades da capital, mas com o mesmo processo de regulação *ex post*. Segundo Leal-Yáñez e Inzulza-Contardo (2018), mesmo com diferentes movimentos patrimoniais organizados para resistir aos projetos imobiliários, o tecido social não conseguiu manter-se conservado; uma revisão estrutural foi necessária para lidar com mudanças situacionais ao longo do tempo.

A década de 2010 ainda reflete o processo dicotômico entre legislações voltadas à descentralização política-administrativa e aquelas de regulação urbana e planejamento territorial (MARSHALL MANRÍQUEZ, 2019). Destaca-se, nesse cenário, a importância de uma governança efetiva nas diferentes escalas do território e o fortalecimento das capacidades locais e regionais quanto à gestão do uso e ocupação do solo, sendo necessária uma mudança nas políticas urbanas. A Lei Nacional n. 21.074, aprovada em 2018, introduziu instrumentos que justamente visam fortalecer a regionalização no país e ampliar as responsabilidades e funções dos governos regionais; instaura-se, assim, uma estrutura normativa em matéria de governança urbana e territorial nas regiões chilenas. O artigo 16 da lei cria um instrumento definidor das macrozonas de acordo com princípios do desenvolvimento sustentável: o Plano Regional de Ordenamento Territorial (PROT), teria capacidade de articular e integrar as diferentes escalas intercomunal e regional (OSSANDON et al., 2020).

Os anos 2010 são marcados pelo processo de elaboração de políticas transcendentais para todo o país, criando uma agenda progressiva para definir novas estratégias de ordenamento territorial (OSSANDON et al., 2020). Foram estabelecidas, assim, a Política de Desenvolvimento Urbano (PNDU), aprovada em 2014; a Política Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR); a Política Energética do Chile, de 2015; e a Política Nacional de Ordenamento Territorial (PNOT), em 2016 (aprovada em 2021).

Na escala intercomunal, o MIVU esteve mobilizado na busca por terras para serem desenvolvidos projetos de habitação social pelos próximos 20 anos. Segundo Trivelli (2011), o órgão sugeriu a alteração do PRMS com o objetivo de ampliar a área urbanizável para 10.000 hectares, por meio das Zonas de Urbanização Condicionadas (ZUCs). A principal dificuldade encontrada no desenvolvimento das propostas de moradia social na Grande Santiago não era propriamente a falta de terrenos existentes, mas sim os preços elevados da terra (TRIVELLI, 2011).

Nesse cenário, formou-se a Rede “Por um Santiago em Escala Humana”, reunindo diversas organizações sociais e cidadãs que manifestaram preocupação com a proposta de alteração do PRMS, especialmente no que tange aspectos como:

saturação da bacia de Santiago, efeitos na poluição e o clima da cidade, limitações dos mananciais, aumento da concentração urbana em Santiago-Centro, e congestionamento veicular ainda não resolvido junto às concessionárias. Mesmo com a pressão de tais organizações da sociedade somada à visão dos prefeitos das Comunas de La Pintana, Puente Alto, Quilicura e Pudahuel, o PRMS 100 foi aprovado pelo Conselho Regional Metropolitano, em 2011.

A modificação do PRMS não pode ser considerada uma proposta de política pública de qualidade; ao contrário, a atualização fez com que o projeto fosse descontextualizado, deixando de abranger propostas voltadas à totalidade do território sendo que, em suma, as mudanças não tiveram sua necessidade justificada (BENÍTEZ; LÓPEZ, 2012). Diante de controvérsias sobre a atualização do PRMS, o governo regional metropolitano de Santiago, buscou desenvolver o Plano Regional de Ordenamento Territorial (PROT) para regulamentar o uso e ocupação do solo das seis províncias que compreendem a região da Grande Santiago. Esse plano ainda hoje está sendo submetido a uma avaliação ambiental estratégica e a consultas públicas.

Nas escalas regional, metropolitana e da comuna de Santiago, diferentes vozes sociais e críticas têm se articulado aos modelos de políticas vigentes desde 1990. A proliferação desses movimentos sociais com demandas diversas tem servido para canalizar o descontentamento frente à postura política de seus dirigentes e à flexibilização do ordenamento do uso do solo (DONOSO; VON BÜLOW, 2016). No entanto, esse aumento de adeptos aos movimentos sociais pode ser considerado também sintoma de um sistema político que não consegue canalizar institucionalmente os conflitos e os problemas sociais.

Diante desse cenário, a classe política chilena – em nível nacional, regional e local – tem tentado propor diferentes respostas para lidar com a crise, seja por meio de mudanças na regulamentação, seja pela criação de novas instituições (CARRASCO SOTO, 2021). Deve-se destacar que a grandeza do fenômeno do envolvimento popular nas políticas do Chile vem se concretizando desde a aprovação da lei de participação cidadã na gestão pública, em 2011, durante o segundo mandato da presidente Bachelet.

Carrasco Soto (2021) confirma que, devido ao histórico da democracia tecnocrática chilena, os governos não foram incentivados a abrir canais de participação cidadã que efetivamente envolvessem a sociedade civil na tomada de decisões (HUNEEUS, 2018). Nessa conjuntura, reconhece-se que os canais institucionalizados de participação implementados nos últimos anos ainda apresentam resultados fracos, de baixa intensidade e não vinculativos. O envolvimento dos

cidadãos na formulação de políticas tem ocorrido de forma quase marginal, merecendo destaque o papel exercido por movimentos sociais e outros grupos fomentados por cidadãos organizados – como detalhado no Estudo de Caso deste documento de pesquisa.

Frisa-se que Santiago é uma das comunas com os maiores níveis de participação do país, e essa condição é uma herança de Carolina Tohá na prefeitura (2012-2016). Durante seu mandato, foi criada a Subdiretoria de Participação Cidadã com o objetivo de desenvolver práticas, abordagens e mecanismos de participação cidadã e gestão democrática, aproximando o município da comunidade (CARRASCO SOTO, 2019). A gestão de Tohá, segundo Carrasco Soto (2019), foi responsável por desenvolver uma estratégia de participação segmentada em quatro fases; são elas:

- i) vinculação territorial – que buscou articular organizações locais e lideranças da sociedade civil com o município por meio de instâncias participativas consultivas, como as mesas de bairro;
- ii) implementação de consultas cidadãs – que abordaram diversos temas de interesse da sociedade e contaram com a participação de mais de 50.000 cidadãos;
- iii) fortalecimento das organizações da sociedade civil – que viabilizou o acesso ao cidadão como personalidade jurídica e pudessem participar como membros no Conselho Comunitário das Organizações da Sociedade Civil (COSOC) e em outros órgãos participativos;
- iv) organização de processos decisórios comunitários de políticas locais – que se deram por meio de mecanismos estabelecidos para decidir sobre os recursos orçamentários, com destaque para o orçamento participativo.

Como demonstra a análise empírica realizada por Carrasco Soto (2019) – que enaltece a atuação direta da então prefeita de Santiago, Carolina Tohá –, a liderança política e o compromisso democrático se consolidam, de fato, como variáveis fundamentais para que se possa implementar mecanismos de participação no nível municipal.

Quanto à área de Santiago-Centro, destaca-se que, em 2013, a Secretaria de Planejamento Comunitário (SECPLAN) iniciou um diagnóstico para definir unidades territoriais homogêneas. A metodologia utilizada estabelecia as seguintes categorias de análise com objetivo de melhorar aspectos da gestão urbana: socioeconômicas; populacionais e culturais; padrões de infraestrutura básica; tipologias de moradias; espaço público; sistema viário e transporte público; quantidade de organizações comunitárias. Foram definidas, assim, 26 unidades territoriais (SECPLAN, 2014) para

as quais foram apresentadas propostas para integrarem o Plano de Desenvolvimento Comunitário (PLADECO) de Santiago, no período de 2014 a 2022. Foram realizadas jornadas participativas, oficinas temáticas e foram apresentadas nove propostas para formatação de políticas locais como: i) participação cidadã; ii) segurança e integração social; iii) vida saudável; iv) moradia; v) espaço público; vi) patrimônio ativo; vii) mobilidade urbana sustentável; viii) desenvolvimento econômico local, e; ix) sustentabilidade ambiental (SANTIAGO, s. d.).

Ossandon, Valdés e Marín (2016) questionam se o PLADECO poderia mesmo ser considerado um instrumento norteador da gestão comunitária, uma vez que muitos municípios chilenos não dão seguimento ao que foi definido por ele, além de muitas autoridades se mostrarem indiferentes às propostas desse documento. Uma das razões para essa displicência, ainda segundo Ossandon, Valdés e Marín (2016), seria o corrompimento da relação entre o processo de planejamento e a cidadania, que dificultaria o processo de controle social. O PLADECO continua sendo um instrumento elaborado de forma distante do cidadão (de cima para baixo) e que, quando organiza os espaços de participação, não consegue impulsionar uma cidadania diversificada e representativa – perfil de grupo que saberia expressar quais contribuições poderiam ser mais efetivas para mudanças estruturais. Outro aspecto negativo desse plano é a ausência de responsabilização no que tange o cumprimento ou não das metas por ele estabelecidas; a execução acaba dependendo, na maioria dos casos, exclusivamente da vontade política das autoridades.

Os PLADECOs, conforme destacam Ossandon, Valdés e Marín (2016), continuam realizando diagnósticos temáticos sem conseguirem se aprofundar na definição de estratégias para atingir os objetivos definidos – até porque as próprias metas e iniciativas propostas são apresentadas em formatos genéricos. Um fator determinante para a implantação (ou não) desses planos é sua alta dependência financeira e ideológica, pois precisa equilibrar diversidades políticas, socioeconômicas e ambientais que dificultam executá-lo (OSSANDON; VALDÉS; MARÍN, 2016).

Ao constatarem que os planos ainda revelam alto percentual tecnocrático e significativo distanciamento em relação à sociedade civil, em 2020, a Universidade do Chile e a Universidade Católica criaram uma plataforma colaborativa para promover diálogos sobre o futuro da sociedade chilena. Essa iniciativa foi estimulada pelo processo de participação cidadã para definição da Nova Constituição, sendo organizados cinco mecanismos de funcionamento: consultas ao cidadão; conversas digitais; Chile em escala; e os dois mecanismos de participação em tempos de

pandemia, o bate-papo pelo WhatsApp, e os Conselhos Constituintes realizados por vídeochamadas.

Ao passo que as informações foram sistematizadas e disponibilizadas à opinião pública e a autoridades, representantes, parlamentares e outros atores interessados, visando ajudar a influenciar e contribuir para a geração de políticas públicas. Os “Encontros” realizados entre atores envolvidos (políticos e sociais) e as “Mesas de Trabalho: Política e Estado” são espaços de co-construção e deliberação genuína entre diversos membros da sociedade; as mesas contam com a presença de lideranças sociais, acadêmicos, autoridades, representantes da sociedade civil organizada, entre outros (TENEMOS..., 2022). Há ainda uma plataforma de participação popular criada pelo governo chileno, lançada ao final de 2021, que também recebe sugestões e ideias da população para serem incorporadas à nova Constituição; nesse caso, evidencia-se que o espaço digital foi desenhado também para contemplar a participação dos povos indígenas e para serem efetivados conselhos e reuniões (Figura 50).

Figura 50 - Plataformas de participação cidadã no Chile



Fonte: Tenemos... (2022).



Fonte: La plataforma... (2022).

No Quadro 21, visualiza-se as principais leis e decretos de planejamento urbano adotadas na Grande Santiago, Cidade de Santiago e Comuna de Santiago, de 1990 a 2020.

Quadro 21 - Planos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na cidade de Santiago e região

PLANOS URBANO E DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO EXECUTADAS SANTIAGO DO CHILE	
DÉCADA DE 1990	
1990	• Lei Nacional n. 18.595: Santiago Zona de Renovação Urbana.
1991	• Plano de Desenvolvimento Comunitário para Comuna de Santiago - 11 subcentros (gestão Ravinet 1990-1996).
1992	• Plano de Repovoamento da Comuna de Santiago.
1994	• Plano Regulador da área Metropolitana para Santiago - PRMS - 37 comunas; • Lei n.19.300 - Meio Ambiente.
1995	• Plano de Desenvolvimento do Sistema de Transporte Urbano da Grande Santiago.
1997	• PRMS: Criação de duas zonas ZODUC e AUDP.

(Continua)

Quadro 21 - Planos Urbanos durante as décadas de 1990-2020 na cidade de Santiago e região

PLANOS URBANO E DIRETRIZES DE PLANEJAMENTO EXECUTADAS SANTIAGO DO CHILE	
DÉCADA DE 2000	
2000	• Plano de Transporte Urbano para Santiago - PTUS.
2003	• PRMS: Criação da PDUC.
2006	• Plano Regulador da área Metropolitana para Santiago PRMS - integração de mais 12 comunas • Lei n. 18.695 - Orgânica Institucional de Municipalidades.
2009	• Efetivação da ZTyP pelas organizações de moradores da comuna de Santiago - Estabelecidas 104 zonas típicas e pitorescas na Comuna de Santiago.
DÉCADA DE 2010	
2010	• Criação do Ministério do Meio Ambiente.
2011	• Lei n. 167.557 - Plano Regulador Metropolitano de Santiago PRMS 100; • Lei Nacional n. 20.500 - Participação Cidadã e institui a obrigatoriedade de constituir o COSOC - Conselho Comunitário das Organizações da Sociedade Civil, em todos os municípios do país.
2014	• Política Nacional de Desenvolvimento Urbano - PNDU; • PLADECO - 2014/2020 - Comuna de Santiago.
2016	• Lei n. 17.288 - Zonas Típicas e Pitorescas (ver estudo de caso).
2019	• Plano Regulador da área Metropolitana para Santiago PRMS - integração de mais 03 comunas, totalizando 52 localidades.
2022	• Nova Constituição.

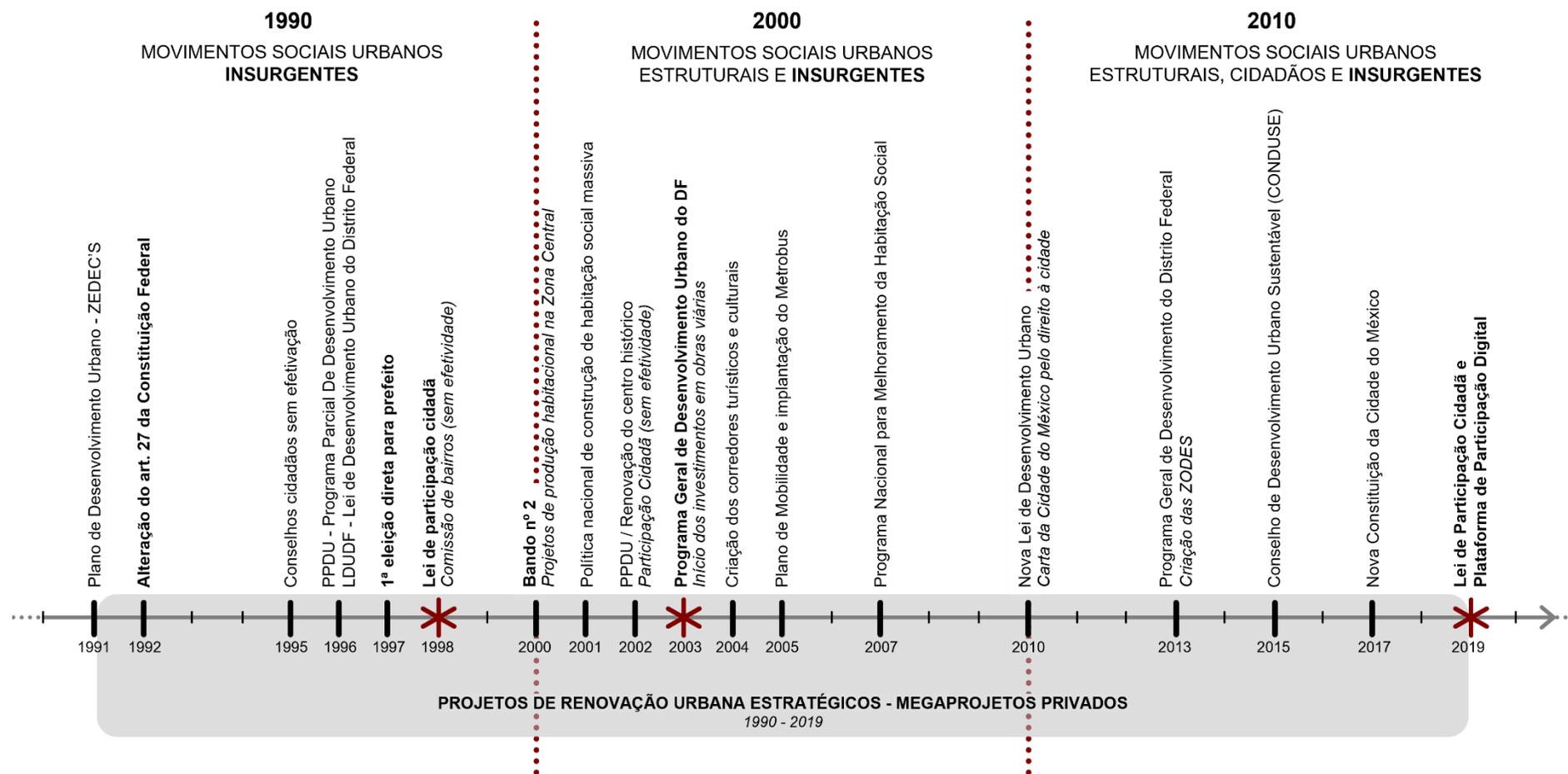
Fonte: A autora (2022)

Linhas do tempo das cinco metrópoles

Para sintetizar esta parte da investigação, foram elaboradas linhas do tempo que facilitassem a comparação entre os aspectos participativos nas cinco metrópoles do recorte entre as décadas de 1990, 2000 e 2010 (Figuras 51 a 55). Os principais planos de desenvolvimento urbano foram destacados, bem como as leis de participação cidadã institucionalizadas nestes territórios. As barras horizontais destacam se há continuidade ou não de aspectos da participação cidadã, diferenciando-se em três níveis:

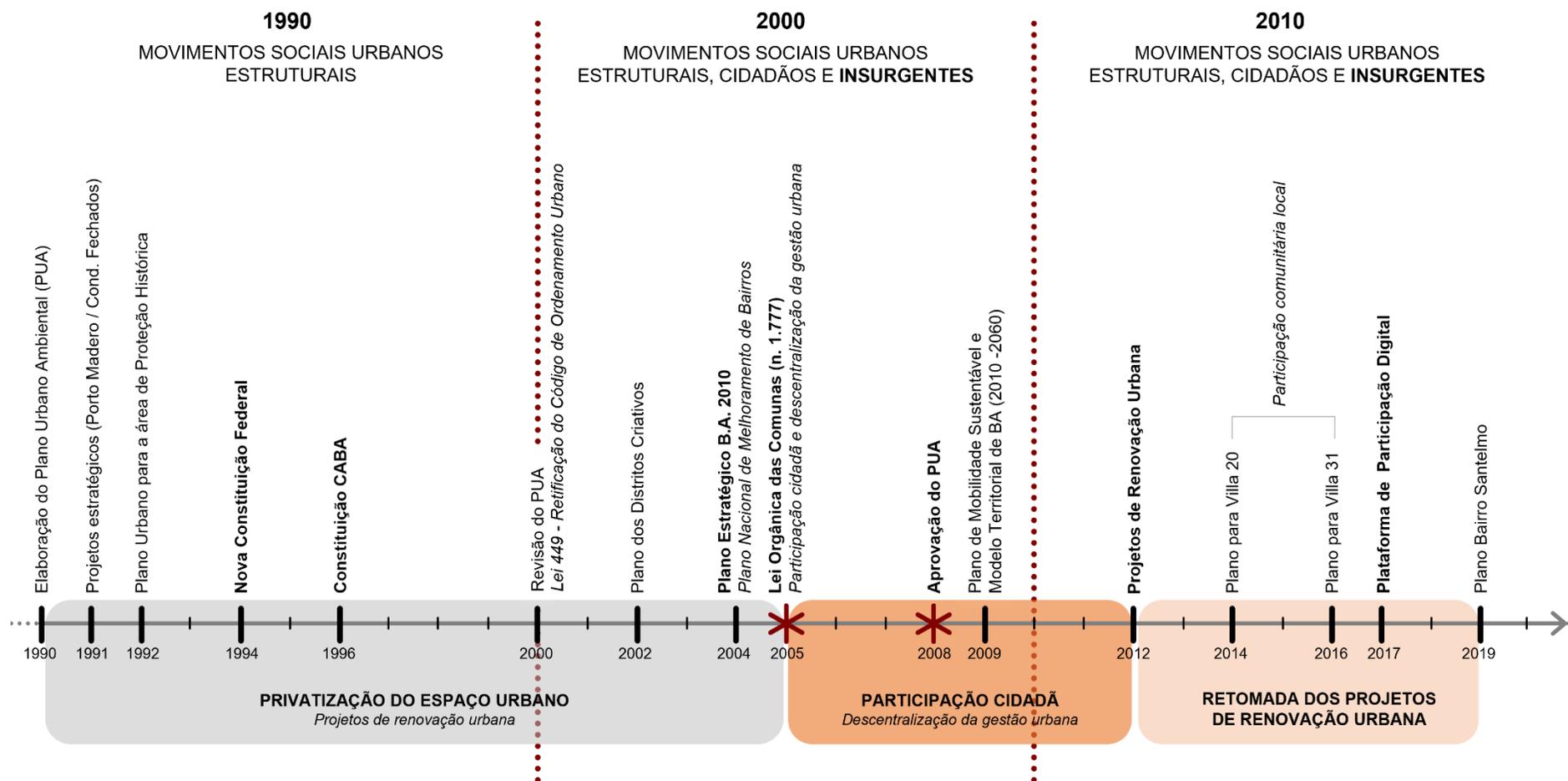
- a barra de cor **cinza** representa continuidade de projetos estratégicos de renovação urbana, realizados a partir de parcerias público-privadas, sem participação da população;
- a barra na cor **amarela** corresponde à cenários em que são concretizados alguns planos de ordenamento, com variação na intensidade da participação da população (ora mais intensas, ora com pouca efetividade).
- a barra na cor **laranja** retrata períodos em que há participação ampliada da população nos processos de políticas urbanas.

Figura 51 - Cidade do México



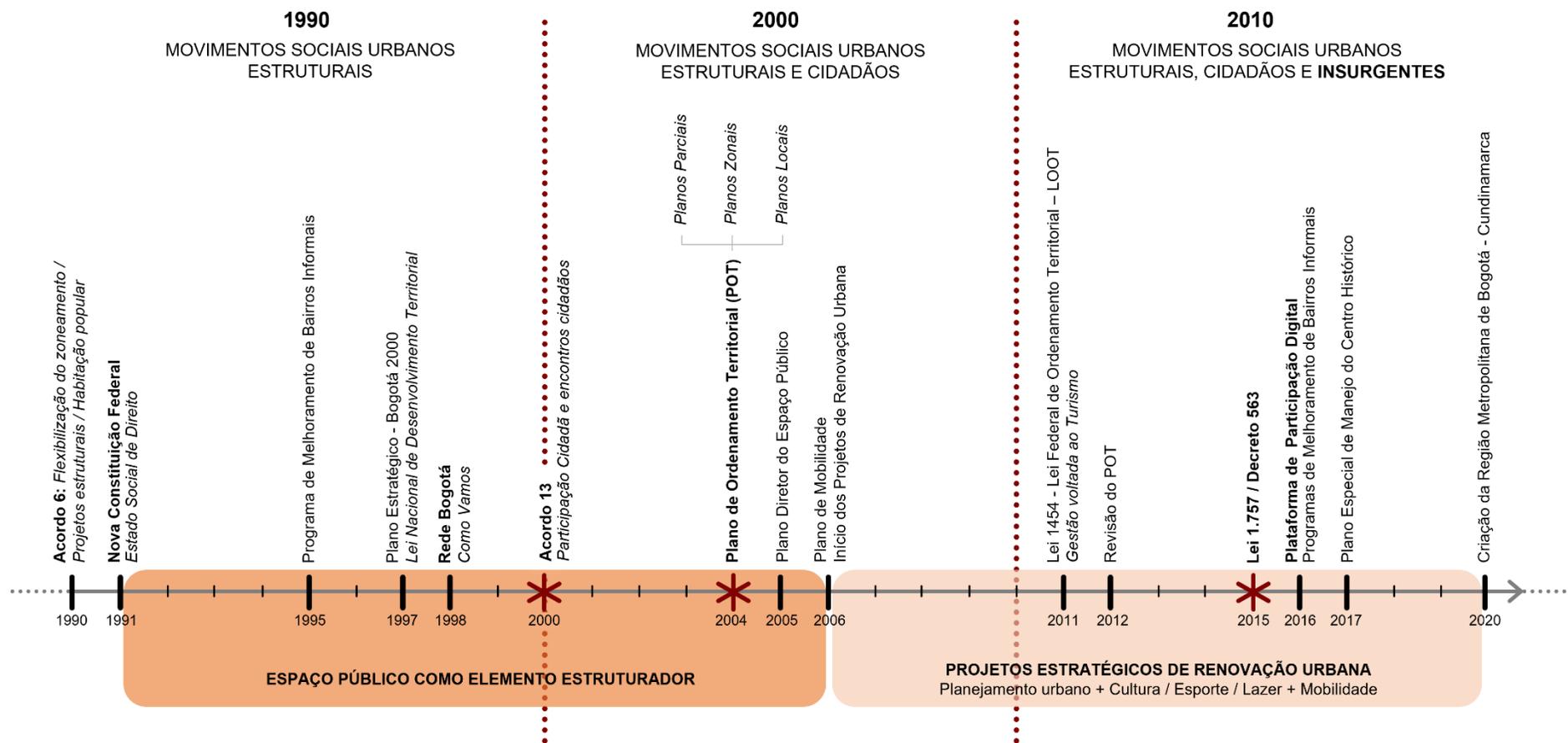
Fonte: A autora (2022).

Figura 52 - Buenos Aires



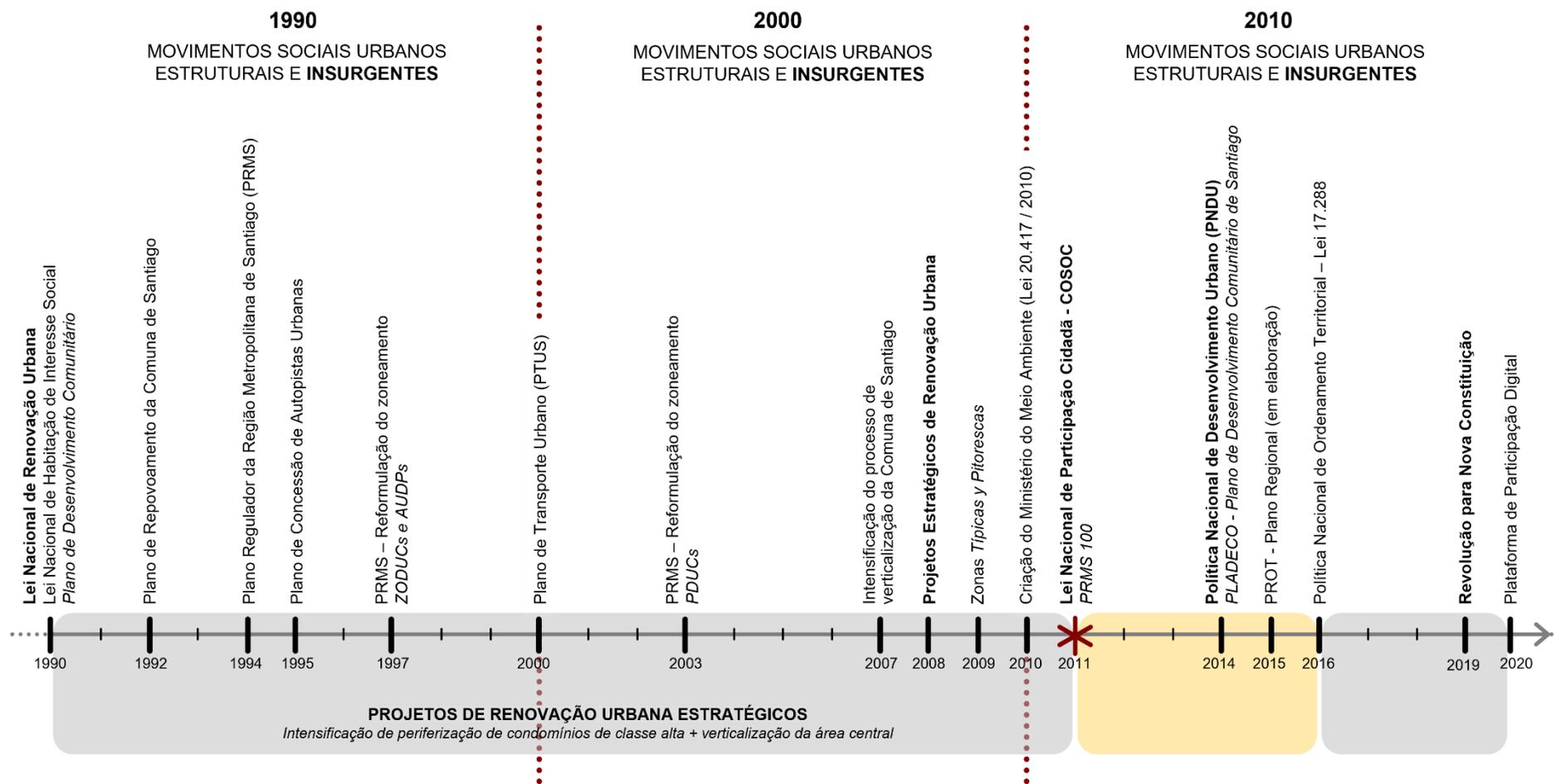
Fonte: A autora (2022).

Figura 53 - Bogotá



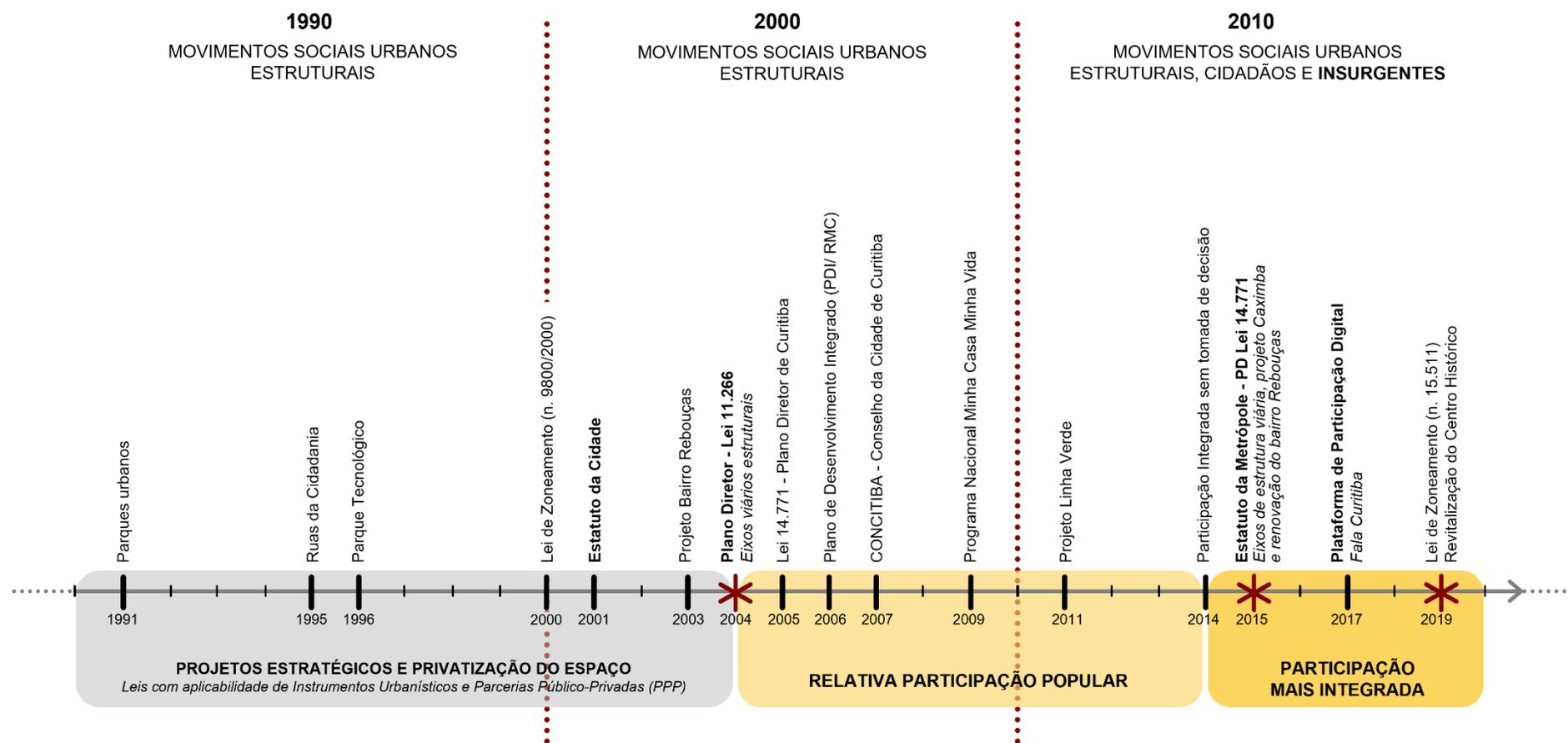
Fonte: A autora (2022).

Figura 54 - Santiago



Fonte: A autora (2022).

Figura 55 - Curitiba



Fonte: A autora (2022).

A **Cidade do México** (Figura 51) apresenta um quadro de continuidade nos projetos estratégicos de renovação urbana de 1990 a 2019, realizados a partir de parcerias público-privadas, sem a participação da população. Os programas e planos de desenvolvimento urbano propostos até então direcionaram a densificação e buscaram evitar a expansão urbana desorganizada, mas resultaram em um cenário de desigualdade preocupante. Entende-se que, com a aprovação da Lei de Participação Cidadã, em 2019, essa realidade já vem sendo alterada, em especial se considerada a crescente pressão exercida por movimentos insurgentes, que lutam contra a privatização e a elitização dos espaços urbanos. Um exemplo dessa mudança pode ser observado na implantação de um grande projeto linear (“Parque Gran Canal”), em 2020, beneficiando primordialmente áreas habitadas pela população de baixa renda – trata-se de uma estratégia urbana diferente daquela que priorizava a construção de megaprojetos privados. Admite-se, contudo, a necessidade de uma investigação específica sobre a forma como se deu a participação da população que mora nos bairros do entorno do parque ao longo desenvolvimento do projeto: será que o governo local de fato conseguiu realizar, incentivar e incorporar o processo de participação cidadã?

Na **Cidade Autônoma de Buenos Aires - CABA e RMBA** (Figura 52), o cenário entre 1990 e 2019 também é de continuidade dos projetos estratégicos de renovação urbana, realizados a partir de parcerias público-privadas e com pouca participação da população. Com efeito, o processo de envolvimento direto da sociedade nas propostas só foi iniciado quando da aprovação da Lei Orgânica das Comunas, em 2005, fortalecendo uma perspectiva política mais descentralizada, com foco nos problemas urbanísticos específicos de cada bairro. Contudo, com a falta de efetivação do Plano Urbano Ambiental (PUA), em 2008, os projetos estratégicos se estabeleceram e o poder decisório volta a ser monopolizado pelo governo central aliado ao mercado imobiliário; na década de 2010, as Comunas perderam ainda mais sua força durante as gestões de Macri e Laretta (de 2011 até o final de 2019). Apesar disso, novos projetos de revitalização de assentamentos precários foram consolidados de forma estratégica pela gestão pública, como a Villa 20, na Comuna 8, e a Villa 31, na Comuna 1; trata-se de propostas desenvolvidas utilizando mecanismos de participação popular, aparentemente envolvendo os moradores dos assentamentos em questão e, teoricamente, aproximando o cidadão marginalizado ao poder público. Cabe, assim, investigar se esses projetos sugerem uma mudança de planos

governamentais ou seriam apenas mais uma estratégia neoliberal para tentar qualificá-los. O que se sabe é que as pressões dos movimentos organizados pelos moradores dos bairros e das Comunas seguem denunciando a mercantilização do espaço urbano de CABA.

Em **Bogotá** (Figura 53), entre 1990 e 2019, observa-se que os gestores públicos conseguiram manter a universalidade dos planos urbanos conferindo ao espaço público o papel de elemento estruturador da cidade. O planejamento urbano manteve-se dando prioridade à continuidade das ações com foco na participação cidadã, independentemente das trocas de gestores. Nessa conjuntura, cabe dar destaque à gestão de Mockus, que enalteceu a cultura cidadã a partir de 1997, instaurando um modelo de cidade em que predominou a ação conjunta entre poder público, iniciativa privada e sociedade. Em 2000, com a aprovação do Acordo 13 legitimando a participação cidadã, a cultura de participação foi mais uma vez fortalecida, levando à organização e sistematização dos Encontros Cidadãos (ECs). A partir de 2012, os ECs perderam sua força devido à falta de sincronicidade entre os projetos desenvolvidos em escalas distrital e local; nesse período, então, se consolidam projetos estratégicos de Renovação Urbana, com a perda da real participação popular. Mais tarde, em 2015, a aprovação do Decreto 563 passa a incentivar mobilizações e protestos em espaços públicos, ampliando novamente a legitimidade do projeto democrático. A atual gestora do município, prefeita Cláudia Lopez, desde 2020 tem se empenhado no grande desafio que tem pela frente: reavivar a participação cidadã inserida na construção e aprovação do novo Plano de Ordenamento Territorial (POT).

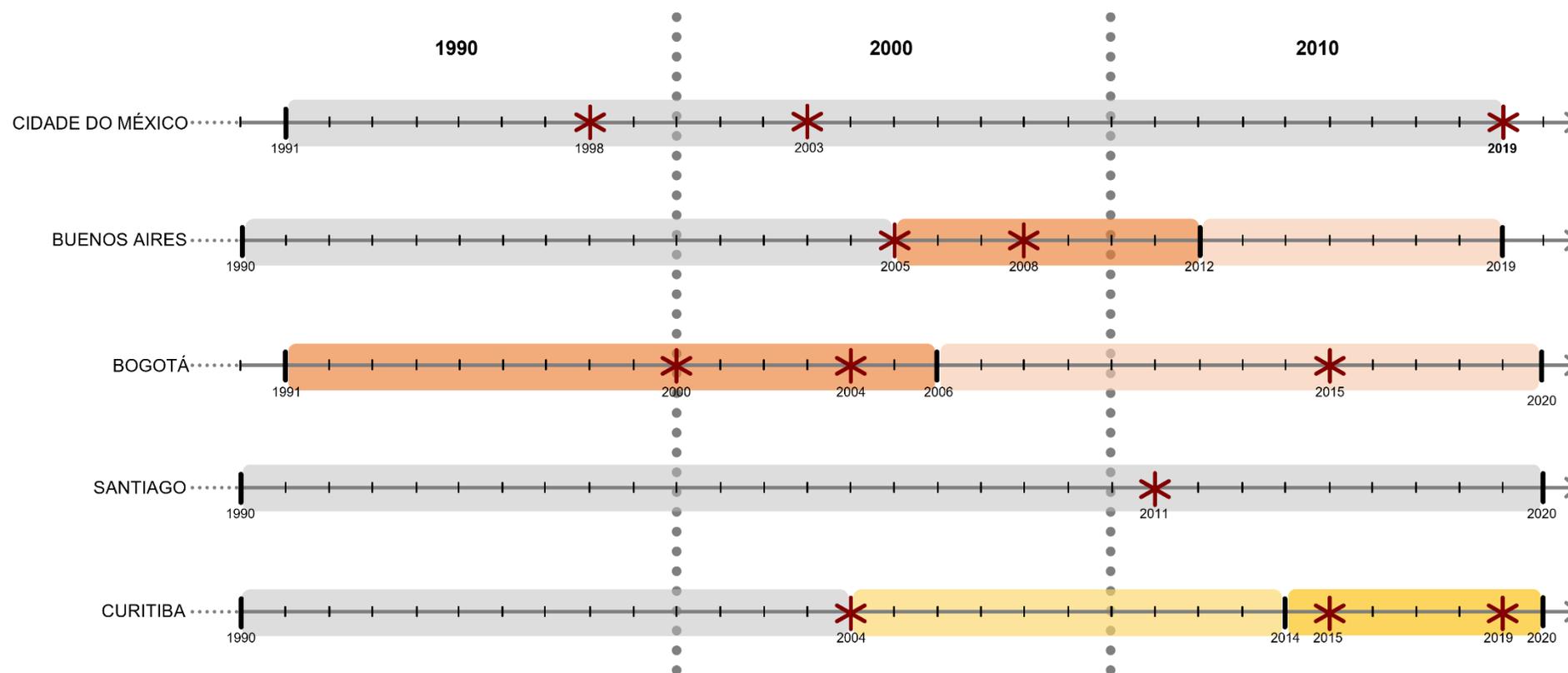
Santiago – cidade e comuna – (Figura 54) passou por um processo similar às demais metrópoles apresentadas: deterioração do centro histórico, dispersão das classes mais abastadas para áreas periféricas e construção massiva de habitações de interesse social. Os processos de privatização foram muito intensos e os planos reguladores, tanto para as periferias quanto para o centro, resultaram em alterações nos instrumentos de adensamento e de uso e ocupação do solo. A participação cidadã só foi de fato institucionalizada a partir da década de 2010; durante a gestão de Carolina Tohá (2012-2016), foi possível resgatar a importância do envolvimento da sociedade no processo decisório a partir da aprovação da Lei Nacional e elaboração do PLADECO (Plano de Desenvolvimento Comunitário para Comuna de Santiago). Acredita-se que a integração da população nos debates e com a regulamentação

dessa gestão participativa na nova Constituição, as perspectivas das políticas urbanas possam ser transformadas.

Por fim, na cidade de **Curitiba** (Figura 55), é possível reconhecer que ainda predomina o planejamento urbano tecnocrático, cuja responsabilidade pertence ao IPPUC – órgão público que elabora planos e instrumentos de ordenamento do solo do município. Nesse sentido, a década de 1990 se assemelha muito à realidade das demais metrópoles, ou seja, predominantemente marcada pela execução de projetos estratégicos público-privados. Quando da aprovação da nova política urbana nacional e da Lei Federal do Estatuto da Cidade, em 2001, os técnicos do IPPUC buscaram efetivar as normativas apresentadas pela lei para a elaboração do Plano Diretor de 2004. Houve, a partir de então, crescentes tentativas para ampliar a participação cidadã ao longo dos anos; a elaboração do Plano Diretor de 2015 e da Lei de Zoneamento regulamentada em 2019 são exemplos disso, pois as discussões com a população antecederam a redação dos documentos. Diferentemente das demais metrópoles do recorte estudado, os planos urbanos mantiveram uma linha mestra definida em relação à estruturação dos espaços: os eixos viários e de transporte público guiaram as demais estratégias. Constata-se, dessa forma, que a continuidade das diretrizes estruturais se sobrepõe à periodicidade dos gestores e à elaboração de projetos pontuais mais ousados – que ainda visam chamar a atenção do mercado internacional. Ressalta-se, ainda, que a partir da década de 2000 ocorreu um expressivo aumento das áreas com ocupação irregular, principalmente em zonas periféricas ao sul da cidade; apenas em 2015 começou a ser estruturado um projeto “modelo” para o bairro Caximba, majoritariamente habitado pela população de baixa renda. Destaca-se, portanto, a necessidade de entendimentos específicos quanto à participação da população no processo de elaboração desse projeto.

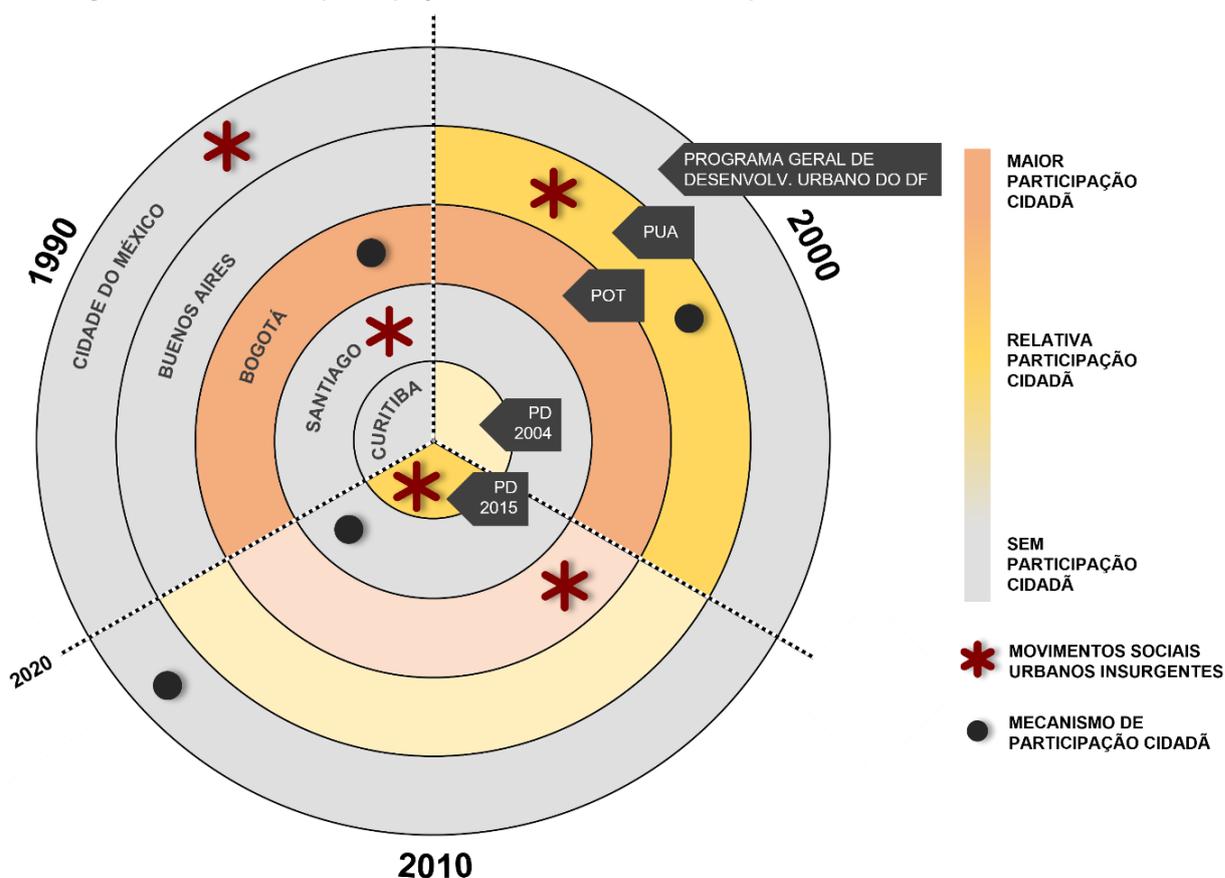
Uma vez resgatadas e sintetizadas as informações do levantamento feito para cada uma das cinco cidades de interesse ao longo das décadas de 1990, 2000 e 2010, parte-se para um breve comparativo dessas realidades. As Figuras 56 e 57 representam o resultado dessa confrontação histórica; tem-se, pois, uma visão geral dos planos de desenvolvimento urbano em relação aos Movimentos Sociais Urbanos Insurgentes (MSUI), a partir da intensificação da economia global.

Figura 56 - Síntese comparativa das linhas do tempo nas cinco metrópoles latino-americanas analisadas



Fonte: A autora (2022).

Figura 57 - Níveis de participação cidadã nas cinco metrópoles latino-americanas analisadas



Fonte: A autora (2022).

Uma vez feita essa contraposição de como se deram os processos participativos na Cidade do México, Buenos Aires, Bogotá, Santiago e Curitiba, parte-se para uma discussão ampliada da importância desse envolvimento da sociedade em processos decisórios, particularmente, naqueles relacionados à organização do espaço urbano.

2.2.4 A importância da participação cidadã ampliada: considerações e debate

A democracia representativa adotada pelos países e metrópoles aqui investigadas, como se viu, não abriu espaço para a participação cidadã ampliada. Diante disso e baseando-se na ideia de que é possível alcançar o modelo de

democracia participativa ou deliberativa²⁶ como alternativa ao modelo hegemônico liberal-elitista, faz-se necessário destacar aqui algumas considerações sobre participação cidadã.

Milani (2008) relata que, desde 1990, quando houve um processo de reforma da administração pública na América Latina, a participação social vem sendo construída como um dos princípios organizativos centrais, fortalecido dentro dos foros regionais e internacionais. O autor descreve que os cidadãos e as organizações da sociedade civil (OSC) foram incluídos nos processos decisórios de algumas políticas públicas que, a nível local, foram consideradas inovadoras.

Essa participação popular se dá por meio de reivindicações históricas de muitos movimentos sociais. Sendo assim, a partir das manifestações de 2011, os ativismos políticos esperaram um possível amadurecimento da sociedade rumo às transformações do sistema e uma provável defesa da poliarquia plena²⁷, que se faz por meio de contestação e participação popular (DAHL, 1997). Gaspardo (2018) afirma que o modelo de democracia participativa está baseado em quatro condicionantes: i) a inclusão de atores historicamente excluídos das decisões políticas; ii) o caráter deliberativo da participação; iii) o papel pedagógico da participação; e iv) a pluralidade de desenhos institucionais. Nesse sentido, os movimentos sociais desempenham papel fundamental na institucionalização da diversidade cultural, no aumento da cidadania e na inserção política de atores sociais excluídos (AVRITZER, 2012).

A compreensão sobre participação cidadã amplia a análise sobre a evolução da urbanização e do planejamento urbano adotados nas cinco cidades-capitais latino-americanas do recorte. Sabe-se que, na maioria dos casos, mesmo com os planos diretores sendo considerados como o instrumento primordial de política urbana, não foram implementados pelos gestores públicos em diferentes momentos da história; o planejador era, pois, entendido como um agente neutro e externo à realidade a ser planejada. Ultramari e Rezende (2008) já apontavam a necessidade de avanços no

²⁶ Na democracia deliberativa, segundo a formulação de Habermas (1997), ocorre a reaproximação entre os conflitos sociais e os processos políticos mediante à institucionalização da prática democrática fundada na ideia de liberação pública (AVRITZER, 2012).

²⁷ A Poliarquia, para Dahl (1997), é o mais eficaz regime político, pois: i) garante as liberdades individuais; ii) permite que os cidadãos de vários extratos formulem e expressam preferências; iii) facilita a participação e acesso junto às decisões governamentais; iv) amplia as opções da vida política.

planejamento urbano pelos governos locais e a efetiva participação comunitária como o desafio das administrações públicas. Segundo Fernandes (2004), os organismos internacionais, no final dos anos de 1980 e início dos anos 1990, objetivavam capacitar os técnicos dos órgãos públicos e apontavam a necessidade do envolvimento das comunidades tanto para o desenvolvimento do planejamento urbano, como para uma gestão com melhores resultados:

O envolvimento das comunidades, que começou a ser utilizado já no final dos anos 80, ganha intensidade e a capacitação de lideranças e das comunidades tornou-se um elemento relevante. A capacitação não só beneficiaria os atores envolvidos nos projetos, mas os tornaria facilitadores de um processo mais amplo de aprendizado político pela prática (FERNANDES, 2004 apud ULTRAMARI; REZENDE, 2008, p. 721).

Villaça (2005 apud ULTRAMARI; REZENDE, 2008) reforça a importância da verdadeira participação das camadas populares em decisões governamentais; segundo o autor, essa população acaba não participando dos debates em razão da modelagem das questões formuladas pelos gestores e planejadores, que não abordam os temas relacionados à vida cotidiana desses cidadãos:

O discurso do plano diretor tradicional diz que ele representa os interesses e a vontade da sociedade, mas a prática mostra que isso é falso, que a maioria não vê seus problemas e suas soluções no plano. Se ele realmente abordasse os temas populares, a maioria da massa se interessaria por ele. Se não se interessa, é porque o plano diretor não diz respeito a esses problemas (VILLAÇA, 2005 apud ULTRAMARI; REZENDE, 2008, p. 725).

De modo complementar, Silva, Alves e Seti (2017) argumentam que a participação cidadã pode ser alcançada por meio da “liberdade instrumental”, que integra temas de inclusão e justiça social. São cinco os fundamentos formulados por Sen (2000) para que se possa alcançar essa liberdade instrumental visando a verdadeira participação cidadã: i) liberdades políticas – incluindo direitos civis; ii) facilidades econômicas; iii) oportunidades sociais; iv) garantias de transparência; v) segurança protetora.

Gonzalvéz e Mballa (2017), por sua vez, descrevem que, durante a década de 1990, os mecanismos de participação cidadã foram implantados principalmente na formulação de políticas públicas como parte de um processo de inovação democrática; o objetivo era gerar formas de integração social e contenção das demandas sociais. Os autores relatam que, em países latino-americanos, a forma mais comum de participação se dá por uma via não institucionalizada. Essa seria uma

consequência da desconfiança da população em relação ao governo, e da crise de representatividade dos partidos políticos; os protestos sociais acabam sendo a principal demonstração do envolvimento da sociedade. Isso constituiu um forte desafio a ser superado pelo sistema político para que se restabeleça o vínculo e a confiança entre governo e sociedade.

Milani (2008) também reforça a existência dessa crise de representatividade política e da demanda formulada por atores da sociedade civil em prol da renovação das relações entre governo-sociedade. Segundo o autor, o desencanto com a ação política institucionalizada, aliado às questões de corrupção da classe política latino-americana, fomentou a mobilização social por meio de diversos canais – como organizações da sociedade civil, movimentos sociais e mídias digitais. O resultado foi que novos setores da sociedade passaram a refletir sobre os modos de participação cidadã em um contexto de institucionalização democrática e governança política (GONZALVÉZ; MBALLA, 2017).

A importância desses novos atores na cena política é um dos temas abordados por Santos e Avritzer (2002), que veem esses grupos da sociedade como questionadores da exclusão social e da ação do Estado, reivindicando a ampliação do debate político sobre a cidadania e a inclusão de todos os cidadãos. Nesse cenário, são enfatizadas as possibilidades de criação de uma nova agenda social e de reestruturação das relações entre Estado e sociedade, instigando a realização de práticas participativas em espaços públicos. Santos e Avritzer (2002) argumentam, ainda, que a participação ampliada dos diversos atores sociais nos processos decisórios permite a inclusão de temáticas até então ignoradas pelo sistema político; tem-se, pois, a redefinição de identidades e vínculos, o aumento da participação no nível local, e a incorporação de elementos inovadores para fortalecimento da democracia.

Reapropria-se aqui do conceito de participação cidadã apresentado por Cunill-Grau (1998), ou seja, um instrumento capaz de fortalecer a democracia e auxiliar em reivindicações por um sistema político democrático participativo com caráter complementar aos mecanismos de representação tradicionais. Duque-Brasil (2004), assim como Gaspardo (2018), defende que, para alcançar um elevado grau de democracia participativa, é necessário adotar três medidas: i) recuperação de figuras da democracia direta; ii) participação cidadã na formulação de políticas e decisões estatais; iii) deliberação pública. Dessa forma, entende-se que: a manutenção de um

sistema institucional relativamente aberto estimula novas formas de se viver nos espaços participativos, e a participação concebida por marcos da democracia endossa a redefinição das relações entre Estado e sociedade.

Nesse sentido, o conceito de participação cidadã definido por Cunill-Grau (1998) abrange a intervenção dos agentes sociais no curso das atividades públicas de diversas formas, permitindo sua influência nas decisões estatais ou na produção de bens públicos, constituindo expressão de interesses sociais. A perspectiva dessa autora converge com o discurso promovido por Teixeira (2000), que também enfatiza a extensão do conceito de participação cidadã para além dos espaços institucionalizados e da relação com o Estado; trata-se de uma concepção inscrita nos domínios da sociedade civil, concebida de forma autônoma e autolimitada. Assim, refere-se a um “processo complexo e contraditório de relação entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se definem pelo fortalecimento da sociedade civil através da atuação organizada de indivíduos, grupos e associações” (TEIXEIRA, 2000, p. 46). Complementarmente, o autor ressalta que:

Isto requer a constituição de espaços públicos autônomos em que as diversas organizações sociais e os indivíduos possam exercer os direitos de informação, de opinião e possam articular-se numa ação coletiva que questione as decisões políticas do Estado e, ao mesmo tempo, possa oferecer fundamentos e alternativas para novas decisões e num processo de *accountability* avaliar os métodos e resultados (TEIXEIRA, 1997, p. 191).

No que essa discussão tange a realidade da América Latina, Flores Vega (2017) alega que, para compreender por que é tão difícil alcançar uma participação cidadã plena, é preciso analisar dois problemas fundamentais das políticas públicas dessa região:

- i) a concepção de Estado e de sociedade civil, especialmente no que diz respeito às estratégias dos povos originais *versus* as disputas europeias clássicas, e às relações de clientelismos e corporativismos comumente usadas na esfera pública;
- ii) as demandas pelo desenvolvimento de forças produtivas e de relações internacionais, que se intensificaram com o processo de globalização, a partir dos anos de 1990.

Diante desses dois problemas revelados, as configurações para que as políticas públicas possam incorporar a participação da sociedade mostram-se bem restritas. Sabe-se que os países latino-americanos são considerados regimes

periféricos, em processo de formação de uma institucionalidade de acordo com as demandas sociais (FLORES VEGA, 2017); mesclam, pois, formas autóctones com resquícios de estruturas coloniais e superestruturas centrais. Em suma, os países da América Latina ainda não possuem normas que acarretem um efetivo formato de exercício de poder, e isso produz uma instabilidade política e ideológica permanente. Flores Vega (2017, p. 48) afirma que esse processo:

[...] acontece até encontrar uma maior adaptação nos valores da sociedade com os princípios gerais do Estado e os regulamentos da política pública; ou, ao contrário, essas sociedades entrarão em processos autoritários até que gerem políticas constitucionais baseadas em pactos nacionais reais (tradução livre).

Também seguindo esse raciocínio, Gonzalvéz e Mballa (2017) relatam que é possível identificar “inovações democráticas participativas” institucionalizadas em países latino-americanos desde o final dos anos de 1980. O orçamento participativo brasileiro – já apresentado anteriormente – é um exemplo disso: sua formalização, em 1989, determinou os rumos a serem seguidos em termos de participação cidadã em outros países latino-americanos.

Vale destacar também o programa federal “Territórios de Cidadania”, implementado em 2008, voltado a políticas públicas para a agricultura familiar em territórios rurais que apresentassem o mesmo perfil econômico e ambiental, identidade comum, coesão social e cultural. Esse programa fomentou o processo participativo descentralizado, deliberativo e decisório dos agricultores, bem como a aplicação, gestão e monitoramento do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Esse PTDRS tinha como objetivo ampliar a capacidade de autogestão e de promoção do desenvolvimento de 120 territórios, localizados em 1.852 municípios brasileiros (CANIELLO, 2016); a participação se dava por meio de Fóruns Deliberativos, formados por representantes da sociedade civil, governo e agricultores.

Na Colômbia, com a implementação da democracia participativa, em sua Constituição Política de 1991, e a posterior promulgação da Lei n. 134, de 1994, sobre mecanismos de participação cidadã, a população foi munida de diversos instrumentos jurídicos para intervir nas políticas públicas; o principal foco dessas intervenções foram pautadas na juventude, paz e agenda cultural. No cenário chileno, destaca-se, a partir de 2002, a preocupação do governo nacional em considerar a participação dos cidadãos nas políticas públicas como uma prioridade estratégica, mas apenas na

década de 2010 esse processo começou a ser disseminado para as municipalidades; esse cenário, segundo Gonzalvéz e Mballa (2017, p. 15):

[...] contribui para a melhoria da gestão pública, ao permitir a incorporação da opinião cidadã nas diferentes etapas deste processo, o que fortalece a democracia e permite que os resultados das políticas de Estado sejam mais efetivos e mais próximos das necessidades das comunidades (tradução livre).

Com o fortalecimento do neoliberalismo na Colômbia e no Chile, o desenho das políticas públicas priorizou ações individuais, impedindo avanços na implementação da participação cidadã. Na Argentina, com a crise de 2001, diversos mecanismos de participação de natureza consultiva – como o Conselho do Plano Estratégico, o Plano Ambiental Urbano, o Conselho Econômico e Social, as Audiências Públicas, os Conselhos Territoriais e o Orçamento Participativo – foram implementados com o objetivo de melhorar as condições de vida da população. Welp e Schneider (2011) acreditam, contudo, que essas ferramentas institucionalizadas estão estagnadas ou em decadência, uma vez que houve um decréscimo no grau de participação popular nos últimos anos, especialmente no atual cenário em que o controle político de Buenos Aires tem sido exercido pelo Partido Republicano (PRO).

No México, a geração de políticas de participação cidadã tem seguido um lento processo de desenvolvimento e está aquém do cenário encontrado em outras experiências latino-americanas (ZICCARDI, 2004). Oliveira A. (2016) aponta que o governo mexicano se dedicou a restaurar um projeto autoritário que aprofundasse políticas neoliberais, corporativistas, clientelistas e de outras formas de dependência coletiva. Porém, a partir da reforma constitucional de 2014, em seu artigo 35, incisos VII e VIII, ampliou-se os direitos dos cidadãos em termos de participação, tanto por meio da propositura de leis, como pela instauração do voto em consultas populares sobre questões de importância nacional.

Tanto no México quanto no Chile e no Brasil, os mecanismos de participação cidadã nas políticas públicas permaneceram na esfera jurídica, dificultando a permeabilidade para outras instâncias, isto é, a instrumentação legal não ampliou de fato a participação cidadã. Sánchez de Buglio (2014) argumenta que isso ocorre porque os mecanismos de participação não são plenamente aplicados, seja por desconhecimento de suas minudências e funcionamento, seja por falta de interesse – por parte da população e das próprias autoridades políticas.

Como na Colômbia, a Argentina apresenta um exemplo de participação cidadã. Na cidade de Buenos Aires, destaca-se a questão das Comunas, mas essas participações organizadas pelos moradores dos bairros vêm perdendo força desde a década de 2010, quando as gestões passaram a estar vinculadas a partidos de extrema direita.

A primeira eleição efetiva das Juntas Comunais aconteceu somente em 2011, quando sete membros foram eleitos pelos moradores por meio de eleições diretas; os mandatos duram quatro anos (CABA, 2022). Cada Comuna tem um Conselho Consultivo composto por representantes de entidades não governamentais de vizinhança, partidos políticos, redes, outras formas de organização social e pessoas com interesses ou atividades no âmbito territorial da Comuna. As funções do Conselho Consultivo Comunal são: participar dos processos de elaboração do Programa de Ação Anual e do Projeto de Orçamento da Comuna, acompanhar e avaliar a gestão comunal, e apresentar outras iniciativas pertinentes aos bairros. Esse organismo de descentralização política, que se iniciou na década de 1990 com a Constituição, perpetuou-se por meio: i) da aprovação da Constituição da CABA, em 1996; ii) das propostas e movimentos (Buenos Aires Viva) apresentados pela FLASCO²⁸ referentes a gestões participativas e governos descentralizados; iii) da crise econômica de 2001, que levou à formação das assembleias de moradores, que tinham como objetivo ajudar a população em atividades para superar as problemáticas cotidianas; iv) da gestão de Aníbal Ibarra (2000-2006).

Verifica-se, na gênese das comunas, a defesa da inclusão de mecanismos participativos na agenda pública como condição para a formulação de decisões a serem implementadas nas unidades descentralizadas. Poggiese (2009) esclarece que as comunas têm competências concorrentes ao governo da cidade no que tange o cumprimento das regras de utilização dos espaços públicos e do solo, o que significa que há uma interferência direta local. Muitos dos macroprojetos da cidade global que

²⁸ A FLASCO (Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais) criou uma Rede Territorial de Gestão urbana participativa denominada de *Western Associated Management Network (GAO Network)*, uma experiência pioneira de projetos descentralizados de cogestão urbano-social (POGGIESE, 2009). Em 1995, a Rede lançou um movimento (Buenos Aires Viva) em que os grupos sociais e de bairro compartilhavam os princípios de participação e descentralização. Esse movimento foi concebido de forma itinerante entre os bairros da cidade, promovendo discussões acerca de temas como a descentralização e as propostas seriam apresentadas na formatação da Constituição da CABA, em 1996 (POGGIESE, 2009).

é Buenos Aires, causaram problemas e continuam transformando o espaço e impactando o cotidiano dos bairros; por violarem as normas de planejamento urbano, na prática, teriam que se ajustar às reservas sociolocais, onde as comunas estão instaladas. Constata-se, pois, que há uma relação direta entre o atraso nas comunas e a velocidade do modelo hegemônico de redesenvolvimento globalizante.

Ghiglione (2020) relata que atualmente o processo de desvinculação de funções em relação ao governo central se dá de forma mais eficiente, mas a descentralização propriamente dita tem sido fortemente desestimulada pelas diferentes frentes governamentais. O Poder Executivo da CABA aparenta não estar interessado em iniciativas de transferência de poderes ou recursos; essa conjuntura resulta na redução – ou falta – de autonomia em ações dos Conselhos Comunitários.

Desde 2011, o governo central, durante a gestão Macri, atuou pela redução das Comunas sob o pretexto de redução de custos, mas acabou não obtendo êxito nessa proposta. Foram criadas, então, as Unidades de Atenção Cidadã (UACs), com responsabilidades que se sobrepuseram às funções das Comunas e enfraqueceram as unidades de gestão cidadã (AMPARO..., 2011). Na gestão seguinte, sob Larreta (2016-2020) – candidato do partido PRO –, a proposta das UAC foi mantida até que, em 2017, houve uma reformulação e ampliação da proposta, permitindo uma maior participação da sociedade por meio digital – quando da elaboração da plataforma *Buenos Aires Elige*.

Até o presente momento, segundo Ghiglione (2020), os Conselhos Consultivos Comunais, que poderiam ser convertidos em um “quarto poder”, não conseguiram se institucionalizar como um canal preferencial de participação popular na tomada de decisões sobre questões centrais das comunas. A principal consequência disso foi uma tímida participação social de defensores dos espaços comuns, limitada a grupos diminutos como membros de movimentos comunitários, e militantes políticos que aspiram fortalecer sua influência nos bairros em busca de cargos eletivos.

Diante dessa conjuntura, reforça-se a perspectiva apresentada por Santos (2003, p. 53), que fortalece a importância da conversão do Estado em um movimento social em busca de esquemas institucionais alternativos:

O Estado deve tornar-se um campo de experimentação institucional em que coexistam e concorram diferentes soluções institucionais por um tempo como experiências-piloto sujeitas a monitoramento permanente por grupos de cidadãos [...]. Não faz sentido democratizar o Estado se a esfera não-estatal não for democratizada. Somente a convergência entre esses dois processos de democratização permite reconstruir o espaço público da deliberação democrática.

Apesar disso, é preciso reconhecer que os processos de formulação de políticas urbanas participativas na América Latina continuam pautados pelo centralismo-tecnocrático, pelas lógicas particularistas na relação entre Estado e sociedade, e pela ausência – ou proposições utópicas – de possibilidades de participação cidadã em processos decisórios (DUQUE-BRASIL, 2004).

2.3 INSURGÊNCIAS URBANAS: INTERPRETAÇÃO DO FENÔMENO

Esta última parte do referencial teórico finaliza o entendimento sobre as insurgências urbanas e considera os conhecimentos já adquiridos sobre: i) direito à cidade; ii) novos movimentos sociais urbanos (NMSU); iii) cronologia referente à implementação ou não dos planos urbanos desenvolvidos nas cinco metrópoles latino-americanas durante as décadas de 1990 a 2020. A compreensão desses conceitos e fatos históricos auxiliou na consolidação da análise sobre o fenômeno das insurgências urbanas, tanto em relação ao seu significado quanto a formas de ocorrência.

Acredita-se, pois, se tratar de um sistema de práticas sociais contrárias à ordem neoliberal já estabelecida, cujas origens estão na recorrência de problemáticas socioespaciais. Costumam ser mais volumosas em metrópoles que apresentam um modelo dual de organização, com significativos contrastes entre áreas informais e formais; normalmente são situadas em países com quadros cíclicos de crises e recessões econômicas, e em locais cujos governantes imprimem políticas de austeridade que intensificam as problemáticas urbanas.

As referências apresentadas na investigação sobre os novos movimentos sociais reforçam que tais práticas insurgem no espaço urbano a partir do momento que atores sociais excluídos se envolvem em mobilizações globais, após um despertar da consciência para o agir localmente. Em países como a Colômbia, onde é possível ocupar o espaço público para manifestar opiniões democraticamente, percebe-se o

fortalecimento da cidadania e de ocorrências de insurgências pacíficas no espaço público.

A compreensão sobre o direito à cidade e a convergência de necessidades comuns potencializa a formação de diversos formatos de ocupação do espaço público. Três aspectos foram considerados fundamentais para reconhecer se a população possui de fato acesso a seu direito à cidade: i) a distribuição espacialmente justa dos recursos; ii) a ação política por meio de um planejamento urbano inclusivo e de participação cidadã efetiva, e; iii) o reconhecimento de todos os atores sociais. Conforme debate anterior, sabe-se que a Nova Agenda Urbana - NAU (ONU, 2016) reforça a importância da aliança estratégica de todos os atores na construção e gestão do espaço da cidade.

Essas alianças estratégicas entre os diversos atores, principalmente aqueles marginalizados e excluídos, iniciaram os movimentos sociais de forma insurgente desde a década de 1990, com maior intensidade no México e no Chile. Esses países investiram de forma massiva no desenvolvimento urbano, por meio de parcerias público-privadas. Na Argentina, os movimentos comunitários insurgiram a partir da década de 2000, devido à intensa crise econômica entre 2001 e 2002, onde grupos de diferentes classes sociais tiveram que construir alianças estratégicas para sobreviver à crise; no Brasil, tais movimentos insurgentes ocuparam as ruas de cidades-capitais de forma mais significativa a partir de 2013.

Somados a esses contextos, a pesquisa revelou que os governos locais das metrópoles aqui investigadas não conseguiram implementar planos urbanísticos voltados às necessidades da população de base. Os projetos executados de renovação urbana foram direcionados à população economicamente ativa e mais abastada; essa desigual distribuição dos recursos em políticas públicas e infraestruturas reforçam a necessidade das insurgências como forma de resistir e reivindicar por mudanças nos padrões globais de urbanização, predominantemente neocolonialistas e tecnocráticos.

A formação e o empoderamento de grupos de jovens e moradores, que se articularam e se mobilizaram coletivamente contra a especulação imobiliária e a mercantilização das cidades, enaltece tal fenômeno em prol de mudanças na organização socioespacial da vida urbana. As emergências apresentadas por esses novos sujeitos marcam uma pluralidade de pautas e repertórios de ações e de lutas

diversificadas no espaço urbano, desafiando os padrões hegemônicos e propondo possibilidades de transformações no campo das políticas públicas.

Os estudos reforçaram que essa mobilização cidadã se agigantou devido ao incremento da comunicação em rede, ocorrendo a difusão e transferência de ideias do Norte Global para o Sul. Ultramari e Shirmer (2018) observam que essa transferência – facilitada por meio da internet – pode reduzir o ineditismo das ideias. Os autores corroboram com o argumento de Goldman (2011) de que, nas últimas décadas, o fluxo transnacional de ideias foi moldado por duas novas características: i) os aprendizados realizados por formas de comunicação instantâneas, apesar das distâncias entre cidades, e; ii) as consultorias de gestão, por meio das agências intergovernamentais, paraestatais e grupos de reflexão que difundem conhecimentos “pós-bem-estar”. Ultramari e Shirmer (2018) reforçam, ainda, a percepção positiva tida por Healey (2013) quanto à ocorrência desses fluxos transnacionais de ideias, pois permitem ampliar a reflexão sobre os processos de planejamento e gestão, sobre as alterações nos discursos políticos e sobre as possibilidades de transformação dos projetos hegemônicos globais.

Blazek e Šuška (2017), por sua vez, descrevem que as práticas insurgentes, em países do Leste Europeu buscaram referências relacionadas à teoria urbana produzida por Harvey, bem como, têm inspirações em intervenções urbanas já desenvolvidas em cidades como Londres e Amsterdã, a partir da arquitetura *pop-up*. Segundo as autoras, a transferência do conceito de comuns urbanos restabelece-se como um dispositivo político que é importado do Ocidente e que pode ser adaptado em circunstâncias específicas.

Diante desse contexto de reprodução e difusão de ideias em redes digitais entre países do Norte e Sul Global – conjuntura acentuada principalmente a partir de 2010 – fez-se uma revisão sistemática da bibliografia científica com objetivo de aferir se há a continuidade das insurgências urbanas em países do Norte Global, após a revolução gerada pelos movimentos globais de 2011.

Os estudos bibliométricos de natureza exploratória, abordagem qualitativa e recorte temporal longitudinal foram realizados na base de dados Scopus, com intuito de certificar as interpretações desse fenômeno em países europeus; essa análise também se justificou por se considerar o processo da globalização como gatilho para as insurgências urbanas. Constatou-se que a base de dados em questão possui poucos artigos que se referem diretamente às insurgências urbanas ou aos ativismos

urbanos em metrópoles latino-americanas, demonstrando a urgência no desenvolvimento de pesquisas sobre esse fenômeno em cidades do Sul Global.

Toledo Machado (2020) apresentou a mesma preocupação quanto à falta de produção científica latino-americana sobre essa temática, quando realizou uma revisão sistemática na base de dados *Web of Science* sobre insurgências urbanas; a maioria das abordagens encontradas são produzidas em países asiáticos. Padawangi, Marolt e Douglass (2013) justificam que as discussões sobre os movimentos sociais em cidades asiáticas são representativas devido à abundância de manifestações públicas na região, o que indica a recentralidade deste fenômeno como base para mudanças sociais.

Nos artigos investigados sobre as insurgências urbanas contemporâneas, foi possível confirmar o fato de as cidades serem agentes de ações e políticas insurgentes, capazes de transformar o espaço urbano em cenários de ampliação das ideologias e lutas, e de difusão desse fenômeno por meio das tecnologias de informação. Nessas publicações, verificaram-se como palavras-chave mais representativas: “ativismos urbanos e cívicos”, “movimentos sociais”, “mobilizações urbanas contemporâneas”, “área urbana”, “vizinhança e comunidade”, “resistência ‘estranha’”, “política urbana” e “espaço público”.

Identificou-se também que poucos autores utilizam o termo “insurgência”, o que reforça a importância de se difundir esse conceito e a força dessa palavra; seu significado está relacionado à: i) insurreição; ii) inconformação; iii) insatisfação; iv) descontentamento. A questão do uso dessa terminologia reforça o ineditismo desses formatos criativos e inovadores, não convencionais, opostos ao *status quo*, isto é, movimentos contra as políticas de austeridade e as ordens pré-estabelecidas.

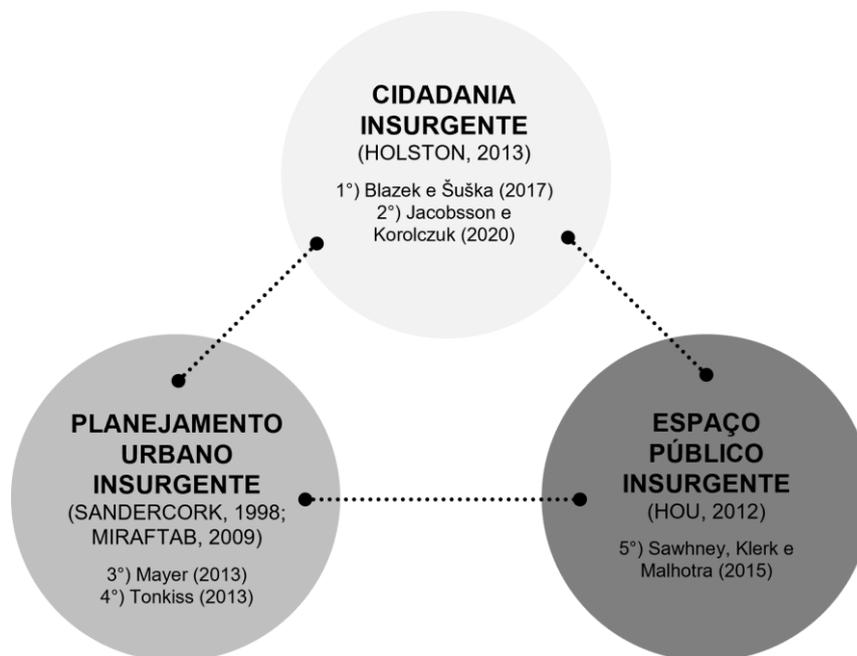
Na literatura clássica Holston (2013), Sandercock (1998; 2013), Miraftab (2009) e Hou (2012) utilizaram essa terminologia para descrever diferentes fenômenos relacionados. Holston (2013) discorre sobre “cidadania insurgente”, Sandercock (1998; 2013) e Miraftab (2009) debatem o “planejamento urbano insurgente”, Hou (2012), por fim, analisa o “espaço público insurgente”. Diante desses fundamentos apresentados por esses quatro pesquisadores clássicos, foi possível consolidar o entendimento sobre o fenômeno das insurgências urbanas em si.

Estas três abordagens insurgentes sobre cidadania, planejamento urbano e espaço público, segundo García-Lamarca (2017), estão permeadas de subjetivação política, onde os sujeitos que não se encaixam no status e identidades definidos pela

classe dominante, se reconstituem em localidades específicas e são capazes de se auto-organizarem. O autor fortalece a importância da natureza coletiva de tais práticas, visíveis através da união material (fazer) dos corpos, por meio da ocupação dos espaços, bem como, na realização de dinâmicas imateriais expressas através do compartilhamento de conhecimento, compreensão e afeto.

Diante das abordagens apresentadas por esses autores (HOLSTON, 2013; SANDERCOCK, 1998; 2013; MIRAFTAB, 2009; HOU, 2012), esquematizou-se uma estrutura analítica comparando-as com as visões de outros cinco pesquisadores contemporâneos de países do Norte Global (Figura 58): Mayer (2013), Tonkiss (2013); Sawhney, Klerk e Malhotra (2015), Blazek e Šuška (2017), e Jacobsson e Korolczuk (2020). Esse processo buscou integrar os entendimentos e finalizar as interpretações sobre a gênese das insurgências urbanas. Os textos analisados ressaltaram três macro questões que fomentam a materialização do fenômeno aqui investigado: i) o enfraquecimento da política centrada no Estado; ii) a força do bairro/ da escala local, e; iii) o poder associativo da população.

Figura 58 - Esquema da estrutura analítica comparada das insurgências urbanas



Fonte: A autora (2022).

Long (2013) argumenta que grupos de ativistas em todo o mundo frequentemente criticam a globalização, a comercialização do espaço público e a privação dos direitos cívicos, e exigem o desenvolvimento centrado nas pessoas, e

garantias do direito à cidade para indivíduos desde a base da sociedade. O autor relata casos de insurgências em cidades da América do Norte, o que ele denomina de “resistência estranha”, aquela que se materializa como uma forma de construção humana, e de contribuição para a narrativa de determinado lugar. Essas resistências, segundo Long (2013), correspondem a atos que não estão em conformidade com o que é percebido pelas políticas econômicas dominantes e que ocorrem na escala local; os grupos, com efeito, encontram maneiras informais de criar seus próprios espaços de identidade e solidariedade, normalmente por meio de atos que resistem e contradizem as forças neoliberais globais.

Vale enfatizar a reflexão feita por Donner (2011) quanto à necessidade de se pensar as insurgências e o planejamento urbano juntos, principalmente diante da intensificação de políticas neoliberais e das estruturas de governança de austeridade que vêm gentrificando e polarizando os espaços urbanos voltados às ações de cidadania.

2.3.1 A gênese das insurgências urbanas contemporâneas

As insurgências urbanas têm início a partir de uma série de fatores. Um dos gatilhos identificados é a falta ou o cerceamento dos espaços públicos para a cidadania se manifestar, isto é, parte de grupos invisibilizados passam a se levantar diante de um sistema urbano desenhado *por* e *para* grupos privilegiados. Com um processo crescente de privatização das cidades, fragmentação do espaço e exclusão social, uma parcela significativa da sociedade mostra-se desacreditada de suas potencialidades reivindicatórias, de ascensão social e poder de consumo; como alternativa, surgem agrupamentos que se identificam por diferentes causas e acabam coletivizando ações e empoderando seus discursos contra a ordem hegemônica.

Holston (2013), quando utiliza o termo **cidadania insurgente**, enfatiza a oposição dos espaços de cidadania aos espaços “corbusianos” – aqueles impregnados de técnica científica e que prevalecem na conformação de várias cidades tanto no Norte e Sul Globais. Pela definição do autor, cidadania insurgente é, portanto, a antítese dos projetos políticos desenvolvimentistas que absorveram a cidadania em um plano de construção do Estado; o fenômeno abrange o surgimento de novos atores políticos e uma nova concepção de cidadania que questiona regimes

de privilégios. Esses novos sujeitos, no caso do Brasil, foram originados da luta pela legalização de moradias e pela terra, e da demanda por mais direitos sociais; por meio deles, expandiu-se a cidadania democrática calcada em princípios igualitários, desestabilizando parte do regime vigente, mas sem substituí-lo. Esse cenário sinaliza a progressiva legitimação do "conceito insurgente de direitos gerais fundamentados na constituição" (HOLSTON, 2013, p. 329).

Quando ativistas das causas urbanas passam a estar integrados e organizados – por meio de novos formatos reivindicatórios – a grupos de cidadãos marginalizados, são fortalecidas e ampliadas as possibilidades de construção cidadã a partir da base da sociedade. Reforça-se, assim, que a origem das insurgências está na exclusão dos atores marginalizados do “fazer a cidade”, desde o planejamento urbano modernista, instituído no começo do século XX.

Sandercock (1998) e Miraftab (2009) confirmam essa percepção e desenvolvem a teoria sobre o “**planejamento urbano insurgente**”. Explica-se: Sandercock (1998) analisou a forma como ideologias colonizadoras estão inseridas no processo de urbanização das cidades, principalmente nas cidades do Sul Global, aplicando a terminologia de “historiografias insurgentes”. Mais tarde, Miraftab (2009) estudou o surgimento de outras possibilidades de planejamento urbano, interessando-se particularmente no desenvolvimento de uma corrente utópica pós-moderna contra o planejamento tecnicista-burocrático; os discursos utópicos estariam centrados em questões de gênero, raça, classes sociais, direito dos imigrantes e outras categorias de análise que levassem a um mundo mais igualitário.

Os autores reforçam as insurgências como reflexo direto da falta de espaços de cidadania, principalmente em metrópoles do Sul Global – que foram urbanizadas a partir de conhecimentos tecnicistas derivados de países do Norte Global. Essa reprodução de ideias entre contextos diferentes fortaleceu a fragmentação do espaço urbano, segmentando as cidades em áreas formais e informais, em ricos e pobres. Diante dessa problemática, faz-se necessário questionar como – e se – é possível produzir espaços inclusivos, a partir: i) de ações contrárias àquelas já institucionalizadas; ii) da integração de atores sociais excluídos; iii) do quadro de dominação especulativa e segregadora imposto pelo mercado.

Hou (2012) contribui para uma resposta que pode remediar esse questionamento por meio do que chamou de **espaço público insurgente**. O autor apresenta sua abordagem a partir do conceito de design comunitário, que objetiva

produzir e construir o espaço público em conjunto com o cidadão, realizando ações coletivas que possam gerar outros significados sociais; a cidade, assim, se diferencia da noção institucionalizada do urbanismo e da formulação de políticas urbanas elitizadas.

Ao contrário das práticas convencionais do planejamento urbano – que tende a ser dominado por profissionais e especialistas –, as novas estratégias de planejamento estão atentas a indivíduos e grupos de cidadãos que, com expressões insurgentes, revelam a capacidade de desempenhar um papel singular na formação do ambiente urbano contemporâneo, em desafio às normas e regulamentos oficiais. Esses grupos não estão mais confinados a espaços públicos tradicionais, como parques urbanos e praças públicas centrais; ao contrário, constroem ambientes em que são livres para expressar diferentes formas de relações sociais, propondo alternativas para uma realidade urbana em constante mudança.

A resposta apresentada por Hou (2012), portanto, enaltece a investigação de práticas insurgentes desenvolvidas por cidadãos comuns e que se distanciam das regras impostas pelo governo local. Este referencial teórico se propõe, ainda, a apresentar um comparativo das visões desses três autores clássicos frente a análises de outros cinco pesquisadores contemporâneos.

Resgata-se, assim, a perspectiva de Cidadania Insurgente apresentada por Jacobsson e Korolczuk (2020) a partir de práticas de ativistas cívicos em países pós-socialistas (Europa Central e Oriental, e Rússia); já os autores Blazek e Šuška (2017) identificaram o fenômeno das insurgências na cidade de Bratislava, capital da Eslováquia, entre 2014 e 2016, também no leste europeu.

As pesquisas de Blazek e Šuška (2017) reforçam a importância do fortalecimento da noção de comunidade que está sendo reconstruída por ativistas urbanos. Os pesquisadores apontam que os estados comunistas contribuíram para o desmantelamento dos laços coletivos informais e o enfraquecimento da ideia de comunidade como um projeto coletivo de transformação, por isso, segundo eles, a sociedade de Bratislava não costumava se envolver em discussões políticas; esse quadro mudou a partir de projetos mais recentes desenvolvidos por ativistas urbanos.

As principais propostas desses novos ativismos abrangem tanto áreas centrais quanto periféricas, e são compostas por hortas móveis, jardins comunitários e centros comunitários e culturais, objetivando a transformação do espaço e restabelecendo o sentido de comunidade. Blazek e Šuška (2017) observam que esse senso de

coletividade social se estabeleceu por meio de trabalhos de ativistas que estimulam a percepção de diferentes grupos sobre o espaço urbano; as novas práticas e dinâmicas se tornaram o gatilho necessário para a reestruturação da comunidade e a criação de vínculos entre as pessoas envolvidas no projeto. A intervenção espacial é vista como um caminho à mudança social, por isso alguns projetos procuram inspirar uma transformação em grande escala na cidade e outros se preocupam com mudanças pontuais ou em áreas específicas (BLAZEK; ŠUŠKA, 2017).

Já Jacobsson e Korolczuk (2020) descrevem que os ativistas urbanos tendem a se preocupar com problemas cotidianos, normalmente relacionados ao enfrentamento de questões econômicas e sociais ocasionadas pelo neoliberalismo. Os estudos sobre os movimentos urbanos de base em países da Organização de Cooperação Econômica (OCE) testemunham o desenvolvimento de processos deliberativos e colaborativos destinados a fortalecer a posição dos ativistas perante autoridades ou facilitar o diálogo entre grupos de cidadãos.

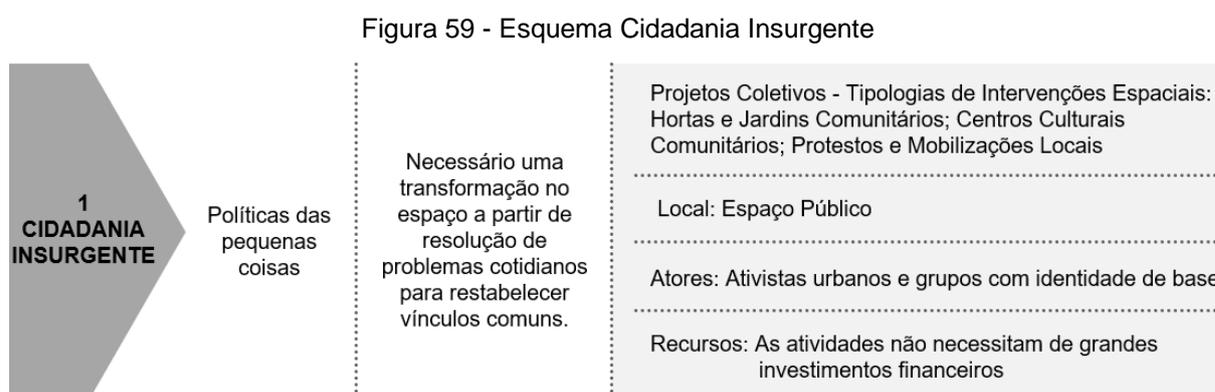
O ativismo urbano na OCE emprega formas de ação que chamam menos atenção e que nem sempre são articuladas – mesmo porque as contestações políticas abertas são arriscadas em países que apresentam retrocesso do Estado de Direito (JACOBSSON; KOROLCZUK, 2020). Jacobsson e Korolczuk (2020) apontam cinco características desses ativismos urbanos, mesmo que os processos colaborativos e deliberativos ainda estejam em andamento na sociedade civil local, são elas:

- i) “política das pequenas coisas”, em que as pessoas criam histórias e vínculos por meio de suas interações sociais²⁹, e realizam protestos locais fundamentais para moldar subjetividades políticas resistentes;
- ii) mobilizações urbanas informais, relacionais, locais e discretas;
- iii) operações em redes informais, que favorecem a construção da capacidade de ação coletiva;
- iv) os espaços urbanos como parques, praças, espaços comuns de conjuntos habitacionais e ruas são locais de revitalização da cidadania;

²⁹ O ativismo NIMBY (*Not in my backyard*) exemplifica alguns movimentos de bairro contra determinadas mudanças na vizinhança. O movimento reflete uma tendência de despolitização das reivindicações dos cidadãos, mas também pode permitir a politização e a ação política em um ambiente institucional hostil. As mobilizações do tipo NIMBY podem ajudar a incentivar novos grupos de cidadãos e novas redes sociais.

v) formação de alianças entre grupos com identidade de base e a população explorada e os descontentes, aqueles com poucas oportunidades de crescimento social e econômico.

A Figura 59 esquematiza os entendimentos sobre Cidadania Insurgente.



Fonte: A autora (2022), baseada em Jacobsson e Korolczuk (2020); Blazek e Šuška (2017).

Em suma, as insurgências nascem de ações geradas por ativistas urbanos integradas a grupos com identidade de base, e estes juntos, organizam possibilidades de transformação do espaço com objetivo de restabelecer vínculos comuns.

No que tange o planejamento urbano insurgente, foram analisadas as pesquisas de Tonkiss (2013) e Mayer (2013), que discorrem sobre esse fenômeno no Reino Unido e na Alemanha. Mayer (2013) analisa o comportamento das autoridades públicas quanto às ações insurgentes, indicando que é possível incorporá-las como estratégias de desenvolvimento econômico e de transformação de bairros inóspitos em espaços vibrantes e atraentes. As práticas insurgentes, pois, tornam-se ingredientes essenciais em programas de regeneração sublocal.

Tonkiss (2013), por sua vez, mesmo diante da interpretação neoliberalista de Mayer (2013), considera que o planejamento insurgente estabelece uma infraestrutura para a vida cotidiana, fornecendo locais de autonomia, cuidado e apoio social para cidadãos. Segundo o autor, são lugares onde é possível testar as possibilidades das microeconomias locais e outros modelos de estilo de vida alternativo; abrange um urbanismo que trabalha contra as ortodoxias do desenvolvimento tradicional, estabelecendo-se por meio de práticas menores (pequenos atos), audácias ordinárias e pequenas antiutopias que, no entanto, criam espaços materiais de esperança na cidade.

Segundo Mayer (2013), os grupos que mais necessitam do planejamento insurgente são contrários ao urbanismo de austeridade³⁰, normalmente integrantes de subclasses sociais. Trata-se de um número crescente de imigrantes e trabalhadores precários que lutam contra a discriminação, a expropriação e a privação de seus direitos, e que têm transformado as cidades do primeiro mundo em arenas anticoloniais e de lutas antirracistas. Esses agrupamentos sociais heterogêneos podem ser formados por: radicais autônomos, anarquistas e profissionais alternativos de várias organizações de esquerda; cidadãos de classe média que buscam defender e manter sua qualidade de vida; grupos díspares que compartilham uma existência precária; artistas e outros profissionais criativos; ambientalistas e os marginalizados e/ou excluídos socialmente.

A apropriação de “princípios como autogestão, autorrealização e todos os tipos de criatividade não convencional ou insurgente” se tornou uma força regenerativa das cidades neoliberalizantes (MAYER, 2013, p. 12). Em metrópoles europeias e norte-americanas, os governantes reformulam seus discursos para fazer com que as ações e/ ou mobilizações realizadas por ativistas sejam coerentes com uma ideia mais generalista de direito à cidade. Mayer (2013, p. 12) descreve que as ocupações insurgentes, no entanto, “perderam a vantagem radical que costumavam acarretar o contexto do arrogante estado de bem-estar keynesiano – no urbanismo neoliberal de hoje, eles foram usurpados como ingredientes essenciais de programas de regeneração sublocais”.

Nota-se que autoridades locais acabam instigando as diferenças entre grupos de movimentos orientados culturalmente vs. aqueles orientados politicamente; os gestores municipais do Norte Global perceberam que iniciativas de revitalização cultural e desenvolvimento econômico e urbano – principalmente quando impulsionadas pela criatividade cidadã – se convertem em uma estratégia útil para expansão e valorização de sua marca (marketing urbano). Em síntese, além de melhorarem a imagem global de uma determinada cidade, as insurgências acabam instaurando programas de regeneração sublocais (MAYER, 2013). Com efeito, esses programas, somados ao discurso público, ajustam-se ao propósito maior da

³⁰ No Neoliberalismo, a austeridade é usada para aumentar a injustiça no uso dos recursos, intensificar a concentração da renda nacional e prejudicar o crescimento e a geração de renda. A austeridade do Estado, apoiada pelos neoliberais, pode prejudicar o orçamento familiar, sobretudo de trabalhadores e famílias economicamente mais vulneráveis (O QUE É..., 2017).

participação popular que é encorajar o engajamento social e a autorresponsabilidade, mas não fomentam diretamente o empoderamento político. Conforme reitera Mayer (2013), autoridades locais se mostram continuamente alertas quanto ao surgimento de subculturas; seu objetivo é aproveitá-las como ativos específicos de um local e como vantagem competitiva na rivalidade interurbana.

Ocupações radicais e centros sociais autogeridos também passaram a assumir um papel ambíguo ao transformarem o espaço urbano em atração. Mayer (2013) assinala que políticas de determinadas cidades criativas induzem artistas e ativistas alternativos a desempenharem papéis cruciais na melhoria de bairros abandonados e na sua transformação em áreas repletas de urbanidade.

Os governos municipais e os atores do desenvolvimento urbano começaram, assim, a institucionalizar essas práticas fazendo uso dessas iniciativas contraculturais para seus propósitos políticos. Mayer (2013) ainda ressalta que prédios ocupados, espaços abertos e outros "biótopos" que artistas precários costumam tornar mais interessantes ou que anarquistas aprimorados tentam requalificar, tornam-se ativos de marca que contribuem para a imagem de cidades *cool*, instigantes ou de "lugares acontecendo".

Tonkiss (2013) entende o planejamento insurgente como um tipo de urbanismo improvisado ou intersticial, que funciona nas fendas entre o planejamento formal, o investimento especulativo e as possibilidades locais. As discussões sobre urbanismo e políticas formais em condições de austeridade versus ativismos urbanos e projetos temporários ou provisórios, segundo o autor, buscam criar uma espécie de "durabilidade por meio do temporário".

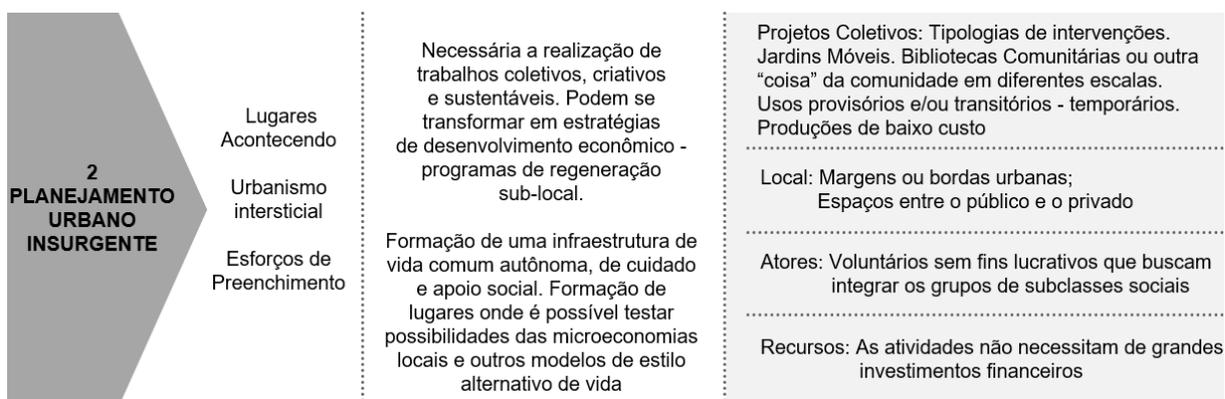
A cidade, em recessão, é um local de produção de crise; diante da queda de investimentos públicos, ela passa a ficar marcada por "cicatrizes" do desinvestimento: desuso e declínio; emergência, assim, espaços vagos, desvalorizados e abandonados. O ativismo urbano, como argumenta Tonkiss (2013), encontra espaço para se manifestar e intervir justamente nessa cidade em constante crise, reformulando e preenchendo o espaço urbano de maneira imediata, embora impermanente. Esse tipo de urbanismo intersticial funciona em margens tanto físicas – em bordas urbanas e locais de preenchimento – quanto conceituais – mediando usos públicos e privados, ou em diferentes escalas de prática urbana. Essa prática urbana é essencialmente persistente e inventiva, tem caráter coletivo, e busca romper com as barreiras estabelecidas pelo urbanismo de austeridade, isto é, infiltrar-se entre os espaços públicos e privados (TONKISS, 2013).

Nesse sentido, o caráter intermedial de tais estratégias urbanas é expresso tanto espacialmente – espalhando-se pelas extremidades ou preenchendo centros – quanto temporalmente – sendo de uso provisório e de ocupação transitória. O urbanismo improvisado, conforme Tonkiss (2013), define-se como um “esforço de preenchimento” face ao recuo político e às constantes recessões econômicas. É, ainda, um fenômeno composto por atores voluntários e sem fins lucrativos, que se dedica a aprimorar as cidades por meio de iniciativas simbolicamente ressonantes, orientadas para o mercado de baixo custo; une objetivos ambiciosos (criatividade, sustentabilidade e habitabilidade) a projetos que visam incentivos localizados e sem interesses comerciais.

Os projetos de jardins móveis e/ou portáteis são exemplos citados por Tonkiss (2013), pois podem ser entendidos como intervenções temporárias em espaços abandonados e degradados. Concomitantemente a esses projetos de jardinagem realizados por cidadãos voluntários, existe o trabalho colaborativo de coleta, limpeza, aprendizagem, cozinha e alimentação; são práticas locais entendidas como um movimento mais amplo, preocupado não apenas com a autossuficiência alimentar, mas também com ativismo de bairro, meios de autoajuda e educação para o desenvolvimento sustentável.

Iniciativas como horticultura, bibliotecas comunitárias ou qualquer outra ação que envolva componentes da comunidade também podem ser entendidas como parte de uma estratégia neoliberal mais ampla, que objetiva terceirizar serviços municipais para atores privados não remunerados, enquanto aguardam o desenvolvimento especulativo e a valorização de seus imóveis. A Figura 60 sintetiza os entendimentos apresentados sobre o Planejamento Urbano Insurgente.

Figura 60 - Esquema Planejamento Urbano Insurgente



Fonte: A autora (2022), baseada em Mayer (2013) e Tonkiss (2013).

As considerações apresentadas por Tonkiss (2013) reforçam uma compreensão mais humanista sobre o planejamento insurgente. As perspectivas desse autor são de grande importância para o entendimento da gênese das insurgências urbanas contemporâneas em metrópoles latino-americanas, pois são lugares marcados pela recessão econômica, crises, diminuição de investimentos públicos e com cidades repletas de espaços vagos e abandonados.

Considerando o objeto desta pesquisa e as definições apresentadas por Tonkiss (2013) e Mayer (2013), o fenômeno das insurgências urbanas e sua integração com o planejamento cidadão de espaços públicos permite identificar duas perspectivas de debate: uma humanista e outra neoliberal – capazes de associar em um mesmo conjunto três dinâmicas políticas. Essa reflexão será ampliada e aprofundada ao final desta análise comparativa.

No que se refere ao conceito de **espaço público insurgente**, foram analisadas pesquisas de Sawhney, Klerk e Malhotra (2015), que realizaram dois estudos de caso em Moscou (Rússia), a partir do urbanismo “faça-você-mesmo” (DIY - *Do It Yourself*). As autoras destacam que essas ações foram capazes de influenciar direta ou indiretamente o processo de planejamento urbano formal; foram analisados dois grupos de ativistas do bairro marginalizado de Troparevo-Nikulino, durante os anos de 2012 e 2013: o Delai Sam, que abrange uma comunidade de ativistas, e o Partizaning³¹, formado por um coletivo local de urbanismo e arte.

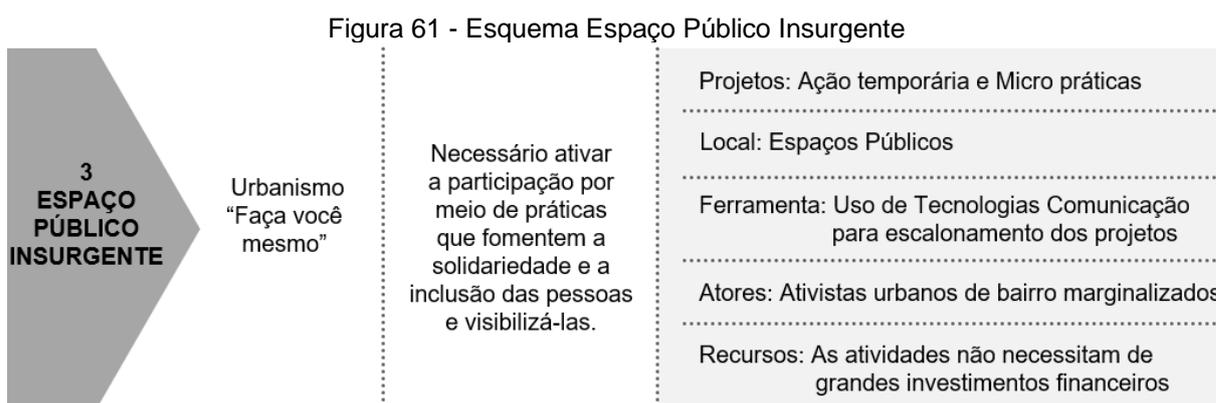
No primeiro caso, as tecnologias apoiaram as ações coletivas em rede para promover o engajamento cívico local: o grupo criou um site SynchroniCITY, para envolver participantes, receber apoio para as ações e examinar as limitações emergentes quanto à colaboração em rede. O urbanismo “faça-você-mesmo” (DIY), assim, permitiu a ampliação e renovação do planejamento urbano participativo centrado nas pessoas.

Nesse cenário, constatou-se um aumento da ação direta dos cidadãos na esfera urbana, principalmente em áreas consideradas sob jurisdição do governo; isto é, frente a um engajamento popular expressivo, instalações ou ações – mesmo que – temporárias no espaço público foram capazes de influenciar direta ou indiretamente o processo de planejamento urbano formal. Reconhece-se, no entanto, que essas ações diretas costumam abordar a percepção de “bem comum” de várias maneiras

³¹ Na Rússia, o termo “Partizaning” é usado para descrever a ascensão das práticas contemporâneas do “faça-você-mesmo”; já “Delai Sam” significa “faça-você-mesmo” em russo.

diferentes e, por isso, resultam em ações muitas vezes individuais e isoladas que perdem força no contexto complexo das cidades.

O trabalho desenvolvido no bairro moscovita permitiu considerar alguns dos desafios do urbanismo DIY, entendendo-o como uma forma inclusiva, sustentada e significativa de engajamento cooperativo e ativismo urbano. Um dos desafios examinados por Sawhney, Klerk e Malhotra (2015) foi o papel desempenhado pelas tecnologias de informação e comunicação (TICs) no apoio a essas redes de solidariedade coletiva, ao mesmo tempo em que envolvem o capital social intergeracional por meio de recursos da comunidade e da vizinhança. A partir dos resultados de acompanhamento das micro práticas em espaços públicos, foi criada a plataforma *microact.org*, na qual os coletivos podem registrar intervenções coprojetadas, com o objetivo de escaloná-las, transferi-las ou reaproveitá-las em outros ambientes. As autoras destacam alguns sites³² que visam à construção de comunidades de base; é o caso do banco de dados *Actipedia*, que abrange o ativismo criativo e movimento colombiano *100en1dia* – que incentiva literalmente 100 intervenções urbanas em apenas um dia – a ser mais detalhadamente apresentado no estudo de caso desta pesquisa. A Figura 61 sintetiza os entendimentos apresentados a partir da perspectiva do **Espaço Público Insurgente**, pesquisada por Sawhney, Klerk e Malhotra (2015).



Fonte: A autora (2022), baseada em Sawhney, Klerk e Malhotra (2015).

³² Os sites citados são *Neighbourland*, *Popularise* e *Encontro* – este último corresponde à maior rede mundial de grupos locais. A missão declarada nessas páginas é revitalizar a comunidade local e ajudar as pessoas ao redor do mundo a se organizarem. Sawhney, Klerk e Malhotra (2015) argumentam que os websites ajudam a inspirar e mobilizar o interesse das pessoas no âmbito online, mas não é possível afiançar se também contribuem para que as ações aconteçam na prática.

As apropriações de urbanismo do tipo DIY em escala local, segundo Sawhney, Klerk e Malhotra (2015), fortalecem o direito à cidade por meio de táticas e estratégias encenadas na esfera pública, envolvendo deliberadamente tanto o público quanto as autoridades. Os ativismos urbanos DIY, portanto, podem se tornar centrais para o discurso do planejamento contemporâneo.

A mesma atitude cidadã reconhecida nas estratégias do urbanismo “faça-você-mesmo” é definida por outros autores (GOMES; GOMES; MELLO, 2019; LYDON; GARCIA, 2011) como urbanismo tático. Essa denominação está principalmente relacionada à natureza temporária ou permanente das ações, realizadas em curto prazo e direcionadas a mudanças em longo prazo. Reconhece-se assim que as micro práticas realizadas pelos cidadãos promovem um progresso equitativo na participação popular sobre o espaço (GOMES; GOMES; MELLO, 2019). Gadano (2016) corrobora que o urbanismo tático abrange as ações do tipo “faça-você-mesmo” e salienta que elas surgem como forma de reação às políticas neoliberais, sendo realizadas por diferentes atores como ferramenta para controlar – ou influenciar – as questões urbanas em diferentes escalas.

Barata e Fontes (2016) descrevem o urbanismo tático como uma construção e ativação da vizinhança, na qual se realizam intervenções no curto prazo e de baixo custo, permitindo uma recuperação rápida do espaço pretendido e objetivando futuras intervenções. O resgate da função social da cidade e a importância da humanização dos espaços urbanos, ao final da década de 1990, também compuseram um conceito denominado de *Placemaking* ou *Project Public Places* (PPS), de origem americana. Tem-se, portanto, três terminologias bastantes similares: DIY, Urbanismo Tático e *Placemaking*. Analisando-os a partir da visão de diversos autores, sintetizam-se três aspectos importantes quanto à origem das insurgências:

- i) denunciam a inexistência de espaços públicos que permitam a construção de vínculos entre vizinhos e com outras pessoas do bairro e do município, a partir de práticas participativas;
- ii) compõem uma reação à não inclusão da população marginalizada nas discussões e tomadas de decisões de planos e projetos urbanos institucionalizados;

- iii) difundem ideias e modelos de intervenções inovadoras em espaços públicos existentes – majoritariamente de baixo custo e de temporalidade relativa – por meio de rede sociais.

Diante dessas considerações, chegou-se ao entendimento de que é possível lograr novas soluções urbanas por meio do envolvimento de diferentes grupos sociais (população de base, ativistas urbanos, voluntários e ONGs) na elaboração de planos e projetos urbanísticos – desde que estes incorporem ações cidadãs de reestruturação dos vínculos comunitários por meio de experimentos práticos participativos no espaço público. Tem-se, dessa forma, o que pode ser sugerido aqui, de Planejamento Urbano Compartilhado (PUC), uma estratégia interessante a ser empregada principalmente em contextos metropolitanos que apresentam constantes crises políticas e econômicas, ou seja, onde o Estado e os mercados falharam na entrega de bens públicos como moradias, transporte, espaço público, educação, cultura, entre outros.

A origem das insurgências urbanas, portanto, ocorre por meio de um processo informal, a partir de práticas e ações improvisadas no ímpeto de buscar soluções para os problemas cotidianos. Diferentes atores sociais e urbanos criam vínculos e promovem intervenções temporárias no espaço público de suas localidades, e a periodicidade das ações é um aspecto que ajuda na criação e fortalecimento do processo organizacional desses grupos. As intervenções podem ocorrer tanto em áreas periféricas quanto em bairros pericentrais e centrais das cidades; trata-se de locais entre o público e o privado. Muitas dessas iniciativas são organizadas por moradores locais e têm difusão por meio das mídias sociais, formando redes de solidariedade ativa, de fortalecimento de ações e de troca de conhecimentos.

Admite-se que as insurgências urbanas compreendem um processo social horizontalizado e flexível, e são fundamentais para a criação de sujeitos politizados que propagam suas visões e ideologias em prol de uma grande transformação social. As práticas insurgentes expandem-se e replicam-se por meio de apoios mútuos, fazendo com que os conhecimentos sejam construídos coletivamente e socializados, fortalecendo a cidadania. As multidões, antes alienadas, passam a alimentar uma subjetividade consciente, com força e poder para mudar a sociedade e lutar de forma articulada contra o sistema hegemônico; sujeitos politizados, cidadãos conscientes de

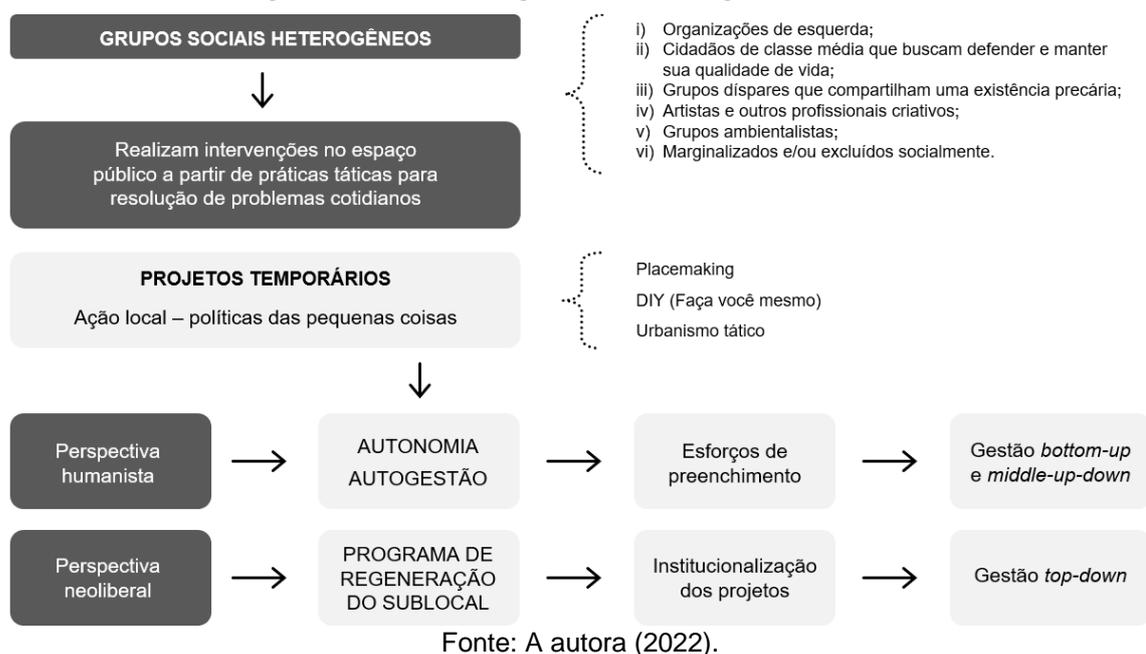
seus direitos, em ação coletiva são capazes de fazer insurgir novas realidades urbanas.

As insurgências também podem ser multitudinárias, quando necessário, viabilizando um problema sociocultural e político de maior escala, ou podem ser formadas por pequenos grupos comunitários que realizam ações descentralizadas, com objetivo de resolver seus problemas cotidianos. Mayer (2013) explica que em ambos os casos o objetivo continua sendo a defesa da visão dos comuns, mesmo quando ações se mantêm descentralizadas e na escala local. À medida que essas pequenas lutas sociais se organizam e ficam mais coordenadas, também acabam se intensificando, transformando e conectando a outros movimentos regionais que protestam contra os mesmos agentes externos. Ainda segundo Mayer (2013), cada vez mais os participantes se veem como parte de movimentos nacionais e internacionais, resistindo ao urbanismo neoliberal e lutando contra os padrões sociais pré-estabelecidos, na busca pela redução das diferenças abissais entre sujeitos privilegiados e marginalidade avançada.

O ciclo das insurgências se retroalimenta continuamente: quando grandes mobilizações se esvaziam (devido ao fortalecimento das políticas de austeridade), ativistas passam a integrar grupos comunitários em bairros periféricos/marginalizados, estabelecendo novas conexões, vínculos e solidarizando-se com suas problemáticas; produzem-se, pois, outros espaços insurgentes e assim sucessivamente. Ao longo desse processo, concretizam-se questões organizacionais e políticas, e surgem esperanças quanto a possibilidades de transformações nas políticas públicas em prol de condições mais dignas de se viver.

Os artigos analisados ao longo desta investigação demonstram que muitas dessas insurgências se dão por meio de ocorrências consideradas “discretas”, ou seja, compreendem pequenas práticas cujo objetivo é ressignificar as relações de comunidade na escala local. Nos países mais desenvolvidos, como Inglaterra, Alemanha e EUA, essas práticas se institucionalizam com o passar do tempo, fortalecendo o valor do uso do solo e transformando diversos bairros em espaços culturalmente atrativos. O esquema da Figura 62 sintetiza essa discussão.

Figura 62 - Síntese da gênese das insurgências urbanas



As soluções³³ apresentadas pelos coletivos urbanos são majoritariamente desenvolvidas “de baixo para cima”, ou seja – como mencionado anteriormente – partem da base da sociedade, de modo autogestionado e autorrealizável. Em um primeiro momento, comportam-se como esforços de preenchimentos de espaços públicos pensados e organizados para atingir objetivos comuns e solucionar problemas cotidianos. Posteriormente, podem se tornar iniciativas institucionalizadas, consolidando-se como Plano Urbano Compartilhado ou como aquilo que Miraftab (2009) também denominou de “espaços convidados”, com ações de base aliadas às outras organizações, podendo ser legitimadas pelo poder local.

2.3.2 Agrupamentos coletivos: categorização das insurgências urbanas

Os grupos de cidadãos que implementam as insurgências no espaço urbano se organizam de forma horizontal, enfatizando tanto a comunicação entre membros

³³ Existe uma diversidade de termos usados para explicar o 'urbanismo de baixo para cima', como: 'hackeamento urbano'; urbanismo insurgente (HOU, 2010); 'urbanismo DIY' (IVESON, 2013); 'urbanismo tático' e urbanismo 'pop-up'. Embora esses termos sejam usados para examinar práticas no campo do urbanismo "de baixo para cima" ou de base, eles podem apresentar diferenças. Dependendo do contexto urbano e da história, destacam-se de formas variadas e ad-hoc como as pessoas usam a cidade e a adaptam às suas necessidades (SAWHNEY; KLERK; MALHOTRA, 2015).

quanto o interesse de contribuir para atingir objetivos comuns. O papel que cada membro desempenha dentro de um determinado grupo ou coletivo representa a engrenagem do desenvolvimento de projetos ou intervenções espaciais. Em síntese, é imprescindível que esses membros atuem na interseção de três condicionantes: saber comunicar-se (HABERMAS, 1995), estar motivado e ter interesse em tomar decisões e buscar consensos (BARNARD, 1979).

Outra grande diferença apresentada nas relações entre os membros desses coletivos é a cooperação espontânea, conforme defende Mayo (1949 apud PROCÓPIO, 2007); o indivíduo é quase instintivamente motivado a desempenhar sua função social e seu papel na sociedade a partir de suas próprias ideologias e percepção da realidade (PROCÓPIO, 2007). De acordo com o autor, a ordem e a regularidade ou previsibilidade organizacional dessas iniciativas voluntárias dependem de normativas simples, formadas por hábitos e costumes sociais modeladores da ação humana.

Os grupos heterogêneos em questão são frequentemente multidisciplinares e compõem um sistema em que se buscam alternativas para melhorar a qualidade de vida de seu entorno. Interessa-se aqui pelas organizações que surgem num cenário de pessoas com desejos e interesses em comum, que se unem em busca de soluções para a comunidade em que residem ou áreas mais vulneráveis, ou em propostas de mudança de algum aspecto maior da sociedade, como a formulação de políticas públicas. Nesses agrupamentos prevalece a lógica da ação comunicativa como prática cotidiana, resgatando-se valores deteriorados pela lógica da ação instrumental e auxiliando na busca pela emancipação humana (TAVARES, 2003).

As organizações ou grupos coletivos podem ser entidades formais – quando são desenvolvidos projetos financiados que precisam do auxílio de técnicos que deverão ser remunerados durante sua participação – ou informais – quando o projeto não envolve grandes recursos financeiros formais, sendo os valores necessários normalmente obtidos por meio de campanhas de financiamento coletivo e doações voluntárias (TAVARES, 2003). Nesse sentido, Barnard (1979) defende que as organizações informais são aquelas que envolvem apenas as relações humanas estabelecidas e independem do controle e da coordenação deliberadamente instituídos por um centro de poder interessado em metas específicas.

Segundo Tavares (2003), as organizações coletivas informais não estão vinculadas ao aparelho estatal, embora possam contar com recursos oriundos da esfera pública por meios legais. Essas, ainda, podem produzir bens ou serviços que atendam a seus próprios membros ou ao público externo; pode haver, portanto, alguma forma de coordenação ou controle na realização de algum projeto, mas isso não abrange necessariamente uma racionalização das atividades. Salienta-se que, caso existam excedentes financeiros ao final dos projetos, os valores são reinvestidos na própria entidade ou comunidade.

Os membros desses coletivos/grupos informais são, como apontado anteriormente, autogovernados. No caso de haver a participação de voluntários/colaboradores – seja na forma de apoiadores esporádicos, seja como integrantes passivos –, eles podem se tornar sustentadores políticos ou financeiros, se as condições exigirem. Martins (1994) reforça que a origem das organizações coletivas informais sinaliza uma busca dos indivíduos pela liberação de um sistema de coação ou repressão, e elas buscam influenciar políticas públicas nos domínios de interesse da coletividade (KNOKE; PRENSKY, 1984).

A ideologia democrática adotada pelos coletivos enfatiza a descentralização do poder, mas não podem ser desconsiderados os interesses e preferências nutridos por seus membros; esse processo, pois, aumenta a percepção de comprometimento e lealdade entre o grupo. Destaca-se que, nesse tipo de organização, o tempo prolongado para realização de um determinado projeto pode corroer a capacidade de mobilização do capital social; cabe à liderança do coletivo – ou ao membro que exerce esse papel durante a execução de um determinado projeto – definir de que forma será feita comunicação cotidiana das iniciativas para que o grupo não seja enfraquecido ou desmotivado em caso de delongas na execução (OEGEMA; KLANDERMANS, 1994). Em síntese, deve-se levar em consideração que o tempo, nesse tipo de organização informal e de cooperação espontânea, passa a ser dilatado, e os projetos tendem a exceder os prazos determinados.

Sabe-se também que a homogeneização ou a heterogeneização do quadro de membros pode garantir ou impedir as possibilidades de consensos nos processos decisórios. Por isso, a maioria das organizações coletivas busca membros com maior grau de homogeneidade entre si, especialmente em relação a valores morais e perfis sociais (TAVARES, 2003). Nos casos em que a formação do grupo tem maior grau de

diversidade, é inegável um aspecto positivo que novas visões e alternativas são postas em discussão, contudo, aumentam as chances de surgirem conflitos ideológicos.

Tavares (2003) argumenta que os membros dos coletivos devem apresentar comportamento cooperativo e estar aptos a situações de conflito nesses tipos de organizações – conflitos esses que são corriqueiros em qualquer processo de democracia participativa. A cultura da colaboração permite mobilizar a cooperação entre distintos coletivos sob vários aspectos: temáticas das ações, objetivos, territórios de atuação e público-alvo (DIAS; ALMEIDA, 2020).

A partir das observações de Paim (2009) é possível reconhecer que os modos de atuação dos coletivos e das iniciativas coletivas na América Latina estiveram fora dos espaços tradicionais, a partir da década de 1990 – momento em que as práticas associativas foram deflagradas por fatores históricos, sociais, políticos e econômicos como aumento do desemprego, fim de regimes ditatoriais e subsequentes movimentos de redemocratização. Ainda segundo a autora, outras formas de socialidade começaram a se desenvolver em rede ao longo das últimas décadas – quando do fortalecimento dos meios de comunicação via internet, da flexibilização do trabalho e da globalização da economia.

O que difere os agrupamentos coletivos informais são as possibilidades de realização de ações de resistência ao sistema vigente; são esses ativismos multiposicionados – denominação dada por Marques e Marx (2020) – que se investigam nesta tese e estão apresentados nos Estudos de Caso. Trata-se de mobilizações articuladas em redes e que criam lugares onde o planejamento urbano tradicional previa outros usos. Estes partem de uma ação política que transpõe as barreiras do público e do institucionalizado em diferentes campos (artístico e cultural, ambiental, urbanístico, mobilidade, alimentação, educação, entre outros).

Esses coletivos, além de atuarem na ocupação e ressignificação de espaços públicos, passam a estruturar outras formas de cidadania e de ações políticas. A realização das ações do tipo “faça-você-mesmo” visa à construção de uma estrutura menos formalizada do ponto de vista administrativo, mais horizontalizada quanto às tomadas de decisões e pautadas no ideário de uma democracia direta. Os coletivos contemporâneos buscam desconstruir cotidianamente a figura da liderança formal, tal

qual se sedimentou historicamente em partidos políticos, sindicatos e mesmo em determinadas organizações de movimentos sociais (MARQUES; MARX, 2020).

Considerando o deslocamento de modelos hierárquicos em direção à flexibilização e descentralização dos processos, foram identificados novos arranjos organizacionais que visam à criação de redes de cooperação no âmbito local e regional, marcadas pelo caráter solidário (GAIGER; FERRARINI; VERONESE, 2001). Ramos (2011) argumenta que a noção de solidariedade constitui uma referência para que se estabeleça a regulação democrática: o envolvimento da comunidade no desenvolvimento local e participativo é o eixo central para dar sustentabilidade à economia social e ao desenvolvimento comunitário. As organizações coletivas atuam, portanto, na capacitação e promoção da coesão social, fomentando a participação da comunidade e a cultura democrática a nível local.

Os modelos de gestão “*bottom-up*” e “*middle-up-down*” são os mais comumente adotados pelos coletivos; no primeiro, o conhecimento parte somente da base social e, no segundo, ocorre nos dois sentidos: de cima para baixo (explícito) e de baixo para cima (tácito). Na organização *middle-up-down* há interações entre conhecimentos tácitos e explícitos que são refletidas em projetos com soluções mais criativas e com possibilidade de maior permanência no espaço urbano – além de serem mais reconhecidas pelo poder público e conseqüentemente poderem fazer parte de propostas de políticas públicas.

De acordo com Carbone et al. (2009, p. 82), o conhecimento tácito é “produzido pela experiência da vida, incluindo elementos cognitivos e práticos”. Nonaka (1988) relata que, para a obtenção do conhecimento tácito, é necessário que haja experiências e interações entre as pessoas. Lara (2004), por sua vez, descreve o conhecimento explícito como aquele adquirido principalmente pela educação formal, envolvendo conhecimentos sobre fatos e conceitos. A visão e os objetivos, contudo, são comuns a todas essas abordagens: o conhecimento tácito orienta as atividades e oferece suporte para a tomada de decisão (NONAKA, 1988). Carvalho (2012), ainda, enfatiza o grande benefício da socialização na perspectiva *middle-up-down*, uma vez que esse formato oportuniza a convivência entre indivíduos e atores, sendo uma grande fonte de inovação decorrente da transferência mútua de conhecimento.

Diante desses entendimentos, foram definidas três categorias de coautores urbanos (grupos sociais e organizações informais coletivas), a partir de investigações

sobre insurgências de pequenas práticas locais, de baixo custo e prazos curtos, conhecidas como “faça-você-mesmo”:

- i) grupos marginalizados ou excluídos – aqueles que pertencem à classe social mais baixa, ou seja, moradores de baixa renda que vivem em áreas periféricas ou centrais (população em situação de rua, imigrantes, indígenas, entre outros), que não possuem condições básicas de sobrevivência;
- ii) grupos precarizados – aqueles de classe média baixa, abrangendo ativistas, artistas, designers, produtores culturais, jornalistas, advogados, urbanistas, ambientalistas ou agroecologistas, desempregados, aposentados, entre outros;
- iii) grupos de classe média – cidadãos com empregos formais e padrão de vida mais confortável, que buscam defender e manter sua qualidade de vida. Os três grupos podem ou não ser apoiados por ativistas urbanos, voluntários, poder público, fundações e ONGs, ou agentes bilaterais e empresariais.

Além dessa diferenciação por grupos sociais, também são distintas as localidades (áreas periféricas, semiperiféricas e pericentrais ou centro da cidade) e os períodos (intervenções temporárias ou permanentes) em que podem ser realizadas tais insurgências urbanas. Sabe-se que sujeitos sociais dessas três localidades possuem características e necessidades próprias, mas entende-se que as ações acabam insurgindo nas margens tanto físicas quanto conceituais dessa sociedade, mediando usos públicos e privados, em tempos e escalas urbanas diferenciadas.

O Quadro 22 sintetiza as três categorias definidas a partir das tipologias de sujeitos sociais, organização, local da intervenção, tempo e recursos. As possibilidades de uso de dois processos organizativos podem estar presentes em todos os cenários, mas aponta-se que a categoria 03 (formada por atores de classe média) abrange grupos sociais que muitas vezes fazem parte do Movimento NIMBY (*Not in my backyard*), que exemplifica alguns movimentos de bairro contra determinadas mudanças na vizinhança. Essa ocorrência pode refletir a tendência de despolitização das reivindicações dos cidadãos e simultaneamente pode permitir a politização e a ação política em um ambiente institucional hostil.

Quadro 22 - Categorização das insurgências com base em sujeitos sociais, organização, local da intervenção, tempo e recursos envolvidos

CATEGORIA	GRUPOS SOCIAIS	RECURSOS	ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO	LOCAL ESPAÇO PÚBLICO	TEMPO
01	Classe Baixa Tipo D e E moradores da periferia das cidades.	Apoio de ativistas urbanos e voluntários Financiamentos advindos de empresas e fundações	<i>middle-up-down</i>	Práticas insurgentes em áreas periféricas	Temporário e permanente
		Financiamento coletivo e/ou doações voluntárias	<i>bottom-up</i>		
	Classe Baixa Tipo D e E moradores das áreas centrais: população em situação de rua, indígenas e imigrantes.	Apoio de ativistas urbanos e voluntários Financiamentos advindos de ONGs e Fundações	<i>middle-up-down</i>	Práticas insurgentes em áreas centrais	
		Financiamento coletivo e/ou doações voluntárias	<i>bottom-up</i>		
02	Classe Média-Baixa – tipo C Moradores de áreas diversas das cidades.	Financiamento coletivo e/ou doações voluntárias	<i>bottom-up</i>	Práticas insurgentes em diferentes áreas: centrais e semiperiféricas	
		Agentes financiadores podendo ser uma empresa multinacional ou poder público.	<i>middle-up-down</i>		
03	Classe média Tipo AB moradores de áreas pericentrais	Apoio do próprio grupo, de ativistas urbanos ou do poder público	<i>middle-up-down</i>	Práticas insurgentes em áreas pericentrais	

Fonte: A autora (2022).

Reforça-se que nos três casos categorizados, identificam-se insurgências urbanas de nível local, que refletem problemas espaciais característicos das grandes metrópoles: o abandono das áreas centrais e das periferias pelo poder público. Essas duas áreas são, pois, desprezadas pelas classes com elevado poder de consumo.

A categoria 2, formada pela classe média baixa (tipo “C”) pode conter também profissionais liberais de várias especialidades, com escolaridade – podendo apresentar nível educacional superior completo – mas com baixos proventos, dificultando sua ascensão social e reduzindo seu poder de consumo. Essa categoria pode ser identificada em várias localizações da cidade – independentemente se estão em áreas centrais ou semiperiféricas, a preocupação está na busca por imóveis com valores mais acessíveis. Devido a essa conjuntura, muitos indivíduos dessa classe transformam-se em ativistas urbanos, atuando tanto com o objetivo de se solidarizar com a população de baixa renda mais marginalizada, quanto na busca por melhores condições de vida para si e seus iguais. Essa mobilização pode acabar incentivando

também cidadãos da classe média (que se identificam com as causas elencadas) a contribuírem com mudanças comportamentais, relacionais e sociais.

Para esses três grupos sociais o solo tem valor de pertencimento (significado), distanciando-se de sujeitos que estabelecem o valor do solo como mercadoria – normalmente grupos que possuem recursos para investir no mercado imobiliário. No que tange o direito à cidade, a demanda mais expressiva é feita por marginalizados e precarizados, capazes de reinventar a cidade a partir de exercícios coletivos sobre o processo de urbanização. Nesse sentido, reforça-se a visão defendida por Harvey (1989), que defende a liberdade do cidadão de fazer e refazer a si mesmo e a cidade em que vive, atuando enquanto sociedade; trata-se de um direito humano precioso, ainda que menosprezado.

O próximo capítulo se dedica a estudar casos de insurgências urbanas na América Latina, contextualizando cada iniciativa e aplicando os conceitos apresentados na pesquisa até aqui.

3 ESTUDOS DE CASO

A coleta de dados sobre o fenômeno das práticas insurgentes no espaço urbano foi realizada em dois níveis. Por questões pragmáticas e de limitações financeiras, o primeiro abrange quatro metrópoles latino-americanas – Cidade do México (México), Bogotá (Colômbia), Buenos Aires (Argentina) e Santiago (Chile) – em que foram utilizadas fontes de informações secundárias. O segundo nível, por conveniência, é realizado no município de Curitiba, Paraná (Brasil), e compreende uma pesquisa primária, com entrevistas sistematizadas com membros e organizadores de insurgências no município e visitas observativas nas intervenções.

Como apontado, os dois níveis se diferem pelo recorte geográfico, pela fonte de pesquisa e métodos investigativos, mas apresentam os mesmos objetivos, pressupostos, hipóteses, e recorte temporal (a partir da década de 1990 até o final dos anos 2010). Isso pode ser observado no Quadro 23.

Quadro 23 - Níveis dos Estudos de Caso

	INSURGÊNCIAS URBANAS NA AMÉRICA LATINA	INSURGÊNCIAS URBANAS NO BRASIL
	NÍVEL 1	NÍVEL 2
Recorte geográfico	Bogotá; Buenos Aires; Cidade do México; Santiago.	Curitiba
Recorte temporal	3 décadas (1990, 2000 e 2010)	
Tipo de pesquisa	Secundária	Primária

Fonte: A autora (2022).

Os objetivos de ambos os recortes são:

- i) compreender o desenvolvimento da prática insurgente no espaço público;
- ii) conhecer o grupo de atores que desenvolvem essas ações;
- iii) entender a periodicidade das ações, isto é, se são temporárias ou apresentam sinais de permanência;
- iv) analisar o modelo de organização e aferir a natureza dos recursos para realização destas práticas no espaço urbano;
- v) verificar as ferramentas utilizadas e suas possibilidades de desdobramentos;

vi) avaliar a escolha dos locais das cidades do recorte para desenvolvimento das ações insurgentes.

Parte-se do princípio de que grupos que participam de insurgências urbanas nas cinco metrópoles latino-americanas estão conectados em rede, integrando-se a outros movimentos sociais contemporâneos por meio de seus interesses comuns, e visando trocas de informações, aprimoramento de ferramentas e métodos, e difusão de suas práticas. Consideram-se, assim, as quatro hipóteses seguintes:

- i) Uma vez que muitos dos atores participam/participaram de Fóruns Sociais Mundiais (FSM) ou são membros da Rede *placemakingx*, entende-se que os eventos realizados em cidades latino-americanas estimulam que práticas pedagógicas autogestionárias e de design participativo sejam apreendidas, tornando possível um cenário de propagação de conhecimentos;
- ii) A construção de formatos inovadores reivindicatórios adotados pelos membros dos grandes movimentos sociais vem fortalecendo as lutas contra as desigualdades; diante dessa realidade, outros grupos se associam para construção de ações locais, como os ativistas urbanos;
- iii) A ocorrência das Conferências e Fóruns Urbanos Mundiais – organizados pela ONU-UN-HABITAT³⁴ para debater questões urbanas, desenvolvimento sustentável e desigualdades sociais em países latino-americanos – incentiva práticas insurgentes em espaços públicos de cidades do Sul Global;
- iv) Os intercâmbios de pesquisas entre os diversos observatórios e laboratórios urbanos do setor público – muitos destes apoiados pelo *Lab. Cities BID*³⁵ – existentes nas metrópoles de interesse ampliam e fortalecem o debate sobre tais insurgências, e estimulam a realização dessas práticas. É o caso do

³⁴ Desde 2004, os eventos promovidos pela UN-HABITAT vêm ocorrendo em cidades latino-americanas como Quito (Equador), Medellín (Colômbia), Porto Alegre e Rio de Janeiro (Brasil). A partir de 2010, as discussões passaram a estar voltadas ao direito à cidade, principalmente em relação à questão urbana da desigualdade. Esse debate aborda o desequilíbrio entre os grupos sociais, especialmente no que tange a fragmentação da cidade entre aqueles com grandes recursos e os que permanecem excluídos e empobrecidos.

³⁵ Plataforma de inovação, design e experimentação para o desenvolvimento urbano sustentável na América Latina e Caribe. São realizados codesign entre funcionários do banco e atores locais, onde a participação cidadã é fundamental. O foco são projetos que seguem um processo iterativo de resolução de problemas de forma não linear, baseado em experimentação urbana e *design thinking* (IDB, 2022).

Laboratório de Inovação, em Buenos Aires; o LabCapital e o ViveLab, em Bogotá; os laboratórios do México e do Chile; e das informações compartilhadas pelo Observatório Internacional de Democracia Participativa (OIDP) para a América Latina, atuante desde 2001.

Quanto ao segundo nível do Estudo de Caso, realizado com coletivos que atuam na cidade de Curitiba (Brasil), foram consideradas as quatro seguintes hipóteses:

- i) As práticas insurgentes ainda são incipientes devido ao tipo de gestão urbana adotado pelo governo local que, além de higienista e determinista, é marcado por resquícios dos processos de construção colonialista;
- ii) Tais práticas insurgentes, quando realizadas, são propagadas e apoiadas por membros de movimentos sociais estruturados, como o MTST e ativistas urbanos;
- iii) Eventos insurgentes, tanto em áreas periféricas e quanto centrais da cidade, são geralmente fomentados por voluntários e ativistas urbanos que visam enaltecer atos de solidariedade no contexto de calamidade pública;
- iv) As ações promovidas de forma insurgente no município ainda não são capazes de despertar a atenção do poder público; em outras palavras, o impacto causado por elas não chega a ter visibilidade o bastante para que sejam incorporadas mudanças no planejamento e gestão do espaço urbano.

Uma vez esmiuçados os objetivos e hipóteses de cada etapa de análise, opta-se por apresentar primeiramente casos de insurgências urbanas nas quatro metrópoles da América Latina (Bogotá, Buenos Aires, Cidade do México e Santiago), sendo evidenciados os procedimentos metodológicos adotados e a discussão pertinente ao fenômeno. Na sequência, desenvolve-se a análise das insurgências urbanas no município de Curitiba.

3.1 INSURGÊNCIAS URBANAS NA AMÉRICA LATINA: UM ESTUDO A PARTIR DE PESQUISA SECUNDÁRIA

Este item reforça os motivos de as insurgências serem mais intensas e persistentes em uma determinada metrópole quando comparada às demais. A

pesquisa demonstra que a presença de alguns aparatos constitucionais oportuniza diferentes formas de liberdade de manifestação popular. Além disso, constata-se a influência que as ideologias políticas, as questões partidárias dos gestores públicos, e o grau de maturidade da população quanto à cultura da participação exercem sobre os processos auto gestonários.

Na Cidade do México (México) e em Santiago (Chile) – ambas absorvidas de modo intenso pelo sistema neoliberal e ações público-privadas de (re)construção do espaço – as insurgências urbanas se colocam fortemente contrárias a megaprojetos urbanos. Nessas duas metrópoles, como contextualizado em tópicos anteriores desta tese, os planos urbanos foram transformados em projetos estratégicos que resultaram na fragmentação do espaço e na conformação de áreas extremamente desiguais no âmbito socioeconômico.

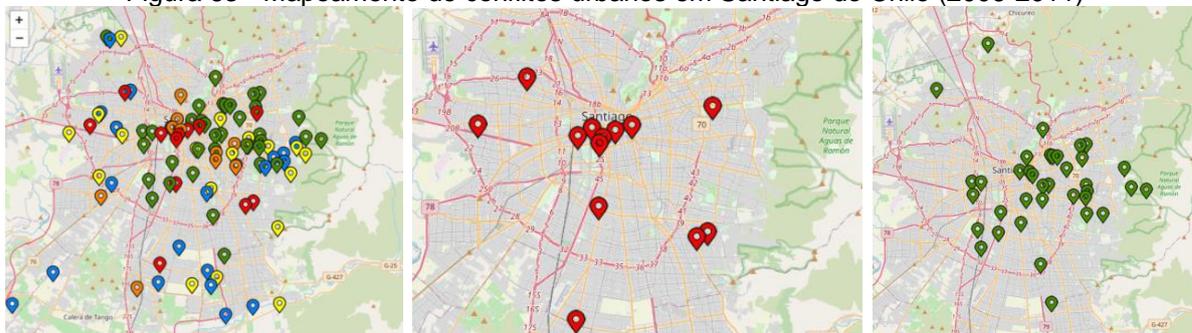
Verifica-se nessas metrópoles a existência de significativos conflitos urbanos³⁶, majoritariamente balizados por mobilizações contra ameaças à qualidade de vida da população e em oposição ao questionável modo de desenvolvimento urbano imposto pelo padrão neoliberal de acumulação do capital. Tais ações reivindicatórias foram ampliadas para diferentes classes sociais e a população passou a se organizar por meio de assembleias de bairros: membros da classe média posicionavam-se contra transformações estruturais e a favor da manutenção de sua condição de vida; já os mais pobres – normalmente habitantes de áreas periféricas – pleiteavam questões mais basilares de acesso a direitos e infraestruturas, como o abastecimento de água, por exemplo (PRADILLA COBOS, 2016).

O processo de institucionalização da participação cidadã, no caso da Cidade do México, gerou desconfiças e resistência por parte da população devido ao perfil governamental tradicionalmente em vigor – fundamentado no clientelismo e paternalismo (ESPINOSA, 2004). Esse mecanismo de governo fez com que as insurgências urbanas na cidade se apresentassem de forma muito intensa a partir da década de 1990, estando intimamente vinculadas ao movimento dos povos originários de Chiapas.

³⁶ Segundo a Corporação SUR de Estudos Sociais e Educação, os conflitos urbanos são ações coletivas que manifestam publicamente os problemas e tensões subjacentes ao atual modelo de produção da cidade. São lutas que não acontecem apenas no espaço urbano, pois o espaço urbano se torna o próprio centro da disputa. Esses conflitos começam “de baixo”, ao se instalarem questões na agenda pública, política e social; as iniciativas podem partir da força social – como iniciativa ou reação cidadã – interessando-se pelo impacto que essas ações têm na tomada de decisões, bem como na distribuição de recursos e nos custos dessas decisões.

No caso de Santiago, grupos de moradores que se uniram contra algumas mudanças que seriam implementadas nas suas vizinhanças; reforça o movimento NIMBY (*Not in my backyard*), que evidencia na escala metropolitana, o descontentamento da população das classes alta e média-alta. A plataforma Sítio Sur apresentou uma série de conflitos urbanos ocorridos na região metropolitana e na área central de Santiago, ressaltando que os grandes projetos urbanos – aqueles relacionados às mudanças de uso do solo e à expansão urbana – são os mais rejeitados pela maioria dos habitantes. As imagens do website³⁷ registram conflitos urbanos sucedidos entre 2006 e 2011, sendo categorizados por cores: “crescimento urbano” em verde, “uso e apropriação do espaço urbano” em vermelho, “meio ambiente” em amarelo, “lugar de vida” em azul, e “danos de terremoto” em laranja (SUR, 2011); a Figura 63 apresenta a localização desses conflitos. Observa-se que o conteúdo temático desses conflitos até pode variar, mas os formatos e as estratégias de ação visam o mesmo objetivo: modificar o curso do processo urbano tradicional, influenciando na produção de novas possibilidades de vida no território.

Figura 63 - Mapeamento de conflitos urbanos em Santiago do Chile (2006-2011)



Fonte: SUR (2011).

Quanto ao uso e apropriação do espaço urbano (representado pelos pontos em vermelho), percebe-se que há uma maior concentração de conflitos nas áreas centrais da cidade – essa conjuntura será aprofundada posteriormente. No que tange a questão da expansão urbana (em verde), os conflitos passam a se distribuir em diferentes pontos da região metropolitana, refletindo a pertinência do debate sobre o

³⁷ Os dados foram organizados por técnicos da Corporação SUR de Estudos Sociais e Educação, em colaboração com organizações sociais e cidadãos, como a Rede Observatório de Habitação e Cidades e as Escolas Construtoras de Cidades.

zoneamento flexível para a construção de microcidades ou bairros suburbanos nas áreas periféricas do município.

Uma vez sintetizado o contexto das duas metrópoles latino-americanas que apresentaram os maiores conflitos urbanos, segue a sistematização dos dezesseis Estudos de Caso.

3.1.1 Procedimentos Metodológicos

Para realizar o levantamento das insurgências urbanas nas metrópoles latino-americanas foram adotados dois caminhos: i) pesquisas em plataformas de redes, fundações, ONGs e organizações da sociedade civil das quatro cidades latino-americanas; foram identificados projetos e programas de transformação socioespacial dos territórios, denominados de Boas Práticas Cidadãs; ii) análise de artigos científicos publicados em revistas de universidades locais e matérias de jornais e revistas digitais desses quatro países do recorte; foram definidas como palavras-chave da busca os termos “conflitos” e “ativismos urbanos”.

Uma vez definidos os métodos da coleta de dados, organizou-se uma lista de endereços eletrônicos e perfis nas redes sociais (Facebook, Instagram, Twitter) dos possíveis grupos ou coletivos cuja atuação se relaciona à temática de interesse. Em seguida, foram escolhidos quatro casos de insurgências urbanas para cada metrópole do recorte, como pode ser observado no Quadro 24. As insurgências foram agrupadas por cidade para facilitar o comparativo.

Quadro 24 - Relação de casos de Insurgências Urbanas em Metrôpoles Latino-Americanas

CASO	BOGOTÁ	BUENOS AIRES	CIDADE DO MÉXICO	SANTIAGO DO CHILE
Temas	Cultura	Áreas Verdes	Agricultura Urbana	Arte e Cultura
01	Coletivo Arquitetura Expandida - AXP	Coletivo de moradores de bairros pericentrais das Comunas 3 e 5	Coletivo Cuadra Provoca Ciudad AC	Coletivo Aki Coletivo Ainilin Associação Víctor Jara
	Tipo de Intervenção: Construção de projetos de Centros Comunitários em bairros periféricos	Tipo de Intervenção: Construção de Parque Urbano	Tipo de Intervenção: Construção comunitária da Horta Urbana e Educação Ambiental, em área central da cidade	Tipo de Intervenção: Ocupações de imóveis públicos abandonados em áreas centrais onde foram transformados em espaços artísticos e culturais

(Continua)

Quadro 24 - Relação de casos de Insurgências Urbanas em Metrôpoles Latino-Americanas

CASO	BOGOTÁ	BUENOS AIRES	CIDADE DO MÉXICO	SANTIAGO DO CHILE
Temas	Gênero e Mobilidade	Áreas Verdes	Grandes Projetos Urbanos	Patrimônio Histórico Edificado
02	Coletivo Bicistema	Coletivo de moradores da Comuna 13 (Bairro Colegiales) e Coletivo Urbanismo_Vivo	Coletivo de moradores de bairros pericentrais de classe média	Coletivos de moradores pela defesa do Bairro <i>Yungay-Brasil</i>
	Tipo de intervenção: Urbanismo Tático em várias vias de bairros periféricos	Tipo de Intervenção: Construção de Praça	Tipo de Intervenção: Protestos e eventos locais.	Tipo de Intervenção: Eventos locais e legalização
Temas	Agricultura Urbana	Arte e Cultura	Mobilidade	Áreas Verdes
03	Coletivo Huertopia	Coletivo <i>Fin de UnMundo</i>	Coletivo <i>Bicitekas</i>	Fundação <i>Mi Parque</i>
	Tipo de Intervenção: Hortas comunitárias em bairro periféricos – Alto Funcha	Tipo de Intervenção: Evento multitudinário dança e teatro nas ruas centrais da cidade	Tipo de Intervenção: Evento multitudinário nas ruas da cidade utilização da bicicleta	Tipo de Intervenção: Construção de praças e parques
Temas	Participação Cidadã	Participação Cidadã	Lazer e Cultura	Participação Cidadã
04	Movimento 100en1día	Moradores do Bairro <i>San Telmo</i> Comuna 1, Lab.Cities BID e coletivo Urbanismo_Vivo	Coletivo Lugares Públicos	<i>Espacio Ludico</i>
	Tipo de Intervenção: 100 eventos em diversos espaços públicos da cidade	Tipo de Intervenção: Urbanismo tático nas ruas do bairro	Tipo de Intervenção: Construção de espaços de convivência e leitura no Parque do México, no centro da cidade	Tipo de Intervenção: Urbanismo tático e lúdico em espaços públicos

Fonte: A autora (2022).

As dezesseis insurgências foram comparadas entre si visando identificar a existência de um “modelo protagonista” de ação em que fosse possível aferir o envolvimento dos moradores do local no planejamento do espaço urbano, o compartilhamento de ações de fortalecimento da cidadania e os experimentos táticos no espaço público. Alguns critérios auxiliaram na escolha desse modelo: a tipologia de ferramenta empregada, o tempo da intervenção, o modelo de gestão e a causa da reivindicação. Tem-se, então, um modelo balizado pelos conceitos de interesse – já apresentados – nesta tese, ou seja, “direito à cidade”, “construção de necessidades comuns”, “autogestão”, “participação ativa”, “práticas urbanas organizadas” por “coletivos heterogêneos” e “apartidários”, em “escala local”.

Quanto à obtenção de recursos, identifica-se a contribuição de diferentes instâncias: i) do poder local; ii) agências bilaterais; iii) organizações não governamentais; iv) empresas multinacionais e nacionais; v) financiamentos coletivos; vi) doações. Vale ressaltar que o modelo escolhido deve justificar o **Plano Urbano Compartilhado (PUC)**.

Vale lembrar que o PUC, aqui sugerido, seria um plano urbano local elaborado pelos diferentes grupos sociais, sendo estes autônomos, cuja gestão seria compartilhada. O objetivo primordial seria o desenvolvimento de ações voltadas à cidadania, de emancipação social, e de reestruturação de vínculos comunitários, por meio de experimentos práticos participativos nos espaços públicos – “vividos”.

Quando da elaboração desse plano, os saberes e as experiências seriam discutidas de forma a alcançar o senso comum, a partir de uma pedagogia urbana. Entende-se esse seria o princípio de uma gestão urbana compartilhada a implementação de novas estratégias de participação efetiva, com foco no Direito à Cidade, e na sistematização desses saberes tácitos, mediados por atores que possuam conhecimentos explícitos e replicados nas redes sociais. O rápido conhecimento dessas ações podem se multiplicar e serem replicadas de acordo com a realidade de cada território.

Acredita-se que por meio do PUC e a difusão dessas práticas em rede digitais, seja possível superar a atuação de políticas tecnocráticas e conservadoras, que até o presente momento, em diversas cidades do continente, continuam imprimindo o modelo no qual o poder público é o agente promotor e definidor dos usos e desenhos dos espaços públicos.

A inclusão de grupos sociais heterogêneos nesse processo objetiva torná-los corresponsáveis pelos planos de transformação de um determinado território. Por meio da gestão compartilhada ocorre o processo de descentralização da administração pública e a distribuição das tarefas, com todos os atores envolvidos e comprometidos, de forma horizontal.

Rocha (2009) relata que esse modelo confere maior democratização da gestão das políticas públicas, contribuindo para uma maior transparência e otimização dos recursos, além de estimular a participação da sociedade civil na formulação dos planos urbanos, na gestão e no controle social.

A gestão compartilhada torna-se uma ferramenta que tende a inverter o processo de planejamento tradicional, que ocorre de modo vertical e autoritário, de cima para baixo, passando a adotar e valorizar a participação sob a ótica horizontal, e fortalecendo a tomada de decisões por grupos anteriormente excluídos desse processo (ARAÚJO, 2016).

O PUC então, apresenta-se como uma proposição, no que tange a alcançar as primícias apontadas na Agenda 21-Brasil desde 1992 e a Agenda 2030 aprovada em 2015, que apresentam a necessidade de buscar outros modelos de planejamento inclusivos e sustentáveis, bem como outros formatos de gestão urbana, com objetivos

e metas que visem integração de ações setoriais, atuação da sociedade civil, mobilização e protagonismo de outros grupos sociais urbanos.

Assim, formalizada a ideia do PUC, retoma-se aos estudos de caso de insurgências urbanas nas quatro metrópoles latino-americanas, na seguinte ordem: Cidade do México, Buenos Aires, Bogotá e Santiago. Apresentam-se, então, os casos de insurgências urbanas investigadas nas quatro metrópoles latino-americanas na seguinte ordem: Cidade do México, Buenos Aires, Bogotá e Santiago.

3.1.1.1 Cidade do México

Os quatro casos mexicanos correspondem às iniciativas do Horto Roma Verde, das organizações de vizinhos, do Coletivo Bicitekas e das propostas de atividades participativas realizadas no espaço público.

CASO 01

O **Horto Roma Verde** (Figura 64) foi criado em 2012 em um local abandonado, na área central da cidade, na Rua Jalapa; contou com a colaboração de vizinhos do bairro Roma, arquitetos e membros da organização da sociedade civil La Cuadra Provoca Ciudad AC. Essa associação busca promover projetos de transformação do meio ambiente por meio do fortalecimento da comunidade local. Trata-se de uma ocupação comunitária baseada na permacultura, um sistema de princípios de design social e agrícola com características advindas do ecossistema natural.

Figura 64 - Horto Roma Verde



Fonte: Huerto... (2021).

O terreno ocupa uma área de aproximadamente sete mil metros quadrados e fazia parte do Conjunto Habitacional Multifamiliar Presidente Juárez, que foi destruído pelo grande terremoto de 1985. Durante 27 anos, aquele foi um terreno baldio e utilizado por vizinhos como depósito de lixo (Figura 65). A ideia foi concebida pelo morador Francisco Ayala, que cresceu no bairro Roma, próximo ao centro histórico da cidade. O projeto foi estruturado pelos membros do coletivo *La Cuadra Provoca Ciudad*, denominado SIBICO (Sistema de Bem-Estar Comum).

Figura 65 - Localização do Horto Roma Verde



Fonte: La Cuadra AC (2021).

Há nove anos o terreno baldio se transformou em um experimento socioecológico (MORENO, 2021), abrigando: pomar, horta, biblioteca de sementes, estufa, compostagem, laboratório de arborização, espaço cultural e um consultório médico que oferece terapias alternativas; são ensinados, ainda, temas como bioconstrução, captação da chuva, reaproveitamento de resíduos sólidos e construção de banheiros utilizando técnicas de biodigestores. Atualmente o espaço é gerido por uma equipe multidisciplinar, intercultural e intergeracional (FIIU, 2018), mas ainda conta com membros do coletivo *La Cuadra Provoca Ciudad* na administração e organização de eventos e atividades que mobilizam a participação de diferentes grupos sociais (MORENO, 2021).

Moreno (2021) revela que o terreno que abriga o Horto pertence na verdade ao Instituto de Segurança e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Estado (ISSSTE), que atualmente trava uma batalha judicial para recuperá-lo, tendo sido iniciado o processo legal para despejo. Diante desse revés, Piero Barandiaran – um dos ativistas responsáveis pelo local – informou que os membros e gestores do projeto têm

buscado apoio junto à Delegação Norte Roma-Condessa e à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais do governo local para resolverem o impasse.

CASO 02

Organizações de vizinhos compõem o segundo caso; são grupos formados para resistir a projetos imobiliários específicos de uma determinada localidade. Os moradores se associam contra intervenções externas promovidas pela administração pública ou empresas privadas ao perceberem que essas medidas ameaçam seu bem-estar ou modo de vida (PUIG; ROVIRA, 2017). Zamorano (2019) descreve quatro ações de moradores organizadas para impedir a construção de grandes projetos urbanos:

- i) Os moradores locais contra a construção da **Supervia Poniente** – uma rodovia particular de 10 km a noroeste da cidade, que liga o centro empresarial de Santa Fé ao centro da cidade. No início da construção, trezentos moradores atingidos pela proposta criaram a Frente Ampla, que demonstrou por diversos meios o conluio entre o capital imobiliário e os poderes locais; seus protestos, contudo, foram reprimidos pelos empreendedores em 2012, e as obras foram retomadas e concluídas. Segundo Negrete e Contreras (2017), uma das questões apontadas pela Frente que causou grande controvérsia entre cidadãos e especialistas ambientais foi o fato de o projeto estar em áreas de alto valor social e ambiental; propostas alternativas apresentadas aos empreendedores foram, no entanto, ignoradas. Ao desconsiderar as complexidades sociais e naturais daquela área, o governo atuou legitimando a alienação do mundo economizado (LEFF, 2008).
- ii) A associação civil **Vecinos del Parque Hundido** (VPH), formada por um grupo de jovens profissionais de classe média, se opôs à construção de um prédio de luxo com 30 apartamentos que objetivava utilizar parte da área do Parque Hundido; os vizinhos, motivados por Héctor Rojas – um morador antigo do bairro – começaram a se organizar. Após as denúncias junto a órgãos legais não serem respondidas, as reivindicações passaram a surgir em diferentes formatos, primeiro por meio de reuniões e assembleias regulares, e em seguida por meio de festas e atividades familiares dentro e ao redor do parque, que fortaleceram a comunidade. Zamorano (2019) esclarece que, neste caso, o problema não estava na densificação da área,

mas sim na agressão ao espaço público – um parque de grande importância, patrimônio histórico da cidade. A associação VPH conseguiu que o empreendedor demolisse a parte da construção que avançava sobre o parque.

- iii) Os **Vecinos del Pueblo de Xoco** (delegação Benito Juárez) foi uma mobilização contrária ao projeto da “Ciudad Mítikah”, um grande empreendimento imobiliário iniciado em 2009, composto por sete edifícios de uso misto de 60 andares – com hospitais, bancos, shopping centers, espaços de lazer e estacionamento para 25.000 carros (ZAMORANO et al., 2017). Os representantes do movimento advertiram sobre os problemas causados pela obra, como a densificação populacional, o aumento do tráfego e as transformações na paisagem urbana (ZAMORANO, 2019), contudo as reivindicações não obtiveram sucesso; em 2017 a construtora anunciou que a primeira etapa do megaprojeto seria inaugurada em 2019.

Figura 66 - Manifestantes Vecinos del Pueblo de Xoco



Fonte: Suárez (2018).

- iv) A **Colônia Granjas-México**, em Iztacalco, enfrentou problemas similares. A área, que continha vários lotes vazios – devido ao cenário de desindustrialização – passou a sofrer com a proliferação excessiva de construções de edifícios. Segundo Zamorano (2019), a partir de reivindicações dos vizinhos da Colônia, houve uma redução de 1200 para 700 unidades de apartamentos em uma das torres projetadas.

Delgadillo Polanco (2014) reforça que existem outros casos de moradores que se organizaram e mobilizaram para defender o patrimônio construído frente às ameaças da privatização dos espaços. Nos casos em que “os vizinhos” foram bem-

sucedidos e tiveram suas solicitações parcial ou totalmente atendidas, identifica-se uma maior coesão social entre os membros, um sentimento de pertencimento ao local em questão e um discurso político capaz de gerar diálogos com mídia (ZAMORANO, 2019).

Em todos os casos apresentados, fundamentalmente as mobilizações envolveram a população de classe média que se juntou por um objetivo comum. Entende-se, dessa forma, que a diversidade social, cultural e política da cidade não refletem apenas nas formas de apropriação coletiva do espaço público, mas também mas questões presentes nas disputas pela cidade, pelo espaço público e pelos recursos urbanos para melhoria do urbano (DELGADILLO POLANCO, 2014).

CASO 03

O **Coletivo Bicitekas** (Figura 67) é uma associação civil criada em 1997, cujo objetivo é que bicicletas possam circular por lugares seguros e protegidos, e que se tornem um meio de transporte vantajoso frente ao sistema de mobilidade urbana do México, especialmente na capital do país. As principais linhas de ações desse coletivo são cultura e educação, políticas públicas e incubadora de projetos; possuem uma equipe diversificada de ambientalistas, advogados, jornalistas, pesquisadores, arquitetos e urbanistas, designers, promotores culturais, programadores e todo tipo de cidadão que utilize bicicleta no transporte diário. Uma das grandes realizações do coletivo foi a instalação de uma importante ciclovia na Cidade do México e modificações significativas na Lei de Mobilidade da metrópole.

Figura 67 - Coletivo Bicitekas



Fonte: Bicitekas (2022); Ortiz (2019).

Zamorano (2019) explica que o coletivo utilizou o espaço público como lugar de ação e protesto cotidiano, organizando-se a partir da lógica de “células”, em que

os integrantes fazem rondas para ocupar a rua, formar e educar novos interessados no movimento. Sua estratégia para grandes manifestações e protestos públicos é que sempre são feitos sobre rodas e, em alguns casos, também usam fantasias coloridas ou andam seminus com slogans pintados no corpo. Essas práticas criativas atraem a atenção da mídia convencional e dos transeuntes, além de invadirem de forma contundente as redes sociais – o grupo sempre recorre à comunicação digital para reafirmar seus princípios cívicos e políticos, e denunciar situações de corrupção e arbitrariedade dos poderes locais (ZAMORANO, 2019).

Areli Carreón, um dos fundadores da associação, participou como suplente na candidatura de uma das chapas promovidas pelo *Colectivo Independiente Tú Constituyente*. Essa tentativa de ocupar um cargo na Assembleia dos Constituintes da Cidade do México se justificava pela possibilidade de influenciar na elaboração do plano legal da cidade e, mais especificamente, proporcionar uma melhor situação para os ciclistas. O Bicitekas também conseguiu influenciar na reforma do Regulamento da Lei de Mobilidade do Distrito Federal da Cidade do México, atuando em favor de um fundo público para auxílio ao ciclismo, e da provisão de espaços seguros e com infraestrutura adequada para os ciclistas. Segundo Zamorano (2019), Areli Carreón vem fazendo com que o movimento ganhe causas e espaços ao longo de 15 anos de luta. Em 2013, o movimento, em conjunto com outras organizações, lançou o manifesto “*Balance y lecciones aprendidas 2007-2012*”, que expressa a continuidade dessas políticas (BICITEKAS, 2013); o movimento, portanto, não só afeta a produção de espaços físicos, mas também cria uma consciência cidadã em prol da mobilidade ativa.

CASO 04

Atividades participativas no espaço público integram o quarto caso mexicano, mais especificamente em uma área do Parque do México a ser revitalizada, conhecida como Foro Lindeberg, construída em 1927 e localizada no bairro Condesa-Hipódromo. O projeto foi viabilizado pela Fundação *Placemaking México*, integrando-se à rede

global **PlacemakingX**³⁸, ao escritório de consultoria **Lugares Públicos AC**, ao governo local e ao grupo de Amigos do Parque; contou, ainda, com apoio e participação da Associação de Moradores do bairro Cuauhtémoc, a partir de 2015, e com o financiamento da **Southwest Airlines**.

Durante o ano de 2016, o plano de revitalização valeu-se da participação de vizinhos e frequentadores do parque para entender o que os usuários desejavam para aquela área. Foram realizados workshops para organizar as atividades a serem desenvolvidas regularmente no local – jogos de futebol, yoga, xadrez, artes marciais, teatro, cinema ao ar livre, concertos, galeria de artes, biblioteca móvel, contação de histórias, clínica de plantas, entre outras atividades. A Biblioteca Móvel (Figura 68) foi a que mais despertou interesse da comunidade; o equipamento já era utilizado pela Biblioteca Pública Amália González, promovendo leituras, contação de histórias e incentivo aos jogos de tabuleiros. O grupo de consultores elaborou, assim, o projeto denominado de LEA (Lugar de Encontro entre Amigos), instalado no local durante os anos de 2017 e 2018.

Figura 68 - Lugares Públicos AC - LEA



Fonte: Roque (2017).

No Quadro 25, observam-se os quatro casos expostos, sendo que apenas o movimento em prol da mobilidade ativa perdura ao longo do tempo.

³⁸ O método do Placemaking é difundido pela rede global PlacemakingX, criada em Detroit (EUA) a partir do Project Public Space (PPS), de 1975, e é inspirado nos trabalhos de William Whyte, autor de “Vida Social para pequenos espaços urbanos”. Atualmente a rede é formada por mais de 100 líderes em mais de 80 países; seu objetivo é executar um planejamento urbano para pessoas, a partir da metodologia de design participativo e da gestão sustentável.

Quadro 25 - Casos de insurgências urbanas na Cidade do México

CASOS ESCALA LOCAL	GRUPOS SOCIAIS	PROBLEMA	ORGANIZAÇÃO	TEMPO	TIPO DE INTERVENÇÃO ESPAÇO PÚBLICO	GESTÃO PARTICIPATIVA
01	Ativistas urbanos e moradores do Bairro Roma	Falta de consciência alimentar	Associação Civil <i>La Cuadra Provoca Ciudad AC.</i>	Temporário	Construção de vários espaços multiuso (no centro da cidade)	Autogestão
02	Moradores contra empreendimentos privados em prol do direito à cidade.	Falta de participação cidadã	<ul style="list-style-type: none"> • Frente Ampla • <i>Vecinos del Parque Hundido</i> • <i>Vecinos del Pueblo de Xoco</i> • <i>Colonia Granjas-México</i> 		Nenhuma intervenção física (protestos em bairros pericentrais)	
03	Ativistas urbanos <i>Bikers</i>	Falta de Mobilidade ativa	Coletivo <i>Bicitekas</i>	Consolidado	Intervenções em ruas principais da cidade (eventos multitudinários)	
04	<ul style="list-style-type: none"> • Moradores do local; • Amigos do Parque México; • Associação dos moradores do Bairro <i>Cuauhtémoc.</i> 	Abandono do espaço público no Parque México	<ul style="list-style-type: none"> • Rede PlacemakingX; • <i>Southwest Airlines;</i> • <i>Lugares Publicos AC.</i> 	Temporário	Espaço de Leitura e jogos (centro da cidade)	Gestão do coletivo Lugares Públicos AC integrado a Fundação PlacemakingX e governo local

Fonte: A autora (2022).

Observa-se que a participação cidadã nos casos 02 e 04 foi estimulada. No caso 04, por exemplo, os usuários do parque foram conclamados a responder questões feitas pelos consultores do Lugares Públicos AC (arquitetos e urbanistas), ou seja, não foram os moradores e frequentadores que procuraram a equipe de arquitetos para fazer reivindicações. Os parceiros da Fundação Placemaking México detectaram que, para a população, a baixa periodicidade de atividades no espaço público – que ocasiona um fluxo reduzido de pessoas – é o maior problema da área do Foro Lindeberg, no Parque México. Os consultores buscaram, então, apoio das entidades responsáveis pelo local e um financiamento externo; aplicaram, ainda, uma metodologia de ativação do local, difundida globalmente pela plataforma PlacemakingX, para melhorar a vitalidade da área do parque. O projeto de design comunitário e de participação da população foi de grande relevância para estimular a permanência das pessoas no local, o que reforça a importância dessas ferramentas para melhorar a qualidade dos espaços públicos já consolidados. É preciso acompanhar, contudo, se o poder público implementará definitivamente o projeto LEA no Foro Lindeberg.

No caso 02 também é possível reconhecer que a participação popular foi provocada por um agente, neste caso, o mercado imobiliário. A construção de grandes empreendimentos privados promoveu movimentos de bairros, como o NIMBY (*Not in*

my backyard), contra determinadas mudanças na vizinhança – essa conjuntura se repete, aliás, nos quatro casos apresentados da Cidade do México, onde os megaempreendimentos acabam descaracterizando a paisagem, densificando-a, aumentando o tráfego de veículos e acarretando problemas ambientais. No segundo caso, tem-se vizinhos engajados alcançando seus objetivos, suspendendo os conflitos e retomando sua vida diária.

Já o caso 03 se difere por ser envolver um coletivo que está há quase 25 anos reivindicando a importância da mobilidade ativa na Cidade do México; o Biciketas alcançou muita visibilidade e alguns objetivos concretos ao longo dos anos, como políticas públicas em prol do uso da bicicleta, construção de ciclovias e alterações na lei de mobilidade urbana.

O caso 01, por sua vez, contrasta bastante dos demais, estando fora do padrão neoliberal das insurgências. Nesse caso, os moradores se dedicaram a uma construção coletiva do espaço, aproximando grupos que lutam por alternativas que melhorem a qualidade de vida urbana e criando um Sistema de Bem-Estar Comum (SIBICO). Atualmente a permanência dessas comunidades no espaço está ameaçada uma vez que o terreno pertence ao Instituto de Segurança e Serviços Sociais dos Trabalhadores do Estado (ISSSTE). Considera-se relevante para o debate acompanhar de que forma essa questão judicial será resolvida.

Como é possível notar, os casos 01 e 03 são marcados pela participação e cooperação espontâneas da população em que, conforme defendido por Mayo (1949 apud PROCÓPIO, 2007), o indivíduo é motivado a desempenhar sua função social. Esses dois casos corroboram para a efetivação do Plano Urbano Compartilhado (PUC).

Apesar disso, todos os quatro casos apresentados sugerem modos diferenciados de participação cidadã na reconstrução de espaços públicos na Cidade do México, com propostas que fortalecem e conscientizam quanto à necessidade do real envolvimento dos cidadãos.

3.1.1.2 Buenos Aires

As insurgências urbanas na Cidade Autônoma de Buenos Aires são representadas por quatro casos de intervenções participativas oriundas de conflitos em prol do direito à cidade; são lutas contra a degradação de espaços urbanos e a

favor de mais espaços verdes, além de marchas multitudinárias que alertam sobre conjunturas sociopolíticas. Os modelos de participação se dão de maneiras distintas, podendo ser organizados por moradores: i) apoiados pelo poder local; ii) apoiados por coletivos de ativistas urbanos e pelo poder público; iii) incentivados por agências bilaterais; iv) incentivados por coletivo de artistas e produtores culturais (ativistas urbanos).

No Quadro 26, observa-se os casos investigados na Cidade Autônoma de Buenos Aires, sendo que, no caso 01, as ações insurgentes dos moradores dos bairros se concretizaram em projetos permanentes, confirmando o poder e resistência das ações realizadas pela população local.

Quadro 26 - Casos de insurgências urbanas na CABA

CASOS ESCALA LOCAL	GRUPOS SOCIAIS	PROBLEMA	ORGANIZAÇÃO	TEMPO	TIPO DE INTERVENÇÃO ESPAÇO PÚBLICO	GESTÃO PARTICIPATIVA
01	Moradores de classe média de bairros pericentrais <i>Vecinos del parque de la Estación</i>	Falta de Áreas Verdes	Origem nas Assembléias de Bairro-2001 e apoio das Comunas	Temporária e se desenvolve para permanente	Parque	Elaboração do projeto das áreas com a participação de 03 atores: Moradores dos bairros; Representantes das Comunas e Poder Local.
02	Moradores classe média, de bairros pericentrais <i>Colegiales</i>	Falta de Áreas Verdes	Origem nas Assembléias de Bairro-2001 e apoio das Comunas e pelo Coletivo Urbanismo_Vivo	Temporária e se desenvolve para permanente	Praça	Elaboração do projeto das áreas com a participação de 04 atores: Moradores do bairro, Representante da Comuna13, Poder Local e Coletivo de Arquitetos.
03	Moradores de classe média e média baixa, do bairro central <i>San Telmo</i>	Abandono da área do viaduto	Plano Estratégico de Requalificação de Áreas Históricas Centrais - Governo local com apoio de agência Bilateral	Temporário	Intervenção tática na Rua da Defesa embaixo do viaduto 25 de Maio	Realização de projeto tático com objetivo de incentivar a participação dos moradores do local apoio com recurso do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID.
04	Moradores de diferentes bairros da cidade – classe média e média baixa <i>Plaza de Mayo</i>	Conjunturas sociais	Coletivo de artistas - <i>Fin de Un Mundo</i>		Intervenção de massa em avenidas centrais da cidade	Elaboração dos projetos de intervenção com recursos coletivos.

Fonte: A autora (2022).

A CABA é frequentemente marcada por iniciativas de moradores que ocupam o espaço público para se manifestarem contra o mercado imobiliário e a implantação de grandes empreendimentos privados em áreas que seriam destinadas a áreas verdes devido à falta desses espaços em bairros pericentrais da cidade. Os moradores, desde a crise econômica de 2001, organizam-se em assembleias nos

bairros, com objetivo de fortalecer a participação cidadã quanto aos problemas urbanos.

CASO 01

Compreende o projeto participativo oriundo de mobilizações de habitantes dos bairros residenciais das Comunas 3 e 5, que organizaram reivindicações pela construção de um parque na área da Estação Ferroviária, entre 2000 e 2019.

Os **moradores dos bairros Balvanera, Almagro, Boedo e San Cristóbal**, preocupados com a falta de áreas verdes nas Comunas 3 e 5, desde os anos 2000 lutam pela presença de um Centro Comunitário e de um parque na área desativada do antigo terminal ferroviário (linha Sarmiento); o conjunto de protestos e manifestações fez parte da chamada Resistência Verde. A organização das assembleias se deu em uma área provisória a partir de 2005, denominada de “*La Plaza del mientras isso*”. Segundo Márquez (2018), desde então, os moradores não deixaram de organizar as reuniões, permitindo a entrada de novos vizinhos, sem formalidades legais; as tomadas de decisão eram realizadas de modo consensual, sem questões partidárias, religiosas ou sociais.

Os grupos de moradores também organizavam outros eventos com o objetivo de mobilizar a população a favor das suas pautas reivindicatórias, realizando pinturas, caminhadas e eventos festivos no bairro, para dar visibilidade ao local. Em 2014, os moradores conseguiram que fosse alterado o zoneamento, por meio da Lei n. 4944, que definiu a área para construção do parque. Em 2016, o coletivo de moradores (*Vecinos X El parque de la Estación*) reuniu-se com o poder público em uma “Mesa de Trabalho e Consenso do Plano de Manejo do Parque”, propondo uma gestão associada entre moradores e governo. A prefeitura ficou encarregada do projeto, tendo a Direção Geral de Antropologia Urbana (DGAU) realizado o processo participativo, a partir de um intenso debate com os membros do coletivo *Vecinos X el Parque* e os representantes das Comunas 3 e 5 (MARQUÉZ, 2018).

A proposta para elaboração do projeto apresentada pelo Coletivo era diferente do governo local; os moradores propunham reuniões abertas, em um edifício público, aos sábados – para aumentar a participação. A metodologia proposta objetivava a cocriação, fortalecimento do caráter coletivo do projeto e o protagonismo dos moradores. O governo aceitou parcialmente o formato: as reuniões foram realizadas em um edifício privado, com controle de acesso e realização prévia de inscrições. As ideias acabaram sendo debatidas, mas não levaram a decisões consensuadas; os

projetistas, então, ficaram responsáveis pela definição da melhor ideia que fosse mais viável para a elaboração do projeto.

Apesar das divergências finais, um resultado importante obtido pelos moradores foi a aprovação da Lei n. 5734, de dezembro de 2016, sobre a construção do projeto do parque (MÁRQUEZ, 2018). Em 2017, o *Parque de La Estación* foi aprovado pelo Legislativo de CABA e, em 2018, realizou-se a licitação pública do projeto e o início da primeira etapa da obra; um grande festival foi realizado no local pelos moradores (GERMINO, 2018).

Em síntese: i) os moradores dos bairros visualizaram o problema e definiram uma área pública para construção do parque; ii) houve mobilização e sensibilização de outros moradores por meio de reuniões e da ocupação de uma pequena área (*“La Plaza del mientras isso”*), além da organização de outros eventos no entorno; iii) o zoneamento foi alterado; iv) o projeto foi elaborado de forma participativa em conjunto com três atores – moradores dos bairros, representantes das Comunas e poder local.

CASO 02

Semelhante ao anterior, trata-se de um caso em que os **moradores do bairro Colegiales**, na Comuna 13, reivindicaram a criação de uma praça, desde 1997, em uma área pública abandonada. Em 2007, o poder público e os empreendedores apresentaram um projeto para construção de um shopping Center na mesma localização. Os moradores organizaram protestos pacíficos contra o empreendimento e a privatização do espaço público (EL ANTES..., 2018); a partir de 2016, começaram mobilizações para dar visibilidade à situação, e o movimento chamado de *“Abrazos a Clemente”* (Figura 69) passou a acontecer uma vez por semana na área em disputa (MUSSE, 2019).

Figura 69 - Moradores do bairro Colegiales em protesto pacífico



Fonte: *Los vecinos...* (2018).

Neste caso, vale ressaltar o envolvimento do Coletivo Urbanismo_Vivo, que em parceria com diferentes organizações – como a Fundação *Rumbos*, *Arboles Nativos*, Artigo 41, *Basta de Mutilar* e o TransLab.Urb de Porto Alegre – apoiou os moradores e desenvolveu o projeto da Praça Clemente (Figuras 70 e 71) de forma participativa durante seis meses (de fevereiro a julho de 2018). A obra foi executada pelo poder público e entregue em 2019 beneficiando 52.000 moradores do bairro Colegiales (BUENOS AIRES, 2019).

Figura 70 - Plaza Clemente (antes)



Fonte: Urbanismo_vivo (2022).

Figura 71 - Plaza Clemente (depois)



Fonte: Observatório metropolitano (2022).

O processo de desenvolvimento do projeto foi realizado em sete etapas, com o objetivo principal de restabelecer os laços de vizinhança.

- i. mapeamentos coletivos do espaço;
- ii. aplicação de questionários investigativos;
- iii. caminhadas pelo bairro;
- iv. elaboração de diagnóstico;
- v. realização de oficinas para produção do projeto;
- vi. atividades com os moradores utilizando as ferramentas de placemaking como pintura de muros;
- vii. realização de Festival Cultural com objetivo de finalização do processo e confraternização com todos os participantes.

CASO 03

Em 2020, o projeto participativo incentivado pelo Laboratório de Cidades do Banco Interamericano (BID) resultou em intervenções no espaço público. A

revitalização da Baixa Autopista 25 de Maio, no bairro San Telmo (Comuna 1), se materializou na *Calle Defensa*, um experimento participativo realizado entre março e dezembro de 2020 visando melhorar as condições de segurança, lazer e conexão nos dois lados do bairro – antes separados pela grande barreira urbana representada pela rodovia (CPAU, 2021). Em 2019, já havia sido realizado um concurso universitário com o objetivo de ampliar as propostas para o desenvolvimento estratégico da área (BID, 2022).

A intervenção experimental (Figura 72) seguiu a proposta vencedora do concurso, idealizada pelo **Coletivo Urbanismo_Vivo**, organizado e financiado pelo Lab. Cidades (IDB, 2022). Segundo dados do CPAU, a iniciativa contou com a participação de mais de 200 pessoas e resultou em um novo espaço público, requalificado por meio de pinturas no piso e teto do viaduto, incorporação de equipamentos urbanos, vegetação e iluminação. O projeto, assim, objetivou formas de participação cidadã ativa no espaço urbano; apesar de ser uma intervenção temporária, foram construídos caminhos para mudanças a longo prazo a partir do reconhecimento das necessidades permanentes dos moradores.

Figura 72 - Projeto Experimental Participativo (2020)



Fonte: Urbanismo_vivo (2022).

Vale ressaltar que diferentes grupos sociais ocupavam o espaço público do bairro San Telmo. A Calle Defensa abrigava feirantes e vendedores de antiguidades, produtos artísticos, artesanatos, comidas típicas, entre outros itens; muitos desses trabalhadores atuavam na ilegalidade e isso ajudou a fortalecer a percepção de que aquele espaço seria perigoso e sem valor estético (GOMES; GONZÁLEZ; NOVOMISKY, 2019). O bairro também contava com várias organizações de trabalhos solidários, como refeitório comunitário para pessoas em situação de rua, dois centros culturais comunitários, clube de futebol e escola-orquestra para formação de jovens

de classe baixa. Os diferentes conflitos e problemas presentes nesse espaço público e em aspectos de sua utilização foram considerados pelas autoridades, justificando a necessidade do projeto de requalificação da área. Deve-se refletir, contudo, se o resultado da proposta não se configura em um processo de “higienização” pública, paliativa e insuficiente.

CASO 04

Projetos participativos incentivados por coletivos de artistas culturais na área central de Buenos Aires – Praça do Congresso e Praça de Maio (Comuna 1) – foram realizados a partir de 2012. Segundo Manduca (2017), trata-se de intervenções cênicas em avenidas do centro idealizadas pelo **Coletivo *Fin de Un Mundo* (FUNO)**, um coletivo formado por artistas e profissionais da área da cultura cujas ações buscam gerar espaços-tempo de expressão sobre questões sociais diversas (Figura 73); o grupo é formado por Galileo Bodoc, Federico Costa e Juan Manuel Gabarra, alunos da Escola Metropolitana de Artes Dramáticas (EMAD). Segundo os membros, um dos principais motivos para a criação do grupo foi a convicção de que “a arte não pode ficar fora da opinião pública” e por isso decidiram torná-la uma ferramenta de mudança e transformação social.

Figura 73 - Apresentações multitudinárias realizadas pelo coletivo FUNO



Fonte: *Marchar...* (2016)

A partir de sua participação no III Fórum Social das Américas, os integrantes do FUNO passaram a montar numerosas ações coletivas em eventos específicos, incluindo a participação de quase oitenta *performers* de diferentes partes do mundo (MANDUCA, 2017). No Festival *Abya Yala*, na Colômbia, em 2010 e 2011, as experiências continuaram com objetivo de “desencadear catarses coletivas induzidas”, em intervenções de massa características do coletivo.

O grupo é construído em conjunto com colaboradores e participantes; formam uma comunidade em si, onde a diversidade prevalece como principal riqueza face à

tendência homogeneizadora do neoliberalismo – a heterogeneidade surge como sua principal força. A amplitude de suas intervenções também se devem ao apelo à diversidade, uma vez que os integrantes possuem idades, orientações, gêneros e profissões heterogêneas – apesar de majoritariamente pertencerem a uma realidade de classe média urbana (MANDUCA, 2017).

Manduca (2017) ressalta que o coletivo toma partido da estética do impacto para surpreender o público, conscientizando-o e induzindo-o a refletir sobre a apreensão dos hábitos sociais, das escolhas políticas e do próprio pensamento crítico. Seguindo essa lógica, o grupo se consolida como um espaço único, livre, autônomo e sem financiamentos externos. Vale destacar seu modelo de organização baseado em dinâmicas horizontalizadas, instância centralizadora, e subdivisão de tarefas a serem realizadas em cada ação circular há responsáveis chamados “sincronizadores”; as principais funções distribuídas são:

- montagem (encenação);
- gerenciamento técnico (obtenção e manutenção de equipamentos necessários para desenvolver as intervenções);
- comunicação e logística;
- artes visuais (abrangendo figurino, design e estética dos panfletos);
- *performers* (articulação de todos aqueles que fazem parte das ações);
- registro memorial (audiovisual, registros fotográficos etc.);
- organização das finanças;
- consolidação da identidade do coletivo;
- ativismo – que significa organizar o lugar e as articulações com outros coletivos e as intervenções políticas mais específicas.

O FUNO já fez inúmeras intervenções cênicas no espaço público e, segundo Manduca (2017), os integrantes entendem essas ações a partir de critérios estéticos e poéticos específicos, que regem tanto a linguagem utilizada nas chamadas escritas quanto aquelas apresentadas nos produtos audiovisuais do grupo.

Considerando os dois primeiros casos apresentados, o poder público esteve presente. Nesses estudos 01 e 02 (que abrange duas situações similares), o governo atuou por meio da elaboração do projeto e construção do Parque da Estação junto aos bairros Balvanera, Almagro, Boedo e San Cristóbal, e da construção da Praça Clemente, no bairro Colegiales – concedendo ao Coletivo Urbanismo_Vivo o papel de

coautor e incentivador da participação popular por meio de mapeamentos colaborativos e *placemaking*. No caso 03, tem-se a integração do governo local e uma agência bilateral, convidando os moradores do bairro San Telmo para uma ação coletiva, permitindo-lhes atuar como protagonistas das transformações do espaço (BUENOS AIRES, 2019).

O caso 04, todavia, apresenta outro tipo de intervenção: temporária e em grande escala, que convida a população a participar por meio de redes sociais, ocupando avenidas importantes do centro da cidade, como a Avenida de Mayo, com eventos cenográficos. Essa insurgência é organizada por um coletivo de artistas, sem utilização de recursos do governo (BUENOS AIRES, 2019).

De qualquer forma, nos quatro casos compreende-se a importância da participação cidadã para materialização das insurgências. Apenas no caso 03, é possível afirmar que esse engajamento da população foi estimulado por um determinado agente – técnicos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), parceiro do governo local e integrado ao grupo de ativistas urbanos do Coletivo Urbanismo_Vivo, com objetivo de requalificar o espaço; ou seja, a percepção do problema urbano não emergiu diretamente de uma reivindicação de moradores, feirantes e comerciantes do bairro San Telmo. Considera-se que os casos 01 e 02 atendem aos requisitos de efetivação do Plano Urbano Compartilhado, e o caso 03 atende-os parcialmente.

3.1.1.3 Bogotá

Na cidade de Bogotá, Molina (2014) destaca as mobilizações dos Jardins Insurgentes (implementado em 2007) e o Movimento *100en1día* (em atuação em várias cidades). Esse último é considerado um catalisador da cidadania, atuando por meio da criatividade e da mobilização coletiva no espaço urbano em apenas um dia, tendo sido replicado em diversas cidades do mundo; Medina (2017), inclusive, comenta sobre a edição do movimento realizada em Cuiabá, capital matogrossense, em 2016.

Outro caso de insurgência apresentado por Díaz-Osorio (2019) é a atuação do Coletivo Arquitetura Expandida (AXP) junto às comunidades periféricas de Bogotá, coordenando a construção de centros comunitários; em 2012, a Secretaria Municipal

de Cultura, Recreação e Esporte do município reconheceu o Coletivo pela promoção de espaços interculturais democráticos em bairros periféricos de Bogotá. Destacam-se: i) projetos das bibliotecas comunitárias, junto à bacia do Rio Fucha, no sudoeste da cidade, em áreas de risco ocupadas por famílias de alta vulnerabilidade; ii) idealização da primeira sala de cinema não comercial, *La Potocine*, construída a partir da gestão coletiva na Cidade Bolívar; iii) bibliotecas comunitárias *Casa del Viento e de Lluvia*, na localidade de San Cristóbal, no bairro de *La Cecilia*; iv) espaço comunitário na Cidade de Cali, no bairro Kennedy, denominado de *El Trébol*.

Podem ser apontadas também as intervenções realizadas no sistema viário em quatro bairros periféricos de Bogotá. Em 2019, o coletivo Bicistema elaborou propostas de urbanismo tático com o objetivo de melhorar a segurança dos ciclistas, especialmente na perspectiva de gênero; a implementação das ideias contou com a participação ativa dos moradores, foi subsidiada pelo poder público local e financiada pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF).

CASO 01

Os projetos em áreas periféricas de Bogotá, desenvolvidos pelo coletivo - Arquitetura Expandida vêm gerando lugares de encontro em distintos bairros da cidade, desde 2010. As propostas funcionam como laboratórios urbanos, transdisciplinares e experimentais, construídas de forma colaborativa e com a participação dos habitantes das comunidades. As intervenções urbanas transitam entre a necessidade, ideologias político-críticas, conteúdos simbólicos e pedagógicos, fortalecendo a cultura como o principal dispositivo de ordenamento do território. Esses micro laboratórios e intervenções vão desde pequenas ações temporárias no espaço público, passando pelo suporte de infraestrutura física para a consolidação de redes culturais comunitárias, até a possibilidade de dinamizar processos de maior escala.

As pequenas ações esporádicas e coletivas no espaço público através da arte (música, vídeo, grafite) têm como objetivo a ativação de becos, parques, plataformas viárias, entre outros, como cenários culturais. Para apoiar essas intervenções, o coletivo construiu seus próprios artefatos a partir de infraestruturas móveis – contentores de cultura e dinamizadores da rua; o principal elemento é um trailer recuperado e reabilitado para operar tanto como SoundSystem quanto Outdoor Cinema (AXP, 2013).

As bibliotecas comunitárias *Casa del Viento* e a *Casa del Lluvia*, na localidade de San Cristóbal e no bairro La Cecilia, foram projetos realizados em conjunto com a rede de bibliotecas locais e com a comunidade, estando voltados ao fortalecimento da infraestrutura e da cultura na região. A atuação coletiva se deu com o AXP financiando a compra da estrutura e das telhas de policarbonato, outras empresas patrocinaram o piso e as placas de fechamento, e a comunidade fez uma contribuição no valor de \$ 2.000.000 pesos – cada proprietário de cada casa contribuiu com \$20.000 pesos (AXP, 2022). Segundo Neira (2018), a *Casa del Viento* apresenta uma particularidade, pois trata-se de uma iniciativa da Corporación Cultural de Zuroriente, organização que administra a pequena infraestrutura desde que foi construída, há 18 anos, por moradores que sofriam com a falta de equipamentos sociais e comunitários em um contexto urbano conflituoso e violento; o processo de construção e financiamento dos dois espaços culturais foi similar.

A sala de cinema autogestionada da Cidade Bolívar, conhecida como “*La Potocine*” também é um exemplo interessante. Construída em 2016, parte de uma proposta liderada por *Ojo al Sancocho*, um coletivo audiovisual que há dez anos coordena uma escola, e um festival de cinema comunitário no bairro de Potosí. Esse trabalho se juntou ao projeto escola-comunidade do *Instituto Cerros del Sur*, que cedeu o terreno para a obra; o **coletivo Arquitetura Expandida** forneceu a metodologia de trabalho, os projetos e estratégia para a construção da sala de cinema. Esse envolvimento conjunto conseguiu desenvolver uma estratégia para o financiamento da obra por meio dos recursos advindos da exposição “Medo e Amor: reações a um mundo complexo”, no Museu de Design de Londres.

Outro caso de recuperação de um espaço comunitário foi desenvolvido no bairro *Ciudad de Cali*, em 2015, conhecido como “*El Trébol*”, e contou com apoio do coletivo Arquitetura Expandida no que tangia à necessidade de recuperar o espaço por meio da autoconstrução e da autogestão. A iniciativa não é sobre a apropriação coletiva de um espaço público diretamente, mas sobre o processo participativo de autoconstrução e autogestão – que indiretamente provocou uma maior apropriação do espaço público, a retomada dos vínculos entre os moradores e a consolidação de um local de encontros, oficinas e palestras (AGUILERA, 2016).

Conforme afirma Aguilera (2016), os estudos de caso mostram a fragilidade dos processos de transformação “de baixo para cima” quando não são complementados pelas ações “de cima para baixo”. Para que ocorra uma

transformação bem-sucedida do espaço público é necessário, pois, que os processos de apropriação e participação coletiva sejam ampliados também para as instituições públicas responsáveis.

CASO 02

O **Coletivo Bicistema** é formado por arquitetos e urbanistas com foco no planejamento urbano pela perspectiva do uso da bicicleta. Em 2018, o grupo desenvolveu um projeto piloto com um agente local (Secretaria da Mulher), e sendo financiado pelo Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF); foram realizadas intervenções táticas, focadas em gênero, em espaços públicos de bairros periféricos – a proposta levava em consideração o direito da mulher à cidade. O Projeto foi denominado de “Eu me movo com segurança”, tendo sido executado em quatro zonas urbanas: Suba (Avenida Ciudad de Cali com Rua 93), Teusaquillo (Avenida 26 com a Rua 30), Kennedy (Rua 42 Sul com Rua 72k bis) e Tunjuelito (Avenida Villavicencio com Rua 48c sul); a descrição completa do projeto foi apresentada no manual do Plano Piloto e no site do Coletivo Bicistema.

Uma vez estruturado a partir de entrevistas com mulheres que vivem nas zonas especificadas, elaborou-se um desenho participativo desenvolvido em oficinas para construção das propostas. A fase seguinte abrangeu a execução, avaliação e sustentabilidade do projeto. A primeira intervenção (em Suba) foi concebida como um espaço cultural ao ar livre para realização de atividades culturais, educativas e áreas de lazer próximas à infraestrutura cicloviária da Cidade. A segunda intervenção (em Kennedy) foi chamada de “*Sendero de Colores*” por causa da ponte no centro da proposta, única trilha para bicicletas que permitiu a ligação pedonal entre o setor oriental e o setor oeste do Parque do Lago Timiza. A terceira (em Teusaquillo) ficou conhecida como “*Pasaje Mujeres Que Luchan*”, devido à realização de oficinas de design participativo na Casa da Igualdade e Oportunidade para Mulheres (CIOM). Por fim, a quarta intervenção, denominada de “*Galeria Eu Me Movo Segura*” (em Tunjuelito), procurou aproveitar as características das áreas de lazer do ponto de intervenção para realizar uma exposição do projeto; em um das esquinas da ciclovia do parque El Tunal, onde jogos infantis e desenhos criativos foram pintados no chão, foi por meio de vinte e cinco peças impressas que se instalou uma galeria pública ao ar livre, no parque em frente à ciclovia.

Segundo o Coletivo, para gerar essas mudanças nos processos de planejamento urbano, é necessário desenvolver um urbanismo alternativo, que permita a transformação da cidade atual e fomentar uma articulação entre o público e o privado, atendendo à configuração de rotinas e necessidades de todos os cidadãos.

CASO 03

O **Coletivo Huertopia** é uma organização comunitária que trabalha há sete anos para ajudar famílias de comunidade periféricas de Bogotá por meio do plantio de hortas, pomares, produção de sementes e mudas. Os projetos de agroecologia urbana possuem três dimensões: ambiental, política e econômica.

Uma das intervenções foi realizada em *Alto Fucha*, no Setor de San Cristóbal, em um assentamento com aproximadamente 5.200 habitantes, distribuídas em sete bairros: Aguasclaras, Gran Colombia, Manila, Montecarlo, El Pilar, La Cecilia e Los Laureles (CDKN, 2021). Ortego (2021) relata que esse território é uma área de risco sujeita a desmoramento e de alto impacto ecológico.

A área pertence ao poder público, mas não há nenhuma política para melhoramento desse assentamento. Em 2005, o governo local se manifestou para reaver a posse do terreno e apresentou dois megaprojetos para a área; diante disso o projeto do coletivo promoveu processos políticos articulados e formas de ação coletiva heterogêneas para ativação da esperança e a atuação dos moradores (GÓMEZ, 2021).

Segundo Beltrán (2019), no final de 2015, teve início um processo de legalização e permanência dos habitantes do território Alto Fucha; os moradores organizaram uma Comissão em Defesa do Território Alto Fucha do qual o Huertopia faz parte. Essa Comissão se concentrou em desenhar uma proposta comunitária considerando outras experiências, como por exemplo os Ecobairros. O Plano Alternativo para Ecobairros do Alto Fucha, foi fundamentado nas discussões advindas das oficinas de Educação Popular, definindo os seguintes pontos: i) a não construção de projetos turísticos e imobiliários; ii) o melhoramento estrutural das moradias; iii) a construção de equipamentos comunitários; iv) a geração de empregos.

A agroecologia foi adotada, então, como estratégia para consolidação do plano alternativo (BELTRÁN, 2019). Diante da dimensão do território e dinâmicas ecosistêmicas a Comissão definiu o plano como Ecoterritório, integrando cinco dimensões: relações humanas, ética da vida, estratégias sustentáveis, bordas

urbanas e rurais, valor de uso do solo. Nesse território, vários coletivos trabalham juntos para criar um lugar de encontro e desfrutar de uma ética do cuidado da vida.

CASO 04

O **Movimento 100en1día** é uma grande manifestação cidadã que, por meio de uma plataforma de ação horizontal, reúne mais de 100 iniciativas de transformação do uso do espaço público, simultaneamente em um só dia. O ponto de partida para as ações não estão nas denúncias de problemas e sim nas potencialidades da cidade: o movimento visa transformar as relações com a rua, sem intermediações políticas ou econômicas, estando voltado àqueles que têm interesse em fazer algo pela cidade, gerando dinâmicas que rompem com o cotidiano dos cidadãos. As convocações reúnem todo tipo de intervenção artística: performances, jogos na rua, ilustração, grafite, entre outros; o objetivo principal não é obrigatoriamente a transformação visual do espaço público, mas sim a ativação de redes de participação cidadã.

Esse movimento surgiu a partir da articulação entre dois grupos: Colectivo *Acciones Urbanas*, formado por designers industriais, e pela Equipe 17, da Escola de Inovação *Danesa Kaospilot*. Medina (2017) descreve que inicialmente os jovens entregavam bilhetes com mensagens positivas em Bogotá, no intento de transformar a sociabilidade da cidade com esse pequeno gesto. O sucesso desse movimento *100em1día* tornou-se possível devido a gestão do prefeito Mockus, durante os períodos 1995-1997 e 2001-2003, que incentivou projetos denominados de Cultura Cidadã, em que foram estabelecidas ações pedagógicas entre a relação do urbano com a arte, visando diminuir os altos índices de violência (MEDINA, 2017).

O movimento se fortaleceu em 2012 e já foi replicado e apropriado por diversas cidades colombianas e de outros continentes como: Pasto, Pamplona, Cali e Yumbo, na Colômbia; Córdoba, na Argentina; San José, na Costa Rica; Copenhague, na Dinamarca; Cape Town, na África do Sul; Managua, na Nicarágua; Kaluga, na Rússia; Montreal, no Canadá; Santiago, no Chile; Cuiabá, no Brasil; Lima, no Peru, entre outras.

Medina (2017) relata que na primeira edição, em 2012, foram realizadas 250 ações cidadãs em Bogotá. No evento em Cuiabá, em 2016, 101 ações foram capazes de subverter os condicionamentos do planejamento urbano capitalista, por meio de micropolíticas geradas por eles.

No processo do movimento existem três áreas principais de atuação: os criadores, os assistentes e o território. Os criadores são aqueles que propõem e

realizam as intervenções; os assistentes são aqueles que fazem parte do Festival e participam das atividades; o território, por sua vez, abrange aspectos funcionais, estruturais, econômicos e simbólicos do local onde o Festival acontece. As ações são divididas em seis eixos: sustentabilidade, solidariedade, saúde e bem-estar, arte e cultura, mobilidade, recuperação do espaço público, serviço social (*100EN1DÍA*, 2021).

Duas das intervenções criativas mais importantes realizadas em 2013 pelos cidadãos: i) “poças coloridas / poesia multicolor”, realizadas em um bairro onde as ruas estavam deterioradas – cidadãos tingiram a água empoeçada com tinta colorida, dando visibilidade ao problema e chamando a atenção de instituições públicas aparentemente desinteressadas; ii) pessoas fantasiadas de cones de trânsito para alertar condutores sobre cruzamentos perigosos no local. Ambas as propostas buscavam potencializar os vínculos dos cidadãos com um determinado lugar e transformar a rotina da rua. O *100en1día* é, assim, um evento e/ou movimento que expressa uma ruptura entre as intenções políticas ou institucionais no que tange o espaço público projetado, proporcionando novos usos e formas de apropriação da cidade, requalificando-a no âmbito social, mesmo que temporariamente.

Na página do movimento no Facebook é possível ter acesso a detalhes de todos os eventos realizados pelo grupo desde 2013 até o presente momento. No ano de 2018, novas práticas foram realizadas incorporando como objetivo a conscientização da população sobre a importância dos espaços verdes na cidade e a qualidade do ar (Figura 74).

Figura 74 - Ações táticas realizadas pelos moradores de Bogotá



Fonte: *100 en 1 día* (2022).

No Quadro 27, observa-se uma síntese dos casos investigados.

Quadro 27 - Insurgências Urbanas em Bogotá

CASOS ESCALA LOCAL	GRUPOS SOCIAIS	PROBLEMA	ORGANIZAÇÃO	TEMPO	TIPO DE INTERVENÇÃO NO ESPAÇO PÚBLICO	GESTÃO PARTICIPATIVA
01	Moradores de bairros periféricos em conjunto com ativistas urbanos e sociais do Coletivo Arquitetura Expandida.	Falta de espaço comunitário	Organização de reuniões, oficinas e a elaboração coletiva do projeto e autoconstrução do espaço.	Permanente	Centro comunitários	Moradores colaboram ativamente da construção dos centros comunitários.
02	Moradores de bairros periféricos Kennedy, Suba, Teusaquillo e Tunjuelito Coletivo Bicistema e poder local.	Violência urbana contra a mulher	Identificação dos pontos inseguros pela Secretaria Distrital da Mulher	Temporário	Pintura no piso de ciclovias – Design participativo urbanismo tático	Moradores dos quatro bairros participaram da elaboração do projeto e das ações táticas executadas em vias importantes dos bairros.
03	Moradores de toda a cidade, ativistas urbanos e gestores do Movimento 100en1Día	Falta de participação quanto aos problemas urbanos	Organização do Festival, das atividades e das localidades	Temporário	Quanto ao trânsito, poluição do ar, deterioração das vias, necessidades de áreas verdes.	As ações são organizadas pelos moradores de determinado bairro e motivadas pelos coletivos do Movimento.
04	Moradores de bairros periféricos Alto Fucha e Coletivo <i>Huertopia</i>	Falta de Infraestrutura básica	Organização coletiva para conscientização ambiental	Temporário	Hortas e pomares comunitários	Moradores colaboram ativamente na construção dos centros comunitários; em conjunto com o coletivo

Fonte: A autora (2022).

Como se nota, caso 01 – que envolve a autoconstrução dos centros comunitários por moradores dos bairros periféricos de Bogotá, com o apoio dos ativistas urbanos do coletivo Arquitetura Expandida – fomenta a gestão coletiva do espaço e concretiza ações permanentes. No caso 02, diferentemente, as iniciativas de ativação da cidadania não partiram dos moradores dos bairros envolvidos, sendo a participação cidadã efetivada por meio da metodologia empregada pelo coletivo Bicistema. A solução apresentada no caso 03 - Plano Alternativo para Ecoterritórios localizados no Alto Fucha, criado pela comissão de moradores dos bairros, exemplifica a possibilidade de outros caminhos a partir da agroecologia como planejamento espacial. O caso 04, bastante emblemático, se consubstancia em uma celebração da

cidadania ativa, que por meio de mutirões (que duram apenas um dia) fazem com que pensar a cidade, o bairro ou a rua seja uma questão coletiva, e permitem que os participantes criem conexões e ressignifiquem o espaço urbano; por meio de pequenas transformações, muda-se parcialmente a cultura política de uma cidade. Com isso, é possível afirmar que todos os casos são adequados para efetivação do Plano Urbano Compartilhado (PUC).

3.1.1.4 Santiago

Na Cidade de Santiago do Chile, os conflitos urbanos estão localizados principalmente na área central da comuna. A partir de dados obtidos no Mapa de Conflitos Urbanos, realizado pela Corporação SUR de Estudos Sociais e Educação, buscou-se destacar três casos principais: o primeiro relaciona-se a três espaços comunitários voltados à arte e cultura; o segundo ao emblemático episódio dos moradores do bairro histórico de *Yungay-Brasil*, que conseguiram aprovar a Lei n. 17.288, estabelecendo as Zonas Típicas e Pitorescas (ZTyP), com objetivo de proteger o patrimônio urbano, social e cultural do local; o terceiro e quarto casos se relacionam às fundações e organizações não governamentais que promovem programas de inovação urbana cidadã, além de projetos colaborativos em parceria com o governo local e empresas privadas, capazes de gerar transformação social e territorial inclusiva – Fundação *Mi Parque* e ONG *Espacio Lúdico* (2022).

CASO 01

Trata-se de três espaços públicos comunitários em que jovens ocupam imóveis abandonados no centro histórico da cidade e realizam eventos de arte e cultura: Centro Cultural AKI (bairro República), Centro Cultural Ainilin (bairro *Concha y Toro*) e Galpão *Victor Jara* (bairro Brasil).

A **Ocupação AKI** atuava naquilo que foi chamado de Investigação Cênica – segundo Solís (2005) possuía cerca de quinze artistas que viviam na casa de propriedade do Estado. Os artistas realizaram oficinas culturais e de expressão corporal, estruturaram uma biblioteca e organizaram peças de teatro abertas à comunidade. Os jovens conseguiram recuperar várias partes deterioradas do imóvel, organizando-se por meio de assembleias sobre questões importantes que eram

discutidas, consensadas e as decisões tomadas. Uma das coisas que diferenciou esse coletivo de outras experiências de “posseiros” em Santiago foi o fato de que realização de festas, bebida alcoólica e drogas eram proibidos no interior da casa (SOLÍS, 2005). O centro cultural causou grande impacto urbano e na vizinhança; ao redor da casa era possível observar uma maior densidade em termos do tecido social e comunitário. Quanto ao discurso do coletivo, um tipo de escambo era empregado como mecanismo de desvalorização e desconstrução do capital; a autonomia e a autogestão acabaram sendo características intrínsecas ao grupo, e as lutas e reivindicações estavam ligadas à “ocupação” urbana, sem a intenção de se estabelecer um espaço de poder. O grupo foi constantemente ameaçado de despejos, e conseguiu resistir até 14 de julho de 2009. Nesse mesmo ano a SERVIU (*Servicio de Vivienda y Urbanismo de Santiago*) emitiu ordem de despejo e a ação foi realizada por policiais municipais com o apoio do GOPE e das Forças Especiais.

Já o **Centro Cultural Ainilin** ocupou o conhecido Palácio Walker, localizado no bairro *Concha y Toro*, abandonado por muitos anos. Desde 2003, o coletivo de artistas começou a desenvolver projetos culturais comunitários e, após anos de obras de melhorias no imóvel, recuperação do local e realização de trabalhos artísticos, em 2006, os proprietários legais da edificação aprovaram a ocupação. O fortalecimento do grupo no desenvolvimento de projetos de restauro da casa rendeu o prêmio FONDART (Fundo Nacional de Desenvolvimento Cultural e das Artes), em 2004, que permitiu sua permanência no imóvel por mais 12 anos (PFENNIGER; AGUILERA, 2012). Mais tarde, devido à pressão imobiliária, os proprietários decidiram vender o Palácio, e o grupo começou a sofrer ameaças de despejo por meios de processos judiciais até que, em 2008, acabaram desocupando a casa (SUR, 2022).

Por fim, o **Galpão Víctor Jara**, localizado no bairro Brasil, tem sido regularmente objeto de conflitos com o poder público do município de Santiago. Foi inaugurado em 2002, em homenagem ao ativista Víctor Jara, e tornou-se palco de várias atividades artísticas e culturais; o espaço, inclusive, abriu oportunidades para grupos musicais e bandas se desenvolverem e se tornarem conhecidos. Segundo os frequentadores do local, o galpão representava o espaço de trabalhadores culturais independentes e autogestionados do país, oferecendo possibilidades de se fazer arte e cultura fora dos quadros hegemônicos. Entre 2008 e 2010 houve três tentativas de encerramento das atividades da Fundação, que em conjunto com outras organizações de bairros, convocou assembleias para discutir a situação e tratar dos problemas de

segurança na área da praça Brasil. O Galpão foi fechado pelo poder público em 2016 (SUR, 2022).

Em síntese, esses e outros apresentados pela Corporación de Estudios Sociales y Educación (SUR, 2022), como a Escola de Educação Popular (em Renca), o Movimento de Ação Solidária Juvenil (em Florida) e a autoconstrução desenvolvida na Villa Santa Teresita (setor Pudahuel), apoiada pelo coletivo *SaludArte*, ativaram a participação cidadã, organizaram uma série de atividades de forma cooperativa e colaborativa e recuperaram espaços públicos – mesmo que de forma temporária. O objetivo comum a todas as iniciativas era dar visibilidade às ações sociais, culturais e urbanas perante órgãos institucionalizados, eventualmente buscando também recursos para dar continuidade aos trabalhos. Nos três casos anteriormente detalhados, voltados às atividades de arte e cultura alternativa, além da ocupação de imóveis abandonados de cunho privado e público, as insurgências foram cerceadas pelos órgãos públicos e privados.

CASO 02

Do ponto de vista participativo e político, são apresentados dois casos paradigmáticos em relação ao patrimônio nacional e ativismo cidadão em dois bairros de Santiago: as **zonas típicas ou pitorescas (ZTyP) dos bairros Yungay-Brasil e Viel**. Segundo Carrasco (2014a), até 2013 existiam 112 zonas típicas, das quais 39 se encontravam na Região Metropolitana e 18 na Comuna de Santiago; Viel e Yungay-Brasil foram declaradas em 2009. Esclarece-se que a Lei n. 17.288, que protege o patrimônio do tipo material, não abrange bens imateriais, que seria a categoria encontrada nos bairros Viel e Yungay-Brasil. Salgado (2015) ressalta que podem ser observados vários movimentos de bairros semelhantes em Ñuñoa, Vitacura, La Victoria e El Llano, que começaram a despertar o interesse de meios de comunicação a partir da segunda metade dos anos 2000.

No pequeno bairro Viel, com aproximadamente 2.000 pessoas – majoritariamente formado por pessoas com faixa etária acima de 50 anos e pertencentes à classe média baixa – encontra-se um patrimônio ambiental significativo para a cidade, o Parque *O'Higgins*, construído em 1872, que serve de local de encontro para moradores e abriga o Teatro Parque Cousiño. Tendo consciência da importância desse espaço, os moradores buscaram proteger o bairro das ações do mercado imobiliário e dos processos de gentrificação, e esse trabalho foi fortalecido

pelos membros da Escola de Artes Patrimoniais Armando Méndez Carrasco – situada no mesmo bairro (CARRASCO, 2014b). As 15 organizações comunitárias existentes em Viel tentam manter a tradição do bairro, incluindo o estilo de vida mais tranquila, sem incentivar ações voltadas ao turismo.

O bairro Yungay-Brasil, por sua vez, possui características muito diferentes com relação aos conflitos vivenciados pelos moradores e pelo número expressivo de organizações comunitárias. Fortaleceu-se a partir do turismo cultural, permitindo que novos espaços imprimissem a vitalidade urbana por meio da abertura de bares e restaurantes; o bairro tornou-se um potencial mercado gastronômico procurado por artistas e intelectuais (SALGADO, 2015).

Vale ressaltar, no entanto, a força de participação dos moradores desse bairro histórico contra o mercado de construção de empreendimentos privados. Explica-se: segundo membros da Associação de Defesa do Patrimônio do bairro *Yungay- Brasil* (2012), a área de interesse para as atividades turísticas faz parte do contexto histórico da cidade, e é classificada como tal desde 1839. O bairro possui aproximadamente 17.000 habitantes e está repleto de espaços culturais, como o Centro Cultural El Sitio de Yungay, Centro Cultural Manuel Rojas e a Escola Oficina de Artes e Ofício Fermín Vivaceta, que auxiliam nas atividades de resgate cultural e estabelecem uma comunicação permanente com os moradores.

A experiência dos moradores em contestar o poder público municipal começou, então, em 2005, voltando-se a problemas de gestão do lixo; em 2006, outro conflito foi travado devido à mudança de zoneamento do Plano Regulador Comunal no setor Parque *Portales*, região na qual o município pretendia aprovar normas para verticalização. Nesse mesmo ano, os moradores começaram a se organizar em conselhos, travando discussões em torno do bairro que sonhavam; nessas reuniões participaram mais de 400 vizinhos desenvolvendo ideias de defesa do patrimônio do bairro, dando sequência a uma série de eventos, seminários, festivais, campeonatos esportivos, entre outras iniciativas para proteger o patrimônio urbano, social e cultural existente no local.

Os festivais “*Por el Barrio que soñamos*” e “*Por la defensa de nuestro patrimonio*” foram realizados nas praças locais como a Plaza del Roto, a Plaza Yungay-Brasil, o Parque Portales e a Quinta Normal. Em 2009, a única estratégia que restava para a organização de moradores para proteger o patrimônio histórico era declará-lo legalmente como “Zona Típica” junto ao Conselho de Monumentos Nacionais; o procedimento foi aprovado em janeiro de 2009 e passou a proteger uma

área de 113 hectares contra a especulação imobiliária. Durante 2010 e 2011, os moradores do bairro se dedicaram a implementar um Plano de Gestão Integral, com a inclusão de mais de trinta iniciativas, sendo contempladas quatro áreas de trabalho: Formação, Identidade, Difusão e Recuperação Patrimonial; foram elaborados cerca de 40 projetos cujos recursos advinham dos próprios vizinhos.

CASO 03

A **Fundación Mi Parque**, realiza projetos em bairros vulneráveis na região metropolitana de Santiago desde 2007, por meio de processos participativos e ativação de áreas verdes para ampliar os espaços de vivência. Cada projeto de praça é financiado por uma empresa ligada à comunidade que será beneficiada. O design e a construção participativa do espaço são ferramentas utilizadas pelo grupo de arquitetos; os projetos de praças, pátios educativos e parques buscam a criação de pontos de encontro. Quatro metas foram definidas pela Fundação: i) gerir projetos de parques e praças nas comunas com maiores deficiências, de forma a melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes; ii) projetar espaços sustentáveis e de qualidade, buscando através de métodos participativos, integrar as pessoas em sua gestão do projeto; iii) construir os projetos desenhados por meio de uma estratégia de integração da mão de obra disponível na comunidade beneficiária e iv) manter os parques e praças implantados, para que seus benefícios na saúde e na vida cotidiana das pessoas perdurem no tempo e ao mesmo tempo não sejam um ônus excessivo para os municípios (FUNDACIÓN MI PARQUE, 2022).

Correa (2017) descreve que a estratégia de design participativo se fundamenta em quatro etapas de articulação e incluem principalmente três atores: a comunidade, a empresa patrocinadora e o poder local. A primeira etapa consiste em divulgar a iniciativa como forma de gerar vínculos de confiança e adquirir informações sobre os desejos, necessidades e sonhos que a comunidade projeta no espaço público a ser transformado. A segunda fase corresponde a um diagnóstico no terreno, que permite conhecer a área, fazer um balanço dos elementos positivos e negativos e formular em conjunto com os vizinhos uma imagem objetiva do espaço. A terceira refere-se à apresentação do projeto preliminar e sua validação; e a quarta e última, relacionada à sustentabilidade desses projetos ao longo do tempo.

Destaca-se a etapa de construção participativa, onde os atores envolvidos no processo: a empresa que financia, a comunidade e a equipe de voluntários *Mi Parque*

transformam o espaço público de um determinado bairro. Este processo termina com um protocolo de acompanhamento por parte da Fundação ao longo de um ano, cujo objetivo é transferir as ferramentas necessárias à comunidade para que esta utilize, cuide e valorize este espaço (FRANCO, 2014b).

O principal objetivo é a inclusão urbana a partir da manutenção das áreas verdes o que requer a articulação de diversos atores institucionais, privados e comunitários; e a distribuição e qualidade das áreas verdes, já que apenas 9 das 52 comunas de Santiago concentram 50% desses espaços com melhor qualidade em detrimento de outras comunas mais vulneráveis que não dispõem de áreas verdes (MINVU, 2014).

Outro projeto desenvolvido pela fundação foi denominado de “pátio educativo”, cujo objetivo é revitalizar e recuperar creches e escolas em contextos de vulnerabilidade que exigem a transformação de seus pátios escolares em espaços verdes, através da articulação do trabalho conjunto entre professores, alunos e pais (CORREA, 2017). Vários projetos foram implantados ao longo dos anos como por exemplo: Villa Hermosa - Comuna de Huechuraba, 2011-2012, áreas verdes foram entregues a mais de 200 famílias; Plaza La Esperanza – Comuna de San Bernardo, construída na Villa Andes 1, em uma área abandonada de 2.500m²; e Parque Huertos Familiares na comunidade de Til (FRANCO, 2014a).

CASO 04

O **Espacio Ludico** (EL) também promove, desde 2016, programas de inovação urbana cidadã; por meio de brincadeiras e jogos infantis, empregando o conceito de ludicidade com o objetivo de ativar atores locais a participarem e desenvolverem colaborativamente o planejamento tático e estratégico para enfrentar os problemas urbanos. A metodologia empregada é a conhecida como *Collaborative Urban Design* (DUC), sendo os projetos financiados pelos governos locais ou por organizações internacionais voltadas à inovação do desenvolvimento urbano como o Cities Lab do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) – o trabalho é dividido em cinco fases: diagnóstico, conceitos, codesign, experimentação e planejamento (BID, 2022).

Durante a pandemia, o EL criou um kit de ferramentas que conectava pessoas ao projeto - um jogo que viajava de casa em casa em todo o bairro. O jogo continha 16 blocos quadrados com cores diferentes que representavam quatro características de um espaço público – sociabilidade, divertimento, atratividade e saudabilidade.

Através da manipulação dos blocos, a família conseguia articular sua visão para cada bairro e praça. As famílias então compartilharam suas visões usando WhatsApp para enviar imagens de seus desenhos, para o site do EL e plataforma YouTube. Desta forma, todos na comunidade conseguiram continuar a jogar e seguir o processo, discutindo e debatendo as ideias propostas.

Para o bairro, o jogo tornou-se uma espécie de quebra-cabeça coletivo, onde cada família ajudou a construir uma concepção comunitária de espaço público. O jogo não excluiu ninguém; as pessoas que não sabiam ler seguiam as instruções através de vídeos do WhatsApp. O EL atingiu 185 jogadores de todas as idades, incluindo os idosos, assim o jogo conectou os velhos moradores a seus vizinhos por meio de ações coletivas fortalecendo vínculos. Por meio desse jogo, os moradores definiram novos valores que seriam articulados na praça central junto com a comunidade onde priorizaram segurança, limpeza, brincadeiras, caminhabilidade e andar de bicicleta (AARP, 2021).

Figura 75 – Projetos desenvolvidos pelo EL



Fonte: AARP(2021).

O grupo criou um programa denominado LudoBarrio, desenvolvendo um processo de Desenho Urbano Colaborativo para espaços públicos em contextos de vulnerabilidade (BID, 2022). A Ludoplaza é outro projeto que busca envolver a comunidade na criação de espaços públicos. Por exemplo, o projeto colaborativo entre o EL e Metro de Santiago envolveu o público na geração de ideias para conectar efetivamente a estação do metrô ao espaço imediatamente próximo à sua saída. O esforço levou à criação de um espaço intermediário que promoveu a criatividade e encontros recreativos (ESPACIOLUDICO, 2022). Essa organização não governamental busca mostrar às pessoas que os lugares de trânsito cotidianos podem ser transformados em espaços lúdicos, que geram segurança, coesão social, encontros entre as pessoas, essas iniciativas e intervenções também foram realizadas no Uruguai, Colômbia, Argentina, México, Europa e Coreia do Sul.

No Quadro 28 são sintetizadas as informações referentes aos quatro casos na cidade de Santiago.

Quadro 28 - Insurgências Urbanas na cidade de Santiago - Chile

CASOS ESCALA LOCAL	GRUPOS SOCIAIS	PROBLEMA	ORGANIZAÇÃO	TEMPO	TIPO DE INTERVENÇÃO ESPAÇO PÚBLICO	GESTÃO PARTICIPATIVA
01	Grupos sociais artistas, produtores culturais, músicos marginalizados Centro Cultural AKI, Ainilin e Galpão Victor Jara	Falta de cultura independente e espaços comunitários	Organização de eventos, oficinas, festivais e de conservação dos imóveis.	Temporário	Centros Culturais e artísticos	Autogestão
02	Grupos sociais de classe média, localizadas em bairros de valor patrimonial e histórico expressivo Moradores do bairro Yungay Brasil	Aumento das ações do mercado imobiliários viabilizadas pelo poder público local	Organização de conselhos comunitários, eventos, festivais e plano estratégico para o bairro e efetivação legal da Área Típica e Pitoresca	Permanente	Legalização do bairro como área de proteção histórica	
03	Moradores do local, ativistas urbanos e sociais, arquitetos e urbanistas, cientistas sociais, ambientalistas e equipe da Fundação <i>Mi Parque</i>	Falta de espaços públicos ativos	Técnicos e voluntários ativam a participação de moradores para construção de espaços verdes	Temporário e permanente	Áreas verdes: parques e praças de bairros periféricos	Gestão integrada entre poder público, empresas, coletivos e moradores
	Moradores do local, técnicos da ONG Espacio Ludico, agentes bilaterais e poder público.	Falta de participação dos cidadãos e das crianças nos planos dos espaços urbanos	Jogos, brincadeiras e oficinas	Temporário e permanente	Áreas abertas urbanas	

Fonte: A autora (2022).

No caso 01, os Okupas, composto por artistas e promotores culturais, não conseguiram manter suas atividades após enfrentarem conflitos urbanos diversos, em outras palavras, não demonstraram capacidade de consolidar um modelo de participação e obtenção de ferramentas que incentivassem o diálogo com o poder público. No caso 02, dos moradores dos bairros Viel e Yungay-Brasil, a ativação dos espaços públicos do bairro por meio de grupos de moradores locais ou coletivos urbanos apresentou repertórios inovadores para alcançar o objetivo de tornar esses

espaços em Zonas Típicas e Pitorescas. Já nos casos 03 e 04, as organizações apresentam propostas de gestão “*middle-up-down*”, onde os resultados da participação cidadã e do processo metodológico empregado apresentam propostas interessantes para o espaço público em curto prazo, e com visão a longo prazo. Entende-se que as agências bilaterais e os governos locais efetivam a contratação de outros atores com o objetivo de aumentar o grau eficiência dos projetos a serem implementados e de ampliar os processos de governança. Constata-se, por fim, que os casos 02, 03 e 04 são os mais adequados para efetivação do Plano Urbano Compartilhado (PUC).

3.1.2 Discussão

A investigação desses 16 casos nas quatro metrópoles latino-americanas do recorte permite que sejam definidas categorias das insurgências urbanas e oportuniza uma discussão sobre os modelos de participação ativa no espaço público a partir da integração da gestão “*bottom-up*” e “*middle-up-down*”. O Quadro 29 sintetiza as insurgências urbanas de acordo com as três categorias de grupos sociais (01 - classe baixa tipo D e E, 02 - classe média baixa tipo C e 03 - classe média B e A) e ressalta os tipos de organização.

Quadro 29 - Insurgências Urbanas e Categorias

CATEGORIA	METRÓPOLE E GRUPOS SOCIAIS	RECURSOS	ORGANIZAÇÃO GESTÃO	ESPAÇO PÚBLICO	TEMPO
01	Bogotá 1. Coletivo Arquitetura Expandida – AXP	Agentes financiadores podendo ser uma empresa, o poder público e a comunidade	“ <i>middle-up- down</i> ”	Periferia	Ação temporária/ permanente
	Bogotá 2. Coletivo Bicistema				Ação temporária
	Bogotá 3. Coletivo Huertopia				Ação permanente
	Santiago 1. Fundação <i>MiParque</i>				Ação temporária/ permanente
	Santiago 2. <i>Espacio Ludico</i>				

(Continua)

Quadro 29 - Insurgências Urbanas e Categorias

CATEGORIA	METRÓPOLE E GRUPOS SOCIAIS	RECURSOS	ORGANIZAÇÃO GESTÃO	ESPAÇO PÚBLICO	TEMPO	
02	México 1. Horto Roma Verde	Financiamento coletivo e/ou doações voluntárias	"bottom-up"	Centro	Ação temporária/permanente	
	México 2. Coletivo <i>Bicitekas</i>	Financiamento coletivo e/ou doações voluntárias e ao longo dos anos apoio de outras empresas				
	México 3. Coletivo <i>LugarPublico AC</i>	Agentes financiadores podendo ser uma empresa ou poder público	"middle-up-down"		Ação temporária	
	Bueno Aires 3. Coletivo <i>Fin de UnMundo - FUNO</i>	Financiamento coletivo e/ ou doações voluntárias	"bottom-up"		Ação temporária/permanente	
	Bueno Aires 4. <i>Vecinos San Telmo Lab. Cities BID e Urbanismo_Vivo</i>	Agentes financiadores podendo ser uma empresa ou poder público	"middle-up-down"			
	Bogotá 1. Movimento <i>100en1día</i>	Financiamento coletivo e/ou doações voluntárias e poder público	"bottom-up"			Centro e Pericentro
	Santiago 1. Okupas	Financiamento coletivo e/ou doações voluntárias	"bottom-up"		Centro	Ação temporária/permanente
Santiago 1. <i>Fundação Mi Parque</i> 2. <i>ONG Espacio Lúdico</i>	Agentes financiadores podendo ser uma empresa ou poder público	"middle-up-down"	Centro e Pericentro			
03	México 1. Vizinhos contra construções de grande projetos privados	Apoio do próprio grupo	"bottom-up"	Pericentro	Ação temporária	
	Buenos Aires 1. <i>Vecinos X El parque de la Estación</i> Vizinhos reivindicam áreas verdes	Financiamento coletivo e/ou doações voluntárias e poder público	"bottom-up" "middle-up-down"	Pericentro	Ação temporária/permanente	
	Buenos Aires 2. <i>Vecinos Colegiales</i> , Coletivo <i>Urbanismo_Vivo</i> e outros Vizinhos reivindicam áreas verdes	Financiamento coletivo e/ou doações voluntárias, ativistas urbanos e poder público	"bottom-up" "middle-up-down"	Pericentro		
	Santiago 1. Moradores do bairro <i>Yungay-Brasil</i> Vizinhos reivindicam proteção ao patrimônio edificado	Financiamento coletivo e/ou doações voluntárias	"bottom-up"	Centro		

Fonte: A autora (2022).

Verificou-se que, nos espaços públicos das periferias (categoria 01), as quatro intervenções investigadas podem ser “temporárias e permanentes”, ou seja, temporárias em um primeiro momento – quando se utilizam soluções de urbanismo tático – e depois tornam-se permanentes. Nessa categoria, aplica-se o modelo de organização “middle-up-down”, integrando os conhecimentos tácitos dos moradores do local com o conhecimento explícito, além de se utilizar recursos de empresas, do poder público e da própria comunidade para estabelecer a concretude da intervenção; e essas pequenas soluções podem virar práticas de planejamento local.

Na categoria 02, foram encontradas oito intervenções realizadas pela classe média-baixa, tanto em áreas centrais e quanto em bairros pericentrais, sendo classificadas como do tipo “bottom-up” e “middle-up-down”. As soluções bottom-up, em sua maioria, apresentam intervenções inovadoras no espaço público sendo sempre temporárias; basicamente são eventos que auxiliam e despertam a consciência cidadã e participativa como nos casos do Movimento *100en1día* (Bogotá), Coletivo Artístico *Fin de UnMundo* (Buenos Aires), Okupas (Santiago), Coletivo Horto Roma Verde e Coletivo Bicitekas (Cidade do México). Todas essas iniciativas se apresentam por meio daquilo que se convencionou definir como “política de pequenas coisas e esforços de preenchimento dos espaços públicos”.

Em outros casos selecionados, desenvolvidos pelas organizações Fundação *Mi Parque* e *Espacio Lúdico* (Santiago), *Vecinos San Telmo*, *Lab. Cities e Urbanismo_Vivo* (Buenos Aires), e Coletivo *Lugar Público AC* (Cidade México) são intervenções voltadas a Programas de Regeneração de Locais específicos, onde as organizações ativam a participação da população do local a partir de metodologias e ferramentas de urbanismo tático e/ou *placemaking*.

Vale ressaltar que, nos artigos científicos utilizados na investigação, não foram encontradas intervenções realizadas nas áreas centrais dessas quatro metrópoles com população de baixa renda (categoria 01).

Na categoria 03, destacam-se quatro movimentos que insurgem a partir da organização de moradores que conseguiram alcançar suas reivindicações; dois deles ocorreram em Buenos Aires – *Vecinos X El parque de la Estación* e *Vecinos del barrio Colegiales* – e outros dois em Santiago – os *Vecinos del barrio Yungay-Brasil* e *Vecinos del barrio Viel*. As soluções apresentadas pelos moradores adequam-se ao Planejamento Urbano Compartilhado (PUC) e respondem a problemas oriundos da urbanização excessiva; os cidadãos agrupam e organizam seus manifestos para que

posteriormente outros agentes sejam integrados para concretizar as ações – nos dois casos argentinos, esses agentes foram outros ativistas urbanos e o poder público. Os experimentos e as mobilizações realizadas ao longo dos anos converteram-se em práticas de melhorias do espaço urbano efetivadas a partir de necessidades comuns dos próprios moradores do local; trata-se de uma associação de propostas que surgem “de baixo” e depois ampliam-se para o nível “middle-up-down”, como no caso dos *Vecinos Colegiales* (2022).

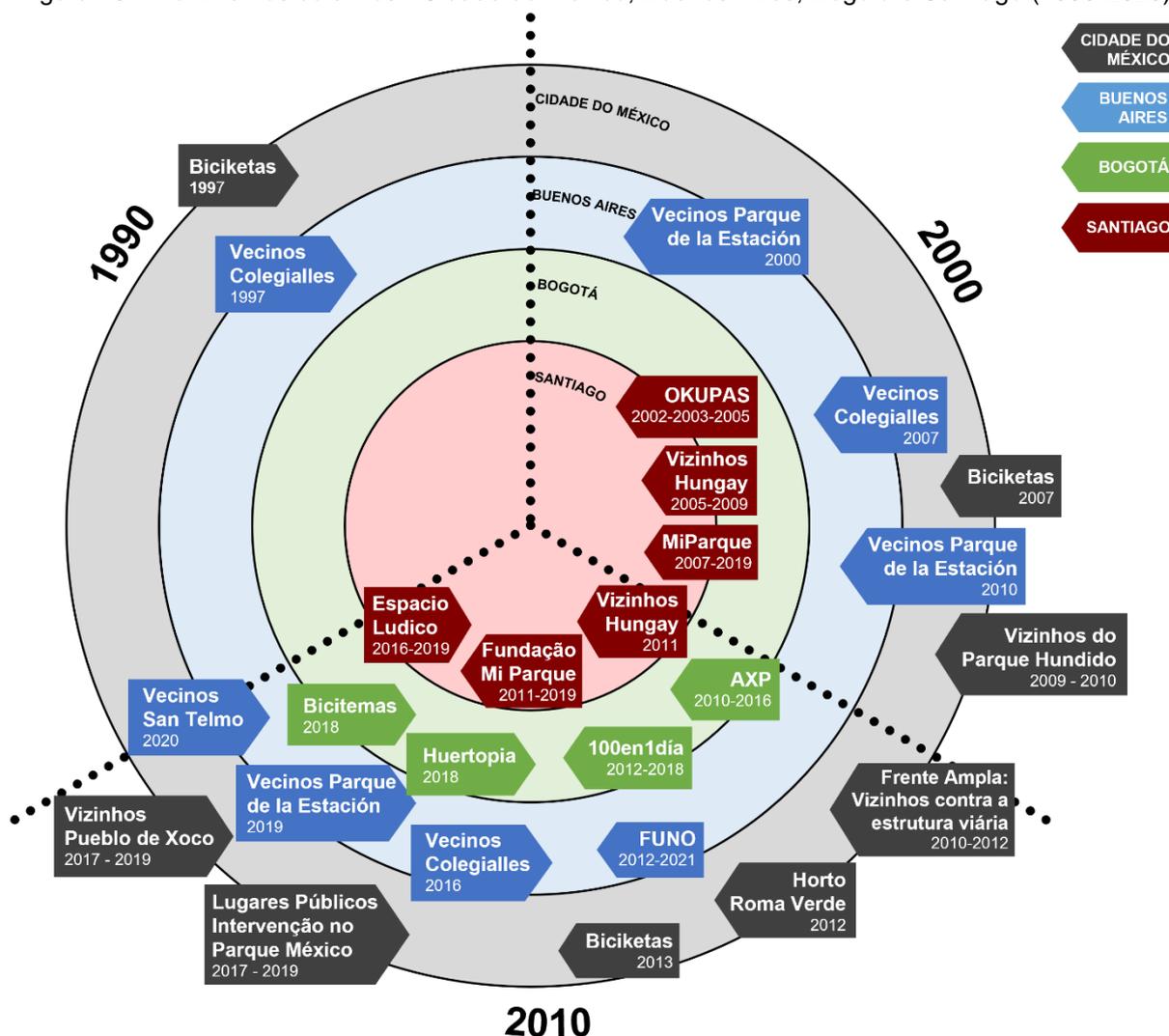
Nos quatro casos mexicanos, as soluções acabaram fortalecendo o poder da população local, a autonomia e a autogestão advindas dos moradores dos bairros, que conseguiram agir contra o mercado imobiliário e contra as forças neoliberalizantes. Constata-se que a Frente Ampla, os *Vecinos del Parque Hundido*, os *Vecinos del Pueblo de Xoco* e a *Colonia Granjas-México* foram grupos que não obtiveram o apoio do poder local. Algumas dessas reivindicações não se concretizaram, mas outras seguiram o movimento NIMBY (*Not in my backyard*) e materializaram a mobilização local contra determinadas mudanças na vizinhança – essa abordagem, apesar de poder indicar uma tendência de despolitização das reivindicações, também pode agir de forma contrária, ou seja, politizando as ações em um ambiente institucional hostil, como o do governo mexicano.

Constata-se que, a partir de 2010, em todas as quatro metrópoles do recorte, novos atores sociais passaram a ocupar o espaço público com o objetivo de reivindicar e fortalecer o direito à cidade por meio de formatos diversos contra políticas neoliberais e o planejamento urbano voltado às elites dominantes; os conflitos urbanos provocaram insurgências e resistências também entre a população de classe média e média baixa. Identificam-se grupos sociais que se organizaram e realizaram seus manifestos em espaços públicos fortalecendo seus vínculos internos e otimizando o processo efetivo de participação a partir de propostas experimentais do tipo “faça-você-mesmo”, especialmente num cenário em que o poder público não apresentava respostas ágeis às necessidades da vida cotidiana.

Nessa mesma década, insurgem projetos simbólicos e autogestionados, para contrapor aos modelos de planejamento eurocêntricos determinantes; as propostas, se colocam por meio da expressividade criativa e inovadora, oriundas dos moradores de bairros periféricos, pericentrais e centrais. No final da década, outros atores (ativistas urbanos e coletivos) passam a se juntar aos grupos sociais excluídos em áreas periféricas, apresentando soluções “middle-up-down”, principalmente nas

ciudades de Santiago e Bogotá (Coletivos AXP, *Huertopia*, *Bicistema*, *Mi Parque*, *Espacio Lúdico*). Visam, pois, impulsionar planos e projetos urbanos participativos mais humanos, com o objetivo de concretizar desejos locais e tornar as intervenções temporárias em soluções permanentes. Na Figura 76, visualiza-se a expressividade desses novos movimentos coletivos a partir de 2010.

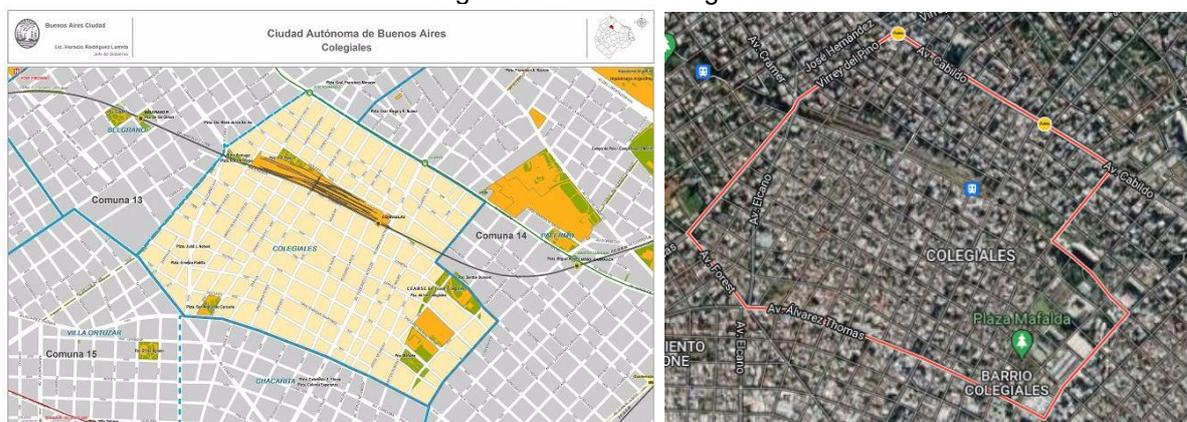
Figura 76 - Movimentos coletivos - Cidade do México, Buenos Aires, Bogotá e Santiago (1990-2020)



De todos os casos estudados, o modelo de ação que parece mais adequado no que tange as insurgências urbanas, foi a ação realizada pelos moradores do bairro de Colegiales (Figura 76), da Cidade Autônoma de Buenos Aires, por apresentarem uma solução inicialmente considerada “*bottom-up*”, mas que ao longo do tempo se torna “*middle-up-down*”; outros atores foram integrados às mobilizações de forma

participativa e cooperativa para solucionar os problemas a partir de diálogos com o poder local.

Figura 76 - Bairro Colegiales



Fonte: SSPLAN (2009).

Com efeito, essa escolha se dá a partir de quatro questões:

- i) por se tratar de uma organização mista, que atuou durante o processo reivindicatório de construção da praça, *bottom-up* e *middle-up-down*;
- ii) por ser uma ação que atingiu seu objetivo, insurgindo de forma temporária e se consolidando como permanente;
- iii) pela utilização da metodologia participativa aplicada pelo coletivo Urbanismo_Vivo no espaço público, com o objetivo de organizar a participação efetiva dos moradores de forma coletiva na construção do projeto da Praça Clemente;
- iv) por envolver o poder público como agente financiador e executor da praça.

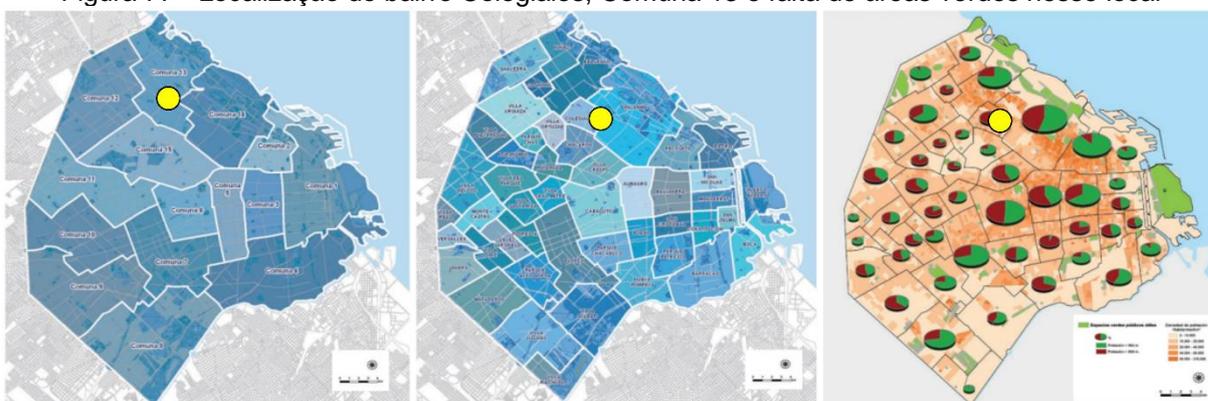
Como se nota, este caso abrange todos os atores integrados no processo de planejamento e gestão urbana.

Historicamente, sabe-se que a Cidade Autônoma de Buenos Aires mostra uma continuidade de intervenções urbanísticas a partir da implantação de grandes projetos urbanos, desde o emblemático Puerto Madero, na década de 1990. Lacarrieu (2012) fortalece que a escala do bairro foi continuamente considerada um dos principais instrumentos do planejamento urbano local, e que os projetos estratégicos dos chamados “*barrios cerrados*”, excessivamente planejados – que surgiram a partir de 1990 na região metropolitana – se distanciaram do significado tradicional de bairro. Destacam-se ainda a formação das assembleias de bairros desde o começo da década de 2000 e o processo institucionalizado de participação cidadã a partir da

criação das Comunas; esse contexto bonaerense reforça a maturidade dessa sociedade, onde os moradores se posicionam politicamente para tentar lutar contra as forças neoliberais.

Segundo dados da Secretaria de Planejamento de Buenos Aires, Colegiales é um bairro pericentral, residencial, com boa infraestrutura, sendo um dos maiores problemas a falta de áreas verdes – praças e parques; segundo a Associação de Vizinhos (*COLEGIALES PARTICIPA Y DECIDE*, 2022), atualmente, a cada quarteirão do bairro há pelo menos dois edifícios em construção, sendo que o bairro possui apenas 0,7m² de área verde por habitante (Figura 77).

Figura 77 - Localização do bairro Colegiales, Comuna 13 e falta de áreas verdes nesse local



Fonte: SSPLAN (2009).

O bairro possui uma área de 2,3 Km² que fomenta agrupamentos e vínculos entre moradores, além de apresentar uma grande potencialidade para criação de novas áreas verdes – particularmente na área abandonada da Ferrovia Mitre-Costanera Norte. Localizado na Comuna 13, é dividido pelos trilhos da ferrovia Mitre: ao norte dos trilhos, sua densidade populacional é maior que 351 habitantes por hectare; ao sul, os valores diminuem ostensivamente, com a predominância de densidades inferiores a 250 habitantes por hectare (SSPLAN, 2022). A população total do bairro aproxima-se de 52.551 habitantes (INDEC, 2010), predominantemente de classe média.

O pequeno bairro Colegiales, ainda, é cortado pela Costanera Norte e faz divisa com os bairros Chinês, River e Belgrano. Segundo dados do PUA (2020), apresenta potencial em termos de localização, mas é deficiente quanto ao patrimônio arquitetônico; sofre as consequências das modificações no Código Urbanístico, que

aumentou seu índice construtivo e ocasionou um crescente processo de gentrificação nos últimos anos. Desabonam-lhe também áreas abandonadas no entorno da ferrovia.

Em 2017, foi aprovado um rezoneamento do local da ferrovia Mitre para alteração do uso da área abandonada há mais de 50 anos, pertencente ao governo nacional. Segundo Giambartolomei (2018), 35% da área edificável seria vendida e inclusive foi desenvolvido um masterplan para o local; os arquitetos Najmias e D'Andrea propuseram 80.000 metros quadrados para habitações e 78% da área destinada a espaços públicos. Os moradores do bairro, descontentes com a proposta, organizaram mais manifestos para reivindicar a construção do parque. A partir de 2018, o bairro passou a ser ameaçado pelo mercado imobiliário; empreendedores consideravam que a localidade podia representar um espaço que oferecia boa qualidade de vida – especialmente quando somado às melhorias na infraestrutura viária e outros serviços (como a construção do viaduto *Frederico Lacroze* realizada pelo poder público em 2013).

Esses conflitos entre a população e o mercado imobiliário marcam a história do Colegiales desde 2007, quando os vizinhos se puseram contra a presença de um shopping center, impedindo sua construção no local; ademais, conseguiram aprovar a lei que demarcou a área para a implantação da praça que eles tanto desejavam. Salienta-se que o processo de luta por áreas verdes começou em 1997, quando os moradores reivindicavam a construção da Praça Clemente (Figuras 78 a 80).

Figura 78 - Praça Clemente



Fonte: Musse (2019).

Figura 79 - Área abandonada



Fonte: Musse (2019).

Figura 80 - Vista parcial da área abandonada



Fonte: Musse (2019).

Em 2018, os vizinhos iniciaram uma intensa campanha em defesa do espaço público, e o poder local e outros coletivos urbanos se integraram ao processo participativo de construção da praça a partir das propostas dos moradores. O projeto foi gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Urbano (MDU) e pela equipe da Direção Geral de Antropologia, e contou tanto com a participação do grupo de moradores do

bairro quanto com o Coletivo Urbanismo_Vivo, que contribuiu com a implantação de ferramentas de design participativo, urbanismo tático e *placemaking*. Em 2019, a praça foi finalmente entregue pelo poder público.

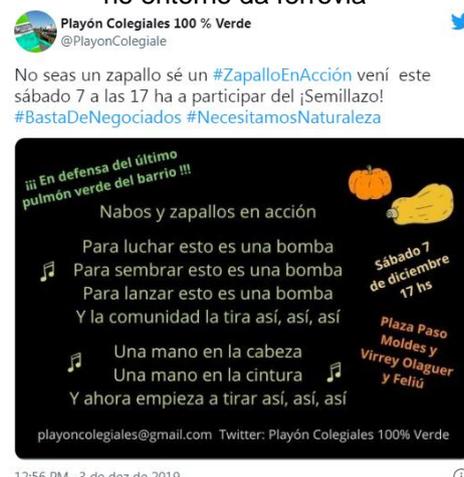
Outra manifestação envolvendo moradores de bairro ocorreu em 2015 (Figura 81), com o apoio do Observatório do Direito à Cidade; seu objetivo era impedir a construção de um grande supermercado (ODC, 2015). Recentemente, outros conflitos estão sendo gerados contra empresas privadas que estão construindo grandes edifícios residenciais em diversos bairros da cidade, também contra alterações na lei de zoneamento, em vigor desde 2019 – a alteração em questão permitiu a venda de terras públicas em larga escala no entorno da ferrovia Costanera Norte (Figura 82).

Figura 81 - Manifesto dos moradores do bairro



Fonte: Suárez (2021).

Figura 82 - Convite para a mobilização no entorno da ferrovia



Fonte: @PlayonColegiale (2019).

Houve ainda a criação do grupo “Parque Cultural da Estação Colegiales” que idealizou o “*Semillazo*”, evento em que foram plantadas várias mudas de árvores no entorno da ferrovia para protestar contra a venda da área para o mercado imobiliário. Segundo a Associação dos Vizinhos do Bairro (2021), os manifestos realizados contra as construtoras acabaram resultando em ameaças aos moradores locais, pois as inadequações dos grandes empreendimentos eram apontadas e amplamente divulgadas na plataforma de comunicação “*Colegiales en Acción*”.

Paralelamente a todos esses conflitos no bairro Colegiales, o Observatório das Cidades (ODC, 2021a) aponta uma ocupação recente do espaço público junto à Costanera Sul, na Comuna 13 (Figura 83), tendo sido organizado um grande movimento de ciclistas que se colocou contra a implantação de megaprojetos de torres

na região. O posicionamento dos manifestantes, além de demonstrar seu descontentamento com a venda de terras públicas, é claramente contrário à privatização do espaço urbano e categoricamente favorável à criação de uma reserva ecológica. O Observatório das Cidades (ODC, 2021), ainda, relata sobre um novo espaço político iniciado em novembro de 2021, “*El Movimiento: La Ciudad Somos Quienes La Habitamos*” (Figuras 84 e 85).

Figura 83 - Manifesto de Bicicletas dos moradores Comuna 13



Fonte: ODC (2021c).

Figura 84 - *Movimiento: La Ciudad Somos Quienes La Habitamos* (foto aérea)



Fonte: ODC (2021a).

Figura 85 - *Movimiento: La Ciudad Somos Quienes La Habitamos*



Fonte: ODC (2021b).

A mobilização, ativa até os dias de hoje, busca discutir a falta de soluções reais para as problemáticas dos cidadãos; as pautas remetem à constante crise habitacional, ao extrativismo urbano, à crise climática, à emergência ambiental e à violência institucional. O movimento, segundo um dos integrantes, se consolida como uma tentativa de reaver o poder decisório por parte da comunidade, rompendo com a lógica da governabilidade da Cidade de Buenos Aires – fundamentada nas articulações entre o poder público e o privado (ODC, 2021c). O Observatório registrou outros manifestos no mesmo ano, todos organizados pelos representantes das assembleias de bairro e de coletivos urbanos que se manifestaram contra os negócios imobiliários na CABA. Segundo os participantes, trata-se de protestos provocados pela perda de identidade do núcleo urbano e de cidadãos propondo um modelo de cidade a partir da Democracia Participativa Ambiental.

Nesse cenário de recorrentes mobilizações relacionadas a questões de planejamento urbano na Comuna 13 e no bairro Colegiales, destaca-se especialmente atuação do grupo *Colegiales Participa y Decide* (2022) em reivindicações por mudanças no mercado imobiliário local, externalizando o desejo dos moradores de que aquele espaço continue sendo como é. O bairro Colegiales completou 158 anos

em 21 de setembro de 2021 e, para celebrar, os moradores realizaram um grande evento na Praça Clemente.

No contexto dessa praça, também se mostra importante o processo participativo realizado anteriormente pelo coletivo Urbanismo_Vivo, em fevereiro de 2018; tratou-se de um trabalho de coleta e reconstrução de relatos e memórias do bairro e do uso de seus espaços públicos. Foi realizado um mapa coletivo e aplicadas dezenas de entrevistas com os moradores (Figuras 86 e 87), resultando em cerca de 60 registros que auxiliaram na compreensão de desejos, medos e outras percepções dos habitantes em relação a diferentes áreas do bairro.

Figura 86 - 1ª Audiência Pública com o setor público



Fonte: Urbanismo_Vivo (2022).

Figura 87 - Primeira atividade de construção de mapeamento coletivo



Fonte: Urbanismo_Vivo (2022).

Num segundo momento desse levantamento, foram ativados os vínculos entre moradores a partir de caminhadas sensoriais pelo bairro e da criação de novos espaços que facilitaram o diálogo e o desempenho das Comissões de Desenho Participativo (CDP). A caminhada, realizada em 22 de abril de 2018, contou com a participação de 35 moradores; ao descreverem o entorno da Praça Clemente, esses cidadãos classificaram-na como uma área degradada, pouco adaptada à caminhabilidade, hostil e inóspita. Essa percepção levou a equipe de arquitetos que comandavam as dinâmicas a adotarem três premissas para direcionar as oficinas: inclusão, sustentabilidade e identidade. No dia 23 abril de 2018, foi organizada a primeira jornada de intervenção no entorno do imóvel por meio de pinturas nos muros (Figura 88).

Figura 88 - Intervenções no entorno da área da praça



Fonte: Urbanismo_Vivo (2022).

Na sequência, foram propostas oficinas de desenho participativo de modo a validar as informações coletadas no diagnóstico e dar início à configuração do programa da futura praça. As respostas foram consensuadas e apontaram para a necessidade de lugares voltados a atividades coletivas e individuais, flexibilizando encontros e consolidando a praça como bem comum da cidade (LIMA CÓMO VAMOS, 2018). Outras intervenções e atividades foram realizadas, no dia 22 de julho de 2018, com o objetivo de transformar áreas degradadas em espaços de qualidade, utilizando como ferramenta o urbanismo tático. Foram convocados todos os vizinhos e organizações de bairro para iniciarem juntos um processo de apropriação comunitária e ativação do imóvel (Figura 89).

Figura 89 - Intervenções no Local da praça



Fonte: Urbanismo_Vivo (2022).

Puderam participar da iniciativa não apenas os vizinhos, mas também centros culturais locais, organizações sociais, fundações, comerciantes e grupos internacionais; outros coletivos participaram do evento como a *Fundación Rumbos*, o Centro Cultural Simona e os *Arboles Nativos*. Organizaram-se oficinas, exposições, shows de música e espaços gastronômicos, além de ter sido realizada a co-construção de espaços de permanências urbanas para servirem de equipamentos para outras atividades futuras. No dia 28 de julho de 2018, foi realizado um festival na área da praça para marcar o final da iniciativa; contou-se com a parceria do coletivo Translab-urb, de Porto Alegre, que utilizou colagens e pinturas na elaboração de um grande mural cuja arte aludia a todas etapas do processo participativo – o evento recebeu o nome de “Cine Guerrilha Drive-In”.

3.2 INSURGÊNCIAS URBANAS EM CURITIBA: UM ESTUDO COM BASE EM PESQUISA PRIMÁRIA

Para a investigação sobre as insurgências urbanas em Curitiba, buscou-se intervenções criativas nas áreas central, pericentral e periférica do município; o maior desafio foi identificar tais intervenções e/ou práticas coletivas que impactassem na construção de práticas de ativação da cidadania e que fossem realizadas a partir da ação de moradores dos bairros do município, sem a interferência do poder público. Assume-se que essa dificuldade se deve a dois motivos principais:

- i) o fato de Curitiba ser reconhecida como uma cidade-modelo, seguindo parâmetros rígidos de uso de ocupação do solo e tendo seu espaço urbano exageradamente ordenado pelas estruturas viárias – questões que possivelmente não oportunizaram tantas insurgências;
- ii) o predomínio de ideologias fundamentadas em técnicas urbanísticas advindas de países do Norte Global e que resulta em gestões municipais empenhadas em reproduzir referências, tanto apoiadas por agências bilaterais e quanto por planos institucionalizados pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), desde 1965.

Esses estereótipos acabam interferindo na percepção de grupos de pesquisadores que se propõem a observar os espaços urbanos a partir de uma perspectiva mais humanista. Salienta-se que escutar os atores responsáveis pela elaboração das práticas insurgentes em Curitiba e compreender as razões que os instigaram a elaborar essas subjetividades foi um processo de desconstrução de conceitos de arquitetura e urbanismo assimilados ao longo da vida acadêmica e profissional da pesquisadora. Esta tese, portanto, traduz um processo de aprendizado revelador, que permite decolonizar o pensamento e romper com o padrão estético advindo de modelos europeus.

Tuan (1980, p. 129 - 334) descreve que “perceber é uma atividade, é apreender o mundo”, mas, para isso, os sentidos devem ser operacionalizados individual e socialmente, materializando-se no espaço de múltiplas formas. Aquilo que o autor define como “sentimento topofílico” deve ser, pois, vivenciado e compreendido; em outras palavras, para que se possa analisar as insurgências urbanas é preciso entender as manifestações afetivas entre as pessoas e o lugar/espaço físico que ocupam.

3.2.1 Procedimento Metodológicos

Neste segundo nível de pesquisa, três etapas foram adotadas. Na primeira, são identificadas e contatadas organizações da sociedade civil e coletivos que atuam por meio de ações insurgentes em distintas áreas da cidade de Curitiba, sendo eles: Coletivo Alicerce, Coletivo Núcleo Periférico, Coletivo O Povo pelo Povo, Movimento do Trabalhadores Sem Teto (MTST), Coletivo Itinerante Resistência, Coletivo Mãos Invisíveis, Coletivo Nó Comum e grupos de moradores dos bairros Vista Alegre, Juvevê, Bom Retiro e Bacacheri.

A segunda abrange um levantamento com base em pesquisa em diferentes redes sociais (Whatsapp, Facebook, Twitter e Instagram) para acompanhar os eventos realizados pelos dez grupos sociais definidos anteriormente; identifica-se que as intervenções começaram a ocorrer a partir de 2013, principalmente nas áreas periféricas, e especialmente pelo Coletivo Núcleo Periférico. Ressalta-se que esse formato de coleta de dados se deu por causa da crise sanitária da COVID-19, que iniciou em 2020 e perdurou pelos anos subsequentes, dificultando a realização de uma pesquisa mais aprofundada em campo.

A terceira etapa foi iniciada justamente em 2020, tendo sido realizadas caminhadas por bairros pericentrais da cidade, observando lugares e conversando com pessoas – seguindo os protocolos sanitários necessários. Por meio dessas caminhadas, dá-se especial destaque à praça do Seu Francisco (bairro Juvevê), ao Jardim Secreto e ao Boulevard (na rua Chafic Curi, no bairro Vista Alegre), à Horta do Jacu (bairro Bom Retiro) e ao Espaço Educador Sustentável (na área externa da Escola Estadual Leôncio Correia, no bairro Bacacheri).

Vale ressaltar a descoberta de ocupações insurgentes nas principais praças do centro da cidade, realizadas pelos coletivos “Mãos Invisíveis” e “Itinerante Resistência”, nos horários das principais refeições. O “Mãos Invisíveis” ocupa a área frontal ao Paço da Liberdade (Praça Generoso Marques), distribuindo refeições para os moradores em situação de rua, desde o início da pandemia do COVID-19; o “Itinerante Resistência” ocupa parte da Praça Tiradentes para distribuir o café da manhã.

Uma vez delineadas as três etapas de trabalho, organizou-se uma relação de dez intervenções, agrupando-as por localidade, como pode ser observado no Quadro 30. Foram destacados os endereços eletrônicos, os sites e perfis de divulgação nas

redes sociais (Whatsapp, Facebook, Instagram e Twitter) dos grupos e coletivos. Como descrito, as observações foram iniciadas em 2020 e as visitas aos locais ocorreram no final de 2021.

Quadro 30 – Insurgências Urbanas em Curitiba

PERIFERIA DA CIDADE DE CURITIBA	
<p>CASO 01 Comunidade 23 de Agosto Bairro Ganchinho Coletivo Alicerce</p>	<p>Construção Coletiva do Parque existente na Comunidade 23 de Agosto no bairro Ganchinho, apoiada pelo Coletivo Alicerce – grupo formado por jovens recém formados do local. São desenvolvidos outros dois projetos pelo Coletivo - Cursinho Popular Alicerce 23 e Rede Solidarietà.</p> <p>Financiamento Coletivo Gestão: <i>bottom-up</i> Insurgência Urbana Temporária poderá tornar-se Permanente</p>
<p>CASO 02 Parque Residencial Iguazu III Bairro Ganchinho Coletivo Povo pelo Povo</p>	<p>Construção Coletiva da Horta Comunitária com os moradores do Parque Residencial Iguazu III, no bairro Ganchinho, iniciada no final de 2021. A participação é ativada pelos membros do Coletivo, sendo este formado por jovens recém formados que vivem no local ou em bairros próximos ao local.</p> <p>Financiamento Coletivo Gestão: <i>bottom-up</i> Insurgência Urbana Temporária</p>
<p>CASO 03 Comunidade Dona Cida Local: Cidade Industrial -CIC Coletivo Núcleo Periférico</p>	<p>Atividades Artísticas e Culturais – Sarau Periférico – Shows de Música RAP organizado pelo Coletivo Núcleo Periférico na Comunidade Dona Cida, localizada na Cidade Industrial de Curitiba. O Coletivo é formado por jovens que apreciam o estilo rap e são moradores do local e de outros bairros periféricos da cidade.</p> <p>Financiamento Coletivo Gestão: <i>bottom-up</i> Insurgência Urbana Temporária</p>
<p>CASO 04 Comunidade Jardim Veneza Local: Tatuquara MTST</p>	<p>Construção de Cozinha Solidária na Comunidade do Jardim Veneza, que atualmente ocupa uma área no bairro Tatuquara. A cozinha foi organizada pelo membros do MTST – Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e pelos militantes do Movimento Sem Terra - MST.</p> <p>Financiado pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e pelo MST Gestão: <i>bottom-up</i> Insurgência Urbana Temporária</p>
BAIRROS PERICENTRAIS DA CIDADE DE CURITIBA	
<p>CASO 05 Moradores do Bairro Juvevê</p>	<p>Construção coletiva da Praça do Seu Francisco Financiamento Coletivo Gestão: <i>bottom-up</i> Insurgência Urbana Temporária poderá tornar-se Permanente</p>
<p>CASO 06 Moradores do Bairro Vista Alegre</p>	<p>Construção Coletiva do bosque Jardim Secreto e da Rua Chafic Curi Financiamento Coletivo Gestão: <i>bottom-up</i> Insurgência Urbana Temporária poderá tornar-se Permanente</p>
<p>CASO 07 Alunos da Escola Estadual Escola E. Leônico Correia Bairro Bacacheri</p>	<p>Construção do espaço educador sustentável com o apoio do Coletivo Nó Comum Financiamento do Instituto Akatu e outras organizações internacionais Gestão: <i>middle-up-down</i> Insurgência Urbana Permanente</p>
<p>CASO 08 Moradores do Bairro Bom Retiro</p>	<p>Construção de Horta Comunitária do JACU Financiamento Coletivo Gestão: <i>bottom-up</i> Insurgência Urbana Temporária poderá tornar-se Permanente</p>
ÁREA CENTRAL DA CIDADE DE CURITIBA	
<p>CASOS 09 e 10 Moradores em situação de rua Local: Praça Generoso Marques e Tiradentes</p>	<p>Distribuição de refeições pelo Coletivo Mãos Invisíveis Financiamento Coletivo e Doações Gestão: <i>bottom-up</i> Insurgência Urbana Temporária</p>
	<p>Produção de refeições pelo Coletivo Itinerante Resistência Financiamento Coletivo, doações e subsídios da ONG Gastromotiva – RJ Gestão: <i>middle-up-down</i> Insurgência Urbana Temporária</p>

Fonte: A autora (2022).

Os dez casos se encaixam nas categorias de grupos sociais 01, 02 e 03 anteriormente definidas. A gestão do tipo “*middle-up-down*” foi identificada em duas intervenções: i) Escola Estadual, localizada no bairro Bacacheri, gerenciada pelo Coletivo Nó Comum e pelos professores da Escola; ii) produção de marmitas realizada pelo Itinerante Resistência. Todos os outros casos são do tipo “*bottom-up*”.

A abordagem da pesquisa objetivou primeiramente diferenciar as intervenções em três áreas: periferia, pericentro e centro. Num segundo momento, tentou-se verificar se os grupos sociais foram ou estão sendo favorecidos pelas intervenções no espaço público. Por fim, foi elaborado e aplicado um questionário por meio do qual passaram a ser analisados dados sobre: tipologia da intervenção; temporalidade; ocorrência de participação ativa de outros atores no processo colaborativo (tanto na elaboração quanto na implementação de determinada prática); questões sobre o perfil dos coletivos e motivação das intervenções.

As práticas insurgentes investigadas aqui estão localizadas em bairros pericentrais (a 4 km do núcleo central) e periféricos na zona sul (a 18 km do núcleo central), o que reforça a fragmentação socioespacial que existe na cidade de Curitiba. No entorno da área central, encontram-se bairros mais consolidados, com moradores de classe média, há mais tempo incorporados à dinâmica do local; ao Sul, tem-se áreas abandonadas da Cidade Industrial, onde se encontram ocupações irregulares e com menos acesso a infraestruturas. Nas demais regiões, fortalecidas pelos eixos de transportes, estão os bairros beneficiados pelas intervenções aprovadas pelos planos urbanos (desde 1970) e que vêm direcionando o crescimento e o desenvolvimento da cidade.

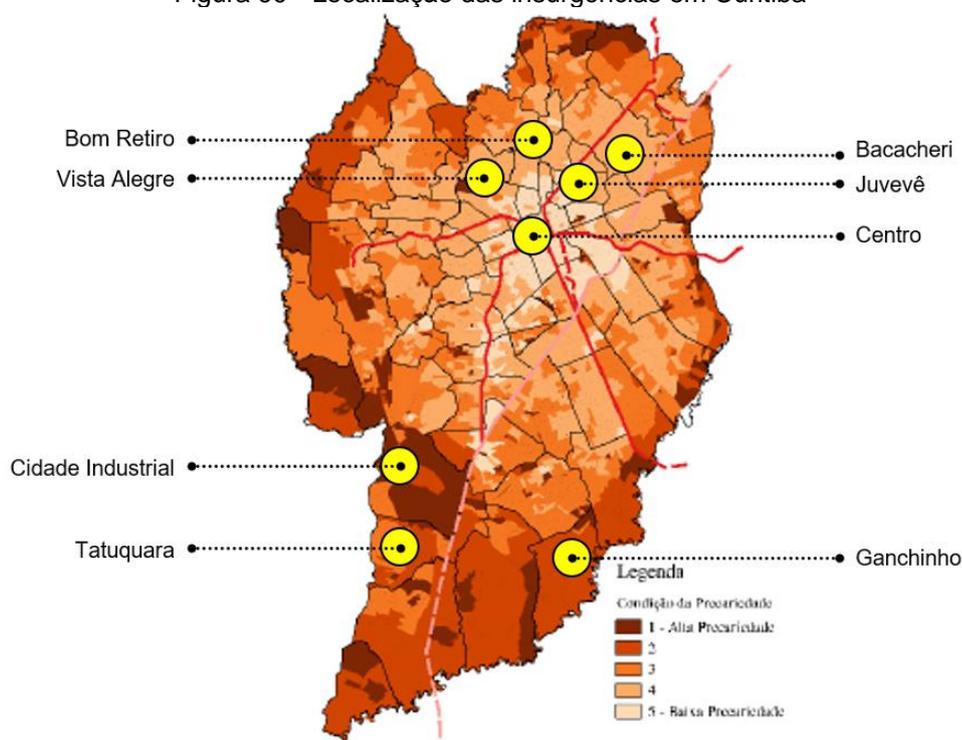
Segundo Bittencourt (2019), a região central e sua expansão ao longo dos eixos estruturais possuem baixo índice de precariedade e é possível verificar a consolidação de algumas áreas periféricas nessa região, como a Vila Parolin e a Torres. A autora ressalta, contudo, que o centro vem sofrendo um crescente processo de degradação, sendo evitado por camadas sociais de alta renda, tanto no âmbito habitacional quanto de comercial – essas classes buscam morar e frequentar bairros mais afastados, normalmente situados a nordeste e a sudoeste do centro da cidade.

Constata-se que os maiores níveis de precariedade se concentram na região sul-sudoeste, próxima à divisa metropolitana, onde vivem as classes populares –

distantes das áreas planejadas. Bittencourt (2019) revela, ainda, cinco níveis de precariedade de acordo com cinco níveis de precariedade de acordo com as seguintes dimensões: i) moradias; ii) serviços; iii) infraestrutura; iv) renda e v) transporte público, confirmando a heterogeneidade da estrutura intraurbana de Curitiba. A maioria da população curitibana vive nos níveis 3 e 4, considerados intermediários em relação à região central; os níveis 1 e 2 correspondem aos locais em que moram grupos de maior precariedade, caracterizando essas áreas como periferias fragilizadas. Nesses níveis mais precarizados (1 e 2) são identificadas barreiras de mobilidade e de acesso à cidade.

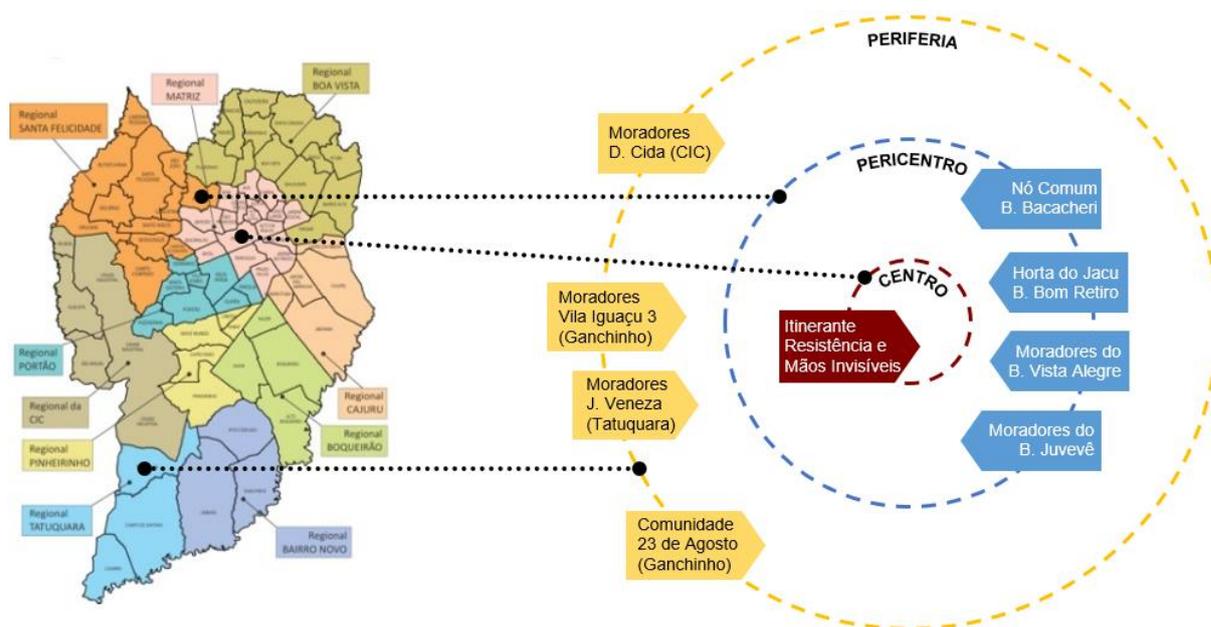
Na Figura 90, pode-se observar onde se localizam as áreas com maior precariedade (em tons de marrom e laranja escuro). Já na Figura 91, tem-se um esquema da localização das intervenções insurgentes selecionadas para a análise, no município de Curitiba.

Figura 90 - Localização das insurgências em Curitiba



Fonte: A autora (2022).

Figura 91 - Movimentos coletivos em Curitiba



Fonte: A autora (2022).

Ao analisar tais práticas, as insurgências urbanas são divididas em três grupos, a partir de quatro critérios: i) a localização dos territórios; ii) a vulnerabilidade da população que participa das práticas coletivas no espaço público; iii) a periodicidade – se permanentes ou temporárias; iv) a tipologia – intervenções voltadas ao lazer e socialização, a educação, alimentação, arte e cultura, agroecologia, mobilidade, segurança.

O primeiro grupo de insurgências foi formado por ações realizadas em bairros periféricos de Curitiba, especificamente nos bairros Cidade Industrial, Tatuquara e Ganchinho, todos na zona sul da cidade. As ações são desenvolvidas por comunidades de baixa renda com o apoio de ativistas e coletivos urbanos; os trabalhos são solidários e visam ativar a cidadania dos moradores do local, estando as práticas encontradas em permanente construção.

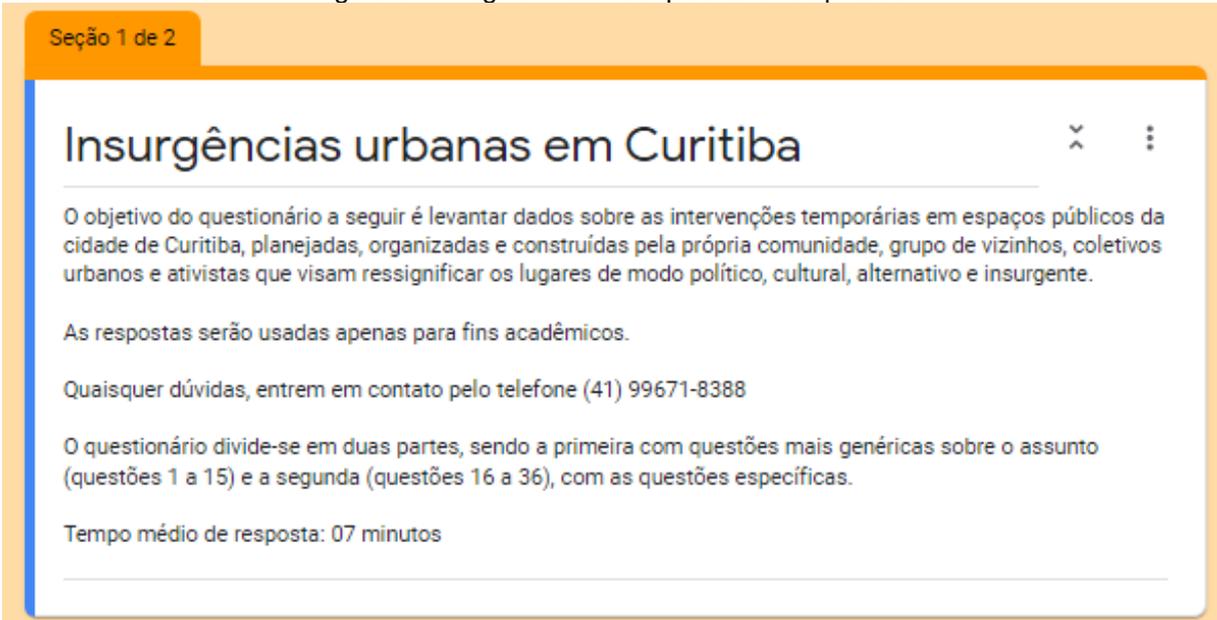
O segundo grupo é formado por bairros pericentrais, com moradores de classe média – muitos deles profissionais da arquitetura, designers, artistas, jornalistas, desempregados, aposentados, professores, entre outros. Houve, nesse cenário, uma reapropriação de espaços já existentes (áreas públicas e privadas), onde os moradores propuseram novos usos ou melhorias para determinados pontos do bairro. Foram identificadas ações de caráter temporário que podem se tornar permanentes, destacando-se aquilo que foi denominado de “áreas educadoras” cuidadas pela

própria população, localizadas nos bairros Juvevê, Vista Alegre, Bom Retiro e Bacacheri.

O terceiro grupo apresenta características efêmeras, composto por movimentos no centro de Curitiba, normalmente beneficiando a população de moradores em situação de rua – dois coletivos produzem e distribuem refeições diárias a pessoas excluídas que ocupam áreas de grande relevância histórica para a cidade.

Uma vez definidos os três grupos e contactados os organizadores das intervenções e/ou membros dos coletivos, foi desenvolvida uma relação de perguntas a serem respondidas por eles. O questionário foi organizado em 3 partes, com as perguntas sistematizadas em formato digital por meio da plataforma Google Forms (Figura 92). Foram formuladas 15 perguntas para conhecimentos gerais sobre o coletivo ou seus membros (três a quatro membros); 18 questões mais específicas sobre as iniciativas; e 2 perguntas sobre perspectivas e leituras possíveis a partir das experiências já realizadas, ou seja, foram 35 perguntas ao total (Quadro 31). O questionário foi aplicado a partir do mês de novembro de 2021.

Figura 92 - Página virtual do questionário aplicado



Seção 1 de 2

Insurgências urbanas em Curitiba

O objetivo do questionário a seguir é levantar dados sobre as intervenções temporárias em espaços públicos da cidade de Curitiba, planejadas, organizadas e construídas pela própria comunidade, grupo de vizinhos, coletivos urbanos e ativistas que visam ressignificar os lugares de modo político, cultural, alternativo e insurgente.

As respostas serão usadas apenas para fins acadêmicos.

Quaisquer dúvidas, entrem em contato pelo telefone (41) 99671-8388

O questionário divide-se em duas partes, sendo a primeira com questões mais genéricas sobre o assunto (questões 1 a 15) e a segunda (questões 16 a 36), com as questões específicas.

Tempo médio de resposta: 07 minutos

Fonte: A autora (2022).

PARTE 1	
1	Nome do coletivo
2	Escolaridade do/a Respondente
3	Idade do/a Respondente
4	Local onde reside o respondente (bairro)
5	Ano de início da organização
6	A organização possui outras redes de atuação?
7	Destaque intervenções realizadas no espaço público Curitiba: Temporária ou Permanente
8	Razão da realização do projeto ou intervenção
9	O projeto configura-se em um processo político e social?
10	Número de pessoas envolvidas no projeto
11	Perfil dos integrantes do coletivo ou organização
12	Local geográfico da realização da intervenção
13	Tempo de realização da intervenção (projeto e execução)
14	Origem dos recursos despendidos no Projeto
15	Ocorreram parcerias com outros coletivos, empresas ou poder público?
PARTE 2	
16	O coletivo surge em que contexto?
17	O coletivo trabalha ou trabalhou com o desejo de transformação de uma realidade de um espaço? Qual foi a expectativa de alcance?
18	Quais as ações futuras do coletivo?
19	As atividades ou intervenções realizadas são/foram: organizadas pelo próprio grupo; ou em conjunto com outros grupos ou nos dois formatos?
20	O coletivo possui uma liderança ou se organiza por meio de uma estrutura horizontal?
21	Algum membro teve ou tem participação em estruturas formais da gestão da cidade?
22	Caso a organização seja horizontal quais as dificuldades encontradas?
23	O coletivo se relaciona com outros coletivos para fortalecimento do projeto?
24	O que caracteriza esse interesse e integração com outros coletivos?
25	Como é entendida a visibilidade das ações do coletivo?
26	Como são organizadas as ações para efetivar um determinado projeto?
27	Como se estabelecem na prática?
28	Quais os focos de uma determinada ação ou intervenção?
29	As intervenções ocorrem por etapas?
30	Quais seriam as etapas para execução da intervenção: primárias ou secundárias?
31	O coletivo possui uma sede – espaço físico?
32	Se sim, onde está localizado – bairro?
33	A localização da sede – se existir – é um fator importante?
34	Onde realizam as reuniões com os membros e os voluntários para organizar determinado projeto?
PARTE 3	
35	Qual a maior decepção, caso tenha, em relação ao projeto/intervenção?
36	Qual a maior esperança que o coletivo (grupo) visualiza?

Fonte: A autora (2022).

Quanto aos dez grupos/coletivos analisados e às comunidades onde atuam, vale ressaltar algumas características coletadas nos websites e redes sociais; no contexto contemporâneo de produção capitalista de Curitiba, os casos analisados descrevem outras possibilidades de construção do espaço urbano a partir de experimentos temporários repletos de narrativas urbanas e sociais. Tóffoli (2019) aponta que, na Horta do Jacu (2º Grupo – Pericentro), cada área é repleta de subjetividades próprias, devendo-se enaltecer a capacidade do espaço reinventar outras possibilidades de humanidades e de um outro tempo; em 2017, quando da ocupação do terreno – de propriedade do Estado –, os coletivos tiveram que vivenciar embates burocráticos e políticos. A questão do conflito pela propriedade da terra é presente também nos casos da ocupação do Jardim Veneza (Cozinha Solidária), no bairro Tatuquara, e na Praça do Seu Francisco, no bairro Juvevê – cujo terreno pertence à União Paranaense dos Estudantes Secundaristas (UPES).

Reitera-se, portanto, que para o grupo 1 – aqueles que atuam na **periferia** de Curitiba –, são analisados os coletivos Alicerce, Núcleo Periférico, O Povo pelo Povo e MTST Paraná (Figura 93; Quadro 32).

Figura 93 - Coletivos que atuam na periferia de Curitiba



Fonte: Alicerce Paraná (2022), Núcleo Periférico (2022), MTST Paraná (2022), O Povo Pelo Povo (2022).

Quadro 32 - Coletivos que atuam na periferia de Curitiba

1º GRUPO - PERIFERIA DA CIDADE DE CURITIBA	
Coletivo Alicerce Popular	<ul style="list-style-type: none"> • O coletivo Alicerce é uma organização política composta por trabalhadores/as, dividido em dois setores: juventude e movimento popular. O que os une é a necessidade de enfrentar coletivamente os problemas do cotidiano. • Atuam na Comunidade 23 de Agosto sendo uma ocupação irregular, assentada em área privada, desde 1991. A área já se encontra consolidada na região sul no bairro Ganchinho, próxima ao Ribeirão dos Padilhas. Vivem nessa área a população de baixa renda e em 2015, a área foi regularizada, pela COHAB – CT onde foram construídos 693 lotes (SILVA, 2019). A comunidade possui infraestrutura básica e a regularização fundiária do terreno. Possuem uma organização comunitária sólida – Associação dos Moradores 23 de Agosto (LIMA, 2019); • Três projetos são apoiados pelos membros do Coletivo de forma participativa e coletiva: 1) construção do Parque 23 de Agosto, 2) o Cursinho Popular Alicerce 23 voltado à educação pré-vestibular para os jovens da região e 3) a Rede Solidariedade, com a arrecadação de alimentos e produtos de higiene pessoal.
Coletivo Núcleo Periférico	<ul style="list-style-type: none"> • O Núcleo Periférico surgiu da necessidade de auto-organização da população periférica agregando as pessoas que estão nas periferias por meio de expressões culturais e outras pautas representativas da população marginalizada. Realizam desde 2013, os Saraus Periféricos, com artistas locais, principalmente no bairro Cachoeira. O último Sarau foi realizado na Comunidade Dona Cida integrada a Comunidade Nova Tiradentes, localizada na Cidade Industrial, região sul de Curitiba; • A Comunidade Dona Cida ou 29 de Março foi formada em 2016, por 400 famílias, uma das comunidades mais carentes do município (SANCHES, 2021). Essa comunidade faz parte do complexo de ocupações irregulares (2012-2016): Nova Primavera, 29 de Março - Dona Cida e Nova Tiradentes. Todas essas ocupações possuem relação direta com o Movimento Popular por Moradia – MPM (LIMA, 2019).
Coletivo O Povo pelo Povo	<ul style="list-style-type: none"> • É um movimento popular de bairro, cujo objetivo é organizar o povo para lutar por seus direitos e buscar alternativas para construção de uma vida melhor. Surgiu no contexto da pandemia, em 2020, com o intuito de ajudar os moradores do Sítio Cercado e região. Se envolvem com a arrecadação de alimentos, formaram o Uniperifa Cursinho Popular e a Horta Comunitária com a participação dos moradores do Residencial Parque Iguazu III, no bairro Ganchinho, região sul da cidade; • As 643 famílias do Residencial Parque Iguazu III, em sua maioria oriundas de outras localidades, como da Vila Parolin, receberam a casa própria (sobrados e casas térreas) em 2013 e foram beneficiadas pelo Programa Minha Casa Minha Vida – PMCMV do Governo Federal, via Companhia de Habitação de Curitiba – COHAB – Curitiba. O entorno desse Residencial é delimitado pelo Contorno Leste, uma Área de Preservação Permanente e uma Estação de Tratamento da SANEPAR; • Segundo Romano, Sampaio e Lima (2019), em 2014, os moradores organizaram uma manifestação reivindicando maior infraestrutura e cerca de 300 pessoas bloquearam o contorno leste.
Coletivo Marmitas da Terra MTST Paraná	<ul style="list-style-type: none"> • O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto do Paraná tem como objetivo combater a máquina de produção de miséria nos centros urbanos, formar militantes e acumular forças no sentido de construir uma nova sociedade. A ocupação de terras é um trabalho de organização popular, que é a principal forma de ação do movimento; • Primeiramente surgiu o Coletivo Marmitas da Terra, ações desenvolvidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra – MST do Paraná, que buscou integrar as ações do campo à cidade, por meio de ações solidárias que alimentam a população no contexto da pandemia do Covid-19. O coletivo ampliou o projeto para o cultivo de hortas orgânicas a partir de mutirões que aconteceram durante os finais de semana na área do Contestado, no município da Lapa – Região Metropolitana de Curitiba. O coletivo chegou a produzir mais de 1.100 marmitas por semana e estas foram distribuídas para a população de vulnerabilidade extrema; • O projeto das Cozinhas Solidárias se une às ações realizadas pelo “Coletivo Marmitas da Terra”, que em 2021 organizou a instalação de cozinhas em vários territórios do Brasil. Em Curitiba foi implantado na Comunidade do Jardim Veneza, no bairro Tatuquara na zona Sul da cidade, onde são produzidas aproximadamente 100 marmitas diariamente; • A Comunidade Jardim Veneza ocupou a área desde 2020, são 350 famílias que vivem atualmente no local. O terreno pertence ao grupo CR Almeida (ZARPELON, 2021).

Fonte: A autora (2022).

Para o grupo 2 – daqueles que atuam em **bairros pericentrais** de Curitiba – investigam-se: Espaço Educador Sustentável, Praça do Seu Francisco, Jardim Secreto e Boulevard Chafic Curi, e Horta do Jacu (Figura 94; Quadro 33).

Figura 94 - Coletivos que atuam em bairros pericentrais de Curitiba



Fonte: Nó Comum (2022), Horta do Jacu (2022), Jardim Secreto Curitiba (2022), Praça Seu Francisco (2022).

Quadro 33 - Coletivos que atuam em bairros pericentrais de Curitiba

2º GRUPO – BAIROS PERICENTRAIS DA CIDADE DE CURITIBA	
<p>Espaço Educador Sustentável na E.E. L. Correia Bairro Bacacheri</p> <p>Coletivo Nó Comum</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O espaço Educador Sustentável faz parte do Projeto Cultivando Saberes desenvolvido pelo Coletivo Nó Comum, integrado aos professores e alunos da Escola Estadual Leôncio Correio, localizada no bairro Bacacheri; • A construção desse projeto faz parte do desafio Escolas Sustentáveis promovido pelo Instituto Akatu em parceria com agências bilaterais, com objetivo de promover a temática do consumo consciente e sustentabilidade na escola pública. A escola recebeu o financiamento de 150 mil reais para construção do espaço, onde foram utilizadas técnicas de bioconstrução e permacultura. Nesse espaço são realizadas atividades de vermicompostagem, horta escolar, captação e reuso da água da chuva, estação de energia solar, criação de abelhas nativas; • Os membros do Coletivo Nó Comum em parceria com a Fazenda do Bambu, construíram a sala verde sendo um espaço multiuso, para realização de oficinas e trocas de conhecimento. Todo o espaço foi construído de forma participativa com os estudantes, professores e funcionários do Colégio em 2020, membros do coletivo e parceiros.
<p>Praça do Seu Francisco Bairro Juvevê</p>	<ul style="list-style-type: none"> • No terreno abandonado pela União Paranaense dos Estudantes Secundaristas – UPES, no bairro Juvevê, o Sr. Francisco, morador do local começou a tomar conta da área, desde 2016, plantando rosas e organizando uma horta. A área na esquina da Rua Marechal Mallet e Manoel Eufrásio, desde então é cuidada e transformada com objetivo de torná-la uma praça pelo outros moradores do local; • Em fevereiro de 2022, a praça foi destruída, com objetivo de ser vendida para construção de uma farmácia. O grupo de moradores viabilizou a retomada da área e estão reconstruindo o espaço desde então.
<p>Jardim Secreto e Boulevard Chafic Curi Bairro Vista Alegre</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Jardim Secreto e a Rua Chafic Curi são experiências realizadas pelos moradores do bairro Vista Alegre, com objetivo de melhorar a segurança do local. Foi criado um grupo de moradores da rua, muitos aposentados, que se uniram para resolver o problema de segurança, e reconstruir os vínculos de vizinhança; • O grupo viabilizou um projeto para esses dois locais, com objetivo de preservar a área ambiental e a rua, atraindo famílias e crianças que se encantam com as sutilezas do local. O Sr. Célio Gonzaga foi o incentivador para a criação desses espaços, em 2016; • A rua tem 450 metros de extensão e sofreu um bloqueio parcial aprovado pelo poder local. Já a área do Jardim Secreto possui aproximadamente 3.000m², sendo parte pública e parte da área privada.

(Continua)

Quadro 33 - Coletivos que atuam em bairros pericentrais de Curitiba

2º GRUPO – BAIROS PERICENTRAIS DA CIDADE DE CURITIBA	
Horta do Jacu Bairro Bom Retiro	<ul style="list-style-type: none"> • A Horta do Jacu está implantada em um lote público na Rua Ângelo Zeni, no bairro Bom Retiro. Nesse local pode-se encontrar uma composteira comunitária, espaços para plantio de hortas. É também um espaço de lazer, de atividades educativas, de sociabilidade e de trocas alimentares, culturais e artísticas do bairro. Nesse espaço foi organizado o cultivo de PANC – Plantas Alimentícias Não Convencionais e de sementes crioulas; • É autogestionado e não governamental. Implantado desde 2017, por vários ativistas culturais como o artista visual Newton Goto; • No espaço já foi realizado Festa Junina, sessão de cinema e shows musicais. A maioria os moradores do local realiza os plantios e faz a manutenção. <p>Fonte: A autora (2022).</p>

Para o grupo 3 – que atuam no **centro** de Curitiba – a análise está focada nos coletivos Mãos Invisíveis e Itinerante Resistência (Figura 95; Quadro 34).

Figura 95 - Coletivos que atuam no centro de Curitiba



Fonte: Mãos Invisíveis (2022), Itinerante Resistência (2022).

Quadro 34 - Coletivos que atuam no centro de Curitiba

3º GRUPO – CENTRO DA CIDADE DE CURITIBA Praça Generoso Marques e Tiradentes	
Coletivo Mãos Invisíveis	<ul style="list-style-type: none"> • O coletivo é uma organização social que visa capacitar e apoiar politicamente a população em situação de rua de Curitiba e famílias em extrema vulnerabilidade. Realizam cursos de capacitação para essas pessoas com objetivo de geração de renda; • Possuem o apoio do MNPR – Movimento Nacional de População de Rua. Existe um representante formal, a Sra. Vanessa Lima.
Itinerante Resistência	<ul style="list-style-type: none"> • O Coletivo é formado por grupos de voluntários, que se uniram durante a pandemia, período de 2020-2021, para organizar e produzir refeições para as pessoas em situação de rua, do centro da cidade – Praça Tiradentes e distribuir em outros bairros do entorno do núcleo central; • A situação da população de rua se agravou com a crise sanitária causada pela COVID-19; • O coletivo é apoiado pela ONG carioca Gastromotiva; • Destaca-se o evento Natal- Solidário, onde foi realizado um almoço para os moradores em situação de rua, na praça Generoso Marques com a colaboração de diversos coletivos. <p>Fonte: A autora (2022).</p>

3.2.2 Discussão

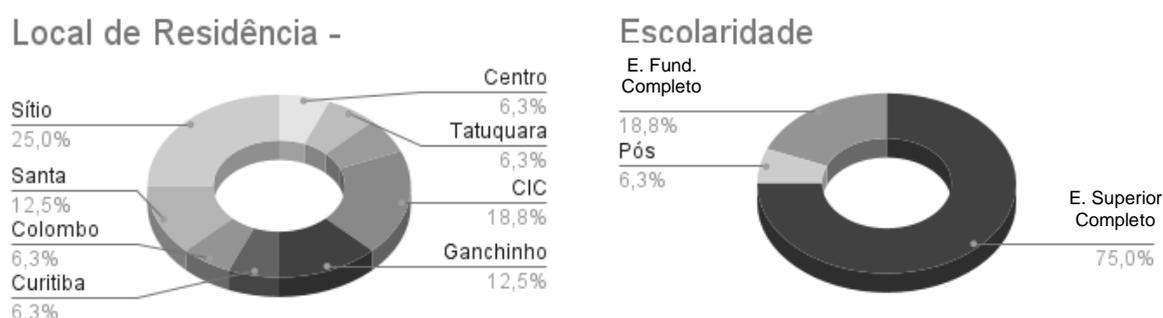
A discussão tem início com a análise crítica das respostas apresentadas pelos membros dos três grupos criados (periférico, pericentral e central). Quanto aos quatro coletivos que realizam as intervenções em **bairros periféricos**, localizados na zona sul de Curitiba, tem-se a atuação do “Alicerce” e do “O Povo pelo Povo”, que realizam atividades similares no bairro Ganchinho; os membros do MTST Paraná, que desenvolvem o projeto Cozinha Solidária no bairro Tatuquara, junto à ocupação Jardim Veneza; e o projeto do evento de música a partir de narrativas marginais (8ª Edição do Sarau Periférico), realizado pelo Núcleo Periférico no dia 19 de dezembro de 2021, na comunidade Dona Cida, no bairro Cidade Industrial.

Vale destacar a dificuldade de acesso a essas quatro áreas da cidade por meio do transporte público, devido à presença de barreiras físicas – como rodovias, que desconectam esses espaços da malha urbana. Com efeito, a localização desses territórios é, por princípio, excludente e gera um ciclo de inacessibilidade e limitação das suas capacidades devido a afastamento em relação a áreas com mais oportunidades de trabalho, formação, relações sociais e serviços. A questão do direito à cidade ainda possui pouca consistência no cotidiano das famílias que vivem nessas áreas, e por isso as insurgências identificadas estão essencialmente voltadas a problemas básicos, como alimentação, educação, acesso a infraestruturas, lazer, entre outros.

O acesso à Comunidade 23 de Agosto e ao Residencial Parque Iguaçu III foi possível através do Terminal Sítio Cercado, linha 548 – Osternak/ Sítio Cercado; a partir da área central de Curitiba (Praça Rui Barbosa), o tempo de deslocamento foi de aproximadamente 1h e 40 minutos para um trajeto de 20 km de distância. Para o acesso à comunidade Dona Cida, localizado na Cidade Industrial (próximo ao município de Araucária), deslocou-se até o Terminal do Novo Mundo - direção Parque dos Tropeiros; o percurso durou aproximadamente 1h e 20 minutos referente a 15 km de distância a partir do centro da cidade. Para chegar à Cozinha Comunitária, no bairro Tatuquara (Rua Arlindo Cordeiro), que fica a 18 km do centro, o trajeto foi de 1h e 20 minutos, sendo necessário desembarcar no Terminal Pinheirinho e acessar a linha 617 em direção ao bairro, via Rodovia Régis Bittencourt.

Considerando as distâncias que ligam o centro de Curitiba a essas comunidades periféricas e o contexto de crise sanitária da COVID-19, o questionário foi realizado em formato digital. Quatro membros de cada coletivo responderam ao questionário e as informações foram convertidas em gráficos para auxiliar na interpretação. Constatou-se que os respondentes têm entre 31 a 35 anos de idade, e a maioria dos coletivos é formada por jovens; dos 16 respondentes, 75% possuem ensino superior completo. Os quatro coletivos são formados por estudantes, moradores do local, desempregados, pessoas em situação de vulnerabilidade social e que necessitam de ajuda de profissionais liberais (como jornalistas, professores, artistas, entre outros) para dar continuidade em seus projetos. Ademais, observa-se que, quando somadas as informações sobre os bairros em que moram os membros dos quatro coletivos, tem-se que 25% está no bairro Sítio Cercado, 18,8% na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), 12,6% no Centro, 12,5% na Santa Quitéria, e 12,5% em Ganchinho; pode-se apontar, portanto, que todos os integrantes dos coletivos habitam na própria comunidade que atuam de forma insurgente (Figura 96).

Figura 96 - Perfil dos integrantes dos coletivos periféricos



Fonte: A autora (2022).

Um dado relevante que pode ser apontado é a relação dos coletivos com outras redes de atuação e a capacidade de se envolverem com outros projetos, como é caso do cursinho popular preparatório para o vestibular – organizado pelos coletivos Alicerce e O Povo Pelo Povo para ajudar jovens com dificuldade de aprendizagem – e da arrecadação de alimentos, produtos de higiene pessoal e gás de cozinha para as famílias em vulnerabilidade extrema. Segundo os entrevistados, o tempo de planejamento de cada projeto é de aproximadamente um ano.

A intervenção mais recente entre os grupos desse recorte é a Cozinha Solidária – inaugurada em 2021 – que tem o propósito de combater a fome resultante do agravamento da pandemia de COVID-19; desde o início da iniciativa, vêm sendo distribuídas aproximadamente cem marmitas por dia, de terça a domingo, sempre na hora do almoço. Essa foi a 21ª cozinha construída pelos membros dos MSTs no Brasil, sendo a primeira no Paraná.

Já o “Coletivo Alicerce” iniciou suas práticas junto à Comunidade 23 de Agosto em 2018, com o objetivo de construir coletivamente um parque nas margens do Ribeirão dos Padilhas; “O Povo pelo Povo”, por sua vez, atua desde 2019, junto às famílias do Residencial Parque Iguaçu III, na construção da Horta Comunitária. O Núcleo Periférico vem realizando atividades de cunho mais artístico e cultural em diferentes áreas do município desde 2013, sendo que esses movimentos socioculturais coletivos têm caráter sociopolítico e viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas (GOHN, 2011). Todas essas ações explicitam que os grupos não se sentem representados pelo Estado em diferentes dimensões, levando as comunidades a se unirem para reivindicar e protestar contra o poder público de diferentes formas, seja por meio da música seja pelo acolhimento de pessoas sem teto.

Também pode-se afirmar que as intervenções são majoritariamente temporárias e insurgem de acordo com necessidades específicas de um determinado contexto espacial e histórico, e de seus distintos sujeitos. No caso da ocupação 23 de Agosto, já consolidada desde a década de 1990, a construção do parque pode se tornar permanente caso os cidadãos resistam à imposição de formas de subjetivação pré-estabelecidas, isto é, de planos urbanos impostos pelo poder público local.

Segundo Abramo (2003), os temas de maior interesse para grupos de jovens se relacionam à associação de cultura e lazer, e logo após estão as reivindicações por trabalho e educação. Para a autora, a conexão entre essas duas temáticas mais abstratas pode ser vista como um desvio de investimentos importantes, pois são consideradas causas secundárias no que tange à qualidade de vida propriamente dita. Defende-se, contudo, uma alteração dessa perspectiva, isto é, deve-se considerar cultura e lazer causas de vital importância para se atrair jovens para o debate de ideias e atuação no campo da política.

O Quadro 35 sintetiza duas questões do questionário: a razão da realização das intervenções e sua configuração sociopolítica.

Quadro 35 - Motivação e contexto das intervenções em áreas periféricas de Curitiba

ESTUDOS DE CASO	RAZÃO DA REALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO (QUESTÃO 8)	CONFIGURAÇÃO SOCIOPOLÍTICA DA INTERVENÇÃO (QUESTÃO 9)
Os coletivos surgem com objetivo maior quanto a reivindicação por mudanças sociopolíticas e com o desejo de transformação do local e ativação da cidadania (questões 16 e 17)		
<p>Parque 23 de Agosto (Ganchinho)</p> <p>Área pública</p>	<p>Melhoria dos Espaços Comuns e ativação da participação cidadã</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ação Coletiva. Os moradores são mobilizados pelos membros do coletivo e recebem apoio da Associação dos Moradores da Moradia 23 de Agosto. O trabalho de construção do parque inicia-se com a reforma do campo de futebol, colocação de traves e plantio de árvores, em Agosto de 2021. Para compra do material foi realizada uma campanha para arrecadação do recursos para fabricação das traves, tipo “vaquinha”. • O Poder Público sempre foi ausente e deixou há mais de 30 anos essa área do entorno do rio abandonada. Verifica-se um movimento social cotidiano para efetivação e preservação da área do entorno do Ribeirão dos Padilhas a partir da ação da comunidade local nos processos participativos de autogestão de construção do parque e preservação da área verde pelo bem comum.
<p>Horta Comunitária Residencial Iguazu III (Ganchinho)</p> <p>Área pública</p>	<p>Alimentação e ativação da participação cidadã</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ação Coletiva por meio de construção de hortas, são pautadas pelo trabalho e engajamento coletivo, a participação direta do cidadão local objetiva reativar os vínculos entre a vizinhança e de proximidade socioespacial e dessa forma conseguem restabelecer outros modos de relacionar com o poder público. • Essa atividade foi impulsionada por um ativista urbano, que iniciou o projeto junto ao Residencial Parque Iguazu III e que atualmente está envolvendo outras comunidades e ocupações da região metropolitana de Curitiba, do município de Almirante Tamandaré, denominada Tanguá, para realizar outras hortas comunitárias. • As hortas além de fortalecer vínculos também visam o suprimento real de alimentos. • Segundo Romano, Sampaio e Lima (2019), o poder público entregou as moradias em 2013 e abandonou as famílias sem infraestrutura necessária para as necessidades da população como: escolas, creches, posto de saúde, mobilidade e espaços de convívio.
<p>Cozinha Solidária B. Tatuquara</p> <p>Área Privada</p>	<p>Alimentação e melhoria de espaços comuns</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ação realizada pelo Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Teto - MTST em prol da Moradia, que se desdobraram para atender outras causas em função das necessidades cotidianas da população de baixa renda que vivem nas periferias das grandes cidades brasileiras, devido ao contexto da crise sanitária do Covid-19. • O Coletivo Marmitas da Terra e outros voluntários produzem as refeições com os alimentos advindos dos agricultores da Reforma Agrária. • O MTST é uma versão urbana do movimento do MST, fundado em 1997, que luta por transformações sociais mais radicais. • A cozinha solidária é implantada para fortalecer a ocupação de 350 famílias, cujos trabalhadores se encontram desempregados, não conseguiram pagar os aluguéis devido ao contexto da pandemia do Covid-19. Atualmente as famílias recebem auxílio de ações promovidas pelo movimento, além das refeições. • O ocupação ocorreu no final de 2020 e denominou-se de Jardim Veneza ou conhecida como Britanite (ZARPELON, 2021). • A situação de fragilidade, insegurança, instabilidade social e econômica é o vetor fundamental de politização para esse grupo e que se integra ao MTST com objetivo de buscar uma rede de proteção (CARVALHO-SILVA; TOMIZAKI; SILVA, 2016).
<p>8ª Sarau Periférico B. CIC</p> <p>Área Pública</p>	<p>Arte e Cultura Empoderamento e fortalecimento de lideranças</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ação coletiva por meio de shows musicais de estilo rap, caracteriza pela crítica social e pela crônica do cotidiano das periferias. Temas como violência, crimes, falta de emprego e de investimentos públicos são as narrativas que figuram a realidade dessas localidades. • O Sarau também foi realizado em 2018 (6ª Edição) e 2017 (5ª Edição) no mesmo local, para homenagear o Dia da Consciência Negra. • A periferia é o espaço da exclusão e a trilha sonora aparece em um contexto de melhorar a auto-estima dos cidadãos e transformar o discurso de contestação em celebração. • Esses eventos colocam na cena pública a diversidade e as contradições vividas pela juventude das camadas populares (OLIVEIRA E., 2016).

Fonte: A autora (2022).

Nas Figuras 97 a 100, observa-se a área de construção do Parque 23 de Agosto, o espaço físico da Associação dos Moradores do bairro Ganchinho, bem como, as demais localizações das insurgências urbanas na área periférica de Curitiba.

Figura 97 - Associação dos Moradores 23 de Agosto e localização da área do Parque



Fonte: Moradias 23 de Agosto (2022).

Figura 98 - Localização de Residencial Parque Iguazu III e da Horta Comunitária



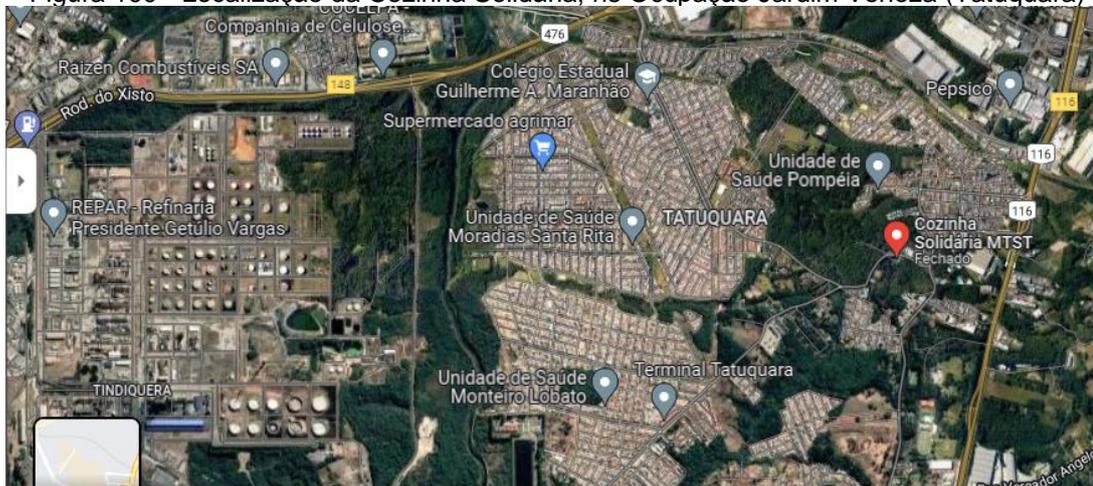
Fonte: Google Maps (2022a).

Figura 99 - Ocupação Dona Cida (8º Sarau Peri, realizado pelo Coletivo Núcleo Periférico)



Fonte: Núcleo Periférico (2022), Google Maps (2022b).

Figura 100 - Localização da Cozinha Solidária, ns Ocupação Jardim Veneza (Tatuquara)



Fonte: Google Maps (2022c).

Nagib e Giacchè (2021) revelam que os projetos voltados à horticultura integram outras atividades como: coordenação, organização (de pequenas obras, como a compra de sementes e ferramentas de trabalho), comunicação (entre os participantes nas redes sociais) e administração (preparação para assembleias gerais, relatórios financeiros, contatos com as associações de moradores, entre outros). No entanto, funções que não são propriamente de horticultura costumam depender de um número muito limitado de pessoas, produzindo desigualdades de conhecimentos e sobrecarga de trabalho para alguns voluntários – especialmente em hortas estruturadas por entidades associativas e com muitos aderentes.

A horizontalidade dessas redes de cooperação, no entanto, favorece a cooperação e a solidariedade ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de liderança formal (CASTELLS, 1983). O que se percebe nesses quatro casos é que alguém com perfil de liderança assume a frente dos projetos e da organização para determinada ação; as demais pessoas engajadas nas iniciativas, apesar de reconhecerem a existência dessa liderança, continuam sendo capazes de se apropriarem da ação e fortalecerem a importância do conteúdo político da intervenção. O coletivo “O Povo pelo Povo” e os militantes do MTST, que organizam o Projeto da Cozinha Solidária na ocupação Jardim Veneza, revelaram que possuem um cargo de liderança específico (questão 20).

Os membros dos coletivos apontam que a organização do tipo horizontal também propicia alguns problemas, especialmente aqueles relacionados à dificuldade de se estabelecer consensos quanto aos prazos dos projetos e destinação de recursos financeiros – visto que seu orçamento é bastante exíguo. Outra dificuldade apontada foi a divisão de tarefas e a falta de comprometimento de algumas pessoas envolvidas.

Os projetos, em sua maioria, buscam recursos por meio de autofinanciamento, que correspondem a 43,8% dos seus rendimentos; os recursos oriundos de doação somam cerca de 37,5%. Em grande parte dos casos, a organização das atividades é realizada pelos coletivos de origem também integrados a outros grupos. De fato, constatou-se que 68,8% dos respondentes realizam tanto intervenções exclusivamente com seus companheiros de coletivo quanto em colaboração com outros coletivos, como pode ser observado na Figura 101.



Fonte: A autora (2022).

A integração com membros de outros coletivos visa, além da melhor divisão de tarefas, uma maior visibilidade do projeto, ampliando a difusão das ideias por meio das redes sociais e outras formas de engajamento. Também é importante ressaltar a importância das trocas de conhecimentos nesse cenário, pois fortalecem as pautas em debate e aprimoram as formas de mobilização de outros atores.

Todos esses experimentos urbanos se configuram em um processo de desenvolvimento sociopolítico onde são necessárias mais de 20 pessoas envolvidas em um determinado projeto para que se possa desenvolver cada ação pretendida pelo coletivo. Aponta-se, ainda, que os respondentes visam ampliar esses experimentos para outras localidades do município da RMC.

Se considerada a existência de vínculos entre membros dos coletivos e a gestão do município, apenas o Núcleo Periférico se diferencia: um dos seus integrantes, Renato Freitas, é vereador do município na gestão entre 2020 e 2024. Apesar disso, o coletivo negou que vêm buscando parcerias com empresas ou com o poder público.

Por fim, quando considerada a organização dos projetos e a divisão das suas etapas, todos os grupos afirmam que ocorrem no formato de rodas de conversa (questão 26) e a partir de realização de oficinas formativas. No que se refere à execução das propostas, ocorre total ou parcialmente à medida em que conseguem mais colaboradores e recursos financeiros; o maior objetivo de um projeto, portanto, está na propagação de novos formatos de ocupação dos espaços urbanos, de forma contra-hegemônica e que fortaleçam a autonomia e as práticas autogestionárias. Esse processo, segundo os respondentes, se dá em primeiro lugar pela definição e detalhamento do projeto e a divisão dos grupos e tarefas; num segundo momento, é fundamental que se estabeleçam compromissos e seja elaborado um experimento/protótipo.

Foi possível notar, ainda, que a maioria dos Coletivos não possui sede e acaba se apropriando do espaço da Associação dos Moradores no próprio bairro em que estão atuando. Para 50% dos respondentes, a definição de um espaço físico é importante para a realização dos encontros e rodas de conversa – mesmo que atualmente ocorram no formato virtual ou com grupos reduzidos na casa de algum membro, devido à crise sanitária.

Nas duas questões abertas do questionário (números 35 e 36), foram abordadas percepções mais subjetivas: a maior decepção oriunda da intervenção em desenvolvimento, e a maior esperança para o futuro. Em dois casos não foram apontadas decepções, o que sugere uma maior resistência às frustrações por esse grupos de moradores e coletivos das áreas periféricas (Quadro 36).

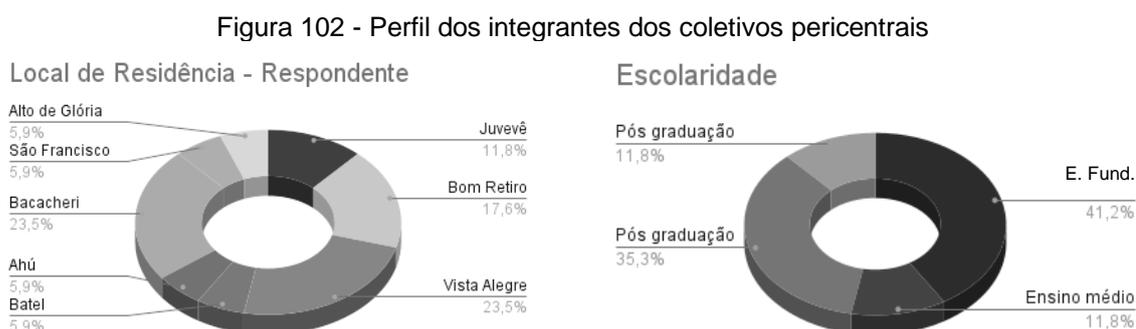
Quadro 36 - Decepções e esperanças de cada coletivo periférico

ESTUDOS DE CASO	MAIOR DECEPÇÃO	MAIOR ESPERANÇA
Parque 23 de Agosto B. Ganchinho Coletivo Alicerce	Nenhuma	<ul style="list-style-type: none"> • Ampliar a formação e a visão crítica dos moradores do local; • Auto-organização da classe trabalhadora • Geração de renda; • Solidariedade entre as classes sociais.
Horta Comunitária B. Ganchinho Coletivo O Povo pelo Povo	Barreiras Institucionais	<ul style="list-style-type: none"> • Construção de caminho mais social, humano e comum.
Cozinha Solidária B. Tatuquara MTST	<ul style="list-style-type: none"> • Se as famílias escolherem ser administradas pelo poder público • Disputa de poder com outras instituições 	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças radicais na sociedade; • Concessão de moradia própria e digna para os “sem teto”.
Shows de Rap Itinerantes Coletivo Núcleo Periférico	Nenhuma	<ul style="list-style-type: none"> • Fim da especulação imobiliária no Brasil; • Ser relevante na vida das pessoas; • Ocupar espaços na organização política do país.

Fonte: A autora (2022).

As quatro insurgências urbanas identificadas em **bairros pericentrais** de Curitiba atuam de forma semelhante às discutidas anteriormente, com propostas voltadas às temáticas ambiental e recreativa – todas voltadas à reapropriação do espaço público de forma temporária. Foi investigado um espaço educador sustentável, uma praça, um bosque e uma rua fechada, e uma horta comunitária; intervenções voltadas à questão ambiental e ao fortalecimento de espaços de encontro onde são renovados os vínculos com a vizinhança, a partir de atividades do tipo “faça-você-mesmo”.

De quatro a cinco membros desses coletivos responderam ao questionário, sendo possível afirmar que a maioria mora próximo ao local da intervenção em que atua; nos dois espaços do bairro Vista Alegre, todos os membros moram no mesmo bairro. O perfil dos respondentes é majoritariamente de jovens entre 26 e 36 anos, com ensino fundamental (41,2%) (Figura 102). Muitos se definem como ativistas urbanos, profissionais liberais, desempregados, aposentados, estudantes ou pessoas em vulnerabilidade social – principalmente na Horta do Jacu, no bairro Bom Retiro.



Fonte: A autora (2022).

Todas essas intervenções na área pericentral foram iniciadas na década de 2010. A Praça do Seu Francisco foi criada em 2016 de forma espontânea, depois de um incêndio no imóvel da UPES, em 2014, por um morador aposentado do local. O Jardim Secreto e a Rua Chafic Curi se estabeleceram em 2015, criadas para solucionar um problema de segurança; a Horta do Jacu foi inaugurada em 2017, atuando no âmbito alimentar. Já o Espaço Educador foi iniciado em 2020, fruto do planejamento do Coletivo Nó Comum em parceria com funcionários, professores e alunos da Escola Estadual.

Observou-se, ainda, que todos os coletivos possuem outras redes de atuação, exceto o grupo de moradores do bairro Vista Alegre, que se restringiram à realização específica das duas intervenções estudadas aqui. De fato, ao longo dos anos, os coletivos vêm realizando intervenções pontuais nos espaços investigados, desde ações de limpeza da área, decorações e festividades temáticas, até realização de festas de aniversário, instalação de brinquedos para crianças, sessões de cinema ao ar livre, espaço de leitura, plantio de mudas, oficinas de compostagem e de hortas urbanas, fechamento da rua, incentivo à mobilidade ativa com bicicletas.

A intervenção da Praça do Seu Francisco, localizada no bairro Juvevê, foi convertida em um espaço integrador com o decorrer do tempo, propiciando fortalecimento de encontros de famílias do entorno, aglutinações de grupos de bicicletas, principalmente nos finais de semana. Já o Jardim Secreto e a Rua Chafic Curi tornaram-se áreas turísticas alternativas da cidade, principalmente aos finais de semana. A Horta do Jacu, por sua vez, consolidou-se como espaço de discussões políticas pautadas nas questões socioambientais e de soberania alimentar, fortalecendo o engajamento junto a outros coletivos e a várias pessoas da vizinhança e bairros próximos. Quanto ao projeto do Espaço Educador, no bairro Bacacheri, realizou-se um projeto direcionado cujo objetivo era vencer o Desafio Escolas Sustentáveis, realizado pelo Instituto Akatu, em 2019. O Quadro 37 sintetiza essas informações.

Quadro 37 - Motivação e contexto das intervenções em áreas pericentrais de Curitiba

ESTUDOS DE CASO	RAZÃO DA REALIZAÇÃO DA INTERVENÇÃO	CONFIGURAÇÃO POLÍTICA DA INTERVENÇÃO
Os coletivos surgem com objetivo de mudanças pontuais e com o desejo de transformação do local e ativação dos vínculos com os vizinhos (questões 16 e 17)		
<p>Praça do Seu Francisco B. Juvevê</p> <p>Área pública</p>	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria do Espaço Comum; Vontade de realizar experimentações de forma coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> Ação individual espontânea torna-se coletiva a partir de fevereiro de 2020, prioriza a política integradora de vários coletivos. Ocorreu a ampliação da insurgência a partir de um grande conflito, referente a posse do terreno em 2022; Ação temporária que se torna uma luta permanente; Até 2021 não se configurava como processo político.
<p>Horta do Jacu B. Bom Retiro</p> <p>Área pública</p>	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria do Espaço Comum; Melhorar os entendimentos sobre Agroecologia, Agricultura Urbana e Alimentação Saudável; Reivindicação por mudanças políticas. 	<ul style="list-style-type: none"> O espaço já nasce político e fortalece a ação coletiva e planejada para ser um espaço de discussões sobre as questões socioambientais; Ação temporária, poderá vir a se integrar no Programa de Hortas Urbanas definido pelo poder local.
<p>Jardim Secreto e Rua Chafic Curi B. Vista Alegre</p> <p>Área pública e privada</p>	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria do Espaço Comum e por Segurança; Vontade de realizar experimentações de forma coletiva no espaço público. 	<ul style="list-style-type: none"> Ação de vários moradores para resolver problema específico de segurança e torna-se espontaneamente em um espaço voltado ao turismo de final de semana. Ampliação da ação e dos vínculos entre os vizinhos; Ação temporária e torna-se permanente; Não se configura como processo político.
<p>Espaço Educador Sustentável B. Bacacheri</p> <p>Área pública</p>	<ul style="list-style-type: none"> Melhoria do Espaço Comum; Educação Ambiental; Ativação da participação das Pessoas; Vontade de realizar experimentações de forma coletiva. 	<ul style="list-style-type: none"> Ação coletiva direcionada para um público específico. Apenas as hortas executadas nas calçadas do entorno da Escola foram temporárias. Nesse caso a ação sempre foi planejada de forma permanente. Configura-se em um processo político

Fonte: A autora (2022).

O desejo de transformação da comunidade é uma característica unânime entre esses quatro casos, bem como a reativação dos laços de vizinhança a partir do pensar coletivo e da execução de um determinado projeto no formato cooperativo.

Segundo os respondentes, o tempo investido no planejamento das intervenções da Horta do Jacu, da Praça do Seu Francisco e do Jardim Secreto/ Rua Chafic Curi foi de mais de seis meses, sendo que cada ideia de intervenção oriunda dos moradores demandou um tempo de até um ano para organização das atividades e etapas a serem executadas. No caso do Espaço Educador, o cronograma estava estabelecido no Edital.

Em todos os casos, para execução dos projetos, foi necessário o envolvimento de mais de 20 pessoas. Uma ressalva feita pelos respondentes, contudo, é de que dependendo do número de atividades a serem desenvolvidas em cada projeto, pode ser necessário a integração de outros voluntários. Constatou-se, ainda, que a maioria das ações desses quatro grupos analisados foram realizadas a partir de autofinanciamento, tanto por meio de campanha de *crowdfunding* quanto “vaquinhas”. Quanto ao envolvimento do poder público, afirma-se que não houve sua participação na construção da Praça do Seu Francisco, da Horta do Jacu e nas intervenções do bairro Vista Alegre; apenas o Espaço Educador Sustentável foi um projeto desenvolvido por meio de um Edital Internacional, ativado pelos diretores da Escola, mas sem envolvimento da Secretaria do Estado do Paraná – os recursos foram estabelecidos pelas agências bilaterais. Vale ressaltar que um dos membros do coletivo “Nó Comum” trabalha junto ao IPPUC e possui parentesco com membros da Escola; e um membro da Horta do Jacu trabalha junto à Fazenda Urbana, órgão municipal. A quantificação desses dados está representada pelos gráficos da Figura 103.



Fonte: A autora (2022).

Na maioria dos casos, a organização das atividades é realizada por membros do coletivo de origem, sendo depois integrada a outros grupos; nesses casos prevalecem as decisões consensuadas pelos atuantes no local. Essa necessidade de integração com outros grupos para execução dos trabalhos, trocas de conhecimentos

e divulgação dos projetos, e a importância da ativação de outros membros para organização de novas iniciativas são condições observadas principalmente na Praça do Seu Francisco e na Horta do Jacu, construídas recentemente e que necessitam permanentemente de recursos para sua manutenção. Dar visibilidade a essas ações, portanto, se torna um fator de grande relevância.

Segundo os resultados do questionário aplicado, a maioria do respondentes considera que a difusão do projeto e das ações dos coletivos são importantes para mostrar outras possibilidades de transformação da cidade a partir de práticas oriundas do cidadão e/ou de soluções táticas do tipo “faça-você-mesmo”. Os entrevistados afirmam, contudo, que não têm potência o bastante para replicar essas intervenções em outros bairros da cidade, mas as trocas de conhecimento via redes sociais podem estimular outros coletivos a iniciarem intervenção similar em outros pontos da cidade.

Quanto à questão de liderança (específica ou horizontal), as respostas foram diversas: a partir de conversa direta com os membros, constatou-se que a Horta do Jacu e a Praça do Seu Francisco objetivam uma organização horizontal; já o Centro Educador e as intervenções no bairro Vista Alegre possuem lideranças específicas de acordo com as atividades a serem executadas. Nos bairros de classe média, identificou-se que as atividades são realizadas majoritariamente por profissionais liberais, aposentados e pessoas com mais de 30 anos, sendo o processo de trabalho organizado a partir de lideranças específicas que seguem um modelo tradicional de ação – o que dificulta a mudança de cultura organizacional. É possível apontar que, para os membros dos coletivos, as maiores dificuldades encontradas no tipo de organização horizontal (questão 22) são quando se tem: i) muitos conflitos; ii) dificuldades na divisão de tarefas; iii) dificuldades de alcançar soluções consensuadas; iv) falta de comprometimento de pessoas envolvidas no projeto; v) atrasos nos prazos de projetos; vi) insuficiência de recursos.

Para efetivação de um determinado projeto, os entrevistados responderam que o processo de comunicação é estabelecido principalmente a partir de rodas de conversa e posteriormente a definição das etapas a serem realizadas. Essas etapas podem ser primárias – primordiais para determinada intervenção – ou secundárias – de menor relevância.

Ainda quanto a definição das etapas de projeto, foram apresentadas no questionário 12 itens considerados relevantes para o desenvolvimento das intervenções, cabendo aos membros participantes indicarem quais consideravam

mais importantes; os itens foram elencados na seguinte ordem: i) definição do projeto; ii) estabelecimento de compromissos entre membros; iii) divisão de grupos e tarefas; iv) definição dos responsáveis pelas tarefas; v) comunicação; vi) divulgação; vii) busca por recursos e materiais; viii) execução tática; ix) reuniões periódicas; x) execução de protótipo; xi) mobilização; xii) definição de prazos. Os quatro casos analisados indicaram suas prioridades em ordens diferenciadas, sendo que o item “execução de protótipo” não foi considerado por nenhum coletivo – uma vez que as intervenções em questão têm caráter experimental. O item “definição de prazos” foi mais importante para membros do coletivo Nó Comum, que, reforça-se, realizou sua intervenção a partir de orientações de um Edital. Na relação abaixo observam-se as principais etapas consideradas relevantes para cada intervenção:

- Horta do Jacu: estabelecimento de compromissos e divulgação das atividades;
- Praça do Seu Francisco: busca por recursos e materiais necessários; definição de tarefas e respectivos responsáveis; execução tática a curto prazo; mobilização;
- Jardim Secreto e Rua Chafic Curi: definição do projeto; divisão de grupos, tarefas e respectivos responsáveis; busca por recursos; execução tática a curto prazo; mobilização; definição de prazos;
- Espaço Educador Sustentável: definição do projeto; estabelecimento de compromissos; divisão de grupos tarefas e responsáveis; comunicação e divulgação; reuniões periódicas; definição de prazos.

Para todos eles, o foco do planejamento está na busca por autonomia e no êxito na realização dos projetos do tipo “faça-você-mesmo”, onde o cidadão atua como protagonista urbano. Também foi dado destaque à importância da mobilização de outras pessoas, mesmo que fora do coletivo, no sentido de estimular a solidariedade e propagar outros formatos de ocupação do espaço urbano. É preciso salientar que nenhum dos coletivos em questão possui uma sede fixa; essa questão não foi considerada condicionante para a realização de reuniões – uma vez que costumam ser feitas virtualmente, no próprio local da praça ou na casa de moradores (nos casos no bairro Vista Alegre).

Ao final do questionário, as duas questões abertas (n. 35 e 36) sobre as experiências anteriores e as expectativas futuras dos grupos refletiram sobre as maiores decepções e esperanças até então consolidadas pelos coletivos; é possível

ressaltar, assim, que o grupo de atores sociais de classe média tem várias decepções frente à execução de projetos, estando a mais representativa presente nos três primeiros caso: a questão de falta de interesse da comunidade, devido a não adesão de todos os moradores do bairro nas iniciativas.

Quadro 38 - Decepções e esperanças de cada coletivo pericentral

ESTUDOS DE CASO	MAIOR DECEPÇÃO	MAIOR ESPERANÇA
Praça do Seu Francisco B. Juvevê	<ol style="list-style-type: none"> 1. Falta de interesse da comunidade. 2. Conflitos de interesse, divergências entre os grupos de moradores. 3. Não conseguir apoio do poder público. 4. Muitas pessoas não entendem o significado de construção coletiva de um espaço público. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que outras pessoas se interessem pelo trabalho coletivo de construção da praça. 2. Que a vizinhança consiga visualizar a praça como espaço de autonomia e o projeto da praça sirva de referência para outros projetos. 3. Que a praça esteja inserida nos eventos da cidade. 4. Que mais pessoas participem ativamente da construção da praça. 5. Um dia a intervenção temporária se torne permanente.
Horta do Jacu B. Bom Retiro	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sociedade ainda não está pronta para desenvolver um projeto coletivo; 2. Falta de comprometimento coletivo; 3. Falta de interesse da cidade por esse tipo de iniciativa. 4. Dificuldade de manutenção e dificuldade de conciliar trabalho formal com o projeto coletivo. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Soberania Alimentar 2. Implementação de outros projetos no formato coletivo. 3. Aceitação do projeto por toda a vizinhança. 4. Dar um exemplo de que é possível mudar as coisas localmente, produzir alimentos e interação social.
Jardim Secreto e Rua Chafic Curi B. Vista Alegre	<ol style="list-style-type: none"> 1. Pequenos vandalismos. 2. Muitos vizinhos não aderiram ao projeto. 3. Falta de respeito de alguns visitantes em relação às regras do lugar. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que Curitiba possa construir ruas como a Chafic Curi, aberta à mobilidade a pé e aos encontros. 2. Adesão de todos os vizinhos do bairro. 3. Não depredação do local.
Espaço Educador Sustentável B. Bacacheri	<ol style="list-style-type: none"> 1. Baixa remuneração; 2. Recursos escassos. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Mudar o mundo por meio da prática coletiva.

Fonte: A autora (2022).

Quanto ao último grupo definido nesta tese – o das intervenções realizadas no **centro da cidade** – os locais de análise estiveram limitados às praças Generoso Marques e Tiradentes, onde os coletivos “Mãos Invisíveis” e “Itinerante Resistência” se organizam para produzir e distribuir alimentação para pessoas em situação de rua. Trata-se de um processo político, social e de solidariedade que envolve mais de quarenta pessoas diariamente – universitários, profissionais liberais, moradores do centro da cidade, ativistas urbanos, entre outros.

Desde de 2019 são organizadas as atividades para proporcionar algumas mínimas condições de dignidade aos moradores de rua; primeiramente, são estruturados espaços para higiene pessoal dessas pessoas, oferecendo-lhes banho

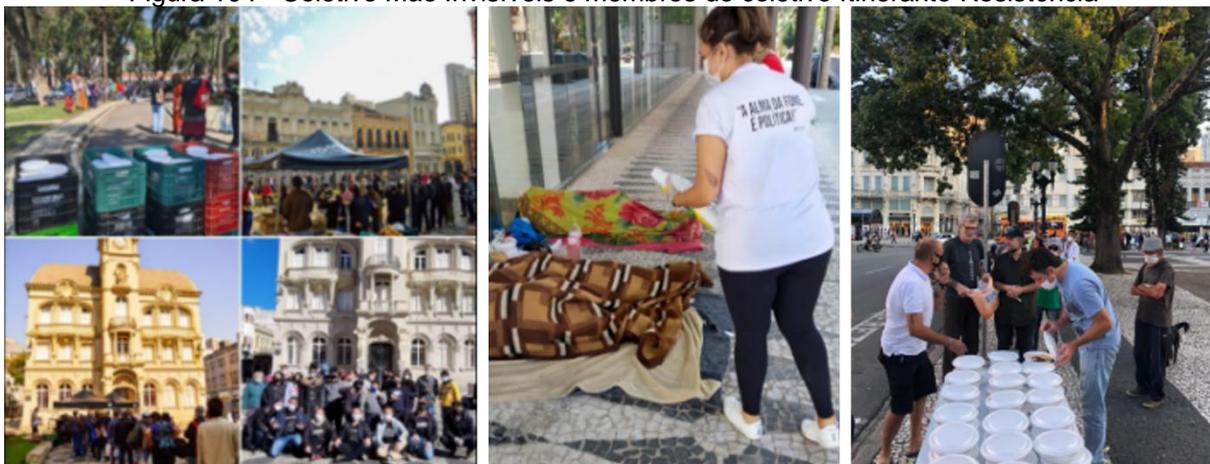
e serviços de barbearia, na sequência são elaboradas oficinas cujo objetivo é reconstruir os laços da sociedade com essa população, ampliando-lhes as possibilidades de vida. A vontade de cooperar na construção de um bem maior, visando a melhoria da sociedade por meio do envolvimento em causas de justiça social é o principal fator motivador para os membros desses dois coletivos. Segundo os membros entrevistados, existe o desejo de se expandir as atividades em questão para outros bairros da cidade e da região metropolitana, onde mais famílias estão em condição de vulnerabilidade extrema.

Quanto ao perfil dos respondentes, tem-se que metade dos integrantes dos coletivos possuem ensino superior; os demais possuem pós-graduação completa ou incompleta. Os respondentes – quatro ao total – possuem entre 21 a 36 anos de idade e moram em distintos bairros da cidade (Seminário, Parolin, Abranches e Vila Guaíra), possuem atuação e relacionamentos com outros coletivos e iniciaram essas intervenções de forma intensiva a partir de 2020, quando do início da pandemia de COVID-19. Reforça-se que a integração com outros coletivos objetiva uma maior divulgação dos projetos desenvolvidos junto às pessoas em situação de rua, bem como o fortalecimento das redes de solidariedade para incentivar novas possibilidades de transformação da sociedade.

Ambos os projetos visam a distribuição de marmitas de café da manhã e almoço, durante a semana e finais de semana; além da produção e entrega das refeições, são fornecidos produtos de higiene pessoal. Os recursos para realização dessas atividades vêm de doações, tanto de cidadãos quanto de empresas locais e nacionais – por exemplo, a parceria com a ONG Gastromotiva do Rio de Janeiro com o Itinerante Resistência.

Verificou-se que existe um cenário de coparticipação entre o dois coletivos em destaque, e com outros grupos existentes na cidade; há, pois uma rede colaborativa de pessoas envolvidas no processo, desde a doação de insumos, até a preparação e a distribuição de mais de 600 marmitas diárias e de 200 cafés da manhã aos finais de semana (Figura 104). Com efeito, essa cadeia cooperativa se dá em diversos estágios de trabalho; o papel da ONG Gastromotiva junto ao coletivo Itinerante Resistência, por exemplo, se dá pela formação de cozinheiros solidários, remunerados por meio de uma bolsa-auxílio. As refeições, por sua vez, são preparadas em uma cozinha emprestada, localizada no bairro Santa Cândida. Esses compromissos resultam no fortalecimento e perpetuação de toda a rede.

Figura 104 - Coletivo Mão Invisíveis e membros do coletivo Itinerante Resistência



Fonte: Mãos Invisíveis (2022), Itinerante Resistência (2022).

No coletivo Mão Invisíveis, reconhece-se a presença de uma liderança funcional e constata-se a existência de uma sede onde são realizadas as reuniões, recebidas as doações (insumos, proteínas, frutas, verduras, entre outros) e distribuídos os ingredientes para preparo das refeições-marmitas; essa sede está localizada no bairro Parolin, na Colméia Cultural. No caso do Itinerante Resistência, a organização é do formato horizontal e não possui uma sede, sendo as reuniões realizadas de forma virtual; os membros relatam que muitas vezes são enfrentadas dificuldades com a divisão de tarefas e com a falta de comprometimento de algumas pessoas envolvidas nas atividades (voluntários).

Em ambos os casos, a organização da produção e distribuição das marmitas é realizada de forma consensuada por meio de conversas, em que os membros se dividem em grupos, por tarefas e por proximidades das rotas itinerantes e fixas. Na prática, observa-se que muitas pessoas se solidarizam com a iniciativa, doando-se constantemente, seja compartilhando alimentos, tempo ou recursos financeiros. As atividades são realizadas em etapas e, como são diárias, exigem muito comprometimento da equipe dos voluntários, sendo a questão dos prazos de grande relevância; a mobilização do grupo e a comunicação entre os integrantes se consolidam, assim, como as duas etapas fundamentais para que projeto alcance seu objetivo. Novamente, no que se refere às duas questões abertas do questionário (n. 35 e 36), foram levantadas as principais reflexões sobre as decepções enfrentadas e as expectativas futuras dos coletivos (Quadro 39).

Quadro 39 - Decepções e esperanças de cada coletivo central

ESTUDO DE CASO	MAIOR DECEPÇÃO	MAIOR ESPERANÇA
Mãos Invisíveis e Itinerante Resistência	1. Dificuldade de Engajamento dos voluntários; 2. Verificar a quantidade de refeições que são desperdiçadas, por falta de organização; 3. Falar de recursos humanos e financeiros.	1. Fortalecimento de políticas públicas voltadas ao morador de rua; 2. Melhoria da alimentação; 3. Ampliar as áreas de alcance; 4. Ser referência no atendimento da população em situação de rua.

Fonte: A autora (2022).

Vale destacar uma das ações realizadas com a integração de vários coletivos: o 4º Natal de Rua, realizado na Praça Generoso Marques; foram distribuídas 1600 marmittas, sobremesas e panetones, criando um espaço democrático e acolhedor a pessoas em situação de vulnerabilidade e reocupando o espaço público para o bem comum.

Também é preciso salientar que campanhas contra a fome em todas as cidades brasileiras se intensificaram com o avanço da pandemia da COVID-19; as redes de solidariedades se uniram para fornecer alimentação em diferentes pontos da cidade, mostrando-se presentes no tecido social brasileiro e, inclusive, ocupando o espaço de governantes (de diferentes níveis) – contrariando a tese de que a sociedade civil é apática e desarticulada. A importância dessas redes está não somente na capacidade de mobilização, produção e distribuição de refeições para grupos em situação de rua e famílias em vulnerabilidade extrema, mas na disseminação da noção de cidadania ligada à ideia de interdependência entre os membros da sociedade. Segundo Landin (1998), essa formação de redes envolve relações de trocas que implicam em obrigações recíprocas e laços de dependência mútua.

Conclui-se que os coletivos e as organizações voluntárias conseguiram renovar a esperança quanto às possibilidades de reativar redes de ajuda mútua, e evitar o isolamento social em prol de uma ideia comum.

3.3 CONCLUSÕES DOS ESTUDOS DE CASO

Para sintetizar os dois níveis dos estudos de caso, buscou-se como eixo principal o tipo de gestão “*middle-up-down*”, somado às possibilidades de replicar a proposta projetual participativa em outros locais. O modelo de insurgência urbana

protagonista escolhido foi o caso dos moradores do bairro Colegiales, sua necessidade de áreas verdes, e a construção da Praça Clemente, em Buenos Aires.

Entende-se que gestão se inicia no tipo “*bottom-up*” e se desenvolve para “*middle-up-down*”: primeiramente o projeto foi reivindicado pelo grupo de moradores do bairro, que resistiram a vários conflitos e problemas causados pelo mercado imobiliário e pela força do capital; ao final, conseguem construir o projeto da praça, de forma coletiva e participativa, envolvendo uma diversidade de atores. Como debatido, foram utilizadas metodologias de design participativo e de urbanismo tático, sendo a execução e a liberação dos recursos para implantação da praça realizadas pelo poder público local. A mobilização, o comprometimento das pessoas do local e a construção coletiva e participativa entre sociedade civil e poder público reafirmam a necessidade de consensos para melhoria dos espaços urbanos.

Nos estudos primários realizados na cidade de Curitiba, as insurgências urbanas ainda são frágeis e fragmentadas e não conseguem sensibilizar o poder público local – principalmente aquelas realizadas nas áreas periféricas. Os coletivos urbanos apresentam ainda dificuldades em mobilizar pessoas comprometidas para a realização de projetos comuns, mesmo aqueles formados por redes de solidariedade. Como apresentado, os coletivos Mãos Invisíveis e Itinerante Resistência, que ocupam áreas de grande visibilidade do núcleo central para distribuir refeições à população em situação de rua, também não conseguem atingir o poder local de forma positiva.

Para comprovar esse cenário é possível resgatar uma matéria divulgada pela mídia local (Rede Brasil Atual, em 2021) e repercutida nacionalmente: o prefeito curitibano Rafael Greca apresentou um projeto de Lei Ordinária, em 20 de março de 2021, junto à Câmara, com o objetivo de multar quem distribuísse comida a pessoas em situação de rua; na época da divulgação, a cidade contabilizava mais de três mil sem-teto, e o gestor público propôs essa ação higienista, cuja punição chegava a valores em torno de R\$150,00 a R\$550,00. As organizações da sociedade civil (ONGs e coletivos urbanos) atuaram de imediato apontando a gravidade da omissão do governo municipal. Segundo membros das organizações, a solidariedade de classe é uma resposta histórica dos trabalhadores para remediar as necessidades básicas dos mais vulneráveis.

Em 6 de abril de 2021, Zarpelon (2021) informou que o prefeito reconsiderou a proposta e retirou o valor das multas, mas continuou apresentando questões que burocratizavam e limitavam os grupos organizados na distribuição de refeições

coletivas. Apesar de se reconhecer que a Prefeitura de Curitiba possui o Programa Mesa Solidária, que oferece mais de 1.400 refeições diárias nos abrigos da Fundação de Assistência Social (FAS) e em restaurantes populares localizados na Regional Matriz e junto ao Viaduto Capanema, essa quantidade insuficiente diante da situação da cidade, especialmente no período de crise sanitária que se prolonga até o presente momento.

No Quadro 40, verifica-se um comparativo daquilo que foi observado em Curitiba com as pesquisas realizadas nas outras quatro metrópoles latino-americanas, cujas gestões são do tipo “*middle-up-down*”, e ressalta os três casos potenciais quanto à troca de conhecimentos, ao processo organizativo e à ampliação da participação cidadã.

Quadro 40 - Insurgências Urbanas do tipo “*middle-up-down*” e Categorias

GRUPO	METRÓPOLE E GRUPOS SOCIAIS	RECURSOS	ORGANIZAÇÃO GESTÃO	ESPAÇO PÚBLICO	TEMPO
01	Bogotá 1. Coletivo Arquitetura Expandida - AXP	Agentes financiadores podendo ser uma empresa, o poder público ou a comunidade	“ <i>middle-up-down</i> ”	Periferia	Ação temporária/ permanente
	Santiago 1. Fundação <i>MiParque</i>				
	Santiago 2. <i>Espacio Ludico</i>	Autofinanciamento	“ <i>bottom-up</i> ” (necessário melhorar a gestão)		Ação temporária que pode se tornar permanente
	Curitiba 1. Coletivo Alicerce				
	Curitiba 1. Coletivo Itinerante Resistência	Autofinanciamento, doações e agentes financiadores (Gastromotiva)		Centro	Ação temporária (poder local não busca ampliar soluções consensuadas)
02	Bueno Aires 4. <i>Vecinos San Telmo, Lab. Cities, BID e Urbanismo_Vivo</i>	Agentes financiadores podendo ser uma empresa ou poder público	“ <i>middle-up-down</i> ”	Centro e Pericentro	Ação temporária/ permanente
	Santiago 2. Fundação <i>Mi Parque e Espacio Ludico</i>				
	Curitiba <i>Não foi encontrado estudos similares</i>				
03	Buenos Aires 1. <i>Vecinos X El parque de la Estación</i> Vizinhos reivindicam áreas verdes	Financiamento coletivo e/ ou doações voluntárias e poder público	“ <i>bottom-up</i> ” “ <i>middle-up-down</i> ”	Pericentro	Ação temporária/ permanente
	Buenos Aires 2. <i>Vecinos Colegiales</i> Coletivo <i>Urbanismo_Vivo</i> e outros Vizinhos reivindicam áreas verdes	Financiamento coletivo e/ou doações voluntárias, ativistas urbanos e poder público		Pericentro	
	Curitiba 1. Espaço Educador Sustentável	Agentes financiadores – ONG Akatu	“ <i>middle-up-down</i> ”	Pericentro	Ação permanente

Fonte: A autora (2022).

De fato, as insurgências urbanas da América Latina conseguiram se desenvolver de ações temporárias para permanentes com a ajuda de coletivos e ativistas urbanos que empregaram metodologias de capacitação participativa e cocriaram projetos para os espaços públicos reivindicados pelas comunidades locais. As ações insurgentes alcançam o poder público, que passou a atuar como executor dos projetos.

Na **categoria 01**, tem-se insurgências urbanas realizadas por grupos sociais de baixa renda; quando se consideram intervenções nas periferias, Curitiba apresenta o caso da construção do Parque 23 de Agosto que pode vir a se tornar uma ação permanente, caso ocorra alguma melhoria na gestão dos moradores e do Coletivo Alicerce. Uma das formas de isso ocorrer poderia estar relacionada à cocriação participativa do projeto do parque e à ampliação do canal de comunicação e diálogo do grupo com o poder público na execução de um plano compartilhado desse espaço localizado na área periférica da cidade.

Na mesma categoria, mas considerando áreas centrais, apontam-se as ações dos coletivos que distribuem refeições devido à intensificação da crise sanitária; além de o poder local já ter se manifestado contra as intervenções, nem os coletivos nem o poder público apresentaram soluções integradas e compartilhadas para solucionar essa problemática. Como sugestão para que isso se resolva, poderiam ser criadas cozinhas solidárias em diferentes pontos do centro da cidade, mesmo que provisórias.

Quanto à **categoria 02**, afirma-se que não foram encontradas insurgências urbanas no espaço público realizada por grupos sociais de classe média-baixa visando bairros semi-periféricos ou áreas centrais de Curitiba. Acredita-se que as políticas públicas tenham apresentado alcance suficiente nesses casos.

Curitiba, no entanto, contou com a presença de insurgências significativas na **categoria 03**, realizadas por grupos de classe média em quatro bairros pericentrais. Reconhece-se que essas ocorrências não possuem a mesma organização constatada nos casos dos moradores de bairros de Buenos Aires e Santiago, mas não deixam de ter mérito por isso. As intervenções nos bairros de classe média de Curitiba iniciaram de forma espontânea e foram paulatinamente transformando os espaços públicos em áreas de maior pertencimento, agregando valores importantes no que tange a participação coletiva. Essas três insurgências auto-gestionadas pelos moradores do local, possuem potencialidades para permanência.

Acredita-se que seja necessário um maior envolvimento dos atores, além da integração de outros agentes e grupos que apresentem metodologias específicas de participação e cocriação de projetos sistematizados e enalteçam outras formas de comunicação e diálogo junto ao poder público. Suscita-se que a organização de eventos sistematizados, como oficinas que viabilizem e incentivem o fortalecimento de senso comum e de coletividade, ou outras pequenas ações de manutenção de vínculos sociais seriam salutares para a construção de mudanças da cultura dos moradores dos bairros pericentrais de classe média.

A intervenção realizada pelo Coletivo Nó Comum, na Escola Estadual localizada no bairro Bacacheri, por exemplo, apresentou um modelo de gestão “*middle-up-down*” e de participação da comunidade do bairro – aproximou-se pais e alunos, professores e funcionários da escola, por meio de oficinas, feiras, palestras e eventos. Foram criadas soluções relevantes de planejamento e gestão urbana capazes de serem replicados e compartilhados: o Espaço Educador Sustentável pode existir em outras escolas públicas em diferentes bairros que necessitem do espaço multiuso, e onde os próprios moradores possam construir coletivamente todas as estruturas necessárias.

Vale ressaltar que a equipe de profissionais da Escola e os membros do Coletivo Nó Comum apresentaram um Plano Educador que visa promover a educação para o consumo consciente e a sustentabilidade, junto à Edição Desafio Escolas Sustentáveis realizado pelo Instituto Akatu, em 2019, em parceria com o *Institute for Global Environmental Strategies* e a *One Planet Network*; o desafio foi lançado para 9 países simultaneamente (Brasil, Namíbia, África do Sul, Uganda, Camboja, Quirguistão, Filipinas, Vietnã e Suriname)³⁹. O projeto da Escola Estadual, no Bacacheri, foi contemplado como vencedor e recebeu o maior financiamento junto a outras quatro escolas em outros estados do Brasil. O projeto – realizado de fevereiro a Agosto de 2020 – apresentou desde o início soluções para melhorar a estrutura da escola, do ensino e da interação com a comunidade do entorno.

³⁹ Devido à pandemia, uma série de encontros virtuais foram realizados com o objetivo de compartilhar aprendizagens e expectativas: o *Institute for Global Environmental Strategies*, a *One Planet Network* e o Ministério do Meio Ambiente do Japão reuniram os nove países envolvidos para apresentarem seus projetos e refletirem sobre capacidades de ampliação dos formatos, aprimorando ainda mais as soluções e resultados, estando vinculados à Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas.

Esse projeto resultou na abertura de uma maior participação social, onde as escolas públicas estabelecem o vínculo e proporcionam o espaço para o diálogo entre os moradores de bairros e o poder público local; trata-se de um local em que é possível pensar em insurgências e em planejamento urbano de forma conjunta e democrática, construindo outros saberes num “Espaço Educador Sustentável”.

Ressalta-se que não foi encontrada nenhuma insurgência no espaço público de Curitiba em que os grupos de moradores e coletivos urbanos se articulassem e se mobilizassem de forma coletiva contra a especulação imobiliária e a mercantilização da cidade, em outras palavras, constata-se que todos os casos analisados apresentam reivindicações básicas ainda voltadas à sobrevivência diária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa interpretou o fenômeno das insurgências urbanas em cinco metrópoles latino-americanas selecionadas: Buenos Aires (Argentina), Bogotá (Colômbia), Cidade do México (México), Santiago (Chile) e Curitiba (Brasil). No levantamento das informações, de pronto, encontrou uma diversidade de fragmentos táticos nesses espaços públicos, com diferentes temporalidades e atores heterogêneos e múltiplos, fato que surpreendeu positivamente pelas variadas ações políticas, criativas e categorizadas. Chegou-se à compreensão de que essas ações formam um conjunto de práticas socioespaciais em que atores marginalizados e excluídos de seus direitos se envolvem em mobilizações globais e tomam consciência para agir localmente; tem-se, pois, a origem das insurgências urbanas.

Nesse contexto, confirmam-se as hipóteses levantadas no início desta investigação, ou seja: i) o fortalecimento e a multiplicação da atuação dos coletivos urbanos é um fenômeno recente (últimas duas décadas) e com crescente cobrança para que sejam inseridos no processo decisório de planejamento urbano; ii) já se constata casos em que as práticas insurgentes são aceitas por parte do planejamento e gestão urbanos institucionalizados, sendo possível identificar a reprodução/adaptação de modelos e ideias insurgentes; iii) agentes do setor privado, agências bilaterais e organizações civis também atuam nos processos de insurgências urbanas, buscando caminhos colaborativos e de inclusão da sociedade por meio dos coletivos urbanos, e essa iniciativa não se restringe à intermediação do Estado e do poder público local.

A partir de um resgate histórico, foi possível notar que o fluxo transnacional de ideias sobre essas práticas urbanas se difundiu entre países do Norte ao Sul Global, especialmente a partir da década de 2010 – devido ao incremento da comunicação em rede, que ampliou outras possibilidades de conhecimento sobre a ascensão das desigualdades, das injustiças e questões do “pós bem-estar social” em todo o planeta. As insurgências visibilizaram no espaço urbano a emergência da solidariedade e da colaboração, questões-chave para a economia, vida social e democracia.

Verificou-se que tais insurgências ocorrem de forma mais intensa em cidades que apresentam significativos contrastes socioeconômicos e cujos governantes imprimem gestões de austeridade. Ao longo do debate, foi possível detectar que os novos sujeitos são capazes de lutar contra padrões hegemônicos e apresentar

proposições para transformar as políticas públicas. A maioria dos casos encontrados apresentou práticas organizativas baseadas em mecanismos de solidariedade econômica/ ajuda mútua, tanto por meio de contribuições voluntárias quanto com produções para autoconsumo.

Outro fator aferido e que corrobora para o fortalecimento desse fenômeno é a participação ativa da população na cocriação de práticas cotidianas que ampliam a melhoria da qualidade de vida e fortalecem os vínculos comuns. Em contrapartida, é preciso destacar que ainda se notam ações de planejamento e gestão urbana na maioria das metrópoles pesquisadas que utilizam padrões e conceitos globais de urbanização mais neocolonialistas e tecnocráticos.

Diante da crise sanitária e da crescente constatação da fragilização do modelo neoliberal experienciados mais profundamente durante o período de realização desta tese, vivenciou uma oportunidade de refletir sobre os caminhos para o planejamento e gestão urbanos; emergem, nesse contexto, duas necessidades principais: a de uma visão mais humanista da cidade e de inversão da lógica dominante. No desenvolvimento deste trabalho, notou-se, também, a perda crescente da capacidade coletiva de preservar os bens comuns, como apontado por Ostrom (1990, 2005), contudo foi possível verificar a exigência da retomada do poder político sobre os territórios com o objetivo de compreender outros modos organizacionais, como aqui pesquisados: das insurgências urbanas.

Miraftab (2009), Hou (2012), Holston (2013) e outros autores contemporâneos auxiliaram na consolidação do entendimento sobre o fenômeno das insurgências, que emergem do enfraquecimento da política centrada no Estado, do fortalecimento da escala local, das tecnologias digitais e do poder associativo da população; os autores reforçam também que essas insurgências são reflexo direto da falta de espaços de cidadania. Hou (2012), especificamente, demonstra que as práticas insurgentes se distanciam daquelas impostas pelo poder local e ocorrem na informalidade a partir de práticas e ações improvisadas no ímpeto de buscar soluções para os problemas diários.

Ressalta-se a existência de duas possibilidades de entendimento sobre as insurgências, uma pela perspectiva neoliberal (adotada pelos países centrais) e outra pelo viés humanista (adotada pelos países do chamado Sul Global). Diante dos pressupostos elencados no início do processo investigativo e pela postura assumida pela pesquisadora desde a proposição da temática, esta pesquisa optou por

aprofundar a abordagem humanista da temática, apontando sua capacidade de gerar autonomia, conhecimento e autogestão em duas direções, definida como “*middle-up-down*”.

Como o termo sugere, nesse modelo de gestão (“*middle-up-down*”) ocorre uma transferência mútua de conhecimentos em dois sentidos, de cima para baixo (explícito) e de baixo para cima (tácito). Bugs e Reis (2017) fortalecem que o conhecimento e o envolvimento de pessoas leigas, integradas aos conhecimentos dos especialistas, podem gerar conflitos e aprender a gerenciar essas diferentes racionalidades, que devem coexistir visando obter governança e planejamento urbano mais eficazes e socialmente aceitáveis (BUGS, 2019). Bugs (2019) complementa que o saber técnico não substitui as experiências dos cidadãos, e esta experiência em dois sentidos – de baixo para cima e de cima para baixo – deve ser incluída de forma colaborativa no planejamento.

De acordo com esse entendimento, esta tese acredita na possibilidade de um outro modelo de planejamento e gestão urbano, o Planejamento Urbano Compartilhado. Este modelo teria, como objetivo fortalecer a participação ativa da população desde o início dos projetos e planos direcionados aos espaços citadinos, bem como o fomento ao compartilhamento e trocas de conhecimentos, a partir da cocriação e corresponsabilidade durante a gestão. Vale ressaltar, segundo Randolph (2019), que esse planejamento a partir de uma abordagem colaborativa e atualmente compartilhada por meio das mídias digitais, poderia ser tornar emancipador; o autor reforça, contudo, que este formato ainda não consegue enfrentar os processos da neoliberação e da globalização. Randolph (2019) apresenta o conceito de planejamento subversivo em prol dos direitos de cidadania, mas destaca o potencial do planejamento colaborativo de promover processos de mudanças e melhorias de vida daqueles que foram tradicionalmente excluídos.

O Planejamento Urbano Compartilhado (PUC), em síntese, seria a integração da abordagem colaborativa em prol dos direitos de cidadania, onde as práticas locais realizadas nos espaços públicos seriam compartilhadas nas mídias digitais, difundindo outras possibilidades de viver e cuidar da cidade. De outro lado, percebe-se nos estudos de caso apresentados aqui, tentativas de usos de tecnologias digitais de participação pública pelos agentes governamentais nas cinco metrópoles latino-americanas.

Bugs e Reis (2017) fortalecem que a mudança do modelo informacional – a utilização das tecnologias digitais – geraram um impacto significativo no processo de planejamento urbano onde diversos grupos sociais insurgiram em prol da transformação dos espaços públicos, da ativação da participação e da emergências de políticas locais, como observado nos casos descritos na pesquisa.

Após análise de vinte e seis casos de organizações coletivas latino-americanas que desenvolvem insurgências nos espaços urbanos das cinco cidades estudadas, reconhece-se o papel desses grupos para promover uma percepção de coesão social, capacitando e fomentando a participação da comunidade e a cultura democrática a nível local. Observou-se que em organizações do tipo *middle-up-down* houve a interação entre conhecimentos tácitos e explícitos originando projetos com soluções mais criativas e possibilidades de maior permanência no espaço urbano – além de terem recebido o reconhecimento do poder público e conseqüentemente tornarem-se propostas de políticas públicas.

Para a primeira parte do estudo de caso, cuja fonte principal de pesquisa foram websites institucionais, artigos científicos e mídias com notícias locais, confirmam-se as hipóteses levantadas de que:

- i) muitos dos atores participam de eventos que estimulam práticas pedagógicas autogestionárias e de design participativo;
- ii) os formatos de reivindicações inovadoras adotados por membros de movimentos sociais fortalecem as lutas contra as desigualdades e diferentes grupos de ativistas urbanos se associam para construção de ações locais diversas;
- iii) as Conferências e Fóruns Urbanos Mundiais – organizados pela ONU-UN-HABITAT– são citadas como facilitadoras da organização das mobilizações, apesar de não serem amplamente procuradas por integrantes dos grupos analisados, podem exercer certa influência em alguns núcleos, mas não se afirmando como elemento primordial para traçar diretrizes de ação;
- iv) intercâmbios de pesquisas entre os diversos observatórios e laboratórios urbanos do setor público – muitos destes apoiados pelo *Lab. Cities BID* – ampliam e fortalecem o debate sobre insurgências e estimulam a realização dessas práticas.

Quanto ao segundo nível do Estudo de Caso, realizado apenas com coletivos curitibanos, confirmam-se as hipóteses de que:

- i) práticas insurgentes ainda são incipientes devido ao tipo de gestão urbana adotado pelo governo local;
- ii) quando realizadas, práticas insurgentes são, sim, propagadas e apoiadas por membros de movimentos sociais estruturados, como o MTST e ativistas urbanos;
- iii) os eventos insurgentes, quando ocorrem, se dão tanto em áreas periféricas quanto em centrais da cidade, e geralmente são compostos por voluntários e ativistas urbanos que visam enaltecer atos de solidariedade, especialmente no contexto de calamidade pública da COVID-19;

É possível refutar parcialmente a hipótese de que as ações promovidas de forma insurgente em Curitiba não são capazes de despertar a atenção do poder público; a prefeitura atua de forma importante – mas ainda insuficiente – na promoção de medidas que visam dar o mínimo de dignidade a membros da população em situação de rua. Apesar de haver um certo grau de atuação municipal na provisão de alimentos e abrigo, não é possível desprezar a importância que os coletivos vêm exercendo na complementação dessas ações, novamente sendo preciso destacar o cenário emergencial da pandemia.

Reitera-se que muitos dos casos estudados apresentam o tipo de gestão *middle-up-down*, sendo possível que as práticas organizadas pelos grupos sejam incorporadas às ações formais de planejamento urbano, como já realizado em algumas metrópoles pelos técnicos do Lab. Cidades, do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), e outros coletivos de arquitetos e urbanistas como: Urbanismo_Vivo (Buenos Aires); La Cuadra Provoca la Ciudad e Lugares Públicos (Cidade do México); Arquitetura Expandida, Bicistema e Huertopia (Bogotá); Fundación Mi Parque e ONG Espacio Lúdico (Santiago do Chile), e Nó Comum e Itinerante Resistência (Curitiba). Tais práticas enaltecem o poder da participação ativa da população – especialmente daquela excluída e marginalizada –, a partir de ações de Urbanismo Tático, Placemaking ou “Faça-Você-Mesmo”. Diante desse fato, a pesquisa buscou defender a importância de se incorporar tais práticas e ações integradas à produção de projetos e planos urbanos e aos processos de gestão.

O recorte temporal trabalhado nesta tese abrangeu as décadas de 1990, 2000 e 2010, salientando o enfraquecimento do planejamento urbano tecnicista e o fracasso da obrigatoriedade da participação popular. A partir da análise das práticas táticas nos espaços públicos pesquisadas nas cinco metrópoles latino-americanas, constata-se a

necessidade da revisão do processo participativo nas legislações e a utilização de sistema e ferramentas informacionais digitais que corroborem com o processo de participação pública.

É possível apontar ainda que as insurgências urbanas em espaços públicos a partir da década de 2010 visibilizaram temáticas como direito à cidade, questões de gênero, racismo, privatização e gentrificação, questões ambientais e climáticas, oposição às desigualdades sociais causadas pelo sistema ultraliberal. O espaço público foi e continua sendo utilizado como estratégia de luta pelo direito à cidade e como ponto de renascimento da democracia participativa. Ademais, protestos e mobilizações globais e locais realizados pelos Novos Movimentos Sociais Urbanos (NMSU) despertaram outras experiências de cunho coletivo e cooperativo; esta pesquisa constatou, pois, que muitos desses movimentos confrontaram as vertentes do planejamento urbano voltadas ao mercado e ao empresariamento urbano (HARVEY, 2012) em detrimentos das questões sociais.

As ocupações dos espaços públicos ocorreram em diferentes temporalidades e com diferentes propósitos – ora atuando períodos curtos, ora assumindo formato permanente; ora fomentando conflitos urbanos de ordem ambiental, alimentar, cultural, opondo-se a construções de grandes projetos urbanos, ora reivindicando melhores condições de vida. Os estudos apontam que são amplos tanto os conteúdos simbólicos e subjetivos dessas ações quanto os modos de participação ativa que elas incitam, reabrindo caminhos para o exercício de práticas cidadãs especializadas (MORÁN, 2005).

Os levantamentos realizados ao longo desta tese permitem afirmar que as manifestações táticas em espaços públicos das cinco metrópoles latino-americanas do recorte reforçam que é possível mudar a forma como se dá o planejamento e a gestão urbana atualmente - majoritariamente fundamentados na técnica e nos conceitos advindos de países centrais. A pesquisa reconhece que o planejamento urbano tradicional e institucionalizado, de fato, não vem sendo capaz de tornar as cidades mais humanas e ordenadas de forma democrática.

Diante desse cenário crescentemente problemático e conflituoso, os novos atores criaram um repertório de ações que se expandiram para várias temáticas, da cultura à agricultura urbana. As redes sociais colaboraram de forma robusta na difusão dessas práticas insurgentes e na implementação das diferentes táticas de mobilização

social. Os grupos sociais ou coletivos heterogêneos apontam para novos horizontes de interação coletiva e de outros usos temporários na cidade.

O resultado comparativo dos estudos de caso revelou a possibilidade de um planejamento urbano transitório e flexível, cocriado pela sociedade civil, com características autonomistas que complementam o planejamento e gestão tradicionais. As práticas organizativas pesquisadas contrariam as normas atualmente institucionalizadas, mas também buscam integrar conhecimentos tácitos (de baixo para cima) aos explícitos (de cima para baixo).

Esses novos sujeitos aderiram ao discurso do Direito à Cidade, tornando-o eixo estruturador da maioria de suas reivindicações. O entendimento sobre esse conceito se fez possível a partir das teorias apresentadas por Lefebvre ([1968] 2006; [1974] 2013); passa-se a pensar e agir a partir da inversão da lógica dominante e do rompimento das ideologias e teorias importadas.

O Direito à Cidade se materializou como força motriz na imaginação dos indivíduos, que passaram a ter como objetivo a alteração e a apropriação dos espaços existentes a partir de vivências e experiências. A partir desse entendimento, as manifestações urbanas passaram a insurgir em espaços pré-estabelecidos, assumindo um formato e um discurso mais revolucionário, voltadas a suprir necessidades básicas de sobrevivência de determinados grupos sociais (ALVES, 2019) e à construção de uma solidariedade comum. É preciso reconhecer, contudo, que essas transformações ocorreram majoritariamente em escala local, e muitas vezes não foram visibilizadas em escala global devido ao fortalecimento da dimensão do Estado.

A noção de direito à cidade permitiu instaurar uma organização social autogestionária (MARCUSE, 2014), tendo o ser humano como protagonista; por meio desse conceito, o espaço urbano passa a ser palco de criações e soluções coletivas, de realizações da vida comum. As agências bilaterais se consolidam, então, para reforçar a importância de iniciativas locais que submetam a propriedade pública ou privada ao bem coletivo por meio da Nova Agenda Urbana (NAU).

Nas cinco metrópoles aqui pesquisadas, desde 1990 o processo de expansão urbana foi reproduzido de forma similar, evidenciando as desigualdades das áreas periféricas. A lógica que se perpetuou esteve baseada em interesses privados, fazendo prevalecer a política de *laissez-faire* no que tange à relação entre Estado e mercado, dificultando a participação e a implementação de políticas de participação

cidadã (BOBBIO, 1992). Os levantamentos dos planos urbanísticos implementados nas cinco metrópoles durante as três décadas estudadas demonstram a força do fenômeno centro-periferia e a dificuldade apresentada em se combater tais desigualdades.

Os projetos estratégicos de renovação urbana adotados por todas as metrópoles de interesse desta tese se dão a partir de parcerias público-privadas e com pouca participação da população. Pode-se destacar, contudo, que há na Cidade Autônoma de Buenos Aires um “quarto poder”, estabelecido pelas Comunas, que segue denunciando a mercantilização do espaço urbano. Em Bogotá, o planejamento urbano priorizou a continuidade de ações com foco na participação cidadã, independentemente das trocas de gestores, ora com mais, ora com menos força – alternando de acordo com as ideologias dos governantes e políticas nacionais adotadas.

Os dados referentes aos planos urbanos foram sobrepostos aos principais movimentos sociais revelando que a maioria dos governos não fomentou a participação ativa da população durante a construção de suas propostas. Nesse cenário, os Novos Movimentos Sociais Urbanos (NMSU) passaram a atuar como sinalizadores de outros formatos de participação cidadã.

Esta tese permite depreender também que os movimentos sociais urbanos passaram a atuar de forma insurgentes desde a década de 1990, resistindo ao processo da globalização – principalmente no México e no Chile, devido ao engajamento de povos originários. Na Argentina, essa conjuntura se dá a partir dos anos 2000 (devido à grande crise econômica), consolidando-se na década de 2010. Nos cinco países do escopo, reconhece-se, contudo, a presença de protestos multitudinários em vários formatos, amplamente propagados pelas mídias sociais.

Diante dos estudos comparativos, evidencia-se a necessidade do fortalecimento das lutas populares, encarando-as como forças de resistência contra as políticas neoliberais. Os povos latino-americanos subalternizados e originários, afinal, vêm apresentando outras possibilidades de enfrentamento ao sistema a partir do conceito de comunidade e do “*buenvivir*” (ACOSTA, 2017; QUIJANO, 2014), e os novos movimentos sociais continuam desempenhando um papel fundamental na institucionalização da diversidade cultural, no aumento da cidadania e na inserção política de atores sociais excluídos.

A ativação de outros formatos de planejamento e gestão urbanos confirma-se como uma variante que inevitavelmente deve ser considerada na construção da cidade contemporânea, porém assume-se que ela vem enfrentando dificuldades para ser implementada. Nos cinco países em debate, as democracias ainda são imperfeitas e as desigualdades sociais são extremas; são constantes as crises econômicas, e o mercado informal é cada vez mais forte, incidindo diretamente sobre a perda de poder por parte do Estado. O entendimento sobre as dificuldades para se alcançar a participação cidadã ativa revela que os países latino-americanos ainda não possuem normativas suficientes que acarretem num efetivo formato de exercício de poder, produzido instabilidades políticas e ideológicas permanentes (FLORES-VEGA, 2017).

Salienta-se que na Colômbia e na Argentina foram identificadas inovações democráticas participativas: desde a Constituição de 1991, a Colômbia já apresentava mecanismos de participação popular; na Argentina, com a promulgação das Comunas, buscou-se institucionalizar um canal preferencial de participação popular na tomada de decisões sobre questões centrais oriundas da população que vive nos bairros. Contudo, com o avanço das forças políticas de extrema direita, essas inovações institucionalizadas vêm perdendo a força e as lógicas particularistas continuam prevalecendo na relação entre Estado e sociedade.

Após um longo e árduo processo investigativo – por vezes marcado por desencantos –, vale enaltecer a luta incansável por parte de diferentes grupos sociais para transformar e aprimorar o processo de planejamento e gestão das cidades, tornando-as espaços mais democráticos e efetivamente participativos. É indispensável a atuação dos coletivos latino-americanos em busca da implementação de políticas públicas (às vezes) ambiciosas em prol de melhorias para parcelas marginalizadas e excluídas da população, que requerem cuidados⁴⁰ constantes. De fato, confirma-se a ideia defendida por Heidegger (1988), em que o cuidado com o “ser-comum” deve ser sempre voltado para o outro, comunicando-se com ele no mundo compartilhado da convivência.

A pandemia afetou profundamente a dinâmica da investigação proposta inicialmente por esta tese. Foi preciso adaptar o processo investigativo para minimizar

⁴⁰ Para Heidegger (1988), o cuidado contempla o modo positivo de cuidar dos entes; não se trata de sinônimo de bondade, mas sim de entender autenticamente o que é importante.

o contato direto com pessoas devido a questões sanitárias; isso evidentemente acarretou uma menor responsividade por parte de coletivos brasileiros e latino-americanos. Também não foi possível participar ativamente das mobilizações e reuniões organizadas pelos coletivos ou realizar visitas mais longas aos espaços diretamente relacionados a esses grupos.

Ao olhar para o tempo que passou, com restrições impostas pela pandemia e pelos impactos de uma crise econômica revisitada, os esforços insurgentes parecem ganhar ainda mais validade e beleza, seja da perspectiva investigativa, seja da vivência com as pessoas que os desenvolvem.

REFERÊNCIAS

100 EN 1 DÍA. **Facebook**, 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/100En1Dia/>>.

AARP. **Public Participation in Planning Through** - Espacio Lúdico. Santiago, 2021. Disponível em: <<https://www.aarpinternational.org/file%20library/build%20equity/aarp-espaciol%C3%BAdico-casestudy-final.pdf>>.

ABRAMO, P. **Uma cidade da informalidade**: o desafio das cidades latino-americanas. Rio de Janeiro: Sette Cartas, 2003.

ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para imaginar outros mundos. São Paulo: Elefante, 2017.

ADDOR, F. Reflexões sobre democracia participativa na América Latina. **Revista de Administração Pública** [recurso eletrônico]. Rio de Janeiro, v.52, n.6, nov./dez. 2018

AYALA, A. Nuevo Polanco: renovación urbana, segregación y gentrificación en la Ciudad de México. **Revista de Ciencias Sociales y Humanidades**, Iztapalapa, v. 80, 2016.

AGUIAR, D.; ROJAS, G. O movimento feminista e de mulheres na Argentina: perspectivas pós-colonial e socialista. **Revista Crítica de Ciências Sociais** [Online], v. 121, 2020. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/rccs/10436>>.

AGUILAR, A. G. La política urbana y el Plan Director de la Ciudad de México, ¿proceso operativo o fachada política?. **Estudios Demográficos y Urbanos**, [S. l.], v. 2, n. 2, p. 273-299, 1987. Disponível em: <<https://estudiosdemograficosyurbanos.colmex.mx/index.php/edu/article/view/629>>.

AGUILERA, L. M. P. **Participación ciudadana y apropiación colectiva del espacio público em Latinoamérica**: Dos Estudios de caso em Bogotá actual. 2016. Dissertação (Mestrado em Gestão Urbana) - Universidade Piloto da Colômbia, 2016.

ALBUQUERQUE, A. F. **A questão habitacional em Curitiba**: o enigma da "cidade modelo". 2007. 157 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16137/tde-20052010-092803/publico/Aline_Albuquerque.pdf>.

ALFONSIN, B. et al. As manifestações de junho de 2013, o processo de construção dos direitos de cidadania no Brasil e o direito à cidade. **Revista de Direito da**

Cidade, [S.l.], v. 7, n. 1, p. 71-90, fev. 2015. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/15200>>.

ALICERCE PARANÁ. **Facebook**, 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/AlicercePR>>.

ALMEIDA, M. **O novo constitucionalismo na América Latina**: o descobrimento do outro pela via do pluralismo jurídico comunitário-participativo. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/107584>>.

ALMEIDA, P. **Movimientos Sociales**: la estructura de la acción colectiva. Buenos Aires, CLACSO, 2020.

ALMEYRA, G. Los movimientos sociales en Argentina, 1990-2005. **Argumentos**, n. 48-49, p. 43-68, 2005. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59504904>>.

ALOMAR, J. O Direito à Cidade e a Nova Agenda Urbana da ONU: Perspectivas para a inovação urbanística no contexto do fortalecimento do neoliberalismo. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017, São Paulo, **Anais...** São Paulo, 2017, p. 1-17. Disponível em: <http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Soes_Tematicas/ST%2010/ST%2010.4/ST%2010.4-02.pdf>.

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 76, p. 49-86, 2009. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ln/a/HNDFYgPPP8sWZfPRqnWFXz/abstract/?lang=pt>>.

ALVES, G. A produção do espaço a partir da tríade lefebvriana concebido/percebido/vivido. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 23, n. 3, p. 551-563, 2019. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2019.163307. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/163307>>.

ALZATE ZULUAGA, M. L. Ações coletivas contra situações de violência no México nos últimos cinco anos. Uma análise a partir da decisão e do reconhecimento dos sujeitos políticos. **Political Analysis**, n. 89, jan.-abr. 2017, p. 127-151.

AMPARO por las UAC. **Otra Buenos Aires**. Buenos Aires, 12 set. 2011. Disponível em: <<https://www.otrabuenosaires.com.ar/AMPARO-POR-LAS-UAC/>>.

ANDRADE, E. S.; ZARZA, F. V. Reconstrução jornalística de novas formas de vida democrática (a "Marcha do Silêncio", abril de 2005). **Despacatos**, n. 43, p. 45-66, dez. 2013.

ANTUNES, D., J. O Brasil dos anos 90: um balanço. **Leituras - Economia Política**, v. 2, n. 9, p. 160-351, dez. 2001.

ARAÚJO, D. M. S. **Proposta de gestão compartilhada para a implantação do Parque Theodoro Sampaio na área do “miolo” de Salvador – Bahia**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Assistência Técnica e Direito à Cidade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

ARAÚJO, J. A. Sobre a cidade e o urbano em Henri Lefèbvre. **GEOUSP Espaço e Tempo** (Online), [S. l.], v. 16, n. 2, p. 133-142, 2012. DOI: 10.11606/issn.2179-0892.geousp.2012.74258. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/74258>>.

ARCHILA NEIRA, M. El movimiento estudiantil en Colombia, una mirada histórica. **Revista del Observatorio Social de América Latina**, v. 13, n. 31, mai. 2012. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/osal/20120417105250/OSAL31.pdf>>.

_____. Los movimientos sociales (1958-2006). In: J. F., Ocampo. **Historia de las ideas políticas en Colombia**: de la independencia hasta nuestros días. Bogotá, Colombia: Taurus, 2008.

_____. Los movimientos sociales y las paradojas de la democracia en Colombia. **Revista Controversia**, n. 186, p. 10-32, 11, 2006. Disponível em: <<https://www.revistacontroversia.com/index.php/controversia/article/view/175>>.

ARCHILA NEIRA, M.; COTE, J. Historia de las izquierdas colombianas entre 1958 y 2010. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 7, n. 16, p. 81 - 107, 2016. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180307162015081>>.

ARGUETA, B. “Caravana de la Dignidad” parte e Santa Cruz de Yojoa hacia Casa Presidencial. **Tiempo**, 23 out. 2018. Disponível em: <<https://tiempo.hn/caravana-de-la-dignidad-parte-hacia-casa-presidencial/>>.

ARIAS SÁNCHEZ, M. Bogotá D. C. durante 1998-2018. Análisis de caso del sistema de planificación urbana en Colombia. **Revista Ciudades, Estados y Política**, [S. l.], v. 5, n. 1, p. 33-57, 2018. DOI: 10.15446/cep.v5n1.68548. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/revcep/article/view/68548>>.

ARIZAGA, X. Santiago do Chile, renovação urbana 1910-2010: como la emergência de ambientes da cuenta de este siglo. In: Seminário Internacional de Investigación em Urbanismo, V, 2013, Barcelona, **Anais...** Barcelona, 2013, p. 364-380.

ARRETCHE, M. (1996). Mitos da descentralização: mais democracia e eficiência nas políticas públicas?. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, p. 44-66, jun.

ASCHER, F. **Los nuevos principios del urbanismo**: el fin de las ciudades no está a la orden del día. Madrid: Alianza, 2004.

AVRITZER, L. The different designs of public participation in Brazil: deliberation, power sharing and public ratification. **Critical Policy Studies**, v.6, n.2, p.113-27, 2012.

AXP - Coletivo Arquitetura Expandida. **Website**, 2022. Disponível em: <<https://arquitecturaexpandida.org/>>.

BA ELIGE. Plataforma, 2022. Disponível em: <<https://baelige.buenosaires.gob.ar>>.

BACCI, C. Autonomía, experiencia y género: la protesta social contra la violencia sexual y de género en la Argentina contemporánea. *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero, XI, 2017, Florianópolis, **Anais...** Florianópolis, 2017.

BALLESTRIN, L. O Sul Global como projeto político. **Horizontes ao Sul**. 15 jul. 2020. Disponível em: <<https://www.horizontesaosul.com/single-post/2020/06/30/o-sul-global-como-projeto-politico>>.

BAMBAROLO, F.; ÁLVAREZ, O. F. Planificación urbana participativa. Luces y Sombras. **Cuestión Urbana - Centro de Estudios de Ciudad**, n. 4, 2018. Disponível em: <<https://publicaciones.sociales.uba.ar/index.php/cuestionurbana/article/view/5204>>.

BANCO MUNDIAL. Acceso abierto y gratuito a datos sobre el desarrollo en el mundo. **Datos de libre acceso del Banco Mundial**. 2020. Disponível em: <<https://datos.bancomundial.org>>.

BARATA, A.; FONTES, A. Urbanismo táctico: experiências temporárias na ativação urbana. *In*: Seminário Nacional de Habitação e Desenvolvimento Sustentável, 3, 2016, Belo Horizonte. **Anais...**, Belo Horizonte, 2016.

BARNARD, C. **As funções do executivo**. São Paulo: Atlas, 1979.

BARRERA, C., J. **La evolución del espacio público a partir del plan estratégico Bogotá 2000**: En el período comprendido entre los años 1996 al 2006. 116 f. 2012. Monografía (Gestión y Desarrollo Urbanos) - Facultad de Ciencia Política y Gobierno, Universidad Colegio Mayor de Nuestra Señora del Rosario, Bogotá, 2012. Disponível em: <<https://repository.urosario.edu.co/bitstream/handle/10336/3936/CubaqueBarrera-CatalinaJohana-2012.pdf;jsessionid=F02A4FFA0F7A823B24AEE96F728E6D41?sequence=1>>.

BARROS, A. As concepções de liberdade em Locke e Sidney. **Trans/Form/Ação**, v. 42, n. 1, jan.-mar. 2019. <https://doi.org/10.1590/0101-3173.2019.v42n1.04.p57>.

BATAKIS, S. A.; NARODOWSKI, P. Argentina: as dificuldades para avançar na agenda metropolitana. *In*: COSTA, M. A.; LUI, L.; REBELLO, S. T. **Governança Metropolitana na América Latina**: um panorama das experiências contemporâneas sob uma mirada comparativa. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), p. 25-50, 2021.

BAUTISTA, C. Colombia en Paro Nacional, ¿qué y quién negociará?. **Grupos de Trabajo**, CLACSO - Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 11 mai. 2021. Disponível em: <https://www.clacso.org/colombia-en-paro-nacional-que-y-quien-negociara/>.

BAYMA, F. Capacitação de administradores para as organizações sem fins lucrativos. **Revista De Administração Pública**, v. 31, n. 6, p. 119-126, 1997.

BEGA, M. T. A Região Metropolitana de Curitiba e as Mobilizações Populares: análise de algumas experiências recentes. **R. Paranaense de Desenvolvimento**, n.96, p. 33-48, mai./ago. 1999.

BENÍTEZ, C. M.; LÓPEZ, Á. Efectos espaciales de la tematización cultural para la recreación y el turismo en los corredores culturales peatonales del Centro Histórico de la Ciudad de México. **Invest. Geog.**, n. 98, abr. 2019. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-46112019000100008&lng=es&nrm=iso.

BEUF, A. Centralidades urbanas como espaços concebidos: referências técnicas e ideológicas dos modelos territoriais do Plano de Ordenação Territorial (POT) de Bogotá (Colômbia). **Cadernos de Geografia - Revista Colombiana de Geografia**, v. 25, n. 2, p. 199-219, Bogotá, 2016. Disponível em: <https://doi.org/https://dx.doi.org/10.15446/rcdg.v25n2.54776>.

BICITEKAS. **Website**, 2022. Disponível em: <https://bicitekas.org>.

BICITEKAS. Balance y lecciones aprendidas 2007-2012. Políticas públicas para el ciclismo urbano en la ciudad de México. **Bicitekas**, 2013. Disponível em: https://bicitekas.org/sites/default/files/public/manuales/balance_biciteka_c.u._df_07-12_v4.pdf.

BICISTEMA. **Website**, 2022. Disponível em: www.bicistema.com.

BITTENCOURT, T. A. Planejamento urbano modelo e constituição das desigualdades socioespaciais: a infraestrutura do espaço intra-urbano de Curitiba. *In*: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 13, 2019, São Paulo, **Anais...**, São Paulo, 2019.

BIZBERG, I. Os novos movimentos sociais no México: o Movimento pela Paz com Justiça e Dignidade e #YoSoy132. **Forum Int. Cidade do México**, v. 55, n. 1, p. 262-301, mar. 2015.

BLAZEK, M.; ŠUŠKA, P. Towards dialogic post-socialism: Relational geographies of Europe and the notion of community in urban activism in Bratislava. **Political Geography**, v. 61, p. 46-56, 2017.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOGOTÁ. **Normas Urbanísticas Vigentes**. Secretaría Distrital de Planeación, 2020. Disponible em: <<https://www.sdp.gov.co/gestion-territorial/norma-urbana/normas-urbanisticas-vigentes/upz>>.

_____. **Censo Nacional de Población y Vivienda**. Datos Abiertos, Bogotá D.C., 2018. Disponible em: <<https://www.datos.gov.co/Estadisticas-Nacionales/Censo-Nacional-de-Poblacion-y-Vivienda-CNPV-2018/qzc6-q9qw>>.

_____. **Decreto n. 563**, de 21 diciembre de 2015. Por medio del cual se adopta el Protocolo de Actuación para Las Movilizaciones Sociales en Bogotá: Por El Derecho a la Movilización y la Protesta Pacífica. Bogotá D.C., 21 diciembre de 2015. Disponible em: <<https://defenderlalibertad.com/wp-content/uploads/2019/05/Decreto-563-de-2015.pdf>>.

_____. **Decreto n. 190**, de 22 junio de 2004. Por medio del cual se compilan las disposiciones contenidas en los Decretos Distritales 619 de 2000 y 469 de 2003. Bogotá D.C., 22 junio de 2004. Disponible em: <<https://www.sdp.gov.co/transparencia/marco-legal/normatividad/decreto-190-de-2004>>.

_____. **Ley 9, de 11 enero de 1989**. Por la cual se dictan normas sobre planes de desarrollo municipal, compraventa y expropiación de bienes y se dictan otras disposiciones. Diario Oficial, 1989. Disponible em: <<https://www.sdp.gov.co/transparencia/marco-legal/normatividad/ley-9-de-1989>>.

BOGOTÁ ABIERTA. Plataforma. 2022. Disponible em: <<https://www.bogotaabierta.co/participa>>.

BOGOTÁ CÓMO VAMOS. **Encuesta de Percepción Ciudadana 2019**. Documento. 2019. Disponible em: <<https://bogotacomovamos.org/encuesta-de-percepcion-ciudadana-2019/>>.

BOLLIER, D. **Pensar desde los comunes**: Una breve introducción. Espanha: Guerrilla Translation, 2016.

BORJA, J. **La Ciudad Conquistada**. Madrid: Alianza Editorial, 2003.

BRASIL. **Lei n. 11.977, de 7 de julho de 2009**. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei no 3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nos 4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de

1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória no 2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Diário Oficial, 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11977.htm>.

_____. **Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001**. Estatuto da Cidade. Diário Oficial, 2001. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70317/000070317.pdf>>.

BRASIL, F.; CARNEIRO, R.; BARBOSA, T.; ALMEIDA, M. Participação, desenho institucional e alcances democráticos: uma análise do Conselho das Cidades (ConCidades). **Rev. Sociol. Polit.**, v. 21, n. 48, dez. 2013.

BRENNER, N. **Espaços da Urbanização**: o urbano a partir da teoria crítica. 1ª edição. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

_____. Seria o “urbanismo tático” uma alternativa ao urbanismo neoliberal?. **E-metropolis**, v. 7, n. 27, 2016.

BRINGEL, B.; FALERO, A. Redes transnacionais de movimentos sociais na América Latina e o desafio de uma nova construção socioterritorial. **Cad. CRH** 21, v. 53, ago. 2008.

BUGS, G. **Tecnologias da Informação e Comunicação, Sistemas de Informações Geográficas e a participação pública no planejamento urbano**. Ed. ULBRA. Canoas – Rio Grande do Sul, 2019.

BUGS, G.; REIS, A. T. da L. Planejamento urbano participativo por meio da utilização de novas tecnologias: uma avaliação por especialistas. **Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 9, p. 110-123, 2017.

BUENOS AIRES. La Ciudad inauguró la Plaza Clemente en Colegiales, que suma 7.280 metros cuadrados de espacio verde. Buenos Aires Ciudad. **Jefatura de Gabinete**, 1 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.buenosaires.gob.ar/desarrollo-urbano-y-transporte/noticias/la-ciudad-inauguro-la-plaza-clemente-en-colegiales>>.

BUENOS Aires presentó una nueva edición de BA Elige. **La Network**, 2019. Disponível em: <<https://la.network/buenos-aires-presento-una-nueva-edicion-de-ba-elige/>>.

CABA - Ciudad Autónoma de Buenos Aires. **Comunas porteñas**. Legislatura, 2022. Disponível em: <<https://www.legislatura.gov.ar/seccion/comunas-portenas.html>>.

_____. **Ley n. 5.705, de 24 noviembre de 2016**. Reurbanización, Zonificación e Integración socio-urbana de la Villa 20. [S. l.], 16 jan. 2017. Disponível em: <<http://www2.cedom.gob.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley5705.html>>.

_____. **Ley n. 1.777, de 1 septiembre de 2005.** Ley Orgánica de Comunas. [S. l.], 7 out. 2005. Disponível em: <<http://www2.cedom.gov.ar/es/legislacion/normas/leyes/ley1777.html#:~:text=Ley%201777%20%2D%20Ley%20Org%C3%A1nica%20de%20Comunas&text=Art%C3%A1culo%201%C2%B0.,la%20Constituci%C3%B3n%20de%20la%20Ciudad>>.

_____. **Decreto-ley n. 8912, 24 octubre de 1977.** Normas de ordenamiento territorial y uso del suelo. Boletín Oficial, 28 octubre de 1977. Disponível em: <<https://normas.gba.gob.ar/ar-b/decreto-ley/1977/8912/1102>>.

CAFRUNE, M. E. O direito à cidade no Brasil: construção teórica, reivindicação e exercício de direitos. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 185-205, jan./jun. 2016.

CALDEIRA, T. P. **Cidade de muros:** crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.

CANESE, L. M. Ciudad en dictadura: procesos urbanos en la ciudad de Buenos Aires durante la última dictadura militar (1976-1983). **Scripta Nova**, v. 17, n. 429, 2013. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-429.htm>>.

CANIELLO, M. Identidade e qualidade de vida nos Territórios da Cidadania. **Sociologias**, v. 18, n. 43, 2016.

CAPRON, G.; ARELLANO, S. G. Las escalas de la segregación y de la fragmentación urbana. **Trace - Travaux et Recherches dans les Amériques du Centre**, n. 49, p. 65-75, 2006. Disponível: <<https://www.redalyc.org/pdf/4238/423839505006.pdf>>.

_____. **Home page.** Argentina, 2013. Disponível em: <<https://www.cpau.org/>>.

CARBONE, P. P; BRANDÃO, H. P.; LEITE, J. B.; VILHENA, R. M. **Gestão por competências e gestão do conhecimento.** 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2009.

CARLOS, A. F. **Espaço-Tempo da Vida Cotidiana na Metrópole.** 2. ed., São Paulo: Labur Edições, 2017, 317 p.

CARLOS, E. Movimentos sociais: Revisitando a participação e a institucionalização. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 84, p. 353-364, 2011.

CARPIZO, J. La reforma constitucional en México. Procedimiento y realidad. **Boletín Mexicano de Derecho Comparado**, nueva serie, año XLIV, núm. 131, mayo-agosto de 2011, pp. 543-598.

CARRASCO SOTO, S. Os limites da participação: uma análise da política de participação cidadã no Chile (2011-2018). **Revista Latinoamericana Polis**, v. 20, n. 58, p. 120-140, 2021.

_____. Implementación de mecanismos de participación ciudadana en los gobiernos locales en Chile: el caso del municipio de Santiago. **Rev. iberoam. estud. munic.**, Santiago, n. 19, p. 59-88, jul. 2019. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0719-17902019000100059&lng=es&nrm=iso>.

CARRASCO, Natália. Patrimonialização comunitária nos bairros de Santiago: Os casos das zonas típicas de Viel e Yungay. **Apuntes**, Bogotá, v. 27, n. 1, pág. 80-93, junho de 2014. 2014a. Disponível em: <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-97632014000100006&lng=en&nrm=iso>. acesso em 15 de abril de 2022. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.APC27-1.pcb>s>.

_____. History of relations between forestry companies and Mapuche communities in Chile: Contributions to the ethnographic reconstruction of economic development in interethnic contexts. **Polis**, Santiago, v. 11, n. 31, p. 355-371, 2014b.

CARVALHO, F. C. **Gestão do Conhecimento**. São Paulo: Editora Pearson, 2012.

CARVALHO-SILVA, H. H.; TOMIZAKI, K.; SILVA, M. G. Socialização política e politização entre famílias do movimento dos trabalhadores sem teto. **Educ. Soc.**, v. 37, n. 137, p. 935-954, 2016.

CASTAÑEDA, J. C. P.; MACKINLAY, H. ¿Existe aún la propiedad social agraria en México?. **Polis**, México, v. 11, n. 1, p. 45-82, jun. 2015. Disponible en <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-23332015000100045&lng=es&nrm=iso>

CASTELLS, M. **Redes de Indignação e Esperança**. Movimentos sociais na era da Internet. Rio de Janeiro: Zahar, 271 p. 2013.

_____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1983.

CASTELNOU, A. M. Parques urbanos de Curitiba: de espaços de lazer a objetos de consumo. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 13, n.14, p. 53-73, dez. 2006.

CASTILLO, M. J.; FORRAY, R. Habitação, um problema de acesso à terra. **ARQ (Santiago)** [online]. n. 86, pp. 48-57, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.cl/scielo.php?pid=S0717-69962014000100007&script=sci_abstract>.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CASTRO MARTÍNEZ, E. J. (Re)escalamiento de las políticas urbanas neoliberales en la ciudad de México: liberación y mercantilización del espacio urbano. *In:*

ÁLVAREZ, B.; MORALES, F. **Las ciencias sociales y la agenda nacional: Reflexiones y propuestas desde las ciencias sociales.** México: COMECSO, 2018. v. 9, p. 15-38. Disponível em: <https://www.comecso.com/ciencias-sociales-agenda-nacional/cs/issue/view/9>.

CCB - Câmara de Comércio de Bogotá. **Observatorio de gestión urbana.** N. 1. 2010. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ccb.org.co/handle/11520/14085>.

CDKN - Climate & Development Knowledge Network. Plataforma, 2021. Disponível em: <https://cdkn.org/>.

CEBALLOS RAMOS, O. L.; ROA, A. S. Vivienda y Estado en Colombia: 1918-1990. *In*: BARRETO, T. B.; MANCILLA, M. R.; ESPINOSA, J. E. **Ciudades en construcción permanente: ¿Destino de casas para todos?**. Quito, Equador: Abya-Yala, 2015. p. 93-124. Disponível em: <http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20150326043440/Ciudades.pdf>.

CELS - Centro de Estudos Jurídicos da Associação Civil. **O direito ao protesto social na Argentina.** Cidade Autônoma de Buenos Aires, 2017. Disponível em: <https://www.cels.org.ar/protestasocial/>.

CESTARO, L. Ensaio para a participação popular: O Plano Diretor de Curitiba-PR entre permanências e rupturas. **Revista Bitácora Urbano Territorial**, v. 31, n. 3, p. 67-80, 2021.

CHAUÍ, M. Prefácio. *In*: SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena.** Experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

CHILE. **Ley n. 17.288, de junio de 2019.** Monumentos Nacionales y Normas Relacionadas. Diario Oficial, 2019. Disponível em: https://www.monumentos.gob.cl/sites/default/files/ley_2019_web.pdf.

_____. **Ley n. 21.074, de 2 febrero de 2018.** Fortalecimiento de la regionalización del país. Diario Oficial, 2018. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=1115064>.

_____. **Ley n. 19.300, de 1 mayo de 1994.** Aprueba ley sobre bases generales del medio ambiente. Diario Oficial, 1994. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=30667>.

_____. **Ley n. 18.595, de 27 enero de 1987.** Otorga beneficio tributario para Zonas de Renovación Urbana. Diario Oficial, 1994. Disponível em: <https://www.bcn.cl/leychile/navegar?idNorma=171625>.

CICCOLELLA, P. Las metrópolis latinoamericanas en el contexto de la globalización: las mutaciones de las áreas centrale. **Para Onde!?**, v. 9, n. 1, p. 01-09, jan./jul., 2015.

_____. Revisitando la metrópolis latinoamericana más allá de la globalización. **Revista Ibero americana de Urbanismo - riURB**, n. 8, 2014.

_____. Globalización y dualización en la región metropolitana de Buenos Aires. Grandes inversiones y reestructuración socioterritorial en los años noventa. **EURE - Revista de Estudios Urbanos Regionales**, v. 25, n. 76, p. 5-27, 1999.

CICCOLELLA, P.; MIGNAQUI, I. Capitalismo global y transformaciones metropolitanas: enfoques e instrumentos para repensar el desarrollo urbano. *In*: POGGIESE, H.; EGLER, T. T. **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009, p. 35-50. Disponible em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/formacionvirtual/20130712043756/06cicco.pdf>>.

CINEP - Centro de Investigaçã o e Educaçã o Popular. **Website**. Colômbia, s./d. Disponible em: <<https://www.cinep.org.co/>>.

CIPPEC - Centro de Implementaçã o de Políticas Públicas para Equidade e Crescimento. **Website**, 2017. Disponible em: <<https://www.cippec.org/>>.

CIUDAD DE MÉXICO. **Data México**. Entidad Federativa, 2022 Disponible em: <<https://datamexico.org/es/profile/geo/ciudad-de-mexico-cx>>.

COLEGIALES PARTICIPE Y DECIDE. **Facebook**, 2022. Disponible em: <<https://www.facebook.com/colegialesparticipaydecide>>.

COLETTI, C. Ascensã o e refluxo do MST e da luta pela terra na década neoliberal. **Ideias**, n. 9, 2002.

COLÔMBIA. **Ley n. 388, de 18 julio de 1997**. Señala las actuaciones consideradas como urbanísticas, determina el procedimiento que deben seguir, quienes pueden desarrollarlas, establece la participación en plusvalía, la creación de entidades especiales de carácter público o mixto para la ejecución actuaciones y la celebración entre otros, de contratos de fiducia, para la ejecución de proyectos de urbanización y programas de vivienda de interés social. Disponible em: <<https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=339>>.

_____. **Ley n. 134, de 31 mayo de 1994**. Por la cual se dictan normas sobre Mecanismos de Participación Ciudadana. Diario Oficial, 1994. Disponible em: <<https://www.iidh.ed.cr/capel2016/media/1111/ley-134-1994-mecanismos-de-participaci%C3%B3n-ciudadana.pdf>>.

_____. **Decreto n. 1421**, de 21 julio de 1993. Por el cual se dicta el régimen especial para el Distrito Capital de Santafé de Bogotá. D. Oficial. n 40958. Bogotá D.C., 22, julio, 1993. Disponible em: <<https://www.funcionpublica.gov.co/eva/gestornormativo/norma.php?i=106394>>.

COLOSSO, P. **Disputas pelo direito à cidade**: mais novos personagens. 326 f. 2019. Tese (Doutorado em Filosofia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponible em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-27072020-122357/pt-br.php>>.

COMEC - COORDENAÇÃO DA REGIÃO METROPOLITANA DE CURITIBA. **Website**, 2022. Disponible em: <<https://www.comec.pr.gov.br/>>.

COMUNA Chicureo: Se harán los estudios y si corresponde “lo sacamos adelante”. **Chicureo hoy**, 2018. Disponible em: <<https://www.chicureohoy.cl/actualidad/comuna-chicureo-se-haran-los-estudios-y-si-corresponde-lo-sacamos-adelante/>>.

CONCEJO DE BOGOTÁ. **Acordo 6**, 31 de maio de 1990. Bogotá, 1990. Disponible em: https://www.redjurista.com/Documents/acuerdo_6_de_1990.aspx#/.

_____. **Acordo 7**, 20 de novembro de 1979. Bogotá, 1979. Disponible em: <https://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=902>.

CONTROVERSIA por cobro de predial en Bello. **El Colombiano**, 23 jun. 2015. Disponible em: <<https://www.elcolombiano.com/controversia-por-cobro-de-predial-en-bello-dg2181603>>.

CORREA, M. Fundación Mi Parque: áreas verdes como forma de crear comunidad. Experiencias y aprendizajes para una ciudad inclusiva. **Revista Planeo - Espacio para territorios urbanos y regionales**, n. 32, jun. 2017. Disponible em: <<http://revistaplaneo.cl/2017/06/07/fundacion-mi-parque-areas-verdes-como-forma-de-crear-comunidad-experiencias-y-aprendizajes-para-una-ciudad-inclusiva/>>

CORTÉS SOLANO, R. Del urbanismo a la planeación en Bogotá (1900-1990) Esquema inicial y materiales para pensar la trama de un relato. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 11, n. 1, p. 160-207, 2007. Disponible em: <https://revistas.unal.edu.co/index.php/bitacora/article/view/18636>.

CORTÉS, O.; CANO, M. **Protestas fiscales en Colombia**, 2011-2015. Lincoln Institute of Land Policy, 2019.

COSTA, M. A. (Org.). **O Estatuto da Cidade e a Habitat III**: um balanço de quinze anos da política urbana no Brasil e a nova agenda urbana. Brasília: IPEA, 2016.

CPAU - Conselho Profissional de Arquitetura e Urbanismo. Urbanismo centrado en las personas: el camino hacia una ciudad inclusiva. **Notas CPAU**, 22 jun. 2021. Disponível em: <<https://www.revistanotas.org/revistas/48/2542-urbanismo-centrado-en-las-personas-el-camino-hacia-una-ciudad-inclusiva>>.

CRAVINO, M. C. et al. **Derecho a la ciudad y conflictos urbanos**: la ocupación del Parque Indoamericano. Los Polvorines: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2014.

CUERVO, L. M. **Pensar el territorio**: los conceptos de ciudad-global y región en sus orígenes y evolución. CEPAL, n. 40, nov. 2003. Disponível em: <<https://www.cepal.org/es/publicaciones/7293-pensar-territorio-conceptos-ciudad-global-region-sus-origenes-evolucion>>.

CUNILL-GRAU, N. **Repensando o público através da sociedade**: novas formas de gestão pública e representação social. Rio de Janeiro: Revan; Brasília: ENAP, 1998.

CURITIBA. Fala Curitiba - Consulta Pública Municipal. Plataforma, 2022. Disponível em: <<https://conecta.curitiba.pr.gov.br/fala-curitiba/>>.

_____. Nova fase do Fala Curitiba começa na segunda-feira. **Consultas públicas**. Notícias, 06 mai. 2021. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/nova-fase-do-fala-curitiba-comeca-na-segunda-feira/58827>>.

_____. **Decreto n. 572, de 10 de maio de 2019**. Atualiza a composição do Fórum Curitiba sobre Mudanças do Clima e designa os membros titulares e suplentes. Curitiba, 10 de maio de 2019. 2019a. Disponível em: <<https://mid.curitiba.pr.gov.br/2020/00299439.pdf>>.

_____. Câmara Municipal abre audiências públicas da Lei de Zoneamento. **Uso do Solo**. Notícias, 3 abr. 2019. 2019b. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/camara-municipal-abre-audiencias-publicas-da-lei-de-zoneamento/49868>>.

_____. Plano Diretor 2015 prevê dez alterações no uso e ocupação do solo. **Futuro de Curitiba**. Notícias, 17 mar. 2015. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/plano-diretor-2015-preve-dez-alteracoes-no-uso-e-ocupacao-do-solo/35807>>.

_____. **Lei Municipal n. 14.771, de 17 de dezembro de 2015**. Plano Diretor de Curitiba. Curitiba, 2015. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/pmhqu>>.

_____. **Lei Municipal n. 13.909, de 19 de dezembro de 2011**. Aprova a Operação Urbana Consorciada Linha Verde - OUC-LV, estabelece diretrizes urbanísticas para a área de influência da atual Linha Verde, desde o Bairro Atuba até os bairros Cidade Industrial de Curitiba - CIC e Tatuquara, cria incentivos por

meio de instrumentos de política urbana para sua implantação, institui o Grupo de Gestão, a Comissão Executiva, e dá outras providências. Curitiba, 2011. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2011/1390/13909/lei-ordinaria-n-13909-2011-aprova-a-operacao-urbana-consorciada-linha-verde-estabelece-diretrizes-urbanisticas-para-a-area-de-influencia-da-atual-linha-verde-desde-o-bairro-atuba-ate-os-bairros-cidade-industrial-de-curitiba-cic-e-tatuquara-cria-incentivos-por-meio-de-instrumentos-de-politica-urbana-para-sua-implantacao-institui-o-grupo-gestor-a-comissao-executiva-e-da-outras-providencias>>.

_____. **Lei Municipal n. 12.450, de 19 de dezembro de 2007.** Institui como Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS as áreas que especifica e dá outras providências. Curitiba, 2011. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2007/1245/12450/lei-ordinaria-n-12450-2007>>.

_____. **Lei Municipal n. 11.266, de 16 de dezembro de 2004.** Dispõe sobre a adequação do Plano Diretor de Curitiba ao Estatuto da Cidade. Curitiba, 2004. 2004a. Disponível em: <<http://leismunicipa.is/fanbp>>.

_____. **Lei Municipal n. 11.095, de 21 de julho de 2004.** Dispõe sobre as normas que regulam a aprovação de projetos, o licenciamento de obras e atividades, a execução, manutenção e conservação de obras no município, e dá outras providências. Curitiba, 2004. 2004b. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2004/1109/11095/lei-ordinaria-n-11095-2004-dispoe-sobre-as-normas-que-regulam-a-aprovacao-de-projetos-o-licenciamento-de-obras-e-atividades-a-execucao-manutencao-e-conservacao-de-obras-no-municipio-e-da-outras-providencias>>.

_____. **Decreto n. 223, 12 de março de 2003.** Dispõe sobre a área de abrangência do Setor Especial Novo Rebouças, estabelece condições para o licenciamento de atividades econômicas e dá outras providências. 2003. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2003/23/223/decreto-n-223-2003-dispoe-sobre-a-area-de-abrangencia-do-setor-especial-novo-reboucas-estabelece-condicoes-para-o-licenciamento-de-atividades-economicas-e-da-outras-providencias>>.

_____. **Decreto n. 190, de 03 de abril de 2000.** Dispõe sobre os critérios de uso e ocupação do plano massa nos setores especiais estruturais, e dá outras providências. Curitiba, 2000. 2000a. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/2000/19/190/decreto-n-190-2000-dispoe-sobre-os-criterios-de-uso-e-ocupacao-do-plano-massa-nos-setores-especiais-estruturais-e-da-outras-providencias>>.

_____. **Lei Municipal n. 9.800, de 3 de janeiro de 2000.** Dispõe sobre o zoneamento, uso e ocupação do solo no município de Curitiba, revoga as leis n. 4199/72, 5234/75, 5263/75, 5490/76, 6204/81, 6769/85, 7068/87 e 7622/91, e dá outras providências. Curitiba, 2000. 2000b. Disponível em: <[leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2000/980/9800/lei-ordinaria-n-](https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2000/980/9800/lei-ordinaria-n-9800-2000)

9800-2000-dispoe-sobre-o-zoneamento-uso-e-ocupacao-do-solo-no-municipio-de-curitiba-revoga-as-leis-n-4199-72-5234-75-5263-75-5490-76-6204-81-6769-85-7068-87-e-7622-91-e-da-outras-providencias>.

_____. **Decreto n. 380, de 15 de março de 1993.** Dispõe sobre Unidades de Interesse Especial de Preservação - UIEP e estabelece critérios para a concessão de incentivos, visando sua restauração e manutenção, nos termos da Lei n. 6337/82. Curitiba, 15 de março de 1993. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/decreto/1993/38/380/decreto-n-380-1993-dispoe-sobre-unidades-de-interesse-especial-de-preservacao-uiep-e-estabelece-criterios-para-a-concessao-de-incentivos-visando-sua-restauracao-e-manutencao-nos-termos-da-lei-n-6337-82>>.

_____. **Lei Municipal n. 7.841, de 19 de dezembro de 1991.** Institui incentivos para a implantação de programas habitacionais de interesse social. Curitiba, 1991. Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1991/784/7841/lei-ordinaria-n-7841-1991-institui-incentivos-para-a-implantacao-de-programas-habitacionais-de-interesse-social>>.

_____. **Lei Municipal n. 7.420, de 16 de março de 1990.** Institui incentivos para a implantação de programas habitacionais de interesse social e cria a comissão de política habitacional. Curitiba, 1990. Disponível em:

<<https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/1990/742/7420/lei-ordinaria-n-7420-1990>>.

DAGNINO, E. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? *In*: MATO, D. (coord.), **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, pp. 95-110, 2004.

DAHL, R. **Poliarquia**: Participação e Oposição. São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1997.

DANTAS, A. C. **Planejamento urbano nos anos 90**: negociações entre as esferas pública e privada. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

DARDOT, P; LAVAL, C. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. São Paulo: Boitempo, 2017.

DATAFOLHA. Apoio à democracia atinge 75%. **Opinião Pública**. Instituto de Pesquisa: São Paulo, 29 jun. 2020. Disponível em: <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988776-apoio-a-democracia-atinge-75.shtml>>.

DELGADILLO POLANCO, V. M. Regeneración urbana en la Ciudad de México: polisemia de concepciones y de acciones públicas. **Revista iNvi**, v. 35, n. 100), p. 20-37, 2020. doi:10.4067/S0718-83582020000300020

_____. Urbanismo a la carta: teorías, políticas, programas y otras recetas urbanas para ciudades latinoamericanas. **Cad. Metrop.**, v. 16, n. 31, jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3104>

_____. El derecho a la ciudad en la ciudad de México. ¿Una retórica progresista para una gestión urbana neoliberal?. **Andamios**, v. 9, n. 18, p. 117-139, abr. 2012. Disponible em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-00632012000100006&lng=es&nrm=iso.

DEMATTEIS, G. Suburbanización y periurbanización. Ciudades anglosajonas y ciudades latinas. *In*: MONCLÚS, F. (ed.). **La ciudad dispersa**. Suburbanización y nuevas periferias. Barcelona: Centro de Cultura Contemporánea de Barcelona (CCCCB), 1998.

DIAS, A., B., A.; ALMEIDA, B. E. Multidão: redes de ação coletiva na Zona Leste de São Paulo. *In*: Seminário Internacional de Investigação em Urbanismo, 12, São Paulo-Lisboa, 2020. Disponible em: <https://upcommons.upc.edu/handle/2117/336559>.

DÍAZ-OSORIO, M. S. Arquiteturas coletivas e participação como estratégias para a construção de uma cidade latino-americana. **Revista de Arquitetura**, v. 21, n. 2, 2019. Disponible em: <https://revistadearquitectura.ucatolica.edu.co/article/view/2670>.

DONNER, H. Locating activist spaces: the neighbourhood as a soucer and site of urban activism in 1970s Calcutta. **Sage Journals**, v.23, n. 1, 2011. <https://doi.org/10.1177/0921374011403352>.

DONOSO, S.; VON BÜLOW, M. Introdução: Movimentos Sociais no Chile Contemporâneo. *In*: _____ (Eds.). **Movimentos sociais no Chile: trajetórias organizacionais e consequências políticas**, pp. 3-27. Palgrave Macmillan, EUA, 2016.

DUHAU, E. Planeación metropolitana y política urbana en la ciudad de México. **Estudios Demográficos y urbanos**, v. 3, n.1, jan.-abr.1988.

DUQUE-BRASIL, F. P. Participação cidadã e reconfigurações nas políticas urbanas nos anos 90. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 6, n. 2, nov. 2004. Disponible em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/115>.

DUQUE-CANTE, N. Los vacíos de la planeación participativa en la formulación de los planes de desarrollo local en Bogotá. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, v. 11, 2019. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180193>.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2002.

EIU - Economist Intelligence Unit. **Website**, 2021. Disponible em: <<https://pages.eiu.com/>>.

EL ANTES y el después de la Plaza Clemente: así será el espacio verde por el que lucharon los vecinos. **Observatorio Metropolitano**, 8 nov. 2018. Disponible em: <<https://observatorioamba.org/noticias-y-agenda/noticia/el-antes-y-el-despues-de-la-plaza-clemente-asi-sera-el-espacio-verde-por-el-que-lucharon-los-vecinos>>.

ELZENBAUMER, B. **Designing economic cultures**: cultivating socially and politically engaged design practices against procedures of precarisation. (Tese de doutorado) University of London, Londres, 2013.

EN APOYO a las movilizaciones sociales en Colombia. **Novedades y Noticias**, CLACSO, 23 nov. 2019. Disponible em: <<https://www.clacso.org/en-apoyo-a-las-movilizaciones-sociales-en-colombia/>>.

ESPACIO LUDICO. **Website**, 2022. Disponible em: <<https://www.espacioludico.org/>>.

ESPINOSA, M. Historia y cultura política de la participación ciudadana em la Ciudad de México: entre los condicionamientos del sistema y el ensueño cívico. **Revista de Investigación Social - ANDAMIOS**, n.1, p. 90-50, 2004.

ESPÍRITO SANTO, M. O.; DINIZ, E. H.; RIBEIRO, M. M. Movimento passe livre e as manifestações de 2013: a internet nas jornadas de junho. *In*: PINHO, J. A. G. (Ed.). **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil**: perspectivas para avanço da democracia. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 141-167.

ESTÉVEZ, J. V. El mito de las privatizaciones en Chile. **Polis - Revista Latinoamericana**, n. 12, 2005. Disponible em: <<http://journals.openedition.org/polis/5604>>.

EVERS, T. De costas para o Estado, longe do Parlamento. **Novos Estudos Cebrap**, v. 2, n. 1, p. 25-39, abr. 1983.

EZQUERRA, D. B. La tesis de la producción del espacio em Henri Lefebvre y SUS críticos: un enfoque a tomar em consideración. **Revista del área de estudios urbanos**, n. 3, 2013.

FANTASIA, R.; HIRSCH, E. Culture in Rebellion: the Appropriation and Transformation of the Veil in the Algerian Revolution. *In*: JOHNSTON, H.; KLANDERSMAN, B. (Eds.). **Social Movements and Culture**. London: UCL Press, 1995.

FARIA, R. S.; LANER, I. C. Planejamento urbano e desenvolvimento municipal na América Latina: ideias e realizações da Sociedad Interamericana de Planificación (1956-1980). *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 16, 2015, Belo Horizonte, **Anais...**, Belo Horizonte, 2015, p. 1-17. Disponível em: <<https://anais.anpur.org.br/index.php/anaisenanpur/article/view/1496>>.

FERNANDES, A. S. A. Agenda internacional de gestão urbana e o caso do programa Ribeira Azul. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 9, n. 39, 2004.

FERNANDES, V. C. Sociedade em rede e os movimentos sociais: o caso do movimento passe livre. **Revista Vernáculo**, [S.l.], fev. 2016. ISSN 2317-4021. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/vernaculo/article/view/38120>>.

FERNANDÉZ, L. Planejamento e ecologia em Buenos Aires: um passeio de planejamento urbano em seu contexto ecológico-regional. **urbe, Rev. Bras. Gest. Urbana**, v. 8, n. 1, jan.-abr. 2016.

FERNÁNDEZ WAGNER, R. Buenos Aires. La construcción de la injusticia espacial. Cuestión Urbana. **Centro de Estudios de Ciudad**, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, n. 4, 2018.

FERRAZ, A., T., R. Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política. **Serv. Soc. Soc.**, n. 135, mai.-ago. 2019. <https://doi.org/10.1590/0101-6628.182>.

FERREIRA, A. C.; COELHO, T. R. A participação cidadã na perspectiva de uma cidade inteligente. **Revista Informação na Sociedade Contemporânea**, v. 5, p. e23424, 6 abr. 2021.

FERRO, J. S. La planeación de Bogotá: un sistema híbrido de desarrollo progresivo. **Bitacora**, v. 11, n. 1, 2007.

FILLIEULE, O.; PECHU, C. **Lutter ensemble**: les theories de l'action collective. Paris: L'Harmattan, 1993.

FIRKOWSKI, O. L. Os desafios do urbanismo em face da metropolização. Alguns elementos para (re)pensar Curitiba. **Geo UERJ Revista do Departamento de Geografia**, n. 11, p. 25-32, 2002.

FLORES-VEGA, L. Uma proposta para a análise dos estados latino-americanos a partir de políticas públicas. **Revista Polis** n. 48, 2017. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/polis/12626>>.

FNEM - Fórum Nacional de Entidades Metropolitanas. **Região Metropolitana de São Paulo (SP)**. São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://fnembrasil.org/regiao-metropolitana-de-sao-paulo-sp/>>.

FONSECA, A. C. Política de economia criativa em Buenos Aires: do Plano 2010 aos Distritos Criativos - reflexões e inquietações. *In*: SILVA, F. B.; ZIVIANI, P. **Políticas públicas, economia criativa e da cultura**. Brasília: IPEA, 2020. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/10241>>.

FOSTER, S.; IAIONE, C. The city as a Commons. **Yale Law & Policy Review**, v. 34, n. 281, 2016.

FRANCO, I. D. La cultura como estrategia de transformación y promoción urbana em Bogotá y Medellín. **Revista de Geografía Norte Grande**, n. 61, p. 25-43, 2015. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/pdf/300/30041119003.pdf>>.

FRANCO, J. T. Casa do Vento: Uma Biblioteca Comunitária para San Cristóbal de Bogotá. **ArchDaily**, 17 jun. 2014. 2014a. Disponível em: <<https://www.archdaily.co/co/02-370514/casa-del-viento-a-community-library-for-san-cristobal-de-bogota>>.

_____. Fundación Mi Parque: avanzando hacia un diseño participativo de áreas verdes. **ArchDaily**, 9 dez. 2014. 2014b. Disponível em: <<https://www.archdaily.pe/pe/758820/fundacion-mi-parque-avanzando-hacia-un-diseno-participativo-de-areas-verdes>>.

FREEDOM HOUSE. **Countries & Regions**, 2021. Disponível em: <<https://freedomhouse.org/report/freedom-world/2021/democracy-under-siege/countries-and-regions>>.

FRIDKA, L. Participação cidadã na Constituição Nacional da República Argentina. **Revista Argentina de Direito público**, n.7, 2021.

FRÚGOLI JUNIOR, H. Ativismos urbanos em São Paulo. **Cad. CRH**, v. 31, n. 82, jan.-abr. 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0103-49792018000100005>>.

FUNDACIÓN MI PARQUE. **Website**, 2022. Disponível em: <<https://www.miparque.cl/es/>>.

GABOSI, M. J. A participação das mulheres na requalificação da Villa 20: as dificuldades que vivenciaram para participar do processo. **Revista del Area de**

Estudios Urbanos del Instituto de Investigaciones Gino Germani de la Facultad de Ciencias Sociales, v. 15, 2021.

GADANHO, P. Crescimento desigual: urbanismo tático para megacidades em expansão. **Revista Plot**, v. 48, p. 171-173, 2016.

GADOTTI, M. **Educar para um outro mundo possível**. São Paulo: Publisher Brasil 2007. Disponível em: <<http://acervo.paulofreire.org:8080/xmlui/handle/7891/10010>>.

GAIGER, L., I.; FERRARINI, A.; VERONESE, M. O Conceito de Empreendimento Econômico Solidário: Por uma Abordagem Gradualista. **Rev. ciênc. Sociais**, v. 61, n. 1, 2018. <https://doi.org/10.1590/001152582018149>.

GALVÃO, A. Os movimentos sociais da América Latina em questão. **Revista Debates**, v. 2, n. 2, p. 8-84, 2008.

GALVIS GÓMEZ, C. F. Área metropolitana Bogotá-Cundinamarca: potencialidades, obstáculos y retos. **Revista Ciudades, Estados y Política**, v. 7, n. 3, p. 51-62, 2020. DOI: 10.15446/cep.v7n3.86625. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/revcep/article/view/86625>>.

GÁNDARA, M. A. Chiapas: nuevos movimientos sociales y nuevo tipo de conflictos. *In*: SEOANE, J. **Movimientos sociales y conflicto en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2004, pp. 103-125.

GANDIN, D. Uma posição de planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. **Revista Currículo Sem Fronteiras**, v. 1, n.1, p. 81-95, 2001.

GARCÍA-LAMARCA, M. From occupying plazas to recuperating housing: insurgent practices in Spain. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 41, n.1, p. 35-53, jan. 2017.

GARCÍA VELANDIA, M. C. Las Luchas Sociales em Colombia: Resistencia e la Guerra. **Rev. Venez. de Econ. y Ciencias Sociales**, v. 10, n. 1, p. 155-174, jan.-abr. 2004.

GARRETÓN, M. A. Cambios sociales, actores y acción colectiva en América Latina. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2001. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/6012/S0110833_es.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

GARZA, Gustavo. La urbanización metropolitana en México: normatividad y características socioeconómicas. **Pap. Poblac.**, v. 13, n. 52, p. 77-108, jun. 2007. Disponible en <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-74252007000200004&lng=es&nrm=iso>.

GASPARDO, M. Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. **Estud. av.**, v. 32, n. 92, p. 65-88, jan.-abr. 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ea/a/jGVkdSF8SjLPjQkxCckWTQG/?lang=pt>>.

GAWC - Globalization and World Cities. **Research Network**, 2020. Disponível em: <<https://www.lboro.ac.uk/gawc/>>.

GERMINO, M. E. Historia del proyecto Parque de la Estación. **Periódico Primera Página**, 29 nov. 2018. Disponível em: <<http://primerapagina93.blogspot.com/2018/11/historia-del-proyecto-parque-de-la.html>>.

GHIGLIONE, M. V. **Comunas ¿el cuarto poder?** : Análisis de la creación e implementación de la Ley Orgánica de Comunas de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Descentralización del poder de gestión y participación ciudadana (1996 - 2019). Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas y Gerenciamiento del Desarrollo) - Universidad Nacional de San Martín. Escuela de Política y Gobierno. Tarapoto, Peru, 2020.

GIAMBARTOLOMEI, M. Espacio verde en lugar de shopping a cielo abierto: así será la nueva plaza Clemente de Colegiales. **La Nación**, Sociedad, 6 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/tema/anuario-2018-tid65875/>>.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GOOGLE MAPS. **Residencial Parque Iguazu III e Horta Comunitária** [s.l.]. 2022a.

_____. **Ocupação Dona Cida** [s.l.]. 2022b.

_____. **Jardim Veneza** (Tatuquara) [s.l.]. 2022c.

GÓMEZ, D. F. **Nuevos Movimientos Sociales em Alto Funcha**: acción colectiva, construcción y transformación em la huerta “Sembrando Ilusión”. Monografía. Universidade dos Andes, Bogotá, 2021.

GOHN, M. G. **Participação e democracia no Brasil**: da década de 1960 aos impactos pós-junho de 2013. Petrópolis: Vozes, 2019.

_____. **Sociologia dos movimentos sociais**. São Paulo: Ed. Cortez, 2013.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, 2011.

_____. **Teoria dos movimentos sociais clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GOICOECHEA, M. E.; GIUSTI, M. **Desnaturalizar as abordagens sobre a desigualdade urbana no sul de Buenos Aires**. AREA - Agenda de Reflexión en Arquitectura, diseño y urbanismo: Buenos Aires, 2014.

GOIRAND, C. Movimentos sociais na América Latina: elementos para uma abordagem comparada. **Estud. hist.**, v. 22, n. 44, 2009. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862009000200002>.

GOLDMAN, M. Speculative urbanism and the making of the next world city. **International Journal of Urban and Regional Research**, v.35, n.3, p.555-581, 2011.

GOMES, A. J.; GONZÁLEZ, L. J.; NOVOMISKY, S. Os significados em torno das práticas feiras de San Telmo e como elas operam na configuração de diferentes grupos. **Contratexto**, n. 31, p. 47-67, 2019. DOI: <https://doi.org/10.26439/contratexto2019.n031.3888>

GOMES, A. S.; PIRES, M. M.; MATA C. C.; LEAL, E. A.; LUNA, F. Evolução dos aglomerados urbanos na América Latina: Uma análise do direito à cidade. **Revista do Direito à Cidade**, v. 2, n. 2, 2020.

GOMES, J. D.; GOMES, L. D.; MELLO, M. M. C. O urbanismo tático e o direito à cidade. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 8, n. 4, 2019. Disponível em: <https://redib.org/Record/oai_articulo2459128-o-urbanismo-t%C3%A1tico-e-o-direito-%C3%A0-cidade>.

GONZÁLEZ, L. D. C.; MBALLA, L. V. Mecanismos de Participación Ciudadana en las Políticas Públicas en América Latina. **Revista de Políticas Públicas**, v. 10, n. 1, 2017.

GONZÁLEZ, M. A. et al. **Las normas urbanas en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires**: período 2007-2011, Buenos Aires: Consejo Profesional de Arquitectura y Urbanismo, 2013. Disponível em: <https://bam21.org.ar/comunidad/pluginfile.php/1509/mod_data/content/5762/CPAU%20Nuevas%20normas%20urbanas%20en%20la%20Ciudad%20Autonoma%20de%20Buenos%20Aires.compressed.pdf>.

GONZÁLEZ, R. **Cidadania e Educação no Chile**: o movimento estudantil secundarista de Santiago e a revitalização da tradição republicana democrática socialista. 2019. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

GORELIK, A. A produção da "cidade latino-americana. **Revista Tempo social**, v. 17, n. 1, jun. 2005. <https://doi.org/10.1590/S0103-20702005000100005>

_____. **Miradas sobre Buenos Aires**: historia cultural y crítica urbana. Buenos Aires: Siglo XXI, 2004.

_____. Historia de la ciudad e historia intelectual. **Prismas - Revista de história intelectual**, [S. l.], v. 3, n. 2, p. 209-223, 1999. Disponível em: https://prismas.unq.edu.ar/OJS/index.php/Prismas/article/view/Gorelik_prismas3.

GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1987.

GRANDI, M. S. O debate contemporâneo sobre as escalas geográficas na geografia brasileira: reflexões preliminares. *In*: Encontro Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia, 13, 2019, São Paulo, **Anais...**, São Paulo, 2019. Disponível em:

<http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562640978_ARQUIVO_GRA_NDI_2019_Debates-contemporaneos-sobre-escala-geografica-no-Brasil.pdf>.

GROVOGUI, S. A Revolution Nonetheless: The Global South in International Relations. **The Global South**, v. 5, n. 1, p. 175-190, 2011.

GUZMAN-CONCHA, C.; CÁRDENAS, J.; BISCAY, B.; WEIBEL, M.; BUSANICHE, B. **Ciudadanía Activa, Democracia transparente**: Poderes fácticos, corrupción y control em la sociedad digital. Cuadernos de trabajo, n.1, 2019. Santiago: Fundación Heinrich Böll. Disponível em:

<https://cl.boell.org/sites/default/files/poderes_facticos_2019.pdf>.

HABERMAS, J. Três modelos normativos de democracia. **Lua Nova**, n. 36, 1995. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451995000200003>

_____. **New social movements**. New York: Telos, 1981.

HADDAD, S. O Fórum Social Mundial como um espaço educador. **Educ. Soc.**, v. 41, 2020. <https://doi.org/10.1590/ES.233928>.

HAESBAERT, R. Escalas Espaço-Temporais: Uma Introdução. **Boletim Fluminense de Geografia**, v. 1, n.1, p. 31-51, 1993.

HALBRITTER, L. O. L.; D'ÁVILA NETO, M. I. Mobilização para além das fronteiras: semelhanças transnacionais dos movimentos sociais de origem virtual pelo mundo. **Revista de Ciências Sociais**, v. 51, n. 3, 2015. Disponível em:

<http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/view/csu.2015.51.3.12>

HARDT, M.; NEGRI, A. **Assembly**: a organização multitudinária do comum. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2018.

_____. **Declaração**: isto não é um manifesto. São Paulo: Edições, 2014.

_____. **Commonwealth**. Cambridge, Massachusetts: The Belknap Press of Harvard University Press, 2011.

_____. **Comune**: oltre il privato e il pubblico. Milano: Rizzoli, 2010.

HARVEY, D. **Cidades Rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

_____. O direito à cidade. **Revista Piauí**, ed. 82, jul. 2013. Disponível em: <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>>.

_____. O direito à cidade. **Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais**, n. 29, p. 73-89, 2012.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Loyola, 2008.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 1989.

HEALEY, P. Circuits of knowledge and techniques: the transnational flow of planning ideas and practices. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n. 5, p. 1510-26, 2013.

HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

HEINRICHS, D.; NUISSL, H.; SEEGER, C. R. Expansão urbana e novos desafios para a governança (metropolitana) na América Latina: o caso de Santiago do Chile. **EURE - Revista de Estudios Urbanos Regionales**, v. 35, n. 104, p. 29-46, abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0250-71612009000100002&lng=es&nrm=iso>.

HERMAN, E. **The Threat of Globalization**. Global Policy Forum, 1999. Disponível em: <<https://archive.globalpolicy.org/globalization/defining-globalization/48088-the-threat-of-globalization.html>>.

HERNÁN, O. Las asambleas barriales y la construcción de lo “público no estatal”: la experiencia en la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. *In*: CLACSO, **La política en movimiento**. Identidades y experiencias de organización en América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2008. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsd/collect/clacso/index/assoc/D11471.dir/05ouvi.pdf>>.

HIDALGO, R. Habitação social na cidade de Santiago: Análise de sua abrangência territorial na perspectiva do desenvolvimento urbano, 1978-1995. **Revista Geografia do Norte Grande**, v. 24, p. 31-38, 1997.

HIDALGO, R.; BORSDORF, A.; SANCHEZ, R. Rumo a um novo tecido urbano. Os megaprojetos de cidades cercadas na periferia de Santiago do Chile. **Estudos Territoriais Cidade e Território**, v. 39, n. 151, p. 115-135, 2007. Disponível em: <<https://recyt.fecyt.es/index.php/CyTET/article/view/75757>>.

HOLLOWAY, J. **Mudar o mundo sem tomar o poder**. São Paulo: Editora Viramundo, 2002.

HOLSTON, J. Rebeliões metropolitanas e planejamento insurgente no século XXI. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, v. 18, n. 2, p. 191-204, mai.-ago. 2016.

_____. **Cidadania insurgente**: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

_____. **The modernist city**: An anthropological critique of Brasilia. Chicago: University of Chicago Press, 1989. <http://doi.org/10.1590/2175-3369.010.002A004>.

HORTA DO JACU. **Instagram**, 2022. Disponível em: <<https://www.instagram.com/hortadojacu>>.

HOU, J. **Insurgent Public Space**: Guerrilla Urbanism and the Remaking of Contemporary Cities. Nova Iorque: Routledge, 2012.

HUNEEUS, C. Democracia semi-soberana e representação política tecnocrática. *In*: HUNEEUS, C.; AVENDAÑO, O. (Eds.). **O sistema político do Chile**, p. 19-56. Santiago, Chile: LOM, 2018.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades e Estados**: São Paulo. 2021. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sp/sao-paulo.html>>.

IDB - Inter-American Development Bank. Urban Development and housing. **IDB Cities Laboratory**, 2022. Disponível em: <<https://www.iadb.org/en/urban-development-and-housing/idb-cities-lab>>.

IECM - Instituto Electoral Ciudad de México. Invita IECM a conocer la nueva Ley de Participación Ciudadana de la Ciudad de México. **Notícias**, 2019. Disponível em: <<https://www.iecm.mx/noticias/invita-iecm-a-conocer-la-nueva-ley-de-participacion-ciudadana-de-la-ciudad-de-mexico/>>.

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985. 186 p.

INDEC - Instituto Nacional de Estadística y Censos. Composición y distribución. **Estructura de la población**. República Argentina, 2010. Disponível em: <<https://www.indec.gov.ar/indec/web/Nivel4-Tema-2-18-77>>.

INSTITUTO PÓLIS. **Plataforma global pelo direito à cidade**. Projeto, 2020. Disponível em: <<https://polis.org.br/projeto/plataforma-global-direito-a-cidade/>>.

IPPUC - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. **Diagnóstico Regional**, 2020. 2020a. Disponível em: <<https://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=496&idioma=1&titulo=Diagn%F3stico%20Regional&liar=n%E3o>>.

_____. **A semana no IPPUC**. Setembro, 2019. Disponível em: <<https://ippuc.org.br/mostrarsemana.php?pagina=109&idioma=1&tipo=&posicao=1&itulo=Setembro%202019&liar=sim>>.

_____. **Zoneamento**. Mapas, 2020. 2020b. Disponível em: <<https://ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=352&idioma=1&liar=n%E3o>>.

_____. **Programas e Projetos Especiais**. Mobilidade. 2012. Disponível em: <<https://www.ippuc.org.br/mostrarpagina.php?pagina=327&idioma=1&liar=n%E3o>>.

_____. **O planejamento urbano de Curitiba**. Plano Diretor de 2004. Curitiba: IPPUC, 2004.

IRIZARRI, D. Desenvolvimento urbano condicionado e segregação: as periferias de elite no desenvolvimento urbano e neoliberal de Santiago. **Revista Planeo**, n. 49, 2021. Disponível em: <<http://revistaplaneo.cl/2021/09/21/desarrollo-urbano-condicionado-y-segregacion-las-periferias-de-elite-en-el-desarrollo-urbano-y-neoliberal-de-santiago/>>.

ITINERANTE RESISTÊNCIA. **Facebook**, 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ItineranteResistencia>>.

IVESON, K. Cidades dentro da cidade: urbanismo faça-você-mesmo e o direito à cidade. **International Journal of Urban and Regional Research**, v. 37, n. 3, p. 941-956, 2013. <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12053>

JACOBSSON, K.; KOROLCZUK, E. Mobilizando a Base na Cidade: Lições para Pesquisa da Sociedade Civil na Europa Central e Oriental. **Int. J. Polit. Cult. Soc.**, v. 33, p. 125-142, 2020. <https://doi.org/10.1007/s10767-019-9320-7>.

JARAMILLO, O.; ZAPATA, D. A.; MONCADA, P. D. Políticas públicas para bibliotecas públicas: uma proposta de soluções locais para problemas globais. **Biblioteconomia Research: arquivística, biblioteconomia e informação**, v. 19, n.

39, p. 13-27, jul. 2005. Disponível em: <<http://rev-ib.unam.mx/ib/index.php/ib/article/view/4076>>.

JARDIM SECRETO CURITIBA. **Instagram**, 2022. Disponível em: <<https://www.instagram.com/jardimsecretoctba>>.

KNOKE, D.; PRENSKY, D. What relevance do organization theories, have for voluntary organization?. **Social Science Quarterly**, v. 65, n. 1, p. 2-20, 1984.

KOCHEN, J. J. Santa Fe a La Mexicana. Columna. **Código: Arte, arquitectura, diseño**, 10 jan. 2018. Disponível em: <<https://revistacodigo.com/columna-santa-fe-la-mexicana/>>.

KOSTER, M. An Ethnographic Perspective on Urban Planning in Brazil: Temporality, Diversity and Critical Urban Theory. **International Journal of Urban and Regional Research Published**, v. 44, n. 2, p. 185-199, mai. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12765>.

KOWARICK, L. **Os caminhos do encontro**: as lutas sociais em São Paulo na década de 70. Presença, São Paulo: Caetés, 1984.

KRISCHKE, P. **Aprendendo a democracia na América Latina**: atores sociais e mudança cultural. Porto Alegre: Papyrus, 2003.

LA CIUDAD multiforme: el caso Indoamericano. Atelier Hacer Ciudad + Colectivo Situaciones. **Devir menor, espaço, território, e emancipação social**. Blog [2012?]. Disponível em: <<https://devenirmenor.wordpress.com/2013/04/19/a-cidade-multiforme-o-caso-do-indoamericano-atelier-hacer-ciudad-e-colectivo-situaciones-2/>>.

LA CUADRA A.C. Gsef. **Website**. 2022. Disponível em: <<https://www.gsef-net.org/es/node/25902>>.

LA PLATAFORMA Digital de Participación Popular. **Chile Convención**, 2022. Disponível em: <<https://plataforma.chileconvencion.cl/>>.

LACARRIEU, M. Ciudades contemporáneas: tensiones entre microterritorialidades y lugares negociados y/o disputados en contextos de “inter-territorialización”. **Revista Terra Plural**, v. 6, n. 2, 2012.

LACOSTE, S. G.; BRAVO, D. C. Revuelta popular, Asambleas Territoriales y Educación Popular. **Grupos de Trabajo**, CLACSO, 2020. Disponível em: <<https://www.clacso.org/revuelta-popular-asambleas-territoriales-y-educacion-popular/>>.

LAGO MARTÍNEZ S.; GENDLER, M. A.; MÉNDEZ, A. **Movimientos sociales, apropiación de tecnologías digitales y transformaciones en los procesos de acción colectiva**. España: CLACSO, 2020.

LANDIN, L. Notas sobre a campanha do Betinho: Ação cidadã e diversidades brasileiras. *In*: _____. **Ações em Sociedade**. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos da Religião/NAU, 1998, p. 241-287.

LARA, C. R. **A atual gestão do conhecimento**: a importância de identificar o capital humano nas organizações. São Paulo: Nobel, 2004.

LATINOBARÔMETRO. Opinión Pública Latinoamericana. **Website**, 2020. Disponível em: <<https://www.latinobarometro.org>>.

LAS COMUNAS de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Blog, [s.d.]. Disponível em: <<http://lascomunasdebuenosaires.blogspot.com/p/mapa-de-comunas.html>>.

LE BOT, Y. **El Sueño Zapatista**: entrevistas con el subcomandante Marcos, el mayor Moisés y el comandante Tacho, del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. Barcelona: Plaza y Janés, 1997.

LEAL-YÁÑEZ, M. Movimientos ciudadanos y patrimonio: regulación normativa a la figura de Zona Típica y Pintoresca en Chile. *In*: Congreso Internacional Vivienda y Ciudad: Debate en torno a la Nueva Agenda Urbana, 3, 2018, Córdoba, Argentina. **Anais...** Córdoba, Argentina, 2018.

LEAL-YÁÑEZ, M.; INZULZA-CONTARDO, J. Movimentos patrimoniais e seus efeitos na estrutura urbana: A Zona Típica na População de Leão XIII, comuna de Providencia, Santiago do Chile. **AUS [Arquitetura / Planejamento Urbano / Sustentabilidade]**, v. 23, n. 12-19, 2018. <https://doi.org/10.4206/aus.2018.n23-03>.

LECHNER, N. Los condicionantes de la gobernabilidad democrática en la América Latina de fin de siglo. *In*: FILMUS, D (Ed.). **Los noventa, Política, sociedad y cultura en América Latina y Argentina de fin de siglo**. Buenos Aires, FLACSO-EUDEBA, 1999.

LEFEBVRE, H. [1968]. **O direito à cidade**. 4ª ed. São Paulo: Centauro, 2006.

_____. [1974]. **La producción del espacio**. Madrid: Capitan Swing Libros, 2013.

LEFF, E. Decrecimiento o desconstrucción de la economía: Hacia un mundo sustentable. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 7, n. 21, p. 81-90. 2008. <http://dx.doi.org/10.4067/s0718-65682008000200005>

LEHER, R.; TRINDADE, A. C.; LIMA, J. A. B.; COSTA, R. **Os rumos das lutas sociais no período 2000-2010**. Buenos Aires: CLACSO, 2010.

LEMOS, A. I. G. Los 'nuevos sentidos' espaciales de las metrópolis latinoamericanas. **Confins**, n. 24, 2015. <https://doi.org/10.4000/confins.10327>

LEVY, E. **Democracia nas cidades globais**: um estudo sobre Londres e São Paulo. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

LIMA, C. H. M. A nuvem e a rua: novos movimentos urbanos nas metrópoles brasileiras. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017, São Paulo, **Anais...** São Paulo, 2017, p. 1-17. Disponível em: http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Soes_Tematicas/ST%209/ST%209.2/ST%209.2-01.pdf.

LIMA, N. R. **Conflitos urbanos em Curitiba/PR à luz da territorialidade de organizações populares**. 2019. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

LIMA CÓMO VAMOS. III Forum Internacional de Intervenciones Urbanas. **Portfolio**, 2018. Disponível em: <https://www.limacomovamos.org/portfolio/fiiu2018/>.

LISSIDINI, A.; YANIN W.; ZOVATTO, D. **Democracias en movimiento**: Mecanismos de democracia directa y participativa en América Latina. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2014. Disponível em: <https://www.idea.int/sites/default/files/publications/democracias-en-movimiento.pdf>.

LONG, J. Sense of place and local activism in the neoliberal city: The case of 'strange' resistance. **City**, v. 17, n. 1, p. 52-67, 2013. <https://doi.org/10.1080/13604813.2012.754186>

LOPEZ-BORBON, W. Diversidad informal urbana, intervenciones particulares para asentamientos específicos. Programas de mejoramiento barrial em Bogotá. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 28, n. 2, p. 135-142, 2018. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0124-79132018000200135&lng=en&nrm=iso.

LÓPEZ-MORALES, E. J.; KLETT, I. R. G.; CORVALÁN, D. A. M. Urbanismo pro-empresarial en Chile: políticas y planificación de la producción residencial en altura en el pericentro del Gran Santiago. **Revista INVI**, v. 27, n. 76, p. 75-114, 2012. Disponível em: <https://revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/62511/66423>.

LOS VECINOS de Colegiales participan del diseño de la plaza Clemente. **Nueva Ciudad**, 4 set. 2018. Disponível em: <https://www.nueva-ciudad.com.ar/notas/201809/38420-los-vecinos-de-colegiales-participan-del-diseno-de-la-plaza-clemente.html>.

LUSRY-ABULATIF, L. A transformação urbana de Bogotá: análise de processos de planejamento e gestão urbana. **Bitácora Urbano Territorial**, v. 27, n.1, p.17-26, 2017. <https://doi.org/10.15446/bitacora.v27n1.49734> .

LYDON, M.; GARCIA, A. **Tactical Urbanism vol. 1: Short-term Action for Long-term Change**. Washington: Island Press, 2011.

MACEDO, O., L. La planificación territorial y urbana durante los últimos cincuenta años en México. **Revista Bitácora Urbano Territorial**, v. 11, n. 1, p. 116-126, 2007.

MACIAS, K. E. Corredor Cultural Chapultepec. **Time Out**, 27 ago. 2015. Disponível em: <<https://www.timeoutmexico.mx/ciudad-de-mexico/que-hacer/corredor-cultural-chapultepec>>.

MAGALHÃES, F. R. As Manifestações no espaço público: a rua como lugar da expressão política. **Pensamento Plural**, v. 12, p. 7-35, 2013.

MALDONADO, M. M. Revisitar las tensiones en el proceso de aplicación de la ley 388 de 1997. *In*: FERNANDES, E.; ALFONSIN, B. (Orgs.). **A construção do direito urbanístico na América Latina**. Belo Horizonte: Gaia Cultural - Cultura e Meio Ambiente, 2016. Disponível em: <<http://www.fna.org.br/wp-content/uploads/2019/05/A-constru%C3%A7%C3%A3o-do-direito-urban%C3%ADstico-na-Am%C3%A9rica-Latina-compacto.pdf>>.

MANDUCA, R. Colectivo Fin de Un Mundo: intervenciones escénicas urbanas entre la historia y la agenda política. **telondefondo. Revista de Teoría y Crítica Teatral**, v. 13, n. 26, p. 63-79, 2017.

MÃOS INVISÍVEIS. **Facebook**, 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/projetomaosinvisiveis>>.

MARCHAR bailando: Colectivo Fin de un mundo en la marcha del 24 de marzo. **ANRed**, 30 mar. 2016. Disponível em: <<https://www.anred.org/2016/03/30/aeoemarchar-bailando-colectivo-fin-de-un-mundo-en-la-marcha-del-24-de-marzoae>>.

MARCUSE, P. Reading the Right to the City. Part Two: Organisational Realities. **City**, v. 218, n. 2, 2014.

MARQUES, M. S.; MARX, V. Agenciamento, organização e mobilização: uma (re)leitura da novidade dos Coletivos Culturais contemporâneos. *In*: Encontro Anual da ANPOCS, 44, São Paulo [online], 2020. **Anais...** São Paulo [online], 2020. Disponível em: <<https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSVZPIjtzOjQ6ImM4ODkiO30iO3M6MT0iaCI7czozMjoiNTImZjgxMWFjNTMxNTZkZTJIZjJkZTU2YzVmYzFjYzliO30%3D>>.

MARQUES, E.; TORRES, H. São Paulo no sistema mundial de cidades. **Novos Estudos**, n. 56, p. 139-168, mar. 2020. Disponível em: <https://www.academia.edu/26088307/S%C3%A3o_Paulo_No_Contexto_Do_Sistema_Mundial_De_Cidades>.

MÁRQUEZ, F. Parque de la estación la construcción del espacio público de modo contemporáneo. **Revista Conceptos, Instituto de Investigación de la Universidad del Museo Social Argentino**, n. 502, 2018.

MARSHALL MANRÍQUEZ, C. **La dicotomía de la descentralización administrativa y los procesos de planificación urbano-regional em Chile: efectos en la planificación y gestión subnacional**. 298 f. 2019. Tese (Doutorado em Arquitectura, Diseño y Estudios Urbanos) - Pontificia Universidad Católica de Chile, Santiago, 2019. Disponível em: <<https://repositorio.uc.cl/xmlui/handle/11534/22014>>.

MARTINS, A. México: uma mulher zapatista na presidência?. Blog da Redação. Outras Palavras, 18 out. 2016. Disponível em: <<https://outraspalavras.net/blog/mexico-uma-mulher-zapatista-na-presidencia/>>.

MARTINS, C. E. Neoliberalismo e desenvolvimento na América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2005. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20101013124027/6Partell1.pdf>>.

MARTINS, J. C. 2004: gestão democrática no Plano Diretor de Curitiba - Parte III. **Câmara Municipal de Curitiba**. Notícias, 11 de novembro de 2015. Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.leg.br/informacao/noticias/2004-gestao-democratica-no-plano-diretor-de-curitiba-parte-iii>>.

MARTINS, J.,H.,V. Parques Urbanos de Curitiba: Sustentabilidade Urbana e mercado imobiliário. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Imobiliária) - Universidade Federal do Paraná, Matinhos, 2019.

MARTINS, W. F. **Mudança Organizacional e Ação Comunicativa: Rumo ao Resgate da Dignidade e da Emancipação Humana**. 215 f. 1994. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 1994. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4491>>.

MATHIVET, C. O direito à cidade: chaves para entender a proposta de criar “Outra cidade possível”. In: _____ (org.). **Cidades para Todos: Propostas e experiências pelo direito a cidade**, HIC, Santiago, 2010, p. 21-26. Disponível em <<http://www.hicnet.org/articles.php?pid=3587>>.

MATTOS, C. A. **Globalización y metamorfosis metropolitana en América Latina**. De la ciudad a lo urbano generalizado (Documento de trabajo). Madrid: Grupo de Estudios sobre Desarrollo Urbano, 2010.

_____. Modernización neocapitalista, reestructuración productiva y territorial em Chile (1973-1990). **EURE - Revista de Estudios Urbanos Regionales**, v.18, n. 54, 1992.

MATZKIN, K.; I. **Cidades latino-americanas: convergência ou diversidade no processo de produção contemporânea do espaço**. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2006.

MAYER, M. First world urban activism: Beyond austerity urbanism and creative city politics. **City**, v. 17, n. 1, p. 5-19, feb. 2013. doi:10.1080/13604813.2013.757417.

MAZZETTI, A. C.; WEDIG, J. C.; PERONDI, M. A.; RUBIN-OLIVEIRA, M. América Latina em perspectiva: o pensamento cepalino e decolonial. **Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.**, v. 23, 2021. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202111>

MCADAM, D.; TARROW, S.; TILLY, C. Para mapear o confronto político. **Lua Nova**, v. 76, p. 11-48, 2009. Disponível em:
<<https://www.scielo.br/j/ln/a/RQjHbvGyjtbf3SCYnWSfKF/?lang=pt&format=pdf>>.

MEDEIROS, H. F. **Plano de ação e projetos urbanos: Rebouças, Curitiba/PR**. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade, da Universidade Federal de Santa Catarina, para obtenção do grau de Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade. Florianópolis, 2011.

MEDEIROS, J. **A nova esquerda latino-americana: movimentos sociais, institucionalização e crise do progressismo**. 2020. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

MEDINA, H. Y. B. **100 em 1 dia Cuiabá: Micropolíticas urbanas na relação Colômbia-Brasil**. 2017. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) - Universidade Federal de Mato Grosso. Cuiabá, 2017.

MEINERS, W., E.; FIRKOWSKI, O., L. A Metrópole de Curitiba na Geografia da Inovação. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVIII, 2019, Natal, Anais...*, Natal, 2019, p. 1-22. Disponível em:
<<http://anpur.org.br/xviii/anpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=497#:~:text=Cor%C3%A9ia%20do%20Sul,-,Desde%20o%20in%C3%ADcio%20dos%20anos%201990%2C%20Curitiba%20busca%20pela%20produ%C3%A7%C3%A3o,inser%C3%A7%C3%A3o%20na%20E2%80%9Cnova%20economia%20E2%80%9D>>.

MELUCCI, A. **Challenging Codes: Collective Action in the Information Age**. Cambridge: Cambridge Un. Press, 1996.

MENDES, R., L., M. **Adaptação climática e planejamento urbano: o caso de Curitiba**. 2020. Monografia (Especialização em Gestão e Economia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2020.

MIGNAQUI, I. Planes y proyectos territoriales. escenarios de la metrópolis planificada. **Revista Iberoamericana de Urbanismo**, n. 8, 2012.

MILANI, C. O princípio da participação social na gestão de políticas públicas locais: uma análise de experiências latino-americanas e europeias. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 551-579, 2008.

MINVU - Ministerio de Vivienda y Urbanismo. **Política Nacional de Desarrollo Urbano: Hacia una Nueva Política Urbana para Chile**. Ciudades Sustentables y Calidad de Vida. Santiago, Chile: MINVU, jan. 2014. Disponível em: <<https://cndu.gob.cl/politica-urbana/>>.

MIRAFTAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 18, n. 3, 2016. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2016v18n3p363>.

_____. Insurgent Planning: Situating Radical Planning in the Global South. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009. <https://doi.org/10.1177/1473095208099297>.

MOLINA, I. A. M. Artífices de sueños en el espacio público bogotano: Los casos de Technikal Colectivo, Jardines Insurgentes y 100en1día. **Papeles de Coyuntura**, n. 38, 2014.

MORADIAS 23 DE AGOSTO. **Facebook**, 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/moradias23deagosto>>.

MORAIS, Y. A. L. 5 causas da desigualdade econômica. Economia. **Politize**, 8 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/desigualdade-economica-5-causas/>>.

MORÁN, M. L. Viejos y nuevos espacios para la ciudadanía: la manifestación del 15 de febrero de 2003 en Madrid. **Política y Sociedad**, v. 42, n. 2, 2005, p. 95-113. Disponível em: <<https://revistas.ucm.es/index.php/POSO/article/view/POSO0505230095A/22920>>.

MORENO, I. J. **Función e Identidad en los Huertos Urbanos de la CDMX**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenho e Estudos Urbanos) - Universidade Autónoma do México, México, 2021.

MORENO, O. E. P. Breve história do planejamento urbano de Bogotá (Colômbia): Análise da sua formação como cidade entre 1900 e 2014 considerando os rebatimentos das correntes do urbanismo, os modelos de cidade e o papel da renda

da terra. *In*: Seminário Nacional de Planejamento e Desenvolvimento, 2, Florianópolis, 2014. **Anais...** Florianópolis, 2014.

MOTTA, J. M. et al. **Planejamento e gestão holística participativa no Exercício do Direito à Cidade**. Processo participativo no quadro do projeto integral de reurbanização da Villa 20, Lugano, CABA. Universidade de Buenos Aires: Questões Urbanas de Estudos da Cidade, 3 ed., 2018.

MOUFFE, C. Hegemony and New Political Subjects: Toward a New Concept of Democracy, *In*: NELSON, C.; GROSSBERG, L. **Marxism and the Interpretation of Culture**. Chicago: Un. of Illinois Press, 1988.

MOVIMIENTO Comunero pide “comunas para el pueblo”. **Parabuenosaires - Notícias de Buenos Aires**, publicado em 3 fev. 2015. Disponível em: <<https://parabuenosaires.com/movimiento-comunero-pide-recuperar-las-comunas-para-el-pueblo/>>.

MOVIMIENTO estudantil en Colombia. **Cuadernos de Resistencia**, 2011. Disponível em: <<http://cuadernosderesistencia.blogspot.com/2012/10/movimiento-estudiantil-en-colombia.html>>.

MTST PARANÁ - Movimento dos Trabalhadores Sem Teto Paraná. **Facebook**, 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/mtstparana>>.

MUNÓZ CERDA, J., M. **Análisis de Planes de Rehabilitación Integral de Centros Históricos en diferentes contextos**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano e Territorial) - Universidad Politécnica de Cataluña, Espanha, 2008. Disponível em: <https://desarrollourbanoyterritorial.duot.upc.edu/sites/default/files/J.Mu%C3%B1oz_MDUT%202008.pdf>.

MUSSE, V. Ganaron los vecinos: se inauguró en Colegiales la plaza Clemente, sin comercios ni cocheras. **La Nación**, Buenos Aires, 2 jul. 2019. Disponível em: <<https://www.lanacion.com.ar/buenos-aires/ganaron-vecinos-se-inaugura-colegiales-plaza-clemente-nid2263384/>>.

NAGIB, G.; GIACCHÈ, G. A vida cotidiana das hortas comunitárias: casos de Rennes (França) e São Paulo (Brasil). **Estudos Avançados**, v. 35, n. 101, 2021.

NEGRELOS, E. P. Cultura, Arquitetura e Cidade na América Latina: questões para o desenvolvimento em perspectiva histórica, 1930-1980. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017, São Paulo, **Anais...** São Paulo, 2017.

NEGRETE, M. P.; CONTRERAS, L. F. T. La Supervía Poniente de la Ciudad de México. Conflicto urbano-ambiental, interdisciplina y sustentabilidad. **Quid 16**:

Revista da Área de Estudos Urbanos, n. 8, p. 106-129, 2017. Disponível em: <<https://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/quid16/article/view/2560>>.

NEGRI, A. **5 Lições sobre o Império**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NEIRA, F. E. **Nuevas Espacialidades: Practicas Artísticas y Acciones Colectivas em Bogotá (2000-2015)**. Tese de Doutorado. Universidade Autónoma Metropolitana. México, 2018. Disponível em: <<http://zaloamati.azc.uam.mx/handle/11191/5923>>.

NÓ COMUM. **Instagram**, 2022. Disponível em: <<https://www.instagram.com/no.comum>>.

NOGUEIRA, A. P. F. Resistência ao neoliberalismo na América Latina: O movimento indígena e o caso do EZLN - México. *In: Encontro de Geógrafos da América Latina*, 12, 2009, Montevideo, Uruguai. **Anais...** Montevideo, Uruguai, 2009.

NONAKA, I. Creating Organizational Order Out of Chaos: Self-Renewal in Japanese Firms. **California Management Review**, v. 30, n. 3, p. 57-73, Apr. 1998. <https://doi.org/10.2307/41166514>

NOVOA GUTIERREZ, V. J. (2019). Modernización urbana y conflicto por el espacio en la Ciudad de México: la aniquilación del paisaje comunitario-barrial en el pueblo de Xoco. **Revista Fuentes Humanísticas**, v. 31, n. 58, p.119-130. <https://doi.org/10.24275/uam/azc/dcsh/fh/2019v31n58/Novoa>

NÚCLEO PERIFÉRICO. **Facebook**, 2022. Disponível em: <<https://www.facebook.com/nucleoperiferico>>.

OBERSCHALL, A. **Social Movement**. New Brunswick: Transaction Books, 1993.

OBSERVATÓRIO DAS METRÓPOLES. Observatório no 7. Fórum Urbano Mundial/Medellín. **Eventos**, 1 abr. 2014. Disponível em: <<https://www.observatoriodasmetropoles.net.br/observatorio-no-7-o-forum-urbano-mundial-medellin/>>.

ODC - Observatorio del Derecho a la Ciudad. Se lanzó un nuevo espacio político en la CABA: El Movimiento La Ciudad Somos Quienes La Habitamos. **Observatorio del Derecho a la Ciudad**, 27 nov. 2021. 2021a. Disponível em: <<https://observatoriociudad.org/se-lanz%C3%B3-un-nuevo-espacio-pol%C3%ADtico-en-la-caba-el-movimiento-la-ciudad-somos-quienes-la-habitamos/>>.

_____. #SeVaBuenosAires: Una multitud se manifestó contra los negociados inmobiliarios del GCBA. **Observatorio del Derecho a la Ciudad**, 01 nov. 2021. 2021b. Disponível em: <<https://observatoriociudad.org/sevabuenosaires-una-multitud-se-manifest%C3%B3-contra-los-negociados-inmobiliarios-del-gcba/>>.

_____. Impactante Demostración Ciudadana en Defensa de la Costanera Sur. **Observatorio del Derecho a la Ciudad**, 23 out. 2021. 2021c. Disponível em: <https://observatoriociudad.org/impactante-demostraci%C3%B3n-ciudadana-en-defensa-de-la-costanera-sur/>

_____. La justicia de la ciudad ordenó al GCBA no autorizar el funcionamiento de la sede del mercado central en el Barrio de Colegiales. **Observatorio del Derecho a la Ciudad**, 15 set. 2015. Disponível em: <https://observatoriociudad.org/la-justicia-de-la-ciudad-ordeno-al-gcba-no-autorizar-el-funcionamiento-de-la-sede-del-mercado-central-en-el-barrio-de-colegiales/>.

OECD - Organisation for Economic Co-operation and Development. **OECD Territorial Reviews**: Valle de México, Mexico. Paris: OECD Publishing, 2015. <https://doi.org/10.1787/9789264245174-en>.

OEGEMA, D.; KLANDERMANS, B. Why Social Movements Sympathizers Don't Participate: Erosion and Nonconversion of Support. **American Sociological Review**, v. 59, n. 5, p. 703-722, 1994.

OFFE, C. **Partidos Políticos y Nuevos Movimientos Sociales**. Madrid: Ed. Sistema, 1988.

OIDP - Observatorio Internacional de la Democracia Participativa. **Jugar y participar**. Cuando los niños y las niñas son protagonistas del planeamiento urbano. 11 feb. 2020. Disponível em: <https://oidp.net/es/practice.php?id=1283>.

OLIVEIRA, A. La crisis política, los movimientos sociales y el futuro de la democracia en México. **Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales**, v. LXI, n. 226, p. 279-295, 2016.

OLIVEIRA, E. M. S. **Rap contestação e funk ostentação**: consumo e discursos sonoros na periferia. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Ciências e Letras, UNESP, Araraquara, 2016.

OLIVEIRA, F. M. G.; SILVA NETO, M. L. Do direito à cidade ao direito aos lugares. **Urbe - Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 12, 2020. <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190180>

ONS, M. Assentamentos informais e grandes projetos urbanos na cidade de Buenos Aires: o caso da Villa 31. **Estudios Demográficos y Urbanos**, v. 36, n. 3, p. 891-920, 2021. <https://doi.org/10.24201/edu.v36i3.1977>.

O POVO PELO POVO. **Facebook**, 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/O-POVO-PELO-POVO-114290093704344>

O QUE É a austeridade? E por que os neoliberais a defendem?. Política, **Carta Capital**, publicado em 3 ago. 2017. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/politica/o-que-e-a-austeridade-e-por-que-os-neoliberais-a-defendem/>>.

ORTEGO, A. L. En Riesgo: Los comunes rurbanos del Alto Fucha en Bogotá. **ArchDaily**, 16 out. 2021.

OSSANDON, A. O. La gobernabilidad metropolitana de Santiago: la dispar relación de poder de los municipios. **EURE - Revista de Estudios Urbanos Regionales**, v. 35, n. 104, p. 101-120, 2009.

OSSANDON, A. O.; VALDÉS, J. M.; MARÍN, M. M. Plano de desenvolvimento comunitário: O instrumento de governo da gestão municipal no Chile?. **Revista INVI**, v. 31, n. 87, p. 173-200, 2016. Disponível em: <https://revistainvi.uchile.cl/index.php/INVI/article/view/62723/66630>

OSSANDON, A. O.; VASQUEZ, F. A.; ALBA, D. M. Ordenamiento territorial en Chile: Nuevo escenario para la gobernanza regional. **Rev. geogr. Norte Gd.**, n. 77, p. 31-49, dez. 2020. <http://dx.doi.org/10.4067/S0718-34022020000300031>.

OSSANDON, A. O.; VICUÑA, M.; MORIS, R. Planejamento urbano e qualidade de vida: aproximação ao estado do planejamento local no Chile. **Cadernos de Habitação e Urbanismo**, v. 10, n. 19, p. 88-109, 2017. <https://doi.org/10.11144/Javeriana.cvu10-19.pucv>

OSTROM, E. **Entendendo a diversidade institucional**. Princeton NJ: Princeton University Press, 2005.

_____. **Governing the commons**: the evolution of institutions for collective action. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

PADAWANGI, R.; MAROLT, Peter; DOUGLASS, Mike. Introduction to the Special Issue: Insurgencies, social media and the public city in Asia. **International Development Planning Review - IDPR**, v. 36, n. 1, 2014. doi 10.3828/idpr.2014.1

PAIM, C. T. **Coletivos e iniciativas coletivas**: modos de fazer na América Latina contemporânea. Tese (Doutorado em Artes Visuais) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

PALACIOS-VALLADARES, I. Chile 2019: las protestas de octubre y el movimiento estudiantil ¿coyuntura histórica de cambio?. **Revista De Ciencia Política**, v. 40, n. 2, p. 215-234, 2020. <https://doi.org/10.4067/S0718-090X2020005000106>

PARNREITER, C. Global cities and the geographical transfer of value. **Urban Studies**, v. 56, n. 1, p. 81-96, 2019.

PAVEZ -REYS, M. I. Planejamento urbano e regional para Santiago do Chile desde 1960: contribuição conceitual e de projeto inicial para a sustentabilidade. **Pesquisa Geográfica**, v. 41, p. 111-129, 2009. doi: 10.5354/0719-5370.2012.21902

_____. Caminhada e mobilidade urbana e regional em modelos de cidade para Santiago do Chile. **Revista INVI**, v. 26, n. 71, p. 57-85, 2011. Disponível em: https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-83582011000100003

PAVLICK, M. Políticas para recuperação de áreas centrais em cidades latino-americanas. Estudo de Caso: São Paulo, Santiago do Chile e Buenos Aires. 225f. 2010. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16139/tde-09062010-150605/publico/MPavlick_Dissertacao_Mestrado.pdf>.

PEREIRA, G.; SILVA, M. N. Dinâmica imobiliária na Região Metropolitana de Curitiba: o mercado formal e informal e a estruturação da metrópole. *In*: MOURA, R.; FIRKOWSKI, O. L. C. (Orgs.). **Dinâmicas intrametropolitanas e produção do espaço na Região Metropolitana de Curitiba**. Rio de Janeiro: Observatório das Metrópoles / Curitiba: Letra Capital Editora, 2009.

PEREIRA, M. A. Movimentos Sociais e Democracia: a tensão necessária. **Opin. Pública**, v. 18, n. 1, jun. 2012. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762012000100004>

PERI VECSLIR, L. Nuevas centralidades del ocio y el consumo. Ámbitos, modalidades e instrumentos de regulación de las grandes superficies comerciales en la Región Metropolitana de Buenos Aires. **CONICET - riURB**, n. 5.

PFENNIGER, F.; AGUILERA, E. S. **El pasaje del Libro**: Resignificación Palacio Walker, de lo privado a lo público. Trabalho de Graduação. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade do Chile, 2012.

PINHEIRO, A. I. C. **O plano diretor de Curitiba (lei n. 14.771/2015) e sua relação com a função social da propriedade na perspectiva dos direitos urbanístico e ambiental**. 195 f. 2016. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

PLENTZ, S. **Taxonomia para técnicas criativas aplicadas ao processo de projeto**. 130 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Design) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2011. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/38959/000822735.pdf>>.

PLEYERS, G. **Movimentos sociais nas perspectivas e ferramentas analíticas do século XXI**. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

PODUJE, I. **Participación ciudadana en proyectos de infraestructura y planes reguladores**. Instituto de Estudios Urbanos y Territoriales Facultad de Arquitectura, Diseño y Estudios Urbanos UC, v. 3, n. 22, 2008.

POGGIESE, H. Escenarios del presente y del futuro en la gestión democrática de las ciudades: metodologías y modelos decisionales alternativos. POGGIESE, H.; EGLER, T. T. **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009.

PRAÇA SEU FRANCISCO. **Instagram**, 2022. Disponible em: <<https://www.instagram.com/pracaseufrancisco>>.

PRADILLA COBOS, E. Zona Metropolitana del Valle de México: neoliberalismo y contradicciones urbanas. **Sociologias**, v. 18, n. 42, mai-ago. 2016. <https://doi.org/10.1590/15174522-018004203>

_____. La ciudad capitalista en el patrón neoliberal de acumulación en América Latina. **Cad. Metrop.**, São Paulo, v. 16, n. 31, pp. 37-60, jun 2014 <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2014-3102>

_____. Zona Metropolitana del Valle de México: una ciudad baja, dispersa, porosa y de poca densidad. *In*: PRADILLA COBOS, E. P. **Ciudades compactas, dispersas, fragmentadas**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Xochimilco/Miguel Ángel Porrúa, 2011.

PROCÓPIO, M. L. A cooperação Espontânea: Relativizando a Importância da Atividade Formal de Gestão no Funcionamento das Organizações. **Sociedade, Contabilidade e Gestão**, v. 2, n. 1, 2007. doi: https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v2i1.13123

PUA - Plano Urbano Ambiental. **Informe de Gestión 2020**. Buenos Aires Ciudad, 2020. Disponible em: <https://www.buenosaires.gob.ar/sites/gcaba/files/pua_-_investigacion_copua_-_diagnostico_ley_2930_resumen_ejecutivo.pdf>.

PUIG, S.; ROVIRA, G. Movimentos sociais e ação coletiva. *In*: Puig, S.; Delgadillo, J. M.; Sánchez F. (Eds.). **Curso de ciência política**. Senado da República-LXIII Legislatura, p. 279-317, México, 2017.

QUEIROZ, F. A revolução do comum. **Trab. educ. saúde**, v. 18, n. 3, 2020. <https://doi.org/10.1590/1981-7746-sol00261>

QUIJANO, A. **Cuestiones y horizontes**: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder. Buenos Aires: CLACSO, 2014.

_____. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. *In*: Edgardo Lander (org). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais.

Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (Org). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

_____. Coloniality of Power and Eurocentrism in Latin America. **International Sociology**, v. 15, n. 2, p. 215-232, 2000.
<https://doi.org/10.1177/0268580900015002005>

QUINTERO GALINDO, S. I. **Presupuestos participativo en Bogotá**. 87 f. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - Facultad de Ciencias Económicas y Administrativas, Pontificia Universidad Javeriana. Bogotá, 2013. Disponível em: <<https://repository.javeriana.edu.co/bitstream/handle/10554/9012/QuinteroGalindoSandraIvonne2013.pdf;sequence=1>>.

QUINTO JÚNIOR, L. P. 2003. Nova legislação urbana e os velhos fantasmas. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 47, p. 187-96, 2003.

RAMÍREZ ZARAGOZA, M., Á. Movimientos sociales y ciudadanía en la construcción social de nuevos derechos. **Iberofórum. Revista de Ciencias Sociales de la Universidad Iberoamericana**, v. XII, n. 23, p. 128-164, 2017.

RAMOS, M. C. P. Economia solidária, plural e ética, na promoção do emprego, da cidadania e da coesão social. **Laboreal** [Online], v. 7, n. 1, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/laboreal.8366>

RANDOLPH, R. Superando abordagem colaborativa e agonística do planejamento: caminhos para sua radicalização por meio de ações subversivas. **Cad. Metrop.**, v.21, n.44, p. 99-117, 2019.

RAPOPORT, C. J. Reflexiones sobre el nuevo pacto social, económico y cultural en la Ciudad de México. **Dfensor - Revista de Derechos Humanos**, n. 3, año XV, p. 22-26, mar. 2017. Disponível em: <https://cdhcm.org.mx/wp-content/uploads/2014/05/dfensor_03_2017.pdf>.

REDE BRASIL ATUAL. **Website**. 2021. Disponível em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/>>.

REDONDO, C. G. El vaciamiento que antecede la renovación. Reflexiones a partir del proyecto del distrito gubernamental en el sur de la ciudad de Buenos Aires. **Revista de Estudos Urbanos e Regionais**, n. 42, 2020.
<https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/territorios/a.7228>

RENDÓN CORONA, A. El derecho a decidir y la constitución política de la Ciudad de México. **Polis**, México, v. 16, n. 1, p. 75-124, jun. 2020. Disponible en <http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1870-23332020000100075&lng=es&nrm=iso>

RETAMOZO, M. Movimientos sociales, política y hegemonía en Argentina. **Polis, Revista de la Universidad Bolivariana**, v. 10, n. 28, p. 243-279, 2011.

REVOL-BUISSON, C. Os sucessos de Lefebvre nos estudos urbanos anglo-saxões e as condições de sua redescoberta na França. **L'Homme et la société**, n. 3, p. 185-186, 2012.

REVUELTA popular, Asambleas Territoriales y Educación Popular. **Grupos de Trabajo**, CLACSO, 2018. Disponível em: <<https://www.clacso.org/revuelta-popular-asambleas-territoriales-y-educacion-popular>>.

REYES SÁNCHEZ, C. **Análisis del proceso de formulación de las políticas de fomento competitivo**: El caso de las zonas de desarrollo económico y social (ZODES). 122 f. 2012. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas) - Universidade Autónoma Metropolitana, Cidade do México, 2017. Disponível em: <http://dcsh.xoc.uam.mx/images/MPP/TesisMPP/RI/N47%20MPP.pdf>

RIBEIRO, L. C. Q. **A metrópole em questão**: desafios da transição. Rio de Janeiro: Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2018.

RICCI, R. G. Movimentos e mobilizações sociais no Brasil: de 2013 aos dias atuais. **Saúde debate**, v. 42, n. 3, nov. 2018. <https://doi.org/10.1590/0103-11042018S308>

ROCA, L. J. D. Planos Urbanos e de transporte na cidade de Buenos Aires. **Revista Eletrônica de Geografia e Ciências Sociais**, v. 9, n. 194, 2005.

ROCHA, R. A gestão descentralizada e participativa das políticas públicas no Brasil. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 1, n.11, 2009.

RODRIGUES, E. C. A rebelião das ruínas: a greve nacional agrária na Colômbia. **Revista Análise**, v. 49, n. 90, p. 83-109, 2017.

RODRÍGUEZ, M. C. Políticas de hábitat, villas y ciudad: tendencias actuales y futuros posibles (Buenos Aires, Argentina). **Oculum Ensaios**, v. 15, n. 3, p. 495-517, 2018. Disponível em: <<https://periodicos.puc-campinas.edu.br/oculum/article/view/4179>>.

RODRÍGUEZ, E. C.; SILVA, S. T. O movimento político e social Marcha Patriótica: gênese, estrutura e projeto. **Revista Colombiana de Ciências Sociais**, v. 8, n. 1, p. 189-225, 2017. Disponível em: <<https://www.revistacomunicar.com/verpdf.php?numero=68&articulo=68-2021-04>>.

RODRÍGUEZ-SUÁREZ, J.; MORÁN, L.; HERRERO-OLAIZOLA, J. B. Investigación en red, nuevos lenguajes y simbologías del activismo digital: Una revisión sistemática. **Comunicar - Revista Científica de Educomunicación**, v. XXIX, n. 68, 2021.

ROLDÁN, D. Esporte, cidades, empresários e políticas urbanas. Jogos Olímpicos da Juventude de Buenos Aires 2018. **Espaço Aberto**, v. 29, n. 2, p. 29, 2020.

ROLNIK, R. Estatuto da Cidade e Conferência das Cidades: instrumentos para uma política urbana democrático-participativa. **Revista Katálisis**, v. 6, n. 2, p. 223-234, 2003

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias?. **Novos estud. CEBRAP**, v. 89, p. 89-119, 2011. <https://doi.org/10.1590/S0101-33002011000100006>.

ROMANO, R. G.; SAMPAIO, C., A., C.; LIMA, C. A. Mobilidade urbana e tempo no contexto da habitação popular - da Vila Parolin ao bairro Ganchinho, Curitiba, Paraná. *In: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVIII, 2019, Natal, Anais... Natal, 2019*

ROVIRA-RUBIO, R. A pobreza no Chile e sua superação como problema de Estado: uma análise dos discursos presidenciais do acordo. **Revista Austral de Ciências Sociais**, n. 30, p. 27-51, 2017. <https://doi.org/10.4206/rev.austral.cienc.soc.2016.n30-02>

SÁENS, M. S.; PÉREZ, G. La recuperación del centro de Santiago: Imágenes y propuestas, 1976-2006. *In: MUNICIPALIDAD DE SANTIAGO. Santiago centro: un siglo de transformaciones. Santiago: Andros, p. 76-95, 2006. Disponível em: <<https://repositorio.uchile.cl/handle/2250/168411>>.*

SALAZAR, J.; CASTILLO, J., C. La planeación urbanística en Colombia. *In: VIVIESCAS, F. Trayectorias urbanas em la modernización del Estado en Colombia. Editora: Tercer Mundo, p. 131-155. Bogotá, 2001.*

SALGADO, T. J. **Impacto de declaratoria de zonas típicas y pintorescas en el desarrollo del centro histórico**: Estudio de la gestión del patrimonio organización ciudadana y urbanismo em tres Barrios de la comuna de Santiago-Chile. 2015. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidad de Chile, Santiago de Chile, 2015.

SANCHES, A. **Entre a indeterminação da vida e o direito à cidade na periferia**: estudo de ações coletivas nas ocupações da CIC. 2021. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Governança Pública) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021.

SÁNCHEZ DE BUGLIO, V. A. **Políticas sociales chilenas entre 2000 y 2010**: La dualidad pobreza / desigualdad como objeto de política social. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidad de Chile, Santiago, 2014. Disponível em: <<https://repositorio.uchile.cl/bitstream/handle/2250/130552/Tesis%20doctoral%20Valeria%20S%C3%A1nchez.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>.

SANDERCOCK, L. **Cosmopolis II: Mongrel Cities in the 21st. century**. Londres e Nova York: Boomsbury Academic, 2013.

_____. Introduction: Framing insurgent historiographies for Planning. *In*: SANDERCOCK, L. **Making the invisible visible**. University of California Press. Berkeley, CA. p. 1-36, 1998.

SANTIAGO. Gobierno Regional Metropolitano de Santiago. **Datos Geográficos**, 2022. Disponível em: <<https://www.gobiernosantiago.cl/datos-geograficos/>>.

SANTORO, P. F. O desafio de planejar e produzir expansão urbana com qualidade: a experiência colombiana dos planos parciais em Bogotá, Colômbia. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 1, 2011.

SANTOS, B. S. **A gramática do tempo: para uma nova cultura política**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. **Democratizar a democracia: Os caminhos da democracia participativa**. Porto: Afrontamento, 2003.

SANTOS, M. [1996]. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, Edusp, 2002.

SANTOS JUNIOR, O. A. dos. Espaço comum, heterotopia e o direito à cidade: reflexões a partir do pensamento de H. Lefebvre e David Harvey. **Rev. Bras. Gest. Urbana**, v. 6, n. 2, ago. 2014. <https://doi.org/10.7213/urbe.06.002.SE02>

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. Para ampliar o cânone democrático. *In*: SANTOS, B. S. (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-83.

SASSEN, S. As diferentes especializações das cidades globais. **Arquitextos**, n. 103, dez. 2008.

_____. **As cidades na economia mundial**. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

SAULE JUNIOR., N. O Direito à cidade como centro da nova agenda urbana. **Boletim Regional, Urbano e Ambiental**, n. 15, jul. dez. 2016, p. 73-76. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7114>>.

SAULE JUNIOR., N.; UZZO K. A trajetória de reforma urbana no Brasil: a trajetória movimento nacional pela reforma urbana. **Diálogos, propostas, histórias para uma cidadania mundial**, 2009. Disponível em: <<http://base.d-ph.info/pt/fiches/dph/fiche-dph-8583.html>>.

SAWHNEY, N.; KLERK, C; MALHOTRA, S. Civic Engagement through DIY Urbanism and Collective Networked Action. **Planning Practice and Research**, v. 30, n. 3, p. 337-354, 2015. DOI:10.1080/02697459.2015.1054662

SCHERER-WARREN, I. Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política. **Caderno CRH**, v. 27, n. 71, p. 417-429, mai.-ago. 2014. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccrh/a/Gms8JdT866XVMzqKLHYJSrB/?lang=pt&format=pdf>>

_____. Redes sociales y de movimientos en la sociedad de la información. **Nueva Sociedad**, n. 196, mar.-abr. 2005.

SCHMID, C. A Teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a uma dialética tridimensional. **GEOUSP Espaço e Tempo (Online)**, v. 16, n. 3, p. 89-109, 2012.

SCHWARTZ, M. Cacerolazos y bibliotecas: lectura, solidaridad y espacio público después de la crisis argentina de 2001-2002. **Revista de Humanidades**, v. 35, p. 15-42, 2017.

SECPLAN - Secretaria Comunal de Planificación de Santiago. **Antecedentes Comunales de Santiago**. Documento técnico, fev. 2014 Disponível em: <<http://www.observatoriosantiago.cl/wp-content/uploads/2015/03/OP-Antecedentes-Comunales-Santiago-2014.pdf>>.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SEVERIANO, M. L. Más de un millón repudiaron el abuso del poder. **La Jornada**, 25 abr. 2005. Disponível em: <<https://www.jornada.com.mx/2005/04/25/index.php>>.

SILVA, A., L; CARVALHO M., S. Ecoville e Gleba Palhano: Uma análise da produção do espaço urbano a partir dos edifícios de alto padrão. **Vitruvius. Arquitextos**, v. 154, n. 2, ano 13, 2013.

SILVA, D.; ALVES, S.; SETI, G. A poliarquia e a liberdade instrumental. **Almanaque de Ciência Política**, v. 1, n. 1, p. 64-74, 2017.

SILVA, G. M. Solidariedade (ainda) é um conceito central na sociologia (das organizações)? mudanças conceituais e a questão do desenvolvimento. *In*: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 35, 2011, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/58/EOR2601.pdf>.

SILVA, M. B. L. **Os grandes projetos e as políticas de desenvolvimento urbano: estudo sobre a operação urbana linha verde em Curitiba**. 108 f. 2018. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) - Universidade Federal do Paraná, 2018.

SILVA, M. N. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização em Curitiba**. 260f. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

SILVA, V. F. **A luta pela regularização fundiária na Vila 23 de Agosto em Curitiba-PR: uma análise à luz da lei n. 13.465/2017**. 2019 Trabalho de Conclusão (Graduação em Direito) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

SILVA, T. H. C.; PEREIRA, B. D. S. Novo constitucionalismo latino-americano e a participação popular: lições para o Brasil. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, v. 91, n. 2, p. 49-65, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/241764>>.

SILVEIRA, H. M. Protestos no Chile: o que está acontecendo?. *Política Internacional*. **Politize**, 31 out. 2019. Disponível em: <<https://www.politize.com.br/protestos-no-chile/>>.

SILVESTRIN, D. **O agir da multidão e a construção do comum: uma leitura ético-política a partir de Negri e Hardt**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul, 2014.

SOARES, B. N. Comuns urbanos: contradições, conflitos e participação na construção de um urbanismo contra hegemônico. *In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana*, 16, 2019, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro, 2019.

SOCOLOFF, I. Una reflexión sobre los distritos creativos y las mutaciones del empresarialismo urbano porteño. **Quid 16 - Revistas de Estudios Urbanos**, n. 7, jun.-nov. 2017. Disponível em: <<https://publicaciones sociales.uba.ar/index.php/quid16/article/view/2843>>.

SOJA, Edward W. **Postmodern geographies: the reassertion of space in critical social theory**. London, New York: Verso Books, 1989.

SOLÍS, R. G. Conflictos urbanos e insuñiciones ciudadanas: El caso de la "okupa" de calle República en Santiago centro. **Sociedad Hoy**, n.8-9, p 39-57, 2005.

SOMEK, N; CAMPOS NETO, C. M. Desenvolvimento local e projetos urbanos. **Arquitextos, Revista Vitruvius**, ano 05, abr. 2005. Disponível em: <<https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.059/470>>.

SOTOMAYOR LÓPEZ, F. I. Malestar, acción colectiva y movimientos sociales en Chile (2001- 2017). **Aposta. Revista de Ciencias Sociales**, n. 80, p. 44-60, 2019. Disponível em: <<http://apostadigital.com/revistav3/hemeroteca/sotomayor.pdf>>.

SOUZA, E. L. A metropolização latino-americana: dinâmicas urbanas e redes de cidades no limiar do século XXI. *In: Congresso Iberoamericano de Estudos Territoriales y Ambientales*, 6, 2014, São Paulo. **Anais...** São Paulo, 2014.

Disponível em:

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal14/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/095.pdf>>.

SOUZA, M. L. **A Prisão e a Ágora**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

SPAREMBERGER, R. Discurso constitucional colonial: um olhar para a decolonidade e para o "novo" constitucionalismo latino-americano. **Pensar**, v. 21, n. 1, p. 271-297, jan./abr. 2016.

SPINOZA, A. P.; NEGRETE, L. R.; DATTWYLER, R. H. Los espacios de furia. Política y ciudad a través de las luchas urbanas por la vivienda en Santiago de Chile (1990-2016). **Cad. Metropole**, v. 21, n. 46, set.-dez. 2019. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2019-4604>

SSPLAN - Subsecretaria de Planeamiento de Buenos Aires. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. **Website**. 2022. Disponível em: <<http://www.ssplan.buenosaires.gov.ar/>>.

_____. Ciudad Autónoma de Buenos Aires. **Atlas**, cap. 5, 2009. Disponível em: <http://www.ssplan.buenosaires.gov.ar/dmdocuments/atlas05_capitulo5_G.pdf>.

STAVRIDES, S. Emergentes espaços comuns como desafio à cidade de crise. **Cidade**, v. 18, n. 4-5, p. 546-550, 2014. DOI: 10.1080/13604813.2014.939476

STROHER, L., E., M. **A metrópole e o planejamento urbano**: revisitando o mito da Curitiba-modelo. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2014.

SUÁREZ, C. J. Políticas de renovação urbana no centro histórico de Bogotá, Colômbia (1998-2007). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 14, n. 2, nov. 2012. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2012v14n2p147>

SUÁREZ, G. Vecinos de Benito Juárez exigen parar construcción de megaproyectos en Xoco. **El Universal**, 31 jul. 2018. Disponível em: <<https://www.eluniversal.com.mx/metropoli/cdmx/manifestantes-cierran-carril-de-av-universidad-exigen-frenar-proyectos-inmobiliarios>>.

SUÁREZ, M. Una constructora privada hostiga a vecinos de Colegiales que se oponen al levantamiento de Torres. **Tiempo Argentino**, 4 set. 2021. Disponível em: <<https://argentina.indymedia.org/2021/09/04/una-constructora-privada-hostiga-a-vecinos-de-colegiales-que-se-oponen-al-levantamiento-de-torres/>>.

SUGRANYES, A.; RODRÍGUEZ, A. **El traje nuevo del emperador**. Las políticas de financiamiento de vivienda social en Santiago de Chile. Quito: CLACSO, 2012.

Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/gt/20120413123620/gthi1-2.pdf>>.

SUR - Corporación de Estudios Sociales y Educación. **Website**. 2022. Disponível em: <<https://www.sitiosur.cl/>>.

_____. Mapa de los conflictos urbano en Santiago, 2011. Disponível em: <<http://mapadeconflictos.sitiosur.cl/>>.

SVAMPA, M. **Del cambio de época al fin del ciclo**: gobiernos progresistas, extractivismo y movimientos sociales en América Latina. Buenos Aires: Edhasa, 2017.

SZAJNBERG, D. **Torres amuralladas**. Los condominios privados en la ciudad de Buenos Aires. Buenos Aires: Editorial NOBUKO, 2010.

TARAZONA, A. A.; LUGOS, A. D. C. ¿Jóvenes e indignados? La movilización social colombiana en el año 2011. **Revista História Edu. Lationoam.**, v. 19, n. 28, p. 53-70, 2017.

TAVARES, P. C. Gestão de organizações coletivas: Um quadro de referência. 139 f. 2003. Tese (Doutorado em Organização e Recursos Humanos) - Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2003. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2459/1200301447.pdf>>.

TAVARES, F. A. O.; MOREIRA, A. C.; PEREIRA, E. T. Avaliação imobiliária sob a perspectiva das externalidades: uma revisão da literatura. **Revista Universo Contábil**, v. 6, n. 3, jul.-set. 2010, p. 96-113

TEIXEIRA, E. C. **Sociedade civil e participação cidadã no poder local**. Salvador: UFBA, 2000. 415p.

_____. As dimensões da participação social. **Caderno CRH**, v. 26, n. 27, p. 179-209, 1997.

TENEMOS que hablar de Chile. **Plataforma**, 2022. Disponível em: <<https://www.tenemosquehablardechile.cl/>>.

THE ECONOMIST INTELLIGENCE. **Democracy Index 2019**. 2019. Disponível em: <<https://www.eiu.com/topic/democracy-index/>>.

THERBORN, G. Globalização e desigualdade: questões de conceituação e esclarecimento. **Sociologias**, v. 6, dez. 2001. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222001000200007>

TILLY, C. **As sociology meets history**. Nova York: Academic Press, 1981.

_____. **From mobilization to revolution**. Boston: Wesley Publishing Co., 1978.

TÓFFOLI, G. de Sousa. **Hortas urbanas e modos de vida minoritários**. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências e em Matemática) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2019.

TOLEDO MACHADO, J. Insurgências urbanas na web of science. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, v. 9, n. 3, p. 42-51, 2020.
<https://doi.org/10.23900/10.23900/2359-1552v9n3-44-2020>

TONELLA, C. Políticas Urbanas no Brasil: marcos legais, sujeitos e instituições. **Revista Sociedade e Estado**, v. 28, n. 1, 2013.

_____. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba: Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal?. **Cad. Metrop.**, v. 12, n. 23, p. 239-262, jan.-jun. 2010.

TONKISS, F. Austerity urbanism and the makeshift city. **City**, v. 17, n. 3, p. 312-324, 2013. DOI: 10.1080/13604813.2013.795332

TONUCCI FILHO, J. B. M. Do direito à cidade ao comum urbano: contribuições para uma abordagem lefebvriana. **Revista Direito e Práxis**, v. 11, n. 1, p. 370-404, 2020.

_____. **Comum Urbano**: a cidade além do público e do privado. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2017. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/IGCC-B9BM6M>>.

TONUCCI FILHO, J. B. M.; COSTA, H. S. M. O comum e a metrópole brasileira: além do impasse da reforma urbana?. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVII, 2017, São Paulo, **Anais...** São Paulo, 2017.

TONUCCI FILHO, J. B. M.; MAGALHÃES, F. N. C. A Metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. **Caderno Metrôpoles**, v. 19, n. 39, 2017. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-3904>>.

TORRES-RUIZ, R. **En busca de la democracia**. Ciudad de México: Universidad Iberoamericana A.C., 2020.

_____. Movimentos sociais e democracia no México contemporâneo. **Revista de Ciências Sociais da Universidade Iberoamericana**, v. XIII, n. 26, p. 190-215, 2018

TOURAINÉ, A. **Igualdade e Diversidade**: o sujeito democrático. São Paulo: EDUSC, 1998.

_____. **¿Podremos vivir juntos? La discusión pendiente**: el destino del hombre en la aldea global. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1997.

_____. **Palavra e Sangue**: Política e Sociedade na América Latina. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 1989.

TRENTA, A. Políticas sociales y organizaciones populares en Argentina (2003-2011): mediación social y movilización política en los barrios periféricos de Buenos Aires. **Cad. CRH**, v. 30, n. 81, set.-dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792017000300009>.

TRIGUBOFF, M. Ação coletiva, vida cotidiana e trajetórias: O caso das assembleias da Cidade de Buenos Aires (2001-2007). **Runa**, v. 32, n. 1 p. 45-62, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.org.ar/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1851-96282011000100003&lng=es&nrm=iso>.

TRINDADE, H. (Coord.). **Las ciencias sociales en América Latina**: de los inicios de la teoría de la dependencia. Buenos Aires: Eudeba, 2013.

TRIVELLI, P. La propuesta de modificación del Plan Regulador Metropolitano de Santiago (PRMS) 100 requiere una justificación más sólida. **EURE - Revista de Estudios Urbanos Regionales**, v. 37, n. 111, p. 179-184. <http://dx.doi.org/10.4067/S0250-71612011000200009>.

TUAN, Y. F. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

ULTRAMARI C.; REZENDE, D., A. Planejamento estratégico e Planos Diretores Municipais: referenciais e bases de aplicação. **Rev. adm. contemp.**, v. 12, n. 3, set. 2008. <https://doi.org/10.1590/S1415-65552008000300006>

ULTRAMARI, C.; SCHIRMER D., G. Diálogos, Temas e Recorrências Autorais no Estudo da Cidade Brasileira. **Revista Paranaense De Desenvolvimento**, v. 39, n. 134, p. 157-178, jan./jun. 2018.

URBANISMO_VIVO. **Plataforma**, 2022. Disponível em: <<https://urbanismovivo.com.ar/>>.

VACOVSKI, E.; POLLI, S. A.; LIMA, I. A. Transformações urbanas nas cidades derivadas de mudança de zoneamento industrial: um estudo sobre o Bairro Rebouças - Curitiba-PR. *In*: Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, XVIII, 2019, Natal, **Anais...** Natal, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviii/anpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=427>>.

VALENZUELA, A. Santa Fé (México): Megaproyectos para una ciudad dividida. **Cuadernos Geográficos**, n. 40, p. 53-66, 2007.

VARELA, O. D.; WAGNER, R. F. El retorno del Estado. Los Programas Federales de Vivienda en el AMBA. *In*: CRAVINO, M. C. (Org.). **Construyendo barrios**. Transformaciones socio territoriales a partir de los programas federales de vivienda en el área metropolitana de Buenos Aires (2004-2009). Disponible em: <<https://periferiaactiva.files.wordpress.com/2015/06/construyendo-barrrios-version-8-2-2012.pdf>>.

VASSALLI, P. C.; SÁNCHEZ, Y. M. Producción masiva de vivienda en Ciudad de México: dos políticas en debate. **Centro-h**, n. 3, p. 15-26, 2009. Disponible em: <<https://www.redalyc.org/pdf/1151/115112536002.pdf>>.

VECINOS COLEGIALES. **Facebook**, 2022. Disponible em: <<https://www.facebook.com/Vecinoscolegiales-272339232903050>>.

VELÁSQUEZ, C. F. E. La participación ciudadana em Bogotá entre la institucionalización y la movilización. *In*: ENRÍQUEZ, L. A. (Coord.). **Ciudadanía y nuevos actores en grandes ciudades**. México: UNAM/CEIICH/ UAM/Juan Pablos Editor, 2016, p. 71-102.

VICUÑA, M. Planificación metropolitana de Santiago: cambios de estilo frente a las recientes transformaciones urbanas. *Revista Iberoamericana de Urbanismo*, n. 13, p. 47-64, jun. 2017.

VIDAL-KOPPMANN, S. La expansión de la periferia metropolitana de Buenos Aires. "Villas Miseria" y "Countries": de la ghetización a la integración de actores en el desarrollo local urbano. **Scripta Nova - Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XI, n. 42, ago. 2007. Disponible em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24542.htm>>.

VIELMAS, S. **No Chile, um movimento estudantil na rede**. Canal Ibase, ago. 2013. Disponible em: <<http://www.canalibase.org.br/no-chile-um-movimento-estudantil-na-rede/>>.

VILLA SOLDATI: construirán una pista de atletismo en el Parque Indoamericano. **Pura Ciudad**, 10 set. 2018. Disponible em: <<https://www.puraciudad.com.ar/villa-soldati-construiran-una-pista-de-atletismo-en-el-parque-indoamericano/>>.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. *In*: DEÁK, C.; SCHIFFER, S. R. (org.) **O processo de urbanização no Brasil**. São Paulo: EdUSP, 1999. p. 169-243.

VILLALOBOS, A. C. El posicionamiento de la producción social de vivienda en la política nacional de vivienda. Retos y perspectivas. *In*: ZICCARDI, A.; GONZÁLEZ,

A. **Habitabilidad y política de vivienda**. Ciudad de México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2015, p. 103-116.

WALLERSTEIN, I.. **A crise estrutural no sistema-mundo**: Para onde vamos a partir daqui?. São Paulo: Via Atlântica, 2012.

WELP, Y.; SCHNEIDER, C. Orígenes y contradicciones de la participación ciudadana institucional. Análisis de las experiencias de Buenos Aires, Montevideo, Barcelona y Zúrich. **Rev. mex. Ciência. político soc.**, v. 56, n. 211, p. 47-68, abr. 2011. Disponível em:
<http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0185-19182011000100004&lng=es&nrm=iso>.

WOLKMER, A. C. Pluralismo jurídico: um referencial epistêmico e metodológico na insurgência das teorias críticas no direito. **Rev. Direito e Práx.**, v. 10, n. 4, out.-dez. 2019. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/45686>.

ZAMORANO, C. C. Movimientos sociales urbanos en la Ciudad de México en el siglo XXI. ¿Activismo encauzado al derecho versus acción prefigurativa?. **Desacatos - Revista de Ciências Sociais**, n. 61, p. 22-39, set. 2019. Disponível em:
<<https://desacatos.ciesas.edu.mx/index.php/Desacatos/article/view/2130>>.

ZAMORANO, C. C.; ICAZURIAGA, C.; PÉREZ, M; TÉLLEZ, L. F. O direito à cidade no século XXI. Construção de direitos apesar de tudo. *In*: ICAZURIAGA, C.; NEGRETE, M.; TÉLLEZ, L.; ZAMORANO, C. (eds.). **Pelo direito à cidade**. Diálogos entre academia e organizações sociais na Cidade do México. México: Centro de Pesquisa e Estudos Superiores em Antropologia Social, p. 11-38, 2017.

ZAPATA, M. C. Cooperativismo autogestionario de hábitat y asociativismo vecinal. El caso del Programa de Autogestión de la Vivienda de la Ciudad de Buenos Aires (Argentina). **Hábitat y Sociedad**, n. 14, 2021. Disponível em:
<<https://revistascientificas.us.es/index.php/HyS/article/view/15199>>.

ZÁRATE, L. Will There be Room for the Right to the City in the New Urban Agenda?. *In*: MATHIVET, C. **Unveiling the Right to the City**: Representations, Uses and Instrumentalization of the Right to the City. Paris: Ritimo, 2016.

ZÁRATE, V. V. O Santiago de Ravinet: despolitização e consolidação do projeto ditatorial no Chile dos noventa. **História** (Santiago), v. 46, n. 1 p. 177-219, jun. 2013. Disponível em:
<https://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0717-71942013000100006>.

ZARPELON, C. Reintegração de posse pode retirar 350 famílias da ocupação Jardim Veneza, no Tatuquara. **Jornal Plural**, 13 out. 2021. Disponível em:
<<https://www.plural.jor.br/noticias/vizinhanca/reintegracao-de-posse-pode-retirar-350-familias-da-ocupacao-jardim-veneza-no-tatuquara/>>.

ZICCARDI, A. **Participación ciudadana y políticas sociales del ámbito local.** México: Universidad Nacional Autónoma de México, 2004.

_____. **Gobernabilidad y participación ciudadana en la ciudad capital.** México: Instituto de Investigaciones Sociales, 1998.

ZUKERFELD, G. **Modos de ser, hacer y decir en el espacio público de la Ciudad de Buenos Aires:** Representaciones y cambios discursivos en las comunicaciones oficiales del Gobierno de la Ciudad (2007-2016). Tese (Doutorado em Filosofia e Letras) - Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2020.